

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
Departamento de História  
Programa de Pós-graduação em História Social

Renake Bertholdo David das Neves

**ADEUS AO PATRÃO**  
Experiência e consciência política dos trabalhadores das organizações  
piqueteiras e das empresas recuperadas na Argentina (1996-2011)

Niterói 2013

**RENAKE BERTHOLDO DAVID DAS NEVES**

**ADEUS AO PATRÃO**

Experiência e consciência política dos trabalhadores das organizações  
piqueteiras e das empresas recuperadas na Argentina (1996-2011)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História Social da Universidade Federal  
Fluminense, como parte dos requisitos para a  
obtenção do grau de Doutor em História Social.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Virgínia Fontes**

Niterói 2013

N513 Neves, Renake Bertholdo David das.

Adeus ao patrão: experiência e consciência política dos trabalhadores das organizações piqueteiras e das empresas recuperadas na Argentina (1996-2011) / Renake Bertholdo David das Neves. – 2013.

339 f.

Orientador: Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2013.

Bibliografia: f. 328-339.

1. Movimento de trabalhador. 2. Consciência de classe. I. Fontes, Virgínia Maria Gomes de Mattos. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 322.2

*Para Marco Túlio (in memoriam) e Ilza,  
meus pais*

## AGRADECIMENTOS

Para o desenvolvimento e a conclusão da pesquisa que desembocou nessa tese, contribuíram de diferentes formas muitos grupos, movimentos, pessoas e instituições. Não posso deixar de agradecer, ainda que brevemente:

A Virgínia Fontes, minha orientadora, pela generosidade, pela paciência, pelo incentivo, pelo rigor intelectual. Você é figura essencial na minha formação acadêmica e política.

A Marcelo Badaró, outro interlocutor imprescindível em minha formação, pela crítica refinada, pela confiança e pela humanidade.

A Marcela Pronko, pela delicadeza e pela leitura atenta do material de qualificação e pelas indicações preciosas de bibliografia.

A Miguel Vedda, pela gentileza, pela solidariedade e outras valiosas sugestões de bibliografia.

A Norberto Ferreras, que contribuiu imensamente para meu conhecimento sobre história argentina.

Ao CNPq e à FAPERJ pela concessão das bolsas de pesquisa.

A minha mãe, Ilza David das Neves, e a minha avó, Scylla Soares da Silva, pelo eterno e incansável apoio financeiro, moral e afetivo, pela compreensão, desde sempre. Vocês são exemplos de ética que procuro seguir.

A Ruby Tuesday, Blahnik e Mafalda, que adicionaram uma quantidade de beleza quase insuportável ao meu cotidiano.

Aos companheiros de jornada universitária do Grupo de Trabalho e Orientação (GTO), dos Grupos de Estudos Mundos do Trabalho, pelos debates acadêmicos de alto nível, especialmente aos amigos Pedro Campos, Claudia Trindade, Roselaine Navarro, Kênia Miranda, Demian Melo, Felipe Demier, Juliana Lessa e Maya Damasceno.

Ao pessoal do PPGH-UFF, em especial a Silvana Damasceno, que sempre facilitou minha vida no trato das questões burocráticas, com bom humor, inteligência e sensibilidade.

Aos meus informantes das empresas recuperadas e das organizações piqueteiras (citados nas Fontes), por partilharem suas histórias de vida com esta total estranha – a luta de vocês é inspiradora.

Aos companheiros do curso de Extensão Realidade Brasileira II, que me ensinaram tanto sobre movimentos sociais e sobre afetividade, sobretudo a Ivi Tavares, Juliana Gomes, Adriana Facina, Gabriela Pagliaro, Nilo Mendes e Biatrix Carvalho.

Ao Centro de Documentação da Cultura de Esquerdas na Argentina (CeDInCI) e ao Centro de Documentação de Empresas Recuperadas por possibilitar o acesso a grande parte da documentação escrita utilizada nessa pesquisa.

Aos amigos Jonathan Gomes, Rita Colaço, Vivianne Abilio, Luciana Barcelos, Abílio Wayand, Clareth Reis e Paula Nabuco, pela torcida e pela compreensão; por me ajudarem a pensar a tese e também por me ajudarem a não pensar nela.

*“Tudo é escrita, ou seja, fábula. Mas para que nos serve a verdade que tranquiliza o honesto proprietário? A nossa verdade possível tem de ser invenção, ou seja, literatura, pintura, escultura, agricultura, piscicultura, todas as turas deste mundo. Os valores, turas, a santidade, uma tura, a sociedade, uma tura, o amor, pura tura, a beleza, tura das turas. Em um de seus livros, Morelli fala do napolitano que passou anos sentado à porta de sua casa, olhando um parafuso no chão. De noite, pegava-o e o guardava debaixo do colchão. O parafuso foi primeiro uma simples uma simples piada, uma gozação, uma irritação comunal, reunião de vizinhos, sinal de violação dos direitos cívicos e, finalmente, um encolher de ombros, a paz, o parafuso foi a paz, ninguém podia passar pela rua sem olhar de soslaio para o parafuso e sentir que ele era a paz. O cara morreu de uma síncope e o parafuso desapareceu assim que os vizinhos chegaram. Um deles o guardou, talvez o olhe em segredo e o estude por todos os lados, voltando a guardá-lo e indo para a fábrica, sentindo algo que não compreende, uma obscura reprovação. Só se acalma quando tira o parafuso do seu esconderijo e o olha, fica olhando até ouvir passos e ser obrigado a escondê-lo rapidamente. Morelli pensava que o parafuso devia ser outra coisa, um deus ou algo assim. Solução demasiadamente fácil. Talvez o erro tenha sido aceitar que esse objeto fosse um parafuso, tão-somente por ter a forma de um parafuso. Picasso pega um automóvel de brinquedo e o converte no queixo de um cinocéfalo. É bem possível que o napolitano fosse um idiota, mas também pode ter sido o inventor de um mundo. Do parafuso a um olho, de um olho a uma estrela... Por que entregar-se ao Grande Costume? É possível escolher a tura, a invenção, ou seja, o parafuso ou o automóvel de brinquedo.”*

Julio Cortázar, **O Jogo da Amarelinha**

## **RESUMO**

A pesquisa que desembocou nessa tese pretende se inserir nos estudos que se dedicam ao exame da reconfiguração da relação entre capital e trabalho no capitalismo contemporâneo (pós-1970), tendo como eixo de análise a questão da consciência de classe. Para tanto, optamos por examinar dois interessantes processos que emergem em meados da década de 1990 na Argentina: a recuperação de empresas por seus trabalhadores e o surgimento de movimentos de trabalhadores desempregados (piqueteiros). Nosso estudo busca entender a formação da consciência de classe em conjunto com as tensões e contradições presentes na constituição da subjetividade, em diversas instâncias da vida desses trabalhadores, especialmente aquelas que constituem o cotidiano. As fontes primárias utilizadas para realizar essa pesquisa foram documentos escritos produzidos por ambos os tipos de movimentos de trabalhadores abordados nesta tese e, sobretudo, entrevistas de história de vida com seus integrantes.

Palavras-chave: Estranhamento – Movimentos de Trabalhadores – Consciência de classe

## **ABSTRACT**

The research that resulted in the actual thesis intends to be part of the studies that are dedicated to examine the reconfiguration of the relation between labor and capital in contemporary capitalism (post-1970), focusing in the class conscience issue. Therefore, we choose to analyze two interesting processes that emerges in the mid-1990's in Argentina: the recovery factory movement and the unemployed workers movement. Our study seeks to understand the formation of class consciousness within the frame of tensions and contradictions in the constitution of subjectivity, in several workers' life instances, especially those that constitute the everyday. The primary sources used in this research were written documents produced by both types of workers movements discussed in this thesis and, above all, life history interviews with its members.

Keywords: Alienation – Workers movements – Class consciousness



### Lista de siglas e abreviaturas

AOEE – Associação dos Operários e Empregados Estatais

AFJP – Administradoras de Fondos de Aposentadoria e Pensão (Administradoras de Fondos de Jubilación y Pensiones)

ANSSAL – Administração Nacional dos Planos de Saúde (Administración Nacional de los Seguros de Salud)

ARI – Afirmação para uma República Igualitária

ATE – Associação de Trabalhadores do Estado

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BCRA – Banco Central da República Argentina

BM – Banco Mundial

CAME – Coordenadora de Atividades Mercantis Empresárias

CCC – Corrente Classista e Combativa

CENDES – Centro de Estudos do Desenvolvimento

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CEPED – Centro de Estudos sobre População, Emprego e Desenvolvimento

CGT – Confederação Geral do Trabalho

CTA – Confederação dos Trabalhadores Argentinos

CTERA – Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina

DNT – Departamento Nacional do Trabalho

ENSIPRON – Encontro Sindical para o Projeto Nacional

EPH – Enquete Permanente de Famílias (Encuesta Permanente de Hogares)

ERT – Empresas Recuperadas por seus Trabalhadores

FACTA – Federação Argentina de Cooperativas e Trabalhadores Autogestionados

FCE – Faculdade de Ciências Econômicas

FECOOTRA - Federação de Cooperativas de Produção (Federación de Cooperativas de Trabajo)

FENCOOTER – Federação Nacional de Cooperativas de Produção e Empresas Reconvertidas (Federación Nacional de Cooperativas de Trabajo y Empresas Reconvertidas)

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOETRA – Federação de Operários e Funcionários Telefônicos da República Argentina

FPDS – Frente Popular Darío Santillán

Frenapo – Frente Nacional Contra a Pobreza  
FrePaSo – Frente País Solidário  
FTC – Frente de Trabalhadores Combativos  
FTV – Federación de Tierra y Vivienda (Federação de Terra e Habitação)  
FUMIN – Fundo Multilateral de Investimentos  
G8 – Grupo dos 8 países com as maiores economias do mundo  
GBA – Grande Buenos Aires  
HIJOS – Filhos pela Identidade e pela Justiça (Hijos por la Identidad y la Justicia)  
IMPA – Indústrias Metalúrgicas e Plásticas Argentina  
INAES – Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social  
INDEC – Instituto Nacional de Estatísticas e Censos da República Argentina  
ITDT – Instituto Torcuato Di Tella  
LCC – Conselho do Condado de Londres (London County Council)  
Merpha – Movimento de Empresas Recuperadas da Província de Buenos Aires  
MNER – Movimento Nacional de Empresas Recuperadas  
MNFRT – Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas por seus Trabalhadores  
MOPES – Movimento pela Economia Social  
MST Teresa Vive – Movimento Socialista dos Trabalhadores  
MTA – Movimento de Trabalhadores Argentinos  
MTD – Movimento de Trabalhadores Desempregados  
MTL Rebelde – Movimento Territorial Liberação  
MTR – Movimento Teresa Rodríguez  
MTR-CUBa – Movimento Teresa Rodríguez – Coordenação de Unidade de Bairro  
MUP – Movimento de Unidade Popular  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PCR – Partido Comunista Revolucionário  
PFA – Programa Faculdade Aberta  
PHO – Projeto História Oral  
PJ – Partido Justicialista  
PRO – Proposta Republicana  
PTS – Partido dos Trabalhadores Socialistas

PyMES – Pequenas e Médias Empresas (Pequeñas y Medias Empresas)

SAON – Sindicato Argentino de Operários Navais

SERPAJ – Serviço Paz e Justiça

SMATA – Sindicato de Mecânicos e Afins do Transporte Automotor

SOECN – Sindicato de Operários e Empregados Ceramistas de Neuquén

STP – Secretaria de Trabalho e Previdência

UBA – Universidade de Buenos Aires

UCR – União Cívica Radical

UDA – União de Docentes Argentinos

UIA – União Industrial Argentina

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para as Crianças (United Nations Children's Fund)

UNQ – Universidade Nacional de Quilmes

UOCRA – União de Operários da Construção Argentina

UOM – União Operária Metalúrgica

UTD General Mosconi – União de Trabalhadores Desempregados General Mosconi

UTL – União dos Trabalhadores legislativos

UTP – União de Trabalhadores Piqueteiros

YPF – Campos Petrolíferos Fiscais (Yacimientos Petrolíferos Fiscales)

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	15
<b>Capítulo 1. Contexto político e socioeconômico da emergência das Empresas Recuperadas por seus Trabalhadores (ERT) e dos Movimentos de Trabalhadores Desempregados (MTD)</b> .....	28
1.1. 2001: crônica de uma crise anunciada .....	28
1.2. Antecedentes .....	33
1.3. Da ditadura militar à ditadura do mercado .....	48
1.3.1. A ditadura militar (1976-1983): a exterminação do flagelo subversivo .....	48
1.3.2. O governo de Raúl Alfonsín (1983-1989) .....	58
1.3.3. Os dois mandatos presidenciais de Carlos Menem .....	62
1.3.4. O governo de Fernando de la Rúa (1999-2001) .....	74
1.4. Da formação do exército industrial de reserva .....	77
<b>Capítulo 2. Origens e características gerais do desenvolvimento das Empresas Recuperadas por Seus Trabalhadores e dos Movimentos de Trabalhadores Desempregados</b> .....	81
2.1. Empresas Recuperadas por seus Trabalhadores .....	81
2.1.1. Os primeiros passos da luta .....	91
2.1.2. As ocupações .....	93
2.1.2.a) Relações com a sociedade civil e o Estado .....	101
2.1.2.b) Movimento Nacional de Empresas Recuperadas e Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas por seus Trabalhadores .....	107
2.1.3. Dimensões e setores de atividades das ERT .....	110
2.1.4. Forma jurídica: ser cooperativa ou não ser cooperativa? ..	112
2.1.5. Voltando ao trabalho .....	117
2.1.5.a) Usos e abusos do termo autogestão .....	117
2.1.5.b) Um constante desafio .....	125
2.1.6. Para além da produção de mercadorias .....	136
2.2. Os Movimentos de Trabalhadores Desempregados .....	138
2.2.1. Origens .....	138
2.2.2. Território e (re)políticação .....	155
2.2.3. O trabalho territorial: Piqueteiros para além do piquete ...	173
<b>Capítulo 3. Transformações nos modos de vida dos trabalhadores operadas pela experiência nos Movimentos Piqueteiros e nas Empresas Recuperadas</b> .....	185
3.1. MTD: De vizinhos a piqueteiros .....	185
3.1.1. Experiência e atuação política antes do MTD .....	185
3.1.2. Para não falar de todas as mulheres .....	193
3.1.3. Uma nova perspectiva de inserção no mundo .....	195
3.2. ERT: Tempo e disciplina de trabalho .....	218
3.2.1. A “liberdade” de trabalhar sem patrão .....	219
3.2.2. Organizando a própria disciplina .....	225
3.2.3. Disciplina do trabalho e capital .....	230
3.2.4. “O tempo é tudo, o homem não é nada” .....	245
3.2.5. Tempo livre, cotidiano e estranhamento.....	249

<b>Capítulo 4.</b>	<b><i>Memórias do trabalho e consciência de classe</i></b> .....	267
	4.1. Ser ou não ser classe trabalhadora? (Re)Construção da identidade de classe .....	267
	4.2. Crítica ao capitalismo ou crítica ao neoliberalismo .....	292
	4.3. Trabalho e exploração .....	268
<b>Conclusão</b>	.....	324
<b>Bibliografia</b>	.....	328



## INTRODUÇÃO

O tempo em que transcorreu nossa pesquisa de doutorado, iniciada em 2009, foi marcado por uma crise de forte impacto, que vem chacoalhando as sociedades capitalistas – tão grande que foi comparada ao *crash* de 1929, um marco histórico nas crises do capitalismo. No ano de 2007, uma crise no setor de empréstimos hipotecários estourou nos Estados Unidos, e em 2008 contaminou os mercados bancários deste mesmo país – instituições financeiras de peso, como o banco de investimentos Lehman Brothers, o Merrill Lynch e a seguradora AIG anunciaram a bancarrota. Não demorou muito para os mercados “entrarem em pânico” na Europa. Para James Galbraith, economista da Universidade de Austin, Texas, o mundo levará cerca de um século ou dois para sair da crise deflagrada em 2007<sup>1</sup>. Nos últimos anos, plenos de dias negros para as bolsas de valores ao redor do globo, investidores inusitados se destacaram na roleta financeira contemporânea, como o gato Orlando ou o chimpanzé Lusha<sup>2</sup>.

Em alguns dos países em que os governos mais tiveram que reduzir o déficit público para ter o direito de integrar a zona do euro, a clássica saída burguesa da socialização dos prejuízos vem gerando uma série de protestos massivos dos trabalhadores, com destaque para Portugal e, sobretudo, Espanha e Grécia. Os esforços para barrar uma nova onda de *expropriações* sobre seus direitos terão que ser hercúleos. Karl Marx alertava no primeiro livro d’*O Capital*: “Todo mundo que especula em bolsa sabe que haverá um dia de desastre, mas todo mundo espera que a tempestade recaia sobre a cabeça do próximo, depois de ter colhido sua chuva de ouro e de ter colocado seu patrimônio em segurança. *Après moi le déluge!* É a divisa de todo capitalista e de

---

<sup>1</sup> Cf. Sérgio Domingues, “Fim da crise? Em um ou dois séculos.”, 24/05/2012, In: Pílulas Diárias, <http://pilulas-diarias.blogspot.com.br/2012/05/fim-da-crise-em-um-ou-dois-seculos.html>, acessado em 09/06/2012.

<sup>2</sup> O jornal britânico The Observer lançou um “desafio” no início do ano de 2012. Os três competidores – um grupo de experientes profissionais de mercado, um grupo de estudantes novatos de finanças, e um gato de pelo curto ruivo, chamado Orlando - poderiam alocar 5 mil libras em até 5 companhias diferentes. A cada três meses, as apostas poderiam ser trocadas. Ao final da competição, Orlando, que fazia suas escolhas de ações ao deixar seu ratinho de brinquedo sobre o nome da empresa em que estaria “disposto” a investir, saiu-se o vencedor, alcançando um resultado 5.542,60 libras, contra 5.176,60 dos investidores profissionais e 4.840 dos estudantes. Em 2009, na Rússia, em uma competição semelhante, sagrou-se vencedor um chimpanzé, de nome Lusha. Ver Gustavo Kahlil, “Orlando, o gato gestor, vence disputa com profissionais”, na Exame.com, <http://exame.abril.com.br/mercados/noticias/orlando-o-gato-gestor-vence-disputa-com-profissionais>, acessado em 10/03/2013, e Mart King, “Investments: Orlando is the cat’s whiskers of stock picking”, no The Guardian / The Observer, <http://www.guardian.co.uk/money/2013/jan/13/investments-stock-picking>, acessado em 10/03/2013.

toda nação capitalista. O capital não tem, por isso, a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las”<sup>3</sup>.

O tema de nossa tese foi inspirado por outra crise econômica de grande comoção social – a que se abateu sobre a Argentina em 2001. Os acontecimentos daquele ano, especialmente as jornadas de dezembro, levaram à conformação de movimentos sociais como as assembleias de bairro, assim como catapultaram ao conhecimento internacional outros movimentos que já vinham se gestando desde meados da década de 1990 no país, como são os casos dos Movimentos de Trabalhadores Desempregados (MTD) – ou movimentos piqueteiros, nome derivado da sua principal forma de ação reivindicativa, o bloqueio do trânsito, o *piquete* – e das Empresas Recuperadas por seus Trabalhadores (ERT), objetos de estudo da investigação que desembocou na presente tese. Os trabalhadores que conformaram ambos os movimentos deram adeus ao patrão. No início, o adeus foi involuntário por parte desses trabalhadores – foram os donos dos meios de produção que tomaram a iniciativa do adeus. No desenvolvimento da luta, a condição de “sem patrão” acabou por definir identidades específicas para uma parcela do proletariado argentino; identidades que foram positivadas, definindo sujeitos políticos.

O objetivo geral desse estudo foi empreender uma análise sobre a constituição da consciência de classe entre os trabalhadores que integram os MTD e as ERT, como forma de contribuir para a compreensão daquilo que Ricardo Antunes bem qualificou como *multifacetado* mundo do trabalho que vem se delineando desde a década de 1970<sup>4</sup>, com as soluções adotadas pelo capital para fazer frente ao esgotamento do Estado de bem-estar social e da forma de organização taylorista-fordista do trabalho (que estruturaram a fase de maior prosperidade na história do capitalismo).

Na sua constante luta para subsumir o trabalho, o capital teve no neoliberalismo seu braço político e na reestruturação produtiva seu braço econômico. Nos interstícios do Estado, tratou-se, sobretudo, de implantar políticas que facilitassem o caminho da nova fase de expropriação. Nos corações e mentes, entre outros, trabalhou-se o mito do “mercado livre” que conduziria a uma “sociedade civil livre”, do desenvolvimento de uma “democracia participativa”, da convicção de que o capitalismo era o único destino possível da humanidade.

---

<sup>3</sup> Karl Marx, *O Capital: Crítica da economia política. O processo de produção do capital*, livro I, vol. I 2002, pp. 311-312.

<sup>4</sup> Cf. Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, 2006, e *O Caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*, 2005.



No chão de fábrica, recorreu-se principalmente à “reestruturação produtiva”, abandonando alguns padrões hegemônicos de organização de produção amparados no sistema taylorista-fordista e adotando princípios e tecnologias que conduzissem a uma organização flexível do trabalho e uma empresa “enxuta”, i. e., com reduzido quadro de funcionários. Essas transformações no nível do chão de fábrica não atingem todos os setores da economia, restringindo-se mais àqueles de ponta, mas, como alerta Richard Sennett, exercem “profunda influência moral e normativa, funcionando como padrão avançado da maneira como deve evoluir a economia de maneira geral”<sup>5</sup>.

Tais alterações levaram à conformação de um proletariado mais heterogêneo, fragmentado e complexificado do que o já o fora em qualquer fase da história do capitalismo. Essa diversidade de experiências de exploração vividas pelos grupos subalternos na contemporaneidade, que combina novas e antiquíssimas formas de extração de sobre-trabalho, foi uma ferramenta fundamental para redefinir a arena da luta de classes ao longo das quatro últimas décadas em nível global, em prejuízo dos trabalhadores. Logicamente, a formação da consciência de classe é questão central nesse cenário.

As experiências dos trabalhadores dos MTD e das ERT nos pareceram um significativo exemplo de como a situação de precariedade em que foram lançados deu lugar a novos lugares de construção política contestatórios desde uma perspectiva de classe. Queríamos examinar as características da consciência política que estava sendo forjada entre esses trabalhadores diante das novas experiências desses grupos de trabalhadores.

Falar em classe operária, proletariado, tornou-se impróprio, quase tabu, como salientam Michel Pialoux e Stéphane Beaud, que chamam a atenção para o deslocamento que a “classe trabalhadora” vem sofrendo no debate político enquanto novas categorizações em termos de oposição como “excluídos” e “incluídos” se impõem para caracterizar as tensões sociais geradas pelo modo de produção capitalista<sup>6</sup>. Ora, em um sistema cuja especificidade se funda no caráter estranhado e conseqüentemente desumanizador do trabalho e na sua necessidade de submeter todas

---

<sup>5</sup> Richard Sennett, *A cultura do novo capitalismo*, 2006, p. 18.

<sup>6</sup> Cf. Michel Pialoux & Stéphane Beaud, *Retour sur la condition ouvrière: Enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*, 1999.

as relações sociais à lógica da mercadoria, deve-se mais pensar em termos de “inclusão forçada” do que de “exclusão”<sup>7</sup>.

Mas, do que estamos a falar quando falamos de classe trabalhadora?

Para nossa análise, o conceito de classe é fundamental. Se estamos a analisar uma sociedade capitalista, e isso fica evidente ao constatarmos que a produção e reprodução da vida material continuam se sustentando sobre a extração de sobre-trabalho de vastos (e crescentes, como mencionamos mais acima) contingentes humanos expropriados de suas condições de trabalho, compelidos a vender sua força de trabalho para sobreviver, afirmamos então a impertinência das afirmações que atestam o definhamento ou desaparecimento da classe trabalhadora e também do poder analítico da categoria classe.

Um dos erros teórico-metodológicos mais recorrentes em que incorrem os que supõem fim das classes sociais reside em tomar o conceito de classe mais como um local estrutural do que como uma relação social, como ressalta Ellen Wood,<sup>8</sup> o que está muito presente em visões economicistas e /ou teoricistas.

É uma relação social expressa um contínuo processo de expropriação dos produtores diretos, ao lado da concentração dos meios de produção (expropriados) na mão de um grupo social que sobreviverá a partir da compra da força de trabalho dos produtores expropriados, que determinará a divisão de nossa sociedade em, essencialmente, duas grandes classes.

Segundo Mészáros, a constituição do sistema do capital apresenta um dinamismo econômico sem precedentes. Não obstante, ao mesmo tempo, as relações sociais em que se basearam esse dinamismo carregam em seu bojo “defeitos estruturais de controle”, localizados no que definiu como ausência de unidade, cujo caráter irremediável é tributário do fato de que a fragmentação toma a forma de antagonismos sociais, isto é, manifesta-se em conflitos de interesse entre forças sociais hegemônicas alternativas. Essa carência de unidade é visível na fragmentação entre produção material e seu controle social; na independência entre produção e consumo; e na contradição entre produção e circulação<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Cf. Virgínia Fontes, “Capitalismo, exclusões e inclusão forçada” In: *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*, 2005, assim como também Michel Pialoux & Stéphane Beaud, op. cit., 1999, e Denis Merklen, *Pobres Ciudadanos: las clases populares en la era democrática (Argentina, 1983-2003)*, 2005.

<sup>8</sup> Cf. Ellen Wood, *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, especialmente o capítulo “Classe como processo e como relação”.

<sup>9</sup> Cf. István Mészáros, *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*, 2002.

Entendemos que os conflitos sempre acompanharam a história do capitalismo, mas os embates entre capitalistas e trabalhadores são dinâmicos, deslocam-se historicamente, determinando-se de acordo com as estratégias desenvolvidas por cada um dos lados da contenda.

Bastam, entretanto, determinações objetivas para a formação de uma classe? A nosso ver, não. Ninguém se expressou melhor sobre a questão do que E. P. Thompson, que enfatiza o caráter histórico da formação de uma classe. “A classe acontece quando alguns homens, como um resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses são diferentes dos (e, frequentemente, opostos aos) seus”<sup>10</sup>. Thompson parte de uma análise de constituição de classe que procura articular as relações entre as determinações materiais da experiência de classe e os elementos culturais que conformam seus sistemas de valores, de crenças, tradições, formas institucionais etc. Para proceder a essa articulação entre relações de produção e consciência de classe, Thompson recorre à mediação oferecida pelo conceito de experiência.

A classe se delinea segundo o modo como os homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural<sup>11</sup>.

Muitos argumentariam que a compreensão do local estrutural ocupado por um determinado grupo social é suficiente para a conformação de uma classe, e que os elementos subjetivos determinariam a “classe para si” ou a consciência de classe – ou “falsa consciência”. Mais uma vez, estamos de acordo com a interpretação de Thompson: “Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é ‘algo’ ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica”<sup>12</sup>. Parece-nos um pouco absurdo entender que há uma classe que não conhece a si mesma nem a seus próprios e “verdadeiros” interesses. Thompson – e mais uma vez estamos de acordo com o autor – considera que tal concepção só pode ser válida “para indicar a política ou a estratégia

<sup>10</sup> E. P. Thompson, *The making of the English working-class*, 1966, p. 9.

<sup>11</sup> E. P. Thompson, “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’” In: E. P. Thompson; Antonio Luigi Negro & Sergio Silva (org.), *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, p. 277. Grifos no original.

<sup>12</sup> E. P. Thompson, op. cit., 2002, p. 279.

dominante, numa relação com outras classes, conduzida por seus líderes, partidos, por outras instituições”<sup>13</sup>.

A noção de classe, assinala Thompson, é inseparável da noção de luta de classes. É no processo histórico da luta que as pessoas se dispõem a se comportar como classe, que passam a definir em termos classistas suas ações e sua consciência em relação a outros grupos de pessoas.

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós de interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo pois a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real<sup>14</sup>.

Dito isto, fica claro que “consciência de classe” não diz respeito apenas a uma visão de mundo revolucionária, mas pode ser aplicada também a uma visão de mundo reformista. Convém, antes de prosseguirmos no raciocínio, discorrer brevemente sobre os termos “reformista” e “revolucionária/o”. Para tanto, recorreremos às palavras de Eric Hobsbawm na introdução de seu livro sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX.

Os reformistas aceitam a estrutura geral de uma instituição ou de um sistema social, mas a consideram capaz de aperfeiçoamento ou de reformas onde os abusos se manifestaram; os revolucionários insistem em que ela deve ser transformada fundamentalmente ou, então, substituída. Os reformistas procuram melhorar e alterar a monarquia ou reforma da Câmara dos Lordes; os revolucionários acham que a única coisa útil que se pode fazer com ambas as instituições é aboli-las. Os reformistas desejam criar uma sociedade em que o policial não seja um arbitrário e em que os juízes não sejam favoráveis aos latifundiários e aos negociantes; os revolucionários, embora simpatizem com esses objetivos, uma sociedade em que não existam

---

<sup>13</sup> Ibidem, p. 280. Continua Thompson: “Nesses termos mais circunscritos, podemos talvez recuperar a noção de falsa consciência no sentido escrito por Engels a Mehring (em 14 de julho de 1893): ‘A ideologia é um processo operado pelo assim chamado pensador de maneira consciente, com uma falsa consciência, portanto. Os reais intentos que o impulsionam lhe são mantidos desconhecidos. De outro modo, não se tratará, de modo algum, de um processo ideológico’.

Neste sentido estritamente ideológico, (...) parece-me que opera um conceito histórico pontual e muitas vezes apropriado. Uma vez que estamos considerando aqui as ilusões e deformações ideológicas características, a estrutura profunda da ideologia característica deste período, é possível que a teoria política dominante de uma classe esteja informada por essas ilusões características ou seja sujeita ao domínio dessas ‘falsas’ ideias”.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 274.

policiais e juizes no sentido atual, sem falar nos latifundiários e negociantes<sup>15</sup>.

A identificação de interesses comuns entre aqueles que foram expropriados dos meios de produção e devem sobreviver vendendo sua força de trabalho e o entendimento de que esses interesses são distintos dos interesses dos homens que detêm os meios de produção e compram sua força de trabalho não leva necessariamente a uma compreensão de que esses conflitos só seriam solucionados definitivamente com a derrubada radical dessa ordem social.

Ainda devemos assinalar que as consciências “reformista” e “revolucionária” não devem ser encaradas como posições políticas imutáveis e estanques. Como alerta Hobsbawm, “qualquer pessoa que não seja o Dr. Pangloss”, na prática, e qualquer movimento dos grupos subalternos é atraído tanto pelo reformismo quanto pelo revolucionismo com intensidade diversa e em épocas diversas.

Com exceção dos raros momentos que exatamente precedem ou durante crises e revoluções profundas, os revolucionários mais extremados devem também ter uma política que se aplique ao mundo em que são forçados a viver. Se querem torna-lo mais tolerável, enquanto o preparam para a revolução, ou se realmente o querem transformar, também têm de ser reformistas a menos que abandonem por completo mundo construindo algum Sião comunista no deserto ou num prado, ou então – como muitos grupos religiosos – a menos que transfiram completamente as próprias esperanças para um além, procurando atravessar, apenas, este vale de lágrimas sem se lamentar até ser libertado pela morte (No último caso, deixam de ser tanto revolucionários quanto reformistas para se transformarem em conservadores.) Ao inverso, a esperança em uma sociedade realmente boa e perfeita é tão poderosa que o ideal dela persegue até mesmo aqueles que se resignaram ante a impossibilidade de modificar, quer o “mundo”, quer a “natureza humana”, e aspiram somente a reformas menores e à correção dos abusos. Entre a maioria dos reformistas militantes existe, muitas vezes, um modesto e temeroso revolucionário ansioso por escapar, embora o passar dos anos, em geral, o aprisione firmemente dentro dele. Dada a total ausência de perspectivas para o sucesso da revolução, os revolucionários podem transformar-se *de facto* em reformistas. Nos momentos inebriantes e de enlevo de uma revolução, a grande vaga de esperança humana deve empurrar até os reformistas para o campo dos revolucionários embora, talvez, com algumas reservas mentais. Entre estes dois extremos há uma variedade de posições a serem ocupadas<sup>16</sup>.

Quando nos referirmos a um grupo de agentes históricos que não atuam com consciência de classe (reformista ou revolucionária) – ou como classe –, preferiremos

---

<sup>15</sup> Eric Hobsbawm, *Rebeldes primitivos: Estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*, 1970, p. 22.

<sup>16</sup> Eric Hobsbawm, op. cit., 1970, pp. 23-24.

nos utilizar do conceito gramsciano de grupos subalternos. Tal conceito abrange um vasto contingente de indivíduos ou movimentos que não constituem rigorosamente uma classe. Marcados por uma acentuada heterogeneidade social, os subalternos caracterizam-se por uma consciência política imatura e desagregada<sup>17</sup>. Suas ações tendem à unificação, mas sempre de forma episódica, provisória, e são permanentemente rompidas pelas iniciativas das classes dominantes. A ideia de subalternização implica, obviamente, a situação de hegemonia e de dominação de determinados grupos sociais sobre outros<sup>18</sup>.

Gramsci distinguia três momentos nas relações de forças políticas:

O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo; um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros de um grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupos meramente econômicos, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. (...) O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”<sup>19</sup>.

Os grupos subalternos podem ocasionalmente se unir de forma parcial, em torno de algumas demandas pontuais, no nível econômico-corporativo. Ou se organizarem de um ponto de vista de classe, a partir do momento em que se estabelece uma solidariedade de interesses do grupo como um todo, interesses que podem continuar tanto no plano meramente econômico ou mover-se na ampliação de direitos dentro do marco legal existente, quanto evoluírem e alcançarem um momento ético-político, o que inclui, além das lutas civis e econômicas, a construção de projetos de sociedade futuros.

<sup>17</sup> Cf. Antonio Gramsci, “Caderno 9: *Risorgimento* Italiano” e “Caderno 25: Às margens da história (História dos grupos sociais subalternos)” In: *Cadernos do cárcere*, vol. V, 2002.

<sup>18</sup> Cf. Isabel Monal, “Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos” In: Carlos Nelson Coutinho & Andréa de Paula Teixeira, *Ler Gramsci, entender a realidade*, 2003.

<sup>19</sup> Antonio Gramsci, “Caderno 13: Breves notas sobre a política de Maquiavel” In: *Cadernos do cárcere*, vol. III, 2000, p. 41

Podemos perceber que o segundo momento nas relações de forças políticas corresponde ao que Thompson entende como classe.

Também nos utilizaremos do termo “proletariado” quando quisermos nos referir mais ao local estrutural ocupado pelos produtores diretos expropriados, que se encontram, portanto, constrangidos a vender sua força de trabalho a alguém que seja dono dos meios de produção, consiga ele ou não vendê-la, sem menção à formação de uma consciência de classe<sup>20</sup>.

Assim posto, os conceitos de classe (consciência de classe), de grupos subalternos e de proletariado serão basilares para a análise empreendida nessa tese sobre a ação dos sujeitos históricos aqui abordados.

Essa concepção da formação da classe e da consciência de classe nos levou a uma exigência teórico-metodológica: analisar o tema vinculado a outros âmbitos da vida do trabalhador, de sua subjetividade como um todo, e não apenas os aspectos nitidamente políticos dessa subjetividade, expressos nos confrontos diretos, institucionalizados, com as personificações do capital e os aparelhos do Estado. Buscamos entender a constituição consciência de classe entre os trabalhadores das empresas recuperadas e das organizações piqueteiras relacionada às seguintes questões: o que esses homens e mulheres que são compelidos a vender sua força de trabalho no mercado para sobreviver mediante um salário pensam de si, do seu grupo de colegas de trabalho, da sua família, do governo, do patrão, etc.? Qual o marco na experiência das lutas em que estão inseridos que os fazem estabelecer um “antes e depois” em suas trajetórias de vida pessoal e laboral? Como eles definem e sentem conceitos ou categorias como exploração, solidariedade, trabalho digno etc.? Como esses novos grupos de trabalhadores entendem os novos tempos, a nova situação laboral? Como a situam em relação à memória (coletiva e individual) que carregam da situação laboral prévia? Que tensões se operam nessa relação no que diz respeito à construção das representações sociais dessa classe trabalhadora multifacetada?

Optamos, para tentar dar conta dessas questões, por utilizar como fontes primárias essenciais entrevistas de história de vida com trabalhadores dos movimentos analisados.

---

<sup>20</sup> As noções de proletariado e de grupos subalternos não são idênticas: todo proletariado faz parte dos subalternos, mas nem todo subalterno é um proletário, i. e., não foi totalmente expropriado dos meios de produção; contudo, ainda que não tenha sofrido uma expropriação total ou mesmo parcial, seus interesses políticos, especialmente aqueles de longo prazo, só podem se identificar com os interesses do proletariado.

### Breve esclarecimento sobre as fontes

As trajetórias de vida se adequam perfeitamente dentro de nossa proposta de análise da subjetividade para avaliar os processos de conformação da classe trabalhadora e sua consciência política no capitalismo contemporâneo.

O diálogo com as disciplinas da Sociologia e da Antropologia para a constituição da metodologia em nossa pesquisa no que concerne às entrevistas de história de vida foi fundamental. Paul Thompson considera que o trabalho com fontes orais leva uma vantagem nas regras para o exame de evidências em relação à documentação escrita devido mesmo a “essa possibilidade de se valer da experiência de outra disciplina”, uma vez que há muito tempo os cientistas sociais utilizam entrevistas, existindo, portanto, vasta discussão sobre métodos de entrevista<sup>21</sup>. Podemos citar além as contribuições de Stephane Beaud & Michel Pialoux<sup>22</sup>, Florence Weber<sup>23</sup>, June Nash<sup>24</sup>, Sidney Mintz<sup>25</sup> ou de José Sérgio Leite Lopes<sup>26</sup>. A discussão sobre metodologia de entrevistas relacionadas diretamente aos mundos do trabalho na contemporaneidade se nos revelou mais profícua nessas áreas do conhecimento do que encontrado no campo da História.

Entre julho e novembro de 2010 vivemos em Buenos Aires para coletar o que consideramos as principais fontes para nossa pesquisa. Realizamos ali 16 entrevistas de história de vida com trabalhadores de Empresas Recuperadas nas seguintes empresas, todas organizadas sob a forma jurídica de cooperativa: Chilavert (gráfica); BAUEN (hotel); IMPA – Indústrias Metalúrgicas e Plásticas Argentina – e Crometal (metalúrgicas). Em fevereiro de 2011, passamos duas semanas na Cidade de Neuquén, capital da província do mesmo nome situada no norte da Patagônia argentina, a fim de realizar entrevistas com trabalhadores da maior e mais famosa empresa recuperada do país, a Zanón / Fasinpat. Nessa empresa, realizamos cinco entrevistas de história de vida e duas entrevistas temáticas: uma coletiva e outra individual.

---

<sup>21</sup> Paul Thompson, *A Voz do Passado: História Oral*, 2002.

<sup>22</sup> Stéphane Beaud & Michel Pialoux, op. Cit., 1999.

<sup>23</sup> Florence Weber, *Le travail à-côté: étude d'ethnographie ouvrière*, 1989.; “Nouvelles lectures du monde ouvrier: de la classe aux personnes” In: *Genèses*, dez. 1990.

<sup>24</sup> June Nash & Juan Rojas, *He agotado mi vida en la mina: una historia de vida*, 1976; June Nash, *Comemos a las minas y las minas nos comen a nosotros*, 2009.

<sup>25</sup> Sidney Mintz, *Worker in the cane: a Puerto Rican life history*, 1974; Encontrando Taso, me descobrindo In: *Revista de Ciências Sociais*, Vol. 27, no. 1, 1984

<sup>26</sup> José Sérgio Leite Lopes, *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*, 1988; José Sergio Leite Lopes e Rosilene Alvim, “Famílias operárias, famílias de operárias” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 14, ano 5, out.1990.



A indicação dos informantes foi feita por membros do conselho administrativo das cooperativas, à exceção do hotel, onde quem assumiu essa posição foi o setor de imprensa (setor inexistente nas outras ERT visitadas), e se deu de acordo com o critério elegido por nós: entre os quatro entrevistados, deveria constar pelo menos uma mulher, pelo menos um(a) jovem com pouca experiência de trabalho e pelo menos um(a) trabalhador(a) com longa experiência de trabalho. Também foi possível ter pelo menos um entrevistado que entrara para a empresa depois da luta de recuperação e um entrevistado que participara de todo o processo desde a ocupação. Além da heterogeneidade geracional e de gênero, buscamos diversidade na escolha dos ramos das empresas. Optamos por realizar entrevistas temáticas, sobre a luta pela recuperação e a organização do trabalho da empresa antes e depois desse processo com membros do conselho administrativo das cooperativas (com a mesma exceção feita ao hotel) antes de realizar as entrevistas de história de vida. Esse tipo de entrevista não estava em nossos planos, mas durante o período de sua preparação nos pareceu que seria proveitoso para nos situarmos melhor quando da realização das entrevistas de história de vida em cada empresa. Realizamos uma entrevista temática em cada uma das empresas mencionadas acima, além de mais duas em empresas que não nos permitiram fazer entrevistas de história de vida com seus trabalhadores – Ghelco (alimentícia) e a 18 de dezembro (têxtil). Chilavert, IMPA e Crometal pertencem ao Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER); o BAUEN integra a Federação Argentina de Cooperativas e Trabalhadores Autogestionados (FACTA); e a Ghelco, assim como a 18 de dezembro, conformam o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas por seus Trabalhadores (MNFRT). Todas as empresas recuperadas onde realizamos entrevistas estão situadas na Capital Federal, exceto Crometal, localizada no distrito de Berazategui, na zona sul Grande Buenos Aires (GBA). A província de Buenos Aires, e sobretudo a região metropolitana da GBA, concentra o maior número de ERT, mais da metade, percentual que obedece a própria estrutura industrial do país.

Esse total de 29 entrevistas se somam às 12 entrevistas de história de vida, realizadas em 2008, nos seguintes Movimentos de Trabalhadores Desempregados: MTD Lugano (duas entrevistas); MTD Almirante Brown (quatro); Movimento Teresa Rodríguez (MTR) (três); Movimento Bairros de Pé (três). No MTR, realizamos uma entrevista temática sobre o trabalho territorial levado a cabo nesta organização piqueteira, sugerida por seus próprios militantes. A lógica de escolha dos entrevistados obedece ao mesmo critério empregado para as ERT (com exceção do primeiro grupo

piqueteiro, que disponibilizou apenas dois informantes), sendo que a indicação se dava pelos referentes desses movimentos. As duas primeiras organizações pertencem à Frente Popular Darío Santillán (FPDS, que reúne além de MTD, movimentos estudantis, assembleias de bairro e organizações culturais) e junto ao MTR podem ser classificadas como pertencentes a uma linha política mais crítica às tradicionais instituições da representação dos trabalhadores – sindicatos e partidos políticos – e de aspectos centrais que estruturam o capitalismo. O Bairros de Pé se origina com militantes do partido Pátria Livre, de inspiração peronista e crítico do modelo neoliberal, e pretende lutar por um capitalismo nacionalista e socialmente mais justo. Com exceção do MTD Lugano, localizado em uma favela (*villa miseria*) da Cidade de Buenos Aires, todas as outras organizações piqueteiras estão assentadas em bairros periféricos dos distritos da zona sul e oeste da GBA, as mais castigadas pela desindustrialização no país.

No caso das ERT, as entrevistas foram recolhidas por nós em 2010 e 2011, e todas foram realizadas nos locais de trabalho; as de integrantes de MTD, feitas entre fevereiro e março de 2008, foram levadas a cabo ou nas casas desses informantes ou em locais de socialização de cada movimento piqueteiro. Todos os locais de entrevistas foram escolhidos e disponibilizados pelos próprios informantes.

As dificuldades de realização de entrevistas com integrantes de MTD se mostraram maiores do que com aqueles das ERT, sobretudo pelo estabelecimento de contatos; daí a menor quantidade de entrevistas realizadas com estes dentro do tempo que tínhamos disponível para a coleta destas em outro país.

A representatividade desses testemunhos para a avaliação das tensões e contradições que se operam na constituição da subjetividade da classe trabalhadora como um todo poderia ser questionada pelo seu número, pelo fato de se apoiarem na memória, e pela razão de que esses trabalhadores são uma minoria no universo da classe – não há estatísticas para o caso dos piqueteiros, embora a bibliografia a respeito diga que representam uma quantia ínfima no universo dos desempregados; já os trabalhadores de empresas recuperadas são estimados entre nove e doze mil.

A memória pode parecer um fenômeno individual à primeira vista, porém, Maurice Halbwachs<sup>27</sup> chamou a atenção para o fato de que a memória é muito mais um fenômeno coletivo do que próprio a um indivíduo singular. A reconstrução de um fato do passado requer dados ou noções comuns a um grupo – só podemos nos recordar

---

<sup>27</sup> Cf. Maurice Halbwachs, *A memória coletiva*, 1990 e *Les cadres sociaux de la mémoire*, 1976.

quando nos situamos em relação ao ponto de vista de um ou mais grupos e de nos posicionarmos novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo. Destacamos ainda no que tange ao tema da representatividade, algumas considerações de Sidney Mintz, que empreendeu um trabalho de biografia da vida de um trabalhador dos canaviais de Porto Rico. No artigo, *Encontrando Taso, me descobrindo*, Mintz declara que Taso, o referido informante, não é representativo dos trabalhadores ou mesmo da classe trabalhadora rural de Porto Rico, se tomamos representatividade como sinônimo de média; mas Taso é “representativo de seu tempo, de seu lugar, de seu povo” na medida em que sua narrativa pessoal “incorpora a experiência de uma comunidade, uma região e um país, sendo que em cada uma delas em níveis de realidade e de abstração algo diferentes”<sup>28</sup>.

Também utilizamos como fontes primárias documentos escritos – manifestos, declarações, jornais, panfletos etc. – produzidos pelos movimentos analisados, sobre os quais empreendemos uma análise de discurso a fim de aprofundar nossa apreciação da questão da construção da identidade coletiva, do projeto sociopolítico e cultural, das práticas, das redes de articulações e opositores, entre outros elementos e categorias básicas para um exame que se dedique a movimentos de trabalhadores. Esses documentos foram coletados, sobretudo, no Centro de Documentação Empresas Recuperadas, mantido pelo Programa Faculdade Aberta, da Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade d Buenos Aires, e no Centro de Documentação e Investigação da Cultura de Esquerdas na Argentina (CeDInCI), além de em páginas virtuais mantidas por MTD e ERT.

O recorte cronológico desta investigação foi delimitado entre 1996, ano em que começaram a surgir os primeiros MTD e ERT, e 2011, ano em que foram realizadas as últimas entrevistas para o trabalho.

---

<sup>28</sup> Sidney Mintz, op. cit., 1984. O livro que escreveu baseado na biografia de Taso é op. cit., 1974.

## **CAPÍTULO 1. CONTEXTO POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO DA EMERGÊNCIA DAS EMPRESAS RECUPERADAS POR SEUS TRABALHADORES E DOS MOVIMENTOS DE TRABALHADORES DESEMPREGADOS**

### **1.1. 2001: Crônica de uma crise anunciada**

No início da década de 1990, a Argentina fora incensada pelos *think tanks* afinados com a ideologia neoliberal como o exemplo a ser seguido pelos países periféricos – ou “países em vias de desenvolvimento” na linguagem apologética do capital – na reestruturação de sua economia, num mundo em que a globalização e a plena liberdade dos mercados eram consideradas obviedades, panaceias incontestáveis para todos os males da economia.

Em 2001, ano em que o país amargou uma crise econômica sem precedentes e assistiu ao agravamento do descontentamento dos setores médios e populares com a situação socioeconômica que estavam atravessando, comentaristas “especialistas” e o círculo dos organismos financeiros multilaterais culpavam a Argentina por não ter implantado as (contra) reformas neoliberais de forma contundente.

Uma alta especulação financeira pontuou toda a gestão do *Chicago Boy* Domingo Cavallo à frente do ministério da Economia naquele ano. Desde o início de 2001, foram evadidos US\$ 25 bilhões em reservas e depósitos. No dia 30 de novembro, houve uma fuga do sistema bancário de 1 bilhão; o recorde até então era de uma evasão de US\$ 976 milhões quase cinco meses antes, em 12 de junho. As ações, nesse dia 30, enfrentaram uma queda de três por cento e o “risco país” atingira 3573 pontos.

Os poupadores, em meio aos rumores de um congelamento dos depósitos, correram aos bancos e formaram longas filas para sacar seu dinheiro. O governo pediu calma à população, anunciando que durante aquele fim de semana divulgaria medidas para fortalecer o sistema financeiro.

O ministro da economia garantiu a intangibilidade dos depósitos e a paridade entre o peso e o dólar. O novo pacote econômico foi tornado público no dia seguinte, estabelecendo importantes modificações nos movimentos de fundos e nas operações financeiras. A medida de maior impacto entre a população foi a da restrição dos saques de dinheiro a 250 pesos / dólares por semana, por conta bancária (o famigerado *corralito*); os compromissos restantes deveriam ser realizados por meio de cheques, cartões de débito ou crédito e cheques de cancelamento bancário. Além disso, não

haveria concessões de empréstimos em pesos, apenas em dólares; os créditos vigentes poderiam ser convertidos em dólares no câmbio 1 a 1 e os vencimentos fixos poderiam ser renovados em pesos ou em dólares, mas a taxa de juros em pesos não poderia ser superior àquela que se pagava em dólares. A partir da segunda-feira seguinte, dia três de dezembro, estas medidas entrariam em vigor por 90 dias.

Para complicar a situação do governo do presidente Fernando De la Rúa, no dia cinco o FMI anunciou que não desembolsaria os 1,2 bilhão de dólares que esperava o ministério da Economia, colocando o país em virtual *default*. O Fundo declarou que não daria um dólar a mais para aquele que fora seu aluno exemplar durante uma década até que ele definisse um novo programa econômico “sustentável”. Cavallo logo depois iria a Washington para reuniões com a instituição, em que esta colocou ao ministro duas escolhas: abandono da convertibilidade ou corte no orçamento estatal. O ministro optou pela segunda.

A fim de alcançar o “déficit zero”, o projeto de orçamento do ministério previa um ajuste fiscal para os governos federal e provinciais de 9,2 bilhões de pesos, entre aumentos de impostos e cortes de gastos (previstos em torno de quatro bilhões), além da economia de 5,5 bilhões para pagar os juros da dívida externa. Uma das propostas que Cavallo colocou para os congressistas foi a seguinte opção: eliminar o décimo terceiro salário dos funcionários públicos e aposentados ou rebaixar entre 13 e 21% os vencimentos destes. Afinal, a turba pode ficar nervosa, mas os mercados, jamais.

A Confederação Geral do Trabalho (CGT) “oficial” (ou “dialoguista”), que tinha por secretário geral Rodolfo Daer, e a CGT “dissidente” (ou “rebelde”), cujo secretário geral era Hugo Moyano, fecharam acordo para convocar o que viria a ser a sétima paralisação geral em dois anos do governo da Aliança, embora se desentendessem a respeito de que forma seria conduzida, se com mobilização nas ruas – como desejava a central de Moyano – ou não – postura defendida pela central de Daer. A paralisação realizou-se no dia 13, contando também com a participação da Central de Trabalhadores Argentinos (CTA) – cuja secretaria geral estava sob o comando de Victor De Gennaro – , e apoiou-se na adesão quase total do setor de transportes e da administração pública. De acordo com os dirigentes das duas CGT e da CTA, a paralisação obteve quase 100% de efetividade. O governo, que criticou a convocação por parte das centrais sindicais, alegando que era uma medida de força “política”, quando o país precisava de “unidade” para tentar sair da crise, estimou que a adesão não ultrapassara os 59%.

A CTA e a CGT de Moyano organizaram mobilizações que apesar de discretas e com participação reduzida em seus atos centrais contou com grande difusão em todo o território nacional. Trabalhadores desempregados organizados bloquearam estradas e ruas em Tucumán, Jujuy e na Cidade de Buenos Aires e pequenos proprietários rurais fizeram o mesmo em Rio Negro; funcionários públicos manifestaram pelas ruas e apedrejaram bancos e a sede de um jornal em Córdoba; em Pergamino, manifestantes invadiram o edifício da prefeitura; funcionários públicos e trabalhadores desempregados em Neuquén se manifestaram, apedrejaram e tentaram incendiar edifícios públicos, bancos, empresas estrangeiras e a sede de um jornal. A CGT liderada por Daer foi contra a mobilização conduzida pelas outras duas centrais alegando que a manifestação poderia ser entendida como um ato político com vistas a desestabilizar o governo De la Rúa.

No dia 12 foi organizada uma manifestação com “panelaços”, “buzinaços” e um “apagão” pela Coordenadora de Atividades Mercantis Empresárias (CAME), à qual se juntaram espontaneamente vizinhos de classe média, base eleitoral da Aliança em 1999.

Na noite do dia 13 também se iniciou uma onda de saques que teve início em Mendoza e se alastrou pelo país: Rosário (Santa Fé), Concórdia, Concepción del Uruguay e Gualeguaychú (Entre Ríos), Avellaneda, Quilmes, San Martín, Boulogne, San Miguel, Lanús, Lomas de Zamora, Ciudadela e Moreno (Grande Buenos Aires – GBA), a Capital Federal, San Juan, Santiago del Estero, Neuquén, Córdoba e Cipolletti (Rio Negro). Estima-se entre oitocentos e mil o número de saques. Em sua maior parte, os saques se dirigiram num primeiro momento aos grandes supermercados, mas também se realizaram contra pequenos estabelecimentos comerciais e registraram-se até mesmo invasões em domicílios de bairros vizinhos aos de origem dos saqueadores.

A Frente Nacional Contra a Pobreza (Frenapo) realizou entre os dias 14 e 17 de dezembro uma votação de consulta popular em que os participantes poderiam se manifestar a favor ou contra três instrumentos que, em conjunto, deveriam constituir um “salário cidadania”: 1) um designado “seguro de emprego e formação”, para cada chefe de família desempregado; 2) um vencimento de 60 pesos por mês para cada filho(a) de até 18 anos; 3) outro vencimento de 150 pesos para os maiores de 65 anos que não recebessem aposentadoria ou qualquer tipo de pensão. O objetivo da proposta era que nenhum lar argentino se situasse abaixo da linha de pobreza – segundo pesquisa do INDEC, em outubro de 2001, estava abaixo desta linha 25,5% dos lares argentinos (e 34,5% do total da população), i.e., famílias com no mínimo dois filhos que recebessem

menos do que 500 pesos por mês. A consulta surpreendeu até os organizadores: foram contabilizados mais de 2,7 milhões de votos, a imensa maioria a favor das medidas.

A Frenapo, que se assumia como um movimento político, mas não partidário – constituído por um alto número de organizações empresariais, universitárias, de trabalhadores, de direitos humanos, culturais, artísticas, personalidades a título individual e também representantes de partidos políticos (Frepaso – Frente País Solidário; ARI – Afirmação para uma República Igualitária; PJ – Partido Justicialista e UCR – União Cívica Radical) –, nasceu em 14 de julho de 2001, sobre a base do que havia sido o Movimento pela Consulta Popular, que no ano anterior apresentara uma petição em apoio a essa mesma proposta com 700 mil assinaturas.

Como nem o Poder Executivo, nem o Legislativo, convocaram o plebiscito previsto pela constituição reformada em 1994, a Frente decidiu assumir a convocação por conta própria. A Frenapo sustentava que o seu intuito não era mostrar que podiam representar os argentinos melhor do que o faziam os partidos políticos, mas instigar a participação ativa ao invés da delegação do poder de decisão e fazer ver que “não se pode separar o social do político”. Diante do expressivo número de votantes, a Frente realizaria assembleias em todo o país e, apenas recontados os votos, pediriam entrevistas em todas as instâncias nacionais, provinciais e municipais, com o fito de que todos os níveis de governo recebessem a reivindicação de que não se aprovasse o Orçamento de 2002 proposto por Cavallo e se derogasse a lei de déficit zero.

No dia 18 de dezembro, De La Rúa convocou uma reunião de seu gabinete para discutir o descontentamento social, especialmente no que se referia aos saques, fenômeno que os argentinos já presenciaram em 1989, no governo do também radical Alfonsín, e que contribuiu para que este deixasse o cargo de presidente seis meses mais cedo do que o previsto. A preocupação do governo recaía não tanto na magnitude dos saques, mas na origem espontânea destes – não se tratava de cidadãos enquadrados num movimento político ou sindical, e, dessa forma, não havia um interlocutor com quem se pudesse negociar. No dia seguinte, o governo federal decretou estado de sítio, ordenou o aquartelamento das Forças Armadas do Estado – que obedeceram à ordem, mas informaram que não interviriam – e através de um discurso presidencial conclamou os argentinos (subalternos) a que tivessem calma, mais uma vez.

Eles não responderam ao apelo – tinham direito a ficar nervosos assim como os mercados da era neoliberal. As recentes medidas tomadas pelo governo apenas acirraram a tensão social e desataram uma manifestação espontânea com adesão

massiva da classe média, que golpeava suas panelas na mesma noite do anúncio das medidas. Concentradas em vários pontos das cidades de Buenos Aires, La Plata, Rosário, Córdoba, Mar del Plata e outras, ecoava o grito que virou uma palavra de ordem: “¡Que se vayan todos!”, “¡Que no quede ni uno solo!”. “Todos”: a camada política. As concentrações mais simbólicas ocorreram na Plaza de Mayo e em frente ao Congresso Nacional. Os slogans políticos tradicionais, do tipo “el pueblo unido / jamás será vencido”, foram abafados por uma enxurrada de palavrões, como considerações desairosas a respeito das mães dos políticos, madrugada adentro. Menem, De La Rúa e Cavallo foram os principais alvos da ira contra o sistema político.

No correr da manhã do dia 20, militantes de diversas organizações, algumas antagônicas, junto a um bom número de jovens não filiados a quaisquer organizações, ocuparam a Plaza de Mayo em protesto. Após a chegada das Madres, houve uma primeira repressão policial aos dois grupos. Mais tarde, uniram-se aos manifestantes trabalhadores da região do chamado “microcentro” portenho que estavam na rua para o horário de almoço e outras pessoas que assistiam a repressão policial pela TV e resolveram ir à praça munidas de suas panelas. A espontaneidade do descontentamento argentino com a situação econômica, política e social do país parecia tomar as imediações da Casa Rosada até que a polícia voltou a reprimir a multidão com gases lacrimogêneos, balas de borracha e de chumbo e cercou toda a Plaza de Mayo. A luta entre manifestantes e policiais para dominar a praça se deu pelo resto do dia. Durante esse dia também foram realizados vários *escraches* em frente à casa de diversos políticos, inclusive na quinta presidencial de Olivos – os *escraches* constituem uma forma de protesto iniciada por filhos de desaparecidos durante a última ditadura militar na Argentina, organizados no movimento HIJOS (Hijos por la identidad y la justicia), e se caracterizam por atos-surpresa em frente a residências particulares dos repressores que a justiça argentina deixou em liberdade, a fim de por em evidência e repudiar a impunidade, de acordo com a ideia de que “se não há justiça, há escrache”. Em *lunfardo*, gíria portenha, *escrache* significa “escancarar”, “pôr em evidência”. Este tipo de manifestação se estende também contra aqueles que cumprem ou cumpriram funções governamentais, sendo, de forma geral, levados a cabo de maneira espontânea e autoconvocatória por pessoas que não se enquadram em nenhuma organização social ou política<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Cf. Luis Menéndez & Nestor López, “La insumisión de la utopía (Acerca del ¡que se vayan todos!)” In: *Herramienta*, no 24.



Às 16 horas De La Rúa pronunciou um discurso pela TV e voltou a convocar uma unidade nacional, pedindo ao peronismo que oferecesse uma resposta para armar uma coalizão, que retribuiu com uma negativa. Por volta das 19 horas, quando a violência recrudescia nas ruas argentinas e as centrais sindicais iniciavam uma paralisação por tempo indeterminado, o presidente da República apresentou sua renúncia. No dia seguinte, registravam-se 25 mortos e mais de 400 feridos nos intensos protestos que tomaram as ruas do país ao longo dos dias 19 e 20 de dezembro.

María Cotarelo e Nicolás Iñigo Carrera assinalam que os acontecimentos de dezembro de 2001 seriam um marco de um ciclo de enfrentamentos sociais que, desde 1989, tomaram corpo na Argentina, seja no plano local ou nacional – com momentos ascendentes e descendentes –, e que entre os dias 12 e 20 de dezembro de 2001 podemos encontraram-se todas as formas de mobilização e insurreição populares que ocorreram no país ao longo de doze anos: revoltas, motins, greve geral, saques, tomada e defesa com barricadas de uma posição...<sup>30</sup>

O *Argentinação* exprimiu uma contestação às instituições tradicionais da democracia representativa burguesa, às formas de relação de poder que sustentam esse modelo de organização política em tempos de extrema privatização do público e publicização do privado, assim como evidenciou a clara conexão entre o político e o econômico-social. Também proporcionou o desenvolvimento de um novo tipo de movimento social, as Assembleias de Bairro, herdeiras diretas do questionamento implícito nas palavras de ordem “*¡que se vayan todos!*” que ecoaram nas ruas nos dias 19 e 20 daquele mês.

As jornadas de 2001 também fortaleceram movimentos que já vinham se desenvolvendo desde meados dos anos 90, no contexto de enorme expulsão de trabalhadores do mercado de trabalho e da extrema precarização dos remanescentes, que ainda conseguiam ser assalariados na Argentina, como é o caso dos Movimentos de Trabalhadores Desempregados (MTD) e das Empresas Recuperadas por seus Trabalhadores (ERT).

## 1.2. Antecedentes

No entanto, as transformações observadas nos anos 1990 do século passado estão inseridas em um contexto de redefinição do padrão de acumulação de capital que

---

<sup>30</sup> Cf. Nicolás Iñigo Carrera e María C. Cotarelo, “Argentina, diciembre de 2001: hito en el proceso de luchas populares” In: José Seoane (org.), *Movimientos Sociales y Conflicto en América Latina*, 2004.

começa a se delinear com clareza a partir da ditadura instaurada com o golpe de Estado de 1976. O movimento de determinadas frações das classes dominantes iniciado em 1976 veio a por um fim no padrão de acumulação pautado pela industrialização por substituição de importações para inaugurar um novo modelo baseado no que Eduardo Basualdo define como “valorização financeira”<sup>31</sup>. Tal designação pode dar a falsa impressão de que se trata apenas dos abundantes rendimentos obtidos pelos agentes do sistema financeiro, mas o próprio autor salienta que o processo diz respeito também à renda financeira obtida pelos grandes capitais oligopólicos que dominam diferentes setores da economia: produção industrial, produção agrícola e, após a década de 1990, os serviços públicos privatizados<sup>32</sup>.

Adicionamos que a denominação “valorização financeira” pode dar outra falsa impressão: a de que a renda financeira nada tem a ver com o sobre-trabalho extraído dos produtores diretos no processo de produção. O grande desenvolvimento e predomínio atual do capital portador de juros (ou capital monetário) são acompanhados da generalização de dois mitos, como frisa Virgínia Fontes: “o de que é na atividade da gestão intelectual (sobretudo na complexa gerência de riscos e de taxas, na gestão internacionalizada de capital monetário) que se produz o lucro e o segundo mito, seu complemento, o de que o trabalho vivo não mais teria qualquer função na vida social”<sup>33</sup>. Os vários decretos sobre o fim do trabalho e sobre o ocaso da classe trabalhadora como sujeito histórico se ancoram profundamente nessa interpretação unilateral do lugar ocupado pelo capital monetário no capitalismo contemporâneo.

As necessidades da processualidade da acumulação sempre ampliada do capital produtivo acarretaram no desenvolvimento da autonomização de formas diversas de capital: capital produtivo, capital comercial, capital portador de juros... O capitalista que se “especializou” como proprietário da mercadoria-capital (capital sob forma monetária) não investe o seu capital diretamente na esfera produtiva, mas o empresta para um segundo capitalista que irá investir esse dinheiro no processo produtivo, como capitalista funcionante. A disponibilidade do capital como mercadoria através do sistema de créditos proporcionou ao capitalista funcionante a rápida liberação de capital para efetivar os investimentos considerados devidos na produção e, conseqüentemente, uma rotação de capital muito mais rápida do que se ele tivesse que

---

<sup>31</sup> Cf. Eduardo Basualdo, *Sistema Político y Modelo de Acumulación en la Argentina (1976-2001)*, 2002.

<sup>32</sup> Cf. Eduardo Basualdo, op. cit., 2002.

<sup>33</sup> Virgínia Fontes, *O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história*, 2010, p. 26.

aguardar todo um ciclo (ou vários) de venda de suas mercadorias e, portanto, de realização do mais-valor no processo de circulação, para arrecadar os recursos para investir no processo produtivo – ampliando-o ou diversificando-o. Porém, essa funcionalidade do capital portador de juros carrega em seu bojo uma disfuncionalidade: ele não produz mais-valor, mas participa da apropriação deste. Ao final de um determinado tempo, acordado entre o capitalista funcionante (mutuário) e o capitalista proprietário do capital monetário (prestamista), aquele deve abonar ao último uma parte do mais-valor gerado no processo de produção. Essa parte que corresponde ao prestamista recebe o nome de juros<sup>34</sup>.

O distanciamento entre o capital monetário e o processo de produção é, pois, apenas aparente. O capital monetário possibilita uma enorme expansão da acumulação capitalista, mas o mesmo tempo *“exige e impõe que outros, os capitalistas funcionantes, extraiam mais-valor em ritmo sempre acelerado (...) para reembolsá-lo e assegurar sua própria reprodução enquanto extração de mais-valor”*<sup>35</sup>. E a medida do tempo de trabalho do produtor direto continua sendo vital para a lógica da reprodução (sempre ampliada) do capital: tanto para o capitalista proprietário da mercadoria capital quanto para o capitalista funcionante, salienta Fontes, o tempo despendido no processo de produção é tido como um desperdício. Como não podem eliminar o trabalho vivo, o único capaz de criar valor, essas duas diferentes frações das classes dominantes perseguem o objetivo de encurtar o tempo de valorização do valor.

Portanto, *“Longe de se reduzir, a contradição central entre trabalho e capital torna-se mais aguda, generalizando massas indistintas de diferentes tipos de trabalhadores em meros produtores de valor e de mais-valor, contrapostos a todos os tipos de capital”*<sup>36</sup>.

Feita a ressalva, voltamos ao exame da questão das transformações no padrão de acumulação de capital na Argentina contemporânea.

A reconfiguração do modelo de acumulação inclui não apenas uma reestruturação da base econômica, mas de todo o conjunto das relações na sociedade civil e no sistema político. Constitui, logicamente, ao mesmo tempo, uma reconfiguração da arena da luta de classes.

---

<sup>34</sup> Cf. Karl Marx, *El Capital: Crítica de la Economía Política, l. III – El proceso de producción capitalista, en su conjunto*, 2001, mais especificamente as seções quarta e quinta.

<sup>35</sup> Virgínia Fontes, op. cit., 2010, p. 33. Grifos no original.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 35.

Essa redefinição do campo da luta de classes na Argentina já se apresentava como uma questão a ser solucionada para determinadas frações das classes dominantes desde meados da década de 1950. O modelo de crescimento capitalista vigente até então, que se baseava em uma aliança entre a fração mais poderosa dos latifundiários, concentrados na região dos Pampas argentinos, e os grandes industriais locais ligados diretamente ao capital estrangeiro, encontrava seus limites – tanto no que diz respeito aos enfrentamentos intra-classes dominantes quanto no que se refere aos conflitos entre as classes dominantes e a classe trabalhadora.

A aliança entre as referidas frações das classes dominantes, que teve início na década de 1930 por ocasião da crise capitalista de 1929, sob predomínio dos latifundiários, promoveu a consolidação e expansão da indústria argentina, com forte impulso do Estado, que voltara a ser dominado pela oligarquia após quatorze anos de administração do partido da União Cívica Radical (UCR). O crescimento industrial argentino foi orientado pela política de substituição de importações, baseado na indústria leve, produtora de bens de consumo não duráveis. Segundo dados apresentados pelo recenseamento, entre 1935 e 1937 o crescimento do setor secundário no país igualou-se, aproximadamente, às cifras compreendidas entre 1914 e 1935. Em meados da década de 1940 tornar-se-ia o setor líder da economia argentina<sup>37</sup>.

Por essa época, a tradicional burguesia agrária pampeana já não ocupava o posto de vanguarda dinâmica e altamente produtiva da economia argentina que a caracterizou desde finais do século XIX e início do XX, mantendo uma modalidade extensiva de exploração da terra. Porém, ainda conservava em suas mãos um considerável poder político. Por seu turno, o grande capital industrial local, associado ao capital estrangeiro, passa a representar o setor mais desenvolvido da economia argentina, mas não exercia um domínio político correspondente à sua posição econômica. Juan Carlos Portantiero define esse período como de crise orgânica. “A partir desse momento a história das classes dominantes argentinas é a história, ziguezagueante, da busca por ajustes entre as novas condições econômicas e as estruturas políticas”<sup>38</sup>.

A grande burguesia industrial na Argentina sente a necessidade de um projeto de crescimento, a longo prazo, que modifique a orientação da política estatal para com

---

<sup>37</sup> Cf. Miguel Murmis & Juan Carlos Portantiero, *Estudios sobre as Origens do Peronismo*, 1973.

<sup>38</sup> Juan Carlos Portantiero, “Clases dominantes y crisis política en la Argentina actual” In: *Pasado y Presente*, n.1, 1977, p. 9. (CD). Tradução livre.

o capital estrangeiro, no que tange à promoção da indústria. Seus interesses apontam para o fim da política redistributiva, iniciada na década de 1940, e da suposta ineficácia das empresas surgidas sob o amparo do protecionismo e do processo inflacionário. O poder do Estado deveria ser canalizado para desenvolver as economias externas requeridas por sua própria dinâmica de crescimento, possíveis por meio de uma ação pública que aumentasse as inversões em obras de infraestrutura e assim racionalizasse o desempenho do Estado eliminando os gastos improdutivos.<sup>39</sup>

Os grandes industriais também reclamavam da falta de uma disciplina adequada à vida das empresas por parte dos trabalhadores argentinos. Creditavam a culpa por essa situação de “indisciplina” e “ineficiência”, em grande parte, às instâncias de representação direta dos trabalhadores sindicalizados no chão da fábrica, que se difundiram e se consolidaram amplamente durante os dois governos do General Juan Domingo Perón (1946-1955). Tais órgãos de representação eram constituídos pelos delegados, os corpos de delegados e as comissões internas.

Os delegados são os representantes dos trabalhadores no interior dos estabelecimentos empresariais que empreguem dez ou mais trabalhadores e sua quantidade está regulada pela legislação e vinculada à quantidade de trabalhadores no local da empresa. Para se candidatar a delegado, o trabalhador deve ser filiado à organização sindical legalmente reconhecida correspondente ao seu ramo de ocupação, apresentar-se em eleições convocadas pelo sindicato e possuir certa antiguidade no estabelecimento em questão. Atualmente os delegados são eleitos pela totalidade dos trabalhadores através do voto simples e direto e o sindicato não possui mais tanto peso e influência nessa eleição como em períodos anteriores. Os corpos de delegados são órgãos colegiados constituídos por todos os delegados de dado estabelecimento de trabalho<sup>40</sup>.

As comissões internas, por sua vez, são corpos colegiados compostos por um pequeno número de delegados que são eleitos segundo os diferentes regulamentos internos das organizações sindicais. Tal instância deve representar a totalidade dos trabalhadores da empresa diante dos patrões para liderar as reivindicações referentes às condições de trabalho, à salubridade, ao nível salarial entre outros. Também conformam a estrutura sindical e exercem o importante papel de articular os

---

<sup>39</sup> Cf. Juan Carlos Potantiero op. cit., 1977.

<sup>40</sup> Cf. Victoria Basualdo, “Los delegados y las comisiones internas en la historia argentina: 1943-2007” In: Daniel Azpiazu, Martín Schorr & Victoria Basualdo, *La industria y el sindicalismo de base en la Argentina*, 2010.

trabalhadores de um estabelecimento empresarial ao sindicato de base nacional. Se bem a legislação trabalhista vigente não fizesse referência explícita às comissões internas, sindicatos e trabalhadores defendiam sua presença nos estabelecimentos baseados em uma cláusula do art. 49 do decreto de lei de associações profissionais de 1945<sup>41</sup>.

Victoria Basualdo avalia que a existência dessas instâncias de representação direta “outorgou à estrutura sindical argentina um caráter original e pioneiro em comparação à da maioria dos países latino-americanos, os quais, ou bem não podiam ainda obter esta conquista ou bem nunca poderiam lográ-la”<sup>42</sup>.

As comissões internas tiveram um papel fundamental para exigir uma aplicação efetiva da legislação trabalhista e dos acordos feitos pelos sindicatos e proporcionaram aos trabalhadores que tivessem representantes, reconhecidos pelos patrões e com proteção contra demissões e represálias, que podiam intervir a seu favor estabelecendo limites ao poder do capital no âmbito do chão da fábrica. A organização dos trabalhadores argentinos nas comissões internas conseguiu imprimir importante impacto não apenas no que diz respeito às questões salariais, mas também no que tange à organização da produção, ao ritmo e às condições de trabalho, modificando as relações de força no interior das empresas<sup>43</sup>.

A reação dos capitalistas não tardou em surgir, como pode exemplificar o excerto abaixo de um documento da entidade patronal Confederação Geral Econômica (CGE):

as comissões internas demonstraram reiteradamente não compreender quais são as pré-condições para uma eficiente gestão das empresas, e sua atitude constitui um dos principais obstáculos que travam a organização racional da produção. (...) de forma arrogante, apropriaram-se arbitrariamente do direito de aceitar ou rechaçar as propostas feitas pelas gerências das empresas com relação à modificação de métodos, ao incremento da velocidade das máquinas, à eliminação de tarefas desnecessárias<sup>44</sup>.

V. Basualdo aponta que nesse documento se exprime nitidamente a necessidade de implantar um processo de “racionalização” que trazia em seu bojo um questionamento dos ganhos dos trabalhadores, com o intuito de aumentar a eficiência

<sup>41</sup> Victoria Basualdo, op. cit., 2010.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 82. Tradução livre.

<sup>43</sup> Cf. Ibidem.

<sup>44</sup> Confederación General Económica (CGE), “Congreso de Organización y Relaciones de Trabajo”, Buenos Aires, 1954, pp. 70-71, citado em Louise Doyon, *Perón y los trabajadores: los orígenes del sindicalismo peronista (1943-1955)*, 2006, pp. 388-389, apud: Victoria Basualdo, op. cit., 2010, pp. 91-92. Tradução livre.

da produção e a taxa de lucro empresarial. Para tanto, era imprescindível rebaixar o poder dos representantes dos trabalhadores, vistos como obstáculo central nesse processo. Os setores empresariais conclamavam o Estado a apoiar suas tentativas de disciplinamento dos trabalhadores. Os industriais consideravam que aqueles deveriam ser educados para que assumissem “comportamentos mais adequados na vida das empresas”<sup>45</sup>, e aceitassem a aplicação de um sistema de salários condicionado pela produtividade individual, com o nobre objetivo de “incrementar a riqueza da nação”<sup>46</sup>.

A Câmara de Indústrias Metalúrgicas levou uma queixa ao Congresso Nacional a fim de denunciar “a liberdade extrema de que gozam as comissões internas nas fábricas”<sup>47</sup>.

Durante os governos peronistas, a classe trabalhadora forjou um novo papel que, segundo Daniel James, refletiu-se decisivamente no local de trabalho.

Essa transferência proporcionou a lente através da qual se filtrou grande parte da retórica da ideologia peronista. Slogans formais relativos à “dignidade do trabalho”, à “humanização do capital”, à “responsabilidade social do empregador”, foram concretamente interpretados pelo operário em função da capacidade que ele tinha (...) para controlar em maior ou menor grau sua vida na oficina ou na planta, ou ao menos para limitar as prerrogativas da parte patronal nessa esfera<sup>48</sup>.

James assinala que depois da crise econômica de 1951-52, os empresários (e o Estado) centrariam suas preocupações na problemática das comissões internas, visto que o desenvolvimento da acumulação de capital na Argentina estava indissolúvelmente ligado ao aumento da produtividade, cujo ritmo – moroso, do ponto de vista dos capitalistas – era bastante influenciado pelas comissões internas<sup>49</sup>.

No que se refere às relações intra-burguesas, não deve se depreender que a grande burguesia agrária e a grande burguesia industrial associada ao capital estrangeiro estivessem em campos exatamente opostos. Guillermo O’Donnell sustenta que a aliança entre essas frações dominantes mostrou-se recorrente ao longo de boa parte do século XX<sup>50</sup>. Foi, inclusive, essa aliança que empreendeu a modernização do

---

<sup>45</sup> CGE, *Ibidem*.

<sup>46</sup> CGE, *Ibidem*,

<sup>47</sup> La Verdad, 09/04/1955, In: Daniel James, “Racionalización y respuesta de la clase obrera”, p. 334, apud: Victoria Basualdo, op. cit., 2010, p. 93. Tradução livre.

<sup>48</sup> Daniel James, *Resistencia e integración: El peronismo y la clase trabajadora argentina (1946-1976)*, 2010, pp. 84-85. Tradução livre.

<sup>49</sup> Cf. Daniel James, op. cit., 2010.

<sup>50</sup> Cf. Guillermo O’Donnell, “Estado y alianzas en la Argentina, 1956-1976”, s/d, In: [ecaths1.s3.amazonaws.com/historiargentinacont/1329268256](http://ecaths1.s3.amazonaws.com/historiargentinacont/1329268256), acessado em 24/04/2009.

capitalismo argentino por meio do aumento da concentração de capital no setor urbano com a industrialização por substituição de importações e da conversão da exploração agrícola extensiva em *agrobusiness*.

Porém, essa aliança estabelecia-se por curtos lapsos de tempo, dissolvendo-se logo em situações que opunham os interesses dos dois setores mais poderosos das classes dominantes argentinas. Para O'Donnell<sup>51</sup>, essa divisão se explica, fundamentalmente, pelo fato de que em um bom número de oportunidades essa aliança foi enfrentada por outra, constituída basicamente pelo proletariado e pela burguesia urbana local dependente do mercado de consumo interno. Apesar da subordinação econômica dos grupos que conformam essa aliança no conjunto da reprodução do capital, ela teria sido capaz de impor politicamente certas condições que fizeram com que a aliança entre as duas frações dominantes mais poderosas da economia argentina não conseguisse se sustentar a médio ou longo prazo. A aliança dos setores urbanos mais débeis se organizou por reiteradas vezes em torno da defesa do mercado interno e contra os efeitos recessivos decorrentes dos aumentos dos preços dos produtos exportáveis dos Pampas, i.e., o aumento dos preços internos dos alimentos e a consequente queda da demanda efetiva. Ambas as alianças se faziam e desfaziam ao compasso dos ciclos econômicos na Argentina.

O'Donnell destaca uma peculiaridade da fração burguesa industrial associada ao capital estrangeiro: um “comportamento pendular” ao longo dos ciclos econômicos em termos de alianças políticas – nas fases descendentes se posicionava ao lado do setor dominante agrário, e com o alívio da situação da balança de pagamentos, abandonava-o em um “solitário lamento pela rápida deterioração de seus preços relativos”, somando-se aos apelos do conjunto do setor urbano nas fases ascendentes, portanto. Esse processo de “pendulação” da grande burguesia urbana argentina, que resultou em grandes flutuações de preços relativos no país, não poderia deixar de ter consequências políticas importantes. Nas palavras de O'Donnell:

(esses deslocamentos) quebraram por diversas vezes a coesão inter-burguesa necessária para a estabilização de sua dominação política. Mais precisamente, fraturaram essa coesão entre as duas frações “superiores” dessa burguesia (a oligopólica urbana e a pampeana), dotadas de importantes bases de acumulação próprias e potencialmente capazes de “modernizar” o capitalismo argentino. Outro aspecto, não menos importante (...), é que essas pendulações não apenas abriram “espaço” político para, mas também eram em

---

<sup>51</sup> Cf. Guillermo O'Donnell, op. cit., s/d.



boa parte consequência de, uma aliança alternativa – burguesa, popular e operária.<sup>52</sup>

Foram necessárias duas décadas para que esse “empate hegemônico” se resolvesse e um novo modelo de acumulação surgisse na Argentina. Diversos governos se sucederam desde a derrocada do nacionalismo popular peronista em 16 de setembro de 1955 através da Revolução Libertadora, primeiro movimento dos grupos dominantes nesse sentido, momento em que emergiam os primeiros sintomas da crise do modelo de industrialização por substituição de importações. Instaura-se uma ditadura que objetivava “desperonizar” a Argentina, colocando, inclusive, o partido peronista na ilegalidade. O general Eduardo Lonardi foi designado como presidente, mas acusado de levar a cabo uma política conciliatória com o peronismo, foi destituído em 13 de novembro daquele mesmo ano pelas Forças Armadas, que o substituíram pelo general Pedro Eugenio Aramburu. E se o antiperonismo uniu as Forças Armadas e setores dos mais poderosos da burguesia argentina, a escolha dos métodos para combater o peronismo cunhou duas frações distintas no interior daquelas: os azuis e os colorados. Os primeiros seriam adeptos de tentativas de cooptação de dirigentes e do emprego das próprias estruturas sindicais para o disciplinamento dos trabalhadores, enquanto os últimos preferiam as tentativas de desmantelamento da estrutura sindical conquistada pelos trabalhadores e de extermínio radical mesmo dos menores vestígios do peronismo<sup>53</sup>.

Ainda que a ditadura de Aramburu tenha atacado a estrutura das comissões internas, declarando-as dissolvidas e carentes de autoridade, e também através da intervenção militar da CGT, fazendo com que os delegados fossem designados pelos interventores de cada sindicato, os trabalhadores desenvolveram diversas formas de luta que conseguiram sustentar a ação e a influência das comissões internas. Galileo Puente, subsecretário do trabalho da administração Frondizi, que se seguira à de Aramburu, declarou que ao assumir o cargo, deparou-se com

anarquia, abusos e extralimitações de toda a ordem por parte dos operários. Os empresários haviam perdido o comando das fábricas, tudo comandavam as comissões internas; mandavam os que tinham que obedecer (...). Os empresários devem retomar o controle das fábricas<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Guillermo O’Donnel, op. cit., s/d, p. 23. Tradução livre.

<sup>53</sup> Cf. Victoria Basualdo, op. cit., 2010.

<sup>54</sup> Documento da Plenária Nacional das 62 Organizações, Buenos Aires, maio de 1960, apud: Daniel James, op. cit., 2010, p. 189. Tradução livre.

O período também abre uma nova fase para a industrialização por substituição de importações, que perduraria até 1976, em que as indústrias automobilísticas, químicas e metalúrgicas tornar-se-iam o núcleo dinâmico do setor secundário, ocupando o lugar que entre 1930 e 1950 fora das indústrias têxteis e alimentícias. Nesse contexto houve uma nítida ascensão da participação do capital estrangeiro na economia argentina<sup>55</sup>.

O governo do radical Arturo Frondizi (1958-1962) representaria uma etapa do processo de amadurecimento das tentativas de construção de uma hegemonia por parte do capital oligopolista na Argentina, assim como teria garantido o predomínio dessa fração na esfera econômica graças ao incentivo dado aos investimentos estrangeiros. No plano político, o “establishment”, i.e., tecnocratas e representantes diretos do capital oligopolista emergem como novas forças sociais, à margem do sistema de partidos, assumindo papéis importantes no aparato do Estado<sup>56</sup>.

O projeto desenvolvimentista do governo Frondizi pretendia aprofundar o desenvolvimento industrial e a produção de bens de consumo duráveis, que deveria, por sua vez, introduzir acordos de “racionalização” do trabalho a fim de garantir margens de lucro elevadas. V. Basualdo afirma que esse passo era considerado essencial para permitir o uso eficaz de grande parte da maquinaria importada e a intensificação da produção nas plantas fabris. Para que isso ocorresse, era absolutamente necessário quebrar o poder dos trabalhadores no chão da fábrica, poder que se efetivava notoriamente por meio dos delegados e das comissões internas<sup>57</sup>.

A burocracia sindical peronista foi chamada a integrar a nova “fórmula de poder”, mas o acordo logo fracassaria. As concessões feitas aos líderes sindicais pelo governo de Frondizi se realizaram no contexto de implantação dos acordos de racionalização nas fábricas, que acarretou em um enfrentamento constante com as instâncias de representação de base. A assinatura de convênios coletivos, a partir de 1960 em diante, que abrangiam novas cláusulas referentes à racionalização da produção; à eliminação dos obstáculos ao incremento da produtividade, como a mobilidade dos trabalhadores, flexibilidade e demarcação das tarefas; a promoção de incentivos nesse sentido e a definição e limitação das atribuições das comissões

---

<sup>55</sup> Cf. Victoria Basualdo, op. cit., 2010.

<sup>56</sup> Cf. Portantiero, op. cit., 1977.

<sup>57</sup> Cf. Victoria Basualdo, op. cit., 2010.

internas, representou um duro golpe às representações sindicais de base nos estabelecimentos de trabalho.

É interessante sublinhar que nesse contexto de “racionalização” da produção das indústrias na Argentina, ao mesmo tempo em que as organizações de representação de base dos trabalhadores foram enfraquecidas, os mais altos dirigentes sindicais tiveram seu poder acrescido de forma diretamente proporcional à distância e independência que mantiveram das bases. A constituição de uma casta nos sindicatos, com interesses próprios e destacados dos de sua base, comumente designada de burocratização sindical, teve início nos últimos anos dos governos de Perón, mas se aprofundou notavelmente em fins da década de 1950 e início da de 1960<sup>58</sup>.

A construção de uma hegemonia por parte do grande burguesia industrial argentina associada ao capital estrangeiro nos moldes como vinha se dando na administração de Frondizi, no entanto, não se consolidou. Essa hegemonia dependeria do sacrifício de outras frações das classes dominantes, mas o que se observou no período foi a articulação de uma política que manteve os níveis de proteção para a burguesia agrária e seguiu transferindo renda para esse setor ao mesmo tempo que garantia altos benefícios para o capital oligopolista.

Os duros ataques infligidos aos órgãos de base do movimento de trabalhadores argentino durante a presidência de Frondizi debilitaram a atuação das comissões internas e dos delegados, mas não foram suficientes para suprimi-los. A mobilização dos trabalhadores de base, no chão da fábrica, lançava mão de novos expedientes, que continuavam a incomodar os patrões, entre os quais se destacavam as ocupações de fábricas. Estas se iniciaram já no final do governo de Frondizi, mas recrudesceram entre 1962 e 1965, durante as presidências de José Maria Guido (1962-1963) e de Arturo Illia (1963-1966), ambos da UCR. Em grande parte dos casos, as ocupações foram organizadas como uma forma de protesto contra o atraso ou a ausência de pagamentos dos salários e horas extras, e também contra demissões (muitas vezes ordenadas como sanção às agitações dos trabalhadores na reivindicação de direitos). No início, as ocupações se realizaram à margem das decisões da cúpula sindical.

Não obstante, diante das políticas que visavam minar as bases de sustentação das lideranças sindicais peronistas, levadas a cabo por Illia, a CGT estabeleceu um Plano de Luta, em cuja segunda etapa, desenvolvida entre 18 de maio e 24 de junho de

---

<sup>58</sup> Cf. Victoria Basualdo, op. cit., 2010 e Daniel James, op. cit., 2010.

1964, 3.913.000 trabalhadores ocupariam 11 mil estabelecimentos empresariais em todo o país<sup>59</sup>.

Os representantes do capital oligopólico aumentaram a pressão sobre Illia:

Se medidas enérgicas não são tomadas para deter este estado de subversiva violência, para proteger a vida e os bens daqueles contra quem se instrumenta a ação sediciosa, esses, em posse de um princípio de autodefesa elementar, ver-se-ão obrigados a se protegerem por si mesmos, e isso traria em seu bojo a guerra entre os dois setores que é preciso evitar para salvaguardar as mais altas instituições da Nação<sup>60</sup>.

O Estado tentou solucionar a situação por vários meios: continuando as negociações com as lideranças da CGT, sancionando a lei do salário mínimo, usando a coerção para dissipar algumas daquelas ocupações e processando judicialmente trabalhadores e dirigentes sindicais envolvidos nelas.

Uma das ocupações mais emblemáticas nesse intervalo de tempo fora a da empresa automobilística Kaiser, em Córdoba, no ano de 1963, realizada sem apoio da central sindical, antes da segunda fase do Plano de Luta da CGT ter sido posta em prática. A medida de força durou apenas 24 horas, mas destacou-se pelo fato de manter como reféns, durante a ocupação, pessoal do quadro hierárquico e trabalhadores coniventes com os patrões, assim como pelo fato de conservar a produção funcionando, sob gestão dos próprios trabalhadores. A partir de então, várias ocupações se utilizaram do emprego de reféns. Segundo Schneider, tal metodologia, em numerosas ocasiões, forçou à negociação em detrimento do desalojamento policial<sup>61</sup>.

Schneider defende também que as ocupações de estabelecimentos empresariais do período, ainda que não estivessem imbuídas de metas revolucionárias, desencadearam, devido a sua própria dinâmica, uma capacidade de mobilização impressionante e uma espontaneidade preocupante para as classes dominantes, revelando uma classe trabalhadora que podia se manifestar em direções objetivamente antagônicas aos interesses do capital e que sugeria fissuras na dominação social<sup>62</sup>. Victoria Basualdo opina que a série de ocupações se constituiu no episódio da luta operária da década de 1960, no qual se verificou a maior confluência entre as bases e a

---

<sup>59</sup> Cf. Alejandro Schneider, “Algunas consideraciones sobre las ocupaciones fabriles en la década de 1960” In: Alejandro Schneider (org.), *Trabajadores: Un análisis sobre el accionar de la clase obrera argentina en la segunda mitad del siglo XX*, 2009. Tradução livre.

<sup>60</sup> Nota editorial de *Mundo Metalúrgico*, n. 205, abril de 1964, apud: Alejandro Schneider, op. cit., 2009, pp. 99-100.

<sup>61</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>62</sup> *Ibidem*.

cúpula sindical. Destaca que, não obstante, uma vez modificado o contexto de pressão política sobre os dirigentes peronistas, o Plano de Luta da CGT mostrou-se como uma medida excepcional, que a burocracia sindical não voltou a colocar em prática<sup>63</sup>.

O golpe de Estado de 28 de junho de 1966 foi uma tentativa por parte da fração dominante representada pela grande burguesia industrial local associada ao capital internacional de solucionar a seu favor aquela crise orgânica e transformar seu predomínio econômico em hegemonia. A política econômica liderada pelo ministro Adalbert Krieger Vasena, “cabeça do establishment assentado no poder”, segundo Portantiero<sup>64</sup>, determinou pela primeira vez uma orientação claramente a favor do capital oligopolista, dentro de um projeto de racionalização do sistema. Nas palavras de Krieger Vasena, “O que as autoridades do país buscam é evitar a transferência de renda em grande escala entre setores. Dentro de cada setor se deseja premiar os mais eficientes e que este prêmio seja o resultado de seu próprio esforço”<sup>65</sup>.

Contudo, essa situação não se prolongaria por muito tempo. A burguesia pampeana quebrara a aliança formada em torno do governo ditatorial de Onganía e contribuíra para o colapso político e econômico desse governo, que vinha enfrentando por outro lado as pressões exercidas, desde meados de 1969, por aqueles setores da sociedade argentina mais castigados pelo programa de estabilização então em curso desde 1966, i.e., os setores urbanos mais débeis.

Se a primeira etapa de industrialização, através da substituição de importações, permitiu a coexistência de distintas frações das classes dominantes devido a que, no marco de um rápido crescimento das forças produtivas, todas tiveram assegurado o acesso a uma porção do mesmo, a etapa monopolista supõe, em troca, tensões e rupturas no interior dos setores proprietários<sup>66</sup>.

Portantiero ressalta que uma política tão agressiva quanto a que foi posta em prática pela ditadura de Onganía não poderia prescindir do respaldo de uma coerção gritante. A justificativa teórica era de que após uma etapa de disciplina forçada, os “primeiros sacrifícios” poderiam ser superados, não em um prazo muito longo, e as bases para uma ampliação do consenso seriam criadas. De acordo com o esquema dos “três tempos” formulado em 1966 pelos teóricos da “Revolução Argentina”, a

<sup>63</sup> Cf. Victoria Basualdo, op. cit., 2010.

<sup>64</sup> Cf. Juan Carlos Portantiero, op. cit., 1977, p. 12.

<sup>65</sup> Adalbert Krieger Vasena, *Política Económica Argentina*, 1968, p. 35. Apud: Juan Carlos Portantiero, op. cit., 1977, p. 12. Tradução livre.

<sup>66</sup> Juan Carlos Portantiero, op. cit., 1977, p. 12. Tradução livre.

sociedade deveria passar pelo “tempo econômico”, pelo “tempo social” e pelo “tempo político”, nessa ordem, que exprimiriam uma sucessão ideal de duas etapas:

No modelo monopolista operaria primeiro um momento de Acumulação (de riqueza e poder) que supõe o suporte do autoritarismo armado à reestruturação econômica em benefício dos monopólios e um momento posterior de Distribuição em que, diferencialmente, repartir-se-iam entre outros setores porções da riqueza acumulada e regular-se-iam formas controladas de participação desses setores no poder<sup>67</sup>.

A relação do governo militar com as lideranças sindicais, que no início foi caracterizada por uma política de cooptação destes pelo Estado autoritário, também logo entrou em crise, por diversas razões: além do impacto da política econômica de Krieger Vasena sobre o poder aquisitivo dos trabalhadores urbanos, como já aludido acima, pode-se citar ainda o crescimento da repressão e a permanência do sistema político restritivo, com o partido peronista ainda mantido na ilegalidade<sup>68</sup>.

Vale a pena ainda destacar que, no período que cobre o último lustro dos anos 1960, segundo V. Basualdo, houve um importante aumento dos postos de emprego, tributário do aprofundamento da industrialização por substituição e da crescente superação das restrições externas, fato que contribuiu para diminuir a pressão exercida pelo desemprego sobre os trabalhadores. Registrou-se também uma queda generalizada da produtividade na indústria, o que seria resultado da reafirmação do poder de organização e luta dos trabalhadores nos locais de trabalho. Essa posição de crescente fortaleza pode ser visualizada no fato de que os assalariados (dentro dos quais os do setor secundário ocupavam um lugar central) passaram de uma participação de 39% no PIB argentino em 1964 à de 47% em 1971<sup>69</sup>. A autora argumenta que duas são as questões centrais para entender esse elevado nível de participação dos trabalhadores assalariados na distribuição de renda:

A primeira é o lugar central que ocupavam os trabalhadores industriais, e particularmente os das indústrias mais dinâmicas da etapa na estrutura econômica, tanto como mão de obra da atividade central da economia, como por seu papel de consumidores de produtos majoritariamente destinados ao mercado interno, o que obrigava a conservação de um piso salarial que se tornava imprescindível para a realização do lucro do capital. A segunda é que esta posição estratégica dos assalariados industriais (e entre eles, um setor dos operários das indústrias mais dinâmicas) (...) coincidiu com

<sup>67</sup> Ibidem, p. 13. Tradução livre.

<sup>68</sup> Cf. Victoria Basualdo, op. cit., 2010.

<sup>69</sup> Ibidem.

um processo de mobilização e radicalização de setores importantes da classe trabalhadora, entre cujos líderes se encontraram setores importantes desta “aristocracia operária”<sup>70</sup>.

A partir de meados da década de 1960, começam a se tornar visíveis movimentos de oposição à burocracia sindical peronista, grande parte deles estabelecendo alguma ligação com distintas correntes políticas da esquerda argentina, em seu sentido amplo (incluindo a esquerda peronista).

A mobilização dessa oposição no seio do movimento de trabalhadores argentino, conhecida como correntes “classistas”, “combativas” ou “antiburocráticas”, articulou-se com crescentes protestos e organizações políticas de outros setores da sociedade argentina, como os estudantes, assim como com outros processos de transformação, como aqueles que se processaram no âmbito da Igreja Católica.

O ano de 1969 marcou um ciclo de lutas sociais que sacudiram o país em meio a uma intensa dificuldade dos setores dominantes, em disputa, para construir uma hegemonia efetiva. Nesse ano, uma série de mobilizações populares, unificando as frações mais radicais do movimento de trabalhadores, estudantes e demais setores subalternos, ganhou corpo nos centros urbanos argentinos, sendo o *Cordobaço* – realizado na segunda cidade mais importante da Argentina, Córdoba – o ponto mais alto dessa cadeia de protestos, que deu alento e multiplicou o ativismo de base no chão de fábrica.

Com a morte de Juan Domingo Perón em 1974, que voltara à Argentina após 18 anos de exílio e triunfara nas eleições presidenciais de março de 1973, o movimento de trabalhadores sofre uma guinada, num contexto de escalada da repressão contra os setores antiburocráticos e de aumento do poder da cúpula sindical. Os trabalhadores lançaram mão de diversas medidas defensivas e organizaram mobilizações massivas, como as que se realizaram contra as políticas econômicas de Celestino Rodrigo, entre junho e julho de 1975, e de Eugenio Montelli, entre fevereiro e março de 1976, ambos ministros da economia do governo de Maria Estela Perón<sup>71</sup>.

É oportuno observar que o final da década de 1960 e o início da de 1970 foram um período de recrudescimento das lutas impetradas pela classe trabalhadora em distintas partes do mundo. Nos países centrais do capitalismo, as lutas do proletariado não foram apenas defensivas ou imediatamente econômicas, no sentido de manter os

---

<sup>70</sup> Ibidem, p. 116. Tradução livre.

<sup>71</sup> Cf. Victoria Basualdo, op. cit., 2010, e Ruth Werner & Facundo Aguirre, *Insurgencia obrera en la Argentina (1969-1976): Clasismo, coordinadoras interfabriles y estrategias de la izquierda*, 2007.

pactos sociais conquistados ou de aprofundamento dos direitos sociais e maior acesso ao consumo, de acordo com as especificidades históricas de cada país. Também vieram a questionar o capitalismo em si, na medida em que se rebelavam contra a organização da produção taylorista-fordista e seu “operário-massa”. A contestação dos trabalhadores se estendeu à organização e atuação política dos sindicatos burocráticos e dos partidos políticos que supostamente os deveriam representar.

No Cone Sul do continente americano, Werner e Aguirre destacam entre essas lutas – que possuiriam ainda um caráter anti-imperialista – além do Cordobaço, os ciclos de mobilização das massas bolivianas entre 1969 e 1971, que tiveram como ponto alto a constituição da Assembleia Popular; a vitória de Salvador Allende e da Unidade Popular nas eleições presidenciais chilenas em 1970 e a formação dos *cordões industriais*; e a ascensão das lutas dos trabalhadores e estudantes no Uruguai a partir de 1968<sup>72</sup>.

Em várias partes do mundo, no centro e na periferia do capitalismo, entrava em crise todo um padrão de sociabilidade estruturante das relações para que a produção e a reprodução do capital fossem asseguradas. As tensões na composição do sujeito das classes subordinadas, estabelecidas na dialética entre os projetos hegemônicos de sociabilidade burguesa e as tentativas de resistência a esses projetos por parte dos trabalhadores, chegavam a um estágio paroxístico. As classes dominantes prontamente iriam responder a essas investidas da classe trabalhadora, recorrendo à coerção e à criação de um novo consenso, moldando um novo modelo de homem coletivo – em alguns locais muito mais à coerção do que ao consenso, como foi o caso argentino.

### **1.3. Da ditadura militar à ditadura do mercado**

#### **1.3.1. A ditadura militar (1976-1983): a exterminação do “flagelo subversivo”**

Os rumos neoliberais e as transformações na estrutura produtiva na sociedade argentina têm um início claro com um golpe de Estado civil-militar em 1976, embora o “Rodríguez” (pacote de medidas econômicas lançadas pelo Ministro da Economia Celestino Rodrigo em 1975) já seja considerado um experimento liberal, amparado em uma forte desvalorização do peso, na contenção salarial e um aceno de abertura para o

---

<sup>72</sup> Cf. Ruth Werner & Facundo Aguirre, op. cit., 2007.



capital estrangeiro. Javier Lindeboim caracteriza o Rodrigaço como um “preâmbulo” das políticas econômicas aplicadas pelo governo golpista<sup>73</sup>.

Não é pequeno o número de autores que consideram que Chile e Argentina foram laboratórios para os defensores mais radicais do *laissez faire* daquilo que David Harvey qualificou como “projeto de restauração de poder de classe” frente à agitação de movimentos de trabalhadores e outros movimentos sociais que apontavam para um aprofundamento da redistribuição da riqueza social e clamavam pela intervenção maior do Estado na defesa dos interesses dos subalternos durante a crise que se instala entre fins da década de 1960 e início da de 1970<sup>74</sup>. Como visto previamente, os grupos subalternos protestavam não apenas acerca das condições econômicas de existência (redistribuição de renda), mas também contestavam aspectos fundamentais da dominação do capital sobre o trabalho.

A crise econômica e social também sinalizava para determinadas frações das classes dominantes que estava esgotada a fórmula da acumulação que vigorava desde o segundo pós-guerra, baseada no Estado de bem-estar social e na organização da produção de tipo fordista. Começaram a estudar novas formas de estruturar o Estado e a produção no chão de fábrica em seu benefício. O período que vai do segundo pós-guerra a fins dos anos 60 – aclamado por Eric Hobsbawm como a era de ouro do capitalismo – tem como uma de suas características mais notórias a redistribuição de renda progressista e outras conquistas legislativas importantes para a classe trabalhadora, sobretudo nos países centrais.

De acordo com Beverly Silver, o capitalismo, historicamente, alternou crises de lucratividade com crises de legitimidade<sup>75</sup>. A mundialização dos mercados experimentada no final do século XIX e início do século XX, calcada na ideologia dos “livres mercados irrestritos”, produziu uma forte reação dos trabalhadores. No lastro de duas guerras mundiais e da Grande Depressão, as classes dominantes e os Estados acolheram parte das reivindicações da classe trabalhadora no sentido de criar um mercado mais regulamentado. Esse caminho rumo a uma regulação do mercado sustentada pelo Estado, no entanto, representa uma solução instável em uma sociedade que se ampara num sociometabolismo que deve subordinar o valor de uso à crescente

---

<sup>73</sup> Cf. Javier Lindeboim, “Auge y declinación del trabajo y los ingresos en el siglo corto de la Argentina” In: Javier Lindeboim (org.), *Trabajo, ingresos y políticas en Argentina: Contribuciones para pensar el siglo XXI*, 2008.

<sup>74</sup> Cf. David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism*, 2005.

<sup>75</sup> Cf. Beverly Silver, *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*, 2005.

produção e reprodução de valor e esse “compromisso” que, aparentemente, satisfaz a ambos os lados da contenda que constituem a classe produtora (proletariado) e a classe apropriadora (capitalistas) do sistema capitalista, não poderia ir longe. Em fins da década de 1960, os altos salários dos trabalhadores – e mais uma série de conquistas que os arautos do neoliberalismo ou da terceira via gostam de chamar de “benefícios” – já não eram compatíveis com os lucros embolsados pelo capital. No capítulo sobre a lei geral da acumulação capitalista de *O Capital*, Marx afirma que:

Nas condições de acumulação até agora admitidas, as mais favoráveis aos trabalhadores, sua relação de dependência para com o capital se reveste de formas suportáveis ou, conforme diz Éden, “cômodas e liberais”. Essa submissão, em vez de mais intensa, se torna mais extensa ao crescer o capital, que amplia seu campo de exploração e de domínio com as próprias dimensões e com o número de seus vassalos. Estas recebem, sob a forma de meios de pagamento, uma porção importante do seu próprio produto excedente, que se expande e se transforma em quantidade cada vez maior de capital adicional. Desse modo, podem ampliar seus gastos, provendo-se de melhores roupas, móveis etc. e formar um pequeno fundo de reserva em dinheiro. Roupas, alimentação e tratamento melhores e maior pecúlio não eliminam a dependência e a exploração do escravo, nem as do assalariado. Elevação do preço do trabalho, em virtude da acumulação do capital, significa que a extensão e o peso dos grilhões de ouro que o assalariado forjou para si mesmo apenas permitem que fique menos rigidamente acorrentado. Nas controvérsias sobre o assunto, omite-se, em regra, o principal, o caráter específico da produção capitalista. (...) Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção.

(...) A elevação do preço do trabalho fica, portanto, confinada em limites que mantêm intactos os fundamentos do sistema capitalista e asseguram sua reprodução em escala crescente. A lei da acumulação capitalista (...) na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. E tem de ser assim, num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador.<sup>76</sup>

Deve-se ainda mencionar que nos países centrais do capitalismo, os setores dominantes também tiveram de se preocupar com movimentos da classe trabalhadora nos Estados latino-americanos – movimentos que atravancavam o desenvolvimento dos seus negócios em terras estrangeiras.

Na Argentina houve uma confluência de interesses de setores das classes dominantes interna e externa que deflagrou o golpe de Estado em 1976 para a instalação

<sup>76</sup> Karl Marx, *O Capital*, livro I: *O processo de produção do capital*, vol II, 2003, pp. 721-722 e 724.

da política econômica e do extermínio físico dos oponentes a essa política, que a jornalista Naomi Klein bem definiu como doutrina do choque, numa analogia com a Terapia de Eletrochoque defendida pelo psiquiatra escocês, naturalizado estadunidense, Ewen Cameron. A relação estabelecida por Klein merece um parêntese para explicação.

O eletrochoque estava se tornando popular na década de 1940 entre psiquiatras na Europa e nos EUA, visto como uma alternativa menos agressiva que a lobotomia cirúrgica, mas entre seus efeitos colaterais estavam a perda da memória e a regressão. Mas eram justamente esses efeitos colaterais que interessavam ao Dr. Cameron, que via no vácuo mental possibilitado pelo eletrochoque “o espaço vazio livre dos maus hábitos, no qual novos moldes poderiam ser inscritos”<sup>77</sup>, a chave para trazer os pacientes de volta a um estágio primitivo de desenvolvimento prévio ao surgimento do comportamento esquizofrênico. Suas pesquisas, a partir dos anos 50 começaram a despertar o interesse da Agência Central de Inteligência americana (CIA – Central Intelligence Agency), devotada a um programa secreto dedicado especialmente a investigar “técnicas especiais de interrogatório” no contexto da Guerra Fria. Cameron foi financiado pelo programa MKUltra da CIA para desenvolver suas pesquisas, que serviram de base para o manual Kubark, nome oficial para os manuais de tortura da Agência americana, um clássico na Escola das Américas, onde desde 1946 muitos militares da América Latina foram – e continuam sendo – treinados.

Klein denomina Milton Friedman, um dos mais notórios arautos no neoliberalismo, como “o outro doutor do choque”.

Na linha de Cameron, Friedman acreditava que uma economia altamente desvirtuada só conseguiria alcançar o estágio anterior aos deslizes por meio de choques dolorosos deliberadamente infligidos: somente os “remédios amargos” podiam eliminar as deturpações e os maus princípios. Cameron utilizou a eletricidade para aplicar seus choques; a ferramenta escolhida por Friedman foi a política (...). Ao contrário de Cameron, no entanto, que podia testar rapidamente em pacientes indefesos suas teorias sobre animais de estimação, Friedman precisaria esperar duas décadas e diversos desvios e reviravoltas da história para ter a chance de colocar em prática seus sonhos radicais de apagamento e criação<sup>78</sup>.

O momento “anterior aos deslizes” seria um sistema idealizado em que os mercados estariam entregues aos seus próprios mecanismos de ajuste, sem nenhuma influência “estatista”.

---

<sup>77</sup> Naomi Klein, *A Doutrina do Choque: A Ascensão do Capitalismo de Desastre*, 2008, p.44.

<sup>78</sup> Naomi Klein, op. cit., 2008, p. 66.

Quando a Junta Militar composta pelo general Jorge R. Videla, o almirante Emilio E. Massera e o brigadeiro Orlando R. Agosti assume o poder Executivo do país por meio do golpe de Estado, subscreve-se uma ata em que se determinavam os propósitos do chamado *Proceso de Reorganización Nacional*. O documento assinalava que os objetivos da nova fase consistiam em dar fim ao “desgoverno”, à corrupção e ao “flagelo subversivo”, restituir os valores que fundamentariam a condução integral do Estado – a moralidade, a idoneidade, a eficiência – e promover o desenvolvimento econômico “da vida nacional” baseado no “equilíbrio e participação responsável” dos distintos setores da sociedade.

Era o início do tratamento de choque por que passariam os grupos subalternos argentinos para que fosse posto em marcha um novo padrão de acumulação, trazendo em seu bojo uma nova forma de sociabilidade.

Logo após o golpe, o direito à greve e a liberdade de atividade coletiva no local de trabalho foram proibidos, a atividade sindical foi suspensa, centenas de entidades sindicais foram postas sob intervenção – inclusive aquelas de grande peso numérico como a União Operária Metalúrgica (UOM) e a União Operária da Construção da República Argentina, com cerca de 300 mil afiliados cada uma –, numerosos dirigentes e ativistas foram detidos ou sequestrados ou assassinados clandestinamente, enquanto as empresas despediam trabalhadores envolvidos em atividades de greve. Ativistas, delegados e membros das comissões internas estavam entre os alvos mais caçados pelas Forças militares<sup>79</sup>.

Os ataques contra líderes sindicais realizados pelo terrorismo de Estado argentino ainda contaram com o envolvimento direto de grandes empresas, que não se contentavam apenas em demitir os “subversivos”. Também denunciaram seus próprios trabalhadores, forneceram dinheiro e infraestrutura às forças repressivas estatais, autorizando, inclusive, a instalação de centros clandestinos de detenção no interior de algumas de suas plantas fabris<sup>80</sup>. Pelo menos 25 representantes sindicais de trabalhadores da Ford Motors foram sequestrados à época, sendo que metade deles ficou detida em uma instalação dentro da própria planta fabril. No primeiro ano de aniversário do Processo de Reorganização Nacional, a mesma Ford pôs anúncio em jornal congratulando o novo regime: “1976: Mais uma vez a Argentina encontra o seu caminho. 1977: Ano-Novo de fé e esperança para todos os argentinos de boa vontade. A

---

<sup>79</sup> Cf. Victoria Basualdo, op. cit., 2010.

<sup>80</sup> Ibidem.

Ford Motor da Argentina e seu povo se comprometem com a luta para promover o grande destino da pátria”<sup>81</sup>. Os veículos automotivos utilizados em diversos sequestros e desaparecimentos eram *Ford Falcons* verdes, modelo sedan, fornecidos pela empresa para os militares. Ao fim da ditadura, quase todas as lideranças sindicais do chão de fábrica haviam desaparecido de empresas como Mercedes-Benz, Chrysler e Fiat.

Semelhante repressão teve como resultado, destaca V. Basualdo, “a anulação das funções dos delegados e das comissões internas tal e como haviam se desenvolvido durante as décadas anteriores, transformação que operou como condição de possibilidade para a aplicação de políticas econômicas profundamente regressivas”<sup>82</sup>.

Apesar das imensas restrições, o movimento de trabalhadores ensaiou várias reações diante da perda de conquistas sociais históricas e da deterioração do padrão de vida num contexto de aprofundamento da desigualdade de renda em níveis nunca antes experimentados pela sociedade argentina. Além das dificuldades enumeradas, as mobilizações do movimento de trabalhadores esbarravam em sua divisão interna organizativa.

De acordo com Mario Rapoport, a ação sindical se pautou pela dualidade – uma parte se inclinou por uma postura mais combativa, outra parte optou pela negociação com os militares<sup>83</sup>. Todos os sindicatos, no entanto, foram acusados de estabelecer relações com a ditadura.

Entre 1976 e 1979, os trabalhadores argentinos emprenderam algumas tentativas de luta mais “subterrâneas”, especialmente nos locais de trabalho, utilizando-se de práticas como sabotagens, operações tartaruga, entre outras<sup>84</sup>.

A partir de 1981 o confronto com o governo se intensificou e uma CGT reconstituída – CGT-Brasil, por funcionar em um local da Avenida Brasil, na Capital Federal – convocou a primeira manifestação massiva no dia 7 de novembro, que contou com a repressão policial de costume. A convocatória da CGT contou com a adesão de vários partidos políticos – os justicialistas, os comunistas e diferentes segmentos da esquerda, os democratas-cristãos – e vários setores da população se sentiram incluídos pelas consignas da mobilização. A jornada de lutas encabeçada pela CGT de 30 de março de 1982 constituiu-se em outro marco do enfrentamento entre o movimento operário e o governo militar, cujo aparelho repressivo já não parecia suficiente para

---

<sup>81</sup> Taylor, *Disappearing Acts*, 111 apud: Naomi Klein, op. cit., 2008.

<sup>82</sup> Victoria Basualdo, op. cit., 2010, p. 136.

<sup>83</sup> Cf. Mario Rapoport, *Historia Económica, Política y Social de la Argentina (1880-2000)*, 2000.

<sup>84</sup> Cf. Victoria Basualdo, op. cit., 2010.

abafar as manifestações. Todavia, é impossível não assinalar a notória debilitação do movimento sindical ao fim deste período; enfraquecimento que prosseguiu, de formas distintas, com a “redemocratização” do país, a partir de 1983, como veremos mais adiante.

Outro fator importante que ofereceu obstáculos à ação dos movimentos da classe trabalhadora foi a política econômica de reestruturação da economia levada a cabo desde o princípio do regime ditatorial inaugurado em 1976.

Os *Chicago boys* argentinos assumiram cargos importantes no governo militar, como Adolfo Diz, na presidência do Banco Central e Juan Alemann, na secretaria da fazenda. A pasta do Ministério da Economia ficou a cargo de José Alfredo Martínez de Hoz, representante do liberalismo econômico, cujo plano econômico atrelava seu êxito à preservação do modelo político burocrático-autoritário. Martínez de Hoz era membro da burguesia agrária, já tendo sido, inclusive, presidente da Sociedade Rural Argentina, como o foram também, antes dele, seu pai e seu avô. Também estava presente no conselho de uma série de empresas de grande porte, como a ITT, a Pan American Airways e a Acindar<sup>85</sup>.

Martínez de Hoz e sua equipe consideravam a distorção dos preços relativos internos, resultado do modelo de industrialização por substituição de importações, e o sobredimensionamento do Estado como raízes dos problemas enfrentados pela economia argentina. Sua política econômica prometia girar em torno de três eixos: estabilidade de preços, crescimento econômico e distribuição de renda “adequada”. Para alcançar seus objetivos, destacava a necessidade de abertura da economia, com redução gradativa dos impostos de importação; supressão de subsídios a exportações não-tradicionais (automóveis, alumínio) e a prestações sociais deficitárias (saúde, habitação); aumento das tarifas de serviços públicos; controle da inflação; estabelecimento de um novo nível de equilíbrio de salários, inferior ao existente<sup>86</sup>.

O programa econômico liderado por José Martínez de Hoz, segundo a apreciação de Werner & Aguirre, guardava continuidade com as políticas econômicas

---

<sup>85</sup> Cf. Naomi Klein, *op. cit.*, 2008.

<sup>86</sup> Cf. Mario Rapoport, *op. cit.*, 2000 e Eduardo Basualdo, *op. cit.*, 2002. Em posterior declaração ao Julgamento das Juntas (Militares), realizado em 1985, Martínez de Hoz revelou que a inquietação central dos empresários que pediam a intervenção militar residia nas ações dos trabalhadores organizados, que estava “impedindo a liberdade de trabalho, a produção e a produtividade; isto é, o governo devia assegurar a liberdade e o império da ordem sobre todas as coisas”, ver Declarações no Julgamento das Juntas, 1985, apud: Alberto Dearriba, *El golpe*, Buenos Aires: Sudamericana, 2001, p. 199, apud: Ruth Werner & Facundo Aguirre, *op. cit.*, 2007, pp. 26-27. Tradução livre.

que tentaram colocar em curso Adalbert Krieger Vasena e Celestino Rodrigo, mas em outra escala,

que exigia sua execução armada sobre uma derrota indiscutível do movimento de massas. Supunha quebrar uma a uma as conquistas históricas da classe trabalhadora. O empresariado confiava que as FFAA iriam tornar realidade as palavras do chefe do Exército, Jorge Rafael Videla, que sustentara que “na Argentina deveriam morrer todas as pessoas necessárias para se alcançar a segurança no país”<sup>87</sup>.

Um mês após o golpe de 1976, o embaixador estadunidense à época, Robert Hill, levou um documento secreto ao Departamento de Estado dos EUA, em que analisava o novo plano econômico. Destacando o propósito de liberalizar e abrir a economia argentina, tecia considerações sobre a provável hostilidade dos trabalhadores e de setores com convicções nacionalistas, inclusive dentro das Forças Armadas. Apreciando que a liberalização da economia tal como proposta pela equipe de Martínez de Hoz ia ao encontro dos interesses do Estado norte-americano, o embaixador propôs o respaldo do *Eximbank* e o apoio para reprogramação da dívida externa argentina. Esse apoio não demorou, contrastando com as negociações penosas enfrentadas pelo governo anterior, de Isabel Perón, que não conseguira modificações na atitude reticente do Fundo Monetário Internacional (FMI).<sup>88</sup>

Um balanço geral da situação econômica sob gestão dos militares golpistas mostra que o crescimento do produto interno bruto (PIB), em oito anos, foi de míseros 2,3% – uma drástica queda de riqueza *per capita*. Colocada em curso uma brutal concentração das atividades econômicas, do capital e da receita, observou-se um substancial arrocho salarial e uma considerável compressão do mercado interno. O país havia contraído uma dívida externa vultosa que o colocava em uma posição delicada na balança de pagamentos e o condenava a uma autonomia reduzida na hora de definir seus programas econômicos, sujeitos à aprovação da banca credora. O controle da inflação e das contas públicas ficou longe de ser alcançado, como se pode observar nos dois quadros a seguir.

---

<sup>87</sup> Declaração de Jorge Rafael Videla na XI Conferência de Exércitos Americanos, realizada em outubro de 1975, em Montevideu In: Alberto Dearriba, *El Golpe*, 2001, p. 144, apud: Ruth Werner & Facundo Aguirre, op. cit., 2007, p. 27. A. Tradução livre.

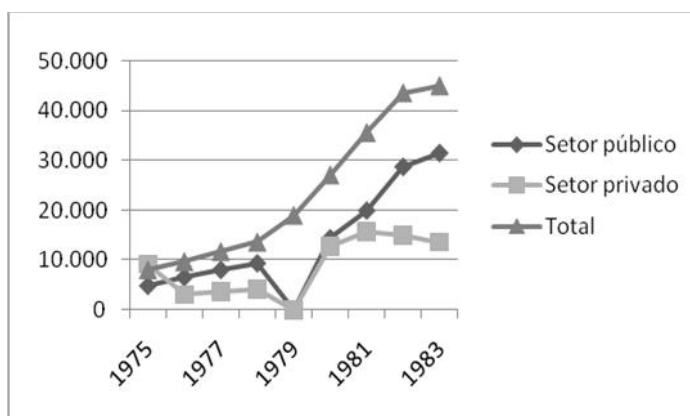
<sup>88</sup> Cf. Mario Rapoport, op. cit., 2000, p.740.

*Quadro 1. Evolução do PIB e das taxas de inflação (%)*

Ano	PIB	Inflação
1975	-0,9	182,6
1976	-0,2	444,0
1977	6,0	176,0
1978	-3,9	175,5
1979	6,8	159,5
1980	0,7	100,8
1981	-6,2	104,6
1982	-5,2	164,7
1983	3,1	343,3

Fonte: Mario Rapoport, op. cit., 2000, sobre base de dados da CEPAL e do INDEC

*Quadro 2. Evolução do endividamento externo 1975-1983 (em milhões de dólares)*



Elaboração própria com base em dados extraídos de Mario Rapoport, *Ibidem*.

A política econômica de abertura dos mercados acabou por provocar uma significativa queda do salário real e reduzir a participação dos trabalhadores na renda nacional patamares nunca antes vistos nos 40 anos anteriores. Em apenas um ano, 1976, o salário real decresceu em 37% em relação ao valor vigente em 1974-1975; a participação do salário na receita do país caiu de 45 para 27% no período que se estende entre 1974 e 1983<sup>89</sup>. Outra política relacionada ao salário que impactou a vida dos trabalhadores foi a criação de brechas salariais entre as distintas categorias e regiões, o

<sup>89</sup> Dados extraídos de Mario Rapoport, op.cit., 2000.



que contribuiu para o desmoronamento de um dos pontos fundamentais da solidariedade dos trabalhadores e que havia sido por décadas a base do poder de negociação dos sindicatos centralizados – a luta unificada pelo salário<sup>90</sup>.

O ajuste no mercado de trabalho efetuado pela ditadura militar baseou-se muito mais no arrocho salarial do que pela expulsão de trabalhadores do mercado de trabalho<sup>91</sup>.

1982 foi um ano chave para definir os rumos da ditadura. Renovou-se a atividade da frente multipartidária e a agitação trabalhista se intensificou em resposta à política econômica posta em prática pelo novo ministro da economia Roberto T. Alemann, considerado um liberal ortodoxo – congelamento de salários e planos de privatização. Também foram alvo de intenso protesto por parte dos trabalhadores as demissões e suspensões efetuadas em empresas automobilísticas. Rapoport destaca que durante o mês de março o enfrentamento entre o governo e a o movimento de trabalhadores recrudesciu – “O protesto sindical começava a deixar para trás o medo massivo que até então a havia paralisado”<sup>92</sup>. No dia 2 de abril, dois dias após uma mobilização na Praça de Maio convocada pela CGT, o governo militar, com o General Leopoldo Galtieri à frente do poder Executivo, lançou a Argentina em uma campanha militar de ocupação nas Ilhas Malvinas que desatou em uma guerra desastrosa com a Grã-Bretanha. Se durante os meses em que durou guerra, o governo militar conseguiu angariar apoio popular e político em torno de uma causa cara aos sentimentos nacionais argentinos, a derrota fragorosa impingida pela Grã-Bretanha contribuiu para aprofundar a crise do regime. Em fins de fevereiro de 1983, o governo militar havia definido um cronograma eleitoral para conduzir o país ao regime democrático parlamentar<sup>93</sup>.

Os objetivos implícitos de transformar a dinâmica econômico-social de maneira a favorecer um novo padrão de acumulação, liderado por um reduzido conjunto de grupos financeiros, no entanto, foram exitosos. Eduardo Basualdo assinala que o aporte fundamental da ditadura que se estende de 1976 a 1983 ao projeto de instauração de um novo modelo de acumulação foi a aniquilação de boa parte dos quadros políticos que organizavam a mobilização do proletariado. Associações de direitos humanos, como as Mães da Praça de Maio e o Serviço Paz e Justiça (SERPAJ), estimam em 30 mil o número de desaparecidos.

---

<sup>90</sup> Cf. Victoria Basualdo, op. cit., 2010.

<sup>91</sup> Cf. Javier Lindeboim, op. cit., 2008.

<sup>92</sup> Mario Rapoport, op. cit., 200, p. 749.

<sup>93</sup> Cf. Ibidem.

### 1.3.2. O governo de Raúl Alfonsín (1983-1989)

O período de redemocratização, que teve início com a ascensão do radical Raúl Alfonsín em 10 de dezembro de 1983, vencendo as eleições sobre o peronista Italo Luder por maioria absoluta de votos, ocorreu em meio a uma grande crise da dívida externa na América Latina, tendo como marco a declaração de moratória do México e se distinguiu por uma sistemática escassez de financiamento externo para os países da região.

O processo econômico gerido pelo padrão de acumulação instaurado com a ditadura militar se consolida sob o controle dos grupos econômicos locais, os conglomerados estrangeiros e a banca credora, com predomínio dos dois primeiros sobre esta última. Constitui-se o começo do que E. Basualdo definiu como “transformismo argentino”. Sob um regime constitucional, os setores dominantes enfrentaram o desafio de levar adiante o desenvolvimento do novo modelo de acumulação iniciado sob a ditadura precedente. Construir amplo consenso com um projeto tão concentrador e excludente constitui uma tarefa bastante difícil, de modo que a fração local dos setores dominantes se articulou com setores do partido do governo pondo em marcha um processo de cooptação ideológica no interior do sistema político e da sociedade civil<sup>94</sup>. As relações do Estado com os movimentos de trabalhadores, no entanto, seria conflituosa. A CGT, nas mãos do peronismo, organizou uma série de atos e paralisações e greves gerais, contestando as políticas econômicas do governo Alfonsín.

A primeira gestão econômica, sob o controle de Bernardo Grinspun, orientou-se por tentar uma renegociação da dívida externa com os organismos internacionais e credores que permitiria minimizar o que, de acordo com a interpretação governista, era o principal entrave à economia argentina: o pagamento dos juros da dívida. Sobre essa base, a política econômica encabeçada por Grinspun incluía gerar na economia interna uma determinada distribuição de renda a favor dos assalariados que proporcionasse uma reativação da produção interna, controlando a inflação por meio do controle de preços chaves do processo econômico, além de redefinir o poder sindical que era, naquele momento, um bastião central do partido peronista. O plano fracassou.

Em 1985, assumiu a pasta da Economia Juan Sourrouille, que iniciaria uma gestão radicalmente diferente da primeira, mas insistindo no diagnóstico estrutural

---

<sup>94</sup> Cf. Eduardo Basualdo, op. cit., 2002.

inicial. A superação da dívida externa, que continuava sendo entendida como o principal problema da economia do país, dar-se-ia pondo em marcha um modelo exportador e reativando o investimento. As primeiras medidas da nova equipe econômica recaíram em recompor as receitas públicas e aprofundar a inserção exportadora através de reajustes da política cambial e das tarifas públicas. Logo, mediante um decreto de necessidade e urgência, iniciou-se o Plano Austral, de caráter heterodoxo e que impunha um ajuste forte, ainda maior do que o solicitado pelo FMI, objetivando evitar a hiperinflação. A pauta do plano deveria ser alcançada por meio de um corte nos gastos públicos, maior arrecadação e financiamento através de novos créditos externos. De início, o plano obteve êxito, incluindo o aumento das exportações, da arrecadação de impostos e tarifas e a desaceleração inflacionária, mas em pouco tempo já havia se tornado ineficiente para desafogar a Argentina de uma situação crítica na área econômico-social.

Dois anos mais tarde, o diagnóstico governista sobre as dificuldades da economia argentina sofreria uma mudança drástica. Ao anunciar o “Programa de Julho”, Sourrouille atribuiu os obstáculos ao desenvolvimento da economia nacional à crise de “um modelo populista e facilista, de um modelo fechado, enfim, de um modelo centralizado e estatista”<sup>95</sup>. Podemos imaginar, pelo discurso e pelo contexto histórico, em que consistia a solução para o detectado problema: reestruturar o Estado, principalmente por meio da privatização das empresas estatais, e abrir a economia argentina às importações. Essa virada na condução da política econômica atendia, sobretudo, à outra fração dos setores dominantes, os credores externos, a parte menos favorecida até então da mudança no modelo de acumulação implantado na Argentina. A pressão internacional do FMI se fazia através do estabelecimento do Plano Baker, que aludia às reformas estruturais do Estado que deveriam empreender os países devedores, a fim de atender às exigências dos credores externos, que recaíam no pagamento não apenas dos juros, mas também do capital devido na raiz do endividamento externo.

A origem das privatizações das empresas públicas latino-americanas, parte do programa da (contra) reforma do Estado “sugerido” pelos órgãos de financiamento externo, encontra-se nesse processo. Na Argentina, as privatizações em massa ocorreriam no mandato presidencial seguinte. Ainda sob o governo radical, os credores

---

<sup>95</sup> Juan Sourrouille In: *La Nación*, 21/07/1987, citado por Carlos Acuña e Laura Golbert, “Empresarios y política (parte II). Los empresarios y sus organizaciones: ¿qué pasó con el Plan Austral?” In: **Boletín Informativo Techint**, 263, 1990, apud: Eduardo Basualdo, op. cit., 2002.

externos encontravam dificuldades de impor suas exigências devido à capacidade de influência do capital concentrado interno, assim como pelas disputas travadas entre o FMI e o Banco Mundial com respeito às diretrizes que deveriam ser tomadas pelos países devedores em relação às suas dívidas. Com o alçamento de George Bush à presidência dos EUA, ficava estabelecido que tanto os “desejos” do FMI quanto os do Banco Mundial deveriam ser satisfeitos: a normalização dos pagamentos e as reformas estruturais, respectivamente.

A crise hiperinflacionária de 1989, que acabou por desembocar numa crise social e institucional, com a saída antecipada de Alfonsín da presidência, deve ser entendida como uma forma de remover os entraves estruturais que impediam o desenvolvimento e a consolidação do modelo de acumulação sustentado no neoliberalismo, principalmente a favor dos credores externos. Esta crise foi desatada por uma corrida cambial iniciada pelos bancos estrangeiros depois das reiteradas advertências do FMI ao governo argentino para que retomasse os pagamentos aos bancos credores<sup>96</sup>.

Um novo ponto de equilíbrio entre o capital concentrado interno (os grupos econômicos locais e os conglomerados estrangeiros) e os credores externos exigiu, além da reestruturação do aparelho estatal, o aprofundamento da desigualdade da distribuição de renda, dentro do marco da reestruturação fundamental da relação entre trabalho e capital.

---

<sup>96</sup> Cf. Edurado Basualdo, op. cit., 2002.

Quadro 3. Estimativa da distribuição de renda per capita familiar na Argentina (1953-1989)

Ano	Área	Coefficiente de Gini <sup>97</sup>
1953	Nacional	0,400
1961	Nacional	0,419
1963	GBA	0,358
1969-70	GBA	0,356
1970	GBA	0,361
1974	GBA	0,360
1980	GBA	0,416
1986	GBA	0,419
1988	GBA	0,449
1989	GBA	0,487

Fonte: Oscar Altimir & Luis Beccaria, “Distribución del ingreso en la Argentina”, 1999 Apud: Juan Santarcángelo, *La distribución del ingreso en la Argentina: una mirada de largo plazo* In: Karina Forcinito & Victoria Basualdo (org.), *Transformaciones recientes en la economía argentina; tendencias y perspectivas*, 2007.

Rapoport pondera que as quatorze paralisações gerais lideradas pela CGT durante todo o governo Alfonsín, nem sempre muito satisfatórias em termos de mobilização, não obtiveram muito resultado para impedir a deterioração das condições de trabalho e dos salários do proletariado argentino. “(...) as greves gerais adquiriram um caráter cada vez mais ritualizado e, a diferença do passado, não conseguiram incendiar o clima social”<sup>98</sup>.

V. Basualdo recorda que a partir de 1984, os exilados e deslocados retornavam a suas comunidades de origem e, em alguns casos, a seus postos e trabalho. Também tinha início um longo caminho rumo as primeiras eleições de representantes dos trabalhadores em quase uma década. Foram fundados diversos centros de formação que buscaram recuperar as tradições de organização nos locais de trabalho.

Contudo, as tentativas de reversão do legado que haviam deixado os oito anos de interrupção das relações laborais e a política repressiva da ditadura, estiveram condicionadas pela continuidade da política econômica, pelos efeitos da industrialização e pelo peso do

<sup>97</sup> O Coeficiente de Gini, uma medida de desigualdade criada pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912, consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade e 1 à completa desigualdade. Embora possa ser usada para qualquer distribuição, é mais comumente utilizada para medir a desigualdade de renda. Nesse caso, portanto, 0 equivaleria a um caso onde todos têm a mesma renda e 1 equivaleria a um caso onde uma pessoa detém toda a renda e as demais nada possuem.

<sup>98</sup> Mario Rapoport, op. cit., 2000, p. 886. Tradução livre.

endividamento externo (...), assim como pela aplicação de novos planos de ajuste que continuaram prejudicando os assalariados<sup>99</sup>.

A autora destaca ainda que a lei 23.071, sancionada em julho de 1984, que tratou do reordenamento da legislação trabalhista após a ditadura – e que contou com o apoio da maioria das organizações sindicais – implicou no privilégio das instâncias mais altas da organização sindical em detrimento das de representação direta. O resultado foi o fortalecimento das direções existentes, dificultando a constituição de tendências opositoras.

### 1.3.3. Os dois mandatos presidenciais de Carlos Menem (1989-1999)

Carlos Menem, do Partido Justicialista (PJ) foi eleito presidente arregimentando 47% dos votos, em disputa com o candidato Eduardo Angeloz, da União Cívica Radical (UCR), que obteve 32,45%. O governo de Menem iniciou sua gestão acordando com os grupos econômicos locais e centrou os esforços de sua política econômica em estabilizar as contas públicas e a situação do setor externo, sem prever, num curto prazo, a implantação de (contra) reformas estruturais. Pouco tempo depois, entretanto, cedendo à pressão da banca credora, recorreu a uma série de reformas que objetivavam modificar radicalmente a estrutura do setor público e a orientação das transferências dos recursos estatais.

A irrupção de outra hiperinflação em dezembro de 1989 marca o fim daquela primeira etapa e o início de uma complexa transição que culminaria em março de 1991 numa nova mudança ministerial.

1991 representa um marco da submissão argentina às diretrizes do Consenso de Washington<sup>100</sup>, quando Domingo Cavallo, ilustre *Chicago boy*, presidente do Banco Central da República Argentina (BCRA) no período da ditadura militar, foi chamado a assumir a pasta do Ministério da Economia e lançou o Plano de Convertibilidade, que implicou na fixação do câmbio, sem limite de tempo, de 10.000 austrais por dólar, a fim de conseguir uma estabilidade de preços a longo prazo<sup>101</sup>. A convertibilidade fez parte

---

<sup>99</sup> Victoria Basualdo, op. cit., 2010, p. 140. Tradução livre.

<sup>100</sup> O economista inglês John Williamson cunhou o termo “Consenso de Washington” para designar um conjunto de medidas elaborado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras como o FMI e o Banco Mundial e o Departamento de Tesouro dos Estados Unidos, sediados em Washington D. C. Passou a ser o receituário do FMI, a partir de 1990, para os ajustes macroeconômicos que os países periféricos endividados deveriam implantar para “sanar” suas economias.

<sup>101</sup> Cf. Mario Rapoport, op. cit., 2000. No início de 1992, estabeleceu-se o peso como moeda de curso legal, equivalente a 10.000 austrais, fixando-se então o câmbio de 1 peso por dólar.

de um conjunto de medidas que buscavam reduzir o campo de ação do Estado, identificado como a principal fonte de instabilidade do processo econômico. O plano contemplava ainda, no marco da implantação efetiva do neoliberalismo na Argentina, uma maior abertura econômica, buscando disciplinar o setor privado produtivo – inibindo-o de aumentar seus preços em virtude da competitividade externa – e a reestruturação do Estado, principalmente através da privatização de empresas públicas, a fim de equilibrar as contas fiscais, reduzir o gasto público e aumentar o fluxo de investimentos.

Adriana Migliavacca distingue que essa postura do governo Menem de responder mais aos interesses dos setores mais concentrados do mercado foi um divisor de águas dentro da CGT. Ainda em 1989, a CGT Azopardo, liderada por Saúl Ubaldini, reuniria distintas frações sindicais que expressaram sua oposição à política menemista, como a Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA), a Associação de Trabalhadores do Estado (ATE), o sindicato do pessoal ferroviário La Fraternidad etc. Este grupo sindical estabeleceu vinculações com o Grupo dos Oito, constituído por deputados federais do PJ que rechaçavam as (contra) reformas privatizantes levadas a cabo pelo governo, considerando-as contraditórias com as orientações políticas tradicionais do peronismo<sup>102</sup>.

A CGT San Martín estava alinhada com o governo Menem e congregava organizações como a União Ferroviária, a Federação de Operários e Funcionários Telefônicos da República Argentina (FOETRA), a União de Docentes Argentinos (UDA) e a União de Operários da Construção Argentina (UOCRA), entre outras<sup>103</sup>.

Em 1991, de acordo com Migliavacca, distintos grupos começaram a alentar a reunificação da CGT, em um contexto de estabilidade econômica favorecida pelo Plano Cavallo<sup>104</sup>. Os setores da CGT Azopardo que discordavam desse posicionamento organizaram o Encontro Sindical para o Projeto Nacional (ENSIPRON). Entre as organizações que compuseram o Encontro, estavam a União Operária Metalúrgica (UOM) da seccional Villa Constitución, a ATE, a CTERA e o Sindicato Argentino de Operários Navais (SAON). Em dezembro de 1991 houve o Encontro Sindical de Burzaco, que reuniu as lideranças dos sindicatos que participaram do ENSIPRON e outros de distintos sindicatos e federações de trabalhadores de várias regiões da

---

<sup>102</sup> Cf. Adriana Migliavacca, *La protesta docente en la década de 1990: Experiencias de organización sindical en la provincia de Buenos Aires*, 2011.

<sup>103</sup> Cf. Adriana Migliavacca, op. cit., 2011.

<sup>104</sup> *Ibidem*.

Argentina. Essas organizações sindicais, contra a unificação da CGT Azopardo com a CGT San Martín em torno do projeto menemista, formaram a Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA). “O espaço, que questionava com dureza o modelo econômico adotado pelo governo de Menem e as práticas sindicais hegemônicas da CGT, aglutinou tendências ideológicas diversas: peronistas, social-cristãos, socialdemocratas e independentes de esquerda”<sup>105</sup>. O Encontro de Burzaco deu origem a uma Declaração de princípios que daria forma ao estatuto da CTA. O primeiro desses princípios referia-se à autonomia sindical em relação ao Estado, aos partidos políticos e aos grupos econômicos; o segundo defendia a democracia sindical; o terceiro acenava para a abertura a outras organizações sociais que expressavam as demandas dos setores populares<sup>106</sup>.

A constituição da CTA foi um grande marco na história do sindicalismo argentino na década de 1990, desenvolvendo uma estrutura organizativa e construindo uma base de representação em termos distintos dos da tradicional CGT, aceitando trabalhadores desempregados (uma vez que os consideravam parte da classe trabalhadora), informais, temporários, e a filiação de agrupações minoritárias dentro de certos sindicatos, de comissões internas e de trabalhadores individuais, desvinculando-se da ideia de central sindical composta por confederação de entidades de base, assim como de sindicatos paralelos, quebrando o princípio de unidade sindical<sup>107</sup>.

Outro grupo de organizações sindicais que rechaçava a integração da CGT ao modelo neoliberal optou por formar em 1994 uma corrente de oposição interna, o Movimento dos Trabalhadores Argentinos (MTA).

Também deve ser mencionado o renascimento de grupos classistas que sustentaram uma postura anticapitalista e se opuseram fortemente às estruturas sindicais ligadas ao PJ, entre os quais o de atuação mais destacada foi a Corrente Classista e Combativa (CCC), vinculada ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), de inspiração maoísta.

Segundo Rapoport, a CTA, o MTA e a CCC seriam os principais representantes do novo “núcleo duro” da oposição sindical<sup>108</sup>.

---

<sup>105</sup> Ibidem, p. 99. Tradução livre.

<sup>106</sup> Ibidem.

<sup>107</sup> Cf. Mario Rapoport, op. cit., 2000, e Adriana Migliavacca, op. cit., 2011. A CTA foi reconhecida oficialmente como central sindical em 1997.

<sup>108</sup> Cf. Mario Rapoport, op. cit., 2001.



Em que pese a importância desse núcleo duro do movimento sindical argentino para enfrentar a deterioração das condições de vida (no trabalho e fora dele) do proletariado no país decorrentes das “reformas” no chão da fábrica, no mercado e na legislação trabalhista, o avanço do neoliberalismo foi bastante expressivo.

Entre 1992 e 1994, o novo modelo de acumulação registrou uma etapa de crescimento econômico baseado na sincronia do sistema político e da valorização financeira; os setores dominantes que sustentavam este padrão de acumulação adquiriram uma homogeneidade inédita, tributária, em grande parte, do processo de privatizações.

Por parte do Estado, esta integração capitalista foi estabelecida como requisito mediante uma lei, de maneira que as empresas privatizadas assumiram a seguinte conformação: uma empresa local (provedora do poder de lobby no sistema político), um banco internacional (provedor financeiro da operação) e uma empresa estrangeira especializada no serviço correspondente (que aportava o “know how” do serviço). Esta política do governo peronista criava uma identidade objetiva de interesses entre o capital local concentrado e os credores externos, cuja disputa pelo mais-valor havia levado à crise hiperinflacionária de 1989, ao associá-los no mesmo processo produtivo no mesmo processo de valorização do capital e lhes garantindo uma taxa de lucro superior ao resto da economia.<sup>109</sup>

Essa também foi a época em que se obteve maior consenso social em torno do modelo econômico neoliberal, no contexto da superação da inflação, de um novo ciclo de endividamento externo e da expansão do crédito interno, que contribuíram para um ciclo expansivo do consumo interno que incorporou vastas camadas sociais – importante fator que contribuiu para minar as resistências às contra-reformas e para a reeleição de Menem, em maio de 1995, com quase 50% dos votos, superando os candidatos da FREPASO, José Octavio Bordón, que obteve 29,30% no pleito, e da UCR, Horacio Massaccesi, que contou com 16,99%.

---

<sup>109</sup> Sebastián Salvia & Axel Frydman, “Argentina: Modo de acumulación y relaciones de fuerza entre capital y trabajo en la Argentina de los noventa” In: *Herramienta*, n° 26, 2004, [www.herramienta.com.ar](http://www.herramienta.com.ar), acessado em 17/09/2005. Tradução livre.

Quadro 4. Taxa de inflação e de crescimento do PIB, em % (1970-1995)

Ano	Inflação	PIB
1970	6,5	3
1971	31,3	5,7
1972	64,2	1,6
1973	65,5	2,8
1974	30,6	5,5
1975	197,7	-0,03
1976	438,3	-2
1977	159,4	6,9
1978	161,4	-4,5
1979	147,4	10,2
1980	90,8	4,2
1981	106,4	-5,7
1982	207,6	-5
1983	382,3	3,9
1984	606,7	2,2
1985	625,8	-7,6
1986	74,5	7,9
1987	127,1	7,9
1988	388,5	-2,6
1989	3057,6	-7,5
1990	2076,8	-2,4
1991	133	12,7
1992	11,9	11,9
1993	-1,5	5,9
1994	2,8	5,8
1995	3,2	2,8

Fonte: Boris Fausto & Fernando Devoto, *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*, 2004.

Mas essa fase “dourada” seria interrompida pela crise mexicana, que teve início em fins de 1994, e provocou uma retirada maciça de fundos internacionais da Argentina – facilitada pela Lei de Convertibilidade. No segundo mandato de Carlos Menem, a vulnerabilidade econômica do país se fazia evidente com o agravamento do déficit fiscal, o surgimento da recessão e o avanço do desemprego, que alcançava mais de 17% da População Economicamente Ativa em 1996<sup>110</sup>; desde 1994, manteve-se sempre na casa dos dois dígitos. O país reagiu de imediato graças ao sólido apoio do FMI e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A receita consistiu em minimizar ainda mais o Estado (para as classes subordinadas, claro – para as classes dominantes,

<sup>110</sup> Fonte: Indec, *Encuesta Permanente de Hogares (EPH): Total Aglomerados Urbanos – Mayo 2002*, acessado em 30/04/2006.

ele continuava máximo): cortes no orçamento, redução de salários no setor público, aumento na carga impositiva garantiram uma rápida, porém breve, retomada do crescimento. A inflação continuava sob controle. Os problemas estruturais do programa econômico implantado já não encontravam válvulas de escape suficientes e a deterioração das condições sociais dos argentinos fazia-se notória. Inclusive, a já aludida homogeneidade entre as frações dos setores dominantes conquistada no primeiro quinquênio começava a ruir.

A desregulamentação dos mercados submeteu o conjunto das atividades produtivas à competitividade externa sob o discurso de que essa condição induziria um aumento da qualidade dos produtos argentinos que os levaria a conquistar novos mercados, ampliando as exportações, consideradas a chave do crescimento econômico. Noemí Giosa Zuazuá chama a atenção para o fato de que o aprofundamento da abertura da economia argentina, que se iniciara em 1976, contribuiu para que os principais investimentos fossem direcionados para as empresas privatizadas no setor de serviços, protegidas da abertura<sup>111</sup>. O aprofundamento da reestruturação do setor secundário, combinado ao processo de privatização das empresas estatais e de redução do quadro de funcionários públicos tanto no nível provincial quanto no nível federal, acarretou na elevação do desemprego.

Houve uma diminuição importante dos postos de trabalho no setor secundário e ainda que o número de empregos tenha crescido no setor terciário, não foi suficiente para absorver o número de trabalhadores expulsos da indústria. Em 1990, havia 1.920.000 trabalhadores ocupados no setor industrial e cinco anos mais tarde esse número cairia para 1.666.000<sup>112</sup>. Giosa Zuazuá calcula que entre 1993 e 1996 a quantidade de postos de emprego nas grandes empresas caiu 11% e, em contrapartida, a produtividade cresceu 39%. Entre as grandes empresas manufatureiras, houve uma queda de 12% no número de trabalhadores, enquanto na produtividade houve um incremento de 36%. Esse setor da indústria abrigava 50% do emprego entre as grandes empresas na época do levantamento feito pelo INDEC. Considerando o conjunto do setor secundário, entre 1993 e 1999, o número de postos de trabalho sofreu uma redução de 19%, mas a produtividade aumentou 32%.

---

<sup>111</sup> Cf. Noemí Giosa Zuazuá, “Transformaciones y tendencias del mercado de empleo en la Argentina: entre el desempleo y el empleo precario” In: Karina Forcinito & Victoria Basualdo, *Transformaciones recientes en la economía argentina: tendencias y perspectivas*, 2007.

<sup>112</sup> Cf. Noemí Giosa Zuazuá, op. cit., 2007, com base em dados do Boletim de Estatísticas laborais, 2º semestre de 1996 do Ministério do trabalho e Previdência Social.

*Quadro 5. Evolução do valor de produção, do nível de emprego e da produtividade nas Grandes Empresas (1993-1999)*  
Índice 1993=100

Grandes Empresas	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Valor bruto de Produção	100	113	114	123	134	137	131
Ocupados	100	92	89	89	90	93	92
Produtividade / ocupado	100	122	128	139	149	146	143

Adaptação de quadro elaborado por Noemí Giosa Zuazuá, op. cit., 2007, com base em dados do INDEC<sup>113</sup>.

*Quadro 6. Evolução do volume de produção, do nível de emprego e da produtividade no setor industrial (1993-1999)*  
Índice 1993=100

Setor industrial	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Volume físico de produção	100	104	97	104	113	116	106
Ocupados	100	97	91	88	89	87	81
Produtividade / ocupado	100	107	107	118	127	132	132

Adaptação de quadro elaborado por Noemí Giosa Zuazuá, op. cit., 2007, com base em dados do INDEC<sup>114</sup>.

Paralelamente a esse fenômeno, as classes dominantes, como um todo, pressionaram pela *flexibilização* das leis trabalhistas, que deveria, se não eliminar, pelo menos reduzir amplamente a “rigidez” do mercado de trabalho a fim de tornar as empresas mais competitivas, o que também supostamente contribuiria para diminuir o desemprego. Por “rigidez”, entenda-se: as conquistas trabalhistas efetuadas pela pressão do movimento de trabalhadores com o objetivo de limitar as possibilidades do capitalista dirigir a força de trabalho empregada levando em consideração apenas as conveniências do processo de acumulação do capital. Portanto, o que as classes dominantes reivindicavam era a precarização das relações trabalhistas com o intuito de reduzir o valor da força de trabalho e aumentar a intensidade de trabalho não-pago que esta cede ao capital.

A imposição de condições de trabalho precarizadas instituiu-se progressivamente, conformando-se através de sucessivas normas que limitaram os

<sup>113</sup> Ibidem. Enquete realizada pelo INDEC entre as 500 maiores empresas do setor industrial na Argentina.

<sup>114</sup> Ibidem. Enquete Industrial Mensal realizada pelo INDEC, baseada em amostragem de cerca de 3000 empresas do setor secundário que empregavam mais de 10 trabalhadores.

aumentos salariais, implantaram contratos de trabalho temporários, permitiram o fracionamento das férias e do décimo terceiro, a redução do valor de indenizações por acidente de trabalho ou demissão etc.

O governo autorizou que as Convenções Coletivas de Trabalho acordassem sobre a modulação da jornada de trabalho com vistas a flexibilizar o uso do tempo de trabalho – eliminava-se as restrições máximas em relação à quantidade de dias e horários e o número de horas extras, autorizando o trabalho nos dias de domingo e feriados. Neffa ressalta que os supermercados foram particularmente beneficiados por tais medidas.

A partir de 1994, a política trabalhista procurou se articular em torno de acordos entre a UIA, a CGT, representantes das PyMES e o governo, antes das iniciativas serem enviadas ao Congresso.

Uma das principais transformações na legislação trabalhista argentina foi a instituição, em 1995, do “período de prova” para contratos por tempo indeterminado, durante o qual o empregador adquire o direito de demitir o trabalhador sem precisar gastar um centavo com indenização. Tinha uma duração de três meses, podendo se estender a seis.

Outra forma importante de “flexibilização” residiu nos contratos por tempo determinado, que tinham custos de saída e de contribuição para previdência social bem inferiores aos contratos “típicos” – os argentinos os apelidaram de “*contratos basura*”. Foram implantados em 1991, mas sua utilização foi facilitada – para os patrões – por mudanças nas normas sancionadas em 1995. Outra isenção importante para a redução dos custos adicionais em relação ao assalariamento para o empregador foi a do custo de demissão, total ou parcial dependendo dos casos. Giosa Zuazuá destaca que todas as novas formas de contrato implantadas na década de 1990 contribuíram para a redução desses tipos de custos <sup>115</sup>.

O empresariado, no entanto, não estava satisfeito com os rumos da flexibilização do mercado de trabalho, considerando não ter se avançado o suficiente numa (contra) reforma integral – pois as “reformas” foram direcionadas de acordo com os distintos setores. Diversas empresas transnacionais assinaram convênios com sindicatos argentinos para flexibilizar as condições de trabalho, à margem dos convênios coletivos

---

<sup>115</sup> Ibidem.

nacionais de trabalho, como a General Motors, a FIAT e a Toyota com o sindicato SMATA (Sindicato de Mecânicos e Afins do Transporte Automotor)<sup>116</sup>.

Na segunda metade da década de 1990, observa-se um aumento do número de trabalhadores assalariados contratados precariamente, seja mediante as novas formas de contratos que começaram a vigorar a partir desse período, seja através do trabalho informal, sem contrato – “*en negro*”, no dizer dos argentinos. Na avaliação de Giosa Zuazuá, o setor informal urbano passou por uma transformação qualitativa na composição das atividades que o compõem. A autora observa que a queda constante na participação dos trabalhadores nas empresas formais ao lado de um aumento contínuo do número de trabalhadores ocupados em serviços prestados a empresas – particularmente do setor informal – indica que a reestruturação da economia argentina teve reflexo no mercado de emprego gerando um setor informal produtivo, vinculado à lógica de acumulação das empresas de maior porte.

O perfil organizativo do SIU [Setor Informal Urbano] permitiu prover estas empresas, que desverticalizaram sua estrutura produtiva, de serviços a preços rebaixados, porque são subcontratados aproveitando essa mesma estrutura informal, que supõe empresas familiares ou trabalhadores assalariados em microempresas, ou trabalhadores por conta própria, que não se enquadram nas normas tributárias. A título de ilustração: serviços de segurança, limpeza, alimentação, transporte, comércio, empresariais<sup>117</sup>.

*Quadro 7. Trabalhadores assalariados sem benefícios previdenciários na GBA, em % (1990-1999)*

Segmento e porte	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
No total de assalariados	33	37	37	38	35	39	42	42	42	42
Em empresas formais	17	20	17	19	15	19	22	21	23	24
Em pequenas e médias empresas do setor formal	14	18	18	19	18	20	22	23	23	26
Em grandes empresas do	07	04	06	07	04	09	08	09	09	10

<sup>116</sup> Cf. Mario Rapoport, op. cit., 2000.

<sup>117</sup> Noemí Giosa Zuazuá, op. cit., 2007, p. 333.

setor formal										
Em microempresas do setor informal urbano	54	67	67	69	52	71	72	74	73	74

Adaptação de quadro elaborado por Noemí Giosa Zuazuá, com base em dados da EPH do INDEC.

O sistema de previdência social também foi alvo das (contra) reformas neoliberais durante a era Menem. Em 1991, foi criado o Sistema Integral de Prestações por Desemprego e o Fundo Nacional do Emprego com o intuito de pagar um subsídio aos desempregados, financiado com contribuições dos empregadores. No entanto, tantas eram as restrições para o acesso a tal benefício de 300 pesos, que o número de desempregados contemplados não superou o 8% do total. No mesmo ano, a lei 24.028 estabeleceu um montante máximo para indenizações em caso de acidente de trabalho, inferior ao que as vítimas ou seus parentes podiam conseguir através da justiça civil. Em 1995, o sistema de prevenção de riscos de trabalho foi privatizado mediante a lei 24.557, o que impediu o recurso paralelo nos tribunais civis para obter uma indenização maior; a lei também restringiu as doenças profissionais indenizáveis. As leis 24.240 e 24.241, de 1993, criaram um sistema integrado de aposentadorias e pensões baseado num regime misto: as administradoras de fundos de aposentadoria e pensões (AFJP – Administradora de Fondos de Jubilación y Pensiones) privadas e o sistema estatal. Pactos fiscais entre a União e as províncias, estabelecidos pelo decreto 26.091/93 e a lei 25.520, permitiram a forte redução das contribuições patronais (entre 30% e 40% de acordo com os casos, podendo ser ainda mais nas províncias mais afastadas da Capital Federal) caso os empregadores contratassem desempregados jovens, de idade avançada e a mulheres chefes de família. Posteriormente essas porcentagens foram reduzidas devido à pressão da elevação do montante do déficit fiscal<sup>118</sup>. Neffa observa que “devido à lógica do comportamento empresarial e à falta de controle da administração, os empregadores se beneficiaram com esta redução do salário indireto e não criaram, como se esperava, todos os empregos em contrapartida”<sup>119</sup>.

<sup>118</sup> Cf. Juan C. Neffa, “Macroeconomía, instituciones y normas como determinantes y condicionantes de las políticas de empleo” In: Javier Lindeboim (org.), op. cit., 2008.

<sup>119</sup> Juan C. Neffa, op. cit., 2008, p. 312.

Esse conjunto de (contra) reformas operadas no âmbito do direito trabalhista na Argentina pode ser incluído dentro daquilo que Virgínia Fontes designou como *expropriações secundárias*<sup>120</sup>. A autora chama atenção para como, no capitalismo contemporâneo, as expropriações passaram a ter um caráter diverso e afetam também os produtores diretos urbanizados, que, em sua enorme maioria, já se encontram expropriados dos meios de produção. Se já não são mais proprietários de terras, matérias-primas e instrumentos de trabalho, o que pode ser arrancado do proletariado? As expropriações abrangem, dramaticamente, um amplo leque, incidindo sobre bens públicos, sobre a biodiversidade, sobre técnicas diversas, até mesmo sobre palavras e, claro, sobre direitos associados ao trabalho assalariado, entre outras coisas e não-coisas. Ao lado da expropriação primária, original – que segue se processando, em ritmo acelerado, não devendo ser entendida, portanto, como algo que se limitou a um momento prévio ao pleno domínio do capital –, as expropriações secundárias constituem-se em expedientes que garantem a expansão da base social do capital. A expropriação primária é responsável pela disponibilização de trabalhadores “livres” para a tarefa de valorizar capital; as expropriações secundárias converteram-se em “nova – e fundamental – forma de exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para extração-de mais-valor”<sup>121</sup>.

Se é bem verdade que houve setores importantes da classe trabalhadora que se mobilizaram contra esse grande conjunto calamitoso de transformações no mercado de trabalho (do ponto de vista do proletariado), também é notório o consenso que essas mesmas transformações alcançaram entre outros (amplos) setores do conjunto dos assalariados. Vários autores atribuem parte desse consenso à situação de recessão e hiperinflação do final do governo Alfonsín – a recessão e alta inflação herdada da década de 1980, a “década perdida”, constituíram um importante mecanismo de indução do consenso dos grupos subalternos em vários outros países da América Latina em torno das políticas regressivas do neoliberalismo, que prometiam a medicina deflacionária nos anos 90, época em que os governos adeptos da ideologia neoliberal assaltaram a região<sup>122</sup>.

<sup>120</sup> Cf. Virgínia Fontes, op. cit., 2010.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>122</sup> Cf. Perry Anderson, “Balanço do neoliberalismo” In: Emir Sader & Pablo Gentili (org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, 2003; Sebastián Salvia & Axel Frydman, op. cit., 2004, e ainda Adrián Piva, “Algunas hipótesis sobre la relación entre modo de acumulación y



Outro fator importante para compreender o avanço dessa série de expropriações secundárias na Argentina foi a cooptação de uma fração importante de líderes sindicais peronistas. O governo Menem lançou mão da distribuição de incentivos como a direção da ANSSAL (Administração Nacional do Seguro de Saúde), organismo arrecadador de fundos da previdência social, ou de posições de poder que conferia abundantes recursos para pagar indenizações, aposentadorias voluntárias, assim como incorporou dirigentes em processos de negociações e de licitações das privatizações. A várias organizações operárias foi outorgada uma participação acionária de 10% nas empresas privatizadas. Esses programas de propriedade participada, inspirados no governo da primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher, nunca se traduziram na participação de representantes dos trabalhadores na direção das empresas ou no controle e na distribuição dos benefícios.

Outros recursos também foram utilizados para neutralizar as resistências às (contra) reformas: desde mecanismos que visavam aumentar as divisões no cenário sindical à negociação sob medidas de força, retendo os fundos sindicais, apresentando denúncias penais contra dirigentes sindicais... O Estado ampliou as atividades e os setores econômicos considerados essenciais, obrigando os trabalhadores – em caso de conflitos trabalhistas – a prestarem uma quantidade mínima de serviço sob pena de declaração de ilegalidade da greve; neste caso, os patrões poderiam despedir os grevistas por abandono do emprego, sem terem que cumprir as obrigações da Lei de Contrato de Trabalho no que tangia ao pré-aviso e à indenização<sup>123</sup>.

De acordo com análise da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), a partir da década de 1990, na Argentina combinaram-se um acentuado crescimento do PIB por habitante, uma forte queda da inflação, um elevado desemprego e um aumento da pobreza. A economia, entre 1989 e 1999, cresceu 50% – principalmente na primeira metade dos anos 90, como já se observou – e a PEA, 30%. Contudo, o número de desempregados incrementou-se em 146%<sup>124</sup>.

Esse elevado crescimento do exército industrial de reserva (que irá aumentar ainda mais nos três anos seguintes, como veremos) influiu decisivamente nas mobilizações da classe trabalhadora: a conservação dos postos de trabalho tornava-se a principal reivindicação da ação sindical, enquanto as demandas relacionadas aos

---

hegemonía débil en Argentina” In: Ernesto Villanueva & Astor Massetti (org.), *Movimientos sociales y acción colectiva en la Argentina de hoy*, 2007.

<sup>123</sup> Cf. Mario Rapoport, op. cit., 2000, e Juan C. Neffa, op. cit., 2008.

<sup>124</sup> Fonte: Mario Rapoport, op. cit., 2000, p. 1020.

salários e às condições de trabalho, quando não desapareceram, passaram para um segundo plano.

#### **1.3.4. O governo de Fernando De La Rúa (1999-2001)**

Nas eleições presidenciais de 1999, a oposição “Aliança”, com discurso anti-neoliberal, formada pela União Cívica Radical (UCR) e pela Frente País Solidário (Frepasso), venceu com 48% dos votos a chapa justicialista composta por Eduardo Duhalde e Ramón Ortega, que obteve 38%. Em terceiro lugar, alcançando 10%, ficou Domingo Cavallo, pelo partido Ação pela República. Logo, porém, a gestão da Aliança seguiria uma política econômica ortodoxa que não conseguiu tirar o país do marasmo econômico e em pouco tempo aprofundou a deterioração das condições de vida da população, esquecendo qualquer promessa de luta contra o neoliberalismo.

A nova pugna que se estabeleceria entre as frações das classes dominantes que conduziam o desenvolvimento do novo padrão de acumulação na Argentina giraria em torno de dois projetos alternativos à Conversibilidade: um calcado na dolarização da economia, sustentado pelo setor vinculado ao capital estrangeiro; e outro que objetivava a desvalorização do peso, defendido pelos grupos locais e alguns conglomerados estrangeiros.

Em dois anos à frente do poder Executivo, o governo da Aliança experimentou três trocas sucessivas de ministros na pasta da Economia, até a renúncia do presidente radical Fernando De La Rúa, em 20 de dezembro de 2001. A primeira gestão ficou a cargo de José Luis Machinea, economista que já fora chefe de assessores do Instituto de Investigações da União Industrial Argentina (UIA), e procurou adotar políticas que privilegiassem a fração local do poder econômico. O esgotamento dessa gestão fez com que assumisse a pasta do Ministério da Economia Ricardo López Murphy, que adotou um ajuste ortodoxo, seguindo uma lógica não muito diferente daquela adotada por Machinea e sua equipe, mas que continha novos componentes que visavam satisfazer os interesses do setor vinculado ao capital externo. O rechaço à política proposta por Murphy deu lugar à última mudança ministerial, em março de 2001 e Domingo Cavallo foi chamado novamente a ocupar o cargo.

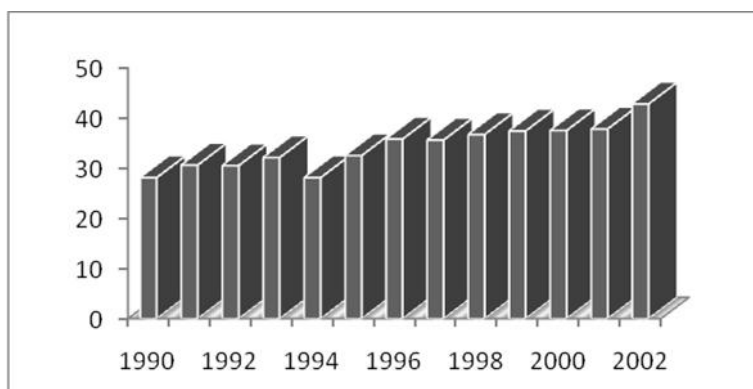
Seu papel consistia em conciliar os interesses de ambas as frações em contenda como meio para superar a recessão econômica. Inicialmente, seu plano postulava a necessidade de reativar a produção como uma forma de melhorar a situação fiscal num médio prazo; ao mesmo tempo em que elevava as tarifas alfandegárias e de políticas setoriais para alcançar este foco, aumentava a pressão tributária mediante o imposto aos

débitos e créditos bancários para recompor, em curto prazo, as contas públicas, a fim de afastar a possibilidade de deixar os mercados “nervosos”, isto é, de não cumprir os “compromissos” da dívida com a banca credora. O setor financeiro, no entanto, não encontrou nas primeiras medidas empreendidas pelo ministro Cavallo o calmante que gostava, reavivando a crise e fazendo com que o governo incorporasse o corte nos gastos públicos como parte da nova política econômica<sup>125</sup>.

E dezembro chegou...

No ano de 2001, quando se deu a explosão da crise econômico-social que desembocou na convulsão social que acabou por forçar a renúncia do presidente De La Rúa, o desemprego no país alcançava o alarmante índice de 18,3% da População Economicamente Ativa (PEA)<sup>126</sup>. Às vésperas dos acontecimentos de dezembro daquele ano, o INDEC divulgou informe à imprensa que revelava que em um ano, crescera em 720 mil o número de pessoas com problemas de inserção no mercado de trabalho, aumentando para quatro milhões o total de argentinos que enfrentavam problemas de inserção no mercado de trabalho, contando desempregados e subempregados. Nos centros urbanos foram destruídos 380 mil postos de trabalho. Entre os chefes de família, o desemprego cresceu 40%. Em um ano, o número de desempregados aumentou em 500 mil, atingindo então em 2001 2,5 milhões. No ano seguinte, 22% da força de trabalho na Argentina se encontrava desempregada, além de outros 19,3% em condições de subocupação horária, i.e., ocupados que trabalham menos de 35 horas semanais por causas involuntárias e desejam trabalhar mais horas<sup>127</sup>.

*Quadro 8. PEA no mercado de trabalho informal 1990-2002 (%)*



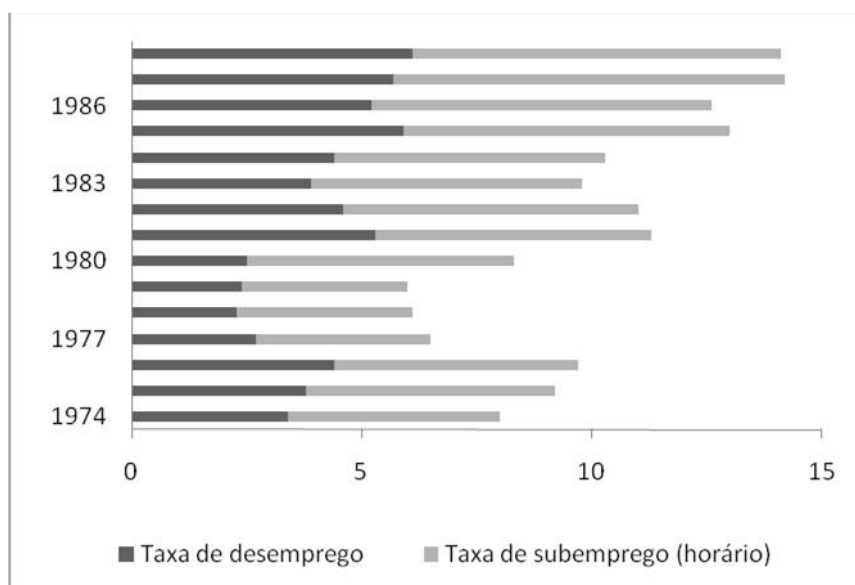
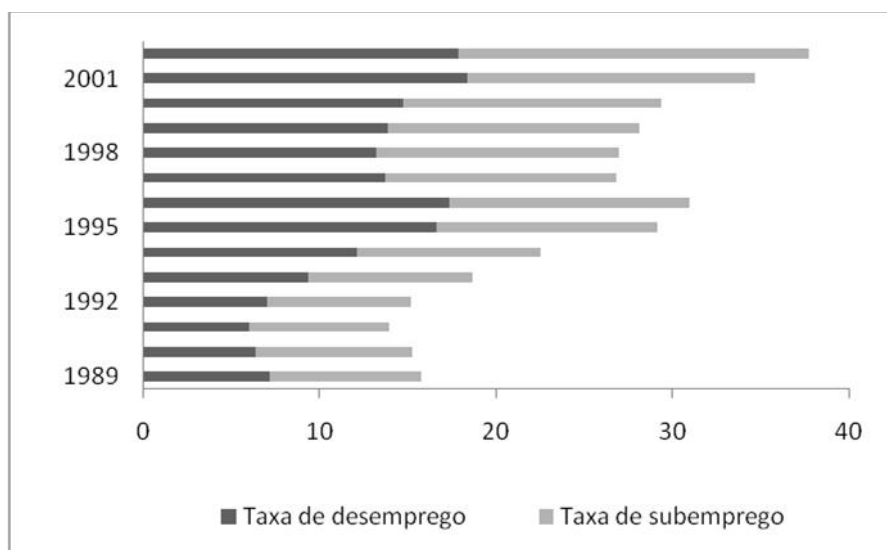
<sup>125</sup> Cf. Eduardo Basualdo, op. cit., 2002.

<sup>126</sup> Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas y Censos Argentina (INDEC), [www.indec.mecon.ar](http://www.indec.mecon.ar), acessado em 27/04/2006.

<sup>127</sup> Aqueles que recebem subsídios de desempregados não figuram nas estatísticas oficiais enquanto tais.

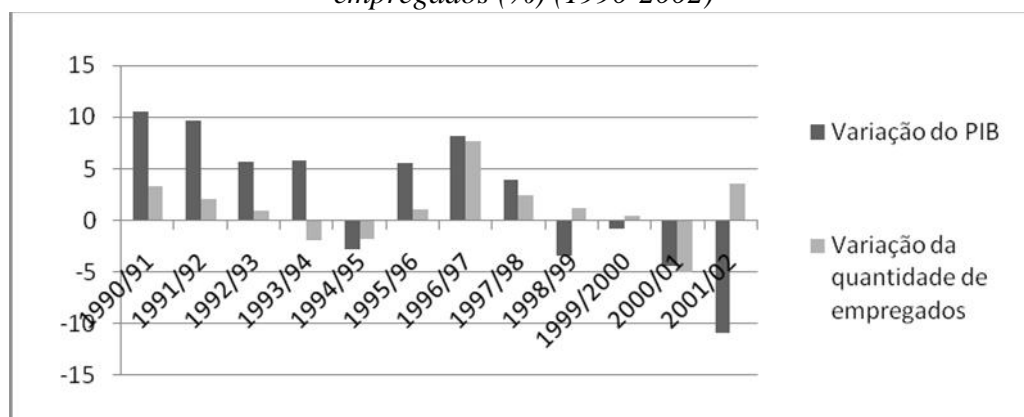
Elaboração própria. Fonte: M. González & J. Lindeboim, “El Neoliberalismo a rojo vivo: mercado de trabajo en Argentina”\_ In: *Cadernos do CEPED*, n. 8, com base em dados do INDEC, EPH.

*Quadro 9. Evolução das taxas de desemprego e subocupação horária 1974-2002 (%)*



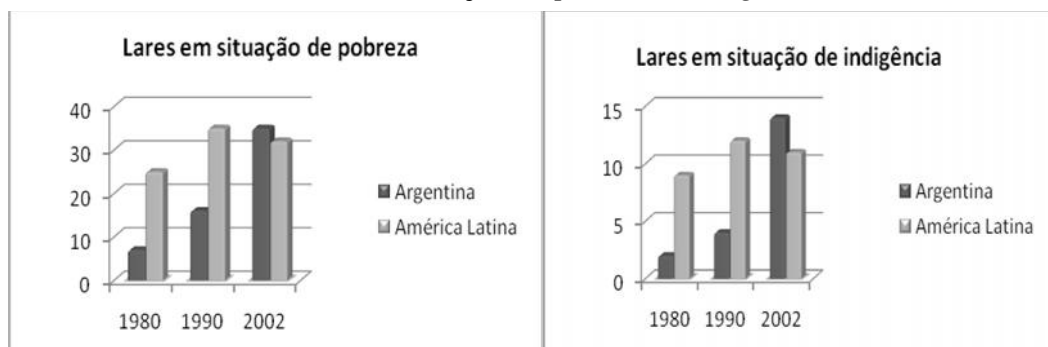
Elaboração própria. Fonte: INDEC, Informe à Imprensa da EPH (Encuesta Permanente de Hogares), 25/07/2002. Dados para os 25 aglomerados urbanos.

Quadro 10. Relação entre a variação do PIB e a de quantidade de trabalhadores empregados (%) (1990-2002)



Elaboração própria. Fonte: M. González & J. Lindeboim, “El neoliberalismo a rojo vivo: mercado de trabajo en Argentina” In: *Cuadernos del CEPED* n. 8, 2004.

Quadro 11. Lares em situação de pobreza e indigência 1980-2002 (%)



Elaboração própria. Fonte: CEPAL – Anuário Estatístico 2003

#### 1.4. Da formação do exército industrial de reserva

Para os defensores das diretrizes neoliberais e da reestruturação produtiva, o desemprego é tributário da rigidez do mercado de trabalho, da ação dos sindicatos, da falta de qualificação / adequação do trabalhador, de causas, enfim, externas ao modo de organização de produção da vida material imposta pelo capitalismo. No entanto, a precarização das relações de trabalho e o desemprego que vêm grassando tanto nas áreas periféricas como centrais do capitalismo desde a década de 1970 fazem parte de um projeto de restauração de poder de classe e de deslocamento das contradições do sociometabolismo do capital.

Os altos índices de desemprego são tributários, em grande parte, do investimento em trabalho morto em detrimento do trabalho vivo. A procura por tornar a parte do capital constante maior do que aquela representada pelo capital variável na composição orgânica do capital faz parte da luta contínua dos capitalistas para se tornarem menos

dependentes dos trabalhadores assalariados, e é tendência da lei geral da acumulação de capital.

Os capitais adicionais que se formam no curso da acumulação normal servem preferentemente de veículo para explorar novos inventos e descobertas, para introduzir aperfeiçoamentos industriais em geral. Mas também o capital velho chega, com o tempo, ao momento de renovar-se, de mudar de pele e de renascer com feição técnica aperfeiçoada, que reduz a quantidade de trabalho e põe em movimento maior quantidade de maquinaria e de matérias-primas<sup>128</sup>.

A população trabalhadora, ao produzir a acumulação capitalista, portanto, produz sempre uma população relativamente supérflua, que excede as necessidades médias da expansão do capital. Ao mesmo tempo, a produção de uma superpopulação relativa torna-se a alavanca da acumulação de capital e condição de existência do modo de produção capitalista. O progresso da acumulação origina uma massa de riqueza social excedente e que pode ser transformada em capital adicional, e para tanto, deve ser invertida tanto nos ramos antigos de produção – se o mercado se amplia subitamente – ou em novos ramos de atividade. Uma população de trabalhadores excedente forma um “exército industrial de reserva” disponível para as necessidades variáveis de expansão do capital, pronta para ser absorvida a qualquer momento pelos ramos decisivos sem comprometer a escala de produção nos outros ramos. Tal expansão seria impossível sem aumento dos trabalhadores, independentemente do crescimento da população. Marx destaca ainda que esse movimento é característico do modo de produção capitalista já plenamente consolidado, sendo impossível no “período infantil da produção capitalista”, quando a composição do capital se alterava lentamente e a acumulação e o crescimento proporcional da demanda de trabalho eram correspondentes. “Toda a forma do movimento da indústria moderna, nasce, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados”<sup>129</sup>.

O crescimento da extensão e da eficácia dos meios de produção torna-os, em menor grau, meios de emprego dos trabalhadores expropriados e à medida que aumenta a produtividade do trabalho, o capital aumenta sua obtenção de trabalho mais rapidamente que sua procura por trabalhadores. “O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da

---

<sup>128</sup> Karl Marx, op. cit., 2003, p. 731.

<sup>129</sup> Ibidem, p. 736.

concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital”<sup>130</sup>.

Os salários são regulados pela expansão e contração da superpopulação relativa, correspondentes às transformações periódicas do ciclo industrial, e não “pelas variações do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército da ativa e exército da reserva”<sup>131</sup>.

Ainda são muito pertinentes para a análise dos mundos do trabalho no capitalismo contemporâneo as variadas formas de existência dessa população trabalhadora excedente para a acumulação do capital identificadas por Marx nos idos da segunda metade do século XIX. O exército industrial de reserva se reproduz periodicamente – de forma aguda, nas crises, ou crônica, nas fases de estagnação da economia –, mas também de maneira contínua. De acordo com Marx, nesse último caso, a superpopulação relativa pode assumir uma das seguintes três formas – flutuante, latente ou estagnada.

Ao ritmo do desenvolvimento da produção e da organização do trabalho impellido pelos capitalistas, os trabalhadores são repelidos, ou removidos em quantidade maior, de maneira que cresce o número dos empregados em seu conjunto, mas em proporção decrescente ao aumento da escala de produção, constituindo uma *superpopulação flutuante*. Nesse movimento, podem ser observadas novas configurações no interior da classe trabalhadora, geralmente relacionadas a questões de gênero e também geracionais, resultantes das novas necessidades do capital e das estratégias dos trabalhadores (e suas famílias) para responder a essas necessidades, uma vez que, expropriados dos meios de produção, só podem obter seu sustento mediante venda de sua força de trabalho. Por sua vez, a *população supérflua latente* é aquela que, diante da penetração da produção capitalista no campo, encontra-se constantemente na iminência do êxodo para a cidade a fim de engrossar as fileiras do proletariado urbano e na espreita de conjunturas favoráveis para essa transferência. Já a *superpopulação relativa estagnada* abrange trabalhadores em ação, mas que exercem ocupações totalmente irregulares e precárias. A condição de vida dessa parcela da classe trabalhadora encontra-se abaixo do nível médio normal, tornando-se base ampla de ramos específicos de exploração pelo capital. “Duração máxima de trabalho e o mínimo

---

<sup>130</sup> Ibidem, pp. 739-40.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 741.

de salário caracterizam sua existência”<sup>132</sup>. Esse contingente da população excedente para o mundo do capital se ampliaria à medida que o incremento e o ritmo da acumulação aumentam o número de trabalhadores que se tornam supérfluos para a grande indústria e a agricultura mecanizada, especialmente nos ramos de atividade em decadência. Marx destaca ainda aquela camada da superpopulação relativa que “vegeta no inferno da indigência, do *pauperismo*”. Excetuando-se “os vagabundos, os criminosos, as prostitutas, o rebotalho do proletariado, em suma”, poder-se-ia se subdividir este segmento em três categorias: 1) os aptos para o trabalho, cujo número, nas estatísticas inglesas da época, aumentava em todas as crises e diminuía quando os negócios recobravam ânimo; 2) os órfãos e filhos de indigentes e 3) aqueles incapazes de trabalhar – “são (...) os indivíduos que sucumbem em virtude de sua incapacidade de adaptação, decorrente da divisão do trabalho; os que ultrapassam a idade normal de um trabalhador; e as vítimas da indústria, os mutilados, enfermos, viúvas etc. (...). O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o *peso morto do exército industrial de reserva*”<sup>133</sup>.

\*\*\*

Na Argentina, a partir da década de 1970, a reconfiguração da arena da luta de classes foi pontuada por derrotas dolorosas para os grupos subalternos, impostas através da coerção (que chegou à eliminação física sistematizada), da cooptação e do consenso. As transformações econômicas e políticas ocorridas nas últimas décadas geraram condições extremamente favoráveis de extração de sobre-trabalho através da intensa precarização das condições de trabalho do proletariado, obtida por meio de uma série de mudanças na organização do trabalho no chão de fábrica e de uma ampla expropriação secundária. O traço mais desolador desse cenário dramático, do ponto de vista do proletariado, é a explosão do mundo do desemprego – expropriados de seus meios de produção, não lhe resta outra alternativa do que viver da venda de sua força de trabalho. Os trabalhadores que se organizaram nos movimentos de desempregados e nas empresas recuperadas a partir de meados dos anos 1990 o fizeram como forma de luta contra sua inserção no exército industrial de reserva – nos MTD, para deixar essa condição; nas ERT, para não cair nela.

---

<sup>132</sup> Ibidem, p. 746.

<sup>133</sup> Ibidem, pp. 747-8.



## **CAPÍTULO 2. ORIGENS E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS RECUPERADAS POR SEUS TRABALHADORES E DOS MOVIMENTOS DE TRABALHADORES DESEMPREGADOS**

### **2.1. Empresas Recuperadas por seus Trabalhadores (ERT)**

As Empresas Recuperadas constituem uma resposta de trabalhadores que se encontravam frente ao iminente fechamento das empresas em que trabalhavam e que estavam em processos de falência, convocatória de credores, ou simplesmente que foram ou começaram a ser abandonadas por seus proprietários. O aprofundamento da reestruturação da economia argentina nos anos de 1990 nos termos apresentados no capítulo anterior impeliu um expressivo contingente de empresários a fecharem suas plantas industriais e se tornarem importadores dos mesmos produtos que produziam ou mesmo investirem todo seu capital no setor financeiro. A paridade entre o peso e o dólar foi um importante dinamizador desse processo, uma vez que a produção industrial autóctone se deparava então com a importação massiva de bens manufaturados baratos em vários setores. Isso tornou a competição bastante desvantajosa para os produtos manufaturados argentinos, sobretudo para os pequenos e médios capitalistas, que possuíam pouco poder de influência sobre as políticas do Estado e nem estavam associados ao grande capital estrangeiro.

Uma estratégia bastante utilizada por esses empresários que optaram por encerrar seus negócios foi o “esvaziamento” de empresas, que significa deixar de investir em suas próprias companhias, chegando mesmo a retirar delas capital. A isso se combinava uma série de mecanismos que lhes consentia abandonar seus negócios a um custo mínimo, como calotes no fisco e a ruptura de contratos de trabalho, expressa principalmente na diminuição dos salários ou na descontinuidade de seu pagamento.

Fermín González, um senhor de 73 anos<sup>134</sup>, trabalhava na Gráfica Gaglianone desde os seus 14 anos. Apenas um mês depois de chegar a Buenos Aires com sua mãe e seus irmãos, das Ilhas Canárias, para tentar ter uma vida melhor no Novo Mundo, conseguira um posto de aprendiz na empresa, onde logo assumiria o cargo de meio-oficial de encadernação. Seu irmão mais novo, Cândido González, logo também trabalharia na gráfica. Nessa época, a Gaglianone estava instalada na rua Alsina,

---

<sup>134</sup> A idade mencionada corresponde ao ano em que a entrevista foi realizada. Isso vale para todos os casos seguintes.

número 2654, na região do Once, no bairro de Balvanera, desde 1923. Até 1976, o forte dessa oficina gráfica foi a impressão de caixas para remédios e entre seus principais clientes estavam os laboratórios Roche, Boehringer, Abbot e Casasco. Mas a partir de meados dos anos 1970, o dono da empresa decidiu comprar um novo maquinário, modernizando a empresa e passando a se dedicar e a se especializar na impressão de livros de arte e folhetos de alta qualidade. Seus principais clientes calharam de ser instituições públicas, como o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Nacional de Arte Decorativa, o teatro Municipal General San Martín e o Teatro Colón. Com este último manteve convênios por vinte anos para editar, com exclusividade, os folhetos e programas do prestigioso Teatro. Por essa época também se mudam para o endereço onde até hoje funciona a gráfica, na rua Chilavert, número 1136, no bairro de Nueva Pompeya – porém, a partir de 2002, ela passa a operar de forma autogestionada por seus trabalhadores, que adotam o nome da rua em que estão alojados como nome da cooperativa que formaram desde então<sup>135</sup>.

Fermín, depois de três anos na empresa, passou a ser maquinista. Ele conta que observava que os maquinistas na gráfica eram os trabalhadores mais prósperos. Assim, pediu ao capataz na época que lhe permitisse ficar na fábrica, depois de acabado seu expediente, a fim de aprender o ofício de maquinista. Ele não pensava sua relação com o patrão a partir de uma ótica conflituosa. Avaliava-o como um “homem bom”, que, inclusive, havia emprestado o dinheiro para comprar sua casa própria e assim, deixar de viver de aluguel. “Porque na verdade, dizem que os patrões são... como se diz?... são exploradores, mas esse cara não era explorador”<sup>136</sup>. Para Fermín, por muito tempo não houve muito do que se queixar: recebia em dia seu salário, muitas horas extras que lhe rendiam um bônus ao final do ano – remuneração que não entrava na contabilidade da empresa.

Mas a partir da década de 1990, a Gaglianone começou a enfrentar dificuldades, sofrendo o impacto da importação e da mudança na demanda de livros, revistas e folhetos a partir do desenvolvimento de novos meios de impressão e formas de consulta (fotocópias massivas, impressões de computação, discos magnéticos). A situação se agravou com a recessão que se instaura na Argentina em 1998. Horacio Gaglianone, o

---

<sup>135</sup> Martiniano Chilavert é o nome do coronel que liderou a batalha da Vuelta del Obligado, durante o governo de Juan Manuel Rosas, recordada como uma ocasião em que o intervencionismo europeu na política interna argentina conseguiu ser repellido. É comemorada na Argentina no dia 20 de novembro, como Dia da Soberania Nacional.

<sup>136</sup> Entrevista de história de vida de Fermín González, trabalhador da Cooperativa Chilavert, concedida a nós em 26 de julho de 2010.

dono da empresa, tomou medidas para lidar com a débil situação financeira da empresa: retém as contribuições para as aposentadorias e para a cobertura hospitalar descontadas nas folhas de pagamento e atrasa o pagamento completo dos salários dos trabalhadores<sup>137</sup>. Em 1999, a empresa entra em concordata e o dono comunicou o fato a Fermín e a Cándido, pedindo-lhes para não se preocuparem, porque a empresa não iria à falência, mas que iria precisar dos bônus que lhes pagava todo ano para o processo de concordata. Três anos depois, Gaglianone entra em concordata novamente, mas dessa vez sem informar nenhum dos trabalhadores da gráfica. Após mais de dois anos de salários sempre pagos em atraso, Horacio Gaglianone anunciou que iria vender duas máquinas da oficina para comprar outras. A princípio, os funcionários acharam normal, mas desconfiaram quando a energia elétrica da fábrica foi cortada e foram confrontar o dono. Era abril de 2002. “O cara diz pra gente: ‘rapazes, vocês viram a confusão que há no país. Isto vai para a merda, e máquinas novas não posso comprar’. Dissemos para ele que não comprasse, mas que também não poderia levar as que estavam no inventário. E ele nos responde: ‘Quem disse que estão no inventário? Eu as vendi dois meses antes’”<sup>138</sup>.

Quando a empresa pediu concordata preventiva, a justiça designou um liquidatário para fazer um inventário, onde devem constar, claramente, todos os bens da empresa no momento em que a concordata é solicitada, inclusive o maquinário – esses bens são uma garantia para os credores. E na legislação argentina, eles são distinguidos entre credores trabalhistas e credores privilegiados. Nota-se, portanto, que perante as leis argentinas, os trabalhadores não são credores privilegiados. As duas impressoras que não foram arroladas no inventário pelo dono nem pelo liquidatário eram “o coração da imprensa”. Os trabalhadores começam a permanecer 24 horas por dia dentro da fábrica a fim de evitar o esvaziamento. Se o esvaziamento segue adiante, a empresa se converte em uma planta vazia e o dono se faz passar, com a ajuda do juiz, do liquidatário, dos credores privilegiados, por um pobre homem que não tem nada em seu nome. De acordo com Cándido, quando os trabalhadores da gráfica decidiram vigiá-la noite e dia e impedir que fosse retirada qualquer máquina do estabelecimento, Gaglianone os advertiu que “os juízes se compram”.

---

<sup>137</sup> Cf. María Briner & Adriana Cusmano, “Las empresas recuperadas en la Ciudad de Buenos Aires: una aproximación a partir del estudio de siete experiencias” In: *Empresas Recuperadas – Ciudad de Buenos Aires*, s/d.

<sup>138</sup> Cándido González, “Las cosas que hay que hacer para trabajar” In: Lavaca, *Sin Patrón: Fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores. Una historia, una guía*, 2004.

Na Brukman, pequena empresa do ramo têxtil – situada na zona do Once, de antigas origens fabris da Capital Federal – que fabricava casacos, calças e blazers para importantes lojas no país, a crise se iniciou no final do ano de 2001 com a descontinuidade dos pagamentos.

Vínhamos de quinze dias em que, havendo um montão de trabalho, não davam pra gente nada de dinheiro. (...) O gerente coagia as pessoas, dizia que se não trabalhassem, não iam receber dinheiro. Supostamente, todas as sextas recebíamos 100 pesos, mas isso ficou para a história. Nos davam 10, 15, 5 ou mesmo dois pesos. Ainda assim, seguiam pressionando<sup>139</sup>.

Matilde Adorno relata que havia um mal-estar generalizado na fábrica, mas que eclodiu no quinto andar, onde estava o setor de calças. Tinham que entregar 3500 calças – de fato, bermudas – e paralisaram a produção<sup>140</sup>. Até alguns dias depois, na sexta-feira, a empresa pagou dois pesos aos trabalhadores – em sua grande maioria, mulheres – e lhes ordenaram que não viessem na próxima semana. Mas os trabalhadores asseguraram-lhes que voltariam na terça seguinte para receberem o restante do dinheiro. Nesse dia, houve discussão com os Brukmans. Segundo Matilde, Jacobo Brukman teria proferido: “Bom, se vocês acreditam que operam uma fábrica melhor do que nós, aqui está a chave”, mas a chave continuou em seu bolso. Naquele momento, os trabalhadores da fábrica nem imaginavam que em breve estariam ocupando a planta e que eles mesmos transformariam a empresa em uma cooperativa. Enrique Brukman, por sua vez, prometeu que iriam pagar o dinheiro devido. O gerente disse para os trabalhadores que voltassem ao trabalho e que mais tarde se dirigissem para o térreo da empresa para ver quanto dinheiro tinham conseguido. Todavia, quando voltaram para o térreo, não encontraram nenhum dos executivos; havia apenas dois vendedores. E os executivos não retornaram ao local, abandonando-o. Matilde conta que só pôde ficar esperando por eles até às 19h30, pois tinha um compromisso logo depois. Mas os trabalhadores que podiam permanecer decidiram em assembleia que esperariam até que os patrões voltassem com o dinheiro. Muitos foram obrigados a ficar porque não tinham dinheiro para a condução de volta para casa. “Na verdade, nunca pensamos que não fossem

---

<sup>139</sup> Entrevista de Matilde Adorno, trabalhadora das Confecções Brukman / Cooperativa 18 de dezembro In: Lavaca, op. cit., 2004, p. 44. Tradução livre. No original: “Veníamos de quince días en los que, habiendo un montón de trabajo, no nos daban plata. (...) El gerente coaccionaba a la gente decía que si no trabajaban no se iban llevar plata. Supuestamente, todos los viernes nos llevábamos 100 pesos, pero eso ya había quedado en la historia. Nos daban 10, 15, 5 y hasta 2 pesos. Aun así, seguían presionando”.

<sup>140</sup> Cf. Ibidem.

voltar [os donos]. Vinte e três pessoas ficaram. Os que nos fomos, jamais pensamos que iam ficar a noite toda [os trabalhadores]”<sup>141</sup>. Era 18 de dezembro de 2001.

Celia Martínez conta que uma semana antes, o porteiro do edifício onde funcionava a empresa lhes alertara que a patronal estava levando material da oficina à noite<sup>142</sup>. Ela havia deixado o local às onze da noite e retornara no dia seguinte às cinco da manhã. De acordo com Celia: “Eles [os trabalhadores] se aproximaram da porta e diziam: ‘Se vai ficar para lutar e resistir, entra. Se não, não passa’. A maioria dos que ficaram de fora eram capatazes, encarregados, gente do escritório, vendedores da boutique, o chefe de pessoal... Os operários entramos”<sup>143</sup>.

Quando souberam que De La Rúa decretara estado de sítio, os trabalhadores da Brukman ficaram mais aterrorizados com a situação, temendo que o governo viesse desalojá-los “a pauladas”. Muitos, ao ouvirem o barulho do panelaço ecoando pela noite portenha, pensaram que era a polícia que chegava para reprimi-los.

A IMPA (Indústrias Metalúrgicas e Plásticas Argentina), por sua vez, entra em concordata em dezembro de 1997, com uma dívida de oito milhões de dólares – ou oito milhões de pesos, pois ainda vigorava a Lei de Conversibilidade. No entanto, possui uma particularidade entre as ERT: ela já era uma cooperativa antes da recuperação. A empresa nasceu em 1918 e na década de 1930 converteu-se na primeira metalúrgica do país a desenvolver um processo produtivo completo desde a fundição até a laminação do alumínio. Em 1940 se incorporaram capitais alemães e a empresa cresceu, chegando a ter três plantas: uma em Ciudadela, zona oeste da GBA, que se dedicava à produção de bicicletas; uma em Quilmes, zona sul da conurbação bonaerense, que fabricava munições; e uma no bairro de Almagro, na Capital Federal. Em 1948, o governo de Perón estatizou a empresa. Em 1961, durante o mandato de Frondizi, a planta de Ciudadela foi fechada e a de Quilmes foi doada à Escola de Aeronáutica. O governo propôs aos trabalhadores da sede de Almagro a formação de uma cooperativa como alternativa ao fechamento da fábrica – no princípio os trabalhadores resistiram e lutaram para continuar sendo trabalhadores do Estado, mas perderam a batalha e acabaram por

---

<sup>141</sup> Ibidem, p. 44. Tradução livre. No original: “De verdade, nunca pensamos que no fueran a volver. Veintitrés personas se quedaron. Los que nos fuimos, jamás pensamos que se iban quedar toda la noche”.

<sup>142</sup> Cf. Entrevista de Celia Martínez, trabalhadora das Confecções Brukman / Cooperativa 18 de dezembro In: Lavaca, op. cit., 2004.

<sup>143</sup> Entrevista de Celia Martínez, trabalhadora das Confecções Brukman / Cooperativa 18 de dezembro In: Lavaca, op. cit., 2004, p. 50. Tradução livre. No original: “Ellos se acercaban a la puerta y decían: ‘Si te quedás a luchar y resistir, entrá. Si no, no pases’. La mayoría de los que se quedaron afuera eran capataces, encargados, gente de oficina, vendedores de la boutique, corredores, el jefe de personal... Los obrero entramos”.

constituir a cooperativa. Durante a década de 1970, a IMPA começou a enfrentar dificuldades ao ter que competir com a firma Alumínios Argentinos, ALUAR. A situação teria piorado nos anos 1990 devido ao Efeito Tequila<sup>144</sup> e à entrada de importados de produtos de alumínio já elaborados, oriundos, sobretudo, da China e do Brasil<sup>145</sup>.

Os trabalhadores que empreenderam a sua recuperação em 1998 relatam que há muitos anos a IMPA “funcionava como uma sociedade anônima”, ainda que figurasse legalmente como cooperativa, havendo uma enorme separação entre os níveis operativos e os gerenciais.

Eu entrei em 83, [agosto] de 83, e bom, era uma fábrica como... como uma sociedade anônima, porque os trabalhadores que estavam, vínhamos todos do interior da Argentina (...). e muitos, viu?, digamos, de lugares onde não havia muita informação (...), vínhamos para cá, viu?, e desconhecíamos o que era trabalhar em uma cooperativa, de acordo com os direitos de sócio. Não se sabia nada porque, inclusive, não te informavam, não havia assembleia, e nada disso. Então... Inclusive, mais: quando qualquer associado fazia uma queixa, era como... trabalhávamos como se houvesse patrão<sup>146</sup>.

Os trabalhadores também acusavam as “autoridades” da cooperativa de corrupção e enriquecimento ilícito. Marcelo Castillo conta que o presidente chegava à empresa dirigindo uma Mercedes Benz<sup>147</sup>. E mais tarde as suspeitas dos trabalhadores de que a comissão diretiva da cooperativa possuíam interesses contrapostos aos da IMPA se confirmaram: foi encontrada documentação de novembro de 1997 em que se consignava a constituição de uma nova sociedade anônima com membros da direção e

---

<sup>144</sup> “Efeito Tequila” foi um termo cunhado para designar a crise econômica mexicana de 1994, suscitada pela ausência de reservas internacionais, adquirindo repercussão internacional.

<sup>145</sup> Cf. María Briner & Adriana Cusmano, “Las empresas recuperadas en la Ciudad de Buenos Aires: una aproximación a partir del estudio de siete experiencias” In: *Empresas Recuperadas – Ciudad de Buenos Aires*, op. cit., s/d; e Lavaca, op. cit., 2004.

<sup>146</sup> Entrevista temática de Marcelo Castillo, trabalhador da IMPA e presidente da cooperativa na época dessa entrevista, concedida a nós em 13 de agosto de 2010. Tradução livre. No original: “Yo entré en el 83, [agosto] del 83, y bueno, era una fábrica como... como una sociedad anónima, porque los trabajadores que estaban, veníamos todos del interior de Argentina (...). Y muchos, ¿viste?, digamos, de lugares donde no había mucha información, (...) veníamos para acá, ¿viste?, y desconocíamos lo que era trabajar en una cooperativa, en acorde con los derechos de socio. No se sabía nada porque, incluso, no te informaban, no había asamblea, y nada de esto. Entonces... Incluso más: cuando cualquier asociado hacía un reclamo, era como... trabajábamos como se hubiera una patronal.”

<sup>147</sup> Entrevista temática realizada a Marcelo Castillo, trabalhador da IMPA, concedida a nós em 13 de agosto de 2010.

da gerência, sob as mesmas siglas da cooperativa<sup>148</sup>. Havia bastante tempo que não se investia na empresa e nos últimos meses as retiradas de muitos trabalhadores chegavam a ser de cinco pesos por semana.

No emblemático mês de dezembro de 2001, os trabalhadores do Hotel Bauen tiveram que lidar com a aterradora notícia de que estavam sem emprego, em meio à maior crise vivida pela Argentina. No dia 28 daquele mês, o Hotel, com uma localização privilegiada na zona central da Capital Federal, a metros da esquina das avenidas Callao e Corrientes, deixara de funcionar.

Fundado em 1978, por ocasião da Copa do Mundo da FIFA que se realizava então no país, teve seu período áureo na década de 1980, até a chegada de grandes redes hoteleiras como Sheraton e Hilton. Quando o Bauen fechou as portas, era propriedade do Grupo Solari, chileno, que o havia comprado em 1997, já em decadência, do empresário argentino Marcelo Iurcovich. A transação foi acordada em 17 milhões de dólares – 4 milhões foram pagos no momento da assinatura do contrato e o restante deveria ser pago em prestações. Porém, Iurcovich alegava que o grupo Solari não pagara nenhuma das prestações e entrou com uma ação na Justiça para reaver o hotel.

Os trabalhadores do Bauen esperaram por suas indenizações durante mais de um ano, até que pequenos comerciantes e trabalhadores de estabelecimentos localizados nas imediações do hotel começaram a entrar em contato para lhes avisar que havia uma movimentação suspeita no hotel, especialmente à noite. Os proprietários estavam realizando o esvaziamento da empresa. Então os trabalhadores do Bauen decidiram se reunir em assembleias para encontrar soluções para o problema, desconfiados de que não haveria nenhuma indenização. Após alguns meses de discussão sobre que rumos tomar, “um dos companheiros, emocionado, pede se era possível se agrupar à assembleia um movimento que havia começado em 2001, com a crise, que e chamava Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), para, bem, nos assessorar como se podia sair dessa”<sup>149</sup>.

Os advogados do MNER investigaram como estava o andamento do caso da falência na Justiça e descobriram que a situação não era nada alentadora para os

---

<sup>148</sup> Cf. María Briner & Adriana Cusmano, “Las empresas recuperadas en la Ciudad de Buenos Aires: una aproximación a partir del estudio de siete experiencias” In: *Empresas Recuperadas – Ciudad de Buenos Aires*, op. cit., s/d.

<sup>149</sup> Entrevista temática de Diego Ruarte, trabalhador do Hotel BAUEN, concedida a nós em 26/08/2010. Tradução livre. No original: “uno de los compañeros, emocionado, pide que si se podía agrupar a la asamblea un movimiento que había arrancado del 2001, con la crisis, que se llamaba Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), para, bueno, asesorarnos como podían salir del tema”.

trabalhadores. O MNER sugere a ocupação e recuperação do hotel pelos trabalhadores. “Bem, para muitos companheiros pareceu uma loucura”<sup>150</sup>. Dos 30 trabalhadores que se reuniram em assembleia durante esses meses, vinte abraçaram a proposta. Começaram a se reunir na Chilavert e na IMPA para decidir como levar a cabo a ocupação. Em março de 2003, cerca de 100 pessoas – trabalhadores do Bauen, de outras empresas recuperadas e do MNER – ocuparam o hotel.

Na Acrow Crometálica, situada em Berazategui, zona sul da GBA, os trabalhadores sentiram a deterioração da empresa a partir de 2001, quando começam a notar um abandono por parte da patronal, que gerou atrasos dos salários, ausência de equipamentos de segurança, falta de manutenção das máquinas e das ferramentas e demissões em massa sem pagamento de indenizações. A empresa começou a terceirizar grande parte de sua produção, decisão inexplicável para os trabalhadores. Em julho de 2001, o serviço telefônico é cortado por falta de pagamento. Em dezembro daquele mesmo ano chegou a vez de os serviços de energia elétrica e de gás serem interrompidos por falta de pagamento. Os operários não recebiam seus salários havia três meses. Estes tentaram resolver a situação em acordos com o patrão mediados pelo Ministério do Trabalho, acordos não cumpridos por parte do patrão. Mas a partir de 1998 os trabalhadores já notavam algo que lhes parecia estranho: “a empresa Acrow adquiria matéria prima, insumos, pagava serviços, salários etc., porém, no momento de comercializar seus produtos acabados o fazia através de outra empresa, que formava parte do grupo empresarial”<sup>151</sup>. A metalúrgica, localizada no município de Berazategui, zona sul da GBA, produzia estantes industriais e andaimes para construção e tinha 1700 clientes, entre os quais se encontravam Techint, Arcor, Johnson & Johnson, Carrefour e Sancor<sup>152</sup>.

Em 06 de fevereiro de 2002 os trabalhadores decidiram ocupar a fábrica a fim de exigir os salários atrasados ou, pelo menos, as indenizações, caso a empresa não tivesse propósitos de seguir em frente.

Na Patagônia argentina, na capital da rica província de Neuquén, os trabalhadores da Cerâmica Zanón / Fasinpat distinguem o ano de 1998 como o início da jornada que os levou a constituir uma empresa recuperada sob gestão operária.

---

<sup>150</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “Bueno, a muchos de los compañeros les pareció una locura”.

<sup>151</sup> Cooperativa Crometal, La Historia In: [www.cooprometal.com.ar](http://www.cooprometal.com.ar), acessado em 05/05/2010.

<sup>152</sup> Cf. LAVACA, op. cit., 2004.



Não havia crise financeira na moderna empresa que era de propriedade de Luis Zanón, fundada em 1979. Nessa época, ainda não contava com os atuais 74 mil m<sup>2</sup> construídos em um terreno de nove hectares – a recente configuração data de 1993, quando a fábrica inaugurou a seção de porcelanato, sendo a primeira na América Latina a produzir esse tipo de revestimento cerâmico. Já chegara a empregar entre 800 e 900 operários<sup>153</sup>. Para os trabalhadores, era incompreensível que uma empresa como essa levasse o patrão e a gerência a fazer cortes de despesa nos insumos, nos materiais de trabalho e a demitir pessoal.

Luis Zanón visitava a fábrica cerca de duas vezes por ano, percorria a planta dando palmadas nas costas de um ou outro trabalhador. Os trabalhadores descobriram que essa era uma forma do patrão de “marcar” alguns operários de que não gostava. O Sindicato de Operários e Empregados Ceramistas de Neuquén (SOECN) e a comissão interna da Zanón apoiavam a patronal. “Se queriam despedir cinco companheiros, anunciavam vinte demissões. Então, o sindicato fingia que intervinha, lutava e negociava, e terminava dizendo: ‘Bom, conseguimos que reincorporem quinze’. E assim colocavam na rua aqueles cinco que a patronal queria tirar”<sup>154</sup>. Juan “Paco” Morillas, 56 anos, filho de espanhóis, nascido e criado na província de Tucumán – norte da Argentina –, com curso superior incompleto em agronomia, começou a trabalhar na Zanón em 1991. Quando nos conta das difíceis condições de trabalho, assim se expressa sobre o sindicato:

Não tínhamos ninguém que nos defendesse, o sindicato não existia... Existia, mas estava muito vendido o sindicato que tínhamos, me entende? Muito vendido. De fato, a ver, os próprios delegados nos diziam: “não falem com a gente, porque os chefes vão ver e vão nos demitir”; os próprios delegados te diziam isso! Imagina o sindicato que tínhamos<sup>155</sup>.

Foi no ano de 1998 que os trabalhadores insatisfeitos com a atuação do sindicato organizaram a Chapa Marrom, que conseguiu conquistar a comissão interna, retirando-a

<sup>153</sup> Cf. Pablo Antonini, Leandro Fabrizio & Luciana Hernandez Lois, *Dossier Marcha – Cerámica Zanón: Produciendo futuro*, dezembro de 2002, e Fernando Aiziczon, *Zanón: Una experiencia de lucha obrera*, 2009.

<sup>154</sup> Depoimento de trabalhador da Zanón/ Fasinpat In: LAVACA, op. cit., 2004, p. 38. Tradução livre. No original: “Se querían despedir a cinco compañeros, anunciaban veinte despidos. Entonces el sindicato se hacía el que intervenía, luchaba y negociaba, y terminaba diciendo: ‘Bueno, logramos que reincorporen a quince’. Y así echaban a los cinco que quería rajarse al patronal”.

<sup>155</sup> Entrevista de história de vida de Juan “Paco” Morillas, trabalhador da Zanón/ Fasinpat, concedida a nós em 09 e 10/02/2011. Tradução livre. No original: “No teníamos nadie que nos defendía, el sindicato no existía... Existía, pero estaba muy vendido el sindicato que teníamos, ¿me entendés? Muy vendido. De hecho, a ver, los mismos delegados nos decían: “no hablen con nosotros, porque lo van a ver los jefes y nos van a echar”; ¡los mismos delegados te decían esto! Imagínate el sindicato que teníamos.”

das mãos da burocracia sindical liderada pelos irmãos Montes. “E chamamos de Lista Marrom porque tínhamos como referencia o que havia sido o classismo dos anos 70 na Argentina, uma oposição classista metalúrgica... se chamava Lista Marrom”<sup>156</sup>.

Mas as condições de trabalho seguiram se deteriorando e aqueles que foram “destronados” da comissão interna tornaram-se alcaguetes da patronal no interior da planta. Os trabalhadores que lutavam pelas melhorias das condições de trabalho para o conjunto dos companheiros decidiram organizar um campeonato de futebol longe da fábrica, com 14 times, cada um representando um dos 14 setores em que se dividia a organização da produção, a fim de poderem trocar informações e se organizar fora do alcance dos olhos e dos ouvidos dos delatores. “E esse campeonato de futebol durou um ano (rs). Nos reuníamos na quadra, muitos operários traziam suas famílias, então se reuniam as mulheres, que também conversavam entre elas... Então, longe da patronal, os companheiros tinham mais confiança de tomar uma cerveja, de falar, era um cliam social muito bom”<sup>157</sup>.

Em 2000, a patronal começa a falar em crise, o pagamento dos salários começa a atrasar. Em junho desse ano, a morte de um jovem trabalhador de 20 anos, Daniel Ferrás, em razão de uma parada cardiorrespiratória, agravou a situação: “Ali vimos que a sala de primeiros socorros era uma fachada, até o tubo de oxigênio estava vazio”<sup>158</sup>.

Em dezembro de 2000, a burocracia sindical também é vencida nas eleições do SOECN pela Chapa Marrom. Raúl Godoy, trabalhador da Zanón desde 1994 e militante do PTS (Partido dos Trabalhadores pelo Socialismo), tornou-se secretário geral do sindicato. Veremos mais adiante que a plataforma política do PTS exercerá certa influência sobre os debates travados entre os trabalhadores da Zanón, mas a nova comissão interna e o novo sindicato também contariam com trabalhadores sem qualquer filiação partidária.

No ano seguinte, o conflito se agravaria e a patronal começou a suspender trabalhadores. Vêm as greves.

---

<sup>156</sup> Entrevista temática de Raúl Godoy, trabalhador da Zanón / Fasinpat, concedida a nós em 14/02/2011. Tradução livre. No original: “Y la Lista Marrón le pusimos porque teníamos referencia de lo que había sido el clasismo de los años 70 en Argentina, una oposición clasista metalúrgica... se llamaba Lista Marrón”

<sup>157</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “Y ese campeonato de fútbol duró un año (rs). Nos juntábamos en la cancha, muchos obreros traían a sus familias, entonces se juntaban las mujeres, que también se hablaban entre ellas... Entonces lejos de la patronal, los compañeros tenían más confianza de tomarse una cerveza, de hablar, era un clima social muy bueno”.

<sup>158</sup> Depoimento de trabalhador da Zanón / Fasinpat In: LAVACA, op. cit., 2004, p. 38. Tradução livre. No original: “Ahí vimos que la sala de primeros auxilios era una fachada, hasta el tubo de oxígeno estaba vacío”.

Luis Zanón recebeu empréstimos do governo provincial para pagar os salários, mas os trabalhadores continuavam com os salários atrasados. Na mesma época, os jornais locais noticiavam a participação do Sr. Zanón em eventos beneficentes em Buenos Aires ao lado de figuras como Domingo Cavallo, Franco Macri<sup>159</sup>, e gerentes das empresas privatizadas, pagando a soma de 10 mil dólares por um jantar a fim de minimizar o problema da pobreza<sup>160</sup>.

Diante do abandono da patronal, que a juíza Tania de Riveros julgou como lock-out ofensivo – greve patronal como pressão sobre os trabalhadores, para que aceitassem a demissão de alguns companheiros sob a ameaça de deixar todos desempregados –, os trabalhadores ocuparam a fábrica no dia 1º de outubro de 2001<sup>161</sup>.

### 2.1.1. Os primeiros passos da luta

O termo “recuperada” foi cunhado pelos próprios trabalhadores dessas empresas para identificar sua luta. Além de ocupar uma empresa em quebra, esvaziada, ou abandonada, os trabalhadores também se empenham em voltar a produzir nesse espaço, agora sob sua própria gestão, recuperando a função da empresa e também seus postos de trabalho.

As condições de vida do enorme contingente de desempregados que cresceu assustadoramente entre 1994 e 2002 na Argentina foi um fator que assombrou esses trabalhadores que seriam lançados em conjunto às mesmas agruras caso as empresas em que estavam empregados fechassem as portas. Gabriela Wyczykier<sup>162</sup> acrescenta que a decisão de enfrentar coletivamente a virtual perda de seus empregos também é tributária da necessidade desses grupos sociais não se desligarem daqueles lugares de trabalho que haviam estruturado suas histórias profissionais num espaço laboral em particular, e que lhes conferia uma filiação social e uma identidade de classe. Segundo Gabriel Fajn & Julián Rebón,<sup>163</sup> não se trata apenas da obtenção de condições de vida, mas também de uma forma de sua realização: o “trabalho genuíno” ou “trabalho digno”, frente a outras

---

<sup>159</sup> Francisco (Franco) Macri é líder de um dos grupos econômicos mais poderosos da Argentina. Um de seus filhos, Mauricio Macri, é Chefe de Governo da Cidade de Buenos Aires desde 2007, pelo PRO (Proposta Republicana).

<sup>160</sup> Cf. Lavaca, op. cit., 2004.

<sup>161</sup> Cf. Pablo Antonini, Leandro Fabrizio e Luciana Hernandez Lois, op. cit., dezembro de 2002.

<sup>162</sup> Cf. Gabriela Wyczykier, op. cit., 2009.

<sup>163</sup> Cf. Gabriel Fajn & Julián Rebón, “El taller ¿sin cronómetro? Apuntes acerca de las empresas recuperadas” In: *Herramienta*, n. 28, Buenos Aires: março de 2005 ([www.herramienta.com.ar](http://www.herramienta.com.ar), acessado em 24/04/2010).

alternativas como se converterem em catadores de papel (*cartoneros*) ou viver de subsídios do Estado, como os piqueteiros.

Em levantamento realizado pelo *Programa Faculdade Aberta* (PFA) em 2010, as Empresas Recuperadas por seus Trabalhadores chegavam a um total de 205 e ocupavam 9362 pessoas. Em 2004, o número de ERT no país era estimado em 161, empregando 6900 trabalhadores<sup>164</sup>. A distribuição geográfica das ERT tende a obedecer à distribuição geográfica da estrutura industrial argentina – 50% delas se situam na região metropolitana de Buenos Aires; em segundo lugar vem a província de Santa Fé, com 9,85% dos casos, seguida pelas províncias de Mendoza, com 3,4% e de Córdoba e Entre Ríos, ambas com 2,4%.

*Quadro 12. Distribuição geográfica das ERT na Argentina, ano 2010*

	Número de ERT	% por província	Número de trabalhadores	% de trabalhadores
Argentina	205	100	9362	100
Cidade Autônoma de Buenos Aires	39	19	1466	15,7
GBA	76	37,1	3243	34,6
Buenos Aires (interior)	31	15,1	1164	12,4
Chaco	03	1,5	182	1,9
Chubut	02	0,9	24	0,3
Córdoba	05	2,4	515	5,5
Corrientes	04	1,9	376	4,0
Entre Rios	05	2,4	332	3,5
La Pampa	03	1,5	79	0,8
La Rioja	03	1,5	100	1,1
Mendoza	07	3,4	178	1,9
Neuquén	03	1,5	600	6,4
Rio Negro	01	0,5	30	0,3
San Juan	02	0,9	48	0,5
Santa Fe	20	9,8	945	10,1
Terra do Fogo	01	0,5	80	0,9

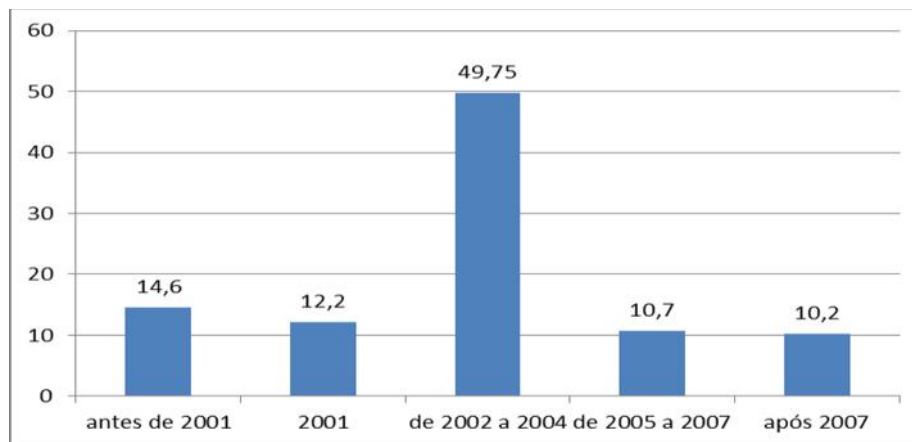
Fonte: Andrés Ruggeri, *Las Empresas Recuperadas en la Argentina. 2010: Informe del Tercer Relevamiento de Empresas Recuperadas por los Trabajadores*, 2010.

Quando levamos em conta o ano de início da gestão dos trabalhadores, pode-se observar que 14,6% das ERT são anteriores a 2001; 12,2% voltam a produzir em 2001 e quase 50% o fazem entre 2002 e 2004 – portanto, cerca de 60% das ERT têm início no período mais crítico da crise do modelo de valorização financeira. Porém, empresas

<sup>164</sup> Cf. Andrés Ruggeri, *Las empresas recuperadas en la Argentina. 2010: Informe del Tercer Relevamiento de Empresas Recuperadas por los Trabajadores*, 2010. O **Programa Faculdade Aberta** da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires vem desde março de 2002 desenvolvendo uma prática de pesquisa e extensão universitária junto a trabalhadores autogestionados.

recuperadas continuarão a surgir: 10,7% dos casos (registrados até 2010) entre 2005 e 2007 e 10,2% depois de 2007.

*Quadro 13. ERT por ano de início (em %)*



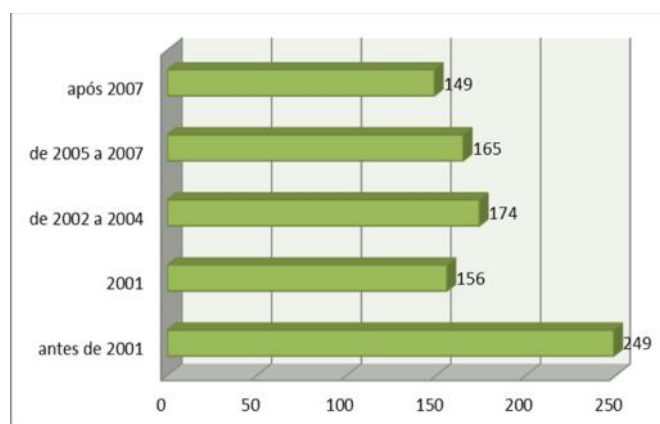
Fonte: Andrés Ruggeri, *Las Empresas Recuperadas en la Argentina. 2010: Informe del Tercer Relevamiento de Empresas Recuperadas por los Trabajadores*, 2010.

### 2.1.2. As ocupações

Contudo, a luta para colocar a produção em marcha novamente pode levar vários meses. As ocupações duraram entre cinco e seis meses em média, sendo que antes de 2001, essa média era de oito meses. Para Ruggeri, as maiores dificuldades encontradas no período anterior a 2001 refletiriam uma situação na qual as perspectivas de luta social eram de grande dificuldade, os poderes do Estado eram notoriamente hostis e o movimento de empresas recuperadas, em qualquer de suas variantes, era ainda incipiente<sup>165</sup>.

<sup>165</sup> Cf. Andrés Ruggeri, op. cit., 2010.

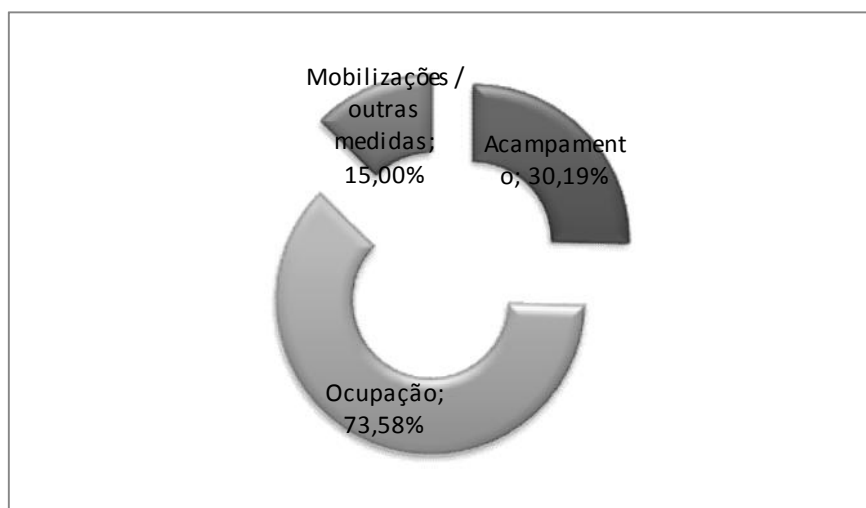
*Quadro 14. Duração média de ocupações, em dias, antes do retorno à produção*



Fonte: Andrés Ruggeri, *Las Empresas Recuperadas en la Argentina. 2010: Informe del Tercer Relevamiento de Empresas Recuperadas por los Trabajadores*, 2010.

Do total de ERT, 62% teve que lançar mão de medidas de força para recuperar a empresa. A ocupação constitui nitidamente o método mais empregado pelos trabalhadores nos casos em que houve conflito, algumas vezes combinada com outros procedimentos, como o acampamento, em geral na porta da empresa<sup>166</sup>.

*Quadro 15. Medidas de força utilizadas pelos trabalhadores de ERT nas situações de conflito*

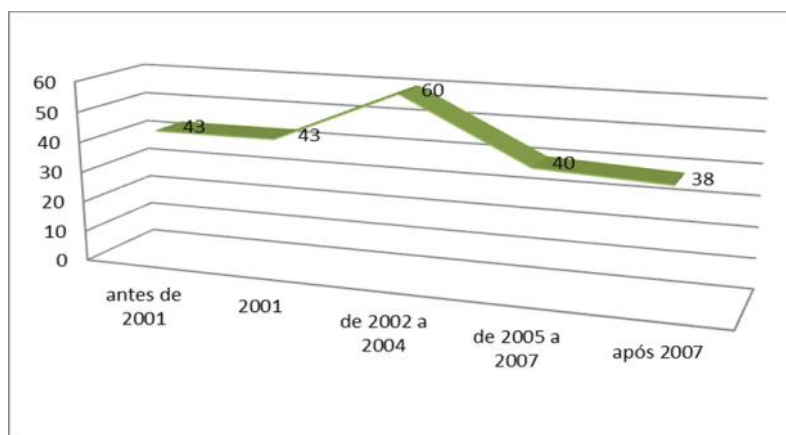


Fonte: Andrés Ruggeri, op. cit., 2010. Nota: Respostas múltiplas – total mais de 100%.

<sup>166</sup> Cf. Andrés Ruggeri, op. cit., 2010.

A ação dos juízes é fazer cumprir o mandato relacionado à Lei de Concordatas e Falência que vigora desde a década de 1990, i. e., leiloar os bens da empresa em bancarrota para poder pagar os credores. Não podem dispor desses bens, contudo, se há trabalhadores ocupando a planta e/ou impedindo o acesso e a retirada das máquinas e dos bens do interior da empresa. E os trabalhadores que decidiram recuperar as empresas onde eram assalariados não podem realmente deixar que isso aconteça, pois precisam dos bens – maquinário, matérias-primas etc. – para poderem voltar a produzir, quer dizer, recuperar a empresa, e manter sua fonte de renda. As ordens e tentativas de desalojamento, levadas a cabo pela polícia, são frequentes e uma mesma empresa pode sofrer várias ordens.

*Quadro 16. Repressão a ocupações das ERT por ano de início das atividades de produção (em %)*



Fonte: Andrés Ruggeri, op. cit., 2010.

Dos oitenta trabalhadores que empregava a Acrow Metálica na época, vinte levaram a cabo uma ocupação que durou quatorze meses. Dois dias após o início da ocupação, que ocorreu em 06 de fevereiro de 2002, receberam telegramas de demissão por “justa causa”: “usurpação”. Durante esse longo período, sem uma fonte de renda sequer, viveram a partir da contribuição solidária de amigos, vizinhos, do sindicato União Operária Metalúrgica que representa os trabalhadores de Quilmes, Berazategui e Florencio Varela (cidades da zona sul da GBA), e de outras empresas recuperadas. Nunca se apresentaram para receber os Planos Trabalhar para não legitimar as demissões. Em março, um homem chamado Ricardo Rabin – que se dizia representante de uma empresa brasileira, Fomet, associada a Eduardo Nascimento, o dono da Acrow Metálica – apareceu na planta para negociar com os operários. A primeira proposta de

Rabin foi aceita: 20 pesos por semana e três quilos de carne. No desespero, os trabalhadores aceitaram: já não recebiam seus salários há meses e nutriam, com a proposta, a esperança de conservar seus postos de trabalho. Mas nunca receberam o prometido. Logo depois, descobriram que o dono queria alugar o prédio como armazém de um hipermercado, dado a sua localização privilegiada entre La Plata (capital da província de Buenos Aires) e a Capital Federal. A UOM-Quilmes sugeriu aos trabalhadores da Acrow que formassem uma cooperativa. Em abril de 2002 eles constituíram a Cooperativa Crometal. Dia e noite os trabalhadores vigiavam o local, cuidando para que os empresários não levassem material de estoque e, principalmente, máquinas. No dia 19 de julho de 2002 um efetivo com 115 policiais cercou a fábrica para cumprir uma ordem de desalojamento; havia cinco trabalhadores dentro da planta. “Não, não houve resistência: 115 contra cinco, não havia nada que fazer”, lembra Jorge Rodríguez, trabalhador da Acrow/ Crometal<sup>167</sup>. Uns vizinhos que eram mecânicos lhes emprestaram um ônibus escolar velho para que pudessem se refugiar perto da empresa e assim tomar conta da movimentação que se fazia na planta, a fim de preservar o maquinário e os materiais. “Transferimos toda nossa vida para o ônibus. Ali cozinhávamos, dormíamos, fazíamos reuniões, era como uma casa rodante”, recorda outro trabalhador, Daniel Martins<sup>168</sup>.

Rabin apareceu mais uma vez, dizendo-se disposto a dialogar e oferecendo um cheque de quase nove mil pesos para ir diminuindo a dívida da empresa com os trabalhadores. Estes aceitaram, o que demonstra uma disposição a uma solução mais convencional, porque esta deveria ser, na cabeça dos trabalhadores, menos incerta que a formação da cooperativa. O cheque não tinha fundos.

No final do mês de outubro de 2002 os operários conseguiram ocupar a fábrica novamente, escoltados por representantes das assembleias de bairro do Parque Avellaneda e de Nueva Pompeya, trabalhadores da IMPA, de outras empresas de Berazategui e da UOM-Quilmes, assim como de vizinhos<sup>169</sup>. Pouco mais de quatro meses depois, em março de 2003, os trabalhadores resolveram fechar a porta com cadeado, a fim de impedir que os empresários continuassem levando material de estoque, o que estavam fazendo com o auxílio das forças de choque da Polícia da

---

<sup>167</sup> Depoimento de Jorge Rodríguez In: Lavaca, op. cit., , op. cit., 2004, p. 57. Tradução livre. No original: “No, no hubo resistencia: 115 contra 5, no había nada que hacer”.

<sup>168</sup> Depoimento de Daniel Martins In: Lavaca, op. cit., 2004, pp. 57-58. Tradução livre. No original: “Traslamos toda nuestra vida al ómnibus. Ahí cocinábamos, dormíamos, hacíamos reuniones, era como una casa rodante”.

<sup>169</sup> Cf. Lavaca, op. cit., 2004.



província de Buenos Aires<sup>170</sup>. Rabin logo argumentou que tinha ordem judicial para retirar materiais, o que era mentira, averiguada pelo deputado e diretor da UOM-Quilmes Fernando “Barba” Gutiérrez. Os trabalhadores que ocupavam a planta ficaram presos por um dia. Algumas semanas depois, um grupo de mafiosos, encabeçado por Rabin e empunhando armas e machados, ameaçou os trabalhadores que faziam a guarda da fábrica naquele final e tarde. Outra vez desalojados. Mas dois dias depois conseguiram ocupar novamente a empresa. Trabalhadores de ERT e da UOM-Quilmes, gente das assembleias de bairro portenhas, vizinhos de Berazategui vieram em socorro dos operários da Acrow / Crometal. O grupo de mafiosos, que ficou vigiando o local durante esses dois dias, não mostrou suas armas. Finalmente, em 08 de abril de 2003 foi promulgada a Lei de Expropriação temporária, que permitiu aos trabalhadores voltarem a trabalhar. Mas desta vez, gerindo eles próprios a produção. Um mês depois, com o trabalho a pleno vapor na nova cooperativa, o juiz Marcelo Goldberg, a pedido de Rabin, expede outra ordem de desalojamento, apesar da Lei de Expropriação votada pela assembleia Legislativa e promulgada pelo Executivo. Os trabalhadores da Crometal entraram com denúncia contra o juiz por prevaricação. Goldberg alegou não ter lido o Diário Oficial nem a cópia da Lei de Expropriação e pediu desculpas aos trabalhadores, declarando-se um defensor dos direitos humanos e dos recursos sociais<sup>171</sup>. Ainda aguardam a expropriação definitiva.

Os empregados da gráfica Gaglianone, que posteriormente iriam conformar a cooperativa Chilavert, decidiram ocupar a empresa no dia 04 de abril de 2002, após pedido de concordata da empresa, para evitar seu esvaziamento. Os operários da Gaglianone apresentaram no juizado um projeto para reabertura da empresa, que assumiria a forma legal de cooperativa, mas o juiz e o síndico que estavam na causa rejeitaram essa possibilidade e solicitaram que desocupassem a gráfica. Os trabalhadores resistiram à ordem de desalojamento, assim como também entraram na Justiça com uma denúncia de fraude na composição do inventário – não constavam no documento duas imensas impressoras; o liquidatário insistiu em sua versão, dizendo que as duas máquinas não estavam na oficina quando ele esteve por lá –, o que resultou na substituição do liquidatário e na revisão da posição do juiz responsável pelo caso.

---

<sup>170</sup> Ibidem.

<sup>171</sup> Ibidem.

A falência foi decretada em 10 de maio do mesmo ano. Em pouco tempo chega uma ordem de desalojamento para os trabalhadores, que entraram em contato com o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER) e com a IMPA – primeiro caso de ERT na Capital Federal. Vários vizinhos, que participavam da assembleia de bairro de Nueva Pompeya, atenderam também ao chamado dos operários da gráfica para ajuda-los a defender seus postos de trabalho. Acudiram ainda participantes de outras assembleias de bairro, como as de Palermo Viejo, Congreso, Parque Avellaneda e Parque Patricios. Os familiares estiveram presentes durante todo o processo de ocupação.

O liquidatário encaminhou-se à fábrica acompanhado de oito carros de assalto, oito soldados, um caminhão de bombeiros e duas ambulâncias. Entretanto, não esperava encontrar uma barricada composta por cerca de 300 pessoas dispostas a defender os trabalhadores. O juiz ordenou no final da tarde o desalojamento. De dentro da fábrica, os trabalhadores ameaçavam atear fogo em um galão de gasolina. O comissário encarregado de cumprir a ordem de desalojamento, vendo a tensa situação e as centenas de pessoas que formavam barricada em torno da fábrica, convenceu o juiz a retirar a ordem, que colocou a empresa sob custódia sua e dos trabalhadores. Sob essas regras, os trabalhadores estavam impedidos de trabalhar ou receber e retirar qualquer mercadoria, mas podiam permanecer no recinto.

Um dia antes da tentativa de desalojamento, um trabalho foi oferecido à gráfica, que já havia se conformado na Cooperativa de Artes Gráficas Chilavert através do Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social (INAES): imprimir as capas e encadernar o livro *¿Que son las asambleas populares?* – a brochura do livro havia sido impressa em outra gráfica, que não pôde fazer o restante do trabalho por conta de uma máquina quebrada. Antes desse trabalho (e também depois), os operários vinham se mantendo por meio de doações da comunidade do bairro e pela venda de chapas de alumínio à IMPA. Em poucos dias os livros ficaram prontos, mas oito policiais ficavam na porta da fábrica para evitar que os trabalhadores realizassem atividades “suspeitas”, entre elas, a saída de mercadorias, prova cabal de que estariam desobedecendo às ordens de não pôr em marcha qualquer tipo de produção.

O vizinho que morava ao lado, Don Julio Berlusconi, que inclusive já prestara muitos serviços como mecânico na Gaglianone, sugeriu uma ideia aos trabalhadores da Chilavert: passar os livros por um orifício no alto de uma parede que separava a empresa de sua casa. Já havia sido feito um buraco nessa parede há alguns anos para a

instalação de um ar-condicionado, mas Don Julio se aborreceu com o barulho do aparelho e retirou-o dali. Os trabalhadores reabriram o buraco e passaram os livros para Don Julio, que estava do outro lado, em sua casa. “Fizemos o buraco e depois o vizinho nos levava em seu carro, porque não tínhamos dinheiro nem para a passagem. Um dia estávamos aí, passando os livros pelo buraco, e alguém disse: ‘Olha as coisas que se tem que fazer para trabalhar’”, relata Cándido<sup>172</sup>. Don Julio, com essa ajuda, arriscava a própria pele, pois estava cometendo um delito sob os olhos da lei. “Mas eu sou operário, e a raiz está aí. Se tem que ajudar um companheiro, se ajuda e pronto”<sup>173</sup>. Hoje, o buraco se encontra tapado por tijolos e emoldurado – “uma obra de arte nova”, nas palavras de Ernesto González, 38 anos, nascido e criado no bairro de Nueva Pompeya, trabalhador na gráfica desde 1992<sup>174</sup>.

Os trabalhadores não desistiram de reabrir a empresa, agora sob a forma de cooperativa, e realizaram uma apresentação diante da Assembleia portenha para que se avaliasse sua situação e para que fosse considerada a possibilidade de aplicar a expropriação e / ou a ocupação temporária. Em 12 de setembro de 2002 a Assembleia Legislativa da Cidade sanciona uma lei em que se declara a utilidade pública e a permissão para ocupação temporária e em que os bens intangíveis e móveis foram sujeitos à expropriação e cedidos em comodato à Cooperativa<sup>175</sup>. Enfim podiam trabalhar sem serem considerados criminosos. A expropriação definitiva foi conseguida em 25 de novembro de 2004.

As situações de enfrentamento mais exasperadas, sobretudo entre os anos de 2001 e 2003, chamaram muita atenção da mídia e obtiveram maior apoio popular. Os próprios trabalhadores também apostaram na exposição midiática da repressão policial para se defenderem. Fermín, da Chilavert, conta que quando chegou o liquidatário com os carros de assalto, os soldados, a ambulância e o caminhão de bombeiros, telefonaram para a IMPA para que os pudesse ajudar e a cooperativa prontamente recomendou que eles entrassem em contato com o jornal *Crónica*, um jornal argentino sensacionalista.

---

<sup>172</sup> Depoimento de trabalhador da Cooperativa Chilavert In: Lavaca, op. cit., 2004, p. 65. Tradução livre. No original: “Hicimos el boquete y después el vecino nos llevaba en su coche, porque no teníamos ni para el boleto. Un día estábamos ahí, pasando libros por el boquete, y uno dijo: Mirá las cosas que hay que hacer para laburar”.

<sup>173</sup> Depoimento de Don Julio, In: Lavaca, op. cit., 2004, p. 65. Tradução livre. No original: “Pero yo soy obrero, y la raíz está. Si hay que ayudar a un compañero, se lo ayuda y listo”.

<sup>174</sup> Entrevista de história de vida de Ernesto González, da Cooperativa Chilavert, concedida a nós em 23 de julho de 2010.

<sup>175</sup> Cf. María Briner & Adriana Cusmano, “Las empresas recuperadas en la Ciudad de Buenos Aires: una aproximación a partir del estudio de siete experiencias” In: *Empresas Recuperadas – Ciudad de Buenos Aires*, op. cit., s/d.

Por seu turno, Jorge Rodríguez, da Crometal, lamenta o fato de o conflito por que passaram não ter visibilidade na mídia. “Aqui não é como na Capital, que te dá a possibilidade que o meio jornalístico chegue no instante em que se passa algo, não. Aqui, (...) iam nos cobrir de pauladas os milicos, nos davam pauladas, porque aqui (...) não tinha um meio jornalístico para tirar uma foto nem nada. (...) com os meios jornalísticos se freia um pouco (...)”<sup>176</sup>. Um dia, porém, a mídia se encarregou de mostrar o conflito à sua maneira. Em 02 de janeiro de 2003, o jornal *La Nación* publicou uma nota dizendo que os trabalhadores da Crometal bloqueavam o trânsito da estrada e cobravam pedágio dos motoristas para liberá-los. “Nós não bloqueávamos a estrada, deixávamos uma mão livre. Só obstruíamos o trânsito para pedir, e deixávamos seguir viagem. Mas com a nota do *La Nación*, nos esracharam”, elucida Rodríguez. No dia seguinte, vários jornais e canais de televisão lotaram o local, a maioria condenando os trabalhadores.

Houve meios que vinham nos apoiando, como *El Sol*, de Quilmes ou o *Diario Popular*, mas a maioria jogava contra. Diziam que éramos piqueteiros (...). Depois do *La Nación* vieram os canais de televisão e queriam mostrar como bloqueávamos a estrada. Dói muitíssimo, porque queriam jogar lenha na fogueira. Queriam que fôssemos atores de um teatro que eles mesmos armavam. Agora, quando nos desalojavam, não havia nunca nenhum jornalista<sup>177</sup>.

Em Neuquén, os trabalhadores decidiram em assembleia ocupar a planta da Cerâmica Zanón diante do descaso do proprietário da Cerâmica Zanón frente as suas manifestações. Por mais de três meses os trabalhadores da empresa percorreram toda a cidade de Neuquén explicando sua condição e arrecadaram fundos de greve para poderem sobreviver durante o conflito. “A mercadoria que tínhamos era repartida. Era dada aos que mais precisavam, se juntava fraudas, leite e medicamentos. Nos fins de

<sup>176</sup> Entrevista temática de Jorge Rodríguez, trabalhador da Acrow Metálica / Cooperativa Crometal, concedida a nós em 22 de setembro de 2010. Tradução livre. No original: “Acá no es como Capital que te da la posibilidad que el medio periodístico llega al instante cuando pasa algo, no. Acá se [...] nos iban a dar palo los milicos, nos daban palos porque acá (...) no tenía un medio periodístico para sacar una foto ni nada. (...) con los medios periodísticos se frena un poco (...)”.

<sup>177</sup> Depoimento de Jorge Rodríguez In: Lavaca, op. cit., 2004, p. 59. Tradução livre. No original: “Hubo medios que venían apoyándonos, como *El Sol* de Quilmes o el *Diario Popular*, pero la mayoría jugaba en contra. Decían que éramos piqueteros (...). Después de lo de *La Nación* vinieron los canales de televisión y querían mostrar como cortábamos la ruta. Te duele muchísimo, porque querían sacar leña del árbol caído. Querían que fuésemos actores de un teatro que armaban ellos mismos. Ahora, cuando nos desalojaban, no había ningún periodista”.

semana arrumávamos sacolas e cada um levava uma para sua casa. Foi duro, duríssimo. Às vezes não tinha o que dar às minhas crianças”<sup>178</sup>.

Até que a juíza Elizabeth Riveros, ao julgar o abandono da Cerâmica Zanón por seu proprietário como lock-out ofensivo, determinou que 40% do estoque da fábrica deveria ser usado para cobrir os salários atrasados dos trabalhadores. Em fins de novembro de 2001, Luis Zanón mudou de estratégia: entrou com um pedido de concordata preventiva e enviou telegramas de demissão a todos os trabalhadores. Os telegramas foram queimados durante um ato na principal praça da cidade de Neuquén, que agregou os operários da fábrica e vários outros grupos da comunidade que apoiavam sua causa. O ato foi reprimido pela polícia, cujos superiores ordenavam aos gritos que se concentrassem nos homens vestidos de marrom – os trabalhadores da Zanón. Nesse entretempo, os trabalhadores relatam ameaças telefônicas, celulares grampeados, e até tentativa de sequestro. Também acumularam muitos processos judiciais.

Quando o estoque estava para terminar, os trabalhadores decidiram em assembleia retomar a produção em 1º de março de 2002. Até a expropriação definitiva, obtida em 2009, os trabalhadores da Zanón / Fasinpat, enquanto produziam, enfrentaram ordens de despejo e ações de patotas da antiga burocracia sindical.

O apoio da comunidade neuquina durante todo o conflito, aliás, foi significativo – movimentos de desempregados, estudantes, sindicato de professores, as Mães da Praça de Maio do Alto Valle, médicos, enfermeiros, vizinhos, artistas, pequenos comerciantes e até mesmo detentos do presídio local, que durante três dias realizaram greve de fome, doando suas refeições aos trabalhadores em luta.

#### 2.1.2.a) Relações com a sociedade civil e com o Estado

O apoio social à luta dos trabalhadores das empresas recuperadas é considerado grande, provindo de distintos setores sociais, como partidos e dirigentes políticos de esquerda, algumas instituições públicas, assembleias de bairro, clubes de troca, setores universitários, movimentos piqueteiros, vizinhos do bairro onde se situavam as empresas e até mesmo de uma parte da mídia. E não se pode deixar de mencionar o suporte fundamental das famílias desses trabalhadores. Muitos admitem que se não

---

<sup>178</sup> Depoimento de Luis Angle Leiva In: Pablo Antonini, Leandro Fabrizio & Luciana Hernandez Lois, op. cit., 2002, p. 7. Tradução livre. No original: “La mercadería que teníamos se repartía. Se les daba a los que más necesitaban, se juntaban pañales, leche y medicamentos. Los fines de semana armábamos bolsitas y cada uno llevaba una a su casa. Fue duro, durísimo. A veces no tenía que darle a mis chicos”.

fossem os apoios da mulher e dos filhos não teriam embarcado na árdua jornada da luta pela recuperação. A solidariedade da família, dos vizinhos, de distintos movimentos sociais forneceu, inclusive, auxílio à subsistência econômica dos trabalhadores em luta durante os longos meses de conflito – sem emprego, sem salário.

O informe do terceiro levantamento realizado pelo PFA relata que em 2004, os principais agentes de solidariedade para com as ERT eram as próprias empresas recuperadas, essencialmente por meio de suas organizações – as duas principais são o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER) e o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas (MNFR) –, seguidas de perto por outros movimentos sociais (sobretudo as organizações de trabalhadores desempregados), e depois sindicatos e vizinhos, com órgãos públicos e autoridades do Estado aparecendo em nível inferior. Os dados foram obtidos mediante as menções (múltiplas) dos próprios trabalhadores de ERT entrevistados pelo levantamento. Tal cenário ter-se-ia transformado para o conjunto das ERT da mostra de 2010: as empresas recuperadas e suas associações permaneciam sendo os maiores suportes dos trabalhadores em luta pela recuperação, inclusive aumentando sua importância proporcional em relação ao levantamento de 2004 do PFA, mas o apoio do Estado cresce substancialmente, vindo agora em segundo lugar – os municípios justificariam a maior parte das menções, seguidos pelas províncias e, finalmente, pela União –, em terceiro lugar aparece então a comunidade (bairro e familiares) e em quarta posição os sindicatos. O apoio de partidos políticos e movimentos sociais figuram em lugar secundário no levantamento de 2010, em geral correspondente à época de maior mobilização social (2001 a 2003)<sup>179</sup>.

No tocante ao apoio do Estado, é importante observar que ele se faz baseado num enaltecimento das experiências das ERT, mas enquadrando-as como uma luta dos trabalhadores para defender os postos de empregos da indústria argentina e a produção nacional, domesticando o potencial que essas experiências têm em questionar os pilares do sistema capitalista. No discurso do Estado, tratar-se-ia apenas de uma experiência de embate com o capitalismo neoliberal, que teria sido implantado no país na década de 1990, a fim de estabelecer uma guinada rumo a um capitalismo nacional, competitivo e ao mesmo tempo “sustentável”, com “inclusão social”. Notamos também uma valorização do trabalho, tido com um pilar moral da sociedade, mas desde que entendido sob a forma que este assume sob a lógica do capital.

---

<sup>179</sup> Cf. Andrés Ruggeri, op. cit., 2010.

Podemos ver a exaltação do “espírito empreendedor” dos trabalhadores das ERT, que defenderiam “o trabalho e a produção nacional”, feita por Carlos Tomada, Ministro do Trabalho, Emprego e da Previdência Social da República Argentina durante as gestões de Néstor Kirchner (2003-2007) e de Cristina Kirchner (2007-2011; 2011-), em introdução a um documento do Governo Federal sobre as Empresas Recuperadas no país.

Com o objetivo de desenvolver **políticas ativas de emprego** concebidas como políticas de Estado, a partir de maio de 2003 o Governo nacional pôs o emprego no centro do modelo de crescimento, para constitui-lo no eixo das políticas econômicas e sociais. Estamos convencidos de que um trabalho digno é o único caminho para a inclusão social. (...) As fábricas e empresas que figuram na publicação que têm em suas mãos são um exemplo da luta de mulheres e homens defendendo o trabalho e a produção nacional. (...) Neste guia estão presentes diversos setores de atividade e o espírito empreendedor dos trabalhadores, cuja principal fortaleza foi e é a disponibilidade de seus saberes e a luta para manter e aumentar as fontes de trabalho, fazendo frente aos desafios de um país em crescimento<sup>180</sup>.

O **Programa Trabalho Autogestionado** do Governo Federal, criado pelo Ministério de Carlos Tomada com o fito de melhorar a “competitividade” e a “sustentabilidade” das unidades produtivas autogestionadas por seus trabalhadores, especialmente aqueles com origem nos processos de recuperação de empresas, possui financiamento de órgãos como o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN), do grupo BID.

Também é fundamental discorrer sobre como foi a atuação dos sindicatos como agentes de solidariedade durante os conflitos enfrentados pelos trabalhadores das empresas recuperadas.

Os trabalhadores da Brukman, ainda quando nem lhes passava pela cabeça a ideia de recuperar a fábrica, quando foram ao sindicato para pedir apoio e orientação, depararam-se com o oposto:

O sindicato nos disse que não restava nada a fazer porque a fábrica estava falida. “Nós mesmo pedimos a falência”, nos disse o sindicato. Eu, instintivamente, respondi: “Supõe-se que devem nos defender, que têm que lutar para que nos paguem e continuemos trabalhando, como podem pedir a falência?” Eles responderam que fizeram isso porque deviam a eles muito dinheiro. Fiquei louca, os insultei. Quando voltei à fábrica, disse à delegada que era uma sem-vergonha<sup>181</sup>.

<sup>180</sup> Carlos Tomada (Ministro do Trabalho, Emprego e da Previdência Social, 2003-?), *Guía 2007 de Empresas Recuperadas por los trabajadores*, 2007. Tradução própria. Grifos no original.

<sup>181</sup> “Ahora miro todo con otros ojos”, entrevista de Celia Martínez à Cooperativa Lavaca In: Lavaca, op. cit., 2004, p. 51. Tradução livre. No original: “El sindicato nos dijo que no había nada que hacer porque la

Durante o longo tempo em que os trabalhadores do Hotel Bauen ficaram esperando por suas indenizações – até descobrirem que a patronal estava esvaziando o hotel e que os trâmites na justiça não estavam caminhando e forma favorável a eles – quase não tiveram contato com o sindicato.

O sindicato apoiou muito o patrão naquele tempo; era tanto o apoio que tinha uma pessoa dentro do sindicato à qual cada trabalhador do Bauen ia ver ou ia perguntar o que se podia fazer, e se encontrava com este... com este senhor, e os atendia dizendo que não, que não se podia fazer nada, que abandonassem o barco, que não se metessem nesse problema porque não iam chegar a lugar nenhum, e todo esse tipo de ações psicológicas que também... A pessoa vai buscar o sindicato para que a defenda e ele acabava afundando a pessoa mais ainda<sup>182</sup>.

A posição do sindicato dos gráficos em relação às ERT parece ambígua. Wyczykier considera que foi um dos poucos sindicatos que apoiaram de várias maneiras o surgimento de experiências autogestionárias nas últimas duas décadas. A autora lembra que no discurso da Federação Gráfica Bonaerense pode-se encontrar uma orientação sindical que tendia ao estímulo da autogestão e da “economia social” desde fins do século XIX. A análise de Wyczykier sobre documentos políticos elaborados por integrantes do sindicato em fins da década de 1980 revela uma aposta na consolidação de uma economia autogestionada. Raymundo Ongaro, que seguia uma orientação sindical peronista combativa nos anos 60 e 70 do século passado, foi uma figura de destaque nesse movimento pró-autogestão. Na década de 2000, o sindicato dos gráficos operou em articulação com o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), segundo Wyczykier. No entanto, há depoimentos que mostram alguns trabalhadores frustrados com o sindicato. Cándido González, da Cooperativa Gráfica Chilavert, conta que Ongaro lhe deu algumas notas de rublo como uma espécie de senha para que os trabalhadores da ERT pudessem falar em seu nome na hora de discutir com o sindicato

---

fábrica estaba en quiebra. “Nosotros mismos pedimos la quiebra”, nos dijo el sindicato. Yo instintivamente, les contesté: “Se supone que nos deben defender, que tienen que luchar para que nos paguen y sigamos trabajando, ¿cómo que pidieron la quiebra? Ellos contestaron que lo hacían porque les debían muchísima plata. Me volví loca, los insulté. Cuando volví a la fábrica, le dije a la delegada que era una sinvergüenza”.

<sup>182</sup> Entrevista temática com Diego Ruarte, trabalhador do Hotel BAUEN, concedida a nós em 26/08/2010. Tradução livre. No original: “el sindicato apoyó mucho a la patronal en aquél entonces; era tanto el apoyo que tenía una persona dentro del sindicato la cual cada persona del Bauen que se iba a fijar o que se iba a preguntar que podría hacer, se encontraba con este... con este señor, y los atendía diciéndoles que no, que no se podía hacer nada, que abandonaran al barco, que no se metieran en el problema porque no iban a llegar a ningún lado, y todos esos tipos de acciones psicológicas que también... uno va a buscar al sindicato para que lo defienda y lo terminaba hundiendo más, ¿no?”



sobre os planos de saúde<sup>183</sup>. “Assim, como por piedade, nos deu dois meses de plano de saúde, e depois: arrumem-se como possam”. Em relação a Ongaro, Cândido comenta: “Eu não sei o que aconteceu com ele, antes era outra coisa”<sup>184</sup>.

O caso mais excepcional no que diz respeito ao apoio dos sindicatos às lutas travadas pelas ERT é o da União Operária Metalúrgica (UOM) da seção de Quilmes, que foi intenso. A UOM-Quilmes começou a incentivar a emergência de experiências autogestionárias desde o final da década de 1980, enxergando nesse processo uma forma de apostar na indústria nacional e de colaborar para a diminuição do desemprego. O grupo de trabalhadores que dirige o sindicato até o momento de encerramento dessa investigação assumiu sua condução em 1984, com um projeto de democratização sindical – a eleição que alçou Francisco “Barba” Gutiérrez à liderança da UOM-Quilmes foi considerada a primeira em que a oposição conseguiu destronar a burocracia sindical<sup>185</sup>.

A promoção da autogestão pela UOM-Quilmes estava inscrita em uma concepção de que a atuação do sindicalismo deveria ser ampliada a fim de defender os postos de trabalho e a indústria nacional: “No caso do sindicato foi uma opção ideológica. Nós consideramos os movimentos associativos e o esquema de cooperativa como parte do que os sindicatos têm que se envolver hoje em dia. Os sindicatos, como ferramenta puramente reivindicativa, histórica ou tradicional, nesse esquema de crise econômico-financeira não serve”<sup>186</sup>. O apoio às experiências autogestionárias também é tributária de uma formação política peronista mais radical e sindicalista combativa<sup>187</sup>.

Até o início dos anos 90, estas experiências de autogestão surgiram através de acordos entre empresários e o sindicato. Não foram muitas, porém, pois apesar do estímulo da UOM-Quilmes, não houve consenso entre os trabalhadores para formar uma cooperativa. Barba Gutiérrez explica que durante essa fase de fechamento de empresas, os empresários pagavam as indenizações aos trabalhadores e “as pessoas

---

<sup>183</sup> Na Argentina, os planos de saúde públicos – *obras sociales* – estão a cargo da administração dos sindicatos, através da contribuição de seus afiliados. Há mais de 300 “obras sociais” na Argentina, cada uma correspondendo ao ofício do beneficiário.

<sup>184</sup> Depoimento de Cândido González In: Lavaca, op. cit., 2004, p. 65 Tradução livre. No original: “Así, como de lástima, nos dio dos meses de obra social, y después: arréglense como puedan” / Yo no sé lo que le pasó, antes era otra cosa”.

<sup>185</sup> Cf. Gabriela Wyczykier, op. c

<sup>186</sup> Entrevista com R. Oviedo (2002), dirigente da UOM-Quilmes, realizada por Gabriela Wyczykier, op. cit., 2009, p. 155. Tradução livre. No original: “En el caso del sindicato fue una opción ideológica. Nosotros vinculamos los movimientos asociativos y el esquema de cooperativa como parte de lo que tienen que involucrarse hoy los sindicatos. Los sindicatos, como herramienta netamente reivindicativa, histórica o tradicional, en este esquema de crisis económico financiera no sirve”.

<sup>187</sup> Cf. Gabriela Wyczykier, op. cit., 2009.

recebiam muito dinheiro, a paridade [estava em vigência o Plano de Conversibilidade], e foi quando mais fecharam fábricas. Era muito difícil para os companheiros, com o dinheiro no bolso, querer armar uma cooperativa”<sup>188</sup>. Essa situação, entretanto, logo se reverteu a partir de fins da década de 1990 e início da de 2000, com o desencadeamento da maior crise econômica do país. Os empresários frequentemente deixaram de pagar as indenizações e retomar a produção em cooperativa, sob autogestão, passou a constituir a única alternativa<sup>189</sup>.

A UOM-Quilmes teve seu estatuto modificado com o crescimento do número de trabalhadores metalúrgicos autogestionados, permitindo sua filiação, com todos os direitos dos demais filiados<sup>190</sup>.

Jorge Rodríguez, trabalhador da ERT Crometal, confirma o apoio do sindicato, considerado fundamental: “Nós pertencemos ao Sindicatos dos Metalúrgicos, a UOM Quilmes, e, graças a eles, aguentamos bastante. Eles estavam de acordo com o que estávamos fazendo, digamos, estavam de acordo. Estávamos reclamando o que era nosso! O sindicatos estava respaldando (...)”<sup>191</sup>.

Os trabalhadores das empresas recuperadas também receberam apoio de vastos setores da sociedade que valorizavam negativamente o assistencialismo público e os grupos sociais beneficiários dessa modalidade de intervenção, como é o caso dos desempregados, assinala Wyczykier<sup>192</sup>. No imaginário de vários setores sociais, o trabalho e os espaços produtivos mereciam ser defendidos dos empresários de “má-fé”. Gabriel Fajn & Julián Rebón<sup>193</sup> sustentam que essa disposição de apoio das classes médias faria parte de sua cultura democrática, sobretudo na Capital Federal, onde a ideia de os trabalhadores conduzindo a produção possuiria uma particular força ideológica.

Os suportes mais importantes à luta pela recuperação dessas empresas foram proporcionados pelos diferentes destacamentos de organizadores, assinalam Fajn &

---

<sup>188</sup> Entrevista de Francisco “Barba” Gutiérrez (2005) realizada por Gabriela Wyczykier, op. cit., 2009, p. 155. Tradução livre. No original: “la gente cobraba bastante plata, el 1 a 1, y fue cuando más se cerraron fábricas. Era muy difícil, para los compañeros, con la plata en el bolsillo, querer armar una cooperativa.”

<sup>189</sup> Cf. Gabriela Wyczykier, op. cit., 2009.

<sup>190</sup> Ibidem.

<sup>191</sup> Entrevista temática de Jorge Rodríguez, trabalhador da Cooperativa Crometal, concedida a nós em 22/09/2010. Tradução livre. No original: “Nosotros pertenecemos al Sindicato de los Metalúrgicos, la UOM Quilmes, y gracias a ellos aguantamos bastante. Ellos estaban de acuerdo con lo que estábamos haciendo, digamos, estaban de acuerdo. ¡Estábamos reclamando lo que era nuestro! El sindicato estaba respaldando (...)”.

<sup>192</sup> Cf. Gabriela Wyczykier, op. cit., 2009.

<sup>193</sup> Cf. Gabriel Fajn & Julián Rebón. op. cit., 2005.

Rebón<sup>194</sup> e Wyczykier<sup>195</sup>. Deles veio boa parte dos recursos intelectuais, morais e inclusive materiais que viabilizaram o processo. Os dois primeiros autores enfatizam sobretudo a ação dos movimentos de empresas recuperadas e em certos casos de alguns sindicatos e partidos de esquerda; Wyczykier, por sua vez, dá destaque para os dois primeiros tipos de associações. Entre essas, as duas mais expressivas são o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER) e o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores (MNFRT).

#### 2.1.2.b) MNER e MNFRT

No ano de 2000, o INAES (Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social) convocou uma série de reuniões de cooperativas e mutualistas que deu origem ao Movimento pela Economia Social (MOPES), integrado por empresas recuperadas, cooperativas de habitação e mutualistas de bairro. O crescimento do fenômeno das recuperações de empresas por seus trabalhadores levou a que estas empresas começassem a se reunir separadamente. Em outubro de 2001, representantes de diferentes ERT e cooperativas de produção se reuniram na IMPA, assim como a Federação de Cooperativas de Produção (FECOOTRA – Federación de Cooperativas de Trabajo), a Federação de Cooperativas Portuárias e a União de Trabalhadores Desempregados de Santa Fé. Entre as principais lideranças desse encontro estavam Eduardo Murúa, da IMPA, Daniel Flores, da Yaguané (frigorífico, uma das primeiras empresas recuperadas, em 1996) e da FECOOTRA, o advogado Luis Caro, da FECOOTRA, e José Sancha, do INAES<sup>196</sup>. Na ata da reunião, consta que o objetivo daquela reunião era “dar resposta organizada à crescente eliminação de postos de trabalho, mediante a reabertura de empresas a partir da autogestão dos trabalhadores”<sup>197</sup>.

Não obstante os pontos de interesses comuns dos presentes nesse encontro – a reivindicação de políticas públicas de apoio e promoção de empresas, através de mecanismos de apoio financeiro, de modificações na legislação, da formação e equipes de assistência técnica e capacitação –, as divergências prevaleceram. Um grupo, liderado pela IMPA e por empresas de Santa Fé, Córdoba e Quilmes, propôs a conformação de um movimento que integrasse todas as empresas recuperadas, independentes de sua forma jurídica; outro grupo, representado pela Yaguané e pela

---

<sup>194</sup> Ibidem.

<sup>195</sup> Gabriela Wyczykier, op. cit., 2009.

<sup>196</sup> Cf. Julián Rebón, op. cit., 2007 e Gabriela Wyczykier, op. cit., 2009.

<sup>197</sup> Ata da reunião apud: Julián Rebón, op. cit., 2007.

FECOOTRA, defendia que as novas cooperativas, formadas pelas ERT, incorporassem-se à federação. O primeiro grupo terminou por formar o MNER; a FECOOTRA permaneceu como federação; a Yaguané logo criaria a Federação Nacional de Cooperativas de Produção e Empresas Reconvertidas (FENCOOTER – Federación Nacional de Cooperativas de Trabajo y Empresas Reconvertidas); Luis Caro continuou como membro da FECOOTRA num primeiro momento, mas logo aderiu ao MNER<sup>198</sup>.

O MNER aglutinou referentes oriundos de organizações sindicais e militantes sociais e políticos (direitos humanos, assembleias de bairro, universidades) que, em sua maioria, estavam ligados a tradições de esquerda e ao peronismo combativo.

Seu lema é Ocupar, Resistir, Produzir: “Ocupar os postos de trabalho. Resistir aos embates judiciais e policiais. Produzir organizando o produtivo e comercial em autogestão”<sup>199</sup>.

Desenvolveu-se como instituição de suporte para a resolução dos problemas específicos com que os trabalhadores das empresas recuperadas tinham que lidar, mas também buscaram ultrapassar os conflitos setoriais, articulando reivindicações conjuntas com diversos segmentos do movimento de trabalhadores argentino. Além disso, construíram uma plataforma política que ultrapassava as questões mais imediatas ligadas ao mercado de trabalho, discutindo e se manifestando no que se refere a temas como o não pagamento da dívida externa, o alinhamento da Argentina com a proposta bolivariana ao invés da ALCA. Tal postura política, no entanto, é alvo de debates dentro do movimento, pois há grupos que preferem que as pautas se restrinjam aos temas diretamente relacionados com os problemas das ERT. Tensões no interior do MNER também se erigiram em torno das apreciações sobre o governo do peronista Néstor Kirchner. O grupo liderado por Eduardo Murúa, da IMPA, era crítico a Kirchner, identificando-o como uma continuidade de Menem; o grupo do advogado Diego Kravetz e o da UOM-Seção Quilmes eram pró-Kirchner. Kravetz, inclusive, foi eleito deputado pela Frente para a Vitória, uma das chapas que apoiaram o governo kirchnerista<sup>200</sup>.

O MNER estabeleceu uma relação flexível com as empresas recuperadas, com respeito à autonomia destas. Nas palavras de Murúa: “Não nos metemos nem exigimos

---

<sup>198</sup> Cf. Julián Rebón, op. cit., 2007.

<sup>199</sup> MNER, Boletín n. 1, apud: Julián Rebón, op. cit., 2007, p. 122. Tradução livre. No original: “Ocupar los puestos de trabajo. Resistir los embates judiciales y policiales. Producir organizando lo productivo y comercial en autogestión”.

<sup>200</sup> CF. Gabriela Wyczykier, op. cit., 2009.

nada de cada cooperativa, apenas que quando uma empresa necessite de sua ajuda, venham em auxílio”<sup>201</sup>. A relação do MNER com as empresas tende a ser mais forte nas etapas de conflito – na fase de ocupação, nas lutas contra as tentativas de desalojamento impetradas pelo Estado e também por patotas a serviço do proprietário –, mas depois o mais comum é que essa relação se torne mais débil, segundo Rebón. O autor também avalia que não há um envolvimento orgânico entre os trabalhadores das empresas recuperadas e o MNER. Na prática cotidiana, a mobilização do movimento dar-se-ia mais através de seus referentes e ativistas; apenas nos conflitos mais acirrados os trabalhadores se envolveriam de forma mais ativa<sup>202</sup>.

O MNFRT surge a partir de uma cisão do MNER de um grupo liderado pelo advogado Luis Caro, no ano de 2003. Caro argumentou que a ruptura se efetivou por discordar da “politização” do MNER: “Eles sempre se voltavam para temas mais políticos. Opinavam sobre a ALCA, o FMI, e eu dizia que isso não tinha nada a ver. Não há uma relação direta entre a recuperação de uma fábrica, o FMI, ou a dívida externa”<sup>203</sup>. Segundo Caro, não depende dos governos os rumos das empresas recuperadas, mas das próprias decisões dos trabalhadores: “Nos interessa recuperar as fábricas. Para nós dá na mesma qualquer dirigente no governo”<sup>204</sup>. Os referentes do MNER alegam que a cisão se deveu ao estilo demasiado “personalista” de Caro, sua atuação como advogado da patronal nos Supermercados San Cayetano e sua aliança eleitoral com Aldo Rico<sup>205</sup>.

O MNFRT possui uma intervenção mais ativa na gestão das empresas recuperadas, o que constitui outro ponto de divergência com o MNER. Caro chega a

---

<sup>201</sup> Entrevista de Eduardo Murúa (2003) apud: Julián Rebón, op. cit., 2007, p. 122. Tradução livre. No original: “No nos metemos ni le exigimos nada a cada cooperativa, salvo que cuando otra empresa necesite de su ayuda vengan a poner el hombro”.

<sup>202</sup> Cf. Julián Rebón, op. cit., 2007.

<sup>203</sup> Entrevista de Luis Caro (2004) realizada por Gabriela Wyczykier, op. cit., 2009, p. 172. Tradução livre. No original: “Ellos se iban hacia temas más políticos. Opinaban sobre el ALCA, el FMI, y yo decía que eso no tenía nada que ver. No hay una relación directa entre la recuperación de una fábrica, y el FMI, o la deuda externa”.

<sup>204</sup> Luis Caro, entrevistado por Lavaca, op. cit., 2004, p. 105. Tradução livre. No original: “A nosotros nos interesa recuperar las fábricas. A nosotros nos da lo mismo cualquier dirigente en el gobierno”.

<sup>205</sup> Cf. Julián Rebón, op. cit., 2007. O episódio dos Supermercados San Cayetano se refere a uma ocupação realizada por esses trabalhadores em janeiro de 2003 contra a decisão da empresa de realocá-los ou demiti-los (caso não aceitassem a realocação). Aldo Rico é uma figura controversa na política argentina; ex-militar, lutou a Guerra das Malvinas e liderou um levante contra o governo de Raúl Alfonsín. Indagado sobre a aliança polêmica, Caro dispara: “Nesse momento pensei em uma frase do general Perón, que dizia que a política se faz com bosta e com barro. Se não, é impossível chegar lá” (Luis Caro, entrevistado por Lavaca, op. cit., 2004, p. 105. Tradução livre. No original: “En ese momento pensé en una frase del general Perón, que decía que la política se hace con bosta y con barro. Si no, no se puede llegar”.

incorporar quadros profissionais vinculados a sua pessoa nas cooperativas. Um integrante do MNER declarou:

Nós vamos à empresa, ajudamos a recuperar, mas nós somos muito respeitosos com a resolução da vida interna. Os companheiros não sabem o que é gerenciar, assuntos de mercado, fazer um cheque (...). Caro coloca um contador, coloca tudo, ele resolve tudo, mas também tira o poder de decisão. Temos a tendência de deixar que os companheiros resolvam, e se necessitam de algo, que nos chamem. Isso tem um pró e um contra. Tem o pró de que os companheiros são livres para fazer o que queiram, mas nesse afã de não se imiscuir e não aparecer como se estivéssemos os manipulando, às vezes as desordens empresariais se tornam mais difíceis<sup>206</sup>.

Também deve ser salientado que o MNFRT é contra o lema *Ocupar, Resistir, Produzir*, argumentando que a ocupação de uma propriedade ou um bem privado é um delito previsto no código penal argentino e, portanto, seria uma estratégia errada. Caro instrui os trabalhadores que permaneçam em estado de greve na empresa abandonada, o que evitaria qualquer tentativa judicial de despejo<sup>207</sup>.

Centralizado e personalizado na figura de Caro, o MNFRT se estrutura com base em um representante por empresa e se reúne cada vez que considere haver um assunto para discussão<sup>208</sup>.

Wyczykier assinala que apesar das diferenças no que tange às formas de direção e às táticas e estratégias políticas do MNER e do MNFRT, muitos dos trabalhadores das empresas que representam não mostram uma distância tão grande entre si em termos ideológicos, de atitude política e de trajetórias de trabalho e de vida em geral<sup>209</sup>.

### 2.1.3. Dimensões e setores de atividade das ERT

Em sua grande maioria, as ERT podem ser incluídas no grupo das pequenas e médias empresas argentinas, com uma média de 20 trabalhadores por empresa. Devemos lembrar, no entanto, que a quantidade de trabalhadores nessas empresas atualmente não corresponde, muitas vezes, à sua capacidade instalada. Grande parte de

<sup>206</sup> Entrevista de integrante do MNER, realizada por Gabriela Wyczykier, op. cit., 2009, p. 175. Tradução livre. No original: “Nosotros vamos a la empresa, la ayudamos a recuperar, pero somos muy respetuosos de la resolución de la vida interna. Los compañeros no saben lo que es gerenciar, temas de mercado, hacer un cheque (...). Caro te pone un contador, te pone todo, él resuelve todo, pero también te quita el poder de decisión. Tenemos una tendencia nosotros a que los compañeros resuelvan, y si necesitan algo, que llamen. Eso tiene un pro y un contra. Tiene el pro e que los compañeros son libres de hacer lo que quieran, pero en ese afán de no immiscuirse y no aparecer como manejándolos, a veces los desarreglos empresarios se hacen más dificultosos”.

<sup>207</sup> Cf. Lavaca, op. cit., 2004.

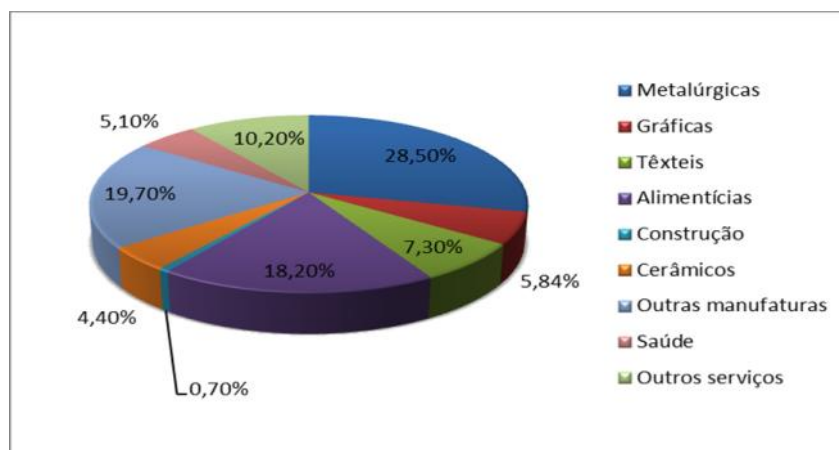
<sup>208</sup> Cf. Julián Rebón, op. cit., 2007.

<sup>209</sup> Gabriela Wyczykier, op. cit., 2009.

seus assalariados, quando estavam sob controle do capitalista, abandonou os empregos no decurso das crises. Comparando-se o número de assalariados dessas empresas em seus momentos de maior expansão com a quantidade de trabalhadores que vivenciou o conflito que desembocou na recuperação, estima-se uma redução de 70% no plantel, o que não se deveu a reestruturações produtivas.<sup>210</sup>

O levantamento do Programa *Facultad Abierta* de 2010 mostra que no que diz respeito à distribuição das ERT por setor de atividade, as metalúrgicas são maioria e correspondem a 23,41% dessas empresas, um pequeno decréscimo relativo em comparação com o levantamento realizado em 2004, onde elas representavam 28,5% das ERT. Em ambos os levantamentos, em segundo lugar vem a indústria de alimentos – em 2004, perfaziam 18,2% do total de ERT e em 2010, 12,68%. Outros ramos do setor secundário que ocupam lugar de destaque entre os números de empresas recuperadas são as gráficas – em 2004, representavam 5,8% e em 2010 7,8% – e as têxteis – em 2004, eram 7,34% do total e em 2010, 6,34%. O universo das ERT abrange ainda vários outros setores de atividade, inclusive os de serviços, que totalizavam 15,3% em 2004 e 14,15% em 2010 das ERT.

*Quadro 16. Distribuição das ERT por setor de atividade econômica, ano 2004*



Fonte: Andrés Ruggeri, *Las Empresas Recuperadas en la Argentina: Informe del Segundo Relevamiento de Empresas Recuperadas por los Trabajadores*, 2004.

<sup>210</sup> Cf. Andrés Ruggeri, “Las empresas recuperadas por sus trabajadores, en torno a los problemas y las potencialidades de la autogestión obrera” In: Andrés Ruggeri (org.), *Las empresas recuperadas: autogestión obrera en Argentina y América Latina*, 2009.

Quadro 17. Distribuição das ERT por setor de atividade econômica, ano 2010

Setores de atividade	Número de ERT	% de ERT	Número de trabalhadores	% de trabalhadores
Metalúrgicas	48	23,41	1971	21,08
Gráficas	16	7,8	503	5,38
Têxteis	13	6,34	470	5,03
Gastronomia	04	1,95	72	0,77
<b>Vidro</b>	07	3,41	264	2,82
<b>Químicas</b>	03	1,46	158	1,69
<b>Plástico</b>	05	2,43	85	0,91
<b>Indústria da carne</b>	13	6,34	1368	14,63
<b>Estaleiros</b>	02	0,98	62	0,66
<b>Alimentícias</b>	26	12,68	640	6,84
<b>Construção</b>	12	5,85	764	8,17
<b>Saúde</b>	10	4,88	431	4,61
<b>Educação</b>	04	1,95	118	1,26
<b>Hotelaria</b>	05	2,44	243	2,6
<b>Armas desportivas</b>	01	0,49	13	0,14
<b>Madeira / Serrania</b>	04	1,95	74	0,79
<b>Combustíveis</b>	05	2,44	95	1,01
<b>Papeleira</b>	2	0,98	71	0,76
<b>Calçados</b>	4	1,95	520	5,56
<b>Transporte</b>	6	2,93	375	4,01
<b>Logística y manutenção</b>	3	1,46	316	3,7
<b>Meios de comunicação</b>	4	1,95	181	1,83
<b>Indústria do couro</b>	5	2,44	481	5,15
<b>Borracha</b>	1	0,49	23	0,25
<b>Comércio</b>	2	0,98	95	1,02

Fonte: Andrés Ruggeri, op. cit., 2010.

#### 2.1.4. Forma jurídica: ser cooperativa ou não ser cooperativa?

A ampla maioria das ERT – 95,3% – optou pela figura jurídica da cooperativa de trabalho<sup>211</sup>. Contudo, os trabalhadores de empresas recuperadas que tiveram influência de partidos de esquerda (sobretudo o PTS – Partido dos Trabalhadores Socialistas, de tendência trotskista), como a Zanón / Fasinpat e a Brukman / 18 diciembre, ao longo de algum tempo, especialmente dos anos de 2002 e 2003, destacaram-se na luta pela bandeira da *estatização sob controle operário*.

<sup>211</sup> Dados: Andrés Ruggeri, op. cit., 2010.



Eles reivindicavam que as empresas fossem declaradas de utilidade pública e logo depois expropriadas sem indenização. Seu patrimônio passaria ao Estado e sua administração estaria a cargo dos trabalhadores. A produção deveria ter um caráter social, a serviço da comunidade. Os pisos cerâmicos da Zanón / Fasinpat, por exemplo, seriam destinados a planos de obras públicas para habitação popular, escolas, hospitais; a Brukman / 18 de dezembro, por sua vez, contribuiria com seu trabalho de costura para escolas e hospitais. O Estado deveria se encarregar dos investimentos e créditos necessários para levar a cabo a produção. Era um projeto que pretendia ir adiante abarcando todas as empresas fechadas e as privatizadas, que deveriam ser reestatizadas.

A estatização sob controle operário pela qual lutamos nós, os companheiros de Brukman, é parte da luta pela estatização sob controle operário de todas as fábricas fechadas e de todas as empresas privatizadas, e aponta para reorganizar a produção e os serviços públicos em função de acabar com o desemprego, a fome e resolver as necessidades sociais. E aprendemos que os únicos realmente interessados em resolver os problemas do povo somos nós, trabalhadores<sup>212</sup>.

Para esses trabalhadores, a figura jurídica da cooperativa representava a submissão à competitividade do mercado capitalista, no qual estariam inseridos, de fato, com plena desvantagem. A reivindicação para que o Estado assumisse a propriedade e os investimentos das empresas não parece ser tributária de um entendimento de que aquele é o órgão que equilibraria os interesses do capital e do trabalho no interesse de um bem comum – visão muito compartilhada entre a classe trabalhadora argentina, como veremos no quarto capítulo. A demanda pela estatização enxerga que o Estado é a garantia para que os trabalhadores não fiquem “sujeitos aos estremecimentos do mercado capitalista e também a uma crise nacional econômica ou política. Este é o único caminho pelo qual se pode pôr a fábrica a produzir a 100%, agregar novas tecnologias e criar centenas de novos postos de trabalho”<sup>213</sup>.

Porém, as empresas que encamparam essa ideia se viram altamente prejudicadas porque não possuíam uma figura legal para se enquadrar. E a determinação da forma

---

<sup>212</sup> “Petición presentada à Assembleia Portenha” In: *Nuestra Lucha*, 08/11/2002, p. 4. Tradução livre. No original: “La estatización bajo control obrero por la que luchamos los compañeros de Brukman es parte de la lucha por la estatización bajo control obrero de todas las fábricas cerradas y de todas las empresas privatizadas, y apunta a reorganizar la producción y los servicios públicos en función de terminar con la desocupación, el hambre y resolver las necesidades sociales. Y hemos aprendido que los únicos realmente interesados en resolver los problemas del pueblo somos los trabajadores”.

<sup>213</sup> “Por qué peleamos por la estatización” In: *Nuestra Lucha*, n. 17, 30/08/2004, p. 4. Tradução livre. No original: “sujetos a los cimbronazos del mercado capitalista y también por si hay una crisis nacional económica o política”.

jurídica é questão fundamental para os trabalhadores das empresas recuperadas, pois a Justiça do Estado argentino não cede a empresa a nenhum grupo de trabalhadores que não possua uma figura jurídica. Os trabalhadores que empunharam a bandeira do controle operário sofreram ainda mais com as tentativas de desalojamento do que seus companheiros que escolheram prontamente a forma cooperativa. Também enfrentaram problemas na relação com os provedores de matérias-primas e no desenvolvimento regular dos processos de comercialização em virtude de a estatização sob controle operário não ser reconhecida pela Justiça<sup>214</sup>. A expropriação, já por si só difícil de obter, apenas pode ser requerida se a empresa recuperada estiver dentro do marco legal conferido pelo Estado. Ruggeri aponta que a reivindicação pela estatização acabou por levar essas empresas “a um beco sem saída diante da falta de resposta de um Estado quebrado e inimigo ideológico dessa opção”<sup>215</sup>.

Os trabalhadores da Zanón mudaram de estratégia e se converteram na Cooperativa Fasinpat (Fábrica Sem Patrão / Sin Patrón), mas ainda conservam uma estratégia política de longo prazo, na qual se insere a questão do controle operário.

Ensinaam a nós, trabalhadores, a pensar em curto prazo, a ver como chego ao fim do mês com o dinheiro e as contas. O capitalista pensa como te arruína hoje, como isso serve para te arruinar amanhã e como faz para te arruinar o mês que vem. Copiando esse esquema, pensamos em curto, médio e longo prazo. Por isso pensamos que, em médio prazo, precisamos da cooperativa para nos enquadrarmos, mas que em longo prazo não é uma solução, porque não há uma política na Argentina que legisle a favor das cooperativas e de microempreendimentos ou que ajude a estes setores. A única política é favorecer as grandes empresas, as multinacionais. Se fica só com a cooperativa, vai chegar uma hora em que te vão afundar na parte econômica. Porque as grandes empresas se põem de acordo com o governo, baixam os preços e você não pode competir com elas. E depois, qual é a desculpa? “Viram como os trabalhadores não podem controlar uma fábrica? Se afundaram sozinhos...”<sup>216</sup>.

<sup>214</sup> Cf. Gabriel Fajn (org.), op. cit., 2003.

<sup>215</sup> Andrés Ruggeri, op. cit., 2009, p. 19. Tradução livre.

<sup>216</sup> “El control obrero ceramista en la Europa del siglo XXI” In: *Nuestra Lucha*, n. 21, 15/06/2005., p. 20. Relato de dois trabalhadores da Zanón / Fasinpat sobre viagem à Itália e à Espanha onde, a convite de organizações sindicais e movimentos sociais, participaram de vários encontros e palestras sobre a experiência da ERT. Tradução livre. No original; “A los trabajadores nos enseñaron a pensar en un corto plazo, a ver cómo llego a fin de mes con la plata y con las cuentas. El capitalista piensa cómo te jodo hoy, cómo esto sirve para joderte mañana y cómo hace para joderte el mes que viene. Copiando ese esquema, pensamos a corto, mediano y largo plazo. Por eso pensamos que a mediano plazo necesitamos la cooperativa para encuadrarnos en la parte legal, pero que a largo plazo no es una política en Argentina que legisle a favor de las cooperativas y de los micro-empresarios o que ayude a estos sectores. La única política es favorecer a las grandes empresas, a las multinacionales... Si te quedás solo con la cooperativa, va a llegar un momento en que te van a hundir en la parte económica. Porque las grandes empresas se ponen de acuerdo con el gobierno, te bajan los precios y vos no podés competir con ellas. Y después, ¿cuál es la excusa? ‘¿vieron que los trabajadores no pueden controlar una fábrica?, se hundieron solos...’”.

Na Brukman / 18 de dezembro, não houve tanto consenso entre os trabalhadores em torno da questão quanto na Zanón / Fasinpat, com o passar do tempo e as dificuldades que se foram criando devido à ausência de uma figura jurídica, travou-se um intenso debate em torno do tema. Nas assembleias, a principal porta-voz dos trabalhadores que queriam a estatização os controle dos trabalhadores foi Celia Martínez.

O pessoal do governo tem grandes oficinas que entram nas licitações através de procuradores. Quanto dinheiro levam os senhores do governo para aprovar tal ou qual licitação? Nós queríamos que a produção da Brukman fosse diretamente para os hospitais e para as repartições do governo, sem intermediários. E ademais, para nós era uma forma de garantir os salários<sup>217</sup>.

Matilde Adorno foi a representante mais visível dos trabalhadores que defendiam a formação imediata de uma cooperativa.

(...) depois na Legislatura nos diziam que tinha que formar uma cooperativa ou algo, porque não podiam entregar a fábrica a Fulano ou a Beltrano. Algumas linhas políticas não queriam, nos diziam que outras cooperativas iam mal. Eu fui falar com o pessoal da Lavalán e era tudo mentira. Éramos dois ou três que brigávamos por isso.

(...)

A (ideia de) estatização saiu de um partido, não de uma assembleia. Depois, quando nos explicaram, começamos a dizer que isso seria incrível, mas não com este governo. Em algum momento talvez, mas não antes de uma grande revolução. Vê se o governo vai estatizar esta pequena fábrica! Ademais, eu perguntava aos que pediam: “Vocês querem que Ibarra seja nosso chefe?” (...) Se isto fosse estatizado, íamos receber um salário, mas Ibarra ia ser nosso chefe. Depois diziam que Ibarra isso, e Ibarra aquilo<sup>218</sup>.

<sup>217</sup> “Ahora miro todo con otros ojos”, entrevista de Celia Martínez, op. cit., 2004, p.52. Tradução livre. No original: “La gente del gobierno tiene grandes talleres que entran a las licitaciones a través de apoderados. Los señores del gobierno ¿cuánta plata se llevan por aprobar tal o cual licitación? Nosotros queríamos que la producción de Brukman fuera directamente a los hospitales y a las reparticiones del gobierno, sin intermediarios. Y además, para nosotros era una forma de garantizar los sueldos”.

<sup>218</sup> “Aprendimos a tener ideales”, entrevista de Matilde Adorno à Cooperativa Lavaca In: Lavaca, op. cit., 2004, pp. 45-46, 47. Aníbal Ibarra foi Chefe de Governo da Cidade de Buenos Aires entre 2000 e 2006, destituído do cargo após um processo político impulsionado por um incêndio em uma casa noturna em Buenos Aires que matou 194 pessoas; Ibarra foi considerado um dos responsáveis políticos pela tragédia. Tradução livre. No original: “(...) después en la Legislatura nos decían que había que formar una cooperativa o algo, porque no le podían entregar la fábrica a Fulano o a Mengano. Algunas líneas políticas no querían, nos decían que a otras cooperativas les iba mal. Yo fui a hablar con la gente de Lavalán y eran todas mentiras. Éramos dos o tres que peleábamos por eso. (...) / La estatización salió de un partido, no de una asamblea. Después, cuando nos explicaron, empezamos a decir que eso estaría bárbaro, pero no con este gobierno. En algún momento quizá sí, pero no antes de una gran revolución. ¡Mirá si el gobierno va a estatizar a esta pequeña fábrica! Además, yo preguntaba a los que la pedían: ‘¿Ustedes quieren que Ibarra sea nuestro jefe?’ (...) Si esto se estatizaba, íbamos a cobrar un sueldo, pero Ibarra iba a ser nuestro jefe. Después decían que Ibarra esto y que Ibarra lo otro”.

O MNFRT, na figura de Luis Caro, começou a representar os trabalhadores da Brukman / 18 de dezembro, e a defesa da estatização sob controle dos trabalhadores foi vencida. O grupo de operários que levantava essa bandeira passou a se denominar de “Brukman dissidente”. Estavam muito insatisfeitos com os rumos políticos da fábrica.

A cooperativa está dentro no Movimento de Fábricas Recuperadas. O que acontece é que alguns de nós não estamos de acordo. Não gostamos que no Movimento só falem os presidentes das cooperativas. Além disso, há muitas coisas importantes que ocorrem fora da fábrica e ao nosso redor que agora ignoramos. Enquanto estivemos em conflito, o pessoal foi muito solidário conosco e nós fomos também muito solidárias. Mas agora nem vamos mais às marchas. Não sei, entrar no Movimento talvez nos tenha deixado mais egoístas<sup>219</sup>.

A forma cooperativa fornece algumas vantagens importantes para as Empresas Recuperadas: sua figura jurídica é a que oferece melhor adaptação às características autogestionárias adotadas pelos trabalhadores; os trâmites legais são relativamente fáceis e em 30 dias a matrícula é efetivada, podendo funcionar, no entanto, desde o primeiro dia, e apenas com o número de inscrição já é permitido comercializar; há importantes reduções de imposto; as dívidas anteriores (milionárias em alguns casos) não são herdadas. A modificação do artigo 190 da Lei de Falências, introduzida em 2002, foi importante para os trabalhadores das ERT, abrindo uma exceção que beneficia as cooperativas de trabalho para a continuidade laboral da empresa cuja falência foi decretada pela Justiça. Em caso de expropriação por parte do Estado, os trabalhadores das cooperativas são os beneficiários das instalações, maquinário e outros bens da antiga empresa<sup>220</sup>.

Observa-se uma consolidação da luta em favor da obtenção da expropriação em relação a outras (poucas) alternativas. Se no Informe de 2005 do PFA a maioria das ERT ainda não havia obtido expropriação, a situação apresentada pelo Informe de 2010 indica que 63% delas conseguiu uma expropriação, sendo que 19% dessas seriam do tipo definitivo. Contudo, elas podem não ser tão definitivas assim. O mesmo Informe relata que na Cidade de Buenos Aires as ERT se veem em meio a uma circunstância um tanto nebulosa sob a lei 1529/04, sancionada no governo de Aníbal Ibarra (FrePaSo –

<sup>219</sup> “Ahora miro todo con otros ojos”, Entrevista de Celia Martínez, op. cit., 2004, p. 55. Tradução livre. No original: “La cooperativa está dentro del Movimiento de Fábricas Recuperadas. Lo que pasa es que algunos no estamos de acuerdo. No nos gusta que en el Movimiento sólo hablen los presidentes de las cooperativas. Además, hay muchas cosas importantes que pasan fuera de la fábrica y alrededor nuestro que ahora ignoramos. Mientras estuvimos en conflicto la gente fue muy solidaria con nosotras y nosotras fuimos también muy solidarias. Pero ahora ya ni vamos a las marchas. No sé, meternos dentro del Movimiento tal vez nos haya vuelto más egoístas”.

<sup>220</sup> Cf. Andrés Ruggeri, op. cit., 2009 e Gabriel Fajn, op. cit., 2003.

2000 a 2006), que passou por esse e pelos governos de Jorge Telerman (PJ – 2006 a 2007) e de Mauricio Macri (PRO – desde 2007) sem que fosse regulamentada ou que o Poder Executivo da Cidade pagasse o montante das indenizações correspondentes. Ruggeri conclui que esse estatuto “definitivo” possui a mesma precariedade que as expropriações chamadas temporárias. As leis de expropriação, dessa forma, podem ser revertidas através do mecanismo de “expropriação inversa”, que os antigos proprietários ou os credores reclamam diante do não pagamento das obrigações assumidas pelo Estado<sup>221</sup>.

### 2.1.5. Voltando ao trabalho

Após a batalha da ocupação, os trabalhadores devem enfrentar outra peleja: voltar a produzir. Antes de prosseguir na análise do tema, contudo, faz-se necessário uma breve discussão um conceito que até aqui utilizamos indiscriminadamente, o de “autogestão”.

#### 2.1.5.a) Usos e abusos do termo autogestão

Em um sentido estrito, o conceito de autogestão pode ser definido como a participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões nas empresas, em todos os níveis<sup>222</sup>. Os próprios produtores diretos, portanto, decidem o que produzir, como produzir e para quem produzir.

A autogestão é um tema caro aos trabalhadores desde o momento em que se generaliza o fenômeno histórico de expropriação dos trabalhadores / produtores diretos de seus meios de produção e a concentração destes últimos nas mãos de um grupo social de número restrito, de não-trabalhadores. Despossuído das matérias primas e dos instrumentos para produzir os bens necessários à sua sobrevivência, o conjunto desses expropriados é impelido a vender sua força-de-trabalho para aqueles que detêm então em sua posse os meios de produção, para em troca poderem receber uma remuneração em dinheiro, o salário, a fim de adquirir o que seria necessário à sua sobrevivência estritamente através do mercado. A subsunção do trabalho ao capital significa que o processo de trabalho se torna instrumento do processo de valorização do capital, da criação de mais-valor<sup>223</sup>.

---

<sup>221</sup> Cf. Andrés Ruggeri, op. cit., 2010.

<sup>222</sup> Cf. Mihailo Markovic, “Autogestão” (verbetes) In: Tom Bottomore (org.), *Dicionário do pensamento marxista*, 2001.

<sup>223</sup> Marx distingue dois processos dentro do fenômeno histórico da subsunção do trabalho ao capital. O que Marx denomina de *subsunção formal do trabalho ao capital* é a forma geral de qualquer processo

O processo de trabalho no modo de produção capitalista passa a ser dirigido pelos proprietários dos meios de produção e suas personificações (gerentes, engenheiros e outros quadros hierárquicos), restando aos produtores diretos a obediência dos planos traçados por aqueles no âmbito da produção.

É importante lembrar que quando se iniciou o processo de subsunção do trabalho ao capital, ser trabalhador assalariado era considerado uma brutal degradação social para o produtor direto, pois expressava, justamente, “instalar-se na dependência, ser condenado a viver da ‘jornada’, achar-se sob o domínio da necessidade”<sup>224</sup>. A relação de exploração desenvolvida pelo capital era considerada intolerável: o homem havia sido reduzido ao status de instrumento, ou um número a mais na folha de custos do capitalista<sup>225</sup>. Mais de um século se passou até que a condição de assalariado livre se tornasse a forma mais usual e normalizada para os expropriados dos meios de produção de garantir estabilidade financeira e respeitabilidade social<sup>226</sup>, em um contexto de constante expansão da relação de subordinação do trabalho ao capital. Num movimento em que se combinam resistência e adaptação a essa realidade, o proletariado levou a cabo uma série de lutas para conquistar direitos constitucionais que ajudem a estabelecer limitações às enormes prerrogativas de seus empregadores, assim como desenvolveram todo um conjunto de expedientes (coletivos e individuais) no local de trabalho a fim de amenizar a disciplina imposta pela heterogestão.

A ideia de que o controle do processo de produção deveria estar a cargo dos produtores diretos não é original de Marx – foi proposta pelos socialistas utópicos (Owen, Fourier, Blanc) e também por Proudhon. Contudo, para o projeto de emancipação humana embasado no marxismo, a autogestão é a estrutura básica da sociedade – não apenas no que tange à produção, mas a todas as esferas da economia; e não apenas na economia, mas também na política e na cultura. A organização

---

capitalista de produção, mas simultaneamente é uma forma particular em relação ao modo de produção capitalista plenamente desenvolvido, uma vez que o último abarca a primeira, contudo, a primeira não abrange necessariamente o segundo. Apesar da transformação nas relações de trabalho para o produtor direto, que sendo expropriado de seus meios de produção deve garantir sua subsistência vendendo sua força de trabalho ao capitalista, esse processo não resulta diretamente na modificação essencial da forma real do processo de trabalho existente tal como se tinha desenvolvido antes do surgimento da relação capitalista. “No começo tem de adquirir a força de trabalho como a encontra no mercado, de satisfazer-se com o trabalho da espécie que existia antes de aparecerem os capitalistas” (Karl Marx, op. cit., 2002, p. 218.). O modo de produção especificamente capitalista, desenvolvido inteiramente, está fundado na *subsunção real do trabalho ao capital*, requerendo o trabalho em grande escala, uma alteração profunda das relações entre os diversos agentes da produção, assim como ao mesmo tempo do caráter do processo de trabalho em sua generalidade.

<sup>224</sup> Robert Castel, *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*, 1998, pp. 21-22.

<sup>225</sup> Cf. E. P. Thompson, op. cit., 1966, especialmente os capítulos VI-X.

<sup>226</sup> Cf. Robert Castel, op. cit., 1998.

autogerida de todas as dimensões da vida social é fundamental para a superação daquilo que István Mészáros definiu como o tripé de sustentação do sistema do capital: a divisão hierárquica do trabalho, o Estado e o próprio capital<sup>227</sup>. A autogestão comunista envolve um tipo de democracia rigorosamente diferente daquela representativa-parlamentar, não se limitando à política, pois reintegra a este domínio o econômico e o cultural, rompendo com a fragmentação típica do capitalismo de separar estas esferas no campo de decisões<sup>228</sup>.

Reina certa polêmica, especialmente entre os marxistas, na hora de qualificar as muitas experiências históricas de gestão direta da produção pelo proletariado como autogestão; até mesmo se for levado em conta seu sentido mais estrito.

Certamente, há alguma confusão em torno do conceito de autogestão e alguns abusos (conscientes ou não) no uso do termo.

Mencionamos mais acima as batalhas travadas pelo proletariado para tentar melhorar as condições de trabalho impostas pelo capital. Sua magnitude foi tal que em alguns momentos o capital tratou de incorporar algumas de suas demandas de forma subalterna. Podemos citar, entre essas tentativas de “conciliação de interesses” por parte do capital, a “participação nos lucros” e a cogestão. Todos esses mecanismos foram apregoados pelos apologistas do capital como uma democratização nas tomadas de decisão nas empresas e, até mesmo, como uma forma de “autogestão possível”. Ora, a participação nos lucros está longe de dar poder de decisão ao trabalhador, mesmo no mais insignificante nível; e quer dizer apenas que o trabalhador, tendo o direito de possuir algumas ações da empresa onde trabalha, entra na divisão da apropriação do mais-valor criado por ele próprio. Yvon Bourdet e Alain Guillerme ponderam que tal distribuição das ações colocam o trabalhador em “situação de desejar que *sua* empresa marche bem, produza lucros, a fim de que sejam valorizadas suas ações. (...) o sistema de ‘participação nos lucros’, longe de ser ‘um passo para a autogestão’, é um habilidoso agravamento da exploração e da auto-alienação”<sup>229</sup>. Por seu turno, a cogestão concede ao produtor direto determinada dose de auto-organização de tarefas práticas – participação que é inclusive, incentivada pelo empresário, como forma de estimular a iniciativa e a criatividade dos trabalhadores no processo de produção. A proposta de cogestão por parte de alguns setores das classes dominantes se origina dos primeiros

---

<sup>227</sup> Cf. István Mészáros, *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*, 2002.

<sup>228</sup> Cf. Mihailo Markovic, op. cit., 2001.

<sup>229</sup> Yvon Bourdet & Alain Guillerme, *Autogestão: Uma mudança radical*, 1976, p. 22. Grifos no original.

sinais de esgotamento da organização taylorista-fordista do trabalho. “As tarefas, simplificadas e muitas vezes reduzidas a alguns elementos repetitivos pelo taylorismo, são ‘alargadas’ ou, melhor dizendo, ‘enriquecidas’. (...) Trata-se de uma outra forma de ‘interessar’ os operários em sua obra e, ao menos, atenuar a monotonia, fonte de tédio, de desatenção, de acidentes (custosos) e de uma ‘excessiva’ mobilidade da mão-de-obra”<sup>230</sup>. As designadas formas pós-fordistas de organização do trabalho (toyotismo, modelo da Vale do Silício, modelo do Vale do Pó etc.), que tanto lançam mão de dispositivos baseados na cogestão, são por diversas vezes enaltecidas como fomentadoras de um processo de desestranhamento – a figura de Carlitos em *Tempos Modernos* estaria com os dias contados. Nada mais equivocado. A definição das metas da produção continua não tendo interferência do produtor direto; o que o empresário faz é renunciar “à fixação dos detalhes”, mas não colocar em questão seu poder de direção, como assinalam Bourdet e Guillerm<sup>231</sup>. Ricardo Antunes sublinha que se o estranhamento fenomenicamente é minimizado devido à redução da separação entre elaboração e execução, a subjetividade do trabalhador ainda encontra-se estranhada em relação ao que se produz e para quem se produz<sup>232</sup>. O autor também assinala que os supostos benefícios obtidos pelos trabalhadores no processo de trabalho são amplamente compensados, desde o ponto de vista do capital, dado que “a necessidade de pensar, agir e propor dos trabalhadores deve levar sempre em conta prioritariamente os objetivos intrínsecos da empresa, que aparecem muitas vezes mascaradas pela necessidade de atender aos desejos do mercado consumidor”<sup>233</sup>. Essa aparente maior liberdade do trabalhador no processo de produção induz a um maior envolvimento deste com os interesses e preocupações da empresa – “as *personificações do trabalho* devem se converter ainda mais em *personificações do capital*. Se assim não o fizerem, se não demonstrarem essas ‘aptidões’ (‘vontade’, ‘disposição’ e ‘desejo’), trabalhadores serão substituídos por outros que demonstrem ‘perfil’ e ‘atributos’ para aceitar esses ‘novos desafios’”<sup>234</sup>. Nesses casos, há um abuso intolerável do termo autogestão.

---

<sup>230</sup> Yvon Bourdet & Alain Guillerm, op. cit., 1976, p. 23. Ver também Ernest Mandel, op. cit., 1974, pp. 9-48.

<sup>231</sup> Ibidem.

<sup>232</sup> Cf. Ricardo Antunes, op. cit., 2006.

<sup>233</sup> Ibidem, p. 130. Grifos no original.

<sup>234</sup> Ibidem. Ver também Yvon Bourdet & Alain Guillerm, op. cit., 1976, e Geraldo Augusto Pinto, *A organização do trabalho no século XX: Taylorismo, fordismo e toyotismo*, 2007.



Há, porém, aqueles movimentos liderados por trabalhadores que conseguiram pôr em prática a gestão dos produtores diretos em todos os níveis de decisão do processo de produção. A Comuna de Paris e os sovietes constituem casos emblemáticos.

A Comuna de Paris se formou no contexto da guerra franco-prussiana, no bojo da rebelião popular de 18 de março de 1871 que estourou na cidade em virtude da determinação da maioria conservadora da Assembleia Nacional de capitular diante da Prússia. Louis Adolphe Tiers, chefe do gabinete conservador, tentou reprimir a insurreição, mas os revoltosos contaram com o suporte da Guarda Nacional, levando os membros do governo a abandonarem Paris e a se refugiarem em Versalhes. A Guarda Nacional – que era aberta a todos os cidadãos, o que significa um grande contingente de trabalhadores – então ocupou os lugares abandonados pelo governo conservador e seus defensores: os ministérios, os fortes, as muralhas, as fábricas. Os próprios trabalhadores tomaram em suas mãos a gestão do processo de produção. “Os operários nomeavam-se seus gerentes, seus chefes de oficina, seus chefes de equipe. Reservavam-se o direito de demiti-los se o rendimento ou as condições de trabalho não fossem satisfatórios. Fixavam seus salários e horários, as condições de trabalho; melhor ainda, *um comitê de fábrica se reunia todas as tardes para decidir o trabalho no dia seguinte*”<sup>235</sup>. Para Engels, “o de longe mais importante decreto da Comuna instituía uma organização da indústria de larga escala, e mesmo da manufatura, que não se baseava apenas na associação dos trabalhadores em cada fábrica, mas também devia combinar todas essas associações em uma grande liga (...)”<sup>236</sup>. A gestão dos trabalhadores não se deu apenas no nível da unidade empresarial, mas se estendeu a toda a economia.

Porém, a autogestão dos trabalhadores não se deu apenas na esfera da economia – eles também lideraram os aparelhos de Estado. O governo dos trabalhadores operou transformações em diversas áreas: condições de trabalho, habitação, educação, segurança pública. Nas palavras de Marx, “a Comuna tronou realidade o lema das revoluções burguesas – o governo barato – ao destruir as duas maiores fontes de gasto: o exército permanente e o funcionalismo estatal”<sup>237</sup>. A Comuna perdurou de 26 de março a 28 de maio – data em que caiu diante da brutal repressão do governo de Versalhes.

---

<sup>235</sup> Raya Dunayevskaya, *Marxisme et Liberté*, p. 115, apud : Yvon Bourdet & Alain Guillerm, op. cit., 1976, p. 111.

<sup>236</sup> Friedrich Engels, “Introdução à Guerra Civil na França, de Karl Marx” (1891) In: Karl Marx, *A Guerra Civil na França*, 2011, p. 195.

<sup>237</sup> Karl Marx, op. cit., 2011, p. 59.

O primeiro soviete (palavra que, em russo, significa “conselho”) consistiu na reunião de delegados de trabalhadores de diversos ramos da produção industrial, eleitos por cerca de 200 mil trabalhadores, e eclodiu na então capital da Rússia na Revolução de 1905, durante a primeira greve geral. Foram criados com o intuito de facilitar a comunicação entre os trabalhadores em luta. As tarefas exigidas pela luta de classes naquele contexto, entretanto, tornaram-se mais abrangentes do que as de greves comuns – quando a greve se estendeu por todo o país, a indústria e os transportes ficaram paralisados, assim como as funções estatais, levando o soviete a cuidar das questões de ordem pública, fornecer serviços essenciais, organizar e regular a produção industrial e os transportes. Grupos de intelectuais, soldados e camponeses se uniram ao conselho dos trabalhadores russos. Pode-se dizer, portanto, que o soviete cadenciou o ritmo da revolução de 1905 até que, com a vitória da reação czarista, desapareceram. Trotsky, refletindo sobre os feitos de 1905, sentenciou: “O soviete tratou de alçar a luta à escala nacional, porém nunca foi mais do que uma instituição de Petersburgo (...), não resta dúvida de que na próxima explosão revolucionária, tais Conselhos de Trabalhadores formar-se-ão em todo o país”<sup>238</sup>. De fato, no início da Revolução de 1917, surgiram sovietes em diferentes cidades russas e eles foram essenciais para o desenrolar inicial da revolução. Contudo, com a consolidação da URSS, ver-se-ão progressivamente esvaziados em suas atribuições autogestionárias – “Esta organização dos conselhos desapareceu depois da revolução. (...) A missão de minar as bases do capitalismo correspondeu ao partido comunista. Este tomou o poder político, enquanto os sovietes foram rebaixados ao papel de órgãos sem importância, com poderes unicamente nominais”<sup>239</sup>. Em 1920 já haviam sido dissolvidos definitivamente pelo avanço da burocratização soviética<sup>240</sup>.

Há ainda outros grandes exemplos no século XX em que houve experiências do controle da produção econômica dos trabalhadores, os quais não podemos deixar de mencionar, ainda que não possamos aqui nos estender a descrevê-los. É o caso dos *conselhos de trabalhadores* que surgiram durante grandes greves gerais ou vagas revolucionárias onde tiveram papel preeminente entre o final da década de 1910 e início da de 1920, em países como Alemanha, Áustria, Itália e Hungria, num contexto em que a Revolução de 1917 já havia sido deflagrada – os sovietes foram, sem dúvida, a

---

<sup>238</sup> León Trotsky apud: Ernest Mandel (org.), op. cit., 1974, p. 76.

<sup>239</sup> Anton Pannekoek apud: Ernest Mandel (org.), op. cit., 1974, p. 266.

<sup>240</sup> Cf. Yvon Bourdet & Alain Guillerme, op. cit., 1976 e Ernest Mandel (org.), op. cit., 1974.

inspiração para a constituição desses conselhos. Também é imperioso citar os conselhos de trabalhadores que se formaram durante a revolução espanhola de 1934-1937. Após a Segunda Guerra Mundial, movimentos conselhistas surgirão nos países que adotaram o socialismo de tipo soviético, como na República Democrática da Alemanha em 1953, na Hungria em 1956, na Polônia também em 1956 e ainda em 1970.

Nos casos acima citados, em que a gestão dos produtores diretos se desenvolveu em contextos revolucionários, de forte contestação ao sociometabolismo do capital (ainda que de forma espontânea, como foi o caso da Comuna, que se tornou socialista no desdobrar dos acontecimentos), seria adequado classificá-los como autogestionários? A nosso ver, sim, dado que se verificou nessas experiências uma efetiva decisão por parte dos trabalhadores a respeito do que, como e para quem produzir, além de outra série de interesses. Contudo, deve ser destacado o caráter excepcional dessas experiências, justamente devido ao contexto em que se desenvolveram.

Mas há outro caso de experiência de gestão dos trabalhadores que causa muito mais polêmica para qualificar como autogestionária. Trata-se das empresas que se constituíram como cooperativas de trabalhadores no seio das sociedades capitalistas, sem estarem inseridas em um contexto excepcional como nos casos relatados acima. As cooperativas começam a surgir ainda no século XIX e pode-se afirmar que os conflitos entre trabalhadores assalariados e os patrões e suas gerências suscitaram o nascimento de muitas delas. Diversos podem ser os tipos de cooperativas: agropecuárias, de serviços públicos, de habitação, de consumo, de crédito, de seguros, e de produção.

De acordo com Paul Singer, a ideia de que a autogestão é essencial ao cooperativismo não é ponto pacífico entre os próprios cooperativistas, desde os primórdios de sua existência. Para os veteranos owenistas e socialistas, o cooperativismo de consumo não era um fim em si mesmo, mas uma etapa rumo à comunidade cooperativa ou socialista, cuja essência seria o autogoverno dos produtores. Porém, os cooperadores operários mais jovens, que haviam aderido em uma época de ascensão do padrão de vida, consideravam o cooperativismo uma forma de promover a poupança mútua e conseguir bens não adulterados. No entanto, segundo Singer, essa controvérsia não pode ser aplicada às cooperativas de produção, como ocorre no caso das cooperativas de consumo ou de crédito, que combinariam “igualdade e democracia

no relacionamento externo da empresa com desigualdade e heterogestão em seu interior”<sup>241</sup>.

Mas a questão continua: as cooperativas que reivindicam a autogestão de fato podem ser consideradas autogestionárias, como é o caso das ERT, mesmo levando em conta o conceito em seu sentido mais estrito? Parece-nos que se os trabalhadores optaram pela democratização da gestão e se eles mesmos se encarregam das decisões tomadas na empresa em todos os níveis se controlam todas as etapas do processo de produção, estamos diante de um modelo autogestionário. Eles podem deliberar sobre o que, como e para quem produzir. Não obstante, essas decisões levadas a cabo nas cooperativas inscritas nas sociedades capitalistas contam com uma mínima margem de autonomia.

O sistema do capital constitui-se em uma estrutura totalizadora de controle sociometabólica que subordina toda a vida social humana às exigências da acumulação – tudo deve provar sua “viabilidade produtiva”; caso não consiga se adaptar, deve fenececer.

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos<sup>242</sup>.

O capital não é suprimido porque o capitalista, sua personificação individual, desapareceu. Ele pode muito bem permanecer sob outras formas de personificação. Ainda que a titularidade da propriedade dos meios de produção se transfira aos trabalhadores, isso não significa que o trabalho que exercem deixará de ser subordinado à lógica do capital.

A capacidade dos trabalhadores que gerem todo o processo de produção de decidir o que, como e para quem produzir irá esbarrar nas necessidades impostas pelo mercado para manter a empresa aberta, funcionando e lhes permitindo satisfazer ao menos necessidades básicas. Assim como os produtores diretos no capitalismo não se encontram sob as mesmas condições de produção e fruição que Robson Crusóé, as

---

<sup>241</sup> Paul Singer, *Introdução à Economia Solidária*, 2002, p. 90.

<sup>242</sup> István Mészáros, op. cit., 2002, p. 96.

unidades empresariais tampouco podem existir sem relação com outras empresas. Têm que adquirir matérias-primas, renovar os meios de produção, seja por desgaste ou por inovação tecnológica, manter a infraestrutura proporcionada pela eletricidade, água corrente etc., o que não podem fazer por si mesmos. No caso da distribuição e comercialização dos seus produtos, podem até tomar essas tarefas para si mesmas, porém, ainda assim, não poderão ignorar os outros agentes do mercado. Em todos esses casos, as empresas controladas pelos produtores diretos se encontram engessadas pelo acicate da concorrência capitalista e deverão lidar com vários dos métodos utilizados para se defrontar com essa concorrência sob pena de perecerem e seus trabalhadores, que são proprietários e gestores ao mesmo tempo, ver-se-ão na situação nada cômoda de engrossar as fileiras do exército industrial de reserva. Também no que se refere à esfera das trocas, não podemos deixar de fazer referência à dependência do equivalente universal dinheiro. “Dentro de uma sociedade dominada pela produção capitalista, até os produtores não capitalistas se encontram sob o império das ideias do capitalismo”<sup>243</sup>.

#### 2.1.5.b) Um constante desafio

Algumas cooperativas herdaram uma boa estrutura da empresa anterior, mas na maioria dos casos, a herança é maldita, pois grande parte das ERT tem origem em unidades empresariais falidas, deterioradas, esvaziadas – situação que muitas vezes piorava quanto maior era o tempo em que os trabalhadores esperavam para poder voltar às atividades laborais. Portanto, um problema frequente para os trabalhadores de ERT, especialmente no início do processo de recuperação, consiste na ausência do capital necessário para a operação da empresa. Devem, ainda, recuperar os serviços cortados – água, energia elétrica, telefone, gás – o que inclui, muitas vezes, quitar as dívidas da empresa anterior com os prestadores desses serviços ou lutar na justiça para que essa dívida não fique a cargo dos trabalhadores.

Uma resposta bastante utilizada pelas ERT para sanar essa dificuldade foi recorrer ao trabalho *a façon*, o qual consiste em trabalhar para um terceiro que provê a matéria-prima ou o capital necessário para iniciar a produção e que ainda se encarrega de retirar o produto finalizado e distribuí-lo para comercialização ou transformação posterior. 49% das ERT adotam o trabalho *a façon* – o que não implica que toda a produção dessas empresas se dê sob essa modalidade. O trabalho *a façon* elimina o já

---

<sup>243</sup> Karl Marx, op. cit., 2001, p. 55. Tradução livre.

limitado poder de decisão do que produzir, em qual quantidade, onde comercializar, como administrar os excedentes. Aqui desaparece a autogestão, mesmo quando considerada as barreiras impostas pela necessária inserção no mercado capitalista das ERT e pela inevitável colonização da vida cotidiana pelo capital quando o modo de produção hegemônico é regido por sua lógica; podemos no máximo falar em um caso de cogestão. Rebón cita o caso de uma ERT em que o trabalho *a façon* dominava a produção durante quatro dos cinco dias de trabalho e que ao longo desses quatro dias, a empresa que contratava o serviço ainda enviava pessoal para controlar diretamente o processo produtivo<sup>244</sup>.

Ruggeri assinala que para o empresário que contrata o trabalho *a façon*, há vantagens significativas, como a de poder exigir sem ter que lidar com os problemas cotidianos da produção e com conflitos sindicais e não ter que se encarregar dos gastos com previdência social ou com os riscos do trabalho. Ele ainda destaca que essa forma de produção representa também baixos níveis de rentabilidade para a empresa autogestionada<sup>245</sup>.

Os provedores da empresa anterior continuam sendo os mesmos para 73% das empresas recuperadas. Para o total das ERT, aqueles se dividem dessa forma:

*Quadro 18. Distribuição dos provedores das ERT, ano 2010*

Empresas monopólicas no setor	33,33%
Outras grandes empresas	46,91%
Pequenas e médias empresas	45,67%
ERT	16,05%
Empresas sociais	2,47%
Microempreendimentos	6,17%
Distribuidoras do setor	3,71%
Outros	6,17%

Fonte: Andrés Ruggeri, op. cit., 2010. Respostas Múltiplas, total mais de 100%.

<sup>244</sup> Cf. Julián Rebón, op. cit., 2007.

<sup>245</sup> Cf. Andrés Ruggeri, op. cit., 2009.

O perfil dos clientes é heterogêneo, com predomínio das grandes empresas, logo seguidas pelas pequenas e médias empresas:

*Quadro 19. Distribuição dos clientes das ERT, 2010*

Empresas monopólicas no setor	13,58%
Outras grandes empresas	39,51%
Pequenas e médias empresas	37,04%
ERT	13,58%
Empresas sociais	4,94%
Microempreendimentos	8,64%
Estado	8,64%
ONG	3,70%
Público em geral	38,27%
Outros	29,63%

Fonte: Andrés Ruggeri, op. cit., 2010. Respostas Múltiplas, total mais de 100%.

Segundo Ruggeri, no levantamento realizado em 2004 pelo PFA, outras ERT nem sequer apareciam no quadro de clientes. Outras empresas autogestionadas e microempreendimentos figuravam com porcentagem ainda menor. Organizações Não Governamentais (ONG), no entanto, viram sua participação cair, visto que em 2004 elas constituíam 23,5% dos clientes das empresas recuperadas.

Constata-se que as ERT estão claramente inseridas na atividade econômica formal e não integrando um nicho supostamente alternativo do mercado, devendo enfrentar as relações competitivas típicas do mercado capitalista, marcado muitas vezes pela hegemonia de certas empresas que exercem monopólio ou oligopólio<sup>246</sup>. E a dificuldade de inserção no mercado é frequentemente motivo de preocupação ou queixa por parte dos trabalhadores entrevistados.

Outro desafio é suprir a ausência do pessoal que conformava os setores administrativos, profissionais e técnicos da empresa anterior. Em grande parte dos casos, entre os trabalhadores que assumiram a gestão da empresa após o processo de ocupação não figuram aqueles que realizavam as tarefas de administração e, principalmente, de gerência. Estes seriam trabalhadores cujas especializações se beneficiavam de maior requerimento no mercado e que também não se identificavam

<sup>246</sup> Cf. Andrés Ruggeri, “Las empresas recuperadas por sus trabajadores, en torno a los problemas y las potencialidades de la autogestión obrera” In Andrés Ruggeri (org.), op. cit., 2009

em termos de interesses políticos e sociais com os trabalhadores da planta; portanto, não se sentiam persuadidos a enfrentar o conflito. Documento redigido pelo *Merpha* (Movimento de Empresas Recuperadas da Província de Buenos Aires) chama esse processo de “esvaziamento intelectual”:

Uma das características sintomáticas das empresas que deram origem às atuais empresas recuperadas foi que o pessoal administrativo, comercial e técnico normalmente não acompanhou esta mudança de gestão, fosse por razões ideológicas, trabalhistas ou porque simplesmente se tratava de pessoas estreitamente vinculadas ao grupo empresário

Por isso não seria errado caracterizar este processo como um “esvaziamento intelectual” da empresa. Só restava de pé a máquina, ou, na porta da empresa, a “força de trabalho”<sup>247</sup>.

Em todas as empresas que visitamos, seus trabalhadores relatam a dificuldade de realizar nos primeiros meses as tarefas de administração, como venda e contabilidade, ou que exigissem um saber especializado nas áreas de engenharia ou química.

A ajuda para lidar com esses obstáculos provém do compartilhamento da experiência de outras empresas recuperadas, sobretudo através do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER) e do Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas (MNFR), e também do auxílio voluntário de estudantes universitários dos campos de administração, engenharia, química ou de programas de extensão de universidades públicas.

Anteriormente, já foi mencionado que em 2010 as ERT contavam com cerca de 9400 trabalhadores, número que em 2004 chegava a quase sete mil. O aumento do número de trabalhadores deve-se não somente ao crescimento do número de ERT, mas também à incorporação de outros trabalhadores, especialmente no caso das ERT mais antigas. Muitas empresas recuperadas possuem déficit de pessoal em relação à capacidade instalada, tributário do longo processo de decadência da empresa original e que foi catapultado com a falência e os conflitos entre trabalhadores e patrões.

---

<sup>247</sup> Mesa Directora do Merpha (Movimento de Empresas Recuperadas da Província de Buenos Aires), “La mejor inversión para el Estado”, Quilmes, 26/09/2006, In: *Nudos*, ano 1, no. 4, Florencio Varela, setembro de 2006, p. 9. Tradução livre. No original: “Una de las características sintomáticas de las empresas que dieron origen a las actuales empresas recuperadas fue que el personal administrativo, comercial y técnico normalmente no acompañó este cambio de gestión, ya fuera por razones ideológicas, laborales o porque simplemente se trataba de personas estrechamente vinculadas al grupo empresario. Por eso no estaría errado caracterizar a este proceso como un vaciamiento ‘intelectual’ de la empresa. Solo quedaba a pie de máquina, o en la puerta de la empresa, la ‘fuerza laboral’”.



A decisão de incorporação de novos trabalhadores precisa ser discutida e aprovada em assembleia, devendo ser bem ponderada pelas empresas recuperadas, pois feita de forma apressada pode acarretar em conflitos internos e diminuição do valor das retiradas, o que implicaria em uma queda do padrão de vida dos trabalhadores.

No momento de incorporar pessoal, os trabalhadores das ERT preferem dar prioridade a membros da família. Outra opção frequente é agregar ex-trabalhadores da empresa original. Nas entrevistas realizadas por nós, o privilégio de familiares na decisão de incorporação tende a se justificar por uma questão de confiança, uma vez que, após um período de prova de seis meses, o trabalhador deve se tornar sócio da cooperativa, adquirindo os mesmos direitos dos sócios fundadores. Para Rebón, a questão econômica também pesa para explicar a prioridade dada aos membros familiares – a unidade familiar contaria com mais fontes de renda. Mas ainda que exista essa “estratégia”, a questão da confiança parece predominar.

Segundo Ruggeri, alguns trabalhadores temem que os sócios mais recentes, que não passaram pelo dramático processo de constituição da ERT, pervertam o espírito da empresa recuperada ou ganhem posição na gestão às suas custas<sup>248</sup>. O MNFRT sugere uma reforma na legislação que rege as cooperativas para que se outorgue estatutariamente 75% dos votos das assembleias aos sócios fundadores. Semelhante dispositivo criaria um poder desequilibrante com o passar do tempo, concentrando o poder de decisão e econômico nos fundadores, como avalia Rebón<sup>249</sup>, e minando, por conseguinte, a democracia que requer a autogestão dos produtores diretos.

---

<sup>248</sup> Andrés Ruggeri, *op. cit.*, 2010.

<sup>249</sup> Cf. Julián Rebón, *op. cit.*, 2007.

*Quadro 20. Se a empresa necessitasse incorporar trabalhadores, deveriam ser privilegiados:*

	<b>ERT da Cidade de Buenos Aires</b>	<b>Zanón / Fasinpat</b>
<b>Familiares de trabalhadores das ERT</b>	32%	20%
<b>Ex-trabalhadores da empresa original</b>	22%	3%
<b>Desempregados em geral (familiares ou não)</b>	10%	23%
<b>Os mais capacitados para o posto de trabalho</b>	27%	23%
<b>Membros de movimentos que apoiaram a recuperação</b>	8%	30%

Fonte: Julián Rebón, op. cit., 2007.

A Zanón / Fasinpat destaca-se entre as ERT na questão da incorporação de novos trabalhadores pelo grande espaço que abriu a desempregados e integrantes de movimentos que apoiaram a luta pela recuperação da empresa, independente de serem familiares, como podemos ver no gráfico acima, que mostra a preferência dos trabalhadores das ERT da Capital Federal e dos trabalhadores da Zanón / Fasinpat.

Assim que puseram a produção em marcha sob autogestão, os trabalhadores da Zanón / Fasinpat ofereceram ao MTD Neuquén cinco postos de trabalho na fábrica. Por sua vez, os trabalhadores desta organização piqueteira realizaram uma assembleia com mais de 600 participantes para eleger quem seriam os beneficiados. Decidiram que esses postos deveriam ser para os mais jovens e que enviaram dez integrantes – trabalhariam meia jornada (ganhando a metade do valor da retirada então). Ao longo dos anos, com o crescimento da empresa, mais integrantes dos MTD foram chamados a trabalhar na cerâmica. Um dos primeiros piqueteiros que passaram por essa experiência declara:

Sempre participei na luta dos trabalhadores da Zanón. (...) Estava muito envolvido, mas nunca imaginei trabalhar aqui. Logo que me disseram que ia começar, redobrei a luta. (...)

Fiz bicos, vendi coisas na rua, verduras. Nunca trabalhei em uma fábrica. Muito menos sem patrão<sup>250</sup>.

<sup>250</sup> Depoimento de Pedro In: Pablo Antonini, Leandro Fabrizio & Luciana Hernandez Lois, op. cit., dezembro de 2002, p. 5. Tradução livre. No original: “Siempre participé en la lucha de los trabajadores de Zanón. (...) Estaba bastante metido, pero nunca imaginé trabajar acá. En cuanto me dijeron que iba a empezar redoblé la lucha. (...)

Hice changas, vendí cosas en la calle, verduras. Nunca trabajé en una fábrica. Y menos sin patrones.”

Os critérios para admissão de pessoal seguem regras distintas daquelas estabelecidas pelo mercado de trabalho no capitalismo, assim como os critérios para expulsão de um sócio.

Elisa Cisternas, 38 anos, mãe de três filhos, foi casada com um dos integrantes do MTD Neuquén que conseguiram um posto de trabalho na Zanón / Fasinpat. Seu marido, contudo, tinha problemas de dependência de drogas e álcool, o que o levou a ter uma conduta inadequada no trabalho (e também com Elisa e os filhos). Um dos médicos que estão vinculados à fábrica conversou com ele e também com Elisa para tentar entender o que se passava. Foram-lhe oferecidos diferentes tratamentos para sua dependência, o sindicato conversou com ele diversas vezes.

E bem, foram passando os anos, completou sete anos trabalhando aqui, mas sempre deteriorando cada vez mais sua relação aqui dentro (...). Todos têm paciência e todos veem... Esta é uma gestão operária e cuidam para que a pessoa possa se capacitar e possa entender e possa transformar sua vida, não? (...) Mas tem gente que aceita e gente que não, como meu ex-marido<sup>251</sup>.

Elisa se separou do marido, após 16 anos de um casamento bastante complicado. Algum tempo depois da separação, trabalhadores da Zanón / Fasinpat avisam Elisa que ia haver uma assembleia geral em que um dos assuntos a tratar seria a desvinculação de seu ex-marido da fábrica. No dia da assembleia, ela decidiu ir até lá e pedir a Raúl Godoy e Alejandro López, que eram, respectivamente, secretários adjunto e geral do SOECN na época, para expor sua situação na assembleia e lutar por um posto de trabalho, ao que eles anuíram. Após o debate de vários temas – inclusive, já haviam desvinculado seu ex-marido –, é cedida a palavra a Elisa, que expõe sua condição de mãe de três filhos, sem a ajuda financeira e afetiva do pai, vivendo de bicos, habitando um galpão de 12x12m “com uma umidade que nem te conto”, e propõe aos trabalhadores reunidos ali que ela assuma o posto de trabalho antes ocupado pelo ex-marido. Ela relata, emocionada:

Assim, bem, apresentei minha situação para eles, que estava ali pelos meus filhos, que estava disposta a me comprometer tanto na parte produtiva como na parte política, isso sim eu tinha como claro... e bem, que nas mãos deles estava que meus filhos tivessem um futuro melhor, que eles mereciam como cada um dos filhos de cada um que

<sup>251</sup> Entrevista de história de vida de Elisa Cisternas, trabalhadora da Zanón / Fasinpat, concedida a nós em 11 de fevereiro de 2011. Tradução livre. No original: “Y bueno, fueron pasando los años cumplió siete años trabajando aquí, pero siempre cada vez deteriorando más su relación con el adentro (...) Todos tienen paciencia y todos ven... esto es una gestión obrera y velan para que la persona pueda se capacitar y pueda entender y pueda volcar su vida, ¿no? (...). Pero hay gente que lo acepta y gente que no, como mi exmarido”.

está aqui dentro. (...) E foram momentos terríveis porque... começa outra vez a falar Raúl e diz que se deixasse para outra assembleia a votação. E eu, por dentro, dizia, “Deus meu, não poso esperar mais”. E uma companheira, que não sei quem foi, (...) eu sei que foi a voz de uma mulher, que ela disse, como mãe, não podia me fazer esperar por mais tempo por uma resposta, que para ela se tinha que votar logo, que problema havia em votar? Então, outros companheiros, viu?, afirmaram que era assim, que se podia votar, e Raúl pergunta se toda a assembleia está de acordo para votar isso logo e os companheiros respondem que sim, que sim, “votemos, votemos” (...) Quando eu olho assim e vejo as mãos levantadas... foi uma coisa impressionante o que passava dentro de mim, e obviamente não pude me conter, [...] a chorar ali e havia uma companheira ao lado que me conteve, que me ajudou e tudo<sup>252</sup>.

A assembleia foi em 28 de fevereiro de 2009 e no dia dois de março Elisa já estava trabalhando na fábrica. Não tinha experiência em nenhum dos ofícios exercidos na cerâmica – apesar de já trabalhar desde a adolescência, cuidando de crianças, fazendo faxina, cortando cabelo, vendendo roupa e comida na rua –, mas, segundo seus companheiros de trabalho, aprendeu rápido. E ao mesmo tempo em que trabalhava na Zanón / Fasinpat, Elisa se desdobrava entre as mobilizações organizadas pelos trabalhadores da empresa e as mobilizações para conseguir uma casa própria (o que ela conseguiu em novembro de 2010).

Cabe também fazer menção ao caso de Lorena Machado, 31 anos, que entrou para a Zanón / Fasinpat após uma tragédia pessoal: seu marido, Horacio, trabalhador da fábrica desde antes do processo de recuperação, veio a óbito em decorrência de um acidente na estrada, aos 36 anos; Lorena estava grávida de quatro meses. Os trabalhadores da Zanón / Fasinpat decidiram, em assembleia, oferecer um posto de trabalho a ela. Também esperaram até que Lorena tivesse o bebê e se recuperasse do choque que foi perder marido, deixando para ela a decisão de quando começar a trabalhar na Zanón; durante esse lapso, eles enviavam para ela o correspondente à

---

<sup>252</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “Así, bueno, les presenté mi situación, de que estaba allí por mis hijos, de que estaba dispuesta a comprometerme tanto en la parte productiva como en la parte política, eso sí lo tenía claro... y bueno, que en las manos de ellos estaba que mis hijos tuvieran un futuro mejor, que se los merecía como cada uno de los hijos de cada uno que está acá dentro. (...) Y fueron momentos terribles porque... pasa otra vez a hablar Raúl y dice que se lo dejaba para otra asamblea la votación. Y yo por dentro decía “Dios mío, no puedo esperar más”. Y una compañera, que no sé quién fue, (...) yo sé que fue la voz de una mujer, que dijo que ella, como madre, no podía hacerme esperar más tiempo por una respuesta, que a ella le parecía que había que votarlo en seguida, ¿qué problema había en votar? Entonces otros compañeros, ¿viste?, afirmaron que era así, que se podía votar, y Raúl pregunta si toda la asamblea está de acuerdo para votarlo en seguida y los compañeros responden que sí, que sí, “votémoslo, votémoslo” (...). Cuando yo miro así y veo las manos levantadas... fue una cosa impresionante lo que me pasaba por dentro, y obviamente no me pude contener, me la [...] a llorar ahí, y había una compañera al lado que me contuvo, que me ayudó y todo.”

retirada de Horacio: “Me tiraram uma grande preocupação; me preparam o caminho de uma forma muito solidária. (...) Me disseram para que eu tomasse meu tempo”<sup>253</sup>.

Há ainda aqueles trabalhadores que participaram do processo de ocupação, mas abandonaram a empresa a partir do começo da gestão cooperativa. Ruggeri elenca entre as causas para “deserção” as dificuldades para superar uma renda, em média, relativamente baixa paralelamente à recuperação do mercado de trabalho em vários setores da indústria, especialmente nos casos em que os operários possuem maior qualificação. O autor destaca ainda, entre os motivos para o abandono da ERT, os problemas para se adaptar à dinâmica da autogestão “em um contexto onde todo o resto das relações sociais existentes, onde se forma e se desenvolve a vida dos trabalhadores, está longe sequer de se parecer com esta nova lógica de trabalho”<sup>254</sup>.

No que diz respeito a modificações no processo de trabalho, no entanto, apesar da autogestão, não são muitas. A relação dos trabalhadores com os instrumentos de trabalho e a tecnologia empregada na empresa segue sendo praticamente a mesma que era na época em que a heteronomia era a regra<sup>255</sup>. Em geral, a questão da organização do trabalho é naturalizada pelo trabalhador, uma vez que a heteronomia é um traço distintivo do cotidiano nas sociedades capitalistas, internalizada não apenas no processo de trabalho, mas também na escola, nas relações familiares, e no próprio lazer.

Ainda assim, nesse âmbito, pode-se considerar que houve certo aumento do uso da criatividade por parte dos trabalhadores, que pode ser constatado em soluções pontuais para seguir produzindo – condição *sine qua non* para manter suas rendas – nas condições adversas que tiveram e têm que enfrentar no mercado capitalista. Como autogestionados, os trabalhadores devem tomar uma série de decisões referentes à produção ou prestação de serviços a fim de gerar recursos que garantam suas rendas, conseguindo permanecer na concorrência do mercado – decisões que antes cabiam à patronal –, o que, claramente, exige uma maior criatividade do produtor direto. O trabalho, atividade vital humana, constituiu-se desde os primórdios da hominização em um dos âmbitos fundamentais de exercício da criatividade por parte do homem produtor direto. No modo de produção capitalista, no entanto, essa condição sofre alterações profundas e tal capacidade – desempenhar trabalho criativo – torna-se obstaculizada e

---

<sup>253</sup> Entrevista de história de vida com Lorena Machado, trabalhadora da Zanón/ Fasinpat, concedida a nós em 17 de fevereiro de 2011. Tradução livre. No original: “Me sacaron una gran preocupación; me allanaron el camino de una manera muy solidaria. (...) Me dijeron que yo tomara mi tiempo.”

<sup>254</sup> Andrés Ruggeri, op. cit., 2010, p. 42.

<sup>255</sup> Sobre a questão da tecnologia empregada nas ERT, cf. Henrique Novaes, op. cit., 2007.

distorcida para o produtor direto<sup>256</sup>. Os trabalhadores autogestionados conseguem minimizar esse fenômeno, mas não superá-lo, o que seria impossível frente as exigências da dominação abstrata do capital.

Duas são as principais mudanças no que se refere ao processo de trabalho, em nossa interpretação. A primeira delas é a formação de um trabalhador que passa a ser “polivalente”, exercendo distintos postos na produção do chão da fábrica ou na execução de serviços – tendo conhecimento de todo (ou quase todo) o processo de produção, no caso das empresas do setor secundário –, assim como assumindo funções administrativas ou de direção. A outra seria o que nos testemunhos recolhidos para nossa pesquisa revelam a mudança mais valorizada pelos trabalhadores das ERT, no que se refere ao transcorrer da vida na empresa: a “liberdade” de trabalhar sem patrão. Tal “liberdade” diz respeito às alterações na disciplina de trabalho observada no interior das empresas. No próximo capítulo iremos nos aprofundar sobre o tema da disciplina de trabalho no interior das empresas recuperadas por seus trabalhadores.

Em relação aos mecanismos de tomada de decisões, como quase a totalidade das ERT adotou a figura legal da cooperativa, elas obedecem aos dispositivos formais que regulam o funcionamento de uma cooperativa, que reconhece dois organismos básicos de gestão: o conselho de administração e a assembleia de sócios. O conselho deve levar a cabo a gestão e as assembleias ocorrem em ocasiões extraordinárias – balanços anuais e eleição de autoridades. A lei obriga à realização de apenas uma assembleia. Mas, segundo levantamento do Programa Faculdade Aberta – e os relatos coletados por nós endossariam esses dados –, em grande parte das ERT costuma haver práticas bem mais democráticas do que dita a regra, onde ao conselho são atribuídas funções operativas que, por sua imediaticidade ou cotidianidade, não resulta prático resolvê-las em assembleia. Apenas 8% das ERT afirma deixar todas as decisões a cargo do conselho de administração e 30% sustenta, categoricamente, que as assembleias têm mais peso nas decisões da empresa do que o conselho. 88% das ERT declara que realiza assembleias de forma periódica – 44% faz assembleias semanais e 35%, mensais<sup>257</sup>.

---

<sup>256</sup> Cf. Ernest Mandel, “The causes of alienation” In: Ernest Mandel & George Novak, *The Marxist Theory of Alienation*, 2001.

<sup>257</sup> Cf. Andrés Ruggeri, op. cit., 2010.

\*\*\*

Gostaríamos de finalizar essa seção reafirmando que, do nosso ponto de vista, as ERT constituem um caso de autogestão, e que a autogestão é possível em algumas unidades produtivas no seio das sociedades onde impera o sociometabolismo do capital. Se comparada essa experiência de autogestão às da Comuna ou dos conselhos de trabalhadores, podemos dizer que o grau de autonomia de decisão é mais restrito. Por outro lado, parece-nos que a experiência dos trabalhadores das ERT, que adotaram a figura legal da cooperativa, está mais próxima da autonomia do que a dos trabalhadores do mais famoso regime a se proclamar de autogestão: a Iugoslávia de Tito, a partir de 1950. Na “autogestão” iugoslava, os trabalhadores se reuniam em assembleia geral para eleger cerca de vinte membros para formar um “conselho operário”. Por sua vez, esse conselho elegia um conselho de três a onze membros, ao qual delegava quase todos os poderes executivos. O conselho executivo, por seu turno, nomeava um diretor estranho à empresa, escolhido por indicação, e que organizava sua própria equipe dirigente. Os trabalhadores tentaram lutar contra a burocratização da autogestão, *decretada* em 1950, e conseguiram estabelecer ao longo dos anos alguns expedientes nesse sentido, como as “unidades de trabalho” – que eliminaram o contramestre – e a “conferência das unidades de trabalho” – que tinham poder de controle sobre a direção<sup>258</sup>. Ainda assim, as características da gestão das empresas da Iugoslávia apontam mais para um caso de cogestão do que de autogestão, como sublinham Bourdet e Guillerm<sup>259</sup>. A instauração do famigerado “socialismo de mercado” minou ainda mais o poder de intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas. Mandel também critica o modelo iugoslavo e ataca os argumentos teóricos de seus defensores, como, por exemplo, o de que a autogestão dos operários deveria ser garantida apenas pelo direito de votar a respeito das questões de distribuição; a organização da produção deveria estar a cargo de técnicos e do mercado, sob o pretexto de que os trabalhadores não eram especialistas<sup>260</sup>. Em que pese todas essas limitações, convém lembrar que a forma de gestão das empresas na Iugoslávia foi a que mais caminhou no sentido de um verdadeiro poder dos trabalhadores dentre os países socialistas do Leste Europeu.

---

<sup>258</sup> Cf. Yvon Bourdet & Alain Guillerm, op. cit., 1976.

<sup>259</sup> Ibidem.

<sup>260</sup> Cf. Ernest Mandel (org.), op. cit., 1974.

### 2.1.6. Além da produção de mercadorias

Esse é um fenômeno minoritário entre as empresas recuperadas, mas bastante significativo: o desenvolvimento de outras atividades, realizadas no espaço da empresa, que não estão relacionadas com o processo de produção de mercadorias, dentre as quais se destacam as atividades culturais e educacionais.

Na IMPA, funciona um centro cultural, o *IMPA: Cidade Cultural*, que abarca atividades teatrais, musicais, de fotografia, multimídia e artesanato que tendem a valorizar a cultura popular, especialmente a nacional, instalado dentro da própria fábrica, em espaços que antes eram dedicados à produção de mercadorias, mas que nos últimos anos foram ficando vazios e sem função devido ao desmantelamento sofrido pela empresa nos anos 1990. Também foi criado um *bachillerato* popular, período escolar que corresponde ao ensino médio no Brasil.

Olhando para trás, por um momento, se pode observar que A Fábrica Cidade Cultural nasce, por um lado, como a extensão na arte e na cultura das reivindicações e luta dos companheiros da IMPA e, por outro, como um lugar de fabricação e debates de ideia. (...) Um centro de comunicação e expressão para os que estão condenados ao silêncio, pela pobreza, por pensar diferente ou por se aferrar a sua cultura se negar a vestir o uniforme do shopping<sup>261</sup>.

Na Gráfica Chilavert, desde março de 2004, funcionam um espaço dedicado a atividades culturais e artísticas, uma galeria de arte, um centro de documentação das fábricas recuperadas, um programa de intercâmbio com instituições artísticas e técnicas relacionadas ao mundo gráfico e um *bachillerato* popular.

No momento em que a Cooperativa começou a funcionar, foi unânime o desejo de abrir o espaço à sociedade civil e, em especial, ao bairro, dado o forte apoio recebido durante a ocupação. (...) Chilavert é um projeto no qual a cultura, a arte, a política e a produção se encruzam, se encontram e discutem pensando criticamente a realidade que vivemos, para transformá-la. Transformar a realidade a partir da educação, abrir a fábrica às escolas. Na Chilavert funciona um programa de intercâmbio com os institutos artísticos e técnicos. Cria-se, assim, um espaço de conhecimento e de troca único e inovador. (...)

---

<sup>261</sup> *IMPACTO: IMPA, la Fábrica Ciudad Cultural*, editorial, dezembro de 2000, p. 6. Tradução livre. No original: “Mirando hacia atrás, por un momento, se puede observar que La Fábrica Ciudad Cultural nace, por un lado, como la extensión en el arte y la cultura de las reivindicaciones y lucha de los compañeros de IMPA y por otro, como un lugar de fabricación y debates de idea. (...) Un centro de comunicación y expresión para los que están condenados al silencio, por la pobreza, por pensar distinto o por aferrarse a su cultura y negarse a vestir el uniforme del shopping”.



Os trabalhadores que formam a Cooperativa Chilavert decidiram crescer como unidade produtiva, espaço de reflexão e prática política<sup>262</sup>.

Na Zanón / Fasinpat, os trabalhadores mantêm uma escola de ensino fundamental e ensino médio para adultos, nomeada CPEM 888 Boquita Esparza em homenagem a um trabalhador da fábrica que se envolveu enormemente com esse projeto, mas faleceu antes de vê-lo se concretizar inteiramente. O projeto da escola na empresa foi elaborado como uma proposta pedagógica que buscasse garantir o direito do trabalhador de acessar uma educação pública e gratuita que, constantemente, lhe é negada: “Os trabalhadores e trabajadoras temos sido excluídos das escolas (...) por ter que trabalhar desde jovens, por problemas familiares etc. Por isso é que se está construindo coletivamente una experiencia de educación pública e popular, isto está a serviço de nossos intereses”<sup>263</sup>. Também organizaram um grupo de teatro em conjunto com a Fundación Artística y Cultural Tribu Salvaje, chamado *Tecer Fuego*, procurando transmitir suas experiências e seus conhecimentos por meio de narrativas, jogos, canções e representações que contem histórias populares, com objetivos políticos e sociais. Além dessas atividades culturais e educacionais, a Zanón / Fasinpat ainda doa, periodicamente, parte de sua produção em pisos cerâmicos para hospitais e escolas públicas ou para indivíduos cujas histórias de vida tenham causado comoção na comunidade neuquina. Foi o caso, por exemplo, de uma criança de Tucumán que foi morar em Neuquén para se submeter a uma cirurgia que normalizasse sua capacidade respiratória. Contudo, o garoto morava em uma habitação muito precária e não podia realizar a operação e se recuperar naquele ambiente. Os trabalhadores da Zanón / Fasinpat provisionaram material de construção e os do MTD Neuquén forneceram os

---

<sup>262</sup> Cooperativa Chilavert Imprenta y Artes Gráficas – Recuperata y gestita dai suoi lavoratori. (folder de divulgação da cooperativa em um excursão à Itália), s/d. Tradução livre. No original: “Nel momento in cui la Cooperativa iniziò a funzionare, fu unanime il desiderio di aprire lo spazio ala società civile e in special modo al quartiere, dato il forte appoggio ricevuto durante l’occupazione. (...) Chilavert é un progetto nel qual la cultura, l’arte, la política e la produzione si incrociano, si incontrano e discotono pensando criticamente la realtà che viviamo, per trasformarla. Trasformare la realtà a partire de la educación, aprire la fabrica alle scuole. In Chilavert funziona un programa de intercambio con gli istituti artistici e tecnici. Se crea così uno spazio di conoscenza e di scambio único e innovativo. (...)”

I lavoratori che formano la Cooperativa Chilavert hanno deciso crescere come unità produtiva, spazio di riflessione e pratica politica”.

<sup>263</sup> “Educación en Fábrica: CPEM 88 Boquita Esparza”, <http://escuelaenfasinpat.wordpress.com/>, acessado em 08/11/2011. Tradução livre. No original: “Los trabajadores y trabajadoras hemos sido excluidos de las escuelas (...) por tener que trabajar de jóvenes, por problemas familiares, etc. Por ello es que se está construyendo colectivamente una experiencia de educación pública y popular, esto es al servicio de nuestros intereses”.

braços para a construção de uma casa que tivesse condições de receber o menino após a cirurgia.

As empresas recuperadas que optaram por construir esses espaços dentro de suas instalações afirmam que tal decisão também aparece como uma forma de retribuir o apoio da comunidade durante o processo de ocupação, especialmente dos habitantes e pequenos comerciantes do bairro onde estão situadas.

Observamos que tais atividades “extras” são muito valorizadas nos testemunhos orais de trabalhadores que recolhemos durante a pesquisa e também nos documentos escritos produzidos pelas empresas recuperadas que se envolveram com esses projetos culturais e educacionais.

Nossa ideia vai continuar sendo essa, é que... que seja um espaço... porque é um projeto político... de mostrar, viu?, aos nossos governantes que... que se pode fazer coisas sem ter muito... muito dinheiro. Porque no colégio, no *bachillerato* está demonstrado que com pouco dinheiro o Estado pode educar e educar bem. Porque aqui estão vindo os garotos que estão deslocados na educação formal, vêm os garotos, viu?, mais maltratados, que têm problemas estruturais em sua família, garotos que foram abandonados, viu? Então, vêm para cá e se transformam esses garotos, porque eles mesmos... mais ainda, saiu uma nota no *La Nación*, se quiser te mostro, que aqui há uns comentários dos garotos, de que foi útil para eles, viu?, foi uma injeção de, como dizer?... Bem, isso... foi útil. Foi útil para alguma coisa, me entende? A outra maneira é como estão dizendo para eles: “Vocês... você não servem para nada”<sup>264</sup>.

## 2.2. Os Movimentos de Trabalhadores Desempregados

### 2.2.1. Origens

Os Movimentos de Trabalhadores Desempregados (MTD) emergem em meados da década de 1990, a partir do segundo mandato de Carlos Menem como presidente, e suas primeiras manifestações ocorrem em localidades do interior da Argentina, reivindicando “trabalho” e denunciando a corrupção e a falta de honestidade dos políticos, particularmente nas áreas que foram centros da indústria petrolífera,

<sup>264</sup> Entrevista temática de Marcelo Castillo, integrante da Cooperativa IMPA, concedida a nós em 13/08/2010. Tradução livre. No original: “La idea nuestra va seguir siendo esta, es que... que sea un espacio... porque es un proyecto político... de mostrar, ¿viste?, a los gobernantes nuestros que... que se puede hacer cosas sin tener mucha... mucha plata. Porque en el colegio, en el bachillerato está demostrado que con poca plata al Estado le sale educar y educar bien. Porque acá están viniendo los pibes que están desplazados en la educación formal, vienen los pibes, ¿viste?, más golpeados, que tienen problemas estructurales en su familia, chicos que los han dejado, ¿viste? Entonces vienen acá y se transforman los pibes, porque ellos mismos... es más, hay una nota en *La Nación*, si querés te la muestro, que ahí hay unos comentarios de los pibes, de que les sirvió, ¿viste?, fue una inyección de, ¿Cómo decir?... Bueno, esto... sirvió. Sirvió para algo, ¿me entendés? La otra manera es que como les están diciendo: ‘Vos... vos no servís para nada’”.

privatizada e reestruturada em profundidade pelo governo justicialista. O primeiro protesto de trabalhadores desempregados por meio de um piquete realizou-se na estrada que ligava os povoados de Cutral-Có e Plaza Huincul, província de Neuquén, um dos redutos de exploração da YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales). A privatização da estatal, realizada no período 1991-1992, implicou na demissão de cerca de 90% de seu quadro de empregados<sup>265</sup> e em junho de 1996, quando se produziu esta manifestação que se estendeu ao longo de vários dias, essa cidade de 50 mil habitantes possuía oito mil desempregados<sup>266</sup>. Antes de poder negociar, primeiramente com um juiz, depois com as autoridades do executivo, os piqueteiros tiveram que lidar com a contenção policial. Alguns meses depois, mais uma manifestação piqueteira ocorre em uma área petrolífera, desta vez na província de Salta, na cidade de General Mosconi.

Os bloqueios ao trânsito em estradas e ruas – os piquetes – já haviam sido um expediente utilizado no início dos anos 90 por grupos minoritários formados por ex-empregados de empresas estatais que lutavam para barrar os processos de privatização e a consequente demissão devida aos “reajustes” por que passariam essas empresas depois que passassem a ser gerenciadas pelo capital privado. Os piquetes tornam-se para aquela parte da classe trabalhadora alijada dos espaços produtivos formais o recurso de que dispõem para criar um espaço de negociação, para que suas demandas ganhem visibilidade<sup>267</sup>. Dessas ações de bloqueio da circulação de mercadorias e pessoas, também assumem uma identidade – são piqueteiros.

Logo, as organizações de trabalhadores desempregados começam a se estender também a bairros populares periféricos de grandes cidades – Rosario, Santa Fé, Córdoba – e a partir de 1998 e com força crescente nos anos que vão de 2000 até 2002, instalam-se nos bairros populares e nas “*villas de emergencia*” – designação que corresponde à de “favelas” no Brasil – da Grande Buenos Aires<sup>268</sup>.

De maneira geral, a bibliografia que se debruça sobre o movimento piqueteiro assume que, na até agora breve história destas organizações, podemos distinguir pelo menos dois momentos significativos, embora tendam a divergir na hora de apontar delimitações temporais mais estreitas ou de atribuir sentidos a alguns desdobramentos

---

<sup>265</sup> Cf. Maristella Svampa, “Organizaciones de trabajadores desocupados: El modelo General Mosconi. Un estudio de caso”, In: Inés González Bombal (org.), *Nuevos movimientos sociales y ONGs en la Argentina de la crisis*, 2003.

<sup>266</sup> Cf. Raúl Zibechi, *Genealogía de la revuelta – Argentina: la sociedad en movimiento*, 2003.

<sup>267</sup> Cf. Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op.cit., 2004.

<sup>268</sup> Cf. Pablo Bergel, “Nuevas formas asociativas: asambleas vecinales y movimientos de trabajadores desocupados” In: Inés González Bombal (org.), op. cit., 2003.

históricos<sup>269</sup>. O primeiro momento caracterizar-se-ia pelo vigor de numerosos piquetes levados a cabo no interior do país, sobretudo em Salta, Jujuy e Neuquén, localidades amplamente afetadas pelas privatizações e pela redução do quadro dos funcionários públicos empreendidas durante o primeiro governo de Carlos Menem. Nessas regiões, o desemprego se abateu, notoriamente, sobre trabalhadores que construíram suas trajetórias de vida amparados em uma carreira estável, que em determinados casos ultrapassava gerações numa mesma família.

Neste primeiro momento, vai se consolidando um vínculo com o Estado, que responde ao movimento alternando uma repressão direta, através dos aparelhos de polícia, e indireta (por meio de processos jurídicos contra dirigentes e manifestantes das organizações, acusados pelo delito de bloquear o trânsito) e também multiplicando seus modos de intervenção por meio da concessão dos subsídios estipulados nos programas assistenciais.

O segundo momento é marcado pela proliferação das ações piqueteiras nos espaços tradicionais da política nacional, isto é, os grandes centros como Rosário e Córdoba, e, sobretudo, a Capital Federal e as cidades da conurbação da Grande Buenos Aires. A constituição do movimento nessa área se dá num contexto de desestruturação social um pouco distinto do observado no interior argentino, porque vem se operando desde meados da década de 1970 com o processo de reestruturação dos setores econômicos, de alterações nas relações de trabalho, de crescimento da concentração de renda e de aumento da pobreza a que foi submetida a classe trabalhadora argentina, tanto nos setores mais populares quanto nos de rendimento médio. O setor informal de trabalho torna-se cada vez mais um refúgio, à maneira do que sói acontecer em outros países latino-americanos, assumindo um caráter diferente do que possuía até então na Argentina.

Esse segundo período da trajetória do movimento é marcado também pela busca de uma unidade das organizações e representou para a Federación de Tierra y Vivienda (FTV – Federação de Terra e Habitação) e pela Corriente Clasista y Combativa (CCC), as duas correntes mais massivas, uma possibilidade de consolidar suas lideranças sobre o movimento unificado. Em julho e setembro de 2001, duas assembleias nacionais piqueteiras foram realizadas em La Matanza com o intuito de juntar esforços nesse

---

<sup>269</sup> Cf. Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2004, Astor Massetti, *Piqueteros: Protesta social e identidad colectiva*, 2004; ou Denis Merklen, *Pobres Ciudadanos: las clases populares en la era democrática [Argentina, 1983-2003]*, 2005.

sentido. Contudo, as duas assembleias não tiveram sucesso e colocaram em primeiro plano as grandes divergências de objetivos e expectativas entre as organizações, que impossibilitaram (e seguiram impossibilitando) a unificação do movimento.

Em que pese esse entrave, no ano de 2002 os piqueteiros foram os atores sociais mais ativos do cenário político argentino, e os dois meses que se seguiram às jornadas de dezembro de 2001 registraram um pico de efervescência dos protestos. Todavia, a repressão a uma manifestação de algumas organizações piqueteiras na Ponte Pueyrredón, em 26 de junho de 2002, marcou um ponto de inflexão nesse ciclo de protestos. A investida policial contra os manifestantes resultou diretamente em 70 feridos, 200 detentos e no assassinato de dois piqueteiros, Maximiliano Kosteki e Darío Santillán, e incitou a realização de uma série de marchas de distintos setores da sociedade argentina em repúdio ao massacre. O acontecimento desgastou a imagem do governo provisório do justicialista Eduardo Duhalde, que se viu constringido a antecipar a conclamação das eleições presidenciais. O segundo semestre de 2002 conheceu uma baixa no número de protestos, embora o movimento piqueteiro tenha aumentado sua capacidade de pressão através da ação direta (piquetes, acampamentos, *escraches* etc.) e adquirido frente à opinião pública um efetivo grau de respeitabilidade.

As classes médias mobilizadas em dezembro de 2001 e que conformaram um movimento de assembleias de bairro logo após a rebelião dos dias 19 e 20, marcados pela consigna *¡Que se vayan todos!*, ao longo de 2002 flertaram com o movimento piqueteiro, numa época em que o desemprego havia se escancarado escandalosamente. A preocupação com o tema pode se encontrar expressa na convocação por parte das assembleias para que os vizinhos se juntassem às marchas e participassem de Congressos realizados pelos trabalhadores desempregados organizados (piqueteiros) e / ou apoiassem os processos de recuperação de fábricas que entraram em processo de falência por parte de seus trabalhadores, além de convidar esses grupos a participarem das assembleias de bairro. Nesse sentido, também podemos citar as declarações que reivindicavam tarifas de serviços públicos essenciais gratuitas para famílias com um chefe de família desempregado e salários de seguro desemprego que se situassem entre 450 e 600 pesos. A preocupação com o desemprego também está posta na tentativa tanto de estender a rede de clubes de troca solidária<sup>270</sup> quanto de organizar jornadas

---

<sup>270</sup> Os “clubes de troca” constituem espaços que surgiram a partir de 1995 e começaram como uma opção entre os desempregados em diferentes bairros e cidades a fim de reativar o trabalho e a criatividade e em que não se usa dinheiro, nada se compra ou se vende – todos entregam alguma coisa (comidas, roupas,

eventuais para que os vizinhos desempregados desses bairros pudessem desenvolver microempreendimentos como uma forma de enfrentar o problema. O questionamento ao abismo social aberto pela implantação das políticas neoliberais esteve na base da identificação entre os dois setores.

Um relato de um integrante do MTD Almirante Brown ilustra bem a mudança de atitude para com os piqueteiros e seus bloqueios ao trânsito de veículos:

Se você não para diante da coluna, em um fileira com paus, os motoristas não compreendem que não podem passar. E parte com seus carros pra cima da gente, quase como se fôssemos transparentes.

Logo depois de dezembro de 2001...

Os mesmos carros, a mesma estrada e mãos para fora nos saudavam como se fôssemos heróis, enquanto os volantes viravam dóceis. A polícia ficou preocupada: as pessoas formavam um cordão protetor do bloqueio e essa trajetória de apoio humano os incomodava<sup>271</sup>.

O lema “¡Piquete y cacerola, la lucha es una sola!”, entretanto, não iria ecoar como consenso por muito tempo entre as classes médias e o namoro foi rompido. Já no início do ano de 2003, nota-se uma demanda crescente por “normalidade institucional”, em que pese o descrédito dos partidos tradicionais.

Ariel Ybarra, “El Turo”, integrante do MTD Almirante Brown desde 2000, desabafa:

E você veja como muda, que em um momento chegou que a classe média e a classe alta quase também, por meio desse corralito, tiveram que nos pedir ajuda porque eles não faziam suas reivindicações se os piqueteiros não estavam do lado, se sentiam seguros apenas com a gente, “hola, hola”, aplaudiam quando entravam os piqueteiros (...), diziam “Piquete y cacerola, la lucha es una sola”. Tiraram rapidamente... como era de se esperar, tiraram rapidamente seus

---

artesanato entre uma diversidade de produtos e mesmo de serviços, como cortes de cabelo ou atendimento odontológico) e recebem em troca um bilhete “que nunca se desvaloriza” para adquirirem outra coisa qualquer. De acordo com fundadores da Rede Global De Troca, de outubro a dezembro de 2001, esses clubes haviam aumentado seu número de 2200 para 3000, reunindo 700 mil pessoas de norte a sul do país. Registrou-se, sobretudo, o incremento da participação da classe média nas feiras e até de empresários, que ofereciam apartamentos, pacotes turísticos etc. Numa feira de troca do bairro portenho de San Telmo, os organizadores estimavam que o número de participantes, desde o início do *corralito* até a terceira semana de dezembro, crescera em 20%.

<sup>271</sup> Sonia Vilella, *De la olla al piquete: mujeres organizadas del Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD)*, 2007, pp. 126-7. Tradução livre. No original: Si vos no te paras adelante de la columna en una hilera de palos, los automovilistas no comprenden que no pueden pasar. Y pica con sus autos por encima de la gente, casi como si fuéramos transparentes. / Los mismos autos, la misma ruta y manos desde afuera saludándonos como si fuéramos héroes, mientras los volantes doblaban dóciles, replegándose. La policía quedó preocupada: la gente formaba un cordón protector del corte y esa trayectoria de apoyo humano les molestaba”.

corralitos, seu dinheiro, e de novo a classe média alta voltou a ver a gente como “esse [...] que me bloqueia a estrada e tudo isso” (...)<sup>272</sup>.

Svampa & Pereyra observam que a demanda por “normalidade” fez com que se tendesse a naturalizar o abismo instaurado pelo modelo neoliberal.

No limite, em nome de uma divisão entre “aqueles que trabalham” (para *um país sério*) e “aqueles que não trabalham (e são *assistidos* pelo Estado), ordena-se que voltem aos seus bairros e se resignem a ocupar o lugar que lhes foi designado dentro desse modelo (...). Tudo isso aparece de forma patente no discurso social e midiático estridente que atualizou uma certa leitura cultural-política, que manifesta um amplo desprezo pelo que é plebeu assim como mostra o temor das “classes perigosas”.<sup>273</sup>

A política estabelecida para lidar com as organizações piqueteiras pelo justicialista Néstor Kirchner, que venceu o pleito presidencial em 2003, conforma-se, portanto, em meio a esse clima político desfavorável aos movimentos, que assistiam a uma redução do consenso em torno de suas lutas. Foram postas em prática uma série de estratégias a fim de integrar uma série de organizações piqueteiras ao projeto governista, assim como outras táticas com o intuito de disciplinar, especialmente pelo isolamento, grupos piqueteiros mais contestadores à ordem do capital. O ano de 2003 é um ano chave de extrema fragmentação do movimento e de refluxo de seu protagonismo na política argentina, em comparação com os dois anos precedentes.

A atuação dos diversos governos presidenciais, provinciais e municipais em relação ao movimento vem construindo estratégias diversas, alternando negociação, cooptação e repressão, desde o surgimento das primeiras organizações em meados dos anos 90.

A variedade das correntes políticas no seio do movimento de trabalhadores desempregados argentino é notória. Os estudos sobre piqueteiros tendem a eleger certos critérios para classificar as diferentes organizações em grupos que tenham algumas afinidades de ação política.

---

<sup>272</sup> Entrevista de história de vida de Ariel Ybarra, “El Turo”, do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “Y vos fijate que como cambia que un momento llegó que la clase media y la clase alta casi también, por medio a ese corralito, tuvieron que pedarnos ayuda a nosotros porque ellos no hacían sus reclamos si no estaban los piqueteros al lado, se sentían seguros con nosotros, “hola, hola”, nos aplaudían cuando entrábamos los piqueteros, bien, con collar y [coso], decían “Piquete y cacerola, la lucha es una sola”. Sacaron rápidamente, como era de esperar, sacaron sus corralitos, su dinero, y de vuelta la clase media alta nos volvió a ver de vuelta como ese [...] pelota, que me corta la ruta y todo eso”.

<sup>273</sup> Maristella Svampa e Sebastián Pereyra, op. cit., 2004, pp. 210-11. Grifos no original. Tradução livre.

Svampa & Pereyra apontam três “lógicas” principais entre as diversas organizações que se conformaram ao longo dos últimos anos: 1) lógica sindical: organizações assinaladas por um intenso vínculo com sindicatos, seja por meio da intervenção direta destes, seja pela presença de referenciais dentro destas organizações que possuíram uma trajetória de militância sindical; 2) lógica político-partidária: movimentos que se caracterizam por uma organização tributária de aportes estruturais de partidos políticos de esquerda, em que a política no sentido institucional e eleitoral aparece como um objetivo claro a ser alcançado; 3) lógica de ação territorial: movimentos que se organizaram em torno de lideranças de bairro que, não obstante os antecedentes militantes, não mantiveram vinculação com as lógicas sindicais e partidárias.<sup>274</sup> Tais orientações organizativas, no entanto, destacam os autores, não seguem divisões estanques e muitas vezes também se observam mescladas nos diferentes movimentos.

Astor Massetti, por sua vez, identifica como base para a distinção entre as concepções organizativas as seguintes inspirações: 1) O modelo horizontalista do tipo difundido pelos zapatistas, com sua ideia de contra-poder e de democracia participativa direta; 2) O modelo vanguardista tradicional comunista e 3) Um modelo “movimentista”, que não pertenceria a uma tradição teórica “compacta como o marxismo”, mas que possuiria raízes no imaginário político nacional argentino, especialmente o peronismo.<sup>275</sup>

Já a caracterização de Miguel Mazzeo a respeito da fragmentação e heterogeneidade do movimento assinala uma diversidade que se estruturaria em torno de: 1) o eixo: sociedade (ou povo)-partidos ou movimentos políticos-representação-poder do Estado, cuja principal linha de ação seria garantir algum nível de mobilização social frente ao governo, sem nenhum questionamento ao marco estatal; 2) o eixo: classe operária (ou povo)-vanguarda-revolução-poder do Estado, que partem da premissa do papel protagonista e exclusivo da vanguarda dos partidos políticos nos confrontos entre capital e trabalho e 3) concepções que são tributárias de críticas às maneiras de fazer política que implicam os dois eixos anteriores, tradicionais, e entendem que o objetivo da transformação social não deve se construir no futuro, mas começa desde o momento em que se organiza a luta e assim tentam construir laços sociais de sociabilidade alternativa na cotidianidade no contexto de extrema degradação

---

<sup>274</sup> Cf. Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2004.

<sup>275</sup> Cf. Astor Massetti, op. cit., 2004.



dos laços que organizavam a vida social no país antes da implementação do neoliberalismo e da reorganização produtiva.<sup>276</sup> Mazzeo chama a atenção para o fato de que nos três eixos propostos, pode-se encontrar de posições abertamente pró-governo até aquelas marcadamente oposicionistas, e reconhece as limitações e insuficiências dos tradicionais critérios de classificação das teorias sobre movimentos sociais par dar conta da realidade do processo argentino.

Os delineamentos diversos que estes autores oferecem sobre a questão da heterogeneidade do movimento podem ser complementares uns aos outros e são bastante elucidativos para se pensar a diversidade de projetos de organização e de ação política.

A heterogeneidade no seio deste movimento não se refere apenas à divergência entre as linhas de ação política das organizações, mas diz respeito também às bases sociais que as compõem. De fato, parte significativa das que conformam estas organizações é de jovens que muitas vezes nunca tiveram oportunidade de acesso ao trabalho formal e de mulheres que até então apenas conheciam o trabalho doméstico. Ademais, entre os não tão jovens, há também diferenças importantes na maneira em como estes se inseriram no mercado de trabalho e esses contrastes podem variar muito de acordo com as zonas geográficas a que pertencem suas vivências. As experiências distintas de degradação da situação laboral que podemos observar comparando o interior argentino com os grandes centros urbanos já foram mencionadas mais acima.

Temos que destacar ainda as diferenças de experiência que se operam dentro dos próprios grandes centros, que possuem históricos diferentes de urbanização. Na zona sul da GBA, podemos encontrar um município como Florencio Varela, com um grande número de habitantes com experiências de trabalho precarizado de mais longa data, e na zona Oeste, por exemplo, há um município como La Matanza, que concentrou um respeitável número de fábricas e oficinas que contribuiu para a formação de parte importante da classe trabalhadora no país e sentiu pesadamente a fase de desindustrialização da década de 1990<sup>277</sup>.

Diante da composição social diversificada, que excederia o sujeito do desempregado “clássico”, autores como Masetti opinam que o mais correto seria identificar os MTD como um movimento de pobres urbanos, “os setores provenientes

---

<sup>276</sup> Cf. Miguel Mazzeo, *Piqueteros: notas para una tipología*, 2004.

<sup>277</sup> Sobre os dados presentes especificamente neste parágrafo, ver Svampa & Pereyra, op. cit., 2004; Denis Merklen, op. cit., 2005, e Marco Fernandes, “Quando o desemprego dignifica o homem e a mulher: Lições *piqueteras* sobre a difícil arte de organizar movimentos populares nas metrópoles neoliberais” (mimeo).

da pobreza dos grandes centros urbanos com forte experiência organizativa em assentamentos”<sup>278</sup>. A aproximação entre piqueteiro e desempregado conteria, a seu ver, uma explicação da pobreza como falta de trabalho, e esconderia um fenômeno de “politização da pobreza” urbana, i. e., entender-se-ia a pobreza não mais como um experiência individual, mas “como um processo de ‘explicação’ do urbano, no qual se define o urbano como uma questão coletiva”.<sup>279</sup> Critica trabalhos como o de Svampa e Pereyra – *Entre la ruta y el barrio* – por tender à homogeneização dos sujeitos sociais que conformam o movimento piqueteiro ao reconhecer basicamente dois tipos de sujeitos dentro deste: os desempregados que são ex-empregados de empresas públicas privatizadas ou da administração pública e aqueles que seriam “desempregados territoriais”, “novos pobres”.

Por mais inadequada que fosse a caracterização destes dois autores, cabe perguntar a Massetti e outros que compartilhem de sua visão: definir esses atores sociais como “pobres” elimina a homogeneização desses sujeitos? Aliás, não se sabe em qual das muitas definições de pobreza Massetti está se ancorando. Para nós, entretanto, qualquer uma delas é reducionista e despolitiza o conflito trabalho x capital, essencial para entender as experiências de vida que compartilham essa fração extremamente precarizada dos grupos subalternos.

Do nosso ponto de vista, a melhor categoria para identificar os MTD seria a exército industrial de reserva (ou superpopulação relativa para o capital) que se reproduz de forma contínua, especialmente em sua forma estagnada (ver capítulo 1). A noção de superpopulação relativa não elimina a questão da pobreza, mas a reinsere no contexto das relações sociais de produção, algo que categorias como “pobre” ou “excluídos” jamais poderiam fazer.

Em meio a esse crisol de trajetórias laborais e políticas, as organizações piqueteiras conseguiram construir uma experiência que acabou por definir um repertório de ação comum, segundo Svampa e Pereyra, erigido em torno de quatro eixos: os próprios piquetes; a dinâmica decisória de assembleia; a inscrição territorial e as *puebladas* (mobilizações massivas das comunidades onde se assentam os movimentos como forma de pressão contra o Estado). Ainda assim, cada um desses eixos adquire algumas características específicas importantes que assinalam as diferentes concepções políticas que grassam entre o movimento.

---

<sup>278</sup> Astor Massetti, op. cit., 2004, p. 78. Tradução livre.

<sup>279</sup> Ibidem, p. 8. Tradução livre

As demandas através dos piquetes são por alimentos, planos de emprego, subsídios de desemprego, manutenção dos serviços básicos de gás e luz para desempregados e aposentados, isenção de impostos.

Os piquetes, no entanto, igualmente assumem uma significância para a luta desses grupos que vai além do reivindicativo e da força de seu poder de barganha, pois durante os bloqueios à circulação de veículos motorizados, ou de acesso a empresas, ou ainda os acampamentos diante de edifícios onde funcionam órgãos do governo, que podem durar vários dias, também possibilitam uma vida comunitária intensa. No piquete concentram-se famílias inteiras, com filhos pequenos e até animais de estimação, com suas cadeiras, colchões, cobertores, panelas. Durante o tempo do piquete, cuida-se das barricadas de pneus inflamados, monta-se guarda, assim como se cozinha, come-se, promovem-se rodadas de mate<sup>280</sup> ...

Os piquetes, as mobilizações e acampamentos, são uma parte fundamental de nossas organizações. Porque através da luta conseguimos os alimentos para nossos refeitórios, subsídios e ferramentas para os projetos produtivos, e outras demandas de caráter político (como a liberdade de companheiros presos, ou o repúdio à Dívida Externa). Mas também porque na luta conhecemos nossos companheiros. Ademais, lutando podemos distinguir melhor quem nos apoia e quem trata de nos reprimir (como a TV e a rádio). A luta alimenta nossa consciência, assim como as cozinhas de nossos refeitórios alimentam nosso corpo.<sup>281</sup>

Astor Massetti também chama a atenção para outro importante aspecto do piquete: se no interior ele representa a capacidade de emergência simbólica de ações políticas a partir de pequenos povoados do interior argentino, nos grandes centros urbanos ele traveste o outro lado do caráter de “inscrição territorial”, ao romper a “muralidade” imposta aos grupos subalternos que habitam as vilas de emergência e

---

<sup>280</sup> Cf. Francisco Ferrara, *Más allá del corte de rutas: la lucha por una nueva subjetividad*, 2003, sobre a função de sociabilização do piquete.

<sup>281</sup> MTD Aníbal Verón, na Frente Popular Darío Santillán, *Cambio Social*, 24/11/2004, In: Nexos, nexos.unq.edu.ar, acessado em 13/03/2006. Tradução livre. No original: Los piquetes, las movilizaciones y acampes, son una parte fundamental de nuestras organizaciones. Porque a través de la lucha conseguimos los alimentos para nuestros comedores, subsidios y herramientas para los proyectos productivos, y otras demandas de carácter político (como la libertad de compañeros presos, o el repudio a la Deuda Externa). Pero también porque en la lucha nos conocemos con nuestros compañeros. Además luchando podemos distinguir mejor a quienes nos apoyan y a quienes tratan de reprimirnos (como la tele y la radio). La lucha alimenta nuestra conciencia, así como las cocinas de nuestros comedores alimentan nuestro cuerpo”.

bairros pobres das cidades. Estes sujeitos intervêm no espaço urbano adquirindo visibilidade e gerando um feito político em si<sup>282</sup>.

O desenvolvimento do movimento piqueteiro, porém, foi muito além dos piquetes. É certo que num primeiro momento, as organizações de desempregados formam-se por necessidades de mera subsistência e essas demandas impõem-se no cenário destas organizações. Mas estas mesmas necessidades, em pouco tempo, impulsionaram a busca pela (re)criação de novas formas de articulação econômico-sociais no contexto argentino contemporâneo de *dissolução social*, que tem dois grandes marcos: a ditadura militar que se iniciou em 1976 e a adoção das diretrizes neoliberais do Consenso de Washington na década de 1990.

As atividades que se desenvolvem nos bairros são constituídas, sobretudo, pelas assembleias e pela “inscrição territorial”. Esta última se expressa através do trabalho comunitário e dos chamados projetos produtivos.

(...) a construção se expressa também nos bloqueios de estradas, já que nesses se implanta um “controle próprio dentro do território”, a cargo dos piqueteiros e das famílias que integram o Movimento. Assim, nos piquetes se levam a cabo refeições comunitárias, são realizadas atividades de primeiros socorros etc. Em suma, por assim dizer, o bairro é levado para a estrada. É a construção diária, então, que se materializa no momento do piquete, que expressa um caso particular, e não a totalidade da luta<sup>283</sup>.

O primeiro [piquete] que organizamos foi meio improvisado e alguns companheiros foram detidos. Pouco a pouco foi se tornando evidente que havia surgido um novo método de luta. Porém, o mais importante é que fomos crescendo; começamos a montar oficinas de produção, a fazer capacitação, educação popular, e todas essas coisas que são mais importantes do que estar na estrada. Porque estar na estrada é o que se vê, e aparece como se ali estivesse tudo, mas a luta é fundamentalmente tudo o que vínhamos fazendo antes. Na verdade, se saíamos para a estrada é porque já estávamos organizados<sup>284</sup>.

<sup>282</sup> Cf. Astor Massetti, op. cit., 2004, e também Alberto Bialakowsky et. alli., “Proceso de trabajo y padecimiento en la exclusión social” In: *Herramienta*, n. 15, 2001.

<sup>283</sup> MTD Almirante Brown, “Los movimientos de Trabajadores Desocupados y la construcción del poder popular” In: *Herramienta*, n. 21, 2003, www.herramienta.com.ar, acessado em 21/04/2006. Tradução livre. No original: “(...) la construcción se expresa también en los cortes de ruta, ya que en éstos se implementa un ‘control propio del territorio’, a cargo de los piqueteros y las familias que integran el Movimiento. Así, en los piquetes se llevan a cabo ollas populares, se realizan actividades temáticas y de formación popular, se disponen unidades de primeros auxilios, etcétera. En suma, se traslada, por así decir, el barrio a la ruta. Es la construcción diaria, entonces, la que se materializa en el momento del piquete, que expresa un caso particular, y no la totalidad de la lucha”.

<sup>284</sup> MTD Solano, “Conversación Colectivo Situaciones – MTD Solano / Septiembre – octubre 2001” In: MTD Solano & Colectivo Situaciones, *Hipótesis 891: Más allá de los piquetes*, 2002, p.55. Tradução livre. No original: “El primero [piquete] fue medio improvisado y cayeron detenidos algunos compañeros. Poco a poco fue haciéndose evidente que había surgido un nuevo método de lucha. Pero lo más importante es que fuimos creciendo; comenzamos a armar talleres productivos, a hacer capacitación, educación popular, y todas esas cosas que son más importantes que estar en la ruta. Porque estar en la ruta

E é sobre os âmbitos de sociabilização sustentados nos bairros pobres da GBA pelas organizações piqueteiras que recai a ênfase de nossa análise sobre os MTD.

Dos fatores que impulsionam o processo de inscrição territorial típico dos piqueteiros, o principal e basilar parece ser a necessidade de dar conta das necessidades básicas insatisfeitas dos integrantes das organizações, mas muitas vezes também de moradores do bairro que não conformam o movimento; se os 150 pesos dos planos não alcançam para que os desempregados que os recebem satisfaçam estas necessidades – ao longo da década de 1990, a partir da implementação da convertibilidade, o menor valor da cesta básica de alimentos na GBA esteve em torno de 124 pesos por adulto que se situasse na linha de pobreza, atingindo os 232 pesos em 2002, quase um ano após a crise <sup>285</sup> – imagine para aqueles que não conseguem os planos?

O investimento na inscrição territorial, no caso das organizações piqueteiras de cunho mais crítico aos partidos políticos e aos sindicatos, também significa uma aposta em que seu desenvolvimento a tal ponto faça com que possam seguir construindo seu trabalho político nos bairros proletários deixando de ser dependentes do Estado e de seus planos.

É fundamental para entender o surgimento dos MTD nas grandes cidades argentinas o fenômeno da ocupação de terras em bairros populares ou vilas de emergência que começa a tomar corpo a partir do fim da ditadura militar e se intensifica durante o governo de Alfonsín, decorrente da pauperização das classes subalternas. Denis Merklen sustenta que os assentamentos formados por essas ocupações assinalam uma nova estrutura de relações políticas no seio da classe trabalhadora em seus segmentos mais subalternos, mais afetados pela precarização do mercado de trabalho.<sup>286</sup> Como consequência desse processo, o bairro surge como espaço vital de ação e organização desses setores populares.

Dessa maneira, como ficará evidente nos anos seguintes, na medida em que se agravam as condições de vida das classes populares e se acentua a distância com o mundo do trabalho formal, a militância territorial irá se revestir com novas dimensões (...). A experiência das

---

es lo que se ve, y aparece como si ahí estuviera todo, pero la lucha es fundamentalmente todo lo anterior que veníamos haciendo. En realidad, si salíamos a la ruta es porque ya estábamos organizados”.

<sup>285</sup> Fonte: INDEC. Valores de la Canasta Básica de Alimentos (CBA) y de la Canasta Básica Total para el adulto equivalente en cada relevamiento de la EPH, aglomerado Gran Buenos Aires, desde abril 1991 en adelante. [www.indec.gov.ar](http://www.indec.gov.ar), acessado em 01/11/2008.

<sup>286</sup> Cf. Denis Merklen, op. cit, 2005. O primeiro trabalho do autor, no entanto, a chamar atenção para o fenômeno é publicado em 1991, em pesquisa de campo realizada em La Matanza, zona oeste da GBA, *Asentamientos en La Matanza*.

organizações de desempregados se inscreve num modelo de ação territorial que, em alguns casos, remete a uma história prévia, ligada à luta pela propriedade da terra e a organização da vida no bairro em torno dos serviços básicos (pavimentação, água, energia elétrica, posto de saúde, entre outros)<sup>287</sup>.

De fato, essa luta continuará fazendo parte da mobilização levada a cabo pelos MTD.

A crise que o país atravessa repercute em cada um dos nossos bairros. Lamentavelmente, foram registrados casos de desnutrição infantil, ao que se soma a presença de focos de infecção e de doenças infectocontagiosas como Meningite, Hepatite e outras, causadas pela falta de água potável e por se tratar de lugares nos quais as habitações não contam com os requisitos básicos para serem consideradas habitações dignas. Isso é comum em bairros como La Esperanza, Infantino e La Resistencia<sup>288</sup>.

Diosnel Pérez, um referente do MTD Lugano, um dos raros movimentos piqueteiros com base na Capital Federal, leva-nos para uma visita pela *villa* em que vive e onde a organização se constrói, apontando-nos as mazelas do lugar. Para além das casas muito rudimentares, muitas sem piso e construídas com chapas de ferro cheias de buracos, sofríveis tanto no verão quanto no inverno portenhos, têm que lidar com um cemitério de automóveis que está contaminando a água do lugar com chumbo.

Também a situação de vida que nós temos aqui dentro, vivendo em um bairro assim. Temos muitas impossibilidades em todas as coisas: de saúde, de educação, de trabalho, porque também há muita discriminação... Por aí, aqui não chega em 15 minutos uma ambulância, não chega em cinco minutos um caminhão de bombeiro... São essas situações que nós temos que enfrentar, e isso, a luta é contra tudo isso. Que a ambulância chegue em cinco minutos, porque também somos seres humanos, que vivemos em situações diferentes de outra gente. Não somos diferentes das outras pessoas, continuamos sendo pessoas, ainda que vivendo aqui. (...) Todos dizem que nós não queremos sair desse bairro porque aqui não se paga luz, não se paga

<sup>287</sup> Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2004, p. 39. Tradução livre.

<sup>288</sup> MTD de Quilmes, “La mejor respuesta al miedo y a la represión es la organización” In: MTD Aníbal Verón, *Detrás del Pikete*, ano 1, n. 1, dezembro de 2002. Tradução livre. No original: “La crisis que atraviesa el país repercute en cada uno de nuestros barrios. Lamentablemente, se han registrado casos de desnutrición infantil, a lo que se suma la presencia de focos infecciosos y enfermedades infectocontagiosas, como Meningitis, Hepatitis y otras, causadas por falta de agua potable y por tratarse de lugares en los que las viviendas no cuentan con los requisitos básicos para ser consideradas viviendas dignas. Esto es habitual en barrios como La Esperanza, Infantino y La Resistencia”. O MTD Aníbal Verón era uma coordenação de organizações piqueteiras que na época abrangia as seguintes organizações piqueteiras: MTD Allen, MTD Almirante Brown, MTD Cipoletti, MTD Echeverría, MTD Guernica, MTD José C. Paz, MTD Lanús, MTD Lugano, MTD Quilmes e MTD Solano. A maioria desses movimentos conformará, em 2004, a Frente Popular Darío Santillán. Os bairros citados nessa edição do jornal *Detrás del Pikete* estão localizados no município de Quilmes, GBA.

água, e estamos de acordo, não pagamos luz, não pagamos água (...) Mas não é por isso que nós queremos viver assim como estamos. Agora estamos pedindo que se façam habitações populares. Queremos que esta *villa* mude, que se faça um bairro, fazer com que esta *villa de emergencia* em pouco tempo seja um bairro, que não seja mais uma *villa*. (...) Nós não somos contra pagar, mas, por aí, somos contra pagar coisas que não podemos pagar<sup>289</sup>.

Nossa subjetividade se constitui no entrecruzar de várias atividades, que são desempenhadas em várias esferas de sociabilidade, em meio a vários grupos de indivíduos, e o bairro em que vivemos constitui um dos âmbitos mais significativos para da sociabilidade para determinados setores sociais, entre os quais as frações urbanas mais débeis dos grupos subalternos se incluem.

As relações dos trabalhadores com os locais em que residem vão se transformando ao longo da história do capitalismo, assim como a própria forma que estes locais assumem. Eric Hobsbawm destaca em artigo já tornado clássico a evolução na habitação como um dos três grandes fatores que afetaram as condições de vida dos trabalhadores ingleses após 1870, época em que para este historiador se inicia a constituição da classe trabalhadora tal como ela iria se desenvolver no século XX<sup>290</sup>. Hobsbawm assinala a importância de que maiores e melhores casas eram então construídas e, sobretudo, do crescimento de ruas e distritos segregados de operários. Essa *suburbanização* da classe trabalhadora “tendia a desgastar ou romper uma das ligações mais fortes da comunidade trabalhadora, a que existia entre o local onde as pessoas viviam e trabalhavam (...). Em 1905 o LCC estimava que 820 mil indivíduos faziam longas viagens diariamente para trabalhar em Londres”<sup>291</sup>. A crescente segregação residencial foi um dos principais componentes do processo que marcou “um

---

<sup>289</sup> Entrevista de história de vida a Diosnel Pérez, do MTD Lugano, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “También la situación de vida que tenemos nosotros ahí acá dentro, viviendo en un barrio así. Tenemos muchas imposibilidades en todas cosas: de salud, de educación, de trabajo, porque hay también la discriminación... Por ahí, acá no te llega en 15 minutos una ambulancia, no te llega en 5 minutos un camión de bombero... Son esas situaciones que nosotros tenemos que [enfrentar], y eso, la lucha es en contra de todo eso. Que la ambulancia llegue en cinco minutos, porque también somos seres humanos, que vivimos en situaciones diferentes por ahí de otra gente... No somos diferentes de las otras personas, seguimos siendo personas aunque vivamos acá. (...) Todos dicen que nosotros no queremos salir de ese barrio porque acá no se paga luz, no se paga agua (...). Pero no es por solo que nosotros queremos vivir así como estamos. Ahora estamos pidiendo que se haga las viviendas populares. Queremos que se cambie esta villa, que se haga un barrio, hacer con que esta villa de emergencia en poco tiempo sea un barrio, que no sea más una villa. Porque lo que tiene la villa es esto, que todos vivimos encimados. Sin embargo, si se hace las viviendas ya cambia la situación. Nosotros no estamos en contra de pagar, pero por ahí estamos en contra de pagar cosas que no podemos pagar.”

<sup>290</sup> Cf. Eric Hobsbawm, “O fazer-se da classe operária, 1870-1914” In: *Pessoas extraordinárias*, 1999.

<sup>291</sup> Eric Hobsbawm, op. cit., 1999, p. 100.

modelo nacional único, claramente padronizado da vida da classe operária: e, ao mesmo tempo, cada vez mais específico a ela”<sup>292</sup>.

Os espaços urbanos “destinados” às moradias dos setores subalternos da população, em nível mundial, assistem ao crescimento do processo de segregação residencial ocorrido em fins do século XIX na Inglaterra que Hobsbawm nos aponta, e contribui com destaque para a constituição da consciência de classe do proletariado.

Michelle Perrot qualifica como traumático para a classe trabalhadora de Paris o que se costuma chamar de haussmannização – “essa operação conjunta de política e higiene que consiste em desafogar o centro da capital (ela foi imitada em outros lugares; trata-se de uma política urbana geral) pelo duplo movimento das aberturas de vias de circulação e alta dos aluguéis, gerado pelas demolições”<sup>293</sup>, uma vez que, segundo a historiadora, “a ambição operária se inscreve no coração das cidades. É lá, no centro de tudo, que se tem de viver e morar”<sup>294</sup>. Os trabalhadores de Paris (nativos ou migrantes) condenam a alteração da cidade, “o seu criminoso estripamento e a rejeição dos operários à periferia”<sup>295</sup> e resistem à mudança por longo tempo. Paris, nas últimas décadas do século XIX, encontra-se dividida em duas: “a cidade operária do Leste, a cidade burguesa do Oeste, com interesses e rituais opostos. (...) o centro escapa ao povo”<sup>296</sup>. O urbanismo, através do controle da circulação dos fluxos e da especialização dos espaços, progressivamente canaliza a multidão e a disciplina. A reivindicação popular, assinala Perrot, é forçada a se especializar. E a distância sempre maior entre local de trabalho e local de domicílio leva à valorização do “lar”.

A Buenos Aires de fins do século XIX e início do século XX já pode ser definida como uma cidade burguesa e a crescente separação do espaço urbano em uma área burguesa e uma área proletária se faz bastante nítida, assumindo dinâmicas que seguem os impulsos dos ciclos econômicos e sociais.

Nesse momento fundador de uma identidade de classe entre os trabalhadores na Argentina, as casas próprias, as casas de aluguel e os cortiços (*conventillos*) foram as principais formas de habitação do proletariado em Buenos Aires nessa primeira fase da industrialização no país.

---

<sup>292</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>293</sup> Michelle Perrot, “Os operários, a moradia e a cidade no século XIX” In: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, 2010, p. 119.

<sup>294</sup> Michelle Perrot, op. cit., 2010, p. 119.

<sup>295</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>296</sup> Ibidem, p. 122.



Os cortiços estavam presentes em vários bairros de Buenos Aires, dos populares La Boca e San Cristóbal, onde podiam ser o tipo de moradia predominante, ou nos mais elegantes Palermo ou Bairro Norte, onde eram minoria; ainda assim, não é possível falar em um bairro específico formado apenas por cortiços. Situados em áreas próximas ao centro, i. e., ao local de trabalho, sua expansão para além destes limites se inicia na virada do século XIX para o XX, permitida pela expansão das ferrovias e pelos bondes elétricos.

Adquirir uma casa própria significava comprar um terreno ou precárias casas a prestações em locais afastados do centro. De acordo com Norberto Ferreras, “a primeira fase na formação do bairro é denominada de vizinhança e coincide com o primeiro período de suburbanização de Buenos Aires (1895-1915), cujo efeito foi a diminuição da densidade populacional nos distritos centrais da cidade e os deslocamentos para os subúrbios”<sup>297</sup>.

As reformas urbanas levadas a cabo em Buenos Aires na época assistiram à ampliação dos limites da cidade, que passava a ter uma reserva de espaço para o crescimento populacional e físico, o que permitiria remover da região central da cidade, em prol do embelezamento e dos preceitos higienistas, a população indesejável conformada por operários, imigrantes pobres e demais setores subalternos. Esta “reserva” espacial, no entanto, exauriu-se antes do previsto e as municipalidades em torno da Capital Federal começavam a absorver importantes contingentes populacionais, sobretudo San Isidro, Vicente López, Tres de Febrero, Morón, La Matanza, Avellaneda e Lomas de Zamora. Ferreras assinala que esta não era uma opção desejável para os recém-chegados à cidade, e muito menos para seus antigos moradores, que consideravam degradante o fato de morar longe do centro<sup>298</sup>.

A segregação espacial urbana que se delineou em Buenos Aires constitui elemento fundamental na formação da classe trabalhadora.

Os cortiços foram locais em que informações sobre a cidade, novos trabalhos, negócios e pequenos ou grandes favores realizados entre seus inquilinos iam construindo laços de solidariedade. Os pátios vinham a ser tanto espaços de trabalho para lavadeiras, costureiras e artesãos, quanto de lazer, onde se podia jogar cartas, tocar e escutar música, conversar, organizar almoços coletivos...

---

<sup>297</sup> Norberto Ferreras, *No país da Cocanha: aspectos do modo de vida dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*, 2001, pp. 51-52.

<sup>298</sup> Cf. Norberto Ferreras, op. cit., 2001.

O *conventillo* foi o *locus* do encontro dos trabalhadores, das famílias dos trabalhadores. (...) Os cortiços *portenôs* foram apresentados pelos observadores como o espaço de homogeneização da classe, embora não usassem estes termos. O napolitano cedia parte de sua identidade regional para identificar-se com os problemas comuns dos piemonteses ou dos galegos. O *criollo* ensinava a todos eles a beber chimarrão. As mulheres emprestavam umas às outras seus utensílios de cozinha e trocavam dicas de como preparar melhor a carne ou as batatas ou como conseguir que um vestido aguentasse outra temporada. (...)

O universo do *conventillo* ia conformando uma experiência particular e a sensação de morar numa comunidade própria, onde os destinos dos moradores estavam unidos, fosse pelo mesmo tipo de trabalho ou pela necessidade de morar um do lado do outro<sup>299</sup>.

Ferreras assinala que nestes importantes espaços de classe de Buenos Aires, nitidamente segregados dos espaços burgueses, as ideias socialistas e anarquistas medraram. Cortiços, bairros de choupanas e precárias e humildes casas tornaram-se sedes das primeiras instituições operárias e permitiram o surgimento de outras instituições, “baseadas no reconhecimento de pertencer a um grupo diferente dos proprietários e patrões, e que representariam os seus próprios interesses políticos e culturais, como bibliotecas, grupos teatrais e locais políticos”<sup>300</sup>.

Os estudos de Leandro Gutiérrez e Luis Alberto Romero acerca da tradição cultural dos trabalhadores no período entreguerras sustentam que nesse período, a identidade trabalhadora e contestadora forjada entre 1880 e 1910 foi se dissipando e a reconstrução dessas identidades coletivas realizou-se no marco das novas sociedades de bairro, tributárias da expansão das edificações e do deslocamento de vários trabalhadores para as periferias urbanas<sup>301</sup>. Nessas zonas despovoadas podiam comprar um lote de terra e começar a construir uma habitação própria.

Essas sociedades de bairro (...) foram sociedades em construção, quase de fronteira, onde as prementes necessidades do grupo pioneiro, que tentava transformar um lugar despovoado em um pedaço da cidade, impulsionaram à associação, ao trabalho coletivo, à colaboração, transformados em orgulho pelas conquistas – quiçá uma rua pavimentada – e um espírito de emulação. Eram sociedades singulares, certamente diferentes das velhas *barriadas* operárias do centro ou da Boca. Distantes dos lugares de trabalho, (...) eram os âmbitos do tempo livre, que aumentava ao reduzir-se a jornada de trabalho, e da vida em família, que se modificava quando a mulher podia deixar de trabalhar e quando a família dispunha de uma

---

<sup>299</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>300</sup> Ibidem, p. 117.

<sup>301</sup> Cf. Leandro Gutiérrez e Luis Alberto Romero, *Sectores populares, cultura y política: Buenos Aires en la entreguerra*, 2007.

habitação que fosse algo mais que um cômodo comum ou um quarto de cortiço<sup>302</sup>.

Gutiérrez e Romero defendem que no contexto das novas experiências da sociabilidade no bairro se constitui uma nova identidade dos grupos subalternos<sup>303</sup>, mais conformista e reformista, e “mais popular do que trabalhadora”, uma vez que se teria centrado não no trabalho, mas nas horas que se seguiam a este e que em boa parte se passava no bairro.

É importante para nós uma esclarecimento a respeito da afirmação acima sustentada por esses autores, não a respeito da veracidade da descrição, mas naquilo que concerne à interpretação. Esse comportamento do trabalhador, que marca tão precisamente a vida que transcorre no ambiente de trabalho daquela que transcorre fora dele, é um dos principais aspectos do fenômeno estranhamento, como veremos no capítulo seguinte. Não nos parece que o fato de as horas passadas fora do trabalho serem mais importantes para o trabalhador do que as horas que ele passa no trabalho acarrete, necessariamente, na constituição de uma consciência de classe reformista, muito pelo contrário.

Feita a ressalva, o que gostaríamos de pôr em relevo nesse momento é a questão da importância da sociabilidade nos locais de habitação para a constituição das formas de ser do proletariado.

Merklen sugere que em todas as grandes cidades latino-americanas, o bairro é um dos maiores emblemas da cultura popular e vários tipos coexistem em nossa paisagem urbana: além dos assentamentos, destaca ainda as vilas de emergência; os bairros resultantes de grandes operações imobiliárias de lotes, como os descritos por Gutiérrez e Romero<sup>304</sup>; e aqueles compostos por habitações construídas pelo Estado, de menor importância na América Latina<sup>305</sup>.

### 2.2.2. Território e (re)politização

Desde a década de 1940, a organização política dos trabalhadores argentinos se estruturava sobre a base de uma estreita relação entre seus aparelhos políticos e sindicais e o Estado, e essa relação exercia impacto direto sobre a organização da

---

<sup>302</sup> Leandro Gutiérrez e Luis Alberto Romero, op. cit., 2007, pp. 13-14. Tradução própria.

<sup>303</sup> Ambos os autores usam o termo “setores populares”, não “grupos subalternos”, nem “classe”. Para ver a justificativa de sua escolha em detrimento do termo classe (a grupos subalternos não há nenhuma referência), cf. Leandro Gutiérrez e Luis Alberto Romero, op. cit., 2007, pp. 16-18.

<sup>304</sup> Mais comuns, sobretudo, em cidades como Buenos Aires, Montevideu e Santiago do Chile.

<sup>305</sup> Cf. Denis Merklen, op. cit., 2005.

própria vida cotidiana dos trabalhadores. Constituiu-se assim uma sociedade integrada em torno da questão do emprego, que permitiu uma estabilização das condições de vida dos trabalhadores por meio da extensão do assalariamento e da constituição de um conjunto de mecanismos de proteção social erigido em torno do Estado e dos sindicatos. Além do quê, nas palavras de Merklen:

Facilitou a identificação *do povo com o trabalho*, com uma receptividade do discurso peronista que organizava os temas da dignidade e o reconhecimento social em torno da figura do *povo trabalhador*. (...) tornou possível um tipo de politicidade na qual a ação coletiva podia se organizar sobre a base de uma estratégia de *conquistas sociais* que podiam ser representadas sob a forma de *direitos adquiridos* e que podiam se materializar nas instituições públicas. (...) as classes populares puderam articular a ação coletiva em um repertório mais ou menos unitário no qual era possível combinar com a luta orientada tanto pela conquista de novos direitos quanto pela defesa dos direitos ameaçados<sup>306</sup>.

As políticas sociais e econômicas que se desenvolveram na Argentina a partir da última ditadura militar estabeleceram uma nova relação entre o Estado e as classes subordinadas. É certo que os sindicatos continuam canalizando a maior parte das mobilizações políticas na Argentina, porém, uma parte significativa daqueles que necessitam concorrer ao mercado de trabalho formal para garantir seu sustento não consegue se inserir da mesma forma que antes, e para este grupo, as ações perpetradas pelos sindicatos tradicionais nas últimas três décadas pouco dizem respeito às suas condições de vida.

Merklen constata que desde os anos 80 do século passado, esse segmento das classes subordinadas iniciou um movimento de reconstrução de sua sociabilidade que se pauta por uma *inscrição territorial*. É no plano local, em seus bairros mais especificamente, que estes grupos subalternos irão organizar sua participação política, criando novos repertórios de ação, a fim de fazer frente à deterioração de sua situação socioeconômica em um contexto de desestruturação de sociabilidade. Entre estes repertórios, destacaremos aqui devido à sua correlação direta com o desenvolvimento do movimento piqueteiro nos grandes centros urbanos, as ocupações irregulares de terra, os chamados *assentamentos*<sup>307</sup>. Gostaríamos de fazer uma advertência antes de prosseguir: alguns de nossos entrevistados pertencem a um MTD constituído na capital federal, numa vila de emergência – MTD Lugano –, algo raro na Cidade de Buenos Aires.

<sup>306</sup> Ibidem, p. 48. Grifos no original. Tradução livre.

<sup>307</sup> Cf. Denis Merklen, op. cit., 2005.

Apesar de algumas diferenças que essas origens habitacionais podem trazer à constituição política do movimento, para o que queremos examinar nessa tese essas diferenças não importarão muito. Para nossa análise é relevante o fato de que as condições materiais precárias de vida são parte da realidade de ambos os espaços, e suas histórias se entrecruzam de várias formas.

As primeiras ocupações se iniciaram com a invasão de terrenos na zona sul da GBA e se estenderam pela conurbação como uma forma de luta por moradia popular. Um amplo movimento de organizações de bairro desenvolve-se no lastro da constituição desses assentamentos. Num primeiro momento, essas organizações se orientam com o objetivo de construir um bairro (i. e., um hábitat “normal”, em oposição ao que representam as vilas de emergência) e promover uma estrutura de solidariedade territorial. Posteriormente, essas organizações se manifestam em relação ao poder Executivo com o intuito de conseguir intervenções institucionais que poderiam vir a favorecer a realização de um projeto de “inscrição social territorializada” (uma escola, uma cantina, ou um posto de saúde, por exemplo) e minimizar o impacto do empobrecimento.

O Estado reorienta suas políticas sociais, pautando-as por uma incorporação ativa das organizações de base territorial. Esse “assistencialismo participativo”, de acordo com Gabriela Delamata, surge como estratégia na administração peronista da província de Buenos Aires e demais municipalidades da GBA, a partir de 1987<sup>308</sup>. É sintomático que nesse mesmo ano, o Partido Justicialista leva a frente um processo de transformação organizacional que objetiva dismantelar os tradicionais mecanismos de participação sindical na vida partidária e sua substituição pelo sistema de eleição direta de líderes e candidatos.

Sob o controle partidário do movimento reformista Renovador (1987-1989), acontece a remoção da velha guarda sindical do partido, convertendo as indiscutíveis “62 organizações” em uma fração a mais dentro da organização sindical do peronismo, e o sistema eleitoral de “terço”, que garantia o direito dos sindicatos de nomear um terço dos líderes e candidatos, é substituído pelo sistema de eleições diretas<sup>309</sup>.

O peronismo, por meio do partido, rompe com o papel de representante da classe trabalhadora argentina que assumira desde a década de 1940. Seguindo o movimento dos novos projetos de hegemonia das classes dominantes de elidir a questão social

---

<sup>308</sup> Cf. Gabriela Delamata, *Los barrios desbordados: la organización de desocupados del Gran Buenos Aires*, 2004.

<sup>309</sup> Gabriela Delamata, *op. cit.*, 2004, p. 16. Tradução própria.

constituída em torno do trabalho e de políticas de classe, passa a se dirigir aos “pobres”, processo que nos anos 90 ganha novo alento. Reconstrói seu laço com os grupos subalternos através do controle e da manipulação dos recursos estatais nas várias províncias e municipalidades, dentro da orientação de agências internacionais de fomento e multilaterais de crédito para a América Latina, como o Banco Mundial, o BID, e o FMI, e outras agências vinculadas à ONU, como a CEPAL e o UNICEF. Tais diretrizes visam à modernização do Estado via políticas sociais descentralizadas e focalizadas.

Políticas sociais focalizadas orientam-se a assistir grupos diversos a partir de distintos tipos de problemas sociais, sempre ligados ao tema da pobreza. Uma profusão de programas que têm como alvo “os pobres” são postos em prática, obedecendo a espécie de “subtemas” dentro do tema maior que é a pobreza: são programas destinados, às mulheres gestantes, às gestantes precoces, às mulheres analfabetas, às gestantes precoces analfabetas, às crianças desnutridas, às crianças que vão mal na escola, às crianças que vão bem na escola, à juventude ociosa da periferia, à juventude viciada em drogas... Se as políticas públicas universais se destinam a todos, as políticas públicas focalizadas atendem a alguns – em geral, os setores mais débeis dos grupos subalternos. A descentralização das políticas sociais implica que o governo federal transfira as responsabilidades concernentes a estas aos níveis locais de governo – provinciais e, principalmente, municipais. O argumento contra políticas sociais universais e centralizadas é de que é “necessário estar sobre o terreno” para ajudar à população “carente”. Esta maneira de formular políticas sociais implantar-se-á em todos os tipos de bairros populares, entre os quais os assentamentos são um deles.

De acordo com a ortodoxia neoliberal, os “efeitos colaterais” de sua política econômica – aumento vertiginoso do desemprego e da pobreza em contraposição à forte acumulação e concentração de riquezas num reduzido polo da sociedade, tanto na periferia como no centro do capitalismo – não devem representar uma carga social ou serem minimizados por políticas estatais; quem deve fornecer a solução, a longo prazo, é o próprio sistema, gerando suposta igualdade de oportunidades por meio do crescimento acelerado da economia.

Num curto prazo, a responsabilidade sobre os “excluídos” deve recair na *sociedade civil*, ou em parcerias desta com o Estado, através da ação privada e de instituições não governamentais dos mais variados tipos. “Sociedade civil” como a entendem os liberais (e pós-modernistas): um campo neutro, gerencial e pragmático,

espaço de redenção do “cidadão”, em contraposição ao Estado e à sua suposta ineficiência intrínseca para tratar de políticas econômicas e sociais. Presenciamos com muita nitidez ao longo dos últimos vinte anos o festejo de políticas de parceria público-privada na área de programas sociais que se implantam como “serviços sociais” e não como direitos, o que acaba por despolitizar os programas.

Esses programas conclamam os “pobres” a uma maior participação social. Tal participação refere-se à gestão de sua própria assistência, e é bem específica. Essa ação social está inscrita dentro de uma lógica de “projetos”, com objetivos que devem ser definidos localmente. Na acepção de Merklen, esses grupos subalternizados atuam segundo uma lógica de “caçadores”, em contraposição à lógica dos “agricultores”. Os caçadores não se orientam pela programação das colheitas anuais, realizadas de acordo com os ciclos da natureza; também não desenvolvem meios de armazenamento ou acumulação para sobreviver durante os períodos de má colheita. Vivem do que seu hábitat pode oferecer, portanto, conhecem perfeitamente seu território e desenvolvem estratégias eficazes a fim de conseguirem uma presa. Sua relação com o meio é imediata. Ao contrário dos agricultores, os caçadores não controlam a reprodução.

É surpreendente ver a versatilidade, a “flexibilidade” e a capacidade de empreendimento dos dirigentes de bairro, pois devem se dirigir à instituição da qual “precisamente hoje” podem conseguir algo: a prefeitura no inverno, uma ONG estrangeira este ano, uma igreja no outono, o partido Blanco para os projetos de habitação ou o Colorado para os relacionados com a alimentação, e a Frente Ampla para tudo o que concerne ao município.

Desta maneira se obriga os habitantes a se moverem dentro de uma lógica de “caçadores”: espreitando permanentemente a presa para levá-la ao bairro. Encontram-se em um meio rico de possibilidades e ocasiões devidas à complexidade do sistema institucional e pela natureza da competição do jogo político. Não obstante, não podem se inscrever em sistemas de regulação estabilizados pelo Direito e pela inscrição institucional<sup>310</sup>.

O controle e a distribuição dos recursos públicos por parte dos políticos peronistas nos poderes provinciais e municipais generalizaram uma prática de trocas de favores a partir do âmbito político como vínculo organizativo dominante. A ação de Eduardo Duhalde à frente da província de Buenos Aires durante três governos sucessivos (1991-1999) foi emblemática nesse sentido. No marco das políticas sociais descentralizadas, o Conselho da Família, a cargo da mulher do governador, Chiche Duhalde, criado em 1993, alavancou nos bairros populares da província a figura das

---

<sup>310</sup> Denis Merklen, op. cit., 2005, p. 143. Tradução livre.

*manzaneras*<sup>311</sup>, que se institucionalizaram como a maior rede assistencial ligada ao peronismo. As *manzaneras* são mulheres que, voluntariamente, procedem à distribuição diária de alimentos por quarteirões do bairro. Não têm relação formal com o PJ, mas são recrutadas, na prática, das redes informais peronistas nos bairros.<sup>312</sup> Svampa assinala que a criação de uma rede de *manzaneras* originou uma reorganização da política em função do mediador de bairro<sup>313</sup>.

No mesmo contexto, também há que destacar o crescimento exponencial na GBA, da década de 1990 em diante, da atuação dos *punteros políticos*, espécie de cabos eleitorais permanentes e residentes nos bairros. Suas agências, as “unidades básicas”, desenvolveram várias ações de assistência social: distribuição direta de bens e remédios a seus membros, participação na implementação de planos sociais governamentais, provisão de empregos etc. Porém, assinala Delamata, atividades políticas de tipo não-eleitoral foram algo raramente promovido no âmbito das unidades básicas pelos *punteros*.

Mazzeo compara o papel do *puntero* para o asseguramento da funcionalidade do sistema do capital ao do sindicalista burocrata, com a diferença de que este exercia seu controle no interior das relações de produção, enquanto aquele exerce o seu domínio em territórios social e economicamente segregados, onde a luta de classes tende a se dissipar em múltiplos planos. “O *puntero* – retomando a expressão do Dr. Strockmann, em *O Inimigo do Povo*, do escritor sueco Henrik Ibsen – “pensa os pensamentos de seus superiores”. É evidente que as práticas desenvolvidas pelos *punteros* não favorecem a solidariedade entre os vizinhos do bairro, mas sim a submissão ao aparato, ao Estado”<sup>314</sup>.

Vimos anteriormente como a segregação espacial urbana nas grandes cidades foi importante no processo de constituição do sujeito da classe trabalhadora desde fins do século XIX, inclusive em uma metrópole periférica como Buenos Aires. Todavia, a segregação urbana que se opera no capitalismo contemporâneo insere-se em outra dinâmica de luta de classes e os bairros populares transformaram-se em espaços em que forjar uma identidade em torno da classe tornou-se bastante custoso. A formação de tal

<sup>311</sup> O nome *manzanera* provém de *manzana*, que significa “quarteirão” em castelhano (e também “maçã”).

<sup>312</sup> Cf. Gabriela Delamata, op. cit., 2004, e Denis Merklen, op. cit., 2005. Segundo Merklen, em 2004, o número de *manzaneras* girava em torno de 30.000, sendo 2.400 a quantidade de bairros contemplados com a ajuda alimentar. O programa recebia 200 milhões de dólares por ano.

<sup>313</sup> Maristella Svampa, “Las fronteras del gobierno Kirchner: entre la consolidación de lo viejo y las aspiraciones de lo nuevo” In: *Cuadernos del CENDES*, n. 65, mai-ago 2007.

<sup>314</sup> Miguel Mazzeo, op. cit., 2004, p. 78. Tradução livre.



identidade está sendo bombardeada por diferentes mecanismos perpetrados pelo capital, em diferentes âmbitos, a começar pelo próprio local de trabalho.

(...) os núcleos urbanos segregados também estão atravessados pela crise atual da matriz simbólica e coletiva dos fundamentos da sociedade industrial tradicional. Essa crise, assim como a instalação e internalização de uma nova matriz, implica novas fontes de sofrimento subjetivo e social. As dificuldades para a gestação dos atores coletivos com formações de identidade estruturadas por eixos diferentes das ocupações laborais nos introduzem em novas formações sociais e discursivas (...). A classe, como categoria coletiva, vê-se diluída nas possibilidades individuais de participação no mercado<sup>315</sup>.

Partilhamos do ponto de vista que atribui ao movimento piqueteiro, em sua generalidade, mas mais especificamente àqueles grupos mais contestadores aos tradicionais partidos políticos e aos sindicatos burocratizados e resistentes à institucionalização, uma mudança significativa neste processo de repolitização dos grupos subalternos tal como vinha se desenvolvendo a partir da década de 1980<sup>316</sup>. Tal repolitização, já no final dessa mesma década, foi amplamente absorvida pelas redes assistencialistas, seguindo apartada das questões diretamente ligadas ao mundo do trabalho, e significou uma perspectiva de coletivização que não ultrapassava o nível de consciência político econômico-corporativo.

A razão individual mais comum para se aproximar de uma organização piqueteira é a possibilidade de receber os planos de assistência a desempregados. Poder se beneficiar dos refeitórios comunitários ou de outros trabalhos comunitários desenvolvidos pelas organizações piqueteiras ou participar das oficinas dos projetos produtivos para adquirir experiência profissional também motivam as aproximações.

Pablo Pazemis, 34 anos, nascido em Avellaneda e criado em Florencio Varela (ambas cidades da zona sul da GBA) dentro de uma família religiosa – Testemunhas de Jeová – foi um dia convidado por uma senhora que conhecia desde pequeno para uma reunião do Movimento Teresa Rodríguez (MTR), de Florencio Varela, mas recusara-se a ir: “Nem a pau, eles bloqueiam o trânsito...” No entanto, oferece-se para ajudar o movimento eventualmente, caso necessitem enfrentar a polícia ou montar um refeitório comunitário. Sua mãe já fazia parte do movimento à época, mas segundo Pablo, era por conveniência – queria se utilizar dos advogados do movimento para conseguir o título de propriedade de um lote para um de seus filhos.

---

<sup>315</sup> Alberto Bialakowsky et alli, op. cit., 2001, p. 70. Tradução livre.

<sup>316</sup> Cf. Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2004, e Miguel Mazzeo, op. cit., 2004.

O MTR se constitui em 1997 a partir de núcleos formados em Mar Del Plata e Florencio Varela, cidade onde o movimento é mais forte. Roberto Martino, seu principal referente, teve um papel de destaque nas origens dos MTD nessa região. O movimento reconhece-se como guevarista-leninista e é independente de organizações sindicais e partidos políticos, o que não os impede de articular acordos ou alianças pontuais ou de conjuntura<sup>317</sup>.

Pablo diz que não entendia nada de socialismo antes de entrar no movimento e classifica que antes vivia “alienado”, sempre tentando melhorar de vida economicamente. De fato, não entendia nem mesmo o que era desemprego, pois tem oito ofícios diferentes e desde 1987 – quando tinha 13 anos – até 2002, trabalhara em diversos lugares.

A questão é que, por isso, eu me dava ao luxo (rs), nesse momento era um luxo, trabalhava bem em uma empresa e quando via que a opressão era muita, ou que a exploração era muita, ou não era muito o que eu antes pensava, eu saía da empresa... Como vinha trabalhando, eu ficava duas uma ou duas semanas descansando, depois saía, procurava outro trabalho e sabia que iria encontrar. Minha vida foi sempre assim, sempre. (...) Ou seja, nunca entendi o que era a falta de trabalho, era outra das coisas que eu custava a entender era o desemprego. “Está desempregado quem quer, porque quem quer, vai e consegue. Como não vai conseguir?” Acontece que não era assim (...). Chegou uma etapa onde nem sequer com oito ofícios eu conseguia trabalho. (...) Nesses meses eu não conseguia nada em nenhum lado, em nenhum lado! E é aí que entro no movimento pelo plano<sup>318</sup>.

Se antes, o convite de uma amiga da família não fora o suficiente para convencê-lo a entrar no MTR, a insatisfação das necessidades básicas provocada pela falta de emprego foi o impulso determinante para começar a assistir às reuniões. Pablo também credita essa decisão um pouco a outro acontecimento em sua vida. Ele já fora membro do comitê eleitoral do Partido Justicialista em Florencio Varela, “sem ser, no fundo,

<sup>317</sup> Cf. Daniel Campione & Beatriz Rajland, “Piqueteros y trabajadores ocupados en la Argentina de 2001 en adelante: novedades y continuidades en su participación y organización en los conflictos” In: Gerardo Caetano (org.), *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*, 2006.

<sup>318</sup> Entrevista de história de vida de Pablo Pazemis, do MTR, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “El tema es que, en base a eso, me daba el lujo, rs, en ese momento era un lujo, laburaba bien en una empresa y cuando ya veía que era mucha la opresión, o mucha la explotación, o me era lo que no bien me parecía, me iba de la empresa... Como venía laburando, me tomaba una o dos semanas para descansar, después salía, buscaba laburo y sabía que iba a encontrar. Así siempre fue mi vida, siempre.(...) O sea, yo nunca entendí lo que era la falta de trabajo, era otra de las cosas que me costaba entender era la desocupación. “Está desocupado él que quiere, porque él que no quiere va y consigue, ¿Cómo no va a conseguir?”. Resulta que no era sí (...). Llegó una etapa donde ni siquiera con ocho oficios conseguía trabajo. Y no conseguía nada por ningún lado, que fue cuando que entre que vine al de mi mamá y me sumé al movimiento. En esos meses yo no conseguía nada por ningún lado, por ningún lado. Y ahí donde entro al movimiento por el plan.”

peronista”. Comenta que se não tivesse se sentido traído pelos colegas de militância, dificilmente ingressaria nas fileiras do movimento. Para Pablo, entrar para um movimento de trabalhadores desempregados, e de caráter socialista, foi um acaso.

Tudo o que o Che dizia sobre o homem novo e tal não é de um dia. Não é que um dia sua cabeça mudou e você mudou... Não, todo dia é um problema. (...) venho de uma prática totalmente contrária. (...) Ou seja, ainda por cima militava politicamente na direita (rs), para o peronismo, ou seja... (...) e aprendi todas as maracutaías para como (...) roubar melhor. (...) Por isso te digo, me deu nojo tudo isso, porque tínhamos que falsificar assinaturas, fazer um montão de coisas estranhas... E nós nos juntávamos uma noite para fazer isso: falsificações, dados, mandar uma grana para as pessoas irem votar, e tudo isso. (...) Está bem, me sacanearam de todas as maneiras, e de raiva... não me deu vontade de continuar, entende? Mas (...) não é que nesse momento eu me sentisse mal (...) Me sentia mal porque me traíram. Ou seja, digo, se não tivessem me traído, teria me tornado socialista alguma vez? Não, jamais, entende? (...) Eu acho que muitas das causas pelas quais cheguei a isso foram casualidades, entende? Não é que... Não foi o desprezo pela exploração... eu sempre tive problemas com a injustiça, via coisas injustas e se apoderava de mim uma impotência horrível. Mas eu também nunca me pus a lutar ou organizar algo contra isso, entende<sup>319</sup>?

Oswaldo, 40 anos, também do MTR e também nascido em Avellaneda e criado junto a três irmãs em Florencio Varela, igualmente relata que a razão para ingressar no movimento, onde está desde 1998, foi conseguir um plano e não contrariar sua mãe, que vinha insistindo para que ele se integrasse ao movimento. Ele dizia que “já havia trabalhado em tantos lugares, que o desemprego era uma coisa transitória”. E Oswaldo trabalha desde os onze anos. Seu primeiro emprego foi em uma oficina de motos. Já foi vendedor ambulante, mestre de obras. Antes de entrar no movimento, trabalhou com carga e descarga em um frigorífico. Como outros trabalhadores que entrevistamos, Oswaldo enfatiza que quis trabalhar desde cedo para conseguir independência, não ter

---

<sup>319</sup> Ibidem. Tradução livre: No original: “Todo lo que decía el Che sobre el hombre nuevo y todo eso no es de un día. No es que un día algo te lo cambió la cabeza y cambiaste... No, todo día es un problema... (...) vengo de una práctica totalmente contraria. (...) O sea, encima militaba políticamente en la derecha, rs, para el peronismo, o sea... Sin ser peronista a fondo, ¿no?, y ahí aprendí todas las trampas de cómo se (...) robar mejor. (...) Por eso digo, me dio asco todo eso, porque teníamos que falsificar firmas, hacer un montón de cosas raras... Y nosotros nos juntábamos una noche para hacer todo: falsificaciones, datos, mandar una guita a la gente para ir a votar, y todo eso. (...) Está bien, me cagaron de arriba abajo y de bronca me... no me dio ganas de seguir, ¿entendés? Pero, (...), en ese momento no es que yo me sentía mal... o dejé todo eso por lo... porque era todo una cagada, ¿entendés? Me sentía mal porque me traicionaron a mí. O sea, yo digo, si no me hubiesen traicionado, ¿alguna vez sería socialista? No, jamás, ¿entendés? (...) Yo creo que muchas de las cosas por las cuales llegué a eso fueron casualidades, ¿entendés? No es... No fue el desprecio por la explotación... Yo siempre tuve problemas con la injusticia, veía cosas injustas y me agarraba una impotencia terrible. Pero tampoco es que me puse a luchar u organizar algo contra eso, ¿entendés?”.

que dar satisfações a ninguém de onde iria gastar o dinheiro. “E assim até 97, 96, sempre trabalhei. Porque acreditava que essa era a vida, que era o que se tinha que fazer: tinha que trabalhar para ter... para ter suas coisas”<sup>320</sup>. Na sua experiência dentro do MTR, ele avalia que a maioria dos companheiros também se aproximou do movimento por necessidades materiais.

Eu vejo que muita gente se aproxima porque vê a possibilidade de melhorar em algo sua condição. (...) E vem gente do campo popular, que vem por melhoras reivindicativas, se aproximam do movimento, como eu me aproximei. Eu me aproximei porque alguém me disse um dia que havia trabalho. Não é que eu me aproximei porque queria fazer a revolução, ou conhecia Marx, Lênin, não, eu... conhecia meu time de futebol... (...) O ideal das pessoas é conseguir um trabalho e fazer o que nós fazíamos, ou eu fazia antes de estar na organização, que era trabalhar de segunda a sábado e passar os finais de semana da melhor maneira possível e voltar ao trabalho, tratar de construir minha casinha, todas as coisas individuais, sem me importar com os demais.

(...)

Eu me aproximo da organização porque minha mãe diz que havia um lugar onde (...) se dava trabalho. Mais porque, para dar ouvidos a ela... Não para dar ouvidos a ela, mas para não desapontar minha mãe, eu fui. E eu me encontrei com a organização, que propunha algumas coisas que me interessavam. (...) Eu te conto uma anedota, de brincadeira, mas que na verdade não foi nenhuma brincadeira. Esse lugar onde iam se reunir sempre era na direção da minha casa, a três quadras da minha casa. Se esta organização tivesse decidido ir para o outro lado, eu não ia estar nessa organização<sup>321</sup>.

Em um primeiro momento, o governo menemista estabelece uma série de programas de emergência que começam a ser instituídos de forma mais ostensiva a partir de 1996, ano em que justamente emergem os primeiros piquetes organizados por desempregados no país. O *Plano Trabalhar* foi o mais emblemático desses programas,

<sup>320</sup> Entrevista temática de Osvaldo, do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008. Tradução livre. No original: “Y así hasta el 97, 96, siempre trabajé. Porque creía que esa era la vida, lo que había que hacer: había que trabajar para tener... para tener sus cosas.”

<sup>321</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “Yo veo que mucha gente se acerca porque ve la posibilidad de mejorar en algo su condición. (...) Y vine la gente del campo popular, que viene por mejoras reivindicativas, se acercan del movimiento, como yo me acerqué. Yo me acerqué porque alguien me dijo un día que había trabajo. No es que me acerqué porque quería hacer la revolución, o conocía a Marx, a Lenin, no, yo... Conocía a mi equipo de fútbol... (...) El ideal de la gente es conseguir un trabajo y hacer lo que hacíamos nosotros, o yo hacía antes de estar en la organización, que era trabajar de lunes a sábado y los fines de semana pasarlos lo mejor que podía y volver al trabajo, tratar de construir mi casita, todas las cosas individuales, sin me importar con los demás. (...)”

Yo me acerco de la organización porque mi mamá me dice que había un lugar donde se (...) daban trabajo... Más porque, por hacerle el caso... No por hacerle el caso, pero por no desilusionar mi mamá yo fui. Y me encontré con la organización, que planteaba algunas cosas que a mí me interesaron... Yo le cuento una anécdota, en broma, pero que en realidad no fue ninguna broma. Ese lugar donde se iban a juntar siempre se dirigía para mi casa y a tres cuadras de mi casa. Si esta organización hubiese decidido ir para otro lado, yo no iba a estar en esa organización”.

cujos mecanismos funcionavam a partir de projetos apresentados por ONGs ou por município para benefícios em bairros pobres que garantissem uma melhor qualidade de vida para seus habitantes. Com um subsídio de 200 pesos, esperava-se uma contraprestação de seis meses – com possibilidades de renovação – e os âmbitos locais co-financiavam os projetos com seus próprios recursos (ferramentas, infraestrutura, pessoal etc.). Como se pode observar, esse modelo de gestão dos planos segue à risca as diretrizes de descentralização e focalização das políticas sociais que acabamos de analisar mais acima, além de alimentar a rede assistencialista sustentada por *punteros* e *manzaneras*.

Sustentar suas atividades com independência dessa estrutura clientelista municipal constituiu-se em uma batalha árdua para as organizações piqueteiras, sobretudo para aquelas autônomas, que não contavam com suporte de partidos políticos ou sindicatos, assentadas na zona sul da conurbação bonaerense, como o MTD Almirante Brown, o MTD Solano e outros que integravam a Coordenadora Aníbal Verón, e também o MTR, de Florencio Varela. Várias eram as situações de subordinação e abusos impostas aos desempregados.

Diosnel, nascido no Paraguai em uma numerosa família de 14 irmãos há quarenta e cinco anos, passou uma infância pobre no campo. Aos 18 anos, com apenas o primário completo – pois tinha que trabalhar e estudar ao mesmo tempo – foi para a capital do país, Assunção, onde trabalhou como trocador de ônibus: “Nunca gostei de trabalhar no campo. Porque via que não dava futuro (...), pelo menos meu pai trabalhou toda a sua vida no campo e não tem nada”<sup>322</sup>. Até que em 1983 imigrou para a Argentina, ainda sob uma ditadura militar, sem muito dinheiro no bolso, sem um lugar para dormir: “Aos 20 anos me passou pela cabeça vir para a famosa Buenos Aires”. Instalou-se em uma *villa*. Diosnel conta que os militares, durante a última ditadura na Argentina, fizeram de tudo para destruir as *villas*, e foi durante o governo de Alfonsín que se mudou para a *Villa 20*, em Lugano, onde mais de vinte anos depois seria um dos fundadores do MTD Lugano. Ele se orgulha de dizer que domina o ofício de pintor, sabe fazer qualquer tipo de pintura e o faz com prazer, mas também trabalha como pedreiro ou eletricista se a ocasião determinar. Sua casa na Villa 20 foi toda construída por ele. Quando em 2001, ficou três meses sem trabalho, com sua mulher e cinco filhos

---

<sup>322</sup> Entrevista de história de vida a Diosnel Pérez, do MTD Lugano, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “nunca me gustó trabajar en el campo, porque veía que no había mucho futuro, (...) por lo menos mi papá trabajó todos sus años en el campo y no tiene nada”.

para sustentar, ficou atordoado – “Não é que eu não quisesse trabalhar, mas é que era impossível conseguir trabalho com a... Porque faltava posto de trabalho, então... Comecei a me preocupar, me deu um desespero, porque meus filhos, de manhã cedo, me diziam ‘papai, quero pão’, e eu não tinha um peso nem um pedaço de pão”<sup>323</sup>. Ele ficou sabendo através de um grupo de jovens que ia à *villa* para ajudar as crianças do lugar com aulas de reforço escolar, que “um projeto do governo estava dando planos sociais. Eu nem sabia o que queria dizer planos sociais, nem de que se tratava. Me explicaram que o governo ia dar 150 pesos para cada família desempregada”. E Diosnel foi procurar saber o que teria que fazer para conseguir para receber o plano enquanto estava desempregado.

E nós dissemos “Bom, está bem, ainda que seja só 150, vamos atrás”. (...) E bom, nós fomos à junta de vizinhos perguntando se podíamos conseguir o famoso plano de que falava o governo. Ele nos disse que sim. O problema era a política que eles queriam usar, o presidente (...) te dava um plano, mas você tinha que ser empregado dele, de sua irmã, ou de seu pai... Eu disse “Eu não quero ser empregado, nem vou aí pintar seu apartamento por 150 pesos mensais, porque eu sei que esse trabalho sai por mais do que 150”. Então, víamos que era meio... meio ferrado, mas depois pensamos “Que podemos fazer?”, “Como podemos conseguir o plano sem que estes *punteros* políticos nos usem como empregados (...) por 150?”<sup>324</sup>.

Diosnel conta que, um tempo depois, conhecidos de Almirante Brown, cidade da zona sul da GBA, contaram-lhe que eles mesmos conseguiam os planos fazendo piquetes nas estradas.

Ariel, “El Turo”, nasceu no município de Almirante Brown em 1971, onde foi criado pela mãe e pelo avô. Sua mãe, oriunda de Tucumán, trabalhou sempre como empregada doméstica ou em outros serviços de limpeza – “Bom, veio para Buenos Aires, veio com o sonho de todo provinciano para Buenos Aires, que aqui era a cidade,

<sup>323</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “No era que no quería trabajar sino que era imposible de conseguir trabajo con la... Porque faltaba puesto de laburo, entonces... Empecé a preocuparme, me agarró una desesperación porque mis hijos, a la mañana temprano me decían ‘papi, quiero pan’, y yo no tenía un peso ni tampoco un pedazo de pan para pasar...”

<sup>324</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “Yo no sabía ni lo que quería decir planes sociales, ni de qué se trataba. Me explicaron que el gobierno iba a dar 150 pesos a cada familia que estaba desocupada. Y nosotros decimos “Bueno, está bien, aunque sea solo 150, vamos alcanzarlo”. (...) Y bueno, nos fuimos en la junta vecinal preguntando si podíamos conseguir el famoso plan de que hablaba el gobierno. Ellos nos dijo que sí. El problema era la política que ellos querían usar, el presidente (...) te daba el plan, pero vos tenías que ser empleado de él, de su hermana, o de su papá... Yo dije “Yo no quiero ser empleado ni ahí tampoco voy ahí a pintarte tu departamento por 150 pesos mensual, porque yo sé que ese trabajo sale más que 150”. Entonces, veíamos que era medio... medio jodido, pero después pensamos ‘¿Qué podemos hacer? ¿Cómo podemos conseguir el plan sin que estos *punteros* políticos nos usen como cualquier empleado de otro lado por 150?’”

era outra coisa, e a única coisa que essas pessoas fazem é (...) limpar a casa dos que mais têm, não?”. Seu avô, migrante de Santiago del Estero, vivia de bicos, “*changuendo*”, no linguajar popular argentino. Ariel também contribuía um pouco com as despesas de casa desde criança, mas ficava com a maior parte do dinheiro para comprar suas “coisinhas”, segundo ele. Quando completou o primário, aos 13 anos, decidiu abandonar os estudos para se dedicar integralmente ao trabalho. Já vendeu de pão caseiro e churros pelas ruas na infância a título de capitalização e poupança, este último já na era Menem – “Este, um homem que se fez passar por gaúcho, que em La Rioja<sup>325</sup> andava por todo lado, andava a cavalo, e nos encheu de confiança e acabou sacaneando todos os argentinos”<sup>326</sup>. Quando o negócio de capitalização e poupança começou a ir mal, passou a vender bugigangas nos trens que ligam a Capital Federal aos municípios da conurbação bonaerense, assim como fez tantos outros bicos para ganhar a vida e, junto a sua mulher Miriam, sustentar seus quatro filhos. Mas foi aos 17 anos, trabalhando em um bar, que conheceu o ramo em que gosta de trabalhar até hoje: gastronomia. Entrou como lavador de copos, virou garçom e aprendeu, além do que já deveria para o ofício que exercia, a preparar drinks e fazer pizza. Esse bar fechou e Ariel ficou sem emprego e sem indenização, motivo pelo qual decidiu entrar com uma ação contra os antigos patrões.

Conseguí um dinheirinho, nada mais, porque aqui, quando você se mete com a patronal e procura um advogado, acontece que o advogado acaba negociando mais com eles e (...), por não ter estudo, eu... eu e minha mãe, o advogado engabelou a gente e os dois saíram favorecidos, ele e a patronal, e o empregado, como é ignorante e tal, continua... continua perdendo, não?, continua perdendo<sup>327</sup>.

Ariel nos fala que na primeira assembleia do MTD Almirante Brown a que assistiu, os presentes comentavam que haviam ganhado algumas reivindicações através de uma marcha até o município. O MTD Almirante Brown nasce em janeiro de 2000, na

---

<sup>325</sup> La Rioja é a província de onde Carlos Menem, presidente da Argentina por dois mandatos consecutivos (1989-1999), é oriundo e da qual já foi governador, também por dois mandatos consecutivos (1983-1989). O último mandato abandonou pela metade (1987-1989) para se candidatar à presidência da Nação.

<sup>326</sup> Entrevista de história de vida de Ariel Ybarra, “El Turo”, do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “Este, un hombre que nos la pintó de gaúcho, que en La Rioja andaba por todo lado, andaba a caballo y nos dio toda la confianza y nos terminó cagando todos los argentinos”.

<sup>327</sup> Entrevista de história de vida de Ariel Ybarra, “El Turo”, do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “Le saqué una plata, nada más, pero acá, cuando te metés con la patronal y buscás un abogado, resulta que el abogado termina negociando más con ellos y (...) por no tener estudio, yo... yo y mi mamá, el abogado nos envolvió a los dos y salieron favorecidos él y la patronal, siempre, y el empleado, cómo es ignorante y todo sigue... sigue perdiendo, ¿no?, sigue perdiendo.”

cidade de mesmo nome, situada na zona sul da Grande Buenos Aires. Sua conformação foi inspirada pelas lutas impetradas por outros MTD da zona sul, como os de Lanús, Solano e Varela. Na primeira assembleia que realizam, com a participação de vinte vizinhos do bairro Don Orione, decidem levar uma petição com suas demandas ao governo municipal, mas não obtêm respostas. Sentem a necessidade, então, de coordenar suas ações com os MTD Lanús e Solano. Em novembro daquele mesmo ano, após um piquete nas localidades do município de Quilmes (também na zona sul da GBA), conquistam os primeiros planos e também bolsas de alimentos<sup>328</sup>. Assim como o MTD Lugano, integra desde 2004 a Frente Popular Darío Santillán (FPDS). A FPDS é um movimento social político, multi-setorial e autônomo e nasce em 2004 congregando diversos tipos de movimentos (estudantis, direitos humanos, e majoritariamente MTDs), que não necessitam coincidir ideologicamente de forma estrita, embora o anti-capitalismo, o antiimperialismo e a construção do poder popular sejam premissas necessárias para aderir à Frente. Importantes organizações piqueteiras o integram, grande parte delas foi pertencente ao MTD Aníbal Verón, que reunia organizações piqueteiras defensoras da autonomia e de intenso desenvolvimento do trabalho territorial.

E isso sempre se escutava, que aqui, os *punteros* políticos, os *punteros* dos bairros daqueles que governam na hora, eles têm mais acesso para ter jalecos, essas coisas, em quantidade. Então, trabalhavam “punteralmente”, ou seja, eu te dou um jaleco, mas você me dá seu nome, seu endereço, o número do seu documento, seu sobrenome, tudo, e acontece que você está afiliado a um partido político. (...) E usam isso assim, fazendo assistencialismo<sup>329</sup>.

Continuou frequentando as assembleias do MTD Almirante Brown.

E nós sempre dizíamos que o Estado também tem que me ajudar, o governo tem que ajudar os mais pobres, aos que necessitamos, sem nos perguntar de que lugar somos, de que partidos políticos, sendo que somos parte da sociedade, tem que nos ajudar também. E bom, tudo

<sup>328</sup> Cf. MTD Almirante Brown, “Por un Proyecto Autónomo alternativo al Capitalismo”, In: *Detrás del Piquete*, op. cit., 2002.

<sup>329</sup> Entrevista de história de vida a Ariel Ybarra, “El Turo”, do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008. Tradução própria. No original: “Y eso siempre se escuchaba que acá los punteros políticos, los punteros de los barrios de los que gobiernan de turno, ellos tienen más acceso a tener guardapolvos, esto, y en cantidad. Entonces, lo laburaban punteralmente, o sea, yo te daré un guardapolvo, pero vos dáme tu nombre, tú dirección, tú número de documento, tu apellido, todo, y resulta que te están afiliando a un partido político. (...) Y lo usan así, haciendo asistencialismo”. Os jalecos fazem parte da indumentária básica dos estudantes da escola pública na Argentina.



isso eu não sabia, mas bem, participando das assembleias e tal... Este companheiro, Darío Santillán, foi nos ensinando tudo isso<sup>330</sup>.

É exemplar também a respeito do clientelismo e dos abusos da rede de *punteros* a seguinte entrevista realizada por Svampa & Pereyra junto ao MTD Solano. O MTD Solano nasce também na zona sul da GBA, no município de Quilmes, e se destaca pela radicalidade de suas posições autonomistas. Integrou o MTD Aníbal Verón até 2003 e assim como seus antigos companheiros rejeita a participação em quaisquer disputas eleitorais. Aposta na criação de formas de sociabilidade alternativas, a partir de intenso trabalho no bairro, formando uma espécie de sociedade paralela que pouco a pouco avançaria minando as relações sociais estranhadas capitalistas. Suas posições políticas possuem muita afinidade com o situacionismo e as teorias que defendem o contra-poder e o anti-poder.

Era a batalha constante com os *punteros* do bairro, alguns de nós, no caso particular meu, em duas oportunidades com as *patotas* nos agredindo, batendo na gente, porque era muito forte esse enfrentamento com os *punteros*, nós colocávamos a questão de que nos respeitassem. (...) Quando começavam os planos Barrios Bonaerenses, alguns de nós fomos agredidos pelos *punteros*, porque fazíamos muita confusão nas obras, exigindo, por exemplo, ferramentas, os elementos para trabalhar, as botas, as luvas. Porque estes filhos da puta faziam a gente trabalhar metendo a mão no esgoto, sem botas. Então nós fazíamos paralisação (...), fazíamos sentados, exigindo as ferramentas, chamando a imprensa, denunciando que eles queriam nos fazer trabalhar sem ferramentas e isso gerava muita confusão para os caras<sup>331</sup>.

A violência utilizada pelos *punteros* para intimidar os piqueteiros, vistos por aqueles como uma forma de concorrentes de sua influência política no espaço do bairro, também fica patente nos documentos de alguns MTD que integravam, à época da edição do jornal citado, o MTD Aníbal Verón, coordenação de organizações piqueteiras

<sup>330</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “Y nosotros siempre decíamos que el Estado igual me tiene que ayudar, el gobierno tiene que ayudar a los más pobres, a los que necesitamos, sin preguntarnos de que lugar somos, de que partidos políticos, siendo que somos parte de la sociedad, nos tiene que ayudar igual. Y bueno, todo eso yo no lo sabía, pero bueno, participando de las asambleas, todo eso... Este compañero, Darío Santillán, nos fue enseñando todo eso”.

<sup>331</sup> Depoimento de militante do MTD Solano, In: Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2004, p. 94. Tradução livre. No original: “Era la batalla constante con los punteros en los barrios, algunos de nosotros, en el caso particular mío, en dos oportunidades con las patotas agrediéndonos, golpeándonos, porque era muy fuerte ese enfrentamiento con los punteros, nosotros planteamos la cuestión de que nos respeten. (...) Cuando comenzaban los planes Barrios Bonaerenses algunos de nosotros fuimos agredidos por los punteros, porque les hacíamos mucho quilombo en los obradores, reclamando por ejemplo herramientas, los elementos para trabajar, las botas, los guantes. Porque estos hijos de puta hacían trabajar a la gente metiendo la mano en la zanja, sin botas. Entonces nosotros hacíamos paro, te sentaban así, hacíamos sentados, exigiendo las herramientas, llamando a los medios, denunciándolos que nos querían hacer trabajar sin herramientas y eso les generaba mucho quilombo a los tipos”.

críticas ao sindicalismo e aos partidos políticos tradicionais, que sempre enfatizaram a importância da autonomia do movimento em relação a essas instituições, assim como em relação ao Estado.

Como muitas organizações do campo popular, o MTDQ [MTD Quilmes] tem compañer@s que foram ameaçados e oprimidos por punteros políticos. Estamos convencid@s de que as ameaças recebidas vêm da parte de partidos políticos que representam os grupos econômicos. Estes alcaguetes dos empresari@s não suportam que @s trabajador@s desemplead@s nos organizamos por nuestra cuenta, sin aceptar actitudes clientelistas, decidiendo en asambleas de barrio aonde cada vecin@ tem voz e tem derecho a votar<sup>332</sup>.

Durante um piquete, o assassino Jorge “Batata” Bogado, puntero do prefeito de Ezeiza [cidade da zona oeste da GBA, onde se situa o Aeroporto Ministro Pistarini, maior aeroporto internacional da Argentina], Alejandro Granados, ultrapassou o controle policial e atravessou o piquete em seu Ford Falcon fatalmente claro, ignorando um companheiro que se salvou de ser atropelado. Hugo Javier Barrionuevo, um garoto humilde que fazia bicos para manter sua mãe, se aproximou para censurá-lo. Bogado agarrou sua 9mm e efetuou dois disparos pela janela do carro. Um deles penetrou no pescoço de Javier, que caiu no chão, ferido mortalmente. Depois, desceu do carro e ameaçou o resto dos companheiros<sup>333</sup>.

O tipo de política desenvolvida pelos *punteros* acabou por não ser muito produtiva para eles mesmos, destacam Svampa & Pereyra, na medida em que se observou que muitos indivíduos que estavam registrados em organizações de bairro controladas pelo município abandonaram estas instituições e passaram a engrossar as fileiras das organizações piqueteiras. Um dos motivos para essa retirada é tributário do fato de algumas pessoas inscritas por associações de bairro que haviam ficado na lista de espera de recebimento dos planos devido ao critério de seleção de beneficiários pela carga maior de familiares, requerido pelo município, inscreveram-se nas listas de solicitantes dos movimentos piqueteiros. As organizações piqueteiras, que consideravam injusto o critério municipal de seleção e distribuição de planos e outros

<sup>332</sup> MTD Quilmes, op. cit., dezembro de 2002, p. 6. Tradução livre. No original: “Al igual que muchas organizaciones del campo popular, el MTDQ tiene compañer@s que han sido amenazados y apretados por punteros políticos. Estamos convencid@s de que las amenazas recibidas vienen de parte de los partidos políticos que representan a los grupos económicos. Estos alcaguetes de los empresari@s no suportan que l@s trabajador@s desemplead@s nos organizamos por nuestra cuenta, sin aceptar actitudes clientelistas, decidiendo en asambleas barriales donde cada vecin@ tiene voz y tiene derecho a votar”.

<sup>333</sup> MTD Esteban Echeverría, “A diez meses del asesinato de Javier” In: *Detrás del Piquete*, op. cit., 2002, p. 7. Tradução livre. Durante um piquete, “el asesino Jorge “Batata” Bogado, puntero del intendente de Ezeiza, Alejandro Granados, pasó el control policial y atravesó el piquete en su Ford Falcon fatalmente claro, ignorando a un compañero que se salvó de ser atropellado. Hugo Javier Barrionuevo, un muchacho humilde que changueaba para mantener a su madre, se acercó a increparlo. Bogado tomo su 9mm y efectuó dos disparos por la ventanilla. Uno de ellos impactó en el cuello de Javier, que cayó al suelo herido de muerte. Luego bajó del auto y amenazó al resto de los compañeros”.

tipos de ajuda como alimentos e vestuário, criaram outro critério, baseado na participação nas ações de luta de seus integrantes.

Te dão mil, dois mil jalecos, você os reparte por distrito, reparte por bairro, reparte por aqui, e quando chega a Almirante Brown, chegam cem jalecos para repartir para quatro bairros, são 25 jalecos para cada bairro (...). E como fazer para repartir cem jalecos para que todos os companheiros fiquem satisfeitos? Então, por isso sempre registramos (...) porque como não fazemos assistencialismo como faz o governo, ou os *punteros*, que te dão por dar, nós registramos os companheiros que se mobilizam, porque, por exemplo, você via bloquear a estrada, (...) e te dizem: “O que demanda?”, “Tênis”, “Ah, e quantos tênis você quer?”, “Quero cinco: quatro para mim e um para Ariel, que está em casa”. Não! Temos que estar os dois, e nós dois demandamos cinco (...). Ninguém vai bloquear a estrada pelo outro<sup>334</sup>.

A luta pela autonomia para manejar os planos também era questão importante a ser conquistada diante da pressão exercida pelo município sobre os integrantes das organizações piqueteiras para que as abandonassem, quando a contraprestação era realizada nos lugares de trabalho determinados pela prefeitura.

O problema, basicamente, era que o município pressionava os companheiros para que deixassem de se organizar. Desses 120 companheiros que começaram o trabalho, hoje devem ter restado cinco ou seis no MTD<sup>335</sup>.

Os governantes, os municípios, pressionavam nossos companheiros quando iam a seus lugares de trabalho, porque se conseguia o subsídio, mas tinha que trabalhar na prefeitura. Da prefeitura te diziam aonde ia, e lá te diziam aonde podia ir, aonde não. Então, qualquer um que manifestasse que ia se mobilizar por seus direitos, lhe diziam que não, que se fizesse isso, perdia<sup>336</sup>.

<sup>334</sup> Entrevista de história de vida a Ariel Ybarra, “El Turo”, do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “Te dan mil, dos mil guardapolvos, lo repartí por distrito, lo repartí por barrio, lo repartí por acá, y cuando llega a Almirante Brown, llegan cien guardapolvos para repartir para cuatro barrios, son 25 guardapolvos para cada barrio (...) ¿Y cómo hacer para repartir cien guardapolvos para que queden conformes todos los compañeros? Entonces, por eso siempre anotamos (...) porque como no hacemos assistencialismo como hace el gobierno, o los punteros, que te dan por dar, nosotros anotamos los compañeros que movilizan, porque, por ejemplo, vos lo irías a cortar la ruta, (...) y te dicen: “¿Qué reclamás?”. “Zapatillas”. “Ah! ¿Y cuántas zapatillas querés?”. “Quiero cinco: cuatro para mí y una para Ariel, que está en su casa.” ¡No! Tenemos que estar los dos, y los dos reclamamos cinco (...). Nadie iría cortar la ruta por outro”.

<sup>335</sup> MTD Solano In: MTD Solano & Colectivo Situaciones, op. cit., 2002, p. 57. Tradução livre. No original: “El problema básicamente era que el municipio presionaba a los compañeros para que dejaran de organizarse. De esos 120 compañeros que comenzaron el trabajo hoy deben quedar 5 ó 6 en el MTD.”

<sup>336</sup> Entrevista temática a Osvaldo, do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008. Tradução livre. No original: “Los gobernantes, los municipios, presionaban nuestros compañeros cuando iban a sus lugares de trabajo, porque se conseguía el subsidio pero había que trabajar en la intendencia. De la intendencia te decían donde ibas y allá te decían donde podías ir, donde no. Entonces, cualquiera que planteara que iba a movilizarse por sus derechos le decían que no, que si hacía eso, perdía...”

Svampa & Pereyra destacam a notoriedade da conquista dos piqueteiros neste embate, ao escancarar as práticas políticas clientelistas, abusivas, permitindo um reposicionamento do indivíduo que deixava de ser um receptor passivo, dependente dos favores de um *puntero*, para se transformar em um sujeito ativo que consegue seu plano através da própria luta, luta que se constrói em um coletivo. E esse aspecto tomará um lugar de evidência no discurso piqueteiro, i. e., os planos não são doados pelo governo, mas “arrancados” na luta, através de medidas de força como os piquetes.<sup>337</sup>

O governo (interrompido pelo Argentinaço) do radical Fernando De la Rúa tomou a decisão de nacionalizar todos os Planos Traballar e aceitar a gestão direta destes por parte das organizações piqueteiras, não como parte de uma política pró-piqueteira, muito pelo contrário, mas que tratava, essencialmente, de evitar a intervenção da rede clientelista do partido Justicialista na distribuição dos recursos sociais.

Para alcançar os planos, os movimentos de trabalhadores desempregados precisariam adotar a forma jurídica de organizações não governamentais e apresentar projetos que depois de julgados pelo Ministério do Trabalho, deveriam ser postos em prática.

Os intensos conflitos entre os movimentos piqueteiros e o governo federal e os reveses sofridos por este último nesta pugna acabaram por levar De la Rúa a rever a estratégia de implementação dos planos sociais, voltando à política de descentralização. De toda forma, durante o governo da Aliança, os piqueteiros se consolidaram como novo e importante ator social no cenário político nacional.

Durante o mandato provisório de Luis Eduardo Duhalde, foi lançado o Programa Nacional Chefes de Família, em princípios de 2002, que vem a substituir a função do Plano Traballar e continua sob a gestão do justicialista Néstor Kirchner. Seus beneficiários devem ser desempregados com pelo menos um filho menor de 18 anos (ou de qualquer idade com deficiência). Em troca de 150 pesos mensais, o desempregado deve realizar uma contraprestação de um mínimo de quatro horas e um máximo de seis. Com uma política descentralizada de implementação através dos municípios, os projetos agora são individuais e não mais coletivos, fato que contribuiria para o enfraquecimento dos projetos produtivos.

---

<sup>337</sup> Cf. Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2004.

No entanto, nosso objetivo ao falar sobre a dinâmica da relação do Estado com os grupos piqueteiros não é prover uma análise específica acerca do tema, mas trazer à luz certos aspectos desta trama a fim de resgatar elementos que nos pareçam sumamente importantes para compreender o processo histórico que desejamos apontar: a requalificação da ação política dos grupos subalternos na Argentina que se opera na década de 1990 em diante com a emergência das organizações de trabalhadores desempregados – no caso que analisamos aqui, os bairros pobres da GBA.

Assim revelamos um pouco do trabalho político que se faz em torno das reivindicações frente ao Estado de planos de ajuda social em dinheiro, alimentos e outros bens de consumo leves, como vestuário, pelas organizações piqueteiras. Já é possível perceber algumas mudanças trazidas por estas no quadro político que se desenvolve no processo de inscrição territorial que vem desde os anos 80 nos bairros pobres da Grande Buenos Aires.

### 2.2.3 O trabalho territorial: Piqueteiros para além do piquete

Os subsídios “arrancados” do Estado mediante a luta coletiva serão basilares para desenvolver os trabalhos comunitários e projetos produtivos levados a cabo pelas organizações de trabalhadores desempregados – “Os planos são a realidade desde a qual podemos nos organizar. Ou seja, não temos a possibilidade de ocupar uma fábrica”<sup>338</sup>.

A inscrição territorial levada a cabo pelos piqueteiros, como já mencionado neste capítulo, comporta duas categorias de atividades: os empreendimentos produtivos e os trabalhos comunitários. Os primeiros referem-se mais propriamente àquelas tarefas que se debruçam sobre a produção de bens materiais que podem, inclusive, ser destinados à comercialização, como padarias, hortas, olarias, oficinas de costura, para citar os mais frequentes. Os últimos compreendem afazeres de espectro mais amplo e que buscam coordenar os integrantes para resolver uma série de dificuldades e deficiências enfrentadas por eles mesmos e vizinhos do bairro, abarcando oficinas de educação popular, bibliotecas, salas de saúde, refeitórios comunitários. Há outros grupos de trabalho, que são mais diretamente ligados à organização estrutural do movimento, como os de Imprensa, de Formação Política, Administração, Economia, Segurança etc.

---

<sup>338</sup> MTD Solano, op. cit., 2002, p. 56. Tradução livre. No original: “Los planes son la realidad desde la cual nos podemos organizar. O sea, no tenemos posibilidad de tomar una fábrica”.

Assim, desenvolvem-se grupos de trabalho que organizam refeitórios comunitários que funcionam todos os dias a partir do recebimento dos alimentos do governo e também do que se produz nos projetos como horta e padaria; cooperativas para construção ou reforma de habitações ou de canalização da rede de água ou de esgotos, que podem usar materiais produzidos pela organização, como tijolos ou cerâmica; salas de saúde que ajudam na prevenção e também na cura de doenças como diabetes ou desnutrição; roupeiros, que recolhem roupas usadas, reparam aquelas que necessitam e as repartem depois; oficinas de educação popular, que tentam fazer com que os conteúdos aprendidos pelas crianças na escola sejam convertidos em práticas de vida de acordo com sua realidade social.

Nos organizamos, crescemos em distintos lugares da província de Buenos Aires, mas, particularmente, foi o trabalho, no social tinha que ver com... isso de fazer quadrilhas para trabalhar no bairro... onde identificásemos que a contraprestação que o governo nos pagava, produto dos impostos, ia de volta para a sociedade em trabalho. Ou seja, que as praças, as calçadas, os lugares, nós tínhamos a obrigação de manter. Isso com respeito aos planos sociais depois se combinou... Na década de 90, aqui, houve muita miséria, não? E por isso, se vocês percorrem alguns lugares ainda vai ver funcionar o que nos chamamos refeitórios comunitários. Tivemos que organizar os refeitórios para eu... porque o plano, a assistência social e as mercadorias ainda não eram suficientes para que uma família coma<sup>339</sup>.

Bom, eu estou recebendo [o plano], mas para cada um que recebe, tem três que não. (...) Então, o que os companheiros faziam? Quando recebiam, faziam uma contribuição voluntária para o movimento, uma contribuição voluntária de cinco pesos. Para quê? Para que os que continuam fazendo reuniões, os que continuam se organizando, e os que continuamos preparando outras mobilizações, contemos com dinheiro para nos mobilizar. (...) Então, começamos a ter um fundo. E depois esses companheiros começaram a fazer seus próprios projetos. Não que venha um *puntero*, ou o prefeito ou o governador nos dizer o que temos que fazer. Assim começamos a fazer refeitórios, roupeiros, aonde, sei lá, cinco companheiras saíam pelo bairro, pedindo aos que têm mais ou menos ou estão em posição ou tinham trabalho, que não jogassem fora a roupa velha. Então, que fazíamos? Reciclávamos essa roupa. (...) E assim começamos a fazer e continuar vendo o que não recebia, continuava precisando de ajuda e continuavam se

---

<sup>339</sup> Entrevista temática com Osvaldo, do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008. Tradução livre. No original: “Nos hemos organizado, hemos crecido en distintos lugares de la provincia de Buenos Aires, pero, particularmente, fue el trabajo, en lo social tenía que ver con... esto de hacer cuadrillas para trabajar en el barrio... donde (nos) identificáramos que la contraprestación que el gobierno nos pagaba, producto de los impuestos, iba de vuelta a la sociedad en trabajo. O sea, que las plazas, las veredas, los lugares, nosotros teníamos la obligación de mantenerlo. Eso con respecto a los planes sociales después se combinó... En la década de 90 acá hubo bastante miseria, ¿no?, y por eso si ustedes se recorren a algunos lugares todavía van a ver funcionar o que nosotros llamamos comedores comunitarios. Tuvimos que organizar los comedores para que... Porque el plan, el asistencia social e las mercaderías aún no alcanzaban para que una familia coma.”

organizando. Então, os companheiros que recebiam, que função cumpriam? Vir um pouco aqui... Este lugar... eram árvores, fazíamos assembleias sob as árvores, púnhamos três ou quatro pedras e com uma panela as companheiras faziam o refeitório. Como em casa, em muitas casas de todos os vizinhos não havia o que comer, vínhamos para cá. E as companheiras cozinhavam. E comiam... um cozido, macarrão, tudo isso<sup>340</sup>.

É por isso que adquirem vital importância a Comissão de Alimentos e a Comissão de Saúde, que junto com as Comissões de Gestão, de Administração, Finanças, Educação e Imprensa tratam de melhorar dia a dia o MTDQ através de suas tarefas específicas e do trabalho comunitário em nossos Empreendimentos Produtivos, para poder começar a buscar as soluções que o governo municipal, provincial e nacional não nos dá.

(...) Atualmente, no MTDQ funcionam fornos e hortas (...). Também funcionam roupeiros e oficinas (...). Ademais, para combater o problema que representa a falta de educação, levamos a cabo oficinas de alfabetização, apoio escolar, oficinas de arte popular, oficinas de ofício, oficinas de prevenção do HIV, de lactantes, de nutrição, e de primeiros socorros<sup>341</sup>.

Todas essas tarefas encontram enormes obstáculos devido à escassez de recursos materiais e humanos com que devem ser realizadas. Desde uma simples horta a uma oficina de solda ou de costura.

A padaria estava aqui a uma quadra, funcionava, então, o grupo de horta e padaria mandava para o grupo do refeitório uma sacola de

---

<sup>340</sup> Entrevista de história de vida a Ariel Ybarra, “El Turo”, do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “que no. (...) Entonces, ¿qué hacían los compañeros? Cuando cobraban, hacían un aporte voluntario al movimiento, un aporte voluntario de cinco pesos. ¿Para qué? Para que los que siguen haciendo reuniones, los que siguen organizándose, y los que seguimos preparando otras movilizaciones, contemos con dinero para movilizarnos. (...) Entonces, empezamos a tener un fondo. Y después esos compañeros empezaron a hacer sus propios proyectos. No que venga un puntero, o el intendente o el gobernador a decirnos que tenemos que hacer. Así empezamos a hacer comedores, copas de leche, roperos, dónde, ¿qué sé yo?, cinco compañeras salían al barrio, pedir a los que más o menos tienen o están en posición o tenían trabajo, que la ropa vieja no la tiren. Entonces, ¿qué hacíamos? Reciclabamos esa ropa. (...) Un pantalón que está muy roto y no sirve, pero sirve el cierre, lo sacamos el cierre y se lo ponemos a otro pantalón que por ahí está bueno pero no le funciona el cierre. Y así con varias cosas. Y ahí empezamos a hacer y seguir viendo él que no lo cobraba, seguía necesitando ayuda y seguían organizándose. Entonces, los compañeros que cobraban, ¿qué función cumplían? Venir un rato acá... Este lugar... Eran árboles, hacíamos asambleas bajo los árboles, poníamos tres o cuatro piedras y en una olla las compañeras hacían el comedor. Como en casa, en muchas casas de todos los vecinos no había para comer, veníamos acá. Y las compañeras lo cocinaban. Y comían... un guiso, fideo, todo eso”.

<sup>341</sup> MTD Quilmes In: Detrás del Pikete, op. cit., 2002, p. 6. Tradução livre. No original: “Es por eso que toman vital importancia la Comisión de Alimentos y la Comisión de Salud, que junto con las Comisiones de gestión, de Administración, Finanzas, educación y Prensa tratan de mejorar día a día al MTDQ a través de sus tareas específicas y del trabajo comunitario en nuestros Empreendimientos Productivos, para poder empezar a buscar las soluciones que el gobierno municipal, provincial y nacional no nos da.

(...) Actualmente, en el MTDQ funcionan hornos y huertas (...). A su vez, funcionan roperitos y talleres (...). Además, para combatir el problema que representa la falta de educación, llevamos adelante talleres de alfabetización, apoyo escolar, talleres de arte popular, talleres de oficio, talleres de prevención de HIV, de lactancia, de nutrición, y de primeros auxilios”.

batatas, uma sacola de cebola e as verduras para o refeitório aqui no município, não mandam os frescos pra gente nunca, nunca deram pra gente alimentos frescos, não?, eles dão para os refeitórios do município, para os seus próprios refeitórios<sup>342</sup>.

E bom, depois víamos como conseguíamos o que tinha que ver com materiais para poder fazer os trabalhos, porque ninguém te entregava nada, e as ferramentas. Se vê no programa que as assistências sociais implantavam ferramentas e materiais, claro que nunca apareciam porque para algum lado eram desviados. Então, nós temos que arcar com o peso de, bom, alguém disse que vai trabalhar e tem que trabalhar. Isso significava conseguir o que se necessita: desde ferramenta até material. Geralmente era doação. A gente saía – se não eram os vizinhos, eram empresas – para pedir doação para se fazer determinado trabalho. À medida que se realizava o trabalho, isso gerava que outros contribuíssem, porque se via a diferença que tinha entre nós e os governantes, porque nós dizíamos que íamos fazer tal coisa e fazíamos<sup>343</sup>.

De acordo com Ariel, no MTD Almirante Brown, os projetos produtivos começaram a ser estabelecidos a partir dos ofícios que dominavam seus integrantes, que deveriam ensinar aos outros que desconheciam o trabalho.

Três, quatro, cinco companheiros que, mais ou menos, tínhamos um ofício ou algo, eu que prendi algo de pizzaria, Yolanda sabia fazer algo de confeitaria, outros companheiro algo de horta, as pessoas que estiveram muito no Chaco, em Corrientes, Misiones – nas províncias, eles sabem como cultivar, e tínhamos isso, vimos a necessidade de começar a fazer hortas<sup>344</sup>.

---

<sup>342</sup> Entrevista de história de vida a Ariel Ybarra, “El Turo”, do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “la panadería estaba acá a una cuadra, funcionaba, entonces, el grupo de panadería le mandaba al grupo de comedor una bolsa de papas, una bolsa de cebolla y las verduras para el comedor porque acá en el municipio los frescos no nos mandaron nunca, nunca nos dieron alimentos frescos, ¿no?, se los dan a los comedores del municipio, a sus propios comedores”.

<sup>343</sup> Entrevista temática a Osvaldo, do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008. Tradução livre. No original: “Y bueno, después veíamos como conseguíamos lo que tenía que ver con materiales para poder hacer los trabajos, porque nadie te entregaba nada, y las herramientas. Si viene en el programa de que las asistencias sociales implementaban herramienta y materiales, por supuesto que nunca aparecían porque para algún lado se desviaban. Entonces nosotros tenemos que cargar con el peso de, bueno, uno dice que va trabajar y hay que trabajar. Eso significaba conseguir lo que se necesite: desde herramienta hasta material. Generalmente era donación. Se salía - si no eran los vecinos, eran las empresas – a pedir donación para se hacer determinado trabajo. A la medida que se realizaba el trabajo, eso generaba que otros aportaran, porque se veía la diferencia que tenía entre los gobernantes y nosotros, porque nosotros decíamos que íbamos hacer tal cosa y la hacíamos”.

<sup>344</sup> Entrevista de história de vida a Ariel Ybarra, “El Turo”, do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “Tres, cuatro, cinco compañeros que más o menos teníamos un oficio o algo, yo que aprendí algo de pizzería, Yolanda sabía hacer algo de repostería, otros compañeros algo de huerta, la gente que estuvo mucho en el Chaco, Corrientes, Misiones - en las provincias -, estos saben cómo cultivar, y teníamos eso, vimos la necesidad de empezar a hacer huertas.”



E com a contribuição solidária de cada companheiro do MTD que estava recebendo algum plano do governo, começaram a ampliar os projetos, comprando mais material. Ariel faz questão de enfatizar que no pão da padaria do MTD não se usa bromato, nem se emprega agrotóxicos nas hortas. Eles conseguiram locais próprios para produzir esses alimentos, que antes eram feitos apenas nas cozinhas de suas casas, construíram fornos e passaram a vender para alguns armazéns das redondezas e até em algumas feiras da Capital Federal, como a famosa Feira de San Telmo. Os pequenos locais de produção, próprios do MTD, também servem como uma escola de ofícios para as crianças e adolescentes dos bairros onde se baseia a organização.

As organizações autônomas, que não possuem relação com partidos políticos e sindicatos, também esperavam que os empreendimentos produtivos gerassem uma renda que os tornassem cada vez mais independentes dos subsídios do Estado.

Vamos estar sempre nos bloqueios, nas ruas, todos os dias. Não somente bloqueando as estradas, reivindicando frente ao governo, mas também nos organizando todos os dias no bairro, isso é importante. (...) No trabalho, dedicamos 10 ou 15 horas a uma padaria comunitária, onde se trabalha quatro turnos, é uma verdadeira luta todos os dias, lutas onde os companheiros se comprometem a fazer o pão, os pães doces, onde se abastecem os refeitórios (...) e não dependemos tanto do município, do governo, nem de ninguém<sup>345</sup>.

Por um lado lutamos pela autonomia, impulsionando nossos projetos produtivos, apontando o tema da autogestão; e por outro lado a participação está reforçada pelas oficinas de formação política e educação popular, sendo estes um espaço para a reflexão e a práxis coletiva<sup>346</sup>.

Apesar de nossa pesquisa deter-se mais estritamente sobre organizações piqueteiras de Buenos Aires, devemos assinalar que a inscrição territorial é característica também de movimentos de trabalhadores desempregados do interior do país, ainda que haja as diferenças, já mencionadas no início deste capítulo, entre as trajetórias do proletariado que conforma movimentos piqueteiros nos grandes centros urbanos argentinos e daquele que integra os mesmos tipos de movimentos em

<sup>345</sup> MTD Quilmes In: *Detrás del Piquete*, op. cit., 2002, p. 6. Tradução livre. No original: “vamos a estar siempre en los cortes, en las calles, todos los días. No solamente cortando las rutas, reclamando al gobierno, sino también organizamos todos los días en el barrio, eso es importante. (...) En el trabajo, dedicamos 10 o 15 horas a una panadería comunitaria, donde se trabaja cuatro turnos, es una verdadera lucha todos los días, luchas donde los compañeros se comprometen a hacer el pan, las facturas, donde se abastecen los comedores y las copas de leche, y no dependemos tanto del municipio, del gobierno, ni de nadie”.

<sup>346</sup> MTD Oscar Barrios In: *Detrás del Piquete*, op. cit., 2002, p. 4. Tradução livre. No original: “Por un lado luchamos por la autonomía, impulsando nuestros proyectos productivos, apuntando al tema de la autogestión; y por otro lado la participación está apuntalada por los talleres de formación política y educación popular, siendo estos un espacio para la reflexión y la praxis colectiva”.

localidades do interior argentino. A União de Trabalhadores Desempregados (UTD) de General Mosconi é um grande exemplo de organização piqueteira localizada no interior do país que desenvolve um intenso trabalho territorial. A UTD é um dos primeiros movimentos piqueteiros a se constituir, em 1997, na cidade que lhe empresta o nome e constitui reduto petrolífero, na província de Salta. Sua estruturação enquanto movimento tornou-se referencial para os demais MTD, por mais distintas que sejam suas lógicas de construção políticas. Além dos constantes piquetes reclamando postos de trabalho, investe nos empreendimentos produtivos e nos trabalhos comunitários. Desenvolveu uma série de projetos produtivos – hortas, granjas, oficinas metalúrgicas, reciclagem de plásticos – que almeja ao mesmo tempo suprir algumas necessidades básicas de seus integrantes e desenvolver a consciência política e a construção de um poder popular<sup>347</sup>. Porém, observamos que os trabalhos comunitários, nessa pequena localidade petrolífera, abrangem territórios para além dos bairros em que estão assentados a UTD, como aqueles que realizam em escolas públicas ou em missões indígenas.

De acordo com Svampa & Pereyra, o trabalho territorial da UTD de Mosconi e o rechaço a um alinhamento nacional relacionam-se com uma grande desconfiança para com o sistema político e os sindicatos – desconfiança que tem origem em sua experiência de luta, nos obstáculos que foram postos às suas ações por essas estruturas organizativas, especialmente aquelas de caráter nacional. No caso dos movimentos piqueteiros baseados na GBA, especialmente o MTD Solano e os MTD que integram a FPDS, e que reivindicam a centralidade do trabalho territorial-local, a opção por um trabalho político em escala local se faz no marco de uma reflexão política amadurecida no interior de um âmbito de deliberação. Posicionam-se contra a estratégia de massificação e de ação em escala nacional encabeçada por sindicatos e partidos políticos tradicionais, assim como por aquelas organizações piqueteiras que escolheram se projetar no cenário político nacional antes de consolidar o trabalho no bairro<sup>348</sup>.

As tarefas levadas a cabo tanto no trabalho comunitário como nos projetos produtivos desenvolveram-se a partir dos princípios da autogestão. Pode soar exagerado usar o termo autogestão para falar sobre os projetos produtivos dos movimentos piqueteiros – em sua imensa maioria, são minúsculos e não haveria muitos desafios para

---

<sup>347</sup> Cf. Daniel Campione & Beatriz Rajland, “Piqueteros y trabajadores ocupados en la Argentina de 2001 en adelante: novedades y continuidades en su participación y organización en los conflictos” In: Gerardo Caetano (org.), *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*, 2006; Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2003, e Claudia Korol (org.), *Cortando las rutas del petróleo*, 2006.

<sup>348</sup> Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2003.

se gerir, além daquele de ter que lidar constantemente com a iminência da escassez. No entanto, parece-nos que a reivindicação por parte dos trabalhadores que compõem os MTD de que o trabalho deve ser autogestionado é o que deve ser posto em relevância para nossa análise, dado que o desejo de desenvolver uma atividade laborativa onde os produtores diretos não tenham patrões, nem chefes ou supervisores não é algo naturalizado em nossa sociedade; justamente o contrário é o que é internalizado. Portanto, utilizaremos o termo autogestão também para as oficinas produtivas dos MTD, pela reivindicação dos princípios autogestionários pelos piqueteiros.

As formas que assumem o trabalho autogestionável passam por fases distintas dentro de cada organização, fator que se deve tanto à dinâmica interna do movimento quanto às mudanças na relação com o Estado. No caso específico das organizações autônomas, a autogestão recobriria um sentido político de (re)construção de laços sociais em bases diferentes daquelas produzidas pelas relações capitalistas.

Entre essas organizações independentes de partidos ou sindicatos, que enxergam no trabalho territorial autogestionado mais do que um paliativo para a crise, as perspectivas sobre esse processo também podem divergir: se nos MTDs de cunho autonomista mais radical, como o MTD Solano ou o MTD Guernica, a recriação das relações sociais através do trabalho autogestionável está subordinada à afirmação de autonomia e esta por sua vez está balizada pela auto-organização comunitária local, para outras organizações independentes, como o MTR ou os MTDs que integram a FPDS, a autonomia comunitária é concebida mais em termos de um ponto de partida necessário para a reapropriação do trabalho – a ser plenamente realizada num quadro de transformação revolucionária das relações sociais – do que um ponto de chegada<sup>349</sup>.

No MTD Almirante Brown, seus integrantes sentiram a necessidade de “ganhar um pouco mais” e para tanto começaram a apresentar projetos de trabalho para o governo de Néstor Kirchner, dentro do programa “Mãos à obra”. Ariel diz que para os grupos piqueteiros que não apoiavam Kirchner, era muito mais difícil ter projetos aprovados pelo programa do que o era para os movimentos piqueteiros oficialistas. Apresentaram um projeto de padaria e depois de passar por toda a burocracia que envolve o programa, tiveram o projeto aprovado, e o dinheiro para infraestrutura foi liberado. Esperaram, segundo Ariel, quatro anos para a liberação do segundo montante do dinheiro necessário para o projeto, que deveria ser destinado para a maquinaria. Os

---

<sup>349</sup> Ibidem.

mais recentes projetos eram uma cooperativa de eletricidade e outra de trabalhos em geral, que envolve pintura, serralharia. Esses trabalhos realizados através dos projetos eram também realizados de forma autogestionada, mas não apenas no âmbito dos bairros em que estão assentados o MTD. Com a cooperativa de eletricidade, trabalharam na iluminação pública do município de Esteban Echeverría, na GBA, e também na Faculdade de Ciências Exatas da Universidade de Buenos Aires (UBA), na Capital Federal.

Ariel assim se refere à cooperativa de trabalhos em geral:

Ela se conforma como um trabalho, por aí, de três, quatro, cinco companheiros, com alguém que saiba o ofício, nós ajudávamos e aprendíamos. E assim fomos vendo a experiência de um trabalho, de uma empresa, de uma fábrica, com o nosso trabalho, não? E agora, o que está focando é o ofício. Companheiros que por aí, por todo esse tempo não sabiam ler nem escrever, em oficinas de alfabetização para adultos aprenderam a ler e escrever e hoje em dia estamos incentivando para que vão aprender ofícios. Assim começamos a colocar as oficinas. Agora o governo fez uma inspeção para ver o lugar<sup>350</sup>...

Ele esperava que o governo ainda aprovasse um projeto de carpintaria. Divagando sobre esse novo projeto, Ariel avalia o trabalho exercido nesse âmbito: “Se temos sorte vão aprovar um projeto de carpintaria. Eu o companheiro aqui, Adrián, estamos aprendendo o ofício e vamos ensinar a outros (...), e desta vez já conseguir que os trabalhos funcionem como cooperativas de trabalho, não?”<sup>351</sup>

No MTR, o trabalho realizado nos bairros, que passava pelos projetos produtivos, intimamente ligados também ao trabalho comunitário, era designado por “quadrilhas”.

Nós formávamos quadrilhas de dias, e essas quadrilhas de dias tinham que terminar o trabalho que faziam em clubes, em sociais, em praças, em lugares públicos. Essas quadrilhas tinham suas reuniões semanais onde se discutia qual era o trabalho que se ia fazer, quem dirigia as quadrilhas, por quanto tempo, tudo se fazia em assembleia. Essas

<sup>350</sup> Entrevista de história de vida de Ariel Ybarra, “El Turo”, do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “Esto se conforma con un trabajo por ahí de tres, cuatro, cinco compañeros, con que uno sepa el oficio, nosotros ayudábamos y aprendíamos. Y así fuimos viendo la experiencia de un trabajo, de una empresa, de una fábrica, al trabajo nuestro, ¿no? Y ahora lo que se está apuntando es al oficio. Compañeros que por ahí que en todo ese lapso no sabían leer ni escribir, en talleres de alfabetización para adultos, aprendieron a leer y escribir y hoy por hoy les estamos impulsando para que vayan aprender oficios. Así empezamos a poner los talleres. Ahora el gobierno hizo una inspección para ver el lugar...”

<sup>351</sup> Entrevista de história de vida de Ariel Ybarra, “El Turo”, do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “Si tenemos suerte nos van aprobar un proyecto de carpintería. Yo y acá el compañero Adrián estamos aprendiendo el oficio y vamos enseñarle a otros (...), y esta vez ya arrancar que los trabajos funcionen como cooperativas de trabajo, ¿no?”

quadrilhas tinham um coordenador, cada quadrilha tinha um coordenador. Esse coordenador se juntava com todos os coordenadores em outra reunião, onde se discutia, por exemplo... o município não, não implantava isso. O que fazia era baixar ordens e regras, por escrito. Nós fazíamos a assembleia e fazíamos acordos de trabalho. Íamos mostrando qual era a diferença entre o que o governo fazia e o que nós pretendemos. As quadrilhas trabalhavam quatro horas diárias e essas quadrilhas deixavam de trabalhar quando havia que nos mobilizar ou uma medida de força<sup>352</sup>.

O MTR, por um tempo, organizou um “Mercado Central Piqueteiro”, que exporia e venderia produtos elaborados por organizações piqueteiras e empresas recuperadas de todo país. O próprio MTR ponderava que em curto prazo a contribuição deste mercado para a criação de uma economia paralela era mínima, mas apostava, contudo, na possibilidade de ser mais uma forma de unir a dispersão social que grassava no campo popular por meio de uma proposição positiva, em contraposição às forças negativas que então unificavam os grupos subalternos na Argentina – “No momento, o espanto, a necessidade nos unia, mas não outra coisa”<sup>353</sup>. O projeto teve curto tempo de duração.

Também no MTR, foram organizadas cooperativas através da apresentação de projetos ao governo federal. No que tange à burocracia e às dificuldades de se conseguir a aprovação do projeto por um movimento que não apoia Kirchner, as mesmas queixas que são feitas por integrantes do MTD Almirante Brown. Segundo Osvaldo, o MTR avalia que a ideia do governo ao criar o programa “Mãos à obra” era gerar cooperativas para “poder dividir”, porque a infraestrutura requerida, inclusive em capacitação humana, era bastante precária.

Porque é impossível que qualquer cooperativa, integrada por 10 ou 12 vizinhos, possa ser levada adiante se não tem determinados conhecimentos. Para isso tem que haver conhecimentos técnicos e, alguém tem que, para levar uma cooperativa adiante, também tem que

---

<sup>352</sup> Entrevista temática a Osvaldo, do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008. Tradução livre. No original: “Nosotros formamos cuadrillas de días, y esas cuadrillas de día tenían que terminar el trabajo que hacían en clubes, en sociales, en plazas, en lugares públicos. Esas cuadrillas tenían sus reuniones semanales donde se discutía cual era el trabajo que se iba a hacer, quien dirigía las cuadrillas, por cuanto tiempo, todo en asamblea se hacía. Esas cuadrillas tenían un coordinador, cada (día) tenía un coordinador. Ese coordinador se juntaba con todos los coordinadores en otra reunión donde se discutía, por ejemplo, el municipio no, no implementaba ese tema. Lo que hacía era bajar órdenes y reglas, por escrito. Nosotros hacíamos la asamblea y hacíamos acuerdos de trabajo. Íbamos mostrando cual era la diferencia entre el que el gobierno [pretende] y el que pretendemos nosotros. Y esas cuadrillas se manejaban con esos acuerdos de trabajo. Y había quienes hacían respetar esos acuerdos, ¿no? Las cuadrillas trabajaban cuatro horas diarias y esas cuadrillas dejaban de trabajar cuando había que movilizarse o medida de fuerza...”

<sup>353</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “En el momento nos unía el espanto, la necesidad, pero no otra cosa”.

ter conhecimentos legais. E entre os desempregados muito difícil que encontremos isso. Encontramos muita gente muito trabalhadora e que sabe determinados ofícios, mas não está o outro pé, que tem a ver com o conhecimento, as coisas legais, burocráticas e tudo isso, é uma coisa que está condenada a se diluir, que foi o que aconteceu<sup>354</sup>.

Diosnel, do MTD Lugano, também critica o programa pela falta de infraestrutura.

Mesmo com esse julgamento sobre a questão das cooperativas no marco desse programa, o MTR decidiu participar dele por questões táticas, uma vez que, a atitude contrária poderia ser vista como uma prova da difundida ideia entre a sociedade argentina de que “piqueteiros não querem trabalhar”.

(...) e para a organização que não aceitasse fazer cooperativas, o cartaz é “não quer trabalhar”. Então, com isso te condena a que não possa sequer se mobilizar, porque cresceu o trabalho, se quer, não pode vir... e por fim repressões, que está justificada diante da sociedade. Porque também, lamentavelmente, sinônimo de piqueteiro significa aquele que não quer trabalhar também, que fazem essas coisas porque não querem trabalhar, então pedem subsídios e todas essas coisas, não? Então a sociedade tem essa imagem também. Então aproveitaram isso para poder desligar a organização e nós achamos que o motivo porque isso ocorreu foi porque nos lugares em que colocaram dinheiro para que isso funcione são lugares onde são bastiões dos piqueteiros: La Matanza, Florencio Varela e Guernica (...) <sup>355</sup>.

Oswaldo assinala que o MTR também pôde tirar algum proveito dessa situação com as cooperativas de construção e de água que foram organizadas pelo movimento. Não apenas pela questão financeira, mas também como uma espécie de vitrine dos piqueteiros nas vizinhanças.

---

<sup>354</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “Porque es imposible que cualquier cooperativa, donde le integren 10 o 12 vecinos, pueda llevarse adelante si no tiene determinados conocimientos. Para eso hay que tener conocimientos técnicos, y, uno tiene que, para llevar una cooperativa adelante, también tiene que tener conocimientos legales... Y entre los desocupados es muy difícil que encontremos eso. Encontramos mucha gente muy trabajadora y que sabe determinados oficios, pero si no está la otra pata que tiene que ver con el conocimiento, las cosas legales, burocráticas y todo eso, es una cosa que está condenada a diluirse, que es lo que ha pasado”.

<sup>355</sup> Entrevista temática a Oswaldo, do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008. Tradução livre. No original: “(...) para la organización que no aceptase hacer cooperativas, el cartel es “no quiere trabajar”. Entonces con eso lo condena a que no pueda ni siquiera movilizarse porque ha crecido el trabajo, si lo querés, no podés venir a... y por ende represiones, la que está justificada ante la sociedad. Porque también, lamentablemente, sinónimo de piquetero significa lo que no quiere trabajar tampoco, que hacen estas cosas porque no quieren trabajar, entonces piden subsidios y todas esas cosas, ¿no? Entonces la sociedad tiene esa imagen también. Entonces han aprovechado esto para poder desligar la organización y el motivo que nosotros creemos que pasó eso fue porque en los lugares en que han puesto dinero para que esto funcione son lugares donde son bastiones de los piqueteros: La Matanza, Florencio Varela y Guernica (...)”.

O que dizíamos? Não somente que íamos ter trabalho e, por fim, um salário que, mais ou menos, digamos, poderíamos comer, mas que isso ia servir para que também os vizinhos vejam que nós estamos em condições de levar os trabalhos adiante e que somos os trabalhadores que fazemos as coisas, que tem gente que manda, e os que realmente fazem as coisas são os trabalhadores. (...) Hoje as pessoas têm água e sabem que os que fizeram isso foram os piqueteiros, ainda que dinheiro venha do... [Estado]<sup>356</sup>.

O trabalho nas cooperativas funcionava de forma bastante similar àquele realizado no âmbito das quadrilhas.

Uma vez por semana, havia uma reunião onde se discutia quanto cada um ganhava, quem dirigia as quadrilhas... os cargos também eram revogáveis, fizemos nossos próprios acordos de trabalho, que eram diferentes do que tinha a ver com a contraprestação de quatro horas de antes. (...) O governo fomentava o individualismo. Se assim... Se você faz determinada quantidade, leva o seu. Nós fazemos o contrário: ganhávamos determinada quantidade de dinheiro por toda a ocasião, mas se repartia pela conduta, pela constância e por outros motivos, por partes iguais, indistintamente se são mulheres, homens, se existem oito ou dez, isso não importava. Íamos praticando outras formas de nos relacionar com o trabalho<sup>357</sup>.

Nas organizações piqueteiras que se identificam com a tradição peronista e a ideia da construção de um capitalismo nacional socialmente mais justo – ou reconstrução, em bases mais amplas, desse capitalismo, a partir do legado de Perón, esfacelado pelo “neoliberalismo” – observa-se que os espaços de formação dentro do movimento são destinados a questões de necessidade mais premente e não diretamente ligadas a uma reflexão sobre as contradições da sociedade capitalista. As oficinas de

---

<sup>356</sup> Entrevista temática de Osvaldo, do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008. Tradução livre. No original: “¿Qué decíamos nosotros? No solamente que íbamos a tener trabajo y por ende un sueldo que más o menos, digamos, podríamos comer, sino que eso iba a servir para que también los vecinos vean que nosotros estamos en condiciones de llevar los trabajos adelante y que somos los trabajadores que hacemos las cosas, que lo hay gente que manda, y los que realmente hacen las cosas son los trabajadores. (...) Hoy la gente tiene agua y sabe que los que han hecho eso han sido los piqueteros, más allá que el dinero venga del... [Estado]”

<sup>357</sup> Entrevista temática de Osvaldo, do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008. Tradução livre. No original: “una vez a la semana había una reunión donde se discutía cuanto ganaba cada uno, quien dirigía las cuadrillas... también los cargos eran revocables, hemos hecho nuestros propios acuerdos de trabajo, que eran distintos de lo que tenía que ver con la contraprestación de cuatro horas de antes (...). Desde el gobierno fomentaba el individualismo. Si así... Si vos hacés determinada cantidad te lleva a lo tuyo. Nosotros hacemos lo contrario: ganábamos determinada cantidad de dinero por toda la ocasión, pero se repartía por la conducta, por la constancia y por otros motivos, por partes iguales, indistintamente si son mujeres, hombres, se existen ocho o diez, eso no importaba. Íbamos practicando otras formas de relacionarnos con el trabajo”.

formação ou de educação popular estão voltadas, sobretudo, para os temas da alfabetização, das drogas, da instrução sexual e saúde reprodutiva.

Toda a organização dos movimentos piqueteiros, desde as mobilizações reivindicativas às atividades de inscrição territorial, está estruturada em torno da dinâmica decisória de assembleias, por meio de formas de democracia direta. Já foi dito mais acima que esse é um traço do repertório comum de ação das organizações de trabalhadores desempregados. Isso não significa que essas práticas sejam homogêneas e as distintas características que assumirão os espaços de assembleia em cada organização terá muito a ver com suas lógicas de construção política. Mais uma vez, apontando a extrema heterogeneidade política dos MTD, essas diferenças não se delineiam apenas entre as organizações relacionadas organicamente a sindicatos e partidos políticos e aquelas independentes destas instituições tradicionais – as clivagens também se observam no interior de um mesmo tipo de corrente política, como é o caso das organizações autônomas. O MTR, por exemplo, possui práticas de democracia direta que obedecem aos princípios do centralismo democrático, o que requer uma estrutura mais verticalizada. Os MTDs que compõem a Frente Popular Darío Santillán, por seu turno, defendem formas bastante horizontais de democracia de base. E, como veremos no próximo capítulo, constatamos que as assembleias das organizações piqueteiras são também um espaço de formação para seus integrantes, e não apenas política.



### CAPÍTULO 3. TRANSFORMAÇÕES NOS MODOS DE VIDA DOS TRABALHADORES OPERADAS PELAS EXPERIÊNCIAS NOS MOVIMENTOS PIQUETEIROS E NAS EMPRESAS RECUPERADAS

#### 3.1. MTD: De vizinhos a piqueteiros

##### 3.1.1. Experiência e atuação política antes do MTD

Tomemos como cenário aquele tão bem descrito por Denis Merklen em *Pobres Ciudadanos...*, que diz respeito à construção de novas redes de relações pelos setores populares em meio à erosão por que passavam as redes estabelecidas no contexto do modo de acumulação baseado na industrialização por substituição de importações, ao qual fizemos referência mais acima. Lembremo-nos da lógica do “caçador”. Desenvolveu-se uma relação indivíduo-comunidade fortemente vinculada ao clientelismo político, ao assistencialismo e ao paternalismo.

É notória nos relatos a que tivemos acesso a identificação de que o ingresso no movimento piqueteiro representou uma linha bem demarcada que separa suas concepções de inserção política e social.

Antes da militância nas organizações piqueteiras, os entrevistados relatam um sentimento de repúdio às injustiças / iniquidades sociais, mas consideravam-se totalmente impotentes para lutar contra tal ordem de coisas, sobretudo entre aqueles que tiveram experiência no mercado de trabalho (formal ou informal), experiência que começava cedo, em geral por volta da adolescência ou pré-adolescência. Alguns até buscaram espaços para amenizar a angústia provocada por esse cenário, frequentando oficinas de educação popular ou mesmo as unidades básicas da rede *punteril* nos bairros.

E, por aí, sempre me mobilizavam todas essas coisas, mas não participava ativamente de nada. Por aí, participava em uma unidade básica, que são comitês peronistas, digamos. Me atraiu porque havia atividades, havia reforço escolar, todas essas coisas, havia recreação, todas essas coisas, lugares, assim, não? (...) Mas não militando para o peronismo, não?, mas como mais de fora, participando e fora, como uma vizinha, não como militante<sup>358</sup>.

---

<sup>358</sup> Entrevista de história de vida de Carina Lourenzo, integrante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008. Tradução livre. No original: “Y, por ahí, siempre me movilizaban todas esas cosas pero no participaba activamente de nada. Por ahí participaba en una unidad básica, que son comités peronistas, digamos. Me enganché ahí porque había actividades, había apoyo escolar, todas esas cosas, había recreación, todas esas cosas, lugares así, ¿no? (...) Pero no militando para el peronismo, ¿no?, sino como más de afuera, participando de afuera como una vecina, no como militante”.

Carina Lourenzo, 33 anos, autora do testemunho acima, começa a participar do MTR, em Florencio Varela, em 2003. Foi onde ela encontrou a proposta política pela qual ansiava. Antes, como se pode ver no trecho citado, ela já havia buscado fazer um trabalho social nas unidades básicas peronistas. Depois de abandonar as unidades básicas, ela começa a frequentar a Universidade das Mães da Praça de Maio, cursando educação popular. Em 2002, ela se integra a uma organização piqueteira, o MTR-CUBa. Contudo, não se sente satisfeita aí: “Não gostava muito porque... Era muito sindical a tarefa, não tinha uma tarefa política. Era tudo muito reivindicativo – distribuição de mantimentos, subsídios e nada mais. E não havia um crescimento das pessoas...”<sup>359</sup>. Natural da província de Entre Ríos, Carina vem de uma família com experiência militante – seus pais primeiramente militaram no PJ, “porque a maioria, 90% da população argentina, em algum momento da sua vida é peronista (rs)”<sup>360</sup>; depois, filiaram-se ao PC argentino, por influência de uma tia paterna e seu marido. Dois de seus tios maternos eram Montoneros. Essa experiência de militância na família é rara entre os integrantes dos MTD. Outro aspecto importante da trajetória de vida de Carina é que quando ela se integrou às fileiras do MTR ela trabalhava como caixa de supermercado, vendedora em uma floricultura nos fins de semana e no tempo livre que lhe restava costurava roupas para vender. Isso revela que os MTD acolhem não apenas trabalhadores pertencentes ao exército industrial de reserva (e membros de suas famílias), ainda que estes sejam a grande maioria dos integrantes; pessoas com emprego formal e/ou escolaridade acima da média procuram os MTD porque enxergam neles uma nova forma de fazer política. Foi o caso de Carina, por exemplo, formada em magistério – mas que nunca exerceu, por não estar de acordo com o sistema educacional argentino – e com um emprego formal – caixa de supermercado. Pouco tempo depois de ingressar no MTR, Carina abandonou o emprego no supermercado, que ela não suportava. Trabalhou por dois anos nesse estabelecimento. No contrato, constava que sua função era de caixa, mas a patronal exigia muitas outras: “além de atender no caixa, tinha que descer toda a mercadoria que vem do caminhão, repor as gôndolas, limpar todo o lugar e... fazer absolutamente tudo, tudo, tudo, tudo”<sup>361</sup>. A jornada de horário

<sup>359</sup> Ibidem. No original: “No me gustaba mucho porque... Era muy sindical la tarea, no tenía una tarea política. Era muy reivindicativo todo – bolsones de mercaderías, subsidios y nada más. Y no había un crecimiento en la gente...”.

<sup>360</sup> Ibidem. No original: “porque la mayoría, el 90% de la población argentina, en algún momento de su vida es peronista (rs)”.

<sup>361</sup> Ibidem. No original: “Aparte de atender en la caja, tenés que bajar toda la mercadería que viene del camión, reponer en las góndolas, limpiar todo el lugar y... hacer absolutamente todo, todo, todo, todo”.

prevista no contrato, de seis horas diárias, também não era respeitada. Ela começou a entrar em contato com o setor de recursos humanos da empresa, reclamando que não podiam fazê-la trabalhar por mais horas do que ditava o contrato, que essas horas extras deveriam ser pagas. Mas eles não lhe davam ouvidos. Decidiu tomar outra atitude:

E eu, o que fazia? Desligava a máquina [o caixa] (...), e havia fila de pessoas esperando para que eu cobrasse, registrasse... “Não, sei lá, me desculpem, mas meu horário de trabalho terminou”... As pessoas se irritavam... Bom, era a única forma de que se cumprisse o horário (...). Bom, então aí, o que fazem é me mudar de local de trabalho. O problema era resolvido assim. Os caras me faziam passear de sucursal em sucursal, me desgastavam, e então eu ia embora. Quando me mudam para a primeira sucursal, a primeira coisa que faço é me recusar a ir à outra sucursal, porque ficava muito longe da minha casa e o contrato dizia que eu tinha que estar em um raio próximo da minha casa, porque o salário que me pagavam não permitia fazer viagens longas e um montão de coisas. Bom, os caras me mudam, mas só uma vez, e para uma sucursal que estava aí perto. Bom, e aí estive trabalhando... O que acontece é que comecei a ficar mal de saúde, minha pressão começou a subir, ficava irritada, estava muito mal, muito mal nas condições em que eu trabalhava! E o salário era muito baixo, ainda que tivessem me subido de categoria (...). Não havia diferença de dinheiro em dizer que você era encarregada e não caixa, nisso não tinha diferença, era o mesmo aí dentro, no dinheiro, não? E a responsabilidade era muito maior. E, bom, reclamava por tudo isso, vivia chamando... os recursos humanos da empresa, e vivia telefonando. (...) Deixava eles loucos, loucos, loucos. (...) Bom, os caras me disseram para deixar de importunar, que o trabalho era assim, queriam me convencer de qualquer forma, queriam me convencer de ir embora, mas que eu renunciasses, não que me demitissem. Nesse tempo havia uma lei que o Menem tinha colocado, que era... Eram tão ruins os contratos trabalhistas, que havia uma lei que colocou, como para contrabalançar, que se te demitissem nesse determinado tempo, tinham que te pagar o dobro. Assim, os caras não queriam demitir ninguém, queriam que todo mundo fosse embora, pois aí não teriam que pagar o dobro<sup>362</sup>.

<sup>362</sup> Ibidem. No original: “Yo ¿lo que hacía? Apagaba la máquina (...), y había fila de gente esperando para que yo le cobrara, le facturara... “No, qué sé yo, discúlpeme, pero mi horario de trabajo terminó”... La gente se enojaba... Bueno, era la única forma de que cumpliera el horario (...). Bueno, entonces ahí lo que hacen es cambiarme de lugar de trabajo. El problema se solucionaba así. Los tipos me hacían pasear de sucursal en sucursal, me desgastaban, y entonces me iba. Cuando me cambian a la primera sucursal, lo primero que hago es negarme a ir a la otra sucursal, porque quedaba muy lejos de mi casa y el contrato decía que yo tenía que estar en un rayo cercano de mi casa, porque el sueldo que ellos pagan no permitía hacer viajes largos y un montón de cosas. Bueno, los tipos me cambian, pero una sola vez, y en una sucursal que estaba ahí cerca. Bueno, y ahí estuve trabajando... Lo que pasa es que empecé a enfermar de salud, se me empezó a subir la presión, me descomponía, estaba muy mal, ¡muy mal en las condiciones que se trabajaba! Y el sueldo era muy bajo, si bien a mí habían extendido de categoría, (...). No había diferencia de dinero en decirte que vos era la encargada y no la cajera, en eso no había diferencia, era lo mismo ahí adentro, en dinero, ¿no? Y la responsabilidad era mucho más. Y, bueno, me quejaba por todo eso, vivía llamando a... a los recursos humanos de la empresa, y vivía llamando por teléfono. (...) Los volvía locos, locos, locos. (...) Bueno, los tipos me dijeron para que dejara de joder, que el trabajo era así, querían convencerme de alguna forma, querían convencerme de que me vaya, pero que yo renunciara, no que me echasen. En ese tiempo había una ley que había puesto Menem, que era...Eran tan malos los contratos laborales, que había una ley que puso, como para contrarrestar, que si te echaban en ese

Carina relata que esse procedimento de desligar a máquina do caixa do supermercado para cumprir o horário estabelecido no contrato pôs suas colegas de trabalho contra ela: “bem, isso levou a que, primeiro, minhas companheiras de trabalho eram todas mulheres, se atiraram contra mim porque elas pensavam que [o ato de desligar o caixa] era contra elas, porque eu prejudicava elas, não a empresa”<sup>363</sup>.

Muitos trabalhadores dos movimentos piqueteiros se referem a situações em que resolviam enfrentar as péssimas condições de trabalho, mas se encontravam sozinhos em relação aos companheiros, que com medo de perder o emprego ou algo do gênero, como ser rebaixado na hierarquia do emprego na empresa ou forçado a mudar para uma sucursal longínqua da empresa, cessavam as lutas de reivindicação no meio do processo ou nem mesmo as iniciavam. Alguns colegas os acusavam de perturbarem o andamento “normal” do trabalho. Os que iam até o fim encontravam dificuldades de compreensão no seio da própria família. Os sindicatos careciam de representatividade entre esses trabalhadores.

Oswaldo conta sobre sua experiência quando trabalhava em um frigorífico, com carga e descarga de caminhões:

As revoltas que fazíamos terminavam a favor do patrão, em que um tinha que escolher entre matar a família de fome ou... (...) Os companheiros escolhiam: não matar a família de fome (rs), e os que dirigíamos ficávamos sempre de fora. (...) Porque lutas sindicais não havia, na década de 90 os sindicatos aqui não faziam nada, nada, nem nunca fizeram nada. Todas as lutas eram... não tinham apoio sindical, então eram individuais, entre muitos poucos. As pressões eram muitíssimas e custava muito organizar. Então, na maioria das vezes que sim, fazíamos algo, ficávamos dois, três de fora. (...) Isso trazia conflitos familiares. Bom, é difícil explicar para eles porque se fazia isso e, ainda por cima, eu não tinha explicação, não?, porque eu sabia que não estava bem, muitas vezes tinha que perder coisas para conservar a dignidade, mas não sabia explicar, então também tinha conflitos familiares, não?, Ir explicar para a mulher e para os filhos que ficou sem trabalho e que amanhã não tem o que comer, porque ensinaram pra gente que tem que baixar a cabeça e... que é melhor isso de antes do que nada. Mas, bom, como explicar quando não tem o argumento para explicar que isso não está bem?<sup>364</sup>

---

determinado tiempo, te tenían que pagar el doble. Así, los tipos no querían echar a nadie, querían que todo mundo se vaya, pues ahí no tendrían que pagar en doble”.

<sup>363</sup> Ibidem. No original: “bueno, eso llevó a que, primero, mis compañeras de trabajo eran todas mujeres, se tiraron en contra porque ellas pensaban que era en contra de ellas, porque yo les perjudicaba a ellas, no a la empresa”.

<sup>364</sup> Entrevista temática de Oswaldo, integrante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008. Tradução livre. No original: “Las revueltas que hacíamos terminaban en el favor del patrón, donde uno tenía que elegir entre matar de hambre a la familia o... (...). Los compañeros elegían: no matar de hambre la familia (rs), y los que dirigíamos quedamos siempre afuera. (...) Porque luchas gremiales no había, en la década de 90 los gremios acá no hacían nada, nada, ni nunca hicieron nada. Todas las luchas eran... no tenían el apoyo gremial, entonces eran individuales, entre muy pocos. Las presiones eran muchísimas y

Diosnel, cuja trajetória laboral se deu majoritariamente no ramo da construção civil, relata:

A relação com companheiros de trabalho era boa. Sempre gostei de ser companheiro de trabalho, mas com os patrões sempre aí, não tenho, nunca tive uma... um trato muito próximo com os patrões, porque eu sempre disse que se tem que ter os patrões aí, porque eles te têm onde te possa usar, vai te usar. Uma vez que não possa te usar mais, te joga na rua, não lhe importa nada. Por isso, às vezes, também tive algumas brigas com os companheiros de trabalho, porque, sim, há companheiros de trabalho que nós dizemos que é muito, muito “patronista”, que por aí defende mais o próprio patrão do que seu próprio companheiro de trabalho, e isso é... por aí, a briga que eu tinha era essa, sempre dizia “companheiro, você tem que proteger seu companheiro de trabalho, nunca tem que proteger o patrão, porque qualquer coisa que te aconteça, os que vão estar com você são seus companheiros de trabalho, o patrão não vai estar com... e se tem a oportunidade de te deixar jogado, vai te deixar, e o companheiro de trabalho não vai te deixar jogado, em qualquer lado. Isso sim, sempre tive essa discussão com os companheiros; uns entendem e outros não entendem, porque acredita que se conta para o patrão o que o companheiro de trabalho está fazendo, é como que o patrão vai gostar mais dele, e vai ganhar mais, e tudo isso... vai estar mais tranquilo... São coisas que acontecem no trabalho, mas...<sup>365</sup>

Entre donas de casa que nunca trabalharam fora nem nunca participaram de nenhuma atividade política ou trabalho social – significativa parcela que integra o movimento –, expressava-se mais a visão de que a preocupação com o outro estendia-se no máximo ao grupo familiar.

---

costaba mucho organizar. Entonces, la mayor de las veces que sí, hacíamos algo, quedábamos dos, tres afuera. (...) Eso traía conflictos familiares. Bueno, es difícil explicarles porque se hacía eso y yo no tenía la explicación encima, ¿no?, porque yo sabía que no estaba bien, que muchas veces había que perder cosas para conservar la dignidad, pero no sabía explicarla, entonces también tenía conflictos familiares, ¿no? Andar a explicar a la mujer y a los hijos que te quedaste si trabajo y que mañana no hay lo que comer, porque nos han enseñado que hay que agachar a la cabeza y... que es mejor eso que antes que nada. Pero bueno, ¿cómo explicar cuando no tenés el argumento para explicar que eso no está bien?”

<sup>365</sup> Entrevista de história de vida de Diosnel Pérez, integrante do MTD Lugano, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “La relación con compañeros de trabajo era buena. Siempre me gustó ser compañero de trabajo, pero con los patrones siempre ahí, no tengo, nunca tuve una... un trato muy cercano con los patrones, porque yo siempre dije que a los patrones les tiene que tener ahí, porque ellos te tienen (...) donde te pueda usar, te va a usar. Una vez que no te pueda usar más, te tira a la calle, no le importa nada. Por eso a veces, algunas peleas también tuve con los compañeros de trabajo porque, sí, hay compañeros de trabajo que nosotros decimos que es muy, muy “patronista”, que por ahí defiende más al propio patrón do que a su compañero de trabajo, y eso es... por ahí, la pelea que yo tenía era esa, siempre le decía “compañero, vos tenés que cuidar a tu compañero de trabajo, nunca tenés que cuidar al patrón, porque cualquier cosa que te pase, los que va a estar con vos son sus compañeros de trabajo, el patrón no va a estar con... y si tiene la oportunidad de dejarte tirado, te va a dejar, y el compañero de trabajo no te va a dejar tirado, en cualquier lado. Eso sí, siempre tuve esa discusión con los compañeros; unos entienden y otros no entienden, porque creen que si le cuenta lo que está haciendo el compañero de trabajo al patrón, es como que le va a querer más a él el patrón, y va a ganar más, y todo eso... va a estar más tranquilo... Son cosas que pasan en el trabajo, pero...”

Viviana García, 38 anos, nasceu em uma *villa* da Capital Federal em uma família muito pobre. Seus pais eram imigrantes paraguaios e tiveram mais quatro filhos. Conta que, na infância, quase não via os pais durante a semana, porque saíam de casa às cinco da manhã para trabalhar e só retornavam por volta das dez da noite. Ela se casou aos 17 anos com Diosnel e desde então vive na em Lugano, Capital Federal, também em *villa*. Mãe de cinco filhos, dona de casa, ela confessa que antes de ingressar no MTD Lugano, lhe incomodava o seguinte traço de seu marido: “Também, ele gostava muito de ajudar as pessoas, não? Quando alguém precisava, ele ia lá. Antes isso me chateava um pouco, não?, porque eu dizia sempre: ‘Você está sempre para todos e quando precisamos, ninguém aparece’”<sup>366</sup>. Seu cotidiano era marcado pelas tarefas de casa e pelo cuidado de seus filhos:

E eu como que... eu estava acostumada a tudo isso, a lavar, a isto, ou seja, a minha casa, e me importar somente com meus filhos, minha casa, meu marido, e os demais não existiam para mim. (...) Eu não entendia. Que por aí, e digo a verdade, que não via o jornal porque não me interessava... entende? Eu não me interessava... A única coisa que fazia era ver novelas, ver suas histórias bobas (...). É como eu dizia, eu... como dizia para as garotas: eu me levantava às 4h30 da manhã, fazia a comida para meu marido para que leve para seu trabalho, para que coma ao meio-dia, para que não compre comida em outro lugar, que sai o dobro do que tem que sair, e depois preparar o mate para ele, ele se levanta, se veste, toma os mates, prepara seu *tupperware*, sua bolsa, e vai. Depois que ele se vai, eu fico... e lavo, lavo os talheres, lavo a roupa, preparo meus filhos, levo para a escola, e quando volto termino de limpar toda minha casa, já tenho a comida metade feita às 11h30, ao meio-dia e quinze já vou para a escola buscar meus filhos, venho, termino de cozinhar, faço eles se sentarem, dou de comer a eles... o que tem dever de casa, tem dever de casa, o que faz a sesta. E enquanto meus filhos fazem a sesta, olho a novela e vou passar. Esta era minha vida. Às cinco da tarde eu tenho que estar cozinhando porque às 7h30 temos que jantar. Ele vem 6h30, tem que ter sua roupa preparada para tomar banho, para se trocar... e tomar mate se faz frio, tomar tereré se faz calor, jantar e todo mundo na cama. Esta era nossa vida. Nós não tínhamos outro horário de... exceto os fins de semana. Esta era a nossa vida de todos os dias. Depois, como piqueteiro, mudou tudo. Não temos horário nem para comer, nem para jantar, nem para fazer um mate... (rs)<sup>367</sup>

<sup>366</sup> Entrevista de história de vida de Viviana García, integrante do MTD Lugano, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “También era muy qué le gustaba ayudar a la gente, ¿no?, cuando alguien necesitaba, él se iba ahí. Antes eso me molestaba un poco, ¿no?, porque yo decía siempre: ‘Vos siempre estás para todos y cuando necesitamos nadie aparece...’”.

<sup>367</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “Y yo como que... yo estaba acostumbrada a todo esto, a lavar, a esto, o sea, a mi casa, e importarme solamente con mis hijos, mi casa, mi marido, y los demás no existían para mí. (...) Yo no entendía. Que por ahí, e digo la verdad, que no miraba el noticiario porque a mí no me interesaba... ¿entendés? No me interesaba yo... Lo único que le trataba a mí era mirar las novelas, que ver a sus historias boludas (...). Es como yo decía, yo... como les decía a las chicas: yo me levantaba a las 4h30 de la mañana, hacía la comida para mi marido para que lleve a su trabajo, para que coma al medio-día, para que no se compre comida de otro lado, que le sale el doble de lo que tiene que salir, y

Encontraremos uma série de contradições, tão comuns em uma sociedade capitalista, em que um abismo se abre entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos. Os mesmos sujeitos que se angustiavam diante de injustiças sociais, mas não sabiam se havia maneiras de combatê-las, ou como fazê-lo, muitas vezes sucumbiam à cultura da sobrevivência e do individualismo, servindo às engrenagens do assistencialismo e do clientelismo político. Muitos não viam com bons olhos os próprios piqueteiros. A maioria integrou-se ao movimento com o simples intuito de conquistar um plano de assistência ao desempregado, concedido pelo Estado às organizações piqueteiras, que os distribuem segundo critérios internos próprios, como vimos mais acima. E isso mesmo depois de meses sem emprego, sobrevivendo de bicos e alimentando esperanças: se saiu às cinco horas da manhã para procurar trabalho na segunda-feira e voltou às seis da tarde sem nenhuma boa notícia, i.e., um emprego, terça-feira seria outro dia. E quarta, quinta, sexta-feira, a próxima semana... Viviana conta como seu marido, Diosnel, lidava com a falta de emprego antes de ingressar no MTD Lugano.

Depois, em 2002, Diosnel ficou sem trabalho, despediram ele em seu trabalho, e... e bem, ele, como posso dizer?, é um cara... Disse para ele: “Diosnel, eu vou trabalhar”, ele disse “Não, até que não estejamos morrendo de fome, eu não vou ser mantido por uma mulher”. Assim que ele se levantava às seis da manhã e se ia, caminhando, não tinha um centavo para a passagem. Ia caminhando, caminhando, e não voltava até às duas da tarde, que vinha ele, ia tomando dois mates e se ia... E eu dizia “mas, por Deus, esse homem que não vê onde se meteu”. E nessa época, ele não tinha celular, nem nada, porque, bem... Não sabia como me comunicar com ele... depois vem aparecendo, às duas... Lhe disse “Tem fome?”; “Não, quero tereré”; e lhe disse, lhe digo “Consegui alguma coisa?”; “Não”, me disse, “não consegui nada, mas amanhã vou conseguir”. (...) Ele é só pintor de obras. Ele não é pedreiro, nem eletricista, nada, e aprendeu a fazer um montão de coisas, ou seja, quando uma pessoa tem filhos, faz de tudo um pouco. Bem, e depois conseguiu um trabalho de pedreiro, porqu na verdade, seu ofício é pintor de obras. E no outro dia se foi, outra vez, e eu disse

---

después prepararle el mate, él se levanta, se veste, se toma los mates, prepara su *tupperware*, su bolso, se pone y se va. Después que él se va, yo me quedo... y lavo, lavo los cubiertos, lavo la ropa, preparo mis hijos, los llevo a la escuela, y cuando vuelvo termino de limpiar toda mi casa, ya tengo la comida a mitad hecha a las 11h30, a las 12 y un cuarto ya me voy a la escuela buscarlos, vengo, termino de cocinar, los hago sentar, les doy de comer... él que tiene tarea, tiene tarea, él que duerme la siesta. Y mientras que mis hijos duermen la siesta, miro la novela y me pongo a planchar. Esta era mi vida. Las cinco de la tarde yo tengo que estar cocinando porque a las 7h30 tenemos que cenar. Él viene 6h30, tiene que tener su ropa preparada para bañarse, para cambiarse... y tomar mate si hace frío, tomar tereré si hace calor, cenar, y todo mundo a la cama. Esta era nuestra vida. Nosotros no teníamos otro horario de... excepto en los fines de semana. Esta era nuestra vida de todos los días. Después, como piquetero, lo ha cambiado todo. No tenemos horario ni para comer, ni para cenar, ni para hacer un mate... (rs)”

“Mas, Diosnel...”; “Não, não, não. Tenho que encontrar, tenho que conseguir”.<sup>368</sup>

Pablo relata o dilema em que vivia entre o repúdio à “injustiça” na relação entre patronal e trabalhador e o desejo de ascender financeira e socialmente. Ele classificou como um dilema a relação que tinha com colegas de trabalho antes de entrar para o MTD:

Eu tinha sempre essa mentalidade de progredir, e ao mesmo tempo, odiava a injustiça. Então, não gostava quando maltratava eles, mas também não é que eu me aliava com o resto dos empregados. Então, estava sempre numa posição intermediária, e tal é assim, que depois disso, fiz um montão de coisas, venda... estive em distintas coisas... E em todas as demais empresas, começando pela venda, começo a fazer cursos como delegado, ou seja, sempre há capacitação para ser delegado. Eu começo a fazer capacitações para ser delegado e começam a me explicar como tem que manejar os empregados, a voz imperativa, a voz dominante, que isso e aquilo... E começo a prestar muita atenção... Eu sempre prestava muita atenção no que estudava, no que me ensinavam, então, como era muito aplicado no ensino, tratava de fazer o correto, o que me haviam dito. O que não imaginei foi a posição em que isso ia me colocar, ou seja, depois, em todas as empresas em que trabalhei, fui encarregado de pessoal<sup>369</sup>.

<sup>368</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “Después, en el 2000, Diosnel quedó sin trabajo, le despidieron de su trabajo, y... Y bueno, él, ¿cómo te digo?, es un tipo... Le dije “Diosnel, voy a trabajar yo”, él dijo “No, hasta que no estemos muriendo de hambre, yo no voy a ser mantenido por una mujer”. Así que él se levantaba a las seis de la mañana y se iba, caminando, no tenía un centavo para el boleto. Se iba caminando, caminando, y no venía hasta las dos de la tarde, que venía él, se iba tomando dos mates, y se iba... Y yo decía “Pero, por Dios, ese hombre que no ve adonde se metió”. Y en esa época, él no tenía ni celular, ni nada, porque, bueno... No sabía cómo comunicarme con él... después viene apareciendo, a las dos... Le dije “¿Tenés hambre?”; “No, quiero tereré”; y le dije, le digo “¿Conseguiste algo?”; “No”, me dijo, “No conseguí nada, pero mañana voy a conseguir”. (...) Él solamente es pintor de obras. Él no es albañil, no es electricista, nada, y aprendió a hacer un montón de cosas, o sea, uno cuando tiene hijos hace de todo un poco. Bueno, y después consiguió un trabajo de albañil, porque en realidad, su oficio es pintor de obras. Y al otro día se fue, otra vez, y yo dije ‘Pero, Diosnel...’; ‘No, no, no. Tengo que encontrar, tengo que conseguir’”.

<sup>369</sup> Entrevista de história de vida de Pablo Pazemis, integrante do MTR, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “Yo tenía siempre esa mentalidad de progresar, y a la vez, odiaba la injusticia. Entonces, no me gustaba cuando los maltrataba, pero tampoco es que aliaba con el resto de los empleados. Entonces, estaba siempre en una posición intermedia, y tal es así, que después de eso, cuando entro a otras empresas, [...] de tornería que te había dicho, hice un montón de otras cosas, hice venta... estuve en distintas cosas... Y en todas las demás empresas, arrancando por la de venta, empiezo a hacer cursos como delegado, o sea, siempre hay capacitación para ser delegado. Yo empiezo a hacer las capacitaciones para ser delegado y empiezan a explicar cómo hay que manejar a los empleados, la voz imperativa, la voz dominante, que esto y el otro... Y empiezo a prestarme mucha atención... Yo siempre prestaba mucha atención en lo que estudiaba, en lo que me enseñaban, entonces, como era muy aplicado en las enseñanzas, trataba de hacer lo correcto, lo que me habían dicho. Lo que no imaginaba era la posición que me iba poner eso, o sea, después, en todas las empresas que trabajé, fui encargado de personal (...)”.



### 3.1.2. Para não falar de todas essas mulheres

Muitos homens que hoje participam do movimento reconhecem que foram suas mulheres ou mães que começaram a frequentar o movimento – as mulheres compõem a maioria em todas as organizações piqueteiras, algumas poucas com experiência no mercado de trabalho, a maioria donas de casa – e depois eles se aproximaram, em geral depois de muitas brigas em torno do tema, por ter uma mulher ou mãe piqueteira. Costuma-se interpretar esse dado como resultado do impacto do desemprego entre os homens em uma sociedade em que eles devem assumir o papel de sustentar a família. Reconhecer-se desempregado e viver de um subsídio para desempregados vem a ser algo que desestrutura o próprio cotidiano e muitos preferem viver buscando bicos todas as semanas, todos os dias<sup>370</sup>. As mulheres desses homens, relegados para categoria estagnada da superpopulação relativa para o capital, viram na ação piqueteira uma forma de lutar contra o precário nível de vida impostos a suas famílias.

Michelle Perrot, ao analisar a luta da classe trabalhadora francesa contra as máquinas, destaca o papel das mulheres nessa pugna. Elas se insurgem contra a máquina destruidora de um modo de produção doméstico a que são particularmente apegadas, defendendo seu próprio direito ao emprego, mas também como mulheres de operários, desempenhando nas agitações populares seu papel tutelar de donas de casa que defendem o nível de vida da família (a autora faz notar que motins por alimentos por vezes se misturam ao luddismo)<sup>371</sup>. A atuação das mulheres nos movimentos de trabalhadores suscitada pelo seu papel de administradora do lar é, portanto, antiga, e pode assumir distintas formas em diferentes conjunturas.

É interessante notar que, paralelamente ao crescimento massivo do desemprego entre os chefes de família residentes na conurbação bonaerense, entre 1991-1998, observa-se um significativo aumento da participação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho durante o período, em torno de 25%, processo pode representar uma mudança cultural importante entre os mais empobrecidos no que diz respeito à chefatura de família. Os setores sociais que construíram uma estratégia de vida baseada em uma maior inatividade relativa das mulheres – que deveriam se restringir às tarefas domésticas – tiveram que modificar abruptamente seus padrões culturais para as atividades de mercado a fim de contornar a queda da renda familiar. É provável que a

---

<sup>370</sup> A respeito da participação das mulheres nas organizações piqueteiras, cf. Sonia Villella, op. cit., 2007 e Maristella Svampa & Sebastián Pereyra, op. cit., 2004.

<sup>371</sup> Cf. Michelle Perrot, “Os operários e as máquinas na França durante a primeira metade do século XIX” In: op. cit., 2010.

mudança geral do principal receptor de renda tenha afetado a identificação do novo chefe de família. “Esta situação reflete a maior vulnerabilidade a que se veem expostas estas famílias cujas chefas devem se inserir em ocupações pouco qualificadas e prestigiadas socialmente, assumindo toda a responsabilidade na criação dos filhos”<sup>372</sup>.

Ariel conta que a participação da mãe o incentivou a ingressar para as fileiras do MTD Almirante Brown. Fora pego de surpresa quando soube que a mãe estava envolvida com o MTD, e admite que se sentira incomodado com o fato.

A mamãe fica mais velha, já de empregada, para ir limpar e lavar não ia mais à Capital, procurava bicos por aqui em Buenos Aires, inclusive, às vezes, um pouquinho afastado daqui; depois mais perto, e depois por aqui no bairro. E quando você fica aqui no bairro, obviamente, que uma patroa daqui do bairro não vai te pagar o que te pagavam na Capital (...). E aqui no bairro, o que pode fazer é passar... algum solteiro que esteja trabalhando e que necessita de alguém que lave a roupa. Minha mãe fazia esses trabalhos, não?, lavava um pouco de roupa, passava, em algumas casa trabalhava duas ou três horas, porque já estava velha. E minha mãe começava a participar nessas assembleias, até que um dia, estou vendo TV e vejo que uma dessas piqueteiras era minha mãe; estava com um capuz e um pau, na municipalidade daqui desse distrito, atuando como piqueteira. Depois daí, veio para minha casa, veio toda com dores da bala de borracha, da fumaça que deixam as balas de borracha, e perguntei para ela o que estava fazendo, estava louca, o que acontecia com ela... e como me disse que estava gostando, que já estava participando de um movimento de desempregados. (...) E depois, em três semanas, passava um rapaz para buscar, abria a porta, me perguntava se mamãe estava, começavam a falar, e comentavam que havia uma marcha, ou que havia uma reunião, havia uma assembleia. E este rapaz era Darío, Darío Santillán. Ia buscar minha mãe para que participe. E daí, às vezes, fiquei com a intriga de ir ver o que minha mãe estava fazendo, até que um dia eu me aproximei<sup>373</sup>.

<sup>372</sup> Demián Tupac Panigo & Andrea Lorenzetti, “Exclusión social en argentina. Presentación de un esquema de análisis multivariado aplicado al caso del Conurbano Bonaerense para el período 1991-1998” In: Herramienta, n. 12, 2000, p. 76.

<sup>373</sup> Entrevista de história de vida de Ariel Ybarra, “El Turo”, integrante do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “La vieja se pone más vieja, ya de empleada, para ir a limpiar y lavar ya no se iba más a Capital, buscaba changas por acá en Buenos Aires, inclusive, a veces, un poquito alejado de acá; después más cerca, y después por acá en el barrio. Y cuando te quedás acá en el barrio, obviamente, que una patrona de acá del barrio no te va a pagar lo que te pagaban en Capital (...). Y acá en el barrio, lo que puede hacer es planchar... algún soltero que esté trabajando y que necesite que alguien le lave la ropa... Mi vieja hacía esos trabajos, ¿no?, lavaba un poco de ropa, planchaba, en algunas casas trabajaba dos o tres horas, porque ya estaba vieja. Y mi vieja empezaba a participar en esas asambleas, hasta que un día, estoy viendo la tele y miro que una de esas piqueteras era mi madre; estaba con una capucha y un palo, en la municipalidad de acá de ese distrito, haciendo de piquetera. Después de ahí vino a mi casa, vino toda con dolores de la goma, del humo que te dejan las gomas, y le pregunté qué estaba haciendo, estaba loca, que le pasaba... y como me dijo que le estaba gustando, que ya estaba participando de un movimiento de desocupados. (...)Y después, en tres semanas, pasaba un muchacho a buscar, abría la puerta, me preguntaba si estaba mi vieja, se ponían a hablar, y comentaban que había una marcha, o que había una reunión, había una asamblea. Y este muchacho era Darío, Darío Santillán. La iba a buscar a mi vieja para que participe. Y de ahí, a veces, me quedó la intriga de ir a ver lo que está haciendo mi vieja, y hasta que un día me acerqué”.

No capítulo anterior, podemos identificar no testemunho do Osvaldo, do MTR, ao falar sobre sua motivação para ingressar em uma organização piqueteira, que fora também sua mãe que resolvera participar do movimento e fora ela que o estimulara a fazer o mesmo. Também no segundo capítulo, o testemunho de Pablo sobre os motivos iniciais de sua entrada no MTR deixa entrever que fora uma mulher que o convidara para participar na organização.

É possível que a grande quantidade de mulheres nos MTD tenha aberto uma outra frente de luta, contra o patriarcado, constatável em panfletos e materiais de formação, especialmente os da FPDS.

Na Plenária Nacional da FPDS em Mar del Plata (julho 2007), definimos como eixo de trabalho de nossa organização, a luta contra os valores e consequências do *patriarcado*. Na hora de nos comunicar, isto requer supera uma linguagem que invisibiliza as mulheres e define com nome masculinos as denominações genéricas... *Por que mencionar “os trabalhadores” e não “as trabalhadoras”? Não seremos todos e todas quem levaremos adelante a transformação social?* Temos que ir assumindo uma linguagem que “prefigure” a sociedade igualitária que nos propomos a construir, que supere as formas da sociedade contemporânea, arcada pelo capitalismo e o patriarcado<sup>374</sup>.

### 3.1.3. Uma nova perspectiva de inserção no mundo

Vemos que a resolução individual de se integrar a um movimento de trabalhadores desempregados não é fácil mesmo quando a intenção era apenas conseguir um plano e participar de atividades políticas como o piquete apenas para figurar na lista dos candidatos a receber algum benefício do governo.

Participando nas distintas instâncias de sociabilidade proporcionadas pelo movimento, começaram a construir uma concepção de mundo distinta daquela que se pautava por um extremo individualismo e sentimento de impotência ou resignação.

No piquete, no serviço comunitário realizado nas diversas comissões do movimento, nos projetos produtivos, nas assembleias, nos espaços de formação política, os entrevistados passaram por circunstâncias que permitiram experiências inéditas para

---

<sup>374</sup> FDPS, *El Trabajo y su Forma... en el Capitalismo* (material de formação), agosto de 2007, p. 2. Grifos originais. Tradução livre. No original: “En el Plenario Nacional del FPDS en Mar del Plata (julio 2007), definimos como un eje de trabajo de nuestra organización, la lucha contra los valores y consecuencias del *patriarcado*. A la hora de comunicarnos, esto requiere superar un lenguaje que invisibiliza a las mujeres y define con nombre masculinos a las denominaciones genéricas... *¿Por qué mencionar a “los trabajadores”, y no a “las trabajadoras”? ¿No seremos todos y todas quienes llevaremos adelante el cambio social?* Tenemos que ir asumiendo un lenguaje que “prefigure” la sociedad igualitaria que nos proponemos construir, que supere las formas de la sociedad contemporánea, marcada por el capitalismo y el patriarcado”.

uma vasta camada dos grupos subalternos, que possuía um limitado mundo de sociabilização para além daqueles conferidos pelo trabalho precarizado que exerciam. As organizações piqueteiras – e aqui nos referimos de forma geral, não nos restringindo apenas às autônomas – buscam (re) construir espaços onde sejam possíveis encontros sociais públicos em uma etapa do capitalismo em que as classes dominantes vêm lançando mão de estratégias para reduzir cada vez mais esses tipos de espaço em detrimento da ampliação dos âmbitos privados.

Seguem abaixo depoimentos que relatam como esses âmbitos de sociabilização operaram transformações em suas visões de mundo, tanto no que se refere às operações mais simples do cotidiano quanto no que concerne a momentos de suspensão do cotidiano.

Pablo, do MTR, reflete sobre uma sanção recebida por conduta considerada inadequada em uma reunião de delegados do movimento.

E eu não entendia a sanção e porque ele não havia sido sancionado. Depois me explicam que era pela responsabilidade que eu tinha, eu era um delegado, e tinha mais responsabilidade que outros companheiros, entende?, e que tinha que ter uma visão mais ampla. E aí onde Darío me mostrou que as sanções são formativas. E que, bem, eu, além de não ter nenhuma responsabilidade durante meses, tinha que dar uma explicação depois, de porque tinha sido sancionado e de que me serviu. Então, eu, coisa de seis meses mais ou menos, preparo um escrito, (...) me ponho a estudar e a ler um montão de coisas. E aí onde começo a ler mais sobre o movimento e ainda passava por uma sanção. E... Aí começo a me formar, a dar mais bola para os cursos e tudo isso e... Bem, nestes últimos três anos é onde começo a me capacitar mais no que tenha a ver com a história de Che Guevara, de Marx, Lenin, Engels, Gramsci... E começar a ler tudo isso e tudo sobre exploração... Mas como são as coisas da vida! Que grande parte dos meus companheiros da empresa de sabão em pó, onde eu era delegado... Bem, eu termino ficando na comissão de saúde depois (...). e eu também passava por todas as diferentes comissões, até que decidi ficar em uma, a de saúde, não? E... bem, passo anos na comissão de saúde, mas... Nas marchas também, estava como responsável pela saúde nas marchas e estava atendendo as pessoas e quando em virei, vi o cabildo de Avellaneda e a metade eram todos companheiros meus da fábrica de sabão em pó, que tinha fechado, então entraram no movimento. As caras deles quando me viram, responsável pela saúde, que era o delegado que enchia o saco deles (rs) no trabalho. Foi uma coisa, mas...terrível, para mim foi terrível porque tinha que ir, fui cumprimentar eles e todos estavam me olhando torto... E eles chegaram a questionar o movimento, ou seja, dizem até onde propõe isso e têm esse filho da puta trabalhando aqui, entende? (...) E bem, me custou muito superar isso, muitos não entenderam, muitos que ficaram, outros não.. (...) Mas, te digo, para mim, a verdade, me deu um estremecimento terrível. Começou a abrir minha cabeça e mudar a parte humilde e ver os erros que eu tinha cometido por estar alienado com respeito à política do capitalismo, mais que nada... E bem, agora

começar a rechaçar isto por completo... Faz anos que venho com isso, com essa ideia de rechaçar tudo isso, de ver como mudar (...). Tem coisas que... que têm que te mudar o carácter completamente! Mas... sim, trabalhei em 20 mil lados, em todos os lados houve exploração, e eu creio que colaborei com esta exploração. E o que me custa agora é tirar tudo isso de mim<sup>375</sup>.

Osvaldo fala sobre as transformações no seu comportamento que a militância no MTR operou e pondera que a agressividade e revolta das pessoas tem que ser canalizadas para coisas que valham a pena, como lutar para mudar a situação de miséria em que se encontram, e não em brigas entre torcidas de futebol.

E sim, a luta muda, hein? Se pode fazer algo comigo, é certo que pode fazer isso com qualquer pessoa... assim é, que todo mundo tem possibilidade. É muito comum escutar as pessoas: “Eu não... Eu não dou para isso... Eu não posso...”, acreditando que a coisa volta para tras.

(...) Não era muito, muito bom quando (...) não estava na organização. Não é que não fazia coisas boas. Tinha a cultura de que as coisas que eu fazia era o que estava certo, o que eram bem vistas pela sociedade. Digo: se embebedar, brigar com... essas coisas são bem vistas. Para a maioria das pessoas, um cara tem que ser assim. Isso tudo pode ser mudado. Na verdade, a questão da briga tem que... Nós dizemos que as pessoas têm que apontar para o outro lado essas brigas; que está certo, mas te que apontar para outro lado. Aqui

---

<sup>375</sup> Entrevista de história de vida a Pablo Pazemis, integrante do MTR, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “Y yo no entendía la sanción y porque él no había sido sancionado. Después me explican que era por la responsabilidad que yo tenía, yo era un delegado, y tenía más responsabilidad que otros compañeros, ¿entendés?, y que tenía que tener una visión más amplia. Y ahí donde me planteó Darío que las sanciones son formativas. Y que, bueno, yo, aparte de no tener ninguna responsabilidad durante meses, tenía que dar una explicación después, de porque había sido sancionado y en que me había servido. Entonces yo, algo seis meses más o menos, preparo un escrito, (...) me pongo a estudiar y a leer un montón de cosas. Y ahí donde empiezo a leer más sobre el movimiento y todavía me pasaba por una sanción. Y... Ahí empiezo a formarme, a darme más bolas a los cursos y a todo eso y... Bueno, en estos últimos tres años es donde me empiezo a capacitar más en lo que tenga que ver con la historia del Che Guevara, de Marx, Lenin, Engels, Gramsci... Y empezar a leer todo esto y todo sobre la explotación... Pero, ¿como son las cosas de la vida! Que gran parte de mis compañeros de la empresa de jabón en polvo, donde yo era delegado... Bueno, yo me termino quedando en la comisión de salud, después (...). Y yo también le daba vueltas por todas las diferentes comisiones, hasta que decidí quedarme en una, la de salud, ¿no? Y... Bueno, llevo años ya en la comisión de salud, pero... En las marchas también, estaba como el responsable en las marchas de salud y estaba atendiendo a la gente y cuando me di vuelta, vi el cabildo de Avellaneda y la mitad eran todos compañeros míos de la fábrica de jabón en polvo, que había cerrado, entonces se pusieron en el movimiento. Las caras de ellos cuando me vieron a mí, responsable de salud, que era el delegado que los [boludaba] en (rs) en el trabajo. Fue una cosa, pero, ... terrible, para mí fue terrible porque tenía que ir, yo les fui a saludar y todos estaban me mirando torcido... Y ellos llegaron a cuestionar al movimiento, o sea, dicen hasta donde el movimiento se plantea esto y tienen ese hijo de puta trabajando acá, ¿entendés? (...) Y bueno, me costó mucho superarlo, muchos no entendieron, muchos que se quedaron, otros no...(...). Pero, te digo, a mí, la verdad, me dio un cimbronazo terrible. Me empezó a abrir la cabeza y cambiar la parte humilde y a ver los errores que había cometido por estar alienado con respecto a la política del capitalismo, más que nada... Y bueno, ahora empezar a rechazar esto por completo... Hace años que vengo con eso, con esa idea de rechazar todo eso, de ver cómo cambiar (...). Tienen cosas que... ¿que te tienen que cambiar el carácter a fondo! Pero... Sí, trabajé en 20 mil lados, en todos los lados hubo explotación, y yo creo que colaboré con esta explotación. Y lo que me cuesta ahora es quitar todo eso en mí”.

mesmo, tem uma guerra aberta entre a juventude e a polícia, que é mostrada na televisão, quando se vê os garotos caídos no confronto com a polícia. Tem uma guerra encoberta, mas tem uma guerra. Se se pudesse organizar essas pessoas para que apontem para o lado que tem que apontar... Bem, aqui há... distintos tipos, métodos de dominação, o que ontem um companheiro que estava aqui dizia, que a questão da acordo de políticos com a polícia e a droga, por exemplo. A droga é uma coisa que parece impossível de frear na juventude. E, ao mesmo tempo, temos um montão de jovens que não... não estão nisso... mas muitíssimo, sim. Se não é o álcool, é a droga... Bem, tratamos de explicar para as pessoas que, bem, na década de 70 foram balas, hoje é a droga, o álcool, tudo o que possa denegrir uma pessoa para desaparecer com ela, não?, para aniquilar ela. Quando é necessário, metem balas. Mas aí, basta com isso: não te atender no... nos hospitais, não ter remédios, não ter trabalho, todas são formas de liquidar gente... de matar gente, e quando necessário, é com balas<sup>376</sup>.

Viviana e Diosnel falam sobre como a experiência na organização lhes abriu o horizonte para pensar sobre seu posicionamento político.

E, bem, mudou bastante a gente, porque nós... ou seja, nesse tempo, tanto Diosnel como eu entendemos que não somos somente nós, que tem muita gente que necessita, que se tem que fazer uma transformação social e que... por aí, nós não nos esquecemos dessa transformação social, não?, porque é bastante difícil. Na verdade, para fazer a transformação social, assim não mais, tem que ser uma revolução. (...) Às vezes, digo, não?, porque estamos tão acostumados ao assistencialismo, estamos tão acostumados a que outros façam as coisas por nós, estamos tão acostumados a que alguém nos mande fazer as coisas, ou estamos tão acostumados a que, não sei, a que outros dirijam nossa vida. (...) E custa bastante fazer as pessoas entenderem essas coisas. Eu te digo que já faz cinco anos que estou tentando tratar de inculcar em muitos companheiros o que nós definimos por nós e não o que os outros queiram... dois, três, decidam por nós... Que nós queremos saber onde vamos, porque vamos, e se

---

<sup>376</sup> Entrevista temática de Osvaldo, integrante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008. Tradução livre. No original: “Y sí, la lucha cambia, ¿eh? Si ha podido hacer algo conmigo, es seguro que con cualquier persona lo puede hacer... así es, que todo mundo tiene la posibilidad. Es muy común escuchar la gente: “Yo no... Yo no estoy para esto... Yo no puedo...”, creyendo que se vuelve atrás la cosa. (...) No era muy, muy bueno cuando (...) no estaba en la organización. No es que no hacía cosas buenas. Tenía la cultura que las cosas que hacía era lo que estaba bien, lo que en la sociedad estaba bien visto. Digo: emborracharse, pelear con..., esas cosas están bien vistas. En el común de la gente, así tiene que ser un tipo. Se puede cambiar todo eso. En realidad, el tema de la pelea tiene que... Nosotros decimos que la gente tiene que apuntar para otro lado esas peleas; que está bien, pero tiene que apuntar para otro lado. Acá mismo, hay una guerra abierta entre la juventud y la policía, que se manifiesta en la televisión, cuando ve los chicos caídos en el enfrentamiento con la policía. Hay una guerra encubierta, pero hay una guerra. Si se pudiese organizar esa gente para que apunte para el lado que tiene que apuntar... Bueno, acá hay... distintos tipos, métodos de dominación, lo que ayer un compañero que estaba acá decía, que el tema de la combinación de políticos con la policía y la droga, por ejemplo. La droga es una cosa en la juventud que parece imposible de frenar. Y al mismo tiempo tenemos un montón de jóvenes que no... no están en eso... pero muchísimos, sí. Si no es el alcohol, es la droga... Bueno, tratamos de explicar a la gente que, bueno, en la década de 70 fueron balas, hoy es la droga, el alcohol, todo con lo que se pueda denegrir una persona para desaparecerla, ¿no?, para aniquilarla. Cuando es necesario se dan las balas. Pero ahí basta con esto: no atenderte en lo... en los hospitales, no tener remedios, no tener trabajo, son todas formas de liquidar gente... de matar gente, y cuando es necesario es con las balas”.

queremos ir e se não queremos ir, não que ninguém nos leve como gado para qualquer lugar, porque queremos ir. Isso sempre digo para eles... não vem um *puntero* dizer para a gente, ‘Amanhã, temos que ir para esse lado’, e todo mundo vai para esse lado, mas quando alguém vem e pergunta “Por que estão desse lado?”, “Não sei, me trouxeram”. A gente tem que perguntar por que, para que, e se é bom para nós, se vale a pena ir para esse lado, não ir porque passou pela cabeça de alguém, e saber que não é necessário ser universitário e ter muito, muito, muito estudo para aprender um montão de coisas. Porque nós fazemos... Ou seja, a cada dia aprendemos muitas coisas, que por aí a gente não se dava conta, mas agora sim, ou seja, eu me dei conta de um montão de coisas<sup>377</sup>.

O Diego de antes era um Diego que ia, quando tinha seu trabalho, ia trabalhar, chegava em casa, se tinha algo para comer, comia, e no outro dia ia trabalhar outra vez de volta. Eu sempre digo que esta organização me mudou, pessoalmente, um montão. Um montão, porque me torno outra pessoa agora, caminho tranquilo na rua, aminho tranquilo na Cidade de Buenos Aires, em qualquer canto, não tenho mais esse medo de que a qualquer momento a polícia vai me parar e me levar preso, a fazer o que eles querem porque sou de outro país. Todo esse medo se foi. Todo esse medo de dizer... Não! Eu vou a Palermo<sup>378</sup> e sai um cara de terno e gravata e começa a pisar no meu pé e não posso dizer nada porque ele tem gravata e eu me visto assim, não, isso também não está certo. Se o que está de terno me enche o saco, digo para ele que pronto, já deu. Posso te assegurar que mudou até minha vida familiar, dentro da minha casa, com minha família. Nesse sentido, sou muito mais, por aí, ativo do que antes. Eu, como me vê assim, entrei em um montão de lugares que nunca pensei que ia entrar. Fui discutir com muitos funcionários do governo daqui da Argentina, sendo paraguaio, mas não como ia o Diego de antes, era impossível fazer isso antes de conhecer os companheiros da organização. Tenho que agradecer à organização porque me fez aprender um montão de coisas. Me fez aprender que a vida não é só trabalhar e vir e que você tenha sua comida e depois os demais que

---

<sup>377</sup> Entrevista de história de vida de Viviana García, integrante do MTD Lugano, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “Y, bueno, a nosotros nos cambió bastante, porque nosotros... O sea, en ese tiempo, tanto Diosnel como yo entendimos que no solamente somos nosotros, que hay mucha gente que necesita, que hay que hacer el cambio social y que... por ahí nosotros nos olvidamos de este cambio social, ¿no?, porque es bastante difícil. En realidad, para hacer el cambio social, así no más, hay que ser una revolución. (...) A veces, digo, ¿no?, porque estamos tan acostumbrados al asistencialismo, estamos tan acostumbrados que otros hagan las cosas por nosotros, estamos tan acostumbrados a que alguien nos mande para hacer las cosas, o estamos tan acostumbrados a que, no sé, a que otros nos dirijan la vida. (...) Y cuesta bastante hacer entender a la gente esas cosas. Te digo yo que hace cinco años estoy intentando tratar de inculcar a muchos compañeros el que nosotros definimos por nosotros y no lo que nosotros quieran... dos, tres, decidan por nosotros... Que nosotros queremos saber adónde vamos, por qué vamos, y si queremos ir y si no queremos ir, no que nadie nos lleve cómo ganado a cualquier lugar, porque queremos ir. Eso yo siempre les digo... no viene un *puntero* decirnos, “Mañana tenemos que ir todos a este lado”, y todo mundo se va a este lado, pero cuando viene alguien y les pregunta “¿Por qué están de este lado?”, “no sé, a mi me trajeron”. Uno tiene que preguntar por qué, para qué, y si es bueno para nosotros, si vale la pena ir para este lado, no irse porque a uno se le ocurre, y saber que a uno no es necesario ser universitario y tener mucho, mucho, mucho estudio para aprender un montón de cosas. Porque nosotros hacemos... O sea, a cada día aprendemos muchas cosas, que por ahí uno no se daba cuenta, pero ahora sí, o sea, yo me di cuenta de un montón de cosas”.

<sup>378</sup> Palermo é um tradicional bairro de classe média alta da Cidade de Buenos Aires.

morram de fome. Isso também me ensinou, que não tem que ser assim. Bem, por isso digo que sim, mudou um montão, mudou um montão na minha pessoa, na vida que eu levava antes, sim, mudou muito. Como pessoa, me mudou um montão. Me mudou no sentido favorável, não para mal, não? Nuca também fui uma pessoa amarga, mas apenas era que... vinha, como te digo, vinha para minha casa, os dias de domingo me levantava e levava meus filhos para a praça, comprava isso para eles e, por aí, não reparava no que se passava ao meu redor. Não reparava, não é que não me importava, mas nunca reparei no que quer dizer... Não tinha um pedaço de pão, não, não, nunca reparei. Agora, sim, vejo tudo isso também. Que não é porque eu tenho já não tenho que fazer mais nada pelos demais<sup>379</sup>.

Ariel lamenta os tempos em que sua rebeldia era direcionada de uma forma não política, marcando a diferença com os tempos de militância no MTD, onde os companheiros se organizam politicamente para expressar suas revoltas e entendem melhor as causas de suas agruras.

Me mudou em muitos aspectos, em dar valor à família, a dar valor a minha esposa, dar valor a meus companheiros, ao trabalho, a um livro, porque Darío Santillán era um companheiro que gostava de estudar. Tinha feito o ensino médio, tudo isso, era um garoto de estudo... e vários companheiros que vinham, como Gerardo, que vem da Capital... companheiros militantes... a militância começou (...) e bem, [aprendi] a falar melhor, a me expressar melhor. (...) Eu, por exemplo, faz pouco, dizia que tenho repúdio à polícia, a essa classe de gente, mas hoje em dia, demonstro isso me organizando, demonstro isso deste lado, não? Em vez de dizer (...) “filhos da puta”, ir a um concerto e chutar as latas e revolver as latas de lixo nas portas das casas das pessoas ricas... Daí a fazer os piquetes a alguém que governa

---

<sup>379</sup> Entrevista de história de vida de Diosnel Pérez, integrante do MTD Lugano, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “El Diego de antes era un Diego que iba, cuando tenía su trabajo, iba a trabajar, llegaba a mi casa, si tenía algo para comer, comía, y al otro día me iba a trabajar otra vez de vuelta. Yo siempre digo que esta organización a mí me cambió, personalmente, un montón. Un montón, porque me vuelvo otra persona ahora, camino tranquilo en la calle, camino tranquilo en la Ciudad de Buenos Aires en cualquier lado, no tengo más ese miedo de que en cualquier momento me va a parar la policía y me va a llevar preso, a hacer lo que ellos quieren porque soy de otro país. Todo ese miedo se me fue. Todo ese miedo de decir... ¡No! yo me voy a Palermo y me sale un tipo de traje y de corbata y se pone a pisarme el pie y yo no pudo decir nada porque él tiene corbata y yo me visto así, no, eso también no está bien. Si me jode él que está de traje, le digo que listo, ya está. Te puedo asegurar que me cambió hasta la vida familiar, adentro de mi casa, con mi familia. En ese sentido, soy mucho más, por ahí, activo, do que era antes. Yo como me ve así entré en un montón de lugares que nunca pensé que iba a entrar. Fui a discutir con muchos funcionarios del gobierno de acá en Argentina, siendo paraguayo, pero, que no iba el Diego de antes, era imposible de hacer esto antes de conocer a los compañeros de la organización. La organización yo tengo que agradecer, porque me hizo aprender un montón de cosas. Me hizo aprender que la vida no es solamente ir a trabajar y venir y que vos tenga tu comida y después los demás que se mueran de hambre. Eso también me enseñó que no tiene que ser así. Bueno, por eso digo que sí, cambió un montón, cambió un montón en mi persona, en la vida que yo llevaba antes, sí, cambió mucho. Como persona me cambió un montón. Me cambió en el sentido favorable, no para mal, ¿no? Nunca tampoco fui una persona amarga, sino solamente era que... venía, como te digo, venía a mi casa, los días de domingo me levantaba y llevaba mis hijos a la plaza, les compraba esto y, por ahí, no me fijaba de lo que pasaba alrededor mío. No me fijaba, no es que no me importaba, sino nunca me fijé de lo que quiere decir... No tenía un pedazo de pan, no, no, nunca me fijé. Ahora sí, miro todo eso también. Que nos es que porque yo tengo ya no tengo que hacer más nada por los demás”.



(...), termino dizendo para eles “Olhe, nós, os *cabecitas*, os negros de merda, não te invejamos em nada”<sup>380</sup>. Eles, hoje em dia, podem estar em um clube com quadra de tênis, piscina de natação, jacuzzi e tudo o que queira, mas nunca vão ter as mãos limpas. Temos esse galpão, estivemos o sábado dançando como negros aqui, cumbia, candombe (...), nos mijando de rir e ainda por cima teve a parte onde apagamos as luzes (...)... parecia que estávamos em uma boate, mas era esse galpão, e fomos felizes e estivemos tranquilos<sup>381</sup>.

Como definiu Agnes Heller, a vida cotidiana é o conjunto das atividades que caracterizam as reproduções particulares geradoras da possibilidade da reprodução social global e permanente, e se caracteriza pela sua heterogeneidade. A organização do trabalho e da vida privada, o lazer, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação, constituem suas partes orgânicas. Para que a sociedade seja reproduzida por seus membros singulares, é necessário que estes reproduzam a si mesmos enquanto indivíduos em sua vida cotidiana.

O cotidiano abarca a vida privada e a vida pública, a vida profana e o mundo oficial. A repetição das ações vitais da vida individual de cada homem é fixada na repetição de cada dia. A vida cotidiana tem sua própria experiência, a própria sabedoria, o próprio horizonte, as repetições, mas também as exceções, “os dias comuns, mas também os feriados”<sup>382</sup>. A cotidianidade não deve ser entendida como oposição ao que sai da norma, à excepcionalidade, muito menos à História.

A vida cotidiana de um operário metalúrgico é distinta da de um professor universitário, que por sua vez é distinta da de um sacerdote, que por sua vez é diferente

---

<sup>380</sup> O termo “cabecitas negras” ou, simplesmente, “cabecitas” possui um teor discriminatório, referindo-se a pessoas com clara ascendência indígena e pertencentes aos grupos subalternos. Foi cunhado na década de 1940, na cidade de Buenos Aires, no contexto do grande fluxo de migrantes das zonas rurais para trabalhar nas empresas da capital argentina e da GBA. “Negros de mierda” também é uma expressão de teor semelhante a “cabecitas”.

<sup>381</sup> Entrevista de história de vida de Ariel Ybarra, “El Turo”, do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “Me cambió en muchos aspectos, en tomar el valor a la familia, en tomar el valor a mi esposa, tomar el valor a mis compañeros, al trabajo, a un libro, porque Darío Santillán era un compañero que a él le gustaba estudiar. Había hecho la secundaria, todo eso, era un pibe de estudio... y varios compañeros que venían, como Gerardo, que viene de la Capital... compañeros militantes... la militancia empezó (...), y bueno, [aprendí] a hablar mejor, a expresarme mejor. (...) Yo, por ejemplo, hace un rato, decía que tengo repudio a la policía, a esa clase de gente, pero hoy por hoy, se lo demuestro es organizándome, se lo demuestro de este lado, organizado, ¿no? En vez de decirle (...) “hijos de puta”, salir a un recital y patearle los tachos y revolver los [tachos] de basura en las puertas de las casas a la gente rica... De ahí a hacer los piquetes a alguien que gobierna (...), termino diciéndole “Mirá, nosotros, los cabecitas, los negros de mierda, no te envidiamos nada”. Ellos hoy por hoy pueden estar en un club con cancha de tenis, pileta de natación, jacuzzi, y todo lo que quiera, pero nunca van a tener las manos limpias. Tenemos este galpón, estuvimos el sábado bailando como los negros acá, cumbia, candombe, [...] las pelotas, cagándonos de risa y encima tuvo una parte dónde apagamos las luces y se veía este, se veía... parecía que estábamos en un boliche, pero era ese galpón, y fuimos felices, estuvimos a piola”.

<sup>382</sup> Karel Kosic, op. cit., 1995, p. 80.

da de um executivo de uma empresa transnacional. Mas todas possuem um denominador comum, que marca o tempo e dita o ritmo em que se desenvolvem essas vidas: a sociedade capitalista, cuja existência cotidiana das formas de ser possui elementos bastante diferentes da sociedade ateniense antiga ou da sociedade dos Karajás.

Karel Kosic assinala que o complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*, onde tais fenômenos – com sua regularidade, evidência e seu imediatismo – penetram na consciência dos indivíduos agentes e assumem um aspecto independente e natural. “O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. (...) O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos”<sup>383</sup>. Os fenômenos e as formas fenomênicas das coisas se reproduzem de maneira espontânea no pensamento comum como realidade porque são produtos naturais da práxis cotidiana, e não porque sejam os mais superficiais e mais próximos do conhecimento sensorial<sup>384</sup>. A espontaneidade, o pragmatismo, o economicismo, o juízo provisório, a ultrageneralização, o senso comum, a imitação, estruturam o cotidiano do indivíduo, que é ao mesmo tempo, ser particular e ser genérico<sup>385</sup>. Cada dia do cotidiano pode ser permutado por um outro dia correspondente – a terça-feira da semana passada é indistinguível da terça de duas semanas atrás ou do ano passado. Os dias se fundem uns com os outros e só podem ser diferenciados e emergir na memória devido a fatos particulares ou excepcionais.

Como a essência não se manifesta diretamente – ao contrário dos fenômenos – , deve existir uma atividade peculiar que permita o desvendamento do fundamento oculto das coisas: a ciência e a filosofia<sup>386</sup>. No entanto, é impossível que os indivíduos possam fundamentar filosoficamente todas as atividades genéricas que embasam sua existência a cada ato exigido para que ele satisfaça suas necessidades cotidianas. “Pois se nos dispuséssemos a refletir sobre o conteúdo de verdade material ou formal de cada uma de nossas formas de atividade, não poderíamos realizar nem sequer uma fração das

---

<sup>383</sup> Karel Kosic, op. cit., 1995, p. 15.

<sup>384</sup> Cf. Ibidem.

<sup>385</sup> Cf. Agnes Heller, “Estrutura da vida cotidiana” In: *O Cotidiano e a História*, 2008.

<sup>386</sup> Cf. Karel Kosic, op. cit., 1995.

atividades cotidianas imprescindíveis; e assim, tornar-se-iam impossíveis a produção e a reprodução da vida da sociedade humana”<sup>387</sup>.

Ao mesmo tempo, fazer as escolhas requeridas pela vida cotidiana recorrendo sempre a categorias ultrageneralizadas, a analogias e impulsos, em uma muda coexistência entre o particular e o genérico, tem consequências severas sobre a fragmentação do sujeito. Se essas formas são necessárias à estrutura do cotidiano, de forma alguma elas devem se cristalizar em absolutos, deixando de possibilitar uma margem de movimento e possibilidade de explicitação ao indivíduo. “Se essas formas se absolutizam, deixando de possibilitar uma margem de movimento, encontramos-nos diante da alienação da vida cotidiana”<sup>388</sup>.

A vida cotidiana é a esfera da realidade mais propícia ao estranhamento, como aponta Heller<sup>389</sup>. Aqui é necessário nos determos brevemente sobre o conceito de estranhamento, fundamental para o desenvolvimento de nosso argumento acerca das transformações nas vidas dos trabalhadores dos movimentos piqueteiros e das empresas recuperadas. O conceito de estranhamento tem uma longa história e pertence a uma vasta e complexa problemática, que expressa preocupações presentes desde a tradição religiosa judaico-cristã até tratados sobre direito, filosofia, psicologia, refletindo tendências objetivas do desenvolvimento histórico das sociedades europeias, desde a escravidão<sup>390</sup>. No campo da filosofia, várias correntes clássicas trabalharam sobre essa ideia, que estava essencialmente ligada ao chamado “trágico destino do homem”. O conceito de estranhamento (*Entfremdung*) tal como desenvolvido por uma parte da tradição marxista é o que serve de referência para nossa investigação<sup>391</sup>. O fenômeno do

---

<sup>387</sup> Agnes Heller, “Estrutura da vida cotidiana” In: op. cit, 2008, p. 47.

<sup>388</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>389</sup> Ibidem.

<sup>390</sup> Cf. István Mészáros, *A teoria da alienação em Marx*, 2006.

<sup>391</sup> Aqui cabe uma nota sobre tradução: Na tradição marxista, muitas vezes *Entäusserung* e *Entfremdung* foram tomados como sinônimos, traduzidos para o português como alienação, portando significado negativo, referente a uma situação aviltante para os indivíduos decorrente das relações sociais implicadas pelo desenvolvimento da divisão do trabalho e da propriedade privada. Algumas correntes dentro do pensamento marxista, no entanto, defendem que *Entäusserung* e *Entfremdung* exprimem fenômenos sociais distintos, embora se combinem em uma unidade, devendo ser traduzidos, respectivamente, por alienação e estranhamento. Alienação “tem o significado de *remissão para fora, extrusão, passagem de um estado a outro* qualitativamente diferente, *despojamento*, realização de uma *transferência*. (...) carrega o significado de *exteriorização*, um dos momentos da objetivação do homem que se realiza através do trabalho num produto de sua criação. *Entfremdung* (Estranhamento) tem o significado de real objeção social à realização humana, na medida em que historicamente veio a determinar o conteúdo das exteriorizações por meio tanto da apropriação do trabalho como da determinação desta apropriação pelo surgimento da propriedade privada (...)”<sup>391</sup>. Optamos por seguir essa diferenciação. Todavia, algumas vezes pode surgir o termo alienação como sinônimo de estranhamento em citações de autores que optaram por traduzir *Entfremdung* como “alienação”. A fim de não confundir o leitor, optamos por usar “exteriorização” ou “externalização” para descrever o que em Marx aparece como *Entäusserung*.

estranhamento aparece em diversos contextos analisados no plano econômico por Marx, seja nas obras da juventude, seja nas da maturidade. De forma geral, descreve um processo em que “a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado”<sup>392</sup>. O surgimento da divisão do trabalho na história humana é remotíssimo, mas adquiriu novas conformações no curso da história, que obedeceram a um grau crescente de complexificação e garantiram o progresso econômico da humanidade – no sentido de ultrapassar a competição *biológica* dos seres vivos com seu meio-ambiente, tornando as barreiras naturais cada vez mais recuadas<sup>393</sup>. O fenômeno do estranhamento é resultado direto das formas que a divisão do trabalho foi adquirindo, atreladas a sociedades divididas em classes, onde a riqueza é a apropriada por um grupo social distinto daquele encarregado de sua produção. As decisões sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir, ao longo do desenvolvimento das forças produtivas, tornaram-se cada vez mais insubordinadas aos desejos dos produtores diretos.

O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, porque a própria cooperação não é voluntária mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas sim como uma potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não se sabe de onde veio nem para onde vai, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma sequência particular de fases e etapas de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir<sup>394</sup>.

Mészáros aponta que, historicamente, o capitalismo se constituiu em relação aos modos de produção anteriores rompendo com o elevado grau de auto-suficiência no relacionamento entre a produção material e seu controle característico destas sociedades. A quebra da auto-suficiência confere ao sistema do capital, orientado primordialmente para a expansão e movido pela acumulação, simultaneamente, um

<sup>392</sup> Karl Marx e Friedrich Engels, *A Ideologia Alemã*, 2007, p. 37.

<sup>393</sup> Cf. György Lukács, *Ontologia do ser social: (Capítulo) Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*, 1979. Lukács ressalta que a constatação de que o progresso do desenvolvimento das forças produtivas é inegável não implica em nenhum juízo de valor. “Não há dúvida de que temos aqui um processo de desenvolvimento; e também se pode dizer que, no plano puramente ontológico, é um progresso o fato de que essa nova forma do ser social consiga, no curso do seu desenvolvimento, realizar-se cada vez mais a si mesma, ou seja, explicitar-se em categorias cada vez mais independentes e conservar as formas naturais apenas de um modo que as supera cada vez mais. Nessa constatação ontológica do progresso não está contido nenhum juízo de valor subjetivo. Trata-se da constatação de um estado de coisas ontológico, independente de como ele seja avaliado posteriormente. (Pode-se aprovar, deplorar, etc., o ‘recuo das barreiras naturais.’)”, p. 54.

<sup>394</sup> Karl Marx e Friedrich Engels, op. cit., 2007, p. 38

dinamismo sem precedentes e uma deficiência fatídica – a perda completa (e inevitável) de controle sobre o conjunto do sistema reprodutivo social, cuja manifestação maior pode ser encontrada no imperativo de intensificação cada vez maior de sua expansão<sup>395</sup>, que requer uma mercadorização crescente de tudo o que nos cerca, da nossa força de trabalho, da saúde, da educação, da criação dos filhos, e até do afeto<sup>396</sup>. Isso tudo é tomado como algo absolutamente natural, a-histórico, ao qual toda a vida humana tem que se adequar<sup>397</sup>.

A noção de estranhamento introduzida por Marx, como bem sintetiza Lukács, diz respeito aos efeitos do desenvolvimento das forças produtivas sobre as capacidades humanas e o desenvolvimento da personalidade – ao mesmo tempo em que o progresso econômico, do recuo das barreiras naturais, acarreta em um crescimento das capacidades humanas, ele pode também sacrificar os indivíduos. O estranhamento exprime a contradição dialética entre o desenvolvimento das capacidades humanas e o desenvolvimento do indivíduo<sup>398</sup>.

A teoria do estranhamento em Marx nasce de uma problemática econômica, que está baseada na disposição das sociedades em classe e nas formas de organização do trabalho, mas extrapola em muito o terreno meramente econômico. Ele se manifesta, sob diferentes formas, nas mais diversas esferas da vida humana. O estranhamento não se refere apenas ao econômico, mas à formação social como um todo e todas as relações que a constituem. E não se refere apenas ao proletariado, mas penetra também a vida de todos os seres sociais, inclusive das classes dominantes. Contudo, os indivíduos destas, de forma geral, sentem-se à vontade em seu estranhamento e percebem que este é fonte de sua potência; os indivíduos que formam o proletariado sentem-se aniquilados e o estranhamento exprime sua impotência. Se as classes dominantes, na aparência,

---

<sup>395</sup> Cf. István Mészáros, op. cit., 2002.

<sup>396</sup> No Japão, há diversas empresas especializadas em alugar companhias (por tempo determinado em contrato) para as mais diversas situações sociais e afetivas: atores são contratados para representar parentes “com falta de tempo”, seja em visitas semanais aos pais, casamentos ou funerais, e por um pouco mais de dinheiro põem até fazer discursos; maridos temporários para mães solteiras, cujo trabalho inclui ajudar as crianças com o dever de casa; amigos para ir a festas, cinemas, restaurantes para aqueles que temem ser vistos sozinhos e rotulados como solitários; dormir de conchinha com mulheres que têm dificuldade para dormirem sozinhas (sem qualquer envolvimento sexual). Um jovem que alugou duas amigas por 700 dólares para ir a uma danceteria declarou: “É um alívio ver alguém te aceitando incondicionalmente. (...) Se você vai se machucar, é preferível gastar algum dinheiro em vez disso”. Ver: <http://www.mdig.com.br/index.php?itemid=27601>, [http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/from\\_our\\_own\\_correspondent/7818140.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/from_our_own_correspondent/7818140.stm)

<sup>397</sup> Cf. György Lukács, op. cit., 1979.

<sup>398</sup> Cf. György Lukács, *Para uma ontologia do ser social*, Vol. II, Capítulo “A Alienação”, 2003.

experimentam uma existência humana, a realidade do proletariado é marcada por uma desantropomorfização de sua existência.

Especificamente no capitalismo, pode-se dizer que “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwert*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwert*)”<sup>399</sup>. Um dos principais impactos sobre a personalidade causado pela lógica da mercadoria, que rege o modo de produção capitalista e que tende a invadir cada vez mais todos os tipos de relações entre os seres humanos, é o desenvolvimento de uma subjetividade toda realização humana – individual e social – é definida pelo “ter” ao invés do “ser”. Esse domínio do sentido do “ter” representa, logicamente, uma reificação que é um motor potentíssimo para o estranhamento.

A reificação é fortemente ligada ao estranhamento. Mas nem toda reificação adquire o caráter de estranhamento. O mundo externo das objetividades, frisa Lukács, “é dado ao homem imediatamente e na imediatidade sob forma insuprimível de coisa. (...) Essa ‘coisa’ pode tanto ser produto da natureza como resultado do trabalho”<sup>400</sup>. Já vimos mais acima que a vida cotidiana é o mundo da pseudocentricidade, em que as formas fenomênicas recobram um aspecto independente e naturalizado, desaparecendo as essências. Por um lado, também vimos que a produção e a reprodução da vida da sociedade humana seriam impossíveis se a todo instante nos puséssemos a refletir sobre a essência de cada fenômeno. Lukács, ao discorrer sobre a reificação na vida cotidiana, dá o exemplo da eletricidade: quando alguém aperta o interruptor para acender ou apagar a lâmpada, não se põe a pensar que está dando início ou impedindo um processo.

O processo elétrico no quadro do ser cotidiano tornou-se uma coisa. É claro que a vida cotidiana é plena, não somente nos estados mais evoluídos, de similares reificações espontâneas, inconscientes. Poder-se-ia talvez dizer, generalizando, que em qualquer lugar a reação a um processo – seja ela na produção, na circulação ou no consumo – nunca ocorre conscientemente, mas através de reflexos condicionados os processos em questão são espontaneamente reificados<sup>401</sup>.

<sup>399</sup> Karl Marx, *Manuscritos Econômico-filosóficos*, 2004, p.80. Grifos no original.

<sup>400</sup> György Lukács, *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: Questões de princípio para uma ontologia hoje tornada possível*, 2010, p. 130.

<sup>401</sup> György Lukács, op. cit., 2003, pp. 103-104.

Algumas reificações são, portanto, necessárias para a efetivação da vida cotidiana – são reificações “inocentes”. No entanto, algumas reificações tornam-se uma base importante das reificações que conduzem diretamente ao estranhamento.

(...) de um lado os comportamentos sociais em si “inocentes” do ponto de vista da alienação, quando penetram a fundo na vida cotidiana, reforçam a eficácia daqueles outros comportamentos que já operam nessa direção; de outro lado, os indivíduos são tão mais facilmente envolvidos, pelos impulsos à alienação – se poderia dizer: inclinando a ela com maior espontaneidade e escassa resistência – quanto mais as suas relações de vida são percebidas por eles em termos abstratos, reificados e não de modo espontaneamente processual<sup>402</sup>.

Daí a afirmação de Heller de que a vida cotidiana é a instância da sociabilidade humana que mais se presta ao estranhamento. E quanto maior o estranhamento produzido pela estrutura econômica, mais a vida cotidiana contaminará o estranhamento característico à sua realidade para as outras esferas que compõem a vida humana em geral.

A atividade cotidiana pode ser atividade humano-genérica não consciente, ainda que suas motivações sejam, de maneira geral, particulares e intermitentes ou transitórias. No cotidiano a separação entre ser e essência parece algo natural, e a reprodução da vida pode mesmo ser viável social e biologicamente sem que se revele qualquer individualidade unitária, i. e., qualquer relação intrínseca entre particular e genérico, entre o homem e sua espécie<sup>403</sup>. O homem pode se orientar na vida cotidiana simplesmente cumprindo seus papéis sociais da forma considerada adequada. “A assimilação espontânea das normas consuetudinárias dominantes pode converter-se por si mesma em conformismo, na medida em que aquele que as assimila é um indivíduo sem núcleo; e a particularidade que aspira a uma ‘vida boa’ sem conflitos reforça ainda mais esse conformismo com a sua fé”<sup>404</sup>.

A essência do estranhamento na cotidianidade não se encontra nas formas de atividade desenvolvidas em seu âmbito, mas na relação do indivíduo com estas formas de atividade, em sua capacidade de hierarquizar por si mesmo estas formas e sintetizá-las em uma unidade, que envolve o particular e a espécie. E esta capacidade se define justamente a partir da relação que o indivíduo estabelece com o não-cotidiano, ou com as objetivações orientadas no sentido humano-genérico.

---

<sup>402</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>403</sup> Até quando será viável essa segregação é algo a se questionar, no entanto, vide a urgência, por exemplo, da questão ambiental nas sociedades capitalistas.

<sup>404</sup> Agnes Heller, op. cit., 2008, p. 57.

Deparamo-nos com decisões a todo o momento em nosso cotidiano. Quanto maior o compromisso pessoal, da individualidade e do risco envolvidos na escolha diante de determinada alternativa, maiores as possibilidades de que essa escolha se eleve acima das estruturas básicas requeridas pelo cotidiano e que sua particularidade, portanto, eleve-se à esfera do humano-genérico.

A cotidianidade pode sofrer interrupções. O choque entre o mundo da vida cotidiana e o seu exato oposto manifesta a verdade de cada um deles, aponta Koscic. Talvez a interrupção mais emblemática da cotidianidade seja a guerra. Mas também podemos considerar que o desemprego que se abateu sobre a vida dos homens e mulheres que compõem os MTD – chefes de família, donas de casa, seus filhos – também instaurou uma ruptura no cotidiano dessas pessoas.

Porém, a própria guerra possui sua cotidianidade – e assim também o desemprego instaura uma nova cotidianidade, que substituirá a primeira. “O ditado popular – o homem se acostuma até com a força – significa que o homem cria para si um ritmo de vida até no ambiente menos habitual, menos natural e humano, também os campos de concentração têm a sua própria cotidianidade, e até mesmo um condenado á morte”<sup>405</sup>.

O novo cotidiano dos que integram as fileiras do exército industrial de reserva (e de suas famílias), especialmente dos setores mais precarizados do mercado de trabalho, é plena de desespero e expectativa frente às possibilidades de conseguir o sustento mínimo da família. Mas a ruptura do cotidiano não se manifesta apenas na esfera da economia doméstica. Como pudemos observar um pouco antes, um aspecto importante dessa interrupção da cotidianidade do desempregado e de sua família será o questionamento dos papéis familiares determinados pelo gênero. Participar de uma organização piqueteira possibilitou uma nova ruptura na cotidianidade instaurada pelo desemprego – uma aprendizagem constante nas diversas atividades desenvolvidas no âmbito dos movimentos piqueteiros, seja através de formação política em cursos organizados por quadros das organizações, seja por meio da luta política travada em manifestações, confrontos contra os aparelhos de repressão do Estado. O MTD proporcionou uma vivência que exige reflexões sobre determinações da vida cotidiana e *alguns* elementos para montar o quebra-cabeça que desvenda as mistificações em torno dessas determinações.

---

<sup>405</sup> Karel Koscic, op. cit., 1995, p. 81.



O essencial, porém, não é a consciência do absurdo criada pela cotidianidade; é o problema que surge quando a reflexão se eleva acima da cotidianidade. Não se procura o sentido da cotidianidade (...) porque ela se tornou um problema mas porque no seu problematismo se reflete o problematismo da realidade: originariamente não se procura o sentido da cotidianidade, mas o da realidade. O sentido do absurdo não surge da reflexão sobre o automatismo da cotidianidade, mas a reflexão sobre a cotidianidade é uma *consequência* da absurdidade em que a realidade histórica colocou o indivíduo<sup>406</sup>.

Substituir a “muda coexistência da particularidade e da genericidade” pela relação consciente do indivíduo com o humano-genérico permite ao homem construir a hierarquia da vida cotidiana por meio de sua individualidade consciente, e não como algo contingente – a essa margem de movimento que desafia o conformismo, a resignação, o utilitarismo, Agnes Heller chama de “condução da vida”.

A condução da vida, essa *atitude* que é ao mesmo tempo um engajamento de concepção de mundo e um desejo de auto-realização e ordena conscientemente as heterogêneas atividades da vida, não se tornará uma possibilidade social universal a menos que o estranhamento seja superado. No entanto,

não é impossível empenhar-se na condução da vida mesmo enquanto as condições gerais econômico-sociais ainda favorecerem a alienação. Nesse caso, a condução da vida torna-se representativa, significa um desafio à desumanização, como ocorreu no estoicismo ou no epicurismo. Nesse caso, a “ordenação” da cotidianidade é um fenômeno nada cotidiano: o caráter representativo, “provocador”, excepcional, *transforma a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política*<sup>407</sup>.

Interpretamos que as organizações piqueteiras críticas aos sindicatos e partidos tradicionais criaram espaços de sociabilidade que abrem caminhos, outrora inéditos, para esse segmento mais precarizado dos grupos subalternos, para que os indivíduos que as integram possam iniciar um caminho rumo à condução da vida de que nos fala Heller, em sua forma representativa. As transformações pessoais relatadas pelos entrevistados nos mostram situações, por exemplo, em que um homem se percebe com o direito de transitar livremente na rua, sem medo de ser achincalhado por policiais pelo fato de ser estrangeiro ou morador de uma vila miséria, quando há alguns anos, apesar da indignação diante do fato, não sabia como agir diante desse constrangimento, situações em que reconhece que as atividades no movimento mudaram suas atitudes e

<sup>406</sup> Ibidem, pp. 87-88. Grifos no original.

<sup>407</sup> Agnes Heller, op. cit., 2008, p. 61. Grifos no original.

concepções de mundo, tornando-as mais conscientes, melhor fundamentadas. Nota-se como os militantes entrevistados fazem referências à maturidade política – um momento de suspensão do cotidiano –, adquirida com a militância no movimento, mas ao mesmo tempo destacam mudanças que se referem à sua fruição do cotidiano e como estas também foram proporcionadas pelo movimento. Num primeiro momento, essas transformações podem ser espontâneas, como as que concernem aos ritmos desregulados no funcionamento da casa, devido ao tempo que deve ser dedicado à organização, mas isso também se deveu a uma escolha de tipo moral, e além do quê, essas mudanças no ritmo cotidiano familiar também levaram os depoentes a questionar valores ou padrões de conduta tão enraizados como o machismo – o que não significa que tenham deixado de ser totalmente machistas; mas instala-se em seu sujeito uma tensão consciente.

Nos testemunhos das mulheres dos MTD, especialmente as que eram donas de casa e nunca tinham trabalhado fora, nem muito menos haviam tido participação política, nota-se que a participação nos movimentos piqueteiros fez com que elas se dessem conta do machismo de que eram vítimas ou adquirissem algumas ferramentas para combatê-lo.

Carina conta que, envolvendo-se nas atividades do movimento, passou a ter outro entendimento sobre a situação da mulher na sociedade. Essa reflexão levou-a a se separar do marido, que, inclusive, foi integrante do MTR:

Me envolvi muito com a área de gênero, dessas pessoas que davam mais as oficinas de educação popular, não? E como que comecei também a ter outra visão do todo, não?, da sociedade, e mais que nada da sociedade, o trato da sociedade para com a mulher. E aí a relação com o que era meu companheiro começou a mudar notoriamente. (...)

E a separação teve muito a ver com... em torno dos tratos entre homens e mulheres por um lado, o machismo incorporado. (...) Os tratos com sua família me cansaram muito. Atenção! Porque eu também, obviamente que os culpados somos sempre os dois, não?, não é que haja um culpado, não? Se ele bem fazia coisas eu deixava que ele fizesse, não?, aceitava. Bem, antes não chegava tarde em casa nunca, jamais chegava porque ele... Tem mais: quando ele chegava a casa já estava arrumada e limpa como [...] todo dia. E... não sei, coisas assim, de que eu não me dava conta. Não permitia também, eu não saía nunca, não saía com minhas amigas, não tinha amigas, não me relacionava com outras pessoas que não fossem de sua família, nem sequer com minha família, porque... tudo era a família dele, a família dele, família dele. (...) e me dava muito medo pensar em me separar; primeiro porque tinha isso metido na cabeça, de que se me

separo, que faço? (...) Medo da liberdade, não?, de poder decidir o que fazer. Isso me custou muito, me custou muito<sup>408</sup>.

O relato de Viviana mostra como estava sendo a transformação nos hábitos, condutas e noções sobre papéis familiares em sua própria família depois de que ela e o marido passaram a militar no MTD Lugano:

Ele era muito machista. Às 12 comemos, às oito jantamos, e não se pode dizer a ele que comida sai á uma da tarde, “Por que sai a uma da tarde se a hora da comida é às 12?” (...)

E a respeito do gênero, em casa também mudou um montão de coisas, porque Diosnel nunca lavou um prato, nunca lavou roupa, nunca varreu, nem cozinhou, nem nada, e cozinha espetacular agora. Eu fui a encontros de mulheres e ele ficou com as crianças... Fui a um acampamento de formação, em Córdoba, por 22 dias, e ele ficou com as crianças. Claro que ficou louco, mas, bem, ficou com as crianças...

Mas também foi uma experiência para ele se dar conta de que não é qualquer coisa ser mãe e dona de casa. Então... Sim, me lembro que quando tinha meus bebês, meus filhos ficavam com minha mãe, e ele não fazia nada. A casa, um desastre. Não varria, não lavava... (...) Volto dos hospital, eu vim, e a pia cheia de talheres sujos... não foi capaz de lavar um prato, não foi capaz de arrumar a cama. Certamente a cama estava assim desde que eu fui embora e dormia assim e se levantava assim e voltava a dormir assim, sem fazer a cama. (...) mas, bem, por sorte... fizemos uma mudança aqui, apesar de que a família dele não está muito de acordo com o que nós fazemos e a minha também não<sup>409</sup>.

---

<sup>408</sup> Entrevista de história de vida de Carina Lourenzo, integrante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008. Tradução livre. No original: “Me involucré mucho con el área de género, de la gente esta más de la que daba los talleres de educación popular, ¿no? Y como que empecé también a tener otra visión de todo, ¿no?, de la sociedad, y más que nada de la sociedad, el trato de la sociedad para con la mujer. Y ahí empezó a cambiar notoriamente la relación con el que era mi compañero. Bueno hasta el punto de separarnos. (...)”

Y la separación tuvo mucho que ver... en torno de los tratos entre hombres y mujeres por un lado, el machismo incorporado. (...) Los tratos con su familia me cansaron mucho. ¡Ojo! Porque yo también, obviamente que siempre los culpables somos los dos, ¿no?, no es que hay un culpable, ¿no? Si bien él hacía cosas yo dejaba que las hiciera, ¿no?, las aceptaba. Bueno, antes no llegaba tarde nunca a la casa, jamás llegaba porque él... Es más: cuando él llegaba ya estaba la casa ordenada y limpia como [...] todo día. Y... no sé, cosas así, que yo no me daba cuenta. No me permitía tampoco, yo no salía nunca, no salía con mis amistades, no tenía amistades, no me relacionaba con otra gente que no fuera de su familia, ni siquiera con mi familia, porque... era todo la familia de él, la familia de él, la familia de él. (...) Y me daba mucho miedo de pensar de separarme, primero porque me tenía metido en la cabeza esto de que si me separo, ¿qué hago? (...) Miedo a la libertad, ¿no?, al poder decidir qué hacer. Eso me costó mucho, me costó mucho”.

<sup>409</sup> Entrevista de história de vida de Viviana García, integrante do MTD Lugano, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “Él era muy machista. A los 12 comemos, a las ocho cenamos, y no le puede decir que la comida sale a una de la tarde, “¿Por qué sale a la una de la tarde si la hora de la comida es las 12?” (...)

Y a respecto del género, en casa también cambió un montón de cosas, porque Diosnel nunca lavó un plato, nunca lavó ropa, nunca barrió, ni cocinó, ni nada, y cocina espectacular ahora. Yo he ido a los encuentros de mujeres y él se quedó con los chicos... Me fui a un campamento de formación, en Córdoba, por 22 días, y él se quedó con los chicos. Claro que se volvió loco, pero, bueno, se quedó con los chicos...

Pero también fue una experiencia para él darse cuenta de que no es cualquier cosa ser mamá y ser ama de casa. Entonces... Sí, me acuerdo que cuando yo tenía mis nenes, mis hijos se quedaban con mi mamá, y

Diosnel, em seu testemunho, declara que não era machista – o fato de não deixar sua mulher trabalhar e ele ter a obrigação de prover o sustento material da família, em sua visão, não teria nada a ver com o fato de “porque sou homem não quero que a mulher vá trabalhar”. Ele justifica seu posicionamento dizendo que apenas não queria que os filhos ficassem sozinhos ou passassem todo o dia na creche. Diosnel não identifica que a divisão sexual do trabalho em nossa sociedade tem conotações machistas, mas revela que sua mulher se sentia “pressionada” quando antes vivia apenas dentro de casa, cuidando da família – isto é, antes de ingressar no movimento.

As pessoas me diziam que eu sou machista. Do que eu não gostava era: que a mulher trabalhe. Minha senhora nunca foi trabalhar em lado nenhum. Primeiro, o que acontecia era, temos cinco filhos, e não queria que meus filhos cresçam sem sua mãe do lado (...). Eu não me considerava machista de... porque sou homem não quero que a mulher vá trabalhar, não. Olhava pelos meus filhos porque via a realidade das pessoas que trabalham, sua senhora trabalha e trabalha ele, e deixava os filhos na creche e eu via como essas crianças sofriam. Assim que sempre disse para minha senhora “Você é a mãe dos meus filhos e vou fazer todo o possível para que não falte nada a você”. Para que trabalhar os dois, se não vai estar junto de seus filhos? Porque enquanto nós trabalhamos os dois, se eu tivesse permitido minha senhora trabalhar, meus filhos teriam sido criados em uma creche que... vão tratar eles como... não como crianças, mas... por aí como um brinquedo, porque, a verdade, aqui na creche que está... E também não podemos pagar uma creche de primeira... (...) Minha senhora nunca trabalhou, sempre fui eu quem sustenta toda a família, e ela, sim, estava com as crianças, ela se ocupava de mandar eles para a escola, se ocupava de que as crianças tivessem seu jaleco limpo, se ocupava de ir às reuniões de pais que se fazia na escola e tudo isso, ela se ocupava disso, não é que... (...) Agora sim, depois da situação por aí, minha senhora recém agora... Porque meus filhos já são um pouquinho mais velhos, não são mais crianças, o mais velho tem 22 anos, o segundo tem 18, o outro tem 16, a garota tem... vai fazer 15 anos, e o garoto mais pequenininho tem 11, assim que já... Minha senhora agora está com a gente na organização também, é uma das referentes da organização, aqui em Lugano também, assim que... nesse momento, sim, minha senhora, como que recém está saindo, e está conhecendo gente por aí, fora do bairro, não? Está muito contente, se sente muito contente, porque como ela dizia, (...) “era minha casa, minha casa e minha casa” e nunca saía daí, ou seja, se sentia meio... meio pressionada, mas ela nunca me disse isso, não?<sup>410</sup>

---

él no hacía nada. La casa, un desastre. No barría, no lavaba... (...) Me vuelvo del hospital, yo vine, y la pileta llena de cubiertos sucios... no fue capaz de lavar un plato, no fue capaz de arreglar la cama. Seguramente la cama estaba así desde que me fui y se dormía así y se levantaba así y volvía a dormir así, sin hacer la cama. (...). Pero, bueno, por suerte... hicimos un cambio acá, a pesar de que, la familia de él no está muy de acuerdo en lo que nosotros hacemos y la mía tampoco”.

<sup>410</sup> Entrevista de história de vida de Diosnel Pérez, integrante do MTD Lugano, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “A mí me decía la gente de acá que soy machista. Lo que no me gustaba era: que la mujer trabaje. Mi señora nunca fue a trabajar a ningún lado. Primero, lo que me

Oswaldo, do MTR, ao falar sobre os problemas familiares que a militância no movimento piqueteiro pode acarretar, destaca como a situação é mais difícil para as mulheres piqueteiras, refletindo sobre a tradição machista no país.

Mas não tenho problemas, por exemplo, outras pessoas têm problema, têm problemas familiares. Isto se contrapõe com a vida familiar, principalmente as mulheres, não? Uma sociedade machista, onde a mulher tem que ter a comida a determinada hora... a militância é uma coisa de gente vagabunda, que não quer fazer o que tem que fazer. Tem que brigar contra isso. Assim, é muito machista, a Argentina é muito machista, então, as companheiras têm muitos problemas. Mas ainda assim enfrenta eles, hein? Começam a conhecer seus direitos e começam a ver que, bem, também a história... Esta sociedade disse para nós que temos, que a mulher está para a casa e o homem para ir trabalhar, e estas coisas ainda estão muito dentro das pessoas<sup>411</sup>.

Ariel defende que o MTD Almirante Brown representou uma transformação muito positiva na vida das mulheres.

Conseguir que as companheiras, senhoras que vieram de alguma província, sem saber nem ler nem escrever, aprenderam a saber ler, escrever, sabem seus direitos, sabem como se expressar, sabem o que lhes devido. Inclusive, desde... isso de se organizar mudou elas, mudou elas um pouquinho até na vida, porque as senhoras que antes, que vêm do campo, das províncias, tinham se relacionado muito com

---

pasaba era, tenemos cinco hijos, y no quería que mis hijos crezcan sin su mamá al lado (...). Yo no me consideraba machista de... porque soy hombre no quiero que va la mujer trabajar, no. Miraba por mis hijos porque veía la realidad de la gente que trabaja, su señora trabaja y trabaja él, y dejaba los hijos en la guardería y yo veía esos chicos cómo sufrían. Así que siempre le dije a mi señora “Vos sos la mamá de mis hijos y voy hacer todo lo posible para que no le falte nada a usted.” ¿Para qué trabajar los dos, si no le vas a estar junto a tus hijos? Porque mientras que nosotros trabajamos los dos, si yo hubiera permitido que trabaje mi señora, mis hijos se hubieran creado en una guardería que... le van a tratar cómo... no cómo chicos sino... por ahí cómo un juguete, porque, la verdad, acá en la guardería que está... Y tampoco podemos pagar una guardería de primera... (...) Mi señora nunca trabajó, siempre fui yo él que sostiene toda la familia, y ella, sí, estaba con los chicos, ella se ocupaba de mandarles a la escuela, se ocupaba que los chicos tengan su guardapolvo limpio, se ocupaba de ir a las reuniones de padres que se hacía en la escuela y todo eso, ella se ocupada en eso, no es que... (...) Ahora sí, después de la situación por ahí, recién ahora mi señora... Porque mis hijos ya son un poquito más grandes, no son más chicos, el más viejo tiene 22 años, el segundo tiene 18, el otro tiene 16, la nena tiene... va a cumplir 15 años, y el nene más chiquito tiene 11, así que ya... Mi señora ahora está con nosotros en la organización también, es una de las referentes de la organización, acá en Lugano también, así que... en ese momento, sí, mi señora, como que recién ahora está saliendo, y está conociendo gente por ahí, fuera del barrio, ¿no? Está muy contenta, se siente muy contenta, porque como ella decía, (...) era mi casa, mi casa y mi casa y nunca salía de ahí, o sea, se sentía medio... medio presionada, pero nunca me dijo ella eso, ¿no?”

<sup>411</sup> Entrevista temática de Oswaldo, integrante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008. Tradução livre. No original: “Pero no tengo problemas, por ejemplo, otra gente tiene problema, tiene problemas familiares. Esto se contrapone con la vida familiar, principalmente las mujeres, ¿no? Una sociedad machista, donde la mujer tiene que tener la comida a determinada hora... la militancia es una cosa de gente vaga, que no quiere hacer lo que tiene que hacer. Hay que pelear en contra a eso. Así, es muy machista, la Argentina es muy machista, entonces, las compañeras tienen muchos problemas. Pero aun así los enfrenta, ¿eh? Empiezan a conocer sus derechos y empiezan a ver que, bueno, también la historia... Esta sociedad nos ha dicho que tenemos, que la mujer está para la casa y el hombre para ir a trabajar, y todavía estas cosas están muy metidas en la gente”.

o machismo, não? E você sabe que o homem trabalhava, o homem isto, tudo, mas aqui se viram grandes, e tinham que sair para lutar por reivindicações, por alimentos, por jaleco para seus filhos, e o marido estava em casa porque tinha vergonha de sair – sempre trabalhou, o cara trabalhou sempre, na construção, no campo, isto, e dava vergonha neles ter que sair para pedir ou bloquear a estrada, até que as primeiras mulheres que começaram a se organizar aqui, neste bairro, forma as mulheres. Sempre que mobilizávamos havia mais mulheres do que homens<sup>412</sup>.

Os movimentos piqueteiros independentes, em seus discursos institucionais, defendem que a transformação social que tanto desejam e pela qual tanto lutam deve começar desde já, que as atitudes de seus membros devem se guiar por uma conduta solidária, que devem experimentar outras formas de organizar o trabalho, diferentes do que experimentaram quando trabalhavam sob as ordens do patrão (em um emprego formal ou não).

Para que essa sociedade mais justa seja possível, temos que começar a praticá-la desde agora. Todos os dias organizando nosso trabalho, nossas atitudes, nossas relações, com igualdade. A TV, a igreja, a escola, nos dizem todo o tempo que temos que buscar a saída individual, e então brigamos com o que está do nosso lado, nos acostumamos a obedecer a quem tem poder, não nos respeitamos, nem sequer a nós mesmos... Mas nossa experiência nos diz que temos que estar unidos e lutar. Temos que mudar os valores negativos que arrastamos (o egoísmo, a indiferença, a vantagem sobre o companheiro, a violência familiar) em nossas casa, nosso bairro, nossa organização, e construir a solidariedade, a dignidade, a igualdade todos os dias. A transformação social começa pela casa, e agora<sup>413</sup>.

---

<sup>412</sup> Entrevista de história de vida de Ariel Ybarra, “El Turo”, do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “Lograr que las compañeras, dueñas que vinieron de alguna provincia, sin saber ni leer ni escribir, aprendieron a saber leer, escribir, saben sus derechos, saben cómo expresarse, saben lo que les corresponden. Inclusive, desde... les cambió esto de organizarse, les cambió un poquitito hasta en la vida, porque las dueñas que antes, que vienen del campo, de las provincias, tenían relacionado con el machismo mucho, ¿no? Y vos sabés que el hombre trabajaba, el hombre esto, todo, pero acá se encontraron grandes, y tenían que salir a luchar por reivindicaciones, por alimentos, por guardapolvo para sus hijos, y el marido estaba en la casa porque tenía vergüenza de salir - siempre laburó, el tipo laburó siempre, en la construcción, en el campo, esto, y les daba vergüenza tener que salir a pedir o a cortar la ruta, hasta que las primeras que se empezaron a organizar acá, en este barrio, fueron las mujeres. Siempre que movilizábamos había más mujeres que hombres”.

<sup>413</sup> MTD Aníbal Verón, “Nuestro objetivo, el Cambio Social”, 24/11/2004, In: nexos.unq.edu.ar, acessado em 14/04/2006. Integra a FPDS. Tradução livre. No original: “Para que esa sociedad más justa sea posible, tenemos que empezar a practicarla desde ahora. Todos los días organizando nuestro trabajo, nuestras actitudes, nuestras relaciones, con igualdad. La tele, la iglesia, la escuela, nos dicen todo el tiempo que tenemos que buscar la salida individual, y entonces nos peleamos con el que tenemos al lado, nos acostumbramos a obedecer al que tiene poder, no nos respetamos ni siquiera a nosotros mismos... Pero nuestra experiencia nos dice que tenemos que estar unidos y luchar. Tenemos que cambiar los valores negativos que arrastramos (el egoísmo, la indiferencia, la ventaja sobre el compañero, la violencia familiar) en nuestras casas, nuestro barrio, nuestra organización, y construir la solidaridad, la dignidad, la igualdad todos los días. El cambio social empieza por casa, y ahora”.

Em entrevista realizada com o MTD Solano pelo *Colectivo Situaciones*, encontramos observações a respeito da cultura capitalista que constitui nossa subjetividade, com valores que vão de encontro àqueles que as organizações piqueteiras independentes estimam e tentam cultivar mediante as possibilidades dadas pelas determinações sociais e históricas que conformam suas existências – ainda que nos apreça que em alguns momentos eles subestimem tais determinações.

(...) por mais que os critérios do MTD sejam os de construir coletivamente uma produção alternativa, na hora de definir as coisas, é muito forte esse negócio do capitalismo. E, como sabemos, é muito difícil construir coletivamente com uma mentalidade capitalista.  
 (...) Apesar da pobreza que existe, Em Solano muita gente vive desses valores. (...) Está o convencimento de que se você não é ninguém é porque não estudou, não quis; ou seja, o mesmo se repete até a culpa. Muitos chegam a uma determinada idade e sentem que sua vida foi um rotundo fracasso. E tudo passa pelo indivíduo, aí é onde estão latentes os valores capitalistas. É uma tensão constante em nossa organização o fato de defender um projeto que fala do comunitário, do esforço comum, de que nos liberar não é nos tornarmos ricos, mas que a riqueza e a felicidade passam por outros valores. No entanto, acho que vão surgindo novos valores, os valores que estavam de alguma forma incorporados, mas muito pisoteados, muito fustigados por tudo o que se vive<sup>414</sup>.

Para os movimentos piqueteiros autônomos, os espaços de formação – parte importante do trabalho comunitário realizado por essas organizações nos bairros onde estão baseados – constituem importantes canais para o desenvolvimento de valores que se contraponham ao individualismo e à lógica da mercadoria.

Porque se nós fizéssemos oficinas produtivas e não soubéssemos para quê, não poderiam ser levadas adiante. Assim que o paralelo às oficinas produtivas é a formação, para ir pensando o que seria o alternativo que estamos formando: que não existe um patrão, que todos somos donos do mesmo, porque é comunitário e coletivo, e que significa que seja coletivo, ou que não haja um chefe aqui, mas que

<sup>414</sup> MTD Solano In: MTD Solano & Colectivo Situaciones, op. cit., 2002, pp. 38-39. Tradução livre. No original: “(...) por más que los criterios del MTD sean los de construir colectivamente una producción alternativa, a la hora de definir las cosas, está muy fuerte este tema del capitalismo. Y, como sabemos, se hace muy difícil construir colectivamente con una mentalidad capitalista.

(...)A pesar de que hay mucha pobreza, en Solano hay mucha gente que vive de esos valores. La misma religión afirma que uno siendo bueno, teniendo conducta, tiene la oportunidad de salir adelante. Está el convencimiento de que si no sos nadie es porque no estudiaste, no quisiste; o sea, lo mismo se repite hasta en la culpa. Muchos llegan a una determinada edad y sienten que su vida ha sido un rotundo fracaso. Y todo pasa por el individuo, ahí es donde están latentes los valores capitalistas. Es una tensión constante en nuestra organización el hecho de plantear un proyecto que habla de lo comunitario, del esfuerzo común, de que liberarnos no es hacernos ricos, sino que la riqueza y la felicidad pasan por otros valores. Sin embargo, creo que van surgiendo nuevos valores, o valores que estaban de laguna manera incorporados pero muy garroteados, muy azotados por todo lo que se vive”.

todos estamos integrados, como trabalha o coordenador e qual é a função, que é a organização. Então, as duas coisas são muito importantes e vão paralelas, porque é um projeto integral, e tem a ver com o conhecimento de todos.

Porque o que não se vê é o que realmente se busca com os projetos produtivos, que não é amanhã comprar um “zero km”, mas que é algo coletivo, algo comunitário, que tem a ver com a solidariedade entre companheiros, para ir gerando outras oficinas. Mas a primeira colocação que se faz quando se discute como vão ser os projetos é quanto vão ter de lucro, o mercado em que vão vender e até contra quem vão competir. (...) Mas isso está metido na cabeça das pessoas e é o primeiro que aparece. E se gera toda uma novela de que é o que vão resolver quando venderem tudo. (...)

A formação também é fundamental porque toda ruptura gera crise. Quando alguém rompe com um esquema de vida que o acompanha desde pequenininho e começa a experimentar outras formas de vida se produzem crises. E esse conflito entre o que propomos e o que realmente somos é cotidiano. Nessa tensão o movimento vai plasmando uma proposta, um projeto de viver em liberdade. Nós entendemos o socialismo como uma sociedade de superação onde cada indivíduo é pleno, mas não somente como indivíduo, mas no seio de um coletivo. A formação vai permitindo isso, porque muitas vezes se produzem retrocessos, onde a dinâmica que vai nos recriando sofre conflitos. Mas toda ruptura implica conflitos, e não achamos que haja outra maneira, e o que funciona como garantia é que não queremos reproduzir o capitalismo, mas que queremos uma economia que esteja dentro de um projeto que é de vida. Porque não se trata de que forma eu como hoje, mas de gerar relações entre os companheiros, e essa é a parte que todos os dias desafia a gente. Porque permanentemente está a tensão entre o novo que queremos viver e o velho que inevitavelmente vivemos<sup>415</sup>.

---

<sup>415</sup> MTD Solano In: MTD Solano & Colectivo Situaciones, op. cit., 2002, pp. 81-83. Tradução livre. No original: “Porque si nosotros sólo hiciéramos talleres productivos y no supiéramos para qué, no podrían llevarse adelante. Así que lo paralelo a los talleres productivos es la formación, para ir pensando qué sería lo alternativo que estamos formando: que no existe un patrón, que todos somos dueños de lo mismo, por qué es comunitario y colectivo, y qué significa que sea colectivo, o que no haya un mando acá sino que todos estamos integrados, cómo trabaja el coordinador y cuál es la función, qué es la organización. Entonces, las dos cosas son muy importantes y van paralelas, porque es un proyecto integral, y tiene que ver con el conocimiento de todos.

Porque lo que no se ve es lo que realmente se busca con los proyectos productivos, que no es tener par mañana comprarte un ‘cero km’, sino que es algo colectivo, algo comunitario, que tiene que ver con la solidaridad entre compañeros. Para ir generando otros talleres. Pero el primer planteo que se hace cuando se discute cómo van a ser los proyectos es cuánto van a tener de ganancias, el mercado en el que van a vender y hasta contra quién van a competir. (...) Pero está metido eso en la cabeza de la gente, y es lo primero que aparece. Y generan toda una película de qué es lo que van a resolver cuando se vendan todo. (...)

La formación es también fundamental porque toda ruptura genera crisis. Cuando uno rompe con un esquema de vida que lo acompaña desde chiquito y empieza a experimentar otras formas de vida se producen crisis. Y ese conflicto entre lo que proponemos y lo que realmente somos es cotidiano. En esa tensión el movimiento va plasmando una propuesta, un proyecto de vivir en libertad. Nosotros entendemos el socialismo con una sociedad superadora donde cada individuo es pleno, pero no solamente como individuo, sino en el seno colectivo. La formación nos va permitiendo eso, porque muchas veces se producen retrocesos, donde la dinámica que nos va recreando sufre conflictos. Pero toda ruptura sufre conflictos, y no creemos que haya otra manera, y lo que funciona como garantía es que no queremos reproducir el capitalismo, sino que queremos una economía que esté dentro de un proyecto que es de vida. Porque no se trata de cómo hoy como, sino de generar otras relaciones entre los compañeros, y esa es la



Viviana avalia que os espaços de formação do MTD Lugano e da FPDS constituíram o fundamento para as transformações que ocorreram na sua vida cotidiana e nas suas reflexões sobre política e família.

O espaço de formação é como uma escola, digamos, não? É uma escola onde alguém vai e aprende e escuta um montão de pessoas, que por aí militou nos 70, não?, ou seja, gente que teve a sorte de continuar vivendo até agora, não?, e contar o que quer dizer a transformação social, o que quer dizer dar as mãos entre os outros, e se dar conta de que na realidade todos temos de ser iguais. Que não tem que ter alguém mais e outro menos, e isso é o mal deste mundo, digamos, não?, que tem um que é mais que o outro, ou que tem mais que o outro, e o que mais tem, mais quer, mais, mais, e não se dá conta que não importa que tenha mais, quando morre não leva nada<sup>416</sup>.

As assembleias também são consideradas como espaços de formação pelos integrantes dos MTD.

Assim que, bem, por isso nós decidimos que é muito importante o consenso das pessoas, que as pessoas se inteirem de que há outras formas de resolver as coisas. Por isso impulsionamos o que são o trabalho territorial e, particularmente, as assembleias populares, onde a gente diga o que se faz, (...) as pessoas começam, já questionam a política. Esta política eles conhecem, sabem que é corrupta, sabem que aqui não podem levar nada, o que não conhecem é qual é a alternativa. Nós acreditamos que se há que começar a construir essa alternativa, que as assembleias populares é uma coisa que tem que começar a construir, não é algo que em que se convoca uma reunião de 20 caras para dizer não sei o quê; é algo que se vai construindo, dia a dia, vizinho por vizinho, como seja, alguém tem que ir construindo a assembleia onde as pessoas comecem a ver a dinâmica de como resolver as questões, de tomar suas decisões, e junto a outras assembleias, em primeira instância, exigir destes caras, e quando se tenha força suficiente, tirá-los de lá<sup>417</sup>.

---

parte que todos los días nos desafía. Porque permanentemente está la tensión entre lo nuevo que queremos vivir y lo viejo que inevitablemente vivimos”.

<sup>416</sup> Entrevista de história de vida de Viviana García, integrante do MTD Lugano, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “El espacio de formación es como una escuela, digamos, ¿no? Es una escuela donde uno va y aprende y escucha un montón de gente, que por ahí militó en los 70, ¿no?, o sea, gente que tuvo la suerte de seguir viviendo hasta ahora, ¿no?, y contar lo que quiere decir el cambio social, lo que quiere decir darle una mano al otro, y darse cuenta de que en realidad todos tenemos que ser iguales, que no tiene que haber uno más y otro menos, y eso es lo malo de este mundo, digamos, ¿no?, que hay uno que es más que el otro, o que tiene más que el otro, y él que tiene más quiere más, más, más, y no se da cuenta que no importa que tenga más, cuando se muere no se lo lleva”.

<sup>417</sup> Entrevista temática com Osvaldo, integrante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008. Tradução livre. No original: “Así que, bueno, por eso que nosotros decimos que es muy importante el consenso de la gente, que la gente se entere que hay otras formas de resolver las cosas. Por eso impulsamos lo que son el trabajo territorial y particularmente, las asambleas populares, donde la gente diga que se hace, (...) la gente empieza, ya cuestiona a la política. Esta política la conocen, saben que es corrupta, saben que acá no se puede llevar nada, lo que no conocen es cuál es la alternativa. Nosotros creemos que hay que empezar a construir esta alternativa, que las asambleas populares es una cosa que hay que empezar a construir, no es algo que uno llama una reunión de veinte tipos para decir no sé qué; es algo que se va construyendo, el día a día, vecino por vecino, como sea, uno tiene que ir construyendo la

Estamos de acordo com Ana Dinerstein quando esta destaca que as lutas empreendidas pelas organizações piqueteiras contra as formas de dominação do capital sobre o trabalho que vêm se desenvolvendo desde a década de 1970 e se aprofunda nos anos 90 questionam definitivamente a ideia de que a subjetividade dos trabalhadores desempregados esteja condenada a ser algo residual<sup>418</sup>.

Esses espaços de construção de relações sociais proporcionados pelas organizações piqueteiras, sob nosso ponto de vista, ressignificam a relação entre desemprego e estranhamento nas sociedades capitalistas, comprovando que situações tais como abaixo definidas por Ramim Ramtin podem ser alteradas:

Para os permanentemente desempregados e desempregáveis, a realidade da alienação significa não somente a extensão da impotência ao limite, mas uma ainda maior intensificação da desumanização física e espiritual (...). O aspecto vital da alienação deve-se ao fato de que a impotência está baseada na condição da integração social pelo trabalho. Se essa forma de integração social está sendo crescentemente prejudicada pelo avanço tecnológico, então a ordem social começa a dar claros sinais de instabilidade e crise, levando gradualmente em direção a uma desintegração social geral<sup>419</sup>.

### 3.2. ERT: Tempo e disciplina de trabalho

No capítulo anterior, defendemos que duas seriam as principais transformações na organização do trabalho nas empresas recuperadas: uma delas referir-se-ia à constituição de um trabalhador polivalente; a outra diria respeito à disciplina do trabalho nesses estabelecimentos.

Todas as empresas recuperadas perderam pessoal no processo de luta pela recuperação. Já nos referimos aos trabalhadores que ocupavam os postos de administração, contabilidade e engenharia; mas também não foram poucos os trabalhadores manuais que não endossaram o projeto de recuperação, buscando se inserir no mercado de trabalho da forma tradicional, da única forma que conheciam, i. e., através do assalariamento. Com um plantel reduzido, os trabalhadores que encamparam a luta pela recuperação tiveram que assumir novas funções na empresa.

---

asamblea donde la gente empiece a ver la dinámica de resolver las cuestiones, de tomar sus decisiones, y junto a otras asambleas, en primera instancia, exigir a estos tipos, y cuando se tenga la fuerza suficiente, sacarlos”.

<sup>418</sup> Cf. Ana Dinerstein, “Recobrando la materialidad: el desempleo como espacio de subjetivación invisible y los piqueteros” In: *Herramienta*, n 22, [www.herramienta.com.ar](http://www.herramienta.com.ar), acessado em 18/04/2005.

<sup>419</sup> Ramim Ramtin, *A note on Automation and alienation* In: Jim Davis et alli. *Cutting Edge: Technology, Information, Capitalism and Social Revolution*, Londres/Nova Iorque: Verso, 1997, Apud: Ricardo Antunes, op. cit., 2006, pp. 132-133.

Antes se estava em uma máquina e se despreocupava do demais: hoje tem que estar atendendo provedores, correndo para ver como arrumar uma questão do banco. Eu antes nem tinha noção do que era fazer um cheque, hoje tenho que ir e assinar cheques porque sou o Presidente.

Houve que aprender um montão de coisas e essas são as coisas que enriquecem, não? Essas mudanças também passam por tratar de que todos os companheiros entendam que o esforço é de todos e que unidos podemos muito mais do que estando isolados<sup>420</sup>.

Com a autogestão, cada setor do processo de trabalho de boa parte das ERT passa a contar com um coordenador, geralmente eleito por sua experiência e habilidade em determinado setor. Sua função, além de exercer as funções de trabalho próprias de seu setor, é observar como anda a produção ou o serviço na seção, as queixas e sugestões dos companheiros, e relatar esses fatos em assembleia. Os trabalhadores das ERT fazem questão de exprimir que esses coordenadores não são chefes nem capatazes. “Então decidimos por coordenadores nomeados por cada setor. Não como chefes, mas como companheiros que centralizam e informam o coordenador geral”<sup>421</sup>.

### 3.2.1. A “liberdade” de trabalhar sem patrão

Desde o ponto de vista subjetivo dos trabalhadores das empresas recuperadas, a principal mudança – aquela que constitui um “antes” e um “depois” posto pela experiência dessa luta em suas vidas – seria a “liberdade” de se trabalhar sem patrão. Essa liberdade terá reflexos também na vida levada fora do trabalho. Não obstante, essa liberdade é contrabalançada por uma responsabilidade maior por parte dos trabalhadores, que autogestionados, devem tomar as decisões que manterão a empresa e seus postos de trabalho, assim como manter uma disciplina que vele pelas decisões assumidas. Esse aumento da responsabilidade também poderia estar na raiz da insatisfação que levou trabalhadores a abandonar sua sociedade na cooperativa e voltar a trabalhar sob as ordens do patrão e sua gerência.

---

<sup>420</sup> Carlos Gutiérrez, Carlos Gutiérrez (Cooperativa Felipe Vallese), “Qué somos y cómo lo hacemos” In: *Nudos*, ano. 1, no. 1. Florencio Varela, junho de 2006, p. 5. Tradução livre. No original: “Uno antes estaba en una máquina y se despreocupaba de lo demás: hoy tiene que estar atendiendo a proveedores, corriendo a ver cómo arreglar un tema del banco. Yo antes ni noción tenía de lo que era hacer un cheque, hoy tengo que ir y firmar cheques porque soy el Presidente.

Hubo que aprender un montón de cosas y esas son las cosas que enriquecen ¿no? Esos cambios también pasan por tratar de que todos los compañeros entiendan que el esfuerzo es de todos y que unidos podemos mucho más que estando aislados”

<sup>421</sup> Depoimento de trabalhador da Zanón / Fasinpat In; Pablo Antonini & Leandro Fabrizio, op. cit., 2002. Tradução livre. No original: “Entonces decidimos poner coordinadores nombrados por cada sector. No como jefes, sino como compañeros que centralizan e informan al coordinador general”.

Mas quais são os atributos, na ótica desses trabalhadores, que definem a referida liberdade? Tal questão está indissolavelmente ligada ao tema da disciplina do trabalho, terreno no qual houve uma das duas maiores transformações na organização do trabalho operada pela recuperação das empresas por seus trabalhadores, como já expresso no segundo capítulo.

A maior das alterações no tocante à disciplina parece ser a flexibilização do tempo de trabalho, à qual inclusive estão relacionadas outras mudanças na disciplina valorizadas pelos trabalhadores. Tal flexibilização se expressa na tolerância de atrasos no horário de início de trabalho – quando esporádicos –, na permissão para poder faltar uma tarde de trabalho para ir ao médico ou ver uma apresentação do filho na escola e também no estabelecimento do horário de entrada e saída do trabalho – respeitando a jornada acordada pelo coletivo – por um trabalhador individual por uma determinada época e por motivo considerado justo, como estudos. Também se organiza a produção de tal forma em que certo número de trabalhadores possa ser liberado durante meia ou uma jornada inteira para manifestações políticas que envolvam temas referentes às recuperadas e às cooperativas. Os horários podem ser adaptados, portanto, às necessidades coletivas ou individuais dos trabalhadores.

A ausência da pressão exercida pela supervisão da gerência proporcionará uma jornada de trabalho com mais tempos mortos, consumidos, por exemplo, na degustação do tradicional mate, em idas ao banheiro sem limite de vezes e tempo, na livre circulação pelo espaço de trabalho ou em entrevistas a jornalistas e investigadores sociais.

Por conseguinte, a flexibilização do horário e o aumento consentido dos tempos mortos permitiram uma diminuição do ritmo de trabalho, o que constitui um marco de modificação positivo em relação à época em que o trabalho era heterogestionado na visão dos trabalhadores das ERT.

Agnes Heller atenta para o fato de que a intensidade do ritmo de trabalho exigido pelo capital se refletiu na crescente diminuição de atividades cotidianas distintas daquelas requeridas especificamente pela atividade do trabalho – como conversar, comer, cantar, estabelecer relações pessoais –, tão comumente desenvolvidas no âmbito do trabalho em outros modos de produção<sup>422</sup>. Podemos observar que nas ERT muitas dessas atividades cotidianas voltam a estar presentes no espaço de trabalho.

---

<sup>422</sup> Cf. Agnes Heller, *Sociologia della vita quotidiana*, 1981.

As alterações na disciplina de trabalho parecem se refletir também no número de acidentes de trabalho. Os trabalhadores relatam que com a autogestão, esses acidentes são em quantidade significativamente menor do que na época em que trabalhavam sob comando da patronal. Alguns atribuem o fato à ausência da pressão patronal assim como da “relação de dependência”, que fazia com que o trabalhador estivesse sempre preocupado com o risco de perder emprego, com o salário e outras questões relacionadas à sua sobrevivência no mercado de trabalho, durante o trabalho (e também em seu tempo livre). Paco Morillas, 55 anos, começou a trabalhar na Zanón / Fasinpat em 1991, e opina que a enorme pressão da vigilância patronal era a culpada por muitos acidentes que aconteciam na fábrica.

Depois, a quantidade de acidentes que tínhamos aqui na empresa era enorme. Era enorme porque trabalhava sob uma pressão muito forte, desde os supervisores, desde os encarregados, desde os chefes, que estavam o dia inteiro em cima de você. No meu setor de trabalho – no meu setor são 15 linhas – havia um engenheiro, em chefe geral e três supervisores. Para esse setor, nada mais. Ou seja, que você, o dia inteiro, todo o tempo, estava com um montão de olhos postos em você. Imagina a pressão. Bem, por causa dessa pressão muitos companheiros se acidentavam. É uma fábrica um pouco complexa, tem muitas polias, muitas máquinas, muitos motores, muitas correias, me entende?, si você se descuida, corta um dedo<sup>423</sup>.

Outros creditam a redução dos acidentes ao menor número de horas trabalhadas. “Aqui nos exploravam. Havia gente que trabalhava 12 ou 16 horas por dia. Acho que houve tantas mortes e acidentes porque nos tratavam muito mal”<sup>424</sup>.

Essas mudanças na disciplina de trabalho também se refletem em outros campos, como na sociabilização entre os companheiros de trabalho. No que tange à circulação dos trabalhadores pela planta, observa-se que esta era restringida pela gerência em muitas empresas, inclusive nas de pequeno porte, como mostra o testemunho de Ernesto González, 38 anos, que começou a trabalhar na Gráfica Gaglianone / Chilavert em

<sup>423</sup> Entrevista de história de vida de Paco Morillas, trabalhador da Zanón / Fasinpat, concedida a nós em 09 e 10/02/2011. Tradução livre. No original: “Después, la cantidad de accidentes que teníamos acá en la empresa era enorme. Era enorme porque trabajabas bajo una presión muy fuerte desde los supervisores, desde los encargados, desde los jefes, que estaban todo el día encima tuyo. En mi sector de trabajo – en mi sector son 15 líneas – había un ingeniero, un jefe general y tres supervisores. Para ese sector, nada más. O sea, que vos, todo el día, todo el tiempo, estaba con un montón de ojos puestos en vos. Imaginate la presión. Bueno, a raíz de esa presión se accidentaban muchos compañeros. Es una fábrica un poco compleja, hay muchas poleas, muchas máquinas, muchos motores, muchas correas, ¿me entendés?, si te descuidás, te corta un dedo”.

<sup>424</sup> Depoimento de trabalhador da Zanón/ Fasinpat In: Pablo Antonini e Leandro Fabrizio, *Dossier Marcha – Cerámica Zanón: Produciendo futuro*, dezembro de 2002, p. 2. Tradução livre. No original: “Acá nos explotaban. Había gente que laburaba 12 o 16 horas por día. Creo que hubo tantas muertes y accidentes por lo mal que nos trataban”.

1991: “Nós que trabalhávamos na administração, não deixavam a gente entrar na oficina e falar com os... não tínhamos muito contato. E... por uma questão, como em muitos lugares, não?, em que os setores não tenham contato, não? Como na prisão, em que se... os [presos] de um pavilhão não podem ter contato com o outro [pavilhão]. Para controlar eles melhor”<sup>425</sup>.

Na Zanón / Fasinpat, os trabalhadores contam que quando trabalhavam sob as ordens patronais, os companheiros de cada setor se vestiam com uma cor distinta, o que tornava mais fácil para os supervisores o controle da circulação, como relata Paco Morillas:

Por exemplo, eu não conhecia companheiros que trabalhavam aqui (...); eu não podia vir falar com alguém aqui. De fato, nos primeiros tempos, quando eu entrei, nós estávamos identificados pela roupa – cada setor tinha uma cor. Parece mentira; se você fala com companheiros antigos (...), vai ver o que vão te dizer. (...) Te identificavam até pela roupa. Então, te detectavam muito rapidamente se você saía do seu setor. Se você ia ao banheiro, te davam cinco minutos, e te controlavam<sup>426</sup>.

A proibição da livre circulação pela empresa é uma clássica forma de reduzir os tempos mortos, mas também contribuía para a não sociabilização entre os trabalhadores e, desse modo, colocava empecilhos a uma organização política contestatória dentro da fábrica. Em algumas empresas, grandes ou pequenas, os trabalhadores começaram a se reunir para discutir sua situação laboral em churrascos e partidas de pelada nos fins de semana, encontros que se constituíram em formas de escapar à vigilância que impunha as proibições de circulação censuras sobre conversações no âmbito da empresa.

A vigilância do patrão é uma pressão para o trabalhador não apenas no que diz respeito à preocupação de estar cumprindo com o trabalho de acordo com o determinado pela gerência, mas resvala também para o campo da competição dentro do espaço de trabalho, uma vez que os olhos do patrão estarão sempre cientes de quem é

<sup>425</sup> Entrevista de História de vida de Ernesto González, trabalhador da Cooperativa Chilavert, concedida a nós em 23/07/2010. Tradução livre. No original: “Los que trabajábamos en la administración, no nos dejaban entrar en el taller y hablar con los... no teníamos mucho contacto. Y... por una cuestión, como en muchos lugares, ¿no?, que los sectores no tengan contacto, ¿no? Cómo en la cárcel, que se... los de un pabellón no pueden tener contacto con el otro. Para controlarlos mejor”.

<sup>426</sup> Entrevista de história de vida de Paco Morillas, trabalhador da Zanón / Fasinpat, concedida a nós em 09 e 10/02/2011. Tradução livre. No original: “Por ejemplo, yo no conocía compañeros que trabajaban acá (...); yo no podía venir a hablar con alguien acá. De hecho, los primeros tiempos, cuando yo entré, estábamos identificados con la ropa nosotros – cada sector tenía un color. Parece mentira; si hablás con compañeros viejos (...), vas a ver lo que te van a decir. (...) Te identificaban hasta con la ropa. Entonces, te detectaban muy rápidamente si salías de tu sector. Si te ibas que ir al baño, te daban cinco minutos, y te controlaban”.

mais apto em tal ou qual função. Há relatos de trabalhadores que não tiravam férias para não correrem o risco de serem rebaixados de posto e salário dentro do jogo de competição que se desenrolava dentro da empresa na época da patronal.

Pode-se dizer também que a eliminação dessa vigilância patronal teve repercussões no saber do trabalhador, para além das transformações permitidas pela luta pela recuperação, pelo estabelecimento da autogestão e pela quebra de hierarquia nessa área. Não há mais um temor por parte do trabalhador em compartilhar seu conhecimento e sua experiência em determinada função, uma vez que não se observa nas ERT as mesmas regras do mercado de trabalho típicas do capitalismo contemporâneo, como vimos no capítulo anterior.

O depoimento abaixo expressa também a novidade que é para esses trabalhadores o compartilhamento do saber entre eles.

Acá, cuando entra un aprendiz, queremos que aprenda rápido, para que no haya diferencias con nosotros; en una fábrica común, el que arranca como ayudante termina como ayudante, porque si mirás lo que está haciendo el otro, se piensa que le querés sacar el laburo, y esto acá, obviamente, no pasa<sup>427</sup>.

Até mesmo para um trabalhador com pouca experiência, como o jovem Walter Figueroa, 27 anos, é perceptível essa diferença. Ele ingressou na Chilavert em 2008, por intermédio de seu pia, sócio fundador da Cooperativa. Apesar da pouca idade, Walter já tinha uma experiência de trabalho que considerou horrível – em uma lanchonete de *fast-food*.

Mas de cooperativa, assim, até que aconteceu o que aconteceu com o meu pais... eu sabia o que era uma cooperativa, mas não tinha muita ideia. E aqui fui aprendendo como é uma cooperativa. (...) Você trabalha mais tranquilo, acho, mais... relaxado, do que com patrão ou alguém. Para mim, eu trabalho muito mais relaxado, mais tranquilo, do que no local de comida (...). E também é diferente, não sei, a relação entre os companheiros – te ensinam mais, são... é diferente. Meio que... não sei, aí no local de comida, há competição... é tudo diferente. Não sei... Te ajudam mais se tem algum problema, se precisa de algo, em alguma máquina...<sup>428</sup>

<sup>427</sup> Depoimento de Gastón Ramos, integrante da ERT Püpire (fabricante de calçados de segurança e roupas de trabalho) à matéria “Püpire pisa fuerte” In: *Nudos*, n. 15, novembro de 2007, p. 14.

<sup>428</sup> Entrevista de história de vida de Walter Figueroa, trabalhadora da Chilavert, concedida a nós em 04/08/2010. Tradução livre. No original: “Pero de cooperativa, así, hasta que pasó esto que pasó a mi padre... yo sabía lo que era una cooperativa, pero no tenía mucha idea. Y acá fui aprendiendo como es una cooperativa. (...) Trabajás más tranquilo, creo, más... relajado, que con patrón o alguien. Para mí, yo trabajo mucho más relajado, más tranquilo, que en el local de comida (...). Y también es diferente, no sé, la relación con los compañeros – te enseñan más, son... es diferente. Medio que... no sé, ahí en el local de comida, hay competencia... es todo diferente. No sé... Te ayudan más, si tenés algún problema, si necesitás algo, en alguna máquina...”

O tema do compartilhamento do conhecimento do ofício no âmbito das ERT tem relacionamento direto com a questão da valorização da polivalência do trabalhador. Esta obedece a basicamente dois raciocínios, advindos das experiências dos trabalhadores das ERT:

1. Sentimento de necessidade de que todos tenham uma visão global do processo para agilizar a produção. Se o controle disciplinar é menos rígido sobre as ausências que o trabalhador pode ter (doença, estudos, militância, cuidado dos filhos), é forçoso que outros companheiros o possam substituir nas funções que normalmente exerce na empresa. Saber exercer o conjunto das tarefas que compõem o processo de produção também permite um “remanejamento” de trabalhadores no processo para algum setor que se encontra com problemas na execução do trabalho (pesada carga de trabalho, falha de maquinário etc.). “Antes, o operário de balancim era operário de balancim, o soldador era soldador, e hoje não mais. Se formou soldador, mas se no setor de maquinaria, onde se corta a chapa e se processa a chapa, precisa de uma pessoa, ele vai lá, não? É como se é um pouco... polivalente”<sup>429</sup>.

2. Sentimento de solidariedade entre companheiros que se consideram como iguais, com problemas iguais, valores iguais etc. Esse ponto se refere mais aos trabalhadores que possuem funções mais desgastantes fisicamente ou pouco valorizadas; seus companheiros de ERT acham que a esses trabalhadores deve ser dada a oportunidade de exercerem atividades menos penosas, que essas funções devem ser realizadas por um período mais curto na vida de um trabalhador e não ao longo de trinta anos de toda uma trajetória laboral.

Hoje em dia, nós, outro dos processos que estamos tratando de mudar aqui no hotel é a área de camareiras; as camareiras, (...) elas têm um desgaste importante no que é a cintura; a cintura, a coluna, porque estão constantemente agachadas... então, o que nós fazemos é que quando uma companheira completa um ano, um ano e meio ou dois anos de trabalho, motivamos ela para que possa chegar a realizar outra tarefa, que possa chegar ir para a administração, que possa chegar ir para a recepção. De acordo com o estudo que tenha, há diferentes áreas que podem ir variando, e podendo tirar elas daí, que não estejam constantemente encarregadas com esse trabalho<sup>430</sup>.

<sup>429</sup> Entrevista temática de Jorge Rodríguez, trabalhador da Acrow Metálica / Crometal, concedida a nós em 22/09/2010. Tradução livre. No original: “Antes, el balancinero era balancinero, el soldador era soldador y hoy ya no. Se hizo soldador, pero si en sector de maquinaria, donde se corta la chapa y se procesa la chapa, precisa una persona, vés ahí, ¿no? Es como si un poco... polifuncional”.

<sup>430</sup> Entrevista temática de Diego Ruarte, trabalhador da cooperativa Hotel BAUEN, concedida a nós em 26/08/2010. Tradução livre. No original: “Hoy por hoy, nosotros, otro de los procesos que estamos tratando de cambiar acá en el hotel es el área de mucamas; las mucamas, (...) ellas tienen un desgaste importante en lo que es la cintura; la cintura, la columna, porque están constantemente agachadas... entonces, lo que nosotros hacemos es que cuando una compañera cumple un año, un año y medio o dos



Percebemos que essas alterações na disciplina se expressam não apenas no tempo de trabalho – menor intensidade de força de trabalho dispendida, menor índice de acidentes de trabalho, transmissão do saber – mas se refletem também no desfrute do seu tempo livre, pois sem o constante risco de perder sua fonte de trabalho e, portanto, de renda, imposto pela vigilância patronal, o trabalhador pode tirar férias mais tranquilamente sem receio de ficar desempregado ou ser rebaixado de posto e salário. As decisões levadas a cabo no campo da disciplina nas ERT se enquadram nas tentativas de humanização do trabalho no interior da empresa, que é uma demanda das diversas linhas políticas que informam os movimentos da classe trabalhadora de maneira geral.

### 3.2.2. Organizando a própria disciplina

As principais formas de sanção para se fazer observar a disciplina de trabalho são a advertência verbal; o desconto na retirada; e em casos extremos, a desvinculação da empresa. Embora as sanções mais utilizadas possam ser as mesmas do que as vigentes na época da patronal, agora são os próprios trabalhadores que decidem em coletivo as normas cultivadas na empresa e as punições que se devem aplicar quando aquelas são transgredidas, quando antes da recuperação essas questões eram decididas por um pequeno grupo no topo da antiga hierarquia da empresa. A aplicação das sanções também é mais flexível e pode adquirir caráter progressivo.

Procura-se fazer com que o infrator aperceba-se das consequências de seus atos, do rompimento de seu compromisso com o restante dos companheiros da cooperativa. As sanções verbais constituem uma ameaça do que virá caso o companheiro que rompeu com as normas acordadas reincida na falta. Já o desconto na retirada talvez seja a punição que os trabalhadores considerem como aquela em que mais se possa fazer o indivíduo se confrontar com as implicações de sua “indisciplina” – se não trabalha, a empresa produz menos; portanto, não deve retirar a integralidade do que é usual<sup>431</sup>. A desvinculação equivaleria à demissão nas empresas capitalistas típicas; contudo ela é decidida nas ERT em um âmbito de iguais, em assembleia. No capítulo anterior, vimos um exemplo do processo de desvinculação na Zanón / Fasinpat.

---

años de trabajo, la motivamos para que pueda llegar a realizar otro tipo de tarea, que pueda llegar ir a administración, que pueda llegar ir a recepción. Según el estudio que ya tenga, hay diferentes áreas que pueden ir variando, y pudiendo las sacar de que nos estén constantemente cargadas con esa labor”.

<sup>431</sup> Cf. Julián Rebón, op. cit., 2007.

Antes mesmo da sanção verbal, porém, busca-se de forma geral recorrer ao diálogo com aquele que infringiu as normas com o fito de que possa mudar a conduta que pode conduzi-lo ao castigo.

Na aplicação das penalidades, cada caso é avaliado em particular, discutido em coletivo, e a família do trabalhador sobre o qual deve recair a punição é também considerada na avaliação, muitas vezes sendo conhecida entre parte dos trabalhadores da ERT, se não por todos eles nas empresas menores. Essa postura das ERT reflete em um sentimento frequentemente compartilhado entre seus trabalhadores: o de que, ao contrário do que ocorria nas empresas sob mando da patronal, onde eram “apenas um número”, agora são tratados como pessoas.

Os capitalistas, às vezes, também se fazem de vítimas, dizem que esses processos estão ensinando os trabalhadores que o patrão não é o único que tem razão. Porque, na verdade, o que demonstra este processo é que uma pessoa vale como pessoa e não como máquina. Hoje em dia, os grandes empresários, alguém entra para trabalhar, te dão um número de cartão e você é o 33, você é o 063, e para o patrão vai ser 063, não vai ser Julio López ou Ramón Quintana, vai ser um número. E esse é o problema que eles têm, que não tratam os seres humanos como deve ser. Então, não respeitam o trabalhador, a parte da família, não importa para eles se o trabalhador está 15 mil horas dentro da fábrica e nem sequer vê seus filhos... tiram eles desses núcleos familiares porque na realidade, o trabalhador, hoje em dia, tem que trabalhar muito para levar dinheiro para sua casa, perde o que é a união familiar (...), às vezes se vai para casa e continua pensando no trabalho (...)<sup>432</sup>.

Eu tive a possibilidade de comparar, eu trabalhei vários anos com patrão – é muito duro, muito difícil. Éramos um número. Não nos sentíamos como pessoa, éramos um número a mais, sim? Muita intimidação, maltrato, perseguição... um montão de coisas. Você não importava, não importava se você vinha bem para trabalhar, se estavam bem, se estava mal, se tinha algum problema... Não podia dividir isso com ninguém. Muito isolado. Entretanto, sob controle operário, é tudo ao contrário. É duro, é difícil também sustentar isso, mas se faz de outra maneira. Para mim, trabalhamos com liberdade<sup>433</sup>.

<sup>432</sup> Entrevista temática de Diego Ruarte, trabalhador da cooperativa Hotel BAUEN, concedida a nós em 26/08/2010. Tradução livre. No original: “Los capitalistas, a veces, también se hacen las víctimas, dicen que estos procesos están enseñando a los trabajadores a que el patrón no es el único que tiene razón. Porque, en realidad, lo que demuestra esto proceso es que una persona vale como persona y no como máquina. Hoy por hoy, los grandes empresarios, uno entra a trabajar, te dan un número de tarjeta y vos sos el 33, vos sos 063, y para el patrón vas a ser 063, no vas a ser Julio López o Ramón Quintana, vas a ser un número. Y ese es el problema que tienen ellos, que no tratan a los seres humanos como tiene que ser. Entonces, no les respetan al trabajador, la parte de la familia, no les importa si el trabajador está 15 mil horas dentro de la fábrica y ni siquiera ve a sus hijos... los sacan de esos núcleos familiares porque, en realidad, el trabajador, hoy por hoy, tiene que trabajar mucho para llevar dinero a su casa, pierde lo que es la unión familiar (...), a veces uno va a la casa y sigue pensando en el trabajo (...).”

<sup>433</sup> Entrevista de história de vida de Alejandro López, trabalhador da Zanón / Fasinpat, concedida a nós em 14/02/2011. Tradução livre. No original: “Yo tuve la posibilidad de compararlo, yo trabajé varios

Percebe-se que a recorrência às punições é encarada de forma “sentimental”. Quando tocamos no assunto da disciplina com os trabalhadores entrevistados, eles relatam a dificuldade e constrangimento de repreender um companheiro, “um de nós”, ainda que considerem que ele o mereça, devido à quebra de compromisso. Na opinião de Paco Morillas, um dos erros da gestão dos trabalhadores na Zanón foi em relação ao estabelecimento de um código de conduta e de punições para quem não o siga: “O primeiro foi que nós não tínhamos algo que nos obrigasse a nos respeitarmos entre nós mesmos. Por exemplo, nos demos conta de que se tinha que fazer algo para evitar que um trabalhasse o que deveria e outro trabalhasse a metade [e mais nada]. Nós tínhamos que fazer algo. Isso foi um erro. Então formamos nossas próprias leis internas”<sup>434</sup>; leis que, segundo ele, eram muito mais permissivas do que as leis trabalhistas do país”. Para Paco, passou-se muito tempo para avaliar essa questão, e foi um processo muito custoso:

Sabe por que custa? Porque somos todos compañeros. (...) O proceso que vivemos nos aproximou muito (...). Estivemos lado a lado brigando, tivemos repressões, estivemos lado a lado quando vieram desalojar a gente, quando mandavam patotas, barras bravas... e os velhos sindicalistas que organizavam barras bravas para vir nos tirar daqui, porque se colocaram do lado do governo – não dos patrões, [que sacaneou eles como a nós]. Então, custa. Custa que eu encha o saco da pessoa que esteve ao meu lado, me defendendo e eu defendendo ela, e defendendo isto, que podíamos cair em qualquer momento, entende o que eu digo? Então, por isso custa ir mudando certa coisas<sup>435</sup>.

Para alguns trabalhadores, a maior “liberdade” no trabalho é contrabalançada por uma maior “responsabilidade” e alguns entre eles – aqueles que não cumprem com a

---

años bajo patrón – es muy duro, muy difícil. Éramos un número. No nos sentíamos como una persona, éramos un número más, ¿sí? Mucho hostigamiento, maltrato, persecución... un montón de cosas. No importaba vos, no importaba si venías bien a trabajar, si estabas bien, si estabas mal, si tenías algún problema... No lo podías compartir con nadie. Muy aislado. Sin embargo, bajo control obrero, es todo lo contrario. Es duro, es difícil también sostener esto, pero uno lo hace de otra manera. Para mí, trabajamos con libertad”.

<sup>434</sup> Entrevista de história de vida de Paco Morillas, trabalhador da Zanón / Fasinpat, concedida a nós em 09 e 10/02/2011. Tradução livre. No original: “Lo primero fue que nosotros no teníamos algo que nos obligara entre todos a respetar. Por ejemplo, nos fuimos dando cuenta de que había que hacer algo para evitar de que uno trabajara lo que correspondía y otro trabajara la mitad [y más nada]. Nosotros teníamos que hacer algo. Eso fue un error. Entonces formamos nuestras propias leyes internas”.

<sup>435</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “¿Sabés por qué cuesta? Porque somos todos compañeros. (...) El proceso que hemos vivido nos juntó mucho a nosotros (...). Estuvimos codo a codo peleando, tuvimos represiones, estuvimos codo a codo cuando nos vinieron a desalojar, cuando mandaban patotas, barras bravas... y los viejos sindicalistas que organizaban barras bravas para venir a sacarnos, porque se pusieron del lado del gobierno – no de la patronal, [que les cagó como a nosotros]. Entonces cuesta. Cuesta que yo [joda] la persona que estuvo al lado mío defendiéndome y yo defendiéndole a él, y defendiendo esto, que podíamos caer en cualquier momento, ¿se entiende lo que digo? Entonces, por eso cuesta ir cambiando ciertas cosas”.

disciplina acordada – não estariam dispostos a assumir essa responsabilidade, porque já internalizaram aquilo que era demandado de sua capacidade sob heterogestão.

Eu acho que o ideal seria, obviamente, poder trabalhar em uma gestão operária, onde todos estejam por um bem comum. Também tem que ver que tem muita gente que tem um pensamento... acho que é porque como (...) fomos criados em uma política capitalista, então você fala com muitas pessoas e você se dá conta de que essas pessoas não querem (...) fazer ou propor uma gestão operária, porque não é fácil. (...) É uma responsabilidade muito grande e muitas vezes as pessoas não estão [muito preparadas para pagar esse preço] e preferem trabalhar com patrão... (...) E é por causa da cultura, por causa da cultura em que crescemos<sup>436</sup>.

\*\*\*

Ainda que haja uma “humanização” das condições de trabalho, não podemos deixar de constatar que a disciplina do trabalho nas empresas recuperadas por seus trabalhadores obedece à lógica do capital. Em primeiro lugar, porque muito da disciplina a que eram submetidos os trabalhadores das ERT acabou por ser internalizada por eles mesmos, tornando-se uma segunda natureza. Em segundo lugar, a necessidade de inserção no mercado os leva a encararem a disciplina que aprenderam a obedecer como uma forma de não perecerem diante da concorrência.

Não foram observadas discussões acerca da redução da jornada de trabalho. Quando houve redução, ela se fez por necessidades econômicas, como para economizar energia ou falta de matérias primas.

Olha, hoje em dia, tivemos que reduzir pelos custos, pela questão do diesel. Nós, em nove hora, eh... em nove horas, nós consumimos de diesel muito mais que em sete horas. Ou seja, tivemos que falar com todos os companheiros, em uma reunião – isso sim decidimos entre todos – e perguntamos aos companheiros “se podia trabalhar duas horas menos? Mas isso o que impede é que... que estejamos as sete horas aí na máquina, viu?, de não transitarmos para nenhum lado... é vir e estar aí?”. E disseram que sim. Óbvio que, viu? Sempre vem um companheiro... se você tem necessidade de ir ao banheiro, viu?, te substituem e você vai ao banheiro. Mas são duas horas menos que você trabalha. Antes eram nove horas, agora são sete. E fizemos, viu?, porque... para baixar um pouco os custos do diesel<sup>437</sup>.

<sup>436</sup> Entrevista de história de vida de Elisa Cisternas, integrante da Cooperativa Fasinpat (ex-Zanón), concedida a nós em 11/02/2011. Tradução livre. No original: “Yo creo que lo ideal sería, obviamente, poder trabajar en una gestión obrera, donde todos estén por un bien o un objetivo común. También hay que ver que hay mucha gente que tiene un pensamiento... creo que es porque como (...) hemos sido creados en una política capitalista, entonces vos charlás con muchas personas y vos te das cuenta que esas personas no quieren (...) hacer o plantear una gestión obrera, porque no es fácil. (...) Es una responsabilidad muy grande y muchas veces las personas no están [muy preparadas para pagar ese precio] y prefieren trabajar bajo un patrón... (...) Y es por la cultura, por la cultura en que hemos crecido”.

<sup>437</sup> Entrevista temática de Marcelo Castillo, integrante da Cooperativa IMPA, concedida a nós em 13/08/2010. Tradução livre. No original: “Mira, hoy por hoy, la tuvimos que reducir por los costos, por el

Por esse testemunho de Marcelo Castillo, da IMPA, pode-se perceber que a tendência observada de aumento dos tempos mortos e diminuição do ritmo de trabalho está sob ameaça constante pelos limites impostos à autogestão dos produtores diretos pelo sociometabolismo do capital, assim como pela luta interna entre resistência e adaptação à disciplina do trabalho determinada pelo capital. Porém, é importante notar que a solução para a redução dos custos de produção foi no sentido de reduzir a jornada de trabalho, e não nos aparatos de segurança do trabalhador ou no corte do plantel.

Antes, você ia [por] 15 minutos ao banheiro, que era uma forma de fumar seu cigarro e tudo o mais, não? [Não] estava em uma máquina e fumava um cigarro. Hoje você não vai ver gente no banheiro. Você faz suas necessidades e volta para a máquina. É algo (...) importante, não?, isso, porque hoje se vê como muda a mentalidade, como vai mudando aos pouquinhos a mentalidade da pessoa, de dizer “se vou meia hora ao banheiro, estou parando a máquina que pode produzir...”, me entende? É o que te digo. Se fuma um cigarro um cigarro enquanto está trabalhando, o que antes na fábrica não se podia fazer, ia parar seus cinco minutos, dez minutos para fumar seu cigarro, mas no banheiro, e que não te [descubram] no banheiro porque podiam até te sancionar, não? (...) Enquanto estão trabalhando, estão fumando seu cigarro, mas estão na máquina para fumar. No banheiro não vai encontrar gente. Vão fazer suas necessidades e voltam para a máquina, e fumam seu cigarro enquanto estão... não sei... mudando uma matriz ou pondo uma chapa. Vai mudando a mentalidade<sup>438</sup>.

Mais acima, comentamos os efeitos positivos da flexibilização da jornada de trabalho. Porém, a flexibilidade de horários também pode revelar o outro lado da moeda: a extensão da quantidade de horas trabalhadas, inclusive tomando os fins de

---

tema del gasoil. Nosotros, en nueve horas eh... en nueve horas, nosotros consumimos de gasoil mucho más que en siete horas. O sea, tuvimos que hablar con todos los compañeros, en una reunión – eso sí lo decidimos entre todos – y preguntamos a los compañeros “¿se podría hacer de trabajar dos horas menos? Pero eso lo que impide es que... que estemos las siete horas ahí en la máquina, ¿viste?, de no movernos a ningún lado... es venir y estar ahí”. Y dijeron que sí. Obvio que, ¿viste?, siempre viene un compañero... si vos tenés necesidad de ir al baño, ¿viste?, te reemplazan y te vas al baño. Pero son dos horas menos que te trabajás. Antes eran nueve horas, ahora son siete. Y lo hicimos, ¿viste?, porque... para bajar un poco los costos del... del gasoil.”

<sup>438</sup> Entrevista temática de Jorge Rodríguez, trabalhador da Acrow Metálica / Cooperativa Crometal, concedida a nós em 22 de setembro de 2010. Tradução livre. No original: “Antes, vos te ibas [por] 15 minutos al baño, que era una forma de fumar su cigarrillo y lo demás, ¿no? [No] estabas en una máquina y te fumabas un cigarrillo. Hoy no vas a ver más gente en el baño. Hacés su necesidad y volvés a la máquina. Es algo (...) importante, ¿no?, eso, porque hoy se ve cómo cambia la mentalidad, como va cambiando de poquito la mentalidad de la persona, de decir “si yo me voy media hora al baño, estoy parando una máquina que puede producir...”, ¿me entendés? Es lo que te digo. Si fumas un cigarrillo mientras está trabajando, que antes en la fábrica no se podía hacer, ibas a parar sus cinco, diez minutos para fumar su cigarrillo, pero en el baño, y que no te [pesquen] en el baño porque hasta te podían sancionar, ¿no? (...) Mientras están trabajando, están fumando su cigarrillo, pero están en la máquina para fumar. En el baño no vas encontrar gente. Se van a hacer sus necesidades y vuelven a la máquina, y se fuman su cigarrillo mientras están... no sé... cambiando una matriz o poniendo una chapa. Se va cambiando la mentalidad”.

semana, para cumprir com os compromissos e aumentar a renda. Contudo, a jornada de trabalho, em média, possui a mesma duração da época em que os trabalhadores estavam submetidos à patronal.

Nos raros casos onde se admite ter havido alguma discussão sobre a questão da redução da jornada de trabalho, ela é pensada apenas como forma de combater o desemprego, e não como uma forma de aumentar o tempo livre. Ao mesmo tempo, movidos pelo acicate da concorrência, e, em sua maioria, providos com uma maquinaria obsoleta e de nenhum capital para investimento em tecnologia que poderia reduzir o tempo de trabalho, veem-se coagidos a ignorar qualquer colocação sobre a redução da jornada de trabalho. Quando perguntamos a Ernesto, da Chilavert, se ele se preocupava com o tema da jornada de trabalho, respondeu:

Sim, a possibilidade de reduzir a jornada de trabalho... Sim, certamente. O que acontece é que como no todo dependemos de tudo o que fazemos para progredir, na verdade, às vezes a jornada de trabalho é pior do que antes, não melhor, porque como precisa fazer um determinado dinheiro e não tem o salário garantido, é uma questão muito delicada, é claro... Nos garantimos por um lado... Inclusive, às vezes, não está garantido o fluxo de trabalho e aí se reduz a jornada, mas por falta de trabalho, o que também é preocupante para nós, porque não temos... Temos tempo livre, mas não temos dinheiro. E às vezes, quando temos... e quando vem muito trabalho, e temos mais dinheiro para viver, temos muito trabalho e não temos tempo livre. (...) Estamos preocupados com a subsistência econômica... (...) Se vai muito bem para nós, não seria preocupante, poderíamos reduzir a jornada e ganhar algo digno<sup>439</sup>.

### 3.2.3. Disciplina do Trabalho e Capital

A questão da disciplina e do ritmo de trabalho é fundamental para a estrutura do sociometabolismo do capital.

Desde o primeiro momento, duas características do modo de produção capitalista são específicas em comparação aos anteriores. A primeira é que se constitui como um sistema que cria seus produtos para que se tornem mercadorias. Na verdade, em todos

---

<sup>439</sup> Entrevista de história de vida de Ernesto González, trabalhador da Cooperativa Chilavert, concedida a nós em 23/07/2010. Tradução livre. No original: “Sí, la posibilidad de reducir la jornada de trabajo... Sí, seguro. Lo que ocurre es que como en todo dependemos de todo lo que hacemos para progresar, en realidad, a veces la jornada de trabajo es peor que antes, no mejor, porque como necesitamos hacer determinado dinero y no tenemos garantizado el salario, es un tema muy delicado, es claro... Nos garantizamos por un lado... Incluso, a veces, no está garantizado el flujo de trabajo y ahí se reduce la jornada, pero por falta de trabajo, lo que también es preocupante para nosotros, porque no tenemos... Tenemos tiempo libre pero no tenemos plata. Y a veces cuando tenemos... y cuando viene mucho trabajo, y tenemos más dinero para vivir, tenemos mucho trabajo y no tenemos tiempo libre. (...) estamos preocupados por la subsistencia económica, tenemos que tener nuestra subsistencia económica... (...) Si nos va muy bien, no sería preocupante, podríamos reducir la jornada y ganar algo digno.”

os sistemas anteriores houve produção de mercadorias, mas essa nunca cobrou o caráter predominante e determinante dos produtos do trabalho como ocorre nas sociedades capitalistas. Para que a criação de mercadorias se generalize a tal ponto, é necessário que a própria força de trabalho dos produtores diretos se converta também em mercadoria. O trabalho assalariado em sua relação com o capital informa a estrutura deste modo de produção.

O produto criado exclusivamente com o fito de ser mercadoria e esta mercadoria como produto do capital são características que impregnam todas as relações do processo de circulação. Dessa forma, os produtos têm que percorrer determinado processo social, assumindo determinadas configurações sociais, e tal processo penetra profundamente determinadas relações entre os agentes da produção, que definem a valorização de seus produtos e o seu regresso a esses agentes sob as formas de meios de vida e / ou meios de produção.

O segundo traço específico do capitalismo é, indissociavelmente ligado ao primeiro, o fato de que a finalidade direta e o motor determinante da produção de riquezas é a produção de valor, de mais-valor. “O capital sempre produz capital e para poder fazê-lo, não lhe resta outro caminho a não ser produzir mais-valor”<sup>440</sup>. E a mercadoria força de trabalho possui um valor de uso especial e único: é ela a responsável pela criação de valor excedente. Esse mais-valor corresponde ao excedente do valor do produto final do trabalho em relação ao valor dos componentes do produto consumidos, i.e., os meios de produção e a força de trabalho.

Outra importante função da força de trabalho para o capital é a conservação do valor dos meios de produção por meio de sua transferência ao produto; transferência essa que ocorre durante a transformação dos meios de produção – maquinaria, matéria prima, ferramentas, imóveis etc. – em produto (mercadoria) levada a cabo pela força de trabalho no processo de trabalho. Adicionar novo valor e conservar o valor antigo são dois resultados diversos do processo de trabalho determinado pelo sociometabolismo do capital produzidos pelo trabalhador ao mesmo tempo, ainda que execute apenas um trabalho. A capacidade de criar valor resulta do caráter abstrato do trabalho no modo de produção capitalista; já a capacidade de conservar o valor é resultado do trabalho concreto útil particular do produtor direto<sup>441</sup>.

---

<sup>440</sup> Karl Marx, *El Capital: Crítica a la Economía Política*, l. III, 2001, p. 813. Tradução livre.

<sup>441</sup> Cf. Karl Marx, *O Capital: Crítica da Economia Política*, l. I, vol. I e II, 2002/2003.

O excedente que o valor total do produto tem sobre a soma dos valores de seus elementos constitutivos – força de trabalho e os diversos meios de produção – representa o excedente do capital ampliado sobre o capital gasto originalmente. Meios de produção e força de trabalho, alerta Marx, são apenas formas diferentes de existência assumidas pelo valor do capital original ao abandonar a forma dinheiro e se transformar nos fatores do processo de trabalho. Marx designa a parte do capital que se converte em meios de produção de *capital constante*, dado que a magnitude do seu valor no processo de produção não se altera. Já a parcela do capital que se converte em força de trabalho muda, sim, de valor no processo de produção – reproduz o próprio equivalente e proporciona um excedente (mais-valor) –, transformando-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. “As mesmas partes do capital, que, do ponto de vista do processo de trabalho, se distingue, em elementos objetivos e subjetivos, em meios de produção e força de trabalho, do ponto de vista do processo de produzir mais-valor, se distinguem em capital constante e capital variável”<sup>442</sup>.

A partir do momento em que vende sua força-de-trabalho ao empregador, o produtor direto a aliena de forma com que aquele disponha dela da maneira que melhor lhe prouver – determinando o que produzir, como produzir, onde produzir, para quem produzir, etc. – a fim de atingir o objetivo último de todo aquele que é detentor dos meios de produção nas sociedades capitalistas: a valorização do capital existente. O processo de trabalho torna-se *responsabilidade* do capitalista, como bem expressou Harry Braverman<sup>443</sup>. Quando o processo de trabalho se torna instrumento do processo de valorização do capital, da criação de valor, ele então se encontra subsumido ao capital.

O modo de produção capitalista, segundo Marx, apresenta-se como necessidade histórica de transformar o processo de trabalho em um processo social, mas ao mesmo tempo a força produtiva desse trabalho social é submetida a um ritmo cada vez mais intenso para uma produção que se destina não à satisfação dos produtores diretos e ao alívio de sua labuta, mas à produção incessante de mais-valor.

O capitalismo é o único modo de produção ao longo da história humana onde a medida da riqueza produzida pela sociedade depende da medida do tempo de trabalho necessário gasto para produzi-la.

---

<sup>442</sup> Karl Marx, op. cit., 2002, pp. 244-245

<sup>443</sup> Cf. Harry Braverman, *Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX*, 1977, p.59.



Se em outros modos de produção que precederam o capitalismo e outros que ainda existem em sociedades arcaicas a riqueza é criada pela objetivação de vários trabalhos concretos, no capitalismo, o valor é a objetivação de trabalho abstrato. O valor é medido não em termos das objetivações particulares de vários trabalhos (concretos), mas a partir daquilo que todos esses trabalhos têm em comum, não importa a especificidade que possuam: a quantidade de trabalho despendido na confecção de um produto destinado a ser mercadoria. E a medida da quantidade de trabalho se dá pelo tempo, pela duração do trabalho.

A homogeneização do tempo é condição *sine qua non* para a abstração do trabalho humano que se objetiva nas mercadorias. “Objetivamente, a forma mercantil só se torna possível como forma de igualdade, da permutabilidade de objetos qualitativamente diferentes pelo fato de esses objetos – *nessa* relação que é a única a lhes conferir sua natureza de mercadorias – serem vistos como formalmente iguais”<sup>444</sup>. A uniformidade do tempo anda *pari passu* à necessidade de uma crescente racionalização – baseada na possibilidade do cálculo – do processo de trabalho criador de valor; racionalização que faz sucumbir “as propriedades qualitativas, humanas e individuais do trabalhador”<sup>445</sup>.

Lukács enfatiza que o tempo e o espaço são reduzidos a um mesmo denominador e o tempo se transforma em espaço.

O tempo perde (...) o seu caráter qualitativo, mutável e fluido: ele se fixa num *continuum* delimitado com precisão, quantitativamente mensuráveis, pleno de “coisas” quantitativamente mensuráveis (os “trabalhos realizados” pelo trabalhador, reificados, mecanicamente objetivados, minuciosamente separados do conjunto da personalidade humana); torna-se um espaço. Nesse ambiente em que o tempo é abstrato, minuciosamente mensurável e transformado em espaço físico, um ambiente que constitui, ao mesmo tempo, a condição e a consequência da produção especializada e fragmentada, no âmbito científico e mecânico, do objeto de trabalho, os sujeitos do trabalho devem ser igualmente fragmentados de modo racional<sup>446</sup>.

A objetivação da força de trabalho do produtor direto em relação ao conjunto de sua personalidade se torna realidade cotidiana “durável e intransponível”. Desse modo, salienta Lukács, a personalidade se transforma em “espectador impotente de tudo o que

<sup>444</sup> György Lukács, *História e consciência de classe*, 2003, p. 200. Grifos no original.

<sup>445</sup> György Lukács, op. cit., 2003, p. 201.

<sup>446</sup> *Ibidem*, p. 205.

ocorre em sua própria existência, parcela isolada e integrada a um sistema estranhado”<sup>447</sup>.

A produção da riqueza enquanto produção de mercadorias é determinada e regulada pelo valor e esse fato implica na tendência constante a *reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário* para a produção de uma mercadoria, i. e., seu valor a um limite inferior à média social vigente em dado momento. Um importante fator que contribuiu nesse sentido foi a expansão do processo de *cooperação*, ou seja, a forma de organização do trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção distintos, porém conexos. Isso possibilitou ao capitalista individual uma economia no emprego dos meios de produção que barateou as mercadorias, reduzindo o preço de custo, e alterou a relação entre mais-valor e capital adiantado, i. e., a soma de suas partes constante e variável. A produtividade específica da jornada de trabalho coletivo é a força produtiva do trabalho social, que tem origem na própria cooperação<sup>448</sup>.

Outro fator fundamental para o incremento da produtividade da força de trabalho foi o desenvolvimento da *divisão manufatureira do trabalho*. Braverman a define como o “mais antigo princípio inovador do modo capitalista de produção”<sup>449</sup>. Dado que frequentemente são confundidas, é necessário recordar que divisão social do trabalho e divisão manufatureira do trabalho são coisas distintas. A primeira é um fenômeno remotíssimo nas sociedades humanas, desde as mais arcaicas, e diz respeito à distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades da produção da riqueza no seio da sociedade; a última constitui um parcelamento dos elementos do processo de trabalho implicados na confecção do produto em diversas operações executadas por diferentes trabalhadores. Tal divisão pormenorizada do trabalho imposta pelo capital dispensa que o produtor direto acompanhe qualquer processo completo de produção. De fato, o compartilhamento generalizado do conhecimento do processo produtivo entre todos os produtores diretos participantes torna-se não apenas desnecessário, mas um *obstáculo* ao funcionamento do sociometabolismo do capital<sup>450</sup>.

Esse trabalho parcelado também não pode ser tomado como sinônimo nem mesmo como resultado inevitável do desmembramento do trabalho da produção em seus elementos constituintes. Tal separação é característica em qualquer processo de

---

<sup>447</sup> Ibidem.

<sup>448</sup> Karl Marx, op. cit., 2002, p. 378.

<sup>449</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>450</sup> Cf. Harry Braverman, op. cit., 1977.

trabalho organizado por trabalhadores para ajustar-se às suas próprias necessidades quando se veem diante de uma grande quantidade de trabalho a ser realizada em determinado tempo. Mas como já destacado anteriormente, no trabalho parcelado as operações não são apenas separadas uma das outras, mas também são realizadas por trabalhadores diferentes. “O trabalhador pode parcelar o processo, mas ele jamais se converte num trabalhador parcelado pela vida afora”<sup>451</sup>.

Braverman assinala que a decomposição do processo de trabalho e o trabalho parcelado são passos na divisão do trabalho que dependem da escala de produção. Cada passo representa uma *poupança no tempo de trabalho*. Para o capitalista, nada significa que o primeiro passo desmembre somente o processo enquanto o segundo parcele também o trabalhador<sup>452</sup>.

A divisão parcelar do trabalho introduzida pelo capitalismo também é marcada pela hierarquização. Se por um lado tal forma de divisão do trabalho faz com que o trabalhador leve muito menos tempo para realizar uma tarefa do que o artesão que executa toda uma série diferente de operações, por outro lado transforma o corpo do trabalhador em órgão automático especializado em uma única operação – uma manifestação do fenômeno estranhamento, que se encaixa perfeitamente no desenvolvimento do conceito realizado ainda nos *Manuscritos de Paris*.

O que perdem os trabalhadores parciais concentra-se no capital que se confronta com eles. A divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina. Esse processo de dissociação começa com a cooperação simples, em que o capitalista representa, diante do trabalhador isolado, a unidade e a vontade do trabalhador coletivo. Esse processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-a para servir ao capital<sup>453</sup>.

A tendência a reduzir o preço de custo da mercadoria a seu mínimo também acarretou na constante *renovação das forças produtivas*, a qual tem sempre por

---

<sup>451</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>452</sup> Outra vantagem trazida pela divisão manufatureira do trabalho é o que Braverman destaca como princípio de Babbage, que exprimiria não um aspecto técnico da divisão do trabalho, mas seu aspecto social. Charles Babbage, em seu livro *Sobre a Economia de Maquinaria e Manufaturas*, publicado em 1832, chamava a atenção para o fato de que a divisão pormenorizada do trabalho também contribui para o barateamento da força de trabalho. O processo de trabalho dissociado em elementos, alguns dos quais mais simples do que outros e cada qual mais simples que o todo, leva a que a força de trabalho capaz de executar o processo possa ser comprada mais barato como elementos dissociados do que como capacidade integrada em um só trabalhador. Cf. Harry Braverman, op. cit., 1977.

<sup>453</sup> Karl Marx, op. cit., 2002, pp. 416-417.

pressuposto a intensificação da força produtiva social do trabalho (e que se transfigura de forma mistificadora como intensificação da força produtiva do capital).

A forma concreta em que o tempo de trabalho social se impõe como fator determinante no valor das mercadorias guarda, indubitavelmente, relação com a forma do trabalho enquanto trabalho assalariado e com a forma correspondente de meios de produção como capital, no sentido em que somente sobre esta base se converte a produção de mercadorias na forma geral da produção<sup>454</sup>.

Quando o capitalista compra meios de produção pode avaliar com precisão seu lugar no processo de trabalho. “Ele sabe que certa parcela de seu desembolso será transferida a cada unidade de produção e sua contabilidade o lançará sob o título de custos e depreciação”<sup>455</sup>. No entanto, a parte do capital despendida na força de trabalho não pode ser computada com rigor e antecipação como no caso do capital constante; posto que é a porção variável do capital, sofre um aumento no processo de produção e, para o capitalista, a questão é de *quanto* é o aumento.

É, portanto, crucial para o capitalista que *o controle sobre o processo de trabalho* passe das mãos do produtor direto para as suas próprias. Esta transição terá vários momentos ao longo da história da subsunção do trabalho ao capital. Como bem assinalou Braverman, para o trabalhador tal mudança se apresenta como estranhamento do processo de produção do trabalhador; para o capitalista, como o problema da gerência<sup>456</sup>.

A cooperação do trabalho representou um novo patamar para a produtividade do trabalho e foi fundamental para a instauração efetiva de *uma gerência capitalista*, que se tornou amplamente difundida a partir das últimas décadas do século XIX. Consolidava-se uma nova forma de controle da disciplina da força de trabalho, ainda mais eficiente para o capital. Braverman ressalta que o primeiro efeito de tal mudança foi impor aos trabalhadores horas regulares de trabalho, “em contraste com o ritmo auto-imposto que incluía muitas interrupções, meio-expedientes e feriados, e em geral impedia a extensão da jornada de trabalho para fins de produzir um excedente nas condições técnicas então existentes”<sup>457</sup>. Os inícios dessa gerência foram marcados por métodos extremamente coercitivos sobre os empregados. Aos dispositivos para observação da disciplina dentro do chão da fábrica associava-se uma série de

<sup>454</sup> Karl Marx, op. cit., 2001, p. 815. Tradução livre.

<sup>455</sup> Harry Braverman, op. cit., 1977, p. 59.

<sup>456</sup> Ibidem.

<sup>457</sup> Ibidem, p. 66.

constrições manejadas no nível da sociedade política para reforçar o controle disciplinar sobre os trabalhadores.

O verbo *to manage* (administrar, gerenciar), vem de *manus*, do latim, que significa mão. Antigamente significava adestrar um cavalo nas suas andaduras, para fazê-lo praticar o *manège*. Como um cavaleiro que utiliza rédeas, bridão, esporas, cenoura, chicote e adestramento desde o nascimento para impor sua vontade ao animal, o capitalista empenha-se, através da gerência (*management*), em *controlar*. E o controle é, de fato, o conceito fundamental de todos os sistemas gerenciais, como foi reconhecido implícita ou explicitamente por todos os teóricos da gerência<sup>458</sup>.

Isso não significa a cooperação como forma de organização do trabalho esteja restrita à exploração do trabalho alheio. Marx ressalta que a combinação e a cooperação de muitos produtores diretos para alcançar um resultado comum podem vir a ser algo independente do capital “uma vez que se rompa o invólucro capitalista”<sup>459</sup>. “Afirmar que este trabalho é necessário como trabalho capitalista, ou como função do capitalista, é como afirmar que não se pode imaginar que as formas que vão se desenvolvendo no seio do regime capitalista de produção separadas e libertas de seu caráter capitalista antagônico”<sup>460</sup>.

A ampliação da aplicação da maquinaria no processo de produção também significou, ao mesmo tempo, redução do tempo de trabalho socialmente necessário – maior produtividade da força de trabalho – e imposição da disciplina do capital. Michelle Perrot, em artigo sobre a história social da maquinaria na França, chama a atenção para os trabalhos de Stephen Marglin, economista de Harvard, que salientavam o papel político da divisão do trabalho e da maquinaria nos processos de acumulação do capital ainda no século XIX, servindo de “instrumentos de uma estratégia patronal para o controle da produção e a imposição da obediência a trabalhadores cuja competência profissional garantia uma incômoda autonomia”<sup>461</sup>. Perrot assinala que a mecanização não responde a necessidades técnicas, mas basicamente disciplinares. Outro estudo considerado importante por Perrot no que tange à questão da maquinaria na indústria é o de Jean-Paul de Gaudemar, que distingue três longos ciclos de “tecnologia de dominação capitalista que (...) se sobrepõem parcialmente: um ciclo panóptico, um ciclo de disciplinarização extensiva (fábrica e fora da fábrica), um ciclo fundado num

<sup>458</sup> Ibidem, p. 68. Grifos originais.

<sup>459</sup> Karl Marx, op. cit., 2001, p. 370. Tradução livre.

<sup>460</sup> Ibidem.

<sup>461</sup> Michelle Perrot, “Os operários e as máquinas na França...” In: op. cit., 2010, p. 19.

duplo processo de objetivação / interiorização da disciplina num processo de trabalho remodelado pela maquinaria... (ou) ciclo de *disciplina maquinica*<sup>462</sup>. Benjamin Coriat também destaca o papel da máquina no esmorecimento da resistência operária ao capital entre o fim do século XIX e o início do XX: “(...) e esse é o grande tema do período: *luta contra* “a insubordinação e a indisciplina” operárias. A opinião de [Andrew] Ure é de que *a principal dificuldade* consistiu em obrigar os homens a renunciar a seus costumes de trabalho desordenados e a se identificarem com a invariável regularidade do complexo automático. Ure fala aqui da empresa *Hercule*, levada adiante por Arkwright, cuja máquina permitiu o progressivo estabelecimento de um “*código da disciplina de fábrica*”<sup>463</sup>.

No início do século XX, o taylorismo e o fordismo estabeleceram um novo passo no controle sobre o corpo e a mente do trabalhador.

Frederick Winslow Taylor, oriundo de uma rica família nos EUA, abandonou os estudos que empreendia com o fito de entrar na universidade e se empregou como operário aprendiz em uma metalúrgica de propriedade de conhecidos de sua família. Ali, Taylor se deu conta de que a capacidade produtiva de um trabalhador com experiência média era, na verdade, sempre maior do que sua produtividade “real” na empresa. Observou que a destreza adquirida com o tempo pelo trabalhador aumentava sua produtividade o tempo de experiência, mas parte daquela se perdia na constante troca de operações, de ferramentas, no deslocamento do espaço fabril... Mas não era apenas devido às condições técnicas que a produtividade “real” do operário ficava sempre aquém de sua “capacidade produtiva” – Taylor percebeu que os trabalhadores desenvolviam macetes (que utilizavam conjugados às condições técnicas do trabalho dadas na época) como meio de controlar o *tempo* despendido do exercício das tarefas

---

<sup>462</sup> Jean-Paul de Gaudemar, Comunicação ao colóquio de ACSES, Paris, 7 *Procés de travail*, setembro de 1977, p. 24, apud: Michelle Perrot, op. cit., 2010, p. 19. Grifos no original.

<sup>463</sup> Benjamin Coriat, *El taller y el cronómetro: Ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en masa*, 2003, p. 17. Tradução livre. Não se deve deixar de mencionar outro tipo de disciplina induzido pela maquinaria no sistema do capital – servindo como arma para reprimir as revoltas dos trabalhadores, lembrando-lhes o quanto podem se tornar supérfluos, instaurando uma concorrência atroz entre o proletariado e, portanto, influenciando, diretamente, sobre os caminhos da organização política dos subalternos. “A máquina não é apenas o concorrente todo-poderoso, sempre pronto a tornar ‘supérfluo’ o assalariado. O capital, aberta e tendenciosamente, proclama-a o poder inimigo do trabalhador, manejando-a em função desse atributo. Ela se torna a arma mais poderosa para reprimir as revoltas periódicas e as greves dos trabalhadores contra a autocracia do capital. Segundo Gaskell, a máquina a vapor foi, desde o início, antagonista da ‘força humana’, tendo capacitado o capitalista a esmagar as exigências crescentes dos trabalhadores que ameaçavam lançar em crise o sistema fabril que nascia. Poder-se-ia escrever toda uma história das invenções feitas a partir de 1830 com o único propósito de suprir o capital com armas contra as revoltas dos trabalhadores”. In: Marx, Karl, op. cit., 2002, pp.496-497.

requeridas pelo seu posto de trabalho<sup>464</sup>. Além de ditarem eles mesmos uma parte importante de seu ritmo de trabalho, os operários (sobretudo os qualificados) protegiam também seus empregos e seus salários – tudo isso graças ao saber do ofício que dominavam, em um mundo em que

a produtividade em expansão advinda do emprego crescente da maquinaria (...), pouco a pouco tornava cada vez mais escassa a necessidade de trabalho humano na produção. Enfim, era uma forma de conservar a necessidade dos empregadores de mantê-los na ativa, controlando o tempo de trabalho minimamente necessário desempenhado na produção de mercadorias<sup>465</sup>.

Coriat afirma que o operário de ofício ou operário qualificado, herdeiro dos segredos das corporações, era a condição *sine qua non* para a existência da manufatura. Dispor de operários habilidosos, ainda ao longo do século XIX, era uma preocupação constante para os capitalistas. Se uma localidade tinha a sorte de acolher uma importante comunidade operária, os capitalistas tentavam reter esses trabalhadores qualificados mesmo quando as manufaturas já não podiam lhes oferecer trabalho, como no caso de grandes crises econômicas. O Estado e seus aparelhos intervinham a favor dos capitalistas, coagindo a emigração de trabalhadores.

O operário qualificado é conhecedor de sua importância vital para as manufaturas. Mesmo depois da dissolução das corporações, sublinha Coriat, o ofício é guardado como patrimônio familiar, sendo transmitido apenas aos descendentes. Coriat defende que muito da resistência dos trabalhadores ao capital, até fins do século XIX, erigiu-se em torno do domínio do ofício.

Coriat aponta para o fato de que nos EUA, no século XIX, o ofício, mais do que em qualquer outro lugar, representava mais um obstáculo para a acumulação de capital, “terra nova e quase sem herança”, onde a mão de obra qualificada era escassa e o sindicalismo de ofício era fortíssimo. A AFL (American Federation Labor) era a mais poderosa organização operária. A filiação possui um caráter estritamente de ofício; os operários não qualificados geralmente são excluídos da associação. A AFL também funciona como subcontratadora ao garantir a provisão da força de trabalho, administrar a afluência em quantidade e qualidade desta, assegurando certa “gestão” do mercado de trabalho. Em contrapartida, exigem que o capitalista respeite a “tarifa” sindical, que compreendia a taxa salarial e o tempo requerido para cada tipo de peça (quando o

---

<sup>464</sup> Cf. Geraldo Augusto Pinto, *A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*, 2007.

<sup>465</sup> Geraldo Augusto Pinto, op. cit., 2007, p. 30.

salário é por horas) e a especificação do que hoje se designa por “norma” de qualidade. Quando as tarifas não eram respeitadas, os trabalhadores qualificados organizavam amplas campanhas de boicote, tão poderosas que frequentemente conduziam a “espetaculares falências comerciais”. Não se pode deixar de mencionar que a defesa do ofício é levada a cabo com “o espírito de seita e o egoísmo de categoria mais implacáveis. (...) Racismo e xenofobia são partes constitutivas da ideologia da AFL”<sup>466</sup>. (Coriat, 2003, p. 14. Tradução livre.) Coriat opina que a política de “tarifas” sindicais da AFL também foi, ao mesmo tempo que uma resistência dos trabalhadores mais qualificados aos mandos e desmandos do patrão, um instrumento de colaboração de classes. Porém, a provisão de força de trabalho, se num primeiro momento oferecia vantagens ao capitalista, em longo prazo ficava patente o peso da dependência dessa provisão, que colocava ao desenvolvimento do capital um limite insuportável.

*A insubordinação e a indisciplina do trabalhador* continuavam sendo um grande problema para o capital. Daí a amplitude e a força da suposta “ociosidade” operária.

Podemos notar, portanto, que ainda que as novas condições técnicas e sociais advindas com o modo de produção capitalista nas últimas décadas do século XIX tenham significado uma grande transformação no controle exercido sobre o ritmo do trabalho, restava ainda ao produtor direto uma margem de controle sobre o ritmo do trabalho e de proteção sobre os seus salários – margem construída em torno do conhecimento das artes de seu ofício em um mundo onde os produtores diretos devem sobreviver vendendo sua força de trabalho no mercado; margem que ainda exasperava os capitalistas em sua luta pela acumulação crescente de seus capitais.

Taylor divisou que, para dar fim a essa “ociosidade” do operário garantida pelo domínio do ofício, era necessário que as diferentes atividades do processo de produção fossem divididas o máximo possível em tarefas que abrangessem alguns poucos gestos. O tempo de cada movimento deve ser medido em um cronômetro, o que permitiria à gerência determinar o tempo “certo” para a realização de cada operação e, conseqüentemente, exigir de qualquer trabalhador que cumprisse a quantidade de trabalho “ideal”, medida de forma pretensamente científica<sup>467</sup>. Os trabalhadores e seus

---

<sup>466</sup> Benjamin Coriat, op. cit., 2003., P. 14. Tradução livre.

<sup>467</sup> O taylorismo estabelece princípios que norteiam métodos de organização do trabalho, mas seu papel no desenvolvimento de tecnologia foi mínimo: “A gerência científica (...) significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão. Faltam-lhe as características de uma verdadeira ciência porque suas pressuposições refletem nada mais que a perspectiva do capitalismo com respeito às condições da produção. Ela parte, não obstante um ou outro protesto em contrário, não do ponto de vista



sindicatos reagiram, mas o sistema de organização do trabalho de Taylor conseguiu prevalecer e ser difundido em diversos países, em diferentes ramos da economia – até nos serviços – sobretudo com o desenrolar das duas Guerras Mundiais<sup>468</sup>.

A disciplina do trabalho que se impõe com o taylorismo está inscrita em um nível de controle do capital sobre o trabalho do produtor direto que demandava da gerência uma necessidade incondicional de imposição rigorosa da maneira pela qual toda tarefa do processo de trabalho deveria ser executado. Expropriado do seu controle sobre os modos operatórios, o trabalhador perde o controle do tempo que ainda lhe restava com o domínio do ofício.

Henry Ford fundou a primeira planta da Ford Motor Company em 1903, ocupando-se com as atividades comuns aos administradores da época, mas continuando a pesquisar os veículos que fabricava desde fins do século XIX – percorria o chão de fábrica constantemente, observando seus trabalhadores no fabrico de peças e montagem dos veículos. Ford foi autor de diversas inovações no processo de trabalho, entre as quais a principal foi a introdução da linha de montagem, a partir de 1913. A divisão taylorista do trabalho, com sua padronização do trabalho em tarefas uniformizadas, permitiu que os trabalhadores e suas ferramentas se distribuíssem ao longo de uma linha. Geraldo Pinto aponta que nesse sentido, “o sistema taylorista foi incorporado e desenvolvido pelos dispositivos organizacionais e tecnológicos fordistas”<sup>469</sup>: no lugar de atribuir a determinados funcionários o deslocamento dos materiais e objetos de trabalho, a linha de montagem estabelece máquinas automáticas que cumprem essa função. A inovação de Ford procurava eliminar ao máximo os tempos mortos, de forma que todas as ações dos trabalhadores, a cada instante, acrescentasse valor aos produtos. “Se a ‘racionalização’ taylorista permitia uma significativa intensificação do trabalho humano através do controle pela cronometragem dos tempos de operação parciais, no sistema fordista é a velocidade automática da linha de série (...) que impõe ao trabalhador a sua condição de disposição para o labor (...)”<sup>470</sup>. A divisão estrita dos trabalhadores ao longo da linha de montagem contribuiu para obstaculizar o movimento destes; segundo Ford: “Andar não é uma atividade remuneradora”. Os modos de operação introduzidos

---

humano, mas do ponto de vista da gerência de uma força de trabalho refratária no quadro de relações sociais antagônicas. Não procura descobrir e confrontar a causa dessa condição, mas a aceita como um dado inexorável, uma condição ‘natural’. Investiga não o trabalho em geral, mas a adaptação do trabalho às necessidades do capital. Entra na oficina não como representante da ciência, mas como representante de uma caricatura de gerência nas armadilhas da ciência.” Cf. Harry Braverman, op. cit., 1977, pp. 82-83.

<sup>468</sup> Cf. Geraldo Pinto, op. cit., 2007 e Harry Braverman, op. cit., 1977.

<sup>469</sup> Geraldo Pinto, op. cit., 2007, p. 44.

<sup>470</sup> *Ibidem*, p. 45.

pelo taylorismo foram cada vez mais simplificados e a obediência a eles é controlada de perto por uma série de supervisores. “Os tempos atribuídos a cada tarefa (...) são revisados, reavaliados e depois fixados de maneira estrita pelo pessoal da direção. Todo o tempo que o trabalhador passa na fábrica é empregado de maneira produtiva em séries de tarefas muito precisas, (...) fixadas de maneira despótica pelo maquinismo e seu movimento, quando não pelos serviços de ‘métodos’”<sup>471</sup>.

Um trabalhador da Ford em Halewood, Grã-Bretanha, na década de 1960, declara ao sociólogo Huw Beynon:

Eles dizem que os tempos estipulados são baseados no que um “homem médio” pode fazer em um “tempo médio por dia”. Isso é uma grande besteira. No começo do turno está tudo bem, mas depois fica mais difícil. E quando um homem está se sentindo um pouco indisposto? No turno da noite, por exemplo, eu sou imprestável. Não consigo funcionar de noite. Mas mesmo assim a gente sempre tem os mesmos tempos: os tempos da Ford. São os números de novo. Eles acham que se numerarem a gente e numerarem o trabalho, está tudo certo.

*Eles* decidem no dia que *eles* mediram a velocidade em que *nós* vamos trabalhar. Parecem esquecer que não somos máquinas. De qualquer modo, os padrões que estipulam são excessivos. Esperam que a gente trabalhe durante os 480 minutos das oito horas do turno. Concordaram em conceder *seis minutos* desse tempo para ir ao banheiro, assuar o nariz e coisas do tipo. A gente leva seis minutos para baixar as calças<sup>472</sup>.

A década de 1960, como já mencionado anteriormente, foi marcada por uma série de ações – tanto espontâneas, quanto organizadas – dos trabalhadores contra o modelo do “operário massa” instituído pelo taylorismo - fordismo.

Beynon afirma que a luta de classes travada pela classe trabalhadora britânica no século XX se manifesta nas disputas pelo controle no trabalho. “No nível interior e mais fundamental, a luta consiste em um conflito acerca do volume de trabalho executado pelos operários e da quantia que recebem em pagamento por isso. No nível mais desenvolvido, ela produziu um conflito ideológico quanto a quem dirige a fábrica e por que, um questionamento do caráter e propósito essenciais da produção em uma sociedade capitalista”<sup>473</sup>.

Essa realidade não é característica apenas da Grã-Bretanha. Em vários países a luta pelo controle do processo de trabalho marcou as relações entre os produtores

<sup>471</sup> Benjamin Coriat, op.c it., 2003, p. 58.

<sup>472</sup> Huw Beynon, *Trabalhando para Ford: Trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística*, 1995, p. 188.

<sup>473</sup> Huw Beynon, op. cit., 1995, p. 181.

diretos e a patronal, desde o século XIX. No primeiro capítulo, por exemplo, vimos que a atuação das comissões internas na Argentina e as reações das classes dominantes a ela entre as décadas de 1950 e 1970 expressaram justamente a disputa pela regulação de suas vidas no chão de fábrica.

Os capitalistas reagem a essas pugnas pelo controle do processo de trabalho, sejam espontâneas ou organizadas, sejam em um nível “inferior” ou “superior”, deslocando as unidades empresariais para áreas onde a mão-de-obra é considerada barata e disciplinada, mudando para outros ramos econômicos ou linhas de produto menos saturadas pelos conflitos entre classes e, claro, renovando as forças produtivas e introduzindo mudanças na organização do processo de trabalho, incorporando subalternamente algumas reivindicações dos trabalhadores e pondo obstáculos aos macetes criados por eles para driblar a disciplina imposta pelo capital. Convém lembrar que essas soluções também podem responder a conflitos intra-classes, determinados pela competição no mercado.

No plano tecnológico / organizacional, os setores de ponta do capitalismo, desde a década de 1940, vinham buscando outras formas de tornar o controle do processo de trabalho mais eficiente que aquele estabelecido pelo taylorismo-fordismo. A racionalização imposta pelo taylorismo-fordismo começava a mostrar seus limites já na década de 1930, apresentando perda de eficácia diante da própria reação do corpo e da mente dos trabalhadores. O crescimento dos níveis de produtividade havia estancado e a resposta para esse problema era vista no estímulo à iniciativa dos trabalhadores. Assim surgiu o sistema de “enriquecimento de cargos” e o dos Grupos Semi-Autônomos (GSA). Estamos plenamente de acordo com Pinto quando este afirma que:

A introdução dos sistemas de organização flexíveis, com seus elementos “participativos”, foram também reações do empresariado contra a resistência dos trabalhadores. Nessa luta, a sofisticação na organização dos processos produtivos levou a fórmulas que, através da valorização da subjetividade dos trabalhadores, lhes fosse possível extrair conhecimentos tácitos e sugestões acerca de melhorias que pudessem ser feitas no ambiente de trabalho, sempre tendo em vista a ampliação da produtividade em favor da acumulação capitalista<sup>474</sup>.

A experiência mais bem sucedida em reorganizar o processo de trabalho a partir desses princípios de valorização da subjetividade do trabalhador foi a desenvolvida na Toyota Motor Company, pelo engenheiro Taiichi Ohno, desde a década de 1950. Com as crises de lucratividade e de legitimidade experimentadas pelo Ocidente a partir da

---

<sup>474</sup> Geraldo Pinto, op. cit., 2007, p. 71.

década de 1960, o sistema toyotista torna-se referência mundial para as empresas de ponta emprenderem uma reestruturação produtiva que será uma das peças-chaves de um novo padrão de acumulação, abrindo uma nova etapa na história do capitalismo, com novas formas de deslocamento das contradições centrais que definem a crise estrutural do capital.

O modelo japonês aposta num trabalhador polivalente, qualificado, dentro de uma estrutura empresarial mais horizontalizada e integrada e com um novo tipo de automação, que rompe com a relação “um trabalhador por máquina” do taylorismo-fordismo, possibilitando a condução de várias máquinas dentro do processo produtivo por apenas um operário. Ohno, com esse mecanismo, conseguiu reunir no mesmo posto de trabalho máquinas de diferentes finalidades e, conseqüentemente, concentrar no mesmo local diferentes atividades que, pelo sistema taylorista-fordista, antes estavam confinadas em departamentos distintos. “Dentre essas funções, estavam a de programação de máquinas, o planejamento, e a coordenação da produção, além da manutenção do aparato produtivo e do controle da qualidade dos produtos (...)”<sup>475</sup>. Daí nascem os postos de trabalho que requerem um trabalhador polivalente, que experimentaria um abrandamento da separação entre elaboração e execução que o sistema taylorista-fordista levou a níveis estratosféricos com seu “gorila amestrado”. Que ao trabalhador das empresas pós-fordistas tenha sido permitido um tipo de cogestão, não significa um afrouxamento da disciplina e do controle demandado pelo capital sobre o processo de trabalho e o tempo em que deve ser executado. Antunes frisa que o trabalho polivalente tem como objetivo justamente a redução do tempo de trabalho, “é a *intensificação das condições de exploração da força de trabalho*, reduzindo muito ou eliminando tanto o *trabalho improdutivo*, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas (...), funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador produtivo”<sup>476</sup>. Coriat ressalta que, apesar do fim do formato retilíneo da linha de montagem, seu princípio essencial permanece: “a ‘cadência’ do trabalho segue autoritariamente fixada pela direção da empresa”<sup>477</sup>. A única distinção é que no lugar de estar fixado gesto a gesto, o ritmo do trabalho está fixado para um conjunto de tarefas, para sequências produtivas homogêneas de longa duração, realizadas por um

---

<sup>475</sup> Ibidem, pp. 75-76.

<sup>476</sup> Ricardo Antunes, op. cit., 2006, p. 53. Grifos no original.

<sup>477</sup> Benjamin Coriat, op. cit., 2003, p. 176. Grifos no original.

grupo<sup>478</sup>. Dado que o tempo global estabelecido pela gerência não é mais atribuído a um indivíduo, mas a um coletivo, os trabalhadores controlam uns aos outros – há um sistema de sanções salariais a partir de um determinado número de defeitos – e, nas palavras de Coriat, “a ‘autonomia’ converte-se em instrumento de *autodisciplina*”<sup>479</sup>. O sistema toyotista também intensificou o controle patronal sobre os trabalhadores no local de trabalho, argumenta Pinto, dado que a centralização de várias funções dentro de postos de trabalho multifuncionais tornou o trabalho defeituoso mais facilmente detectável pela gerência. “Isso tornou possível um controle ativo sobre os trabalhadores e desenvolveu a chamada ‘gestão pelos olhos’, em alguns casos aprimorada com a instalação de cartazes em cada posto de trabalho, indicando, publicamente, os níveis de produtividade aí atingidos e se os funcionários têm encontrado (e quais) dificuldades no desenvolvimento programado do trabalho”<sup>480</sup>.

O fato de os trabalhadores das ERT não terem mais supervisores, engenheiros, um pessoal contratado, enfim, que estabeleça a disciplina e vele por ela dentro da empresa, não significa que automaticamente estejam livres da disciplina de trabalho e do tempo abstrato do capital, por dois grandes motivos, um deles já assinalado no capítulo anterior: a autogestão desses trabalhadores, levada a cabo no seio das sociedades capitalistas, está engessada pelas exigências do mercado. A outra razão fundamental para explicar a atitude ambígua dos trabalhadores das empresas recuperadas em relação ao tema da disciplina no local de trabalho está na própria introjeção da disciplina, não só através das experiências prévias de trabalho, mas também em outros âmbitos, fora do local de trabalho. Além da educação para o consenso recebida na escola, nos templos etc., a vivência do tempo nas diferentes instâncias da vida cotidiana é regida pela norma temporal cunhada pela criação da riqueza material nas sociedades regidas pelo sociometabolismo do capital.

#### 3.2.4. “O tempo é tudo, o homem não é nada”

A subsunção do trabalho ao capital opera uma revolução nas formas de viver o tempo. Marx aponta o caráter desumanizador gerado pela nova forma de medir a riqueza social no modo de produção capitalista:

o balançar do pêndulo se tornou a medida exata da atividade relativa de dois operários, do mesmo modo que o é da velocidade de duas

---

<sup>478</sup> Ibidem.

<sup>479</sup> Ibidem, p. 177. Grifos no original.

<sup>480</sup> Geraldo Pinto op. cit., 2007, p. 88.

locomotivas. Então, não é preciso dizer que uma hora de um homem equivale à hora de outro homem mas, antes, que um homem de uma hora equivale a outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem não é nada; é quando muito a carcaça do tempo. Já não se levanta o problema da qualidade. A quantidade por si só decide tudo: hora por hora, dia por dia (...)<sup>481</sup>.

Postone salienta que a categoria tempo de trabalho socialmente necessário expressa a *norma temporal* resultante da ação dos produtores diretos, à qual devem se conformar. Eles não apenas são constrangidos a vender sua força de trabalho para os donos dos meios de produção e usá-la para produzir mercadorias (que serão propriedades destes últimos) a fim de conseguir um salário – dinheiro: equivalente universal – para viver através do que esse pode conseguir comprar no mercado (seja alimentação, seja energia elétrica para sua habitação, seja um ingresso para assistir a uma partida de futebol); deve também se enquadrar na norma temporal ditada pelo tempo de trabalho socialmente necessário. “Esse tempo (...) é uma forma determinada, ‘abstrata’ de tempo. Devido ao caráter de mediação do trabalho no capitalismo, sua medida possui também um caráter de mediação social”<sup>482</sup>.

Postone contrapõe a noção de tempo abstrato gerado pelo sociometabolismo do capital às concepções do tempo que se constituíram através de várias formas de “tempo concreto” – i. e., o tempo não era uma categoria autônoma, independente dos eventos, mas sim, uma variável dependente dos eventos que povoavam a vida dos indivíduos. A afirmação de Postone guarda relação estreita com a análise de E. P. Thompson acerca do tempo e da disciplina de trabalho na Inglaterra entre os séculos XVII e XIX.

Thompson mostra como a noção de tempo nas sociedades pré-capitalistas, naturais, agrárias etc., era diferente. Nestas sociedades, as situações de trabalho e suas relações com os ritmos da natureza (caçar, pescar, semear...) contribuem, em geral, para formar uma noção de tempo da sociedade que se funda na orientação por tarefas (ou seja, o tempo e sua medida são dependentes dos eventos). O tempo de trabalho se estende ou se contrai de acordo com a tarefa, que depende sobremaneira do ritmo da natureza. Essa era a situação mais comum no campo na Inglaterra – objeto de estudo de Thompson –, mas, ainda no século XVII, já tem início o emprego de mão-de-obra expropriada pelo processo de *cercamento* e a divisão do trabalho nas maiores propriedades rurais. Thompson chama a atenção para o fato de que aí o tempo já está se tornando dinheiro, dinheiro do patrão (ainda que no campo, onde o ritmo da natureza

<sup>481</sup> Karl Marx, *Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria do senhor Proudhon*, 2001, p. 49.

<sup>482</sup> Moishe Postone, op. cit., 2003, p. 189. Tradução livre.

não pode deixar de ter enorme influência sobre a economia), e já começa a ser medido de forma mais objetiva. O historiador observa que “aqueles que são empregados experimentam uma distinção entre o tempo do patrão e o seu ‘próprio’ tempo. E o patrão deve *usar* o tempo de seu trabalho e ver que não está sendo desperdiçado: não a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro é dominante. O tempo agora é moeda: não mais passamos o tempo, ele é gasto”<sup>483</sup>. A imagem do tempo como moeda é frequente nos discursos dos pregadores protestantes no século XVII, assim como admoestações sobre o desperdício do tempo. Antes da consolidação da era do capital, já havia saído da pena de Benjamin Franklin que “Tempo é Dinheiro”. Nas palavras de Thompson, é bastante pertinente que “o ideólogo que provera Weber com seu texto central como ilustração da ética capitalista viesse não do Velho Mundo, mas do Novo – o mundo que estava para inventar o gravador de tempo, que seria o pioneiro no estudo do ‘time-and-motion’, que atingiria seu apogeu com Henry Ford”<sup>484</sup>. Esse é o tempo abstrato de que fala Postone, medido através de uma sucessão contínua de unidades temporais constantes. É um tempo uniforme, homogêneo, um tempo “vazio”, que é independente dos eventos. Se Thompson destaca o pensamento de um ilustre homem do Novo Mundo como emblemático da nova noção de tempo trazida pelo modo de produção capitalista, Postone aponta para o pensamento de um notável homem do Velho Mundo, Isaac Newton: “A concepção de tempo abstrato (...) foi expressa mais enfaticamente na formulação de Newton do ‘tempo absoluto, verdadeiro e matemático [que] flui equitativamente sem relação com qualquer coisa externa’”<sup>485</sup>.

A noção do tempo bastante específica desenvolvida ao longo da formação do capitalismo é uma das mais importantes manifestações da abstração e da quantificação dos vários aspectos da vida cotidiana.

Postone assinala muito bem que a forma abstrata do tempo associada à nova estrutura das relações sociais é um elemento poderoso da nova forma de dominação social que o modo de produção capitalista traz à tona (e inova em relação aos modos de produção baseados na agricultura), impessoal. “As formas sociais temporais (...) possuem uma vida própria (...). Apesar de ser constituído socialmente, o tempo no capitalismo exerce uma forma abstrata de compulsão”<sup>486</sup>.

---

<sup>483</sup> E. P. Thompson, op. cit., 1993, p. 359. Grifos no original. Tradução livre;

<sup>484</sup> Ibidem, p. 394. Tradução livre.

<sup>485</sup> Moishe Postone, op. cit., 2003, p. 202. Tradução livre.

<sup>486</sup> Ibidem, p. 214. Tradução livre.

O tempo de trabalho socialmente necessário confronta os produtores diretos como uma *necessidade social*. Postone chama a atenção para o fato de que as estruturas das relações sociais estranhadas no capitalismo são caracterizadas pela dimensão temporal da dominação abstrata da lógica do capital<sup>487</sup>. O que Postone caracteriza como “dominação abstrata” é uma forma de dominação que não se baseia em uma pessoa, classe ou instituição – ela é impessoal e se localiza nas formas sociais que estruturam a sociedade capitalista, extremamente generalizadas, que são constituídas por determinadas formas de prática social. A sociedade paira sobre seus indivíduos como algo independente, abstrato, um outro que exerce sobre esses mesmos indivíduos uma compulsão impessoal.

A tirania do tempo, nas sociedades capitalistas, abate-se não somente sobre os grupos subalternos, mas também sobre as classes dominantes, apesar de estas serem beneficiadas em termos materiais no sistema; não se restringe apenas ao processo de produção (e de circulação) da riqueza, mas também se estende a todas as esferas da vida.

Marx aponta que um dos aspectos civilizadores do capitalismo reside no fato de que o sobre-trabalho – i.e., qualquer trabalho excedente ao demandado pelas necessidades historicamente dadas, presente nas formas de modos de ser anteriores e ineliminável para a civilização humana, uma vez que determinada quantidade de sobre-trabalho sempre será imprescindível para nos prevenir de acidentes casuais e atender à inevitável extensão progressiva do processo de reprodução que corresponde ao desenvolvimento das necessidades, e ao incremento populacional através de um fundo que do ponto de vista capitalista é a acumulação –, o sobre-trabalho é então extraído no capitalismo de forma e sob condições “mais favoráveis ao desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais e da criação dos elementos para uma nova e mais alta formação que os modos anteriores da escravidão, da servidão, etc.”<sup>488</sup>

Uma importantíssima característica nesse sentido é que o desenvolvimento das forças produtivas requerido pelo modo de produção capitalista faz com que o tempo socialmente necessário para o trabalho material em geral regrida cada vez mais, o que acarreta em um crescimento do tempo livre, onde de fato podemos alcançar as mais altas produções humanas. Contudo, ainda que se possa constatar uma redução da jornada de trabalho, sobretudo devido às lutas travadas pela classe trabalhadora para

---

<sup>487</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>488</sup> Karl Marx, op. cit., 2001, p. 758. Tradução livre.



alcançar tal fito, a redução do tempo socialmente necessário não acarretou em um drástico aumento do tempo disponível de homens e mulheres nas sociedades capitalistas. Isso porque as revoluções levadas a cabo nas forças produtivas que permitem a redução do tempo de trabalho socialmente necessário não são motivadas pela preocupação em aliviar ou abreviar a labuta do produtor direto. A produtividade do trabalho alcançada pelas constantes renovações das forças produtivas serve para aumentar a quantidade de valores de uso produzidos durante determinado tempo de trabalho, especialmente aquele de sobre-trabalho, de trabalho não-pago. “Na verdade, por meio desse processo o quantum de trabalho necessário para a produção de certo objeto é reduzido a um mínimo, mas só para que, com isso, um máximo de trabalho seja valorizado em um máximo de tais objetos”<sup>489</sup>. A duração da jornada de trabalho é ditada não pelas necessidades sociais humanas, mas pelo imperativo de valorização do capital; não pelo valor de uso de um objeto, mas pelo valor de troca que pode adquirir no mercado.

Admitimos logo acima que houve, para trabalhadores de diversos ramos da economia, em distintos países, uma redução histórica da jornada de trabalho, pelo menos formalmente. Portanto, esses trabalhadores teriam, em tese, um tempo disponível / livre que poderia ser usado para atividades totalmente distintas daquelas requeridas em seu posto de emprego. Não obstante, por um lado, no capitalismo contemporâneo assistimos a um avanço informal do tempo de trabalho sobre o tempo não dedicado formalmente à jornada de trabalho, possibilitado em grande parte pelas novas tecnologias das telecomunicações. Por outro lado, o tempo realmente livre das funções requeridas pelo trabalho assalariado encontra-se tão subsumido à lógica do capital quanto o tempo dedicado ao trabalho e torna-se mesmo espaço fundamental para extração e realização do valor, de forma direta ou indireta.

### 3.2.5. Tempo livre, cotidiano e estranhamento

A separação bem demarcada entre tempo livre (ou tempo disponível) e tempo de trabalho é uma característica típica do capitalismo. Nas sociedades pré-capitalistas (ainda que com exploração de classe), a demarcação entre “trabalho” e “vida” é mais tênue do que nas sociedades capitalistas, o trabalho e o convívio social encontram-se mais estreitamente interligados, como constatado por E. P. Thompson<sup>490</sup>. Adorno

---

<sup>489</sup> Karl Marx, *Grundrisse*, 2011, p. 585.

<sup>490</sup> E. P. Thompson, “Time, Work-Discipline and Industrial Capitalism” In: *Customs in Common*, 1993.

lembra que o tempo livre é uma expressão moderna, pois nas sociedades não capitalistas existia o ócio (algo qualitativamente distinto), que era um privilégio dos grupos sociais dominantes<sup>491</sup>.

E o tempo livre tornou-se o espaço da “vida”, enquanto o tempo de trabalho era aquele dedicado a “ganhar a vida”, ou seja, conseguir um salário para poder dispor dos itens básicos de necessidade humana<sup>492</sup>, que só podem ser achados no mercado – alimentação, habitação, vestimenta – e também para poder desfrutar das necessidades mais ligadas à diversão, à fantasia, à mimese. Ainda assim, o tempo livre é sempre concebido em relação ao seu oposto, i.e., o tempo que é preenchido pelas atividades demandadas pelo emprego<sup>493</sup>.

Antes de prosseguir, é preciso que fique claro que quando falamos em tempo livre (ou tempo disponível) nas sociedades modernas (urbanas e capitalistas), não estamos apenas nos referindo a atividades de lazer, ainda que estas sejam um espaço fundamental do tempo não submetido (ao menos diretamente) ao trabalho exercido como emprego. Como bem assinalaram Norbert Elias e Eric Dunning, os indivíduos nesses tipos de sociedades devem dedicar-se a trabalhos sem remuneração durante uma boa porção de seu tempo livre<sup>494</sup>, que nada têm a ver com lazer. Elias e Dunning, que realizaram um estudo sobre o lazer como esfera da vida humana de libertação do controle social exercido nas atividades de não-lazer (o foco de suas análises recai, mais precisamente, no esporte), desde uma perspectiva de uma sociologia histórica preocupada com as configurações e o processo da civilização, estabeleceram uma interessante tipologia do tempo livre que vem a calhar para nossa investigação. O “espectro do tempo livre” abrange diversas atividades, como a provisão rotineira das próprias necessidades biológicas e cuidados com o próprio corpo (comer, beber, dormir, tomar banho...) ou o administração da casa e das rotinas familiares (comprar alimentos, educar e cuidar das crianças, limpar a casa...). Não pode deixar de ser incluído aqui o tempo perdido no trânsito entre o local de trabalho e o de moradia, que nas grandes cidades é considerável, notadamente entre os trabalhadores mais pobres e nos centros urbanos dos países periféricos. Também envolve atividades intermediárias de tempo que visam, sobretudo, preencher necessidades de formação e/ ou autodesenvolvimento e autossatisfação. Dentro desse tipo de atividades podemos mencionar o trabalho

---

<sup>491</sup> Cf. Theodor Adorno, “Tempo livre” In: *Indústria cultural e sociedade*, 2011.

<sup>492</sup> Cf. E. P. Thompson, op. cit., 1993 e Henri Lefebvre, op. cit., vol. I, 2008.

<sup>493</sup> Cf. Theodor Adorno, op. cit., 2011.

<sup>494</sup> Cf. Norbert Elias & Eric Dunning, *A busca da excitação*, 1992.

voluntário para outros (caridade, participação em questões locais, eleições...); o trabalho que é realizado para si próprio de caráter relativamente sério e frequentemente impessoal (estudar com objetivos profissionais, como passar em um concurso ou aprender um idioma para ter mais chances no mercado de trabalho...) ou ainda o trabalho também para si próprio, mas de tipo mais leve e menos exigente (fotografia amadora, coleções, artesanato), assim como atividades religiosas e atividades de formação de cunho mais voluntário e amiúde aleatório (ler jornais, assistir a programas televisivos de caráter educativo, aprendizagem de uma língua estrangeira sem escopo profissional...). Finalmente, integram o espectro do tempo livre as atividades de lazer, que também assumem formas e funções distintas. Há aquelas de caráter puramente sociáveis, que incluem participar como convidado em reuniões mais formais (como casamentos, jantares com chefes...) ou participar em “lazer-comunitário” relativamente informal, com um nível emocional visível e amigável substancialmente superior ao de outras atividades de tempo livre e de trabalho (como reuniões para comemoração de aniversário de amigos, encontros familiares...). Há também as chamadas atividades de jogo ou “miméticas”, que compreendem a participação em atividades miméticas (relativamente) de nível organizativo alto, como um membro da organização (teatro amador, clube de futebol...); a participação como espectador em atividades miméticas altamente organizadas, sem fazer parte da própria organização (assistir a uma peça de teatro, uma partida de futebol...); assim como a participação, como ator, em atividades miméticas menos organizadas (dançar, fazer trilha...). Os autores completam o quadro das atividades de lazer – dentro do espectro do tempo livre – considerando a miscelânea de atividades de lazer menos especializadas, visando a destruição da rotina de forma leve e, constantemente, multifuncional (viajar nos feriados, tomar banho de sol).

Seria o tempo disponível, especialmente aquele dedicado às atividades de autodesenvolvimento / autossatisfação e de lazer, o último refúgio para o homem moderno para o desempenho livre de sua capacidade criativa, uma vez que no âmbito do trabalho, o exercício dessa competência tenha se tornado difícil?

O tempo disponível do trabalhador também é um espaço de construção de hegemonia das classes dominantes – e de resistência e/ ou adaptação à dominação burguesa por parte dos grupos subalternos. Essa espécie de controle sobre o tempo livre – que difere das formas de controle sobre o tempo de trabalho do produtor direto – é fundamental para as classes dominantes não apenas para a formação de um consenso em

torno da exploração sofrida pelos subalternos, mas também em um nível mais imediato, que é o de cumprir as tarefas designadas durante o tempo de trabalho da melhor forma possível desde o ponto de vista do capital.

O trabalho de E. P. Thompson acerca do tempo e da disciplina do trabalho entre os séculos XVII e XIX na Inglaterra deixa claro que a preocupação sobre como os trabalhadores passam seu tempo livre já é patente desde a aurora do capitalismo. Também torna evidente o papel que o Estado e instituições como as escolas e as igrejas foram fundamentais para o capital na tentativa de inculcar uma nova disciplina do trabalho – que não pode ser separada de uma disciplina que deve reger também as outras esferas da vida para além do labor – no proletariado. A maior inquietação do *status quo* parecia ser a embriaguez a que podiam se entregar os trabalhadores, que nitidamente compunha um obstáculo para a nova disciplina do trabalho requerida pela indústria moderna. O autor cita, por exemplo, o panfleto *Friendly Advice to the Poor* (1755), de autoria do Reverendo J. Clayton, onde há várias admoestações aos “preguiçosos”, que perambulavam pelos mercados, tumultuavam as igrejas e ruas para assistir a casamentos e funerais, gastavam tempo e dinheiro na mesa do café... Acordar tarde nos feriados também era considerado contraproducente, assim como frequentar festivais anuais ou associações mútuas.

Thompson registra que o coro dos moralistas da época constitui um prelúdio para um ataque constante e bem direcionado, realizado nos últimos anos do século XVIII e primeiros anos do XIX, contra os costumes populares, esportes e feriados.

Além da igreja, a escola foi uma importante instituição não diretamente ligada ao mundo industrial que deveria cumprir a tarefa de inculcar nas mentes das crianças pobres o uso parcimonioso do tempo. William Temple defendia que as crianças pobres, a partir dos quatro anos, fossem enviadas para casas de caridade onde deveriam ser empregadas em manufaturas e ter acesso à escola por duas horas diárias: “Há uma considerável utilidade em eles serem, de uma forma ou de outra, constantemente empregados ao menos doze horas por dia, ganhem eles seu sustento ou não; dessa maneira, nós esperamos que a próxima geração seja tão habituada ao trabalho constante que este tornar-se-ia profundamente agradável e divertido para eles” (1770)<sup>495</sup>. Powell também via a educação como determinante na formação de um *hábito industrial* –

---

<sup>495</sup> William Temple In: E. S. Furniss, *The Position of the labourer in a System of nationalism*, 1920, p. 114, apud: E. P. Thompson, “Time and work-discipline...” In: op. cit., 1993, p. 387. Tradução livre.

quando a criança completasse seis anos, já deveria estar “habituada, para não dizer naturalizada, ao trabalho e à fadiga” (1772)<sup>496</sup>.

Através da divisão do trabalho, da supervisão do trabalho, multas, alarmes e relógios, incentivos salariais, pregações na igreja e ensinamentos na escola, a supressão de feiras e esportes, novos hábitos de trabalho foram sendo formados e uma nova disciplina do tempo foi imposta aos trabalhadores, entre resistência e consentimento a essa nova ordem.

Braverman destaca o exemplo dado por Sidney Pollard de uma grande metalúrgica mista, de propriedade de Ambrose Crowley, que no século XVIII tinha a disposição de seu plantel de funcionários um médico, um capelão e três professores, e também oferecia uma pensão aos pobres, pensão e auxílio-funeral. “Crowley pretendia dominar a vida espiritual do seu pessoal e induzi-lo voluntária e obedientemente à sua máquina. Era sua intenção expressa que toda sua vida, inclusive até seu escasso tempo de folga (...) revertesse à tarefa de tornar os ofícios lucrativos”<sup>497</sup>.

O produtor direto, ao se defrontar com formas de organização do trabalho ditadas pela necessidade perene de acumulação do capital, vê sua vida cindida de forma muito evidente entre as atividades do tempo de trabalho e as atividades de tempo livre – incluindo as relações sociais que travam com outros seres humanos em cada atividade. Não obstante, as classes dominantes percebem que, para continuarem a exercer sua hegemonia, todos os âmbitos da vida do trabalhador devem ser controlados, inclusive o lazer, o convívio com a família, a sexualidade. Tudo influi na formação do “homem coletivo”.

Em suas reflexões sobre o fordismo e a cultura estadunidense moderna, Antonio Gramsci defende que, nos Estados Unidos da América,

a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem ironizasse estas iniciativas (mesmo fracassadas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de “puritanismo” estaria se negando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano, que é *também* o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com

<sup>496</sup> Anon. [Powell], “A View of Real Grievances”, 1772, p. 90, apud: E. P. Thompson, “Time and work-discipline...” In: op. cit., 1993, p. 387. Tradução livre.

<sup>497</sup> N. S. B. Gras, “Industrial Evolution” (1930), p. 77, citado em Sidney Pollard, The Genesis of Modern Management: A Study of the Industrial Revolution in Great Britain, 1965, pp. 11-12, apud: Harry Braverman, op. cit., 1977, p. 69.

consciência do objetivo jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem<sup>498</sup>.

Gramsci adverte que as iniciativas “puritanas” de industriais americanos como Henry Ford visam “conservar, *fora do trabalho*, um certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador (...)”<sup>499</sup>, e nada carregam de preocupação com a “humanidade” ou “espiritualidade”. Estas só podem ser alcançadas no terreno da “criação” produtiva (de mais-valor) – “ela era máxima no artesanato, no ‘demiurgo’, quando a personalidade do trabalhador se refletia inteiramente no objeto criado, quando era ainda muito forte a ligação entre arte e trabalho”<sup>500</sup>. Gramsci avalia que “novo industrialismo” luta justamente contra este humanismo. A preocupação dos industriais estadunidenses com a “eficiência física” do trabalhador demonstra um interesse em manter um quadro estável de trabalhadores qualificados, uma vez que o coletivo de trabalhadores de uma empresa é como uma máquina, que não pode ser desmontada excessivamente ou ter suas peças individuais renovadas frequentemente sem que isso cause perdas para o capitalista. A política de “altos salários” posta em prática por Ford e outros industriais americanos constituiu um elemento dessa necessidade de ter um plantel estável de operários. Gramsci observa que, porém, o alto salário seria uma faca de dois gumes. Era preciso também que o trabalhador gastasse seu dinheiro “racionalmente” a fim de conservar e, quem sabe, aumentar a eficiência de sua força de trabalho, e não para comprometê-la ou destruí-la. Mais uma vez, como já sucedera nos primórdios da história da indústria no capitalismo, o “potencial” alcoolismo dos subalternos mostrou-se como uma grande preocupação para os capitalistas – e o Estado encabeçou a luta contra o álcool, “o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho”<sup>501</sup>. Gramsci também alerta que, no mesmo sentido, a questão sexual também se tornou um ponto importante para os capitalistas em sua luta para exercerem sua hegemonia – “o abuso e a irregularidade das funções sexuais são, depois do alcoolismo, os inimigos mais perigosos das energias nervosas e é observação comum que o trabalho ‘obsessivo’ provoca depravação alcohólica e sexual”<sup>502</sup>. O autor ressalta que é notório como os industriais, sobretudo Ford, interessaram-se pelas

---

<sup>498</sup> Antonio Gramsci, “Caderno 22 (1934): Americanismo e Fordismo” In: Cadernos do Cárcere, vol. IV, 2001, p. 266. Grifos no original.

<sup>499</sup> Antonio Gramsci, op. cit., 2001, p. 267. Grifos nossos.

<sup>500</sup> Ibidem.

<sup>501</sup> Ibidem.

<sup>502</sup> Ibidem, p. 268.

relações sexuais de seus empregados e, de maneira geral, pela organização e suas famílias. Gramsci nota que, a despeito da emergência de uma nova moral sexual que trata o sexo como esporte entre os estratos mais altos da sociedade, o novo industrialismo buscou estimular a monogamia e a estabilidade entre o proletariado, para que não desperdiçasse energia na procura da satisfação sexual ocasional (“a ‘caça à mulher’ exige bastante ‘ócio’”<sup>503</sup>).

A nova política de “altos salários” trazida por Henry Ford para a indústria no início do século XX era restrita aos operários cujos hábitos pessoais em casa e no trabalho se enquadrassem na conduta considerada adequada por Ford. Beynon sublinha que as duas primeiras décadas do século XX foram uma época em que acadêmicos e “peritos da indústria” apresentaram-se pela primeira vez oferecendo seu serviços aos empresários estadunidenses. Se cabia ao contramestre – e à linha de montagem – cuidar para que os homens fizessem jus ao dinheiro, os investigadores estavam incumbidos de assegurar que “a nova riqueza” fosse gasta corretamente e entregue aos que realmente mereciam. Caso um investigador descobrisse que o dinheiro “extra” estava sendo “mais uma ameaça do que um benefício” para o operário, que este “desenvolvera fraquezas”, suas gratificações eram suspensas por seis meses; passado esse período, se o trabalhador não se emendasse, era eliminado do quadro de funcionários da empresa<sup>504</sup>.

Para Gramsci, a história da indústria capitalista exigiu uma luta contínua para sujeitar os instintos naturais humanos “a normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão sempre novos, mais complexos e rígidos, que tornam possíveis as formas cada vez mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo”<sup>505</sup>. A formação de um homem coletivo o mais apto possível às formas de acumulação do capital delineadas pelas classes dominantes requer uma pesada coerção.

Até agora, todas as mudanças do modo de ser e viver tiveram lugar através da coerção brutal, ou seja, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou “educação” do homem adequado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho. Correu com o emprego de inauditas brutalidades, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, ou eliminando-os inteiramente<sup>506</sup>.

---

<sup>503</sup> Ibidem.

<sup>504</sup> Cf. Huw Beynon, op. cit., 1995.

<sup>505</sup> Ibidem, p. 262.

<sup>506</sup> Ibidem, pp. 262-263.

Assim como Thompson observou que a formação de novos hábitos e a internalização da disciplina necessária para o trabalho na indústria capitalista nascente levava décadas para se efetivar, Gramsci também faz notar que luta renovada do fordismo contra a o elemento “animalidade” do homem, até o momento em que escrevia, havia obtido poucos resultados e, ainda que tivessem grande valor prático imediato, não haviam se tornado uma “segunda natureza”.

A lógica do capital invade também o terreno do tempo disponível por meio de sua própria comercialização, especialmente do lazer<sup>507</sup>. Especificamente no capitalismo contemporâneo, alerta Guy Debord, observa-se “a venda de blocos de tempo ‘todos equipados’, cada um constituindo uma única mercadoria unificada, que integrou um certo número de mercadorias diversas”<sup>508</sup>. Na venda de serviços e lazer “pode aparecer a expressão ‘pagamento com tudo incluído’ para a hospedagem, os pseudodeslocamentos coletivos das férias, as assinaturas do consumo cultural e a venda da própria sociabilidade sob a forma de ‘conversas animadas’ ou de ‘encontros com celebridades’”<sup>509</sup>. Adorno também destaca o turismo e o camping, “fenômenos específicos do tempo livre”, como áreas altamente exploradas pelo capital com o fito de auferir lucros<sup>510</sup>.

Nas sociedades capitalistas, sublinha Lefebvre, o lazer assume, majoritariamente, um caráter de intervalo em relação ao trabalho. Nota-se uma ênfase crescente no lazer enquanto distração, especialmente através de atividades miméticas e de rompimento breve da rotina. Lefebvre ainda ressalta a mercadorização crescente desse “intervalo”, assim como sua racionalização, importante para a efetivação da exploração pelo capital.

Ao invés de trazer novas preocupações, obrigações ou necessidades, o lazer deve oferecer liberação da preocupação e da necessidade.(...)

A primeira coisa óbvia que o chamado homem “moderno” que convive conosco espera do lazer é que este deve acabar com seu cansaço e sua tensão, impedi-lo de ficar ansioso, inquieto e preocupado. (...)

O que é novo na sociedade burguesa é que este intervalo completo tornou-se imperativo (fato que constitui um sério obstáculo a qualquer tentativa de arte realista). Consequentemente a arte de obter este intervalo é agora uma técnica comercial específica e ostensivamente explorada<sup>511</sup>.

<sup>507</sup> Cf. Ernest Mandel, “The causes of alienation” In: op. cit., 2001.

<sup>508</sup> Guy Debord, *A sociedade do espetáculo*, 1997, p. 105.

<sup>509</sup> Ibidem.

<sup>510</sup> Theodor Adorno, op. cit., p. 106.

<sup>511</sup> Henri Lefebvre, *Critique of Everyday Life*, vol. I, 2008, pp. 33-34. Tradução livre.



Siegfried Kracauer observava a respeito da reprovação pequeno-burguesa contida na afirmação de que os berlinenses eram *viciados em distração*: “É certo que em Berlim o desejo de distração é maior do que na província, porém, maior e mais perceptível é também o esforço das massas trabalhadoras, um esforço essencialmente formal, que ocupa a jornada sem preenchê-la de sentido. É necessário recuperar aquilo que se perdeu, mas pode-se pretender recuperá-lo apenas na mesma esfera superficial à qual se está submetido”<sup>512</sup>.

Para Lefebvre, há uma tendência no homem moderno a rejeitar o que ele designou como formas ambíguas de lazer, isto é, atividades que possam parecer ou ser confundidas com trabalho ou que requeiram algum tipo de dedicação com caráter de obrigação. Haveria uma desconfiança em relação a tudo que parecesse educativo; o homem moderno buscaria preencher seu tempo livre com atividades de lazer que possam oferecer distração, entretenimento e repouso. O lazer deve ser uma compensação pelo trabalho. O lazer aparece para o homem moderno, de forma mistificadora, como o não-cotidiano dentro do cotidiano. “Portanto, nós trabalhamos para ganhar nosso lazer, e o lazer possui apenas um significado: fazer com que o trabalho desapareça de nossas mentes. Um círculo vicioso”<sup>513</sup>.

Lefebvre assinala o caráter passivo das atitudes envolvidas no lazer do homem moderno e sustenta que é particularmente fácil explorar tais tipos de atitudes comercialmente. Mas o autor distingue também as formas “ativas” de lazer, os lazeres “culturais”, que envolvem um elemento técnico, independente de qualquer especialização (de autodesenvolvimento ou de caráter mimético com alto nível organizativo, como ator). “O lazer abarca possibilidades e orientações opostas, dentre as quais algumas tendem ao empobrecimento espiritual através da passividade enquanto outras são mais enriquecedoras. Algumas são indistinguíveis (...), outras justamente o contrário. E enquanto algumas envolvem o escapismo dentro de um vácuo, outras redescobrem a ‘natureza’, uma vida sensorial, imediata, através do que às vezes é uma expertise técnica altamente desenvolvida”<sup>514</sup>.

As formas como os trabalhadores entrevistados para nossa pesquisa empregam o tempo livre continuam basicamente as mesmas da época em que trabalhavam sob o comando da patronal, talvez demonstrando que o movimento de desestranhamento das

---

<sup>512</sup> Siegfried Kracauer, “Culto da distração” In: *O ornamento da massa: Ensaios*, 2009, pp. 345-346.

<sup>513</sup> Henri Lefebvre, op. cit., vol. I, 2008, p. 40. Tradução livre.

<sup>514</sup> Ibidem, p. 32. Tradução livre.

atividades do tempo livre, especialmente do lazer, é ainda mais difícil do que durante as horas de trabalho obrigatório; ou, ainda melhor, o espectro do tempo livre encontra-se extremamente naturalizado e permeado pelo fenômeno do estranhamento.

Grande parte dos trabalhadores entrevistados relata que não consegue enxergar grandes mudanças na forma de passar o tempo livre. Durante a semana, passam majoritariamente o tempo livre em casa, onde assistem à televisão, sobretudo noticiários, documentários e esportes. Nos fins de semana, quando ficam em casa, dedicam-se a trabalhos para si próprios, mais leves e menos exigentes, que podem ser reparos ou melhorias para o lar. Quando saem de casa, nada é tão citado pelos trabalhadores nas entrevistas quanto atividades ao ar livre: pesca, passeios em parques, piqueniques. Reuniões com a família também são frequentes nos fins de semana desses trabalhadores. A prática de esportes e a dança de salão surgiram em alguns testemunhos – apenas nos dos homens –, porém não com a frequência das atividades ao ar livre e dos encontros familiares. Nos fins de semana, predominam portanto, atividades de lazer de caráter sociável, especialmente de “lazer-comunitário”, com nível emocional visível e aquelas menos especializadas, visando a destruição da rotina de forma leve, frequentemente multifuncional. Durante as férias também predominam estes tipos de lazer. Segundo os trabalhadores, são as mesmas atividades realizadas antes da experiência de conflito pela recuperação e da autogestão. Entre estas últimas, deve-se lembrar de que muitas atividades ao ar livre em muitos locais se encontram já organizadas pelo regime do lucro. Não temos elementos suficientes para avaliar o quanto as experiências de lazer dos trabalhadores das ERT, especialmente as de destruição leve da rotina, estão encapsuladas pela mercadorização do tempo livre, o que influi decisivamente sobre a qualidade de como se desfruta o tempo disponível, mas vale fazer menção a uma reflexão de Adorno sobre a necessidade de ter um *hobby*, impingida pela sociedade capitalista. O autor pondera que a mercadorização do tempo livre contribui para que este se torne uma paródia de seu próprio conceito. “Liberdade organizada é coercitiva. Ai de ti se não tens um *hobby*, se não tens ocupação para o tempo livre então tu és um pretensioso ou antiquado, um bicho raro, e caís em ridículo perante a sociedade, a qual te impinge o que deve ser o teu tempo livre. Tal coação não é, de nenhum modo, somente exterior. Ela se liga às necessidades das pessoas sob um sistema funcional”<sup>515</sup>. Adorno, então, faz uma análise sobre o camping – quando se

---

<sup>515</sup> Theodor Adorno, op. cit., 2001, p. 107.

iniciou esse tipo de atividade, especialmente entre os jovens, ela possuía um tom de protesto contra o tédio e o convencionalismo burgueses. “Os jovens queriam sair, no duplo sentido da palavra. Passar-a-noite-a-céu-aberto equivalia a escapar da casa, da família. Essa necessidade, depois da morte do movimento juvenil, foi aproveitada e institucionalizada pela indústria do camping”<sup>516</sup>. O Comércio funcionalizou e reproduziu a própria necessidade de liberdade – “o que elas querem lhes é mais uma vez imposto. (...) as pessoas não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem, porque a regra de tal ausência de liberdade foi abstraída delas”<sup>517</sup>.

Uma mudança na maneira de passar o tempo livre que afetou todos os trabalhadores das empresas recuperadas foi provocada pela adoção da autogestão e da forma jurídica de cooperativa – eles se viram obrigados a frequentar uma série de cursos de capacitação (promovidos por universidades públicas, sindicatos e instituições de apoio a cooperativas) para enfrentar a nova situação de trabalho. Esses cursos de formação, realizados durante o tempo disponível, podem ser classificados como uma atividade intermediária de tempo que procura preencher uma necessidade de formação exigida pelo trabalho. Podem ser avaliados como atividade coletiva e ao mesmo tempo individual, pois visa uma melhor administração da cooperativa para que seja possível a manutenção de cada posto de trabalho – uma preocupação que é individual, mas que também está inserida em uma dinâmica de laços coletivos; laços esses que foram intensificados em virtude da experiência conflituosa por que passaram para recuperar as empresas.

Pode-se dizer que a experiência do tempo disponível ainda se encontra muito atrelada a seu oposto, o tempo dedicado ao trabalho necessário, mas a delimitação entre ambos é *menos* rígida do que era antes da experiência de autogestão, mas ainda é rígida. Ainda o é porque, como sustentamos mais acima, o tempo de trabalho ainda é ditado pela lógica do capital. Porém, parece-nos que é menos rígida porque, em que pese as determinações do capital, o tempo passado dentro do local de trabalho é sentido pelos trabalhadores das ERT como mais “livre” se comparado à experiência prévia, devido à diminuição do ritmo de trabalho, à maior sociabilização entre os companheiros de trabalho, à ausência da pressão do contramestre (ainda que haja a pressão do mercado, que eles dificilmente reconhecem).

---

<sup>516</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>517</sup> Ibidem.

Gómez Buenabentura, 57 anos, trabalhador da Cooperativa Crometal, quando fala das diferenças estabelecidas pela gestão dos trabalhadores no interior da fábrica e de como se sente em seu tempo livre e em seu tempo de trabalho em virtude dessas transformações, confessa que, terminado o expediente na fábrica, vai para casa preocupado com o trabalho que não foi terminado, enquanto na época da Acrow Metálica, onde trabalhava desde os 17 anos, voltava para casa e “era como se esquecer de tudo” relativo ao trabalho na fábrica. Ainda assim, sente-se mais tranquilo e livre sob autogestão, agora que sabe “o valor do que está fazendo”, “o que está semeando”. Indagamos se ele achava que tinha menos tempo livre ou era apenas um tempo livre diferente, ao que ele respondeu: “É um tempo livre distinto, nada mais. Não diria que mais, nem que menos. Pelo menos você não se sente explorado, está trabalhando com mais liberdade. É muito diferente, entende?”<sup>518</sup>. Gómez diz que considera a Crometal sua segunda casa. Queixa-se de que na época do patrão e do pessoal hierárquico, não podia se comunicar com a família durante o expediente de trabalho, o que lhe deixava aflito:

(...) porque é como se tivesse uma segunda casa. Porque antes a pessoa estava como que fechada e vivia totalmente dominado pelos patrões, não tinha nenhuma saída, não tinha... primeiro se comunicavam eles com os familiares e eles, se queriam te informar, te informavam, se não, às vezes não. (...) Ao contrário, hoje, os filhos, a esposa podem se comunicar, perguntar... porque nas casas sempre acontecem coisas (...). Isso, pra mim, é muito... é uma nova etapa muito importante para o trabalhador, que nunca teve isso. (...) Eu não vi o que estou vivendo hoje em dia, de ter essa comunhão com a família, ou de se reunir... A empresa era a empresa, e era do patrão, ninguém mais. Não se compartilha somente o trabalho, compartilha com a família, e também com companheiros de outras fábricas, de outras cooperativas. (...) Hoje a pessoa pode ter liberdade de olhar uma data e convidar companheiros de outras cooperativas, e como estão indo, como estão trabalhando, e se se pode dar alguma ajuda, isso também é importante. (...) E sem dinheiro, viu?, colaborando. E isso é importante para todas as cooperativas. (...) Talvez no trabalho se trabalhe mais, porque a responsabilidade é maior, (...) porque tem que tratar de fazer com mais qualidade porque sabe que depende disso. (...) Mas a pessoa se sente com mais liberdade, faz isso com mais entusiasmo. Talvez o trabalho seja maior, mas não se sente assim, por ser... por ter essa liberdade de compartilhar com a família, da pessoa ter um contato a mais com a família, com a casa, que possam se comunicar com você, é um alívio. O dia se faz mais curto

---

<sup>518</sup> Entrevista de história de vida com Gómez Buenabentura, trabalhador da Crometal, concedida a nós em 28/09/2010. Tradução livre. No original: “Es un tiempo libre distinto, nada más. No diría ni que más, ni que menos; son distintos, nada más. Pero por lo menos no te sentís explotado, estás trabajando con una libertad más. Es muy distinto, ¿entendés? (...)”.

assim. Sabe, antes não via o momento de alguém chegar e tocar a sirene e mudar e sair e ir para casa, viu?<sup>519</sup>

Não obstante, observamos que essa transformação na relação entre tempo livre e tempo de trabalho foi mais profunda e significativa nas ERT que desenvolveram espaços culturais e educacionais, onde podemos notar atividades de tempo livre de tipo mais ativo, de autodesenvolvimento ou de cunho mimético participativo e altamente organizado. Porém, estas atividades foram, originalmente, mais estimuladas por um desejo de manter vínculos mais profundos com a comunidade do que por reflexões acerca das formas de vivência do tempo livre. Os centros culturais aparecem também como uma tentativa de produção e preservação das culturas popular e operária. A reflexão sobre cultura popular e de classe já é mais presente entre as ERT. A seguir, citamos um trecho de um documento da Chilavert que ilustra essa afirmação e, ao mesmo tempo, pode indicar o início de uma crítica do caráter das atividades de tempo livre, ao tocar na problemática do “descomprometido papel de espectadores”:

Através das ações culturais recuperaremos juntos os tecidos danificados, desgastados e traiçoeiramente manipulados pelos profanadores da memória do povo, e participando iremos deixando o descomprometido papel de espectadores.

Tanto os governos atuais como os passados não deixaram de nos oferecer como modelo uma cultura eventual, consumista, temporária, uma cultura massificada. Urdida para travar e imobilizar o pensamento, frear o impulso criativo, a crítica espontânea e construtora do gosto de um povo (...)<sup>520</sup>.

<sup>519</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “(...) porque es como si tuviera una segunda casa. Porque antes uno como que estaba encerrado y vivía totalmente dominado por los patrones, no tenía ninguna salida, no tenía... primero se comunicaban ellos con los familiares y ellos, si querían te informar, te informaban, si no, no a veces. (...) En cambio, hoy, los hijos, la esposa pueden comunicarse, preguntar... porque en las casas siempre suceden cosas. (...) Eso, para mí, es muy... es una nueva etapa muy importante para el trabajador, que nunca lo tuvo. (...) Yo no vi lo que estoy viviendo hoy en día, de tener esa comunión con la familia, o de reunirse... La empresa era la empresa, y era del patrón, nadie más. No se comparte solamente el trabajo, comparte con la familia, y también con compañeros de fábricas, de otras cooperativas. (...). Hoy uno puede tener la libertad de se fijar una fecha e invitar compañeros de otras cooperativas, y como están yendo, como están trabajando, y si se les puede dar alguna ayuda, también eso es muy importante. (...) Y sin dinero, ¿viste?, colaborando. Y eso es importante para todas las cooperativas. (...) Quizá en el trabajo se trabaja más, porque la responsabilidad es mayor, (...) porque tiene que tratar de hacer con más calidad porque sabe que de eso depende. (...) Pero se siente uno con más libertad, lo hace con más entusiasmo. Quizá el trabajo es mayor, pero no lo siente en sí, por ser... por tener esa libertad de compartir con la familia, de uno tener un contacto más con la familia, con la casa, que te puedan comunicar, es un alivio. El día se hace corto así. Sabes, antes no veía el momento de uno llegar y tocar esa sirena y cambiarse y echarse e irse para la casa, ¿viste?”

<sup>520</sup> Chilavert, Chilavert Recupera: pensamiento, investigación y producción cultural en América, p. 4. Tradução livre. No original: “A través de las acciones culturales recuperaremos juntos los tejidos dañados, desgastados y traicioneramente manipulados por los profanadores de la memoria del pueblo, y participando iremos dejando el descomprometido rol de espectadores.

Tanto los actuales como los pasados gobiernos no han dejado de ofrecernos como modelo una cultura eventual, consumista, temporaria, una cultura masificante. Urdida para trabar e inmovilizar el pensamiento, frenar el impulso creativo, la crítica espontánea y constructora del gusto de un pueblo (...).”

Voltando aos testemunhos individuais, Ernesto compara a relação entre o tempo dedicado ao trabalho e o tempo disponível antes e depois do estabelecimento da cooperativa.

A sensação era claramente de que era uma obrigação para poder viver, e começava... Termina sua vida quando entra, e volta a começar quando vai embora, não era vida, era a parte da sua vida em que não existe, digamos. O minuto em que cumpria seu horário, era fugir. Nisso foi muito diferente de agora, onde está muito tempo e, inclusive, parte de nossas atividades de ócio, de, digamos, nossos momentos livres, estão... transcorrem neste mesmo espaço físico, digamos<sup>521</sup>.

Por um lado, é considerada uma atividade de militância a atuação nesses espaços culturais e educativos criados nos âmbitos das ERT, e que também se imiscui ao tempo da jornada de trabalho.

Para Natalia Sosa, o tempo dispendido com as atividades culturais e educacionais desenvolvidas na IMPA é de prazer, mas também de exaustivo trabalho. Ela tem 28 anos e ingressou na IMPA após a recuperação, por intermédio da mãe, sócia fundadora. Embora jovem, já possui uma trajetória laboral de 13 anos. Antes da IMPA, seu último emprego foi em um local onde havia “começado bem”, trabalhando oito horas, alguns sábados, como trabalhadora formal, mas, com o tempo, a empresa acumulou mais trabalho e a situação mudou: passou a trabalhar como informal, doze horas por dia, “proíbiam os trabalhadores de tomar mate”. Na IMPA, identificou-se de imediato com a proposta do centro cultural. Terminado o expediente na linha de produção, Natalia passa a maior parte de seu tempo livre no espaço da fábrica, mas envolvida com as atividades do centro cultural, que são diversas, como já mencionado no segundo capítulo. O único dia em que não comparece na empresa é domingo.

Trato de me divertir, mas o que acontece é que a militância não é pura diversão. É muito... tem que [aguentar] muito com o corpo, mais do que com a mente. Ou seja, tem um [evento para dançar] e é se matar, até sair doente... pintando, fazendo um montão de coisas. Ou seja, o tempo livre fora da IMPA estou em minha casa, jogada na cama, estou o dia todo dormindo ou vendo TV, sem fazer nada. (...)

Este trabalho é o melhor que podia ter acontecido comigo – este trabalho, não IMPA. É como que te pagam para fazer nada e depois você é dono do lugar e pode arrumar isso como você quer<sup>522</sup>.

<sup>521</sup> Entrevista de história de vida de Ernesto González, trabalhador da Cooperativa Chilavert, concedida a nós em 23/07/2010. Tradução livre. No original: “La sensación era claramente de que era una obligación para poder vivir, y empezaba... Terminás tu vida cuando entrás, y vuelve a empezar cuando te vas, no vida era, era la parte de tu vida en que no existís, digamos. El minuto en que cumplía tu horario, era huir. En eso fue muy diferente de ahora, dónde estás mucho tiempo e, incluso, parte de nuestras actividades de ocio, de, digamos, nuestros momentos libres, están... transcurren en este mismo espacio físico, digamos”.

<sup>522</sup> Entrevista de história de vida com Natalia Sosa, trabalhadora da IMPA, concedida a nós em 14/09/2010. Tradução livre. No original: “Trato de divertirme, pero lo que pasa es que la militancia no es

Ernesto, da Chilavert, declara:

Há um detalhe particular nisso da jornada. Como fazemos atividades que não são (...) atividades produtivas, mas atividades culturais, sociais e políticas e sei lá, tudo isso, isso se soma na jornada, se soma nas horas dedicadas à Chilavert. Na verdade, se você mede, se mede essas horas, [passamos], evidentemente, mais horas aqui<sup>523</sup>.

É importante deixar registrado que nas empresas recuperadas pertencentes ao MNFRT não se pode desenvolver qualquer tipo de atividade cultural ou educacional no âmbito da empresa. Segundo Luis Caro, presidente do movimento, “a fábrica é para produzir”<sup>524</sup>. Seu posicionamento constitui um exemplo claro do elevado grau de reificação que pode assumir a rígida separação entre trabalho e tempo livre (especialmente o lazer e as atividades de autodesenvolvimento / autossatisfação).

Ainda no que diz respeito ao espectro do tempo disponível, cabe assinalar que não detectamos nos testemunhos dos trabalhadores das empresas recuperadas transformações no campo da administração da casa e das rotinas familiares. Pode-se até dizer que houve algumas mudanças na época das ocupações, porque os conflitos desenvolvidos nessa fase alteraram profundamente os horários estabelecidos na rotina familiar. Contudo, as tarefas domésticas, mais do que nunca, ficaram a cargo das mulheres, ao menos nas famílias onde esta era a norma.

Se nos lares de alguns trabalhadores é comum que a mulher assuma completamente as responsabilidades no que tange ao trabalho doméstico, também não é incomum que marido e mulher dividam as tarefas de administração típicas do âmbito familiar – essa situação é frequente quando as mulheres também trabalham fora de casa. Nesse caso, os homens acham justo dividir as tarefas domésticas. Mas não parece ter havido na experiência desses trabalhadores alguma reflexão sobre os papéis familiares designados social e historicamente a cada gênero, ao contrário do que ocorreu com os piqueteiros. A dinâmica de suas experiências de luta pela autogestão também não teriam

---

pura diversión. Es mucho... hay que [aguantarlo] mucho con el cuerpo, más que con la mente. O sea, hay un [evento para bailar] y es matarte hasta salir enfermo... pintando, haciendo un montón de cosas. O sea, el tiempo libre fuera de IMPA estoy en mi casa, tirada en la cama, estoy todo el día durmiendo o mirando la tele, sin hacer nada.(...) Este laburo es lo mejor que me podía haber pasado – este laburo, no IMPA. Es como que te pagan por hacer nada y después sos dueño del lugar y [podés] acondicionarlo como vos quieras”.

<sup>523</sup> Entrevista de história de vida de Ernesto González, trabalhador da Cooperativa Chilavert, concedida a nós em 23/07/2010. Tradução livre. No original: “Hay un detalle particular en eso de la jornada. Como hacemos actividades que no son (...) actividades productivas, sino actividades culturales, sociales, políticas y no sé, y todo eso, eso se suma en la jornada, se suma a las horas dedicadas a Chilavert. En realidad, si lo medís, si medís esas horas, [pasamos], evidentemente, más horas acá”.

<sup>524</sup> Cf. Julián Rebón, op. cit., 2007, p. 127.

suscitado transformações, mesmo que espontâneas, no campo da administração do lar e da rotina familiar. Nas ERT, as mulheres são minoria – a não ser nos setores que tradicionalmente empregam mais mulheres, como o têxtil e o hoteleiro – e o âmbito familiar não é tão entremeado com as atividades políticas levadas a cabo pelos trabalhadores.

\*\*\*

Para além desses casos, que são exemplares no sentido em que fala Agnes Heller, mas minoritários, podemos dizer que a crítica do cotidiano, para os trabalhadores das ERT, faz-se sobretudo no espaço de trabalho. O impacto que representou em suas vidas a luta pela preservação de suas fontes de trabalho e o posterior controle direto da gestão da empresa em que trabalham pode ser apreendida na própria forma com que estruturam suas narrativas de vida durante as entrevistas tomadas por nós. Os trabalhadores das ERT iniciam com um brevíssimo relato sobre como foi sua criação logo passam ao conflito da ocupação e as glórias e agruras da recuperação. Essa forma de estruturar a narrativa é bem diferente da forma utilizada pelos integrantes dos MTD, que descrevem com muito mais detalhes a infância, a vida em família, os estudos (ou a falta deles)... Entre os trabalhadores das organizações piqueteiras observamos, como já salientado na seção anterior, que a crítica e as transformações no cotidiano abrangeram esferas mais diversas.

Lefebvre sustenta que, ao longo da história, a crítica da vida cotidiana tem sido empreendida sob diversas maneiras: pela filosofia e pela contemplação, pelo sonho e pela arte, pela violência política ou pelos conflitos armados. Todas essas formas tiveram um elemento em comum: foram obras de indivíduos particularmente talentosos, lúcidos e ativos (o filósofo, o poeta etc.). Não obstante, essa lucidez individual ocultava uma aparência ou uma ilusão e, portanto, uma realidade mais profunda e escondida. Suas obras pertenciam a uma era e a uma classe cujas ideias, conseqüentemente, erguiam-se acima do cotidiano para o nível do excepcional e do dominante.

As novas formas de organização do trabalho e de padrão de acumulação, como apontou Gramsci, exigem a educação de um homem adequado aos novos tipos de civilização. Essas exigências não dizem respeito apenas ao indivíduo, mas ao conjunto da sociabilidade desses indivíduos. Aqueles que têm dificuldades em se adaptar, são lançados “no inferno das subclasses” ou eliminados, pura e simplesmente. Esse foi o terrível cenário que se abriu para os homens e as mulheres que integram os MTD e as



empresas recuperadas por seus trabalhadores. Optaram por resistir a um novo tipo de civilização que tem muito de barbárie.

Se, como já vimos com Lukács, o modo de produção capitalista tende a gerar um indivíduo cuja personalidade se torna “espectador impotente de tudo o que ocorre em sua própria existência, parcela isolada e integrada a um sistema estranhado”, é verdade também que certos momentos de interrupção da cotidianidade podem fazer surgir rachaduras nesse sistema.

Assim como destacamos os elementos essenciais do que teria sido uma ruptura da cotidianidade entre os piqueteiros, acreditamos poder fazer o mesmo em relação aos trabalhadores das empresas recuperadas. Três são, do nosso ponto de vista, os momentos-chave desse processo. O primeiro está representado pela degradação das condições de trabalho nas empresas onde trabalhavam sob as ordens da gerência, heterônomas, geradora de expectativas negativas sobre o futuro da garantia de sobrevivência do trabalhador. O segundo momento foi a decisão de ocupar e recuperar a empresa. A fase de ocupação que se desenvolveu foi marcada por uma instabilidade ainda maior e permanente, tomando o tempo integral dos trabalhadores envolvidos, e envolvendo a dedicação de grande parte de suas famílias, por laços de dependência e também afetivos. Constituiu-se em um momento em que tiveram que lidar a todo o instante com decisões políticas constantes sobre os rumos a tomar até que chegasse a ocasião de conseguir a permissão jurídica para retomar a produção – tipos de decisões que não fazem parte do cotidiano de um trabalhador assalariado. A partir daí, supostamente voltariam a fazer o que sempre souberam exercer: seus ofícios. Contudo, a fase de recuperação e de início da recolocação em marcha do trabalho constituir-se-á em outro momento de ruptura da cotidianidade – agora deveriam tomar decisões administrativas, conhecer todo o processo de produção ou de organização dos serviços, experiências, enfim, pelas quais nunca passaram.

Em nosso entender, a experiência dos trabalhadores das ERT também é rica em termos de desnaturalização do cotidiano – eles enfrentaram a ideia de que é natural que os donos dos meios de produção e seus gerentes controlem o processo de produção, a ideia de que saber conduzir uma empresa é algo restrito a homens com diploma de curso superior, de que a propriedade privada é sacrossanta...

Isso não significa que a civilização burguesa e os valores que a constituem estejam todos em questionamento. A introjeção dos valores burgueses nos grupos subalternos é a base da dominação das classes dominantes, fazendo que seus interesses

sejam vistos como os interesses de toda a sociedade, e não de apenas um grupo. A experiência das ERT é um exemplo da tensão que se opera na subjetividade dos sujeitos dos grupos subalternos entre a resistência e adaptação a se integrar ao homem coletivo ideal do padrão de acumulação do capital. É também um exemplo de como essa tensão acabou por abrir espaço para o surgimento de questionamentos que ultrapassam os movimentos de resistência e de adaptação, instaurando no sujeito uma crise mais profunda, que busca, conscientemente, alternativas que não são satisfeitas nem através da resistência nem da adaptação.

## CAPÍTULO 4. MEMÓRIAS DO TRABALHO E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Nos capítulos anteriores, nossa análise sobre os movimentos de trabalhadores desempregados e as empresas recuperadas por seus trabalhadores na Argentina buscou: 1) explicar as condições sociais e históricas que tornaram propício o surgimento de ambos os movimentos de trabalhadores; 2) apresentar o que consideramos como os principais traços estruturantes de sua dinâmica de desenvolvimento; e 3) discutir sobre o que os trabalhadores das ERT e dos MTD consideram como as principais transformações ocorridas em suas vidas trazidas por suas participações nesses movimentos.

Do nosso ponto de vista, o caminho percorrido até aqui deve ser seguido por uma análise sobre a constituição da consciência política entre piqueteiros e trabalhadores de empresas recuperadas.

### 4.1. Ser ou não ser classe trabalhadora? (Re)Construção da identidade de classe

Nossas concepções de mundo são formadas em vários âmbitos de nossa sociabilidade: no local de trabalho, no clube que frequentamos aos domingos, na igreja, no colégio, em nosso bairro... Essas visões de mundo nos fazem pertencer “sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos”<sup>525</sup>.

Conformar um sujeito, um *homem coletivo* o mais apto possível a um modelo de acumulação é essencial para o exercício da hegemonia por parte das classes dominantes (ou frações destas). Chamemos o que Aldous Huxley, em *Admirável Mundo Novo*, denominou de condicionamento - “(...) é o segredo da felicidade e da virtude: amarmos o que somos *obrigados* a fazer. Tal é a finalidade de todo condicionamento: fazer as pessoas amarem o destino social de que não podem escapar”<sup>526</sup> -, em termos gramscianos, de **educação do consenso**, parte essencial para exercício da hegemonia burguesa. No estágio atual do capitalismo, porém, ainda é possível resistir ao papel social determinado pelo sociometabolismo do capital.

<sup>525</sup> Antonio Gramsci, “Caderno 11: Introdução ao estudo da filosofia” In: *Cadernos do cárcere*, vol. I, 2001, p. 94.

<sup>526</sup> Aldous Huxley, *Admirável Mundo Novo*, 2001, p. 47. Grifos no original.

Sem a tecnologia da distopia criada por Huxley, as classes dominantes têm que se preocupar em fazer com que seus interesses de classe se tornem os interesses de outros grupos subordinados, isto é, construir e exercer hegemonia, por meios menos avançados cientificamente, tanto pelo convencimento, quanto pela coerção, inclusive fazendo com que a coerção apareça apoiada no consenso da maioria.<sup>527</sup>

Entre as estratégias das classes dominantes para superar a crise estrutural de acumulação do capital, instauradas a partir do final da década de 1960 por meio da reestruturação das relações de poder e da reorganização do cotidiano dos cidadãos, a fim de conformar um novo homem-coletivo, podemos identificar quatro tendências: 1) o estímulo a uma participação política que se oriente por movimentos que apelem mais à consciência individual do que à coletiva e que atuem pautados em soluções individuais; 2) o desmantelamento ou redefinição dos espaços de construção de hegemonia da classe trabalhadora; 3) a incitação à expansão de grupos de interesse não diretamente vinculados às questões do trabalho e 4) o alargamento quantitativo dos aparelhos privados de hegemonia voltados para a organização mais elementar da consciência política coletiva<sup>528</sup>.

Nossa análise indica que tanto os trabalhadores das ERT quando os dos MTD forjaram uma consciência política que ultrapassa o nível econômico-corporativo da consciência política. Podemos falar em consciência de classe.

O discurso dos trabalhadores das ERT, seja em testemunhos individuais, seja em documentos que procuram divulgar a luta política / econômica do conjunto (jornais, revistas, panfletos), expressa claramente um ponto de vista de classe, uma identidade coletiva construída em torno do conflito entre capital e trabalho e que entende que há um nós e um eles com interesses divergentes ou, mesmo, opostos.

Os trabalhadores da Cooperativa Chilavert relatam a luta pela recuperação dessa forma:

A história da tentativa de encerramento é figurinha repetida e poderia se resumir da seguinte maneira: um homem (desses que pensam que o mundo e tudo o que há nele é somente mercado), quando viu que a maquininha não deixava excedente suficiente para acalmar seus desejos gananciosos, decidiu vendê-la e ficar com a torta de muitos. Mas isso não é o que importa, mas sim a resposta que ele teve. Descobrir que os operários, além de compartilhar a exploração,

<sup>527</sup> Cf. Antonio Gramsci, op. cit., 2000.

<sup>528</sup> Cf. Lúcia M. Wanderley Neves (org.), *A Nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso*, 2005.

podiam compartilhar ideias, podem compartilhar reclamações e desejos e, claro, que puderam compartilhar a força.

Nós trabalhadores decidimos recuperar a empresa<sup>529</sup>.

A experiência de conflito laboral por que passaram os trabalhadores da Chilavert não se abateu apenas sobre eles, mas é “figurinha repetida”. A situação que levou ao desfecho da recuperação foi instaurada pela ganância de um “homem”, o patrão, que os explorou e, quando decidiu que o negócio já não era mais conveniente, quis fechar a fábrica e ficar com a torta de muitos, i. e., o resultado do trabalho dos operários.

Nos documentos da Zanón / Fasinpat o campo que “nós” e “os outros” delimitam é ainda mais nítido do que nas outras ERT. Em um folheto onde um grupo relata uma viagem à Itália feita a partir de um convite de sindicalistas e jovens anticapitalistas italianos para que os trabalhadores da Zanón / Fasinpat expusessem sua experiência, buscassem solidariedade para sua luta e difundissem suas ideias de estatização (sem indenização) sob controle operário, encontramos:

Esta viagem foi um pequeno passo para recuperar uma das velhas tradições de nossa classe: o internacionalismo operário. Nos encontramos de igual para igual com companheiros trabalhadores da Fiat que, como nós em outubro de 2001, estavam debatendo se ocupar ou não a fábrica nas tendas no acostamento da estrada. Trabalhadores por toda a Itália que, como nós, enfrentam os mesmos inimigos: os patrões e seus políticos. E, apesar do idioma, nos entendemos muito bem quando falamos das traições da burocracia sindical<sup>530</sup>.

Na menção ao internacionalismo de classe, nota-se claramente uma identificação de suas experiências sociais, categorias de interesse e tradição com a de todos os trabalhadores, independente da nacionalidade; e um inimigo em comum, no que se refere a interesses divergentes / antagônicos, que são os patrões e seus políticos. No documento da Zanón / Fasinpat, o elo entre as classes dominantes e a sociedade política

---

<sup>529</sup> *Chilavert Recupera: pensamiento, investigación y producción cultural en América – Actividades y propuestas*, 2004, p. 2. Tradução livre. No original: “La historia del intento del cierre es figurita repetida y podría resumirse de la siguiente manera: un hombre (de esos que piensan que el mundo y todo lo que hay en él es sólo mercado) cuando vio que la maquinita no dejaba excedente suficiente para calmar sus deseos angurrientos, decidió venderla y quedarse para él una torta de muchos. Pero esto no es lo que importa, sino, la respuesta con la que se encontró. Descubrir que los obreros además de compartir la explotación podían compartir ideas, pueden compartir reclamos y deseos y, por supuesto, que pudieron compartir la fuerza. / Los trabajadores decidimos recupera la fábrica.”

<sup>530</sup> “Experiencias Internacionales” In: *Boletín Informativo Obreros de Zanón*, fevereiro de 2003, p. 3. Tradução livre. No original: Este viaje fue un pequeño paso para recuperar una de las viejas tradiciones de nuestra clase: el internacionalismo obrero. Nos encontramos de igual a igual con compañeros trabajadores de la Fiat que, como nosotros en octubre de 2001, estaban debatiendo si ocupar o no la fábrica en las carpas al costado de la ruta. Trabajadores por toda Italia que, como nosotros, enfrentan los mismos enemigos: los patrones y sus políticos. Y, a pesar del idioma, nos entendimos clarito cuando hablamos de las traiciones de la burocracia sindical”.

que os representa é destacado. Resta ainda assinalar o inimigo interno, traidor da classe: a burocracia sindical. Como visto no segundo capítulo, os trabalhadores da Zanón / Fasinpat consideram que o passo fundamental que os permitiu levar adiante a ocupação e a recuperação foi o que eles designaram como “recuperação da comissão interna e do sindicato”.

Um relato das mudanças realizadas no estatuto do SOECN, sob liderança dos trabalhadores da Zanón / Fasinpat, é pleno de passagens que mostram, de forma contundente, os interesses dos trabalhadores em oposição aos interesses do patrão:

Essa é a política da cúpula sindical: pressionar para conseguir algum aumento em troca de maior exploração, jornadas mais esgotantes, maiores ritmos de produção e, portanto, maiores acidentes de trabalho, mantendo a divisão e as diferenças setoriais entre efetivos e contratados. Com os sindicatos conduzidos por eles, os patrões sempre ganham. E também ganha o PJ e o restante dos partidos patronais, que pretendem dirimir suas internas nas eleições de outubro, sem grandes conflitos de classe. Se evitam que as lutas pelo salário sigam ocupando o cenário, todos os candidatos patronais podem dizer, como agora: “a economia vai bem”, porque só se tem em conta o lucro dos capitalistas<sup>531</sup>.

Mais uma vez, entre os inimigos da classe trabalhadora, ao lado dos patrões, figuram os partidos que representam seus interesses e a burocracia sindical. Entre as principais mudanças no estatuto do sindicato, que visam “revolucionar os sindicatos, terminar com a burocracia e refundar, de baixo para cima, o movimento operário”<sup>532</sup>, podemos citar: os dirigentes não deixariam de trabalhar na empresa onde é assalariado e passariam a ganhar o mesmo que qualquer trabalhador da agremiação; os mandatos poderiam ser revogados em assembleia; as minorias teriam representação nas comissões diretivas em proporção a seus votos; iniciar-se-ia um recadastramento de filiação voluntária, a fim de que os trabalhadores pudessem decidir se contribuem ou não com a cota sindical. O sindicato também se declarava “independente do Estado, dos

---

<sup>531</sup> “Cambiar los sindicatos de abajo hacia arriba” In: *Nuestra Lucha*, n. 22, 22/07/2005, p. 3. Tradução livre. No original: Esa es la política de la cúpula sindical: presionar para conseguir algo de aumento a cambio de mayor explotación, jornadas más agotadoras, mayores ritmos de producción y por lo tanto mayores accidentes de trabajo, manteniendo la división y las diferencias salariales entre efectivos y contratados. Con los sindicatos dirigidos por ellos, las patronales siempre gana. Y también gana el PJ y el resto de los partidos patronales, que pretenden dirimir sus internas en las elecciones de octubre, sin grandes conflictos de clase. Si evitan que las luchas por el salario sigan ocupando la escena, todos los candidatos patronales pueden decir, como ahora ‘la economía anda bien’, porque solo se tiene en cuenta el interés de los capitalistas.

<sup>532</sup> “Revolucionar los sindicatos” In: *Nuestra Lucha*, n. 22, 22/07/2005. Tradução livre. No original: “Para revolucionar los sindicatos, terminar con la burocracia y refundar de abajo hacia arriba al movimiento obrero”.

empresários e dos partidos patronais”<sup>533</sup>. Esperavam que essa iniciativa pudesse “contagiar dezenas de milhares de trabalhadores”<sup>534</sup>. No preâmbulo ao reformulado estatuto, pode-se ler:

A sociedade se desenvolve no contexto da luta das classes sociais. Por isso o SOECN reconhece, orienta-se e baseia sua prática na luta de classes e sob os princípios do sindicalismo classista, conservando sua plena independência do Estado e suas instituições, do governo e de todas as organizações patronais.

O SOECN reconhece que a classe operária não tem fronteiras. Somos irmãos dos trabalhadores e povos pobres e oprimidos da América Latina e do mundo. (...)

O SOECN trava uma luta consequente pelos legítimos interesses da classe trabalhadora e em aliança com os setores populares, buscando elevar a consciência de classe dos trabalhadores e alcançar uma sociedade sem exploradores nem explorados<sup>535</sup>.

Outro tema recorrente nos documentos da Zanón / Fasinpat e do SOECN é a luta contra as clivagens no seio da classe trabalhadora, impostas pelas classes dominantes e pelo Estado:

Lutamos por terminar com a divisão dos trabalhadores, que só favorece os empresários e governos da vez.

Lutamos pela unidade de classe entre os milhões de ocupados e desocupados, trabalhadores permanentes, contratados e informais, única forma de enfrentar com possibilidades de ganhar a classe exploradora<sup>536</sup>.

Parece-nos que também é fundamental para explicar essa delimitação de identidade mais precisa a influência de ideias marxistas entre os trabalhadores da Zanón, dado que algumas figuras de destaque do sindicato ceramista de Neuquén são filiados a um partido de esquerda de tendência trotskista, o PTS.

<sup>533</sup> Ibidem. No original: “independiente del Estado, los empresarios y los partidos patronales”.

<sup>534</sup> “Cambiar los sindicatos de abajo hacia arriba” In: *Nuestra Lucha*, n. 22, 22/07/2005, p. 3. Tradução livre. No original: “contagiar a decenas de miles de trabajadores”.

<sup>535</sup> “Lucha de clases” In: *Nuestra Lucha*, n. 22, 22/07/2005, p. 13. Tradução livre. No original: “La sociedad se desarrolla en el contexto de la lucha de las clases sociales. Por eso el SOECN reconoce, se orienta y basa su práctica en la lucha de clases y bajo los principios del sindicalismo clasista, conservando su plena independencia del Estado y sus instituciones, del gobierno y todas las organizaciones patronales.

El SOECN reconoce que la clase obrera no tiene fronteras. Somos hermanos de los trabajadores y los pueblos pobres y oprimidos de América Latina y el mundo. (...)

EL SOECN libra una lucha consecuente por los legítimos intereses de la clase trabajadora y en alianza con los sectores populares, buscando elevar la conciencia de clase de los trabajadores y lograr una sociedad sin explotadores ni explotados”.

<sup>536</sup> “Se lanza el primer periódico obrero nacional” In: *Nuestra Lucha*, n. 7, 01/04/2003. Tradução livre. No original: “Luchamos por terminar con la división de los trabajadores que sólo favorece a los empresarios y gobiernos de turno.

Luchamos por la unidad de clase entre los millones de ocupados y desocupados, trabajadores permanentes, contratados y en negro, única forma de enfrentar con posibilidades de ganar a la clase explotadora”.

Nas empresas recuperadas por seus trabalhadores, que, como já vimos, em sua maioria, adotaram a forma legal da cooperativa, nota-se que seus integrantes se reconhecem como trabalhadores, muito mais do que como cooperativistas.

(...) se está em uma cooperativa para ter uma lei de expropriação que nos obriga a nos enquadrar. Por isso falamos de cooperativa, mas na realidade a gente não se sente cooperativista. Nós somos trabalhadores metalúrgicos de empresas recuperadas, somos os trabalhadores que ficamos para recuperar um posto de trabalho, aqueles que os empresários que abandonaram as empresas nos negavam. Pessoalmente, considero que nós somos trabalhadores metalúrgicos de empresas recuperadas<sup>537</sup>.

O trabalhador autor desse texto integra uma empresa recuperada que conformou o **Projeto Rede de Empresas, Rede de Pessoas**, a partir de 2006, integrado pelas empresas recuperadas do ramo metalúrgico na zona sul da Grande Buenos Aires, propulsado pela UOM-Quilmes. Eram parceiras do projeto algumas ONG italianas ligadas ao cooperativismo. *Nudos*, publicação do **Projeto Redes**, entre os números que saíram mensalmente entre os anos de 2006 e 2007 (não tivemos acesso a outros números, nem conseguimos averiguar até quando a revista seguiu sendo publicada), sempre contava com artigos ou entrevistas que contavam as experiências de recuperação e produção sob gestão dos próprios trabalhadores e outros tantos artigos e entrevistas dedicados a esclarecer sobre os fundamentos do cooperativismo e estimulando a capacitação para os trabalhadores levarem as cooperativas adiante. Portanto, esse trabalhador integrava uma empresa envolvida em um ambiente que estimulava e disseminava o cooperativismo. Já vimos, no segundo capítulo, a especificidade do sindicato dos metalúrgicos da seção Quilmes, Berazategui e Florencio Varela em relação ao tema das cooperativas.

Refletindo sobre a “dignidade” do trabalhador, o documento continua afirmando a identidade de trabalhador por sobre a de cooperativista.

Qual é a dignidade do trabalhador? Ganhar um salário que esteja por cima da linha de pobreza, ou de indigência? Não. A dignidade de um trabalhador passa por ter trabalho.

Então, a nossa dignidade de trabalhador é ter podido manter o posto de trabalho, que depois terminaram em cooperativas. Mas eu

<sup>537</sup> Carlos Gutiérrez (Cooperativa Felipe Vallese), op. cit., junho de 2006, p. 4. Tradução livre. No original: (...) uno está en una cooperativa por tener una ley de expropiación que nos obligaba a encuadrarnos. Por eso hablamos de cooperativa, pero en realidad uno no se siente cooperativista. Nosotros somos trabajadores metalúrgicos de empresas recuperadas, somos los trabajadores que nos quedamos a recuperar un puesto de trabajo, aquellos que nos negaban los empresarios que abandonaron las empresas. En lo personal, considero que nosotros somos trabajadores metalúrgicos de empresas recuperadas”.



vejo cooperativas de eletricidade, cooperativas agrárias, que não têm nada a ver conosco e que faz muitíssimos anos que não funcionam como cooperativas. Nós não temos nada a ver com isso, nós somos trabalhadores que ficamos para ver de que maneira poder salvar o posto de trabalho(...)<sup>538</sup>.

O documento faz questão de marcar que a experiência das empresas recuperadas é única e as cooperativas que se formaram no decorrer desse processo de recuperação não podem ser comparadas com as outras cooperativas.

Muito menos há quem se reconheça como empreendedor, termo em voga, muito usado pelo Banco Mundial, pelas empresas com “responsabilidade social” e pela grande mídia, para definir um setor do proletariado em crescimento numa época marcada pela reestruturação produtiva e pela privatização de empresas estatais – aquele que, com dificuldades crescentes de se (re)inserir no mercado de trabalho formal, recorre a microcréditos cedidos por ONG, cooperativas de crédito e coisas do gênero para ser o “empreendedor” de seu próprio negócio; de fato, com raras exceções, será um trabalhador autônomo ou possuirá uma microempresa onde explorará outros trabalhadores e auferirá poucos lucros, sem qualquer possibilidade de concorrer efetivamente no seu nicho de mercado.

Nos MTD a construção da identidade de classe e da consciência se faz em um contexto com alguns elementos bem diferentes daqueles observados nas experiências dos trabalhadores ERT.

O mito do *self-made man* é próprio do capitalismo, mas em tempos de profunda precarização das condições de trabalho, desemprego massivo, e pauperização crescente, parece adquirir nova força de contenção social a favor do capital. Richard Sennett<sup>539</sup> sustenta que o “fracasso” é um dos grandes tabus da contemporaneidade e em sua obra *A corrosão do caráter*, discorre sobre como um grupo de trabalhadores estadunidenses (especificamente do Vale do Silício, da empresa IBM, que já foi um símbolo do que Sennett chama de “capitalismo paternalista”, e se transformou em um símbolo do “capitalismo flexível” frente às quedas nas taxas de lucros enfrentadas desde meados

---

<sup>538</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “¿Cuál es la dignidad del trabajador? ¿ganar un salario que esté por arriba de la línea de pobreza, o de indigencia? No. La dignidad de un trabajador pasa por tener trabajo.

Entonces, la dignidad nuestra de trabajadores es haber podido mantener el puesto de trabajo, que después terminaron en cooperativas. Pero yo veo cooperativas de electricidad, cooperativas agrarias que no tienen nada que ver con nosotros y que hace muchísimos años que funcionan como cooperativas. Nosotros no tenemos nada que ver con eso, nosotros somos trabajadores que nos hemos quedado para ver de qué manera poder salvar el puesto de trabajo (...)

<sup>539</sup> Cf. Richard Sennett, *A corrosão do caráter*, 2004.

dos anos 1980.) encarou a questão. Num primeiro momento, a culpa seria da empresa e de sua administração maquiavélica; num segundo momento, a responsabilidade recairia sobre o mercado de trabalho global e num terceiro momento, a culpa seria deles mesmos, que fracassaram e se acomodaram ao não agarrar as oportunidades que se apresentavam a eles para tomarem as rédeas dos rumos de suas próprias vidas e se tornarem empresários no modelo do vale do Silício. Sennett toma esta alternativa como a mais honesta, mesmo exigindo um alto custo – o reconhecimento do fracasso. Entretanto, somos da opinião de que nenhuma destas três alternativas é honesta: o fundamental aqui, quando falamos de desemprego, não é o suposto maquiavelismo dos empresários, o mercado de trabalho global, ou o fracasso individual do trabalhador. Como vimos no primeiro capítulo, o desemprego é parte inseparável da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo – o exército industrial de reserva torna-se alavanca da acumulação de capital e condição de existência deste modo de produção.

Mesmo quando o desemprego é entendido por aqueles que dele padecem como um produto mais de uma situação social generalizada – como no caso argentino na década de 1990 e início da de 2000 quando os índices de desemprego atingem os píncaros e pode ser entendido como uma epidemia social – do que por uma deficiência pessoal, a solução para o problema normalmente é vista de uma perspectiva individual. Na Argentina, o máximo que existia em termos de socialização do problema era através de grupos de autoajuda para que os desempregados não afundassem sua autoestima, porém, a saída dessa situação era visualizada dentro desses grupos ainda como um “cada um por si” no mercado de trabalho, e o discurso de autovalorização introjetado não visava nenhuma ação política. Um estudo de Gabriel Kessler publicado em 1996, isto é, provavelmente escrito antes do estalido de General Mosconi, e muito antes da proliferação das organizações piqueteiras pelo país, sobretudo na Grande Buenos Aires, infere sobre algumas consequências subjetivas do desemprego para o indivíduo e sua família na Argentina. A respeito da caracterização do desemprego como questão social e a busca por uma resolução individual, Kessler sustenta:

Então, risco coletivo, porém dessocializado em dois aspectos. Por um lado, porque salvo nos casos de demissões massivas de uma mesma fonte de trabalho, dificilmente dá lugar a ações coletivas. Não parece possível imaginar uma ação de massas tendente a uma solução geral; pelo contrário, a relação no mercado entre os desempregados enquanto demandantes de emprego seria a de uma potencial competição por postos escassos. Contudo, por outro lado, a dessocialização do risco se expressa em sua forma mais crua pela carência de proteção social que conforma um estado que alguns chamam de “desamparo social”,

definido como a sensação de que “hoje a sociedade inteira te dissesse bom, azar o seu, se você morrer, que podemos fazer”<sup>540</sup>.

Nesse artigo, Kessler observa, no entanto, que ainda que a extensão do desemprego sobre diversos setores da população tornasse difícil a legitimidade de um discurso culpabilizante behaviorista, facilitando, ao contrário, a identificação do desemprego como problema coletivo, os questionamentos acerca da “parte da responsabilidade individual” não cessavam de emergir recorrentemente, tanto por parte do indivíduo que se encontra desempregado quanto por parte de alguém de seu convívio. Muitas vezes, essa busca pela “responsabilidade individual” aparecia de forma indireta, quando se tributava o desemprego a uma “seleção social” por parte das empresas, que transforma algumas características e atributos pessoais em grandes obstáculos para a inserção no mercado de trabalho. A idade “avançada” (acima de 40 anos) foi apontada como empecilho principal, mas com frequência os entrevistados da pesquisa de Kessler também apontavam as dificuldades que podiam trazer à disputa no mercado de trabalho, o fato de ter filhos ou uma aparência que não se encaixasse no padrão determinado de beleza (como por exemplo, excesso de peso ou traços pronunciadamente indígenas). “Alguns desses ‘obstáculos’ não são novidade, nem tampouco se pode mensurar seu peso real nos problemas de empregabilidade dos casos encontrados, mas interessam por sua influência no desencadeamento de processos de estigmatização e autoestigmatização, através da construção de *handicaps* os mais diversos”<sup>541</sup>.

Outras tantas vezes a auto-culpabilidade se expressava de maneira mais contundente, manifestando-se através de arrependimentos de atitudes tomadas no passado que agora representariam importantes barreiras para conseguir um posto de trabalho. Havia os que lamentavam a não realização ou abandono dos estudos e aqueles que questionavam os rumos que deram a suas trajetórias de trabalho. Entre estes, poderíamos encontrar os que nutriam remorsos por terem renunciado a empregos antes considerados inconvenientes e que no presente são mais valorizados, ou os que se reprovariam por não terem se adaptado a determinadas mudanças operadas no seu campo de trabalho no mesmo momento em que, mediante a capacitação, teria ocorrido a construção de cenários laborais futuros. Kessler também destaca dentro desse fenômeno

---

<sup>540</sup> Gabriel Kessler, “Algunas implicancias de la experiencia de desocupación para el individuo y su familia” In: Luis Beccaria & Néstor López, op. cit., 1996, p.117. Tradução livre.

<sup>541</sup> Gabriel Kessler, op. cit., 1996, p. 123. Tradução livre.

de “arrependimento retrospectivo” um grupo de pessoas cuja participação sindical, em comissões internas, ou apenas o feito de serem “questionadoras” em demasia, teria causado problemas de inserção no mercado de trabalho, e que se perguntavam se uma moderação maior no passado não as teria poupado do estado de precarização laboral que enfrentavam no presente.

Héctor Toty Flores, referente do MTD La Juanita - La Matanza, ressaltava que nas primeiras reuniões do MTD, o tema da culpa aparecia freqüentemente e estava presente em cada ato do cotidiano dos desempregados argentinos, que foram expulsos do mercado de trabalho ou por serem velhos demais, ou jovens demais, sem experiência, por ser mulher, por ser estrangeiro, por não ter estudado o suficiente, por ser estudante... Toty Flores considerava que a auto-culpabilidade era algo que deveria ser imediatamente trabalhado pelo movimento, dado que

Era a culpa o que impedia se organizar com outros para, entre todos, encontrar a solução para os problemas. Era a culpa o que dificultava identificar o desemprego como um problema social. Era a culpa a que permanentemente nos convencia de que “somos inúteis”, que “não servimos para nada”, que “estamos na miséria porque queremos”, com o que a condição de excluído se instalava em nossa subjetividade e condicionava todo nosso acionar, na vida pessoal e também na participação de qualquer grupo social, já que a quebra da autoestima conspirava contra a integração, em igualdade de condições, com os demais componentes do grupo<sup>542</sup>.

Por mais que as análises de Kessler e de Toty Flores divirjam no que diz respeito à qualidade e ao grau de culpa que o indivíduo atribui a si mesmo por sua condição de desempregado, é notório que em ambas as apreciações a auto-culpabilidade pode ser vista como elemento essencial para a desmobilização social.

A novidade da organização dos trabalhadores desempregados na Argentina no trato com a culpa não é a identificação do desemprego como um problema social, pois de acordo com as entrevistas trabalhadas por Kessler, tal assimilação não fez com que os desempregados buscassem soluções conjuntas para a questão. Desta maneira, para a organização destes trabalhadores é necessário outro passo, que está posto na avaliação

---

<sup>542</sup> Héctor Toty Flores, *De la culpa a la autogestión: un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*, 2005, p.15. Tradução livre. No original: “Era la culpa la que impedía organizarse con otros para, entre todos, encontrarles solución a los problemas. Era la culpa la que dificultaba identificar a la desocupación como un problema social. Era la culpa la que permanentemente nos convencía de que ‘somos inútiles’, que ‘no servimos para nada’, que ‘sufrimos miseria porque queremos’, con lo cual, la condición de excluído se instalaba en nuestra subjetividad y condicionaba todo nuestro accionar, en la vida personal y también en la participación de cualquier grupo social, ya que el quiebre de la autoestima conspiraba contra la integración, en igualdad de condiciones, con los demás componentes del grupo”.

do inimigo com o qual se deve combater para escapar dessa situação de extrema precarização: em vez de a luta se dirigir no plano meramente individual da concorrência entre trabalhadores no mercado de trabalho, qualificam como responsáveis pelas agruras por que passam – corretamente ou não – o Estado, as grandes organizações financeiras, os grandes conglomerados que adotaram a organização da “empresa enxuta”, o neoliberalismo ou mesmo o capitalismo, e é contra estes que uma ação conjunta do desempregados deve se voltar contra a fim de recuperar antigos direitos e / ou lutar por novos. Há a compreensão, neste caso, de que se lançar no jogo da competição intra-classe é uma resposta fatalista e resignada às transformações postas em curso pelos projetos de hegemonia burguesa, que não coloca em questão o processo de precarização do trabalho.

Os desempregados (...) não somos responsáveis por nossa situação. O desemprego é próprio do sistema capitalista, que mantém uma massa de trabalhadores sem emprego como pressão sobre os trabalhadores em atividade para reduzir salários e eliminar conquistas operárias com fins de aumentar a produtividade (quer dizer, a exploração). (...) O desemprego é, em primeiro lugar, o resultado da liquidação das conquistas trabalhistas mais básicas (a chamada flexibilização trabalhista) (...). O desemprego também não é o resultado do “desenvolvimento tecnológico”, em princípio porque o investimento em tecnologia foi ínfimo. De todo modo, o avanço tecnológico deve trazer em seu bojo o alívio do trabalho humano e, portanto, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores (...). Tampouco é a suposta falta de capacitação a razão das demissões<sup>543</sup>.

ou

(...) o MTR é um movimento social, mas com intencionalidade política. E é assim porque nos demos conta de que o desemprego não é um castigo divino, nem um problema do azar, mas sim, o produto de uma política deliberadamente executada. E é assim, é indubitável que o desemprego não pode ser revertido se não através de outra política que, claramente, há que organizar<sup>544</sup>.

<sup>543</sup> “Declaración de principios del FUTRADE (Frente Único de Trabajadores Desocupados) de La Matanza” (agosto, 2001) In: Luis Oviedo, *Una historia del movimiento piquetero: de las primeras Coordinadoras al Argentino*, 2004, p. 259. Tradução livre. No original: Los desempleados (...) no somos responsables de nuestra situación. La desocupación es propia del sistema capitalista, que mantiene una masa de trabajadores sin empleo como presión sobre los trabajadores en actividad para bajar salarios y eliminar las conquistas obreras en aras de aumentar la productividad (es decir, la explotación). (...) El desempleo es, en primer lugar, el resultado de la liquidación de las conquistas laborales más elementales (la llamada flexibilización laboral) (...). El desempleo tampoco es el resultado del “desarrollo tecnológico”, en principio porque la inversión en tecnología ha sido ínfima. De todas maneras, el avance tecnológico debe traer aparejado el alivio del trabajo humano y, por lo tanto, el mejoramiento de las condiciones de vida de los trabajadores (...). Tampoco es la supuesta falta de capacitación la razón de los despidos”.

<sup>544</sup> Declaração de Roberto Martino, integrante do MTR, no Seminário organizado pelo **Centro de Estudos de Estado y Sociedad** (CEDES) a 5 dezembro de 2002 a respeito das novas formas associativas conformadas na Argentina, In: Inés Gozález Bombal (org.), op. cit., 2003, p. 171. Tradução livre. No

Interpretamos que tal perspectiva a partir da condição de desemprego foi uma das novidades positivas que a sociabilização fornecida pelos movimentos piqueteiros aportou para a configuração da arena da luta de classes contemporânea. Esse ponto nos parece o primeiro passo para que seja possível uma organização de trabalhadores desempregados que se articule do ponto de vista de classe.

Pudemos observar nos capítulos anteriores como indivíduos que vieram a integrar as organizações piqueteiras formulam um novo sentimento de pertencimento: não são mais apenas vizinhos de um bairro lutando por melhores condições de vida – reconhecem-se vizinhos e têm sua organização fincada nos bairros em que moram, mas lutam como parte de um grupo maior, um grupo de trabalhadores. Percebemos também como se vem superando elementos geradores de identidade negativos, como a miséria e o medo, em detrimento da construção de elementos positivos ao redimensionar o papel político daqueles indivíduos que se inserem tortuosamente no mercado de trabalho – desempregados, desempregáveis, virtualmente desempregados...

Consideramos que os MTD realizaram uma ressignificação do processo de inscrição territorial. Primeiramente, pelo fato de colocar as demandas dos grupos subalternos organizadas em torno do ponto de vista de classe. A inscrição territorial piqueteira se faz em base de espaços de vida coletiva permanente e a uma experiência vivida onde se forja uma determinada consciência social, onde surge a disposição de atuar como classe.<sup>545</sup> Isso podemos afirmar para todas as organizações piqueteiras, independente de suas orientações políticas. Os piqueteiros ultrapassaram aquilo que Merklen designou como “lógica do caçador”. Esta se constituiu com base no nível mais elementar da consciência política, movendo-se sobre questões parciais e cotidianas, inseridas na dinâmica política das democracias parlamentares e de seus debates em torno de questões menores que buscam encobrir as contradições de fundo reveladas pela “grande política”, relacionadas “à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”<sup>546</sup>, i. e., diz respeito diretamente aos interesses de classe e de disputa pela hegemonia. E é grande política reduzir o debate político à “pequena política”, que é essa pela qual os grupos subalternos são estimulados a pautar suas ações, sem conseguir

---

original: (...) el MTR es un movimiento social, pero con intencionalidad política. Y esto es así porque nos dimos cuenta de que la desocupación no es un castigo divino ni un problema del azar, sino el producto de una política deliberadamente ejecutada. Y esto es así, es indudable que la desocupación no puede revertirse si nos es a través de otra política, que por supuesto hay que organizar”.

<sup>545</sup> Cf. Miguel Mazzeo, op. cit., 2004.

<sup>546</sup> Antonio Gramsci, op. cit., 2000, p. 21.

perceber que a última é determinada pela primeira. Assim, o estímulo à rede de *punteros* durante a implantação dos planos de assistência a desempregados aprofundava a segregação centro-bairros, conservando os espaços de interação conflitantes atomizados e distantes do centro e das instituições, constitui um significativo exemplo do que representa a redução dos grandes conflitos à pequena política.

Os piqueteiros emergem conformando um movimento de *resistência* às formas de sociabilidade e subjetividade que vão se moldando, amparadas nos princípios neoliberais e na reorganização do processo de trabalho, contra o novo homem-coletivo requerido pelo novo padrão de acumulação. Para uma parcela do movimento piqueteiro, majoritária, trata-se de resgatar o maior número possível de elementos que constituíam a sociedade salarial que alguns conheceram em sua própria experiência e que outros possuem apenas em uma memória transmitida pelas gerações passadas. Para outra parcela do movimento, minoritária, a (re)construção de uma nova subjetividade remete a um questionamento mais radical da lógica do capital, como visto no terceiro capítulo. Jornais, panfletos e declarações de distintas organizações piqueteiras apresentam, em discurso coletivo, com quais grupos cada uma delas considera compartilhar experiências de luta e interesses comuns, assim como quais grupos possuem experiências sociais distintas que os fazem possuir outros interesses e sistemas de valores. Isso nos permite perspectivas diferentes daquelas proporcionadas pelas entrevistas para tratar da questão da consciência de classe no interior dos movimentos de trabalhadores desempregados. Em documento da Frente Popular Darío Santillán (FPDS) encontramos essa explicação para o “Popular” que compõe o nome da organização:

A denominação de Popular corresponde à apreciação de que em nosso país (e no mundo) as grandes transformações produzidas na economia capitalista nas últimas décadas, com a geração dos “abandonados” (caracterizados como populações excedentes), com a aparição de trabalhadores por conta própria e pequenos proprietários que são assalariados encobertos e profissionais proletarizados, que estabelecem novas formas de vinculação com a exploração capitalista e, por outro lado, camadas de gerentes e burocratas que, sem ser donos dos meios de produção compartilham os benefícios do sistema, produziram-se mudanças que devemos considerar quando pretendemos caracterizar o sujeito das grandes transformações sociais.

Este sujeito já não pode se limitar à classe operária ocupada formalmente, mas abarca um conjunto de setores sociais que são vítimas diretas ou indiretas do capitalismo e que só podem se realizar como tais na medida em que protagonizam transformações revolucionárias, motivo pelo qual dizemos que o sujeito é plural e multi-setorial, e o denominamos como povo trabalhador, ou como povo. Este reconhecimento da pluralidade do sujeito não atribui a

todos os setores o mesmo peso estratégico, já que reconhecemos potencialidades diferentes de acordo com o lugar que ocupam na produção, suas possibilidades de acumular triunfos e se organizar, desde suas dimensões quantitativas e desde sua experiência de luta<sup>547</sup>.

A FPDS, organização autônoma em relação a partidos e sindicatos, tenta encampar com o termo “popular” o que considera um conjunto de setores sociais que emergiram com as transformações do capitalismo na contemporaneidade e que, juntamente à classe trabalhadora ocupada formalmente, seriam os sujeitos das “grandes transformações sociais”. Tais grupos seriam aqueles que conformam uma população excedente (“abandonados”), trabalhadores autônomos e pequenos proprietários (designados como “assalariados disfarçados”) e “profissionais proletarizados”. Para a FPDS, o sujeito que deverá protagonizar transformações revolucionárias é “plural”, “multissetorial”, e esse sujeito eles denominam de “povo trabalhador” ou “povo”. No excerto aqui reproduzido, notamos também que a FPDS entende que outros grupos sociais nasceram com o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo que, apesar de não serem proprietários dos meios de produção, são beneficiados pelo sistema e, portanto, não compõem o “povo trabalhador” (os extratos gerenciais e burocráticos). Pode-se objetar que o uso dos termos “povo” e “popular”, categorias com que trabalham a democracia burguesa ou a imprensa capitalista, comprovaria justamente o contrário do que afirmamos sobre o fato de que os movimentos de trabalhadores desempregados construíram uma consciência de classe em suas experiências de luta. Entretanto, é nítido no documento citado que “povo” / “popular” não assume a acepção unificadora presente no uso da terminologia feito pelos apologistas do capital. A nosso ver, os termos “povo” / “popular” no documento da FPDS citado exprimem uma tentativa dessa fração do

---

<sup>547</sup> Frente Popular Darío Santillán, *¿Qué es el Frente Popular Darío Santillán*, 10/02/2007, In: Portal Frente Popular Darío Santillán, [www.frentedariosantillan.org](http://www.frentedariosantillan.org), acessado em 22/01/2008. Tradução livre. No original: “La denominación de Popular se corresponde con la valoración de que en nuestro país (y en el mundo) las grandes transformaciones producidas en la economía capitalista en las últimas décadas, con la generación de “los abandonados”(caracterizados como poblaciones excedentes), con la aparición de cuentapropistas y pequeños propietarios que son asalariados encubiertos y profesionales proletarizados, que establecen nuevas formas de vinculación con la explotación capitalista y por otro lado capas gerenciales y burocráticas que sin ser dueños de los medios de producción comparten los beneficios del sistema, se han producido cambios que debemos considerar cuando pretendemos caracterizar al sujeto de las grandes transformaciones sociales.

Este sujeto ya no puede limitarse a la clase obrera ocupada formalmente, sino que abarca a un conjunto de sectores sociales que son víctimas directas o indirectas del capitalismo y que solo pueden realizarse como tales en tanto protagonicen cambios revolucionarios, por lo que decimos que el sujeto es plural o multissetorial, y lo denominamos como pueblo trabajador, o como pueblo. Este reconocimiento de la pluralidad del sujeto no atribuye todos los sectores el mismo peso estratégico, ya que reconocemos potencialidades diferentes de acuerdo al lugar que ocupan en la producción, sus posibilidades de acumular triunfos y organizarse, desde sus dimensiones cuantitativas y desde su experiencia de lucha”.



proletariado que conforma as organizações piqueteiras de, mediante as transformações nas relações de força no capitalismo contemporâneo e da emergência de novas clivagens no seio do proletariado, dar conta de um novo sujeito histórico, de definir quem é esse sujeito, tentando ultrapassar as visões de muitos intelectuais, partidos políticos de esquerda e sindicatos tradicionais que entendem que a classe trabalhadora só pode ser definida pelos trabalhadores ocupados (e pertencentes ao setor secundário, o operário em seu macacão azul com a chave de fenda numa das mãos) e que este é o único sujeito histórico protagonista da revolução. É uma tentativa de incluírem-se como sujeitos da transformação social à qual aspiram – eles não apenas a desejam, mas também lutam por ela. Buscam escapar de conceitos que, em suas experiências sociais e culturais, acabaram por desconsiderá-los como sujeitos históricos (não são poucos os que consideraram os integrantes dos MTD como lumpesinato), como foi o caso do conceito de “classe operária” – ainda que em Marx e em muitos marxistas o conceito de classe não tenha sido trabalhado dessa forma tão restrita, foi justamente esta última que recobrou mais “popularidade”. A nosso ver, o documento expressa – ainda que empregue o termo “povo” e não “classe” para definir o conjunto do proletariado, dos explorados que sustentam o sistema capitalista – uma visão nitidamente classista.

Porém, chama a atenção que os termos “povo”, “popular”, “povo trabalhador”, são muito caros ao vocabulário peronista. E nesse âmbito, assumem significados muitos mais ricos (para o bem e para o mal) do que o sentido geralmente associado à ideologia da democracia burguesa. Aqui já é o momento de discorrer sobre uma influência importante sobre os movimentos de trabalhadores na Argentina, inclusive sobre os MTD e as ERT, seja no que tange ao discurso, seja do que diz respeito às práticas.

Muitas ideias presentes nos discursos dos trabalhadores das ERT e também dos MTD – tanto em documentos institucionais quanto nos testemunhos individuais –, como se poderá perceber mais adiante, são tributárias da cultura reivindicativa que caracterizou o movimento peronista, como as noções de “justiça social”, “capitalismo socialmente mais justo”, “defesa do nacional”, “povo trabalhador”, “dignidade do trabalhador”... Obviamente, essas expressões em si não significam muito, dado que seus significados podem ter mudado com o tempo. Entendemos – e pretendemos demonstrar aqui – que a dinâmica das lutas de classes determinou continuidades e rupturas nessas formulações, e a ambiguidade marca os discursos desses trabalhadores.

Murmis e Portantiero apontam que um importante componente da participação da classe trabalhadora no movimento peronista é a continuidade programática com

reivindicações das organizações de trabalhadores constituídas previamente, em um período prévio de assincronia entre desenvolvimento econômico e participação (1930, com a arrancada da industrialização argentina baseada na substituição de importações). Assinalam também que a aliança policlassista proposta pelo movimento peronista já era uma tendência que possuía importantes antecedentes no sindicalismo anterior ao peronismo – uma aliança com setores estatais e com um grupo de proprietários industriais<sup>548</sup>, na medida em que esse acordo fosse capaz de reverter uma política econômica baseada, até aquele momento, num processo de intensificação da exploração da força de trabalho.

Os autores distinguem que o estreitamento das relações entre sindicalismo e Estado coincide com um processo geral de crescimento do Estado e sua intervenção em todas as esferas sociais. “O setor sindical que apoiará o surgimento do peronismo nada mais fez do que aprofundar essa tendência preexistente, avalizado pela objetiva receptividade que suas colocações encontraram nos círculos governamentais”<sup>549</sup>.

Antes do populismo, desenvolveu-se na sociedade argentina um processo de crescimento capitalista sem incorporação das demandas dos trabalhadores, onde a coerção predominava claramente sobre o consenso, e tal situação determinou a configuração de um aumento das reivindicações tipicamente operárias, que abarcavam o conjunto da classe trabalhadora, exigências que o sindicalismo tratou de satisfazer sem êxito até que, entre 1944 e 1946, em consequência de políticas estatais definidas, essas demandas foram encontrando solução, o que se traduziu também em uma inversão das tendências de distribuição de renda. “Sobre esta base, a maioria dos sindicatos – velhos e novos – articula uma política de alianças com um setor do aparelho do Estado, sem abdicar, durante esse processo, reforçando ao contrário (...) suas pretensões tradicionais de autonomia e de independência entre outros setores sociais”<sup>550</sup>.

---

<sup>548</sup> Essa fração da burguesia argentina está representada por um número expressivo de indústrias subsidiárias e de manutenção, cujos proprietários se enriqueceram rapidamente graças ao “protecionismo automático”. Murmis e Portantiero (op. cit., 1973, p. 95) destacam que, “se numa primeira etapa, a substituição de importações baseou-se na expansão de velhas indústrias e na implantação de novas empresas estrangeiras ou na ampliação e transformação das instalações que muitas já possuíam e eram dedicadas à comercialização de produtos importados, numa segunda etapa, a industrialização de substituição completa-se através desses novos industriais que proliferam a partir das circunstâncias da guerra, mas que requerem a proteção do Estado a partir do momento em que aquela termina. O grau de organização desses industriais para a defesa de seus interesses imediatos era mínimo, assim como o eco que puderam encontrar junto aos partidos políticos tradicionais”. A satisfação das reivindicações operárias acumuladas na primeira fase do crescimento substitutivo, sustentam Murmis e Portantiero, coincide com o projeto de desenvolvimento econômico desse setor da burguesia argentina.

<sup>549</sup> Juan Portantiero & Miguel Murmis, op. cit., 1973, p. 84. Tradução livre.

<sup>550</sup> Ibidem, p. 66. Tradução livre.

Perón surge no cenário político argentino com o golpe de Estado de 4 de junho de 1943 que instaura um governo militar, quando assume o Departamento Nacional do Trabalho (DNT). Alguns meses depois ele criaria a STP (Secretaria de Trabalho e Previdência), que tinha por função fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista e centralizar toda a atividade social do Estado. Incorporavam-se à STP todos os organismos e serviços que cumpriam funções afins (o próprio DNT, a Caixa Nacional de Aposentadorias e Pensões, a Comissão Assessora para a Habitação Popular, a Direção Nacional de Saúde Pública e Assistência Social etc.)<sup>551</sup>

Segundo Hugo del Campo, “a ação da STP era infatigável”<sup>552</sup>. Os testemunhos de diversos dirigentes sindicais da época, de vários setores, atestam que a conduta do Estado para com os trabalhadores havia se transformado profundamente, desde um ponto de vista positivo para o proletariado, como ilustram alguns excertos logo a seguir. O primeiro é de um metalúrgico:

Em nosso trabalho sindical advertimos que a partir de 1944 coisas incríveis: que se faziam cumprir as leis trabalhistas não cumpridas em outra época; que não havia necessidade de recorrer à justiça para a outorga de férias; outras disposições trabalhistas, tais como o reconhecimento dos delegados de fábrica, garantias de que não seriam despedidos, etc., etc., tinham uma vigência imediata e rigorosa. As relações internas entre a patronal e os trabalhadores das fábricas haviam se transformado por completo. (...). Os patrões estavam tão desconcertados como surpresos e alegres os trabalhadores. A STP se convertera em um fator de organização, desenvolvimento e apoio para a classe trabalhadora. Não funcionava como uma regulação estatal por cima das classes; na ordem sindical, atuava como um aliado estatal da classe trabalhadora<sup>553</sup>.

O secretário geral da Associação de Operários e Empregados do Estado (AOEE) declara:

Os trabalhadores e empregados do estado, que durante muitos anos se viram esquecidos em suas justas aspirações pelos governos que se sucederam no transcorrer dos últimos anos, vislumbram já, frente a feitos concretos, épocas de maior justiça e de um maior reconhecimento do esforço individual e coletivo de todos os que têm como padrão ao próprio Estado<sup>554</sup>.

<sup>551</sup> Cf. Hugo del Campo, *Sindicalismo y peronismo: Los comienzos de un vínculo perdurable*, 2005.

<sup>552</sup> Hugo del Campo, op. cit., 2005, p. 200. Tradução livre.

<sup>553</sup> Ángel Perelman, “Cómo hicimos el 17 de octubre”, Buenos Aires, Coyoacán, 1961, p. 46, apud: Hugo del Campo, op. cit., 2005, p. 210. Tradução livre.

<sup>554</sup> *El Obrero Ferroviario*, junho de 1944. Apud: Hugo del Campo, op. cit., 2005, pp. 210-211. Tradução livre.

Nas palavras de um operário têxtil socialista: “Começávamos a tratar dos problemas e tínhamos êxito, porque o trabalhador tinha sempre razão. A coisa tinha se invertido”<sup>555</sup>. Se antes de Perón os patrões resistiam em reconhecer o sindicato e em tratar com ele dos problemas, preferindo leva-los para o DNT, com a criação da STP “os industriais vinham ao nosso sindicato para nos pedir, por favor, se era possível tratar dos problemas entre nós”<sup>556</sup>.

O periódico socialista *La Vanguardia* ponderou: “O senhor Perón abriu as pastas parlamentares, tomou as iniciativas socialistas, apoderou-se de nossos projetos sobre aprendizagem do jovem e sobre tantos outros temas de legislação do trabalho cumpriu assim, sem originalidade, mas com fervor de neófito, um aspecto parcial e limitado do que se chama justiça social”<sup>557</sup>.

James assinala que se o período em que Perón esteve à frente da STP (1943-1946) apresentou muitas melhorias específicas nas condições de trabalho e na legislação social, a era dos seus dois mandatos presidenciais (1946-1955) teve um efeito muito mais profundo sobre a posição da classe trabalhadora na sociedade argentina<sup>558</sup>.

O impacto sobre o movimento de trabalhadores argentino das transformações realizadas na legislação trabalhista, na fiscalização do cumprimento desta, nos resultados dos embates entre trabalhadores e patrões, sob o comando de Perón é enorme. Mas não foram apenas as ações de Perón que foram tão impactantes para o movimento de trabalhadores; sua retórica também calou fundo nesses trabalhadores. Alguns elementos dessa retórica sofrerão alterações logo no início da atuação de Perón no comando do DNT / STP. Hugo del Campo observa que a partir de 1944, apesar de manter o discurso de conciliação de classes e da importância do Estado para garantir essa harmonia, Perón redefinirá os inimigos da “soberania nacional”. No início de sua gestão do DNT / STP ele estabelece como inimigos sociais “a falsa política, as ideologias estrangeiras sejam quais forem, os falsos apóstolos, que se introduzem no sindicalismo para plantar a ilusão e a traição das massas, e as forças ocultas de perturbação do campo da política nacional”<sup>559</sup>. Essa designação cabe aos anarquistas e comunistas. Menos de um ano depois, as circunstâncias estavam mudando: a influência

<sup>555</sup> Lucio Bonilla, PHO, ITDT, pp. 77-79 apud: Hugo del Campo, op. cit., 2005, p. 210. Tradução livre.

<sup>556</sup> Ibidem.

<sup>557</sup> *La Vanguardia*, 06/03/1945, apud : Hugo del Campo, op. Cit., 2005, p. 213. Tradução livre.

<sup>558</sup> Cf. Daniel James, op. cit., 2010.

<sup>559</sup> Juan Domingo Perón, “Discurso del coronel Perón sobre la política social del estado transmitido por la Red Argentina de radiodifusión”, 02/12/1943, apud: Hugo del Campo, op. cit., 2005, , p. 197. Tradução livre.

de Perón sobre o movimento sindical já havia praticamente neutralizado a atuação dos “maus políticos”, dos “extremistas” portadores de “ideologias tão exóticas”, que foram, portanto, desaparecendo pouco a pouco em seu discurso. Entretanto, a crescente oposição dos setores mais fortes e tradicionais das classes dominantes na Argentina a seu governo o levou a incorporar em seus discursos, de maneira crescente, os “egoísmos injustificáveis”, os “interesses mesquinhos”, “a oligarquia”.

Assim operar-se-ia, ao calor das lutas sociais, uma redefinição do inimigo nos discursos de Perón.

(...) Os feitos produzidos por esta [a STP] encontrarão um novo significado e uma nova ressonância ao ser enquadrados no marco de uma luta que opõe “povo” contra a “oligarquia” e que adquirirá um caráter cada vez mais global.

(...) Perón já não apelará para a confiança nem ao agradecimento das massas, mas à sua mobilização em defesa dessas conquistas e da STP, que as garantia<sup>560</sup>.

Del Campo aponta que diante desse quadro Perón já não declarava o Estado e seus aparelhos – como a STP – como árbitros que têm por função equilibrar os interesses dos trabalhadores e dos empregadores, mas como organismos de defesa das “massas sofridas e trabalhadoras”. Se antes invocava “todos os argentinos”, passara então a se dirigir ao “povo”: “Nós dividimos o país em duas categorias: uma, a dos homens que trabalham, e a outra, a que vive dos homens que trabalham. Diante dessa situação, colocamo-nos abertamente do lado dos homens que trabalham”<sup>561</sup>. A “oligarquia” passa a ser o inimigo do projeto de soberania nacional nos discursos do coronel, que a pintava em termos como esses: “(...) um jovem que recebeu duas ou três fazendas, um casarão na rua Florida e a condução dos negócios públicos. Vendeu a primeira fazenda, foi para Paris; em Montmartre liquidou outra fazenda, e quando já não tinha posses voltou ao país, hipotecou primeiro seu casarão e depois o vendeu. Quando já não tinha nada que vender, começou a vender o patrimônio dos argentinos”<sup>562</sup>.

Perón também reforça em seu discurso, segundo Del Campo, a ideia de “humanizar” o capital. Perón define o capitalismo como “uma força de aglomeração, fria, internacional, sem pátria, nem coração” e declara: “Queremos um capital humanizado que mantenha relações cordiais com seus trabalhadores e com o Estado

<sup>560</sup> Hugo del Campo, op. cit., 2005, pp. 221-222. Tradução livre.

<sup>561</sup> Juan Domingo Perón, “Discurso del coronel Perón en la STP ante una delegación de obreros acrníceros”, 17/07/1944, apud: Hugo del Campo, op. cit., 2005, p. 228.

<sup>562</sup> Juan Domingo Perón, “Discurso pronunciado por el coronel Perón en el cine-teatro Flores durante un acto organizado por representantes de la clase media” apud: Hugo del Campo, op. cit., 2005, p. 230. Tradução livre.

(...). Ou o capital se humaniza ou é declarado indesejável pelo Estado e fica fora do amparo das leis”<sup>563</sup>.

James salienta que o vocabulário do peronismo era ao mesmo tempo visionário, preciso, e inspirava uma esperança factível. Distanciava-se nitidamente da linguagem empregada pelo radicalismo clássico, que estava repleta de generalidades sobre a “renovação nacional” e a “virtude cívica”. A terminologia da “oligarquia” e do “povo”, por exemplo, provém do discurso da UCR, não obstante, Perón a utiliza com mais precisão. Seguiu empregando categorias gerais como o bem e o mal – i.e., os que o apoiavam, e aqueles que não o faziam – mas esses termos passaram a ser mais gráficos, às vezes como ricos e pobres, repetidamente como capitalistas e trabalhadores. “Se bem se falava de uma comunidade indivisível – simbolizada pelo ‘povo’ e pela ‘nação’ –, a classe trabalhadora recebia um papel implicitamente superior nessa totalidade e com frequência era tomada como depositária dos valores nacionais”<sup>564</sup>. O “povo” amiúde se transformava em “povo trabalhador”, de forma que “‘o povo’, ‘a nação’ e ‘os trabalhadores’ eram intercambiáveis entre si”<sup>565</sup>.

A visão peronista de uma sociedade baseada na “justiça social” e na integração social e política dos trabalhadores a essa sociedade não estava subordinada ao prévio cumprimento de premissas, como era o caso do discurso político da esquerda tais como transformações estruturais abstratas de longo prazo, nem a uma gradual aquisição, em alguma data futura, de uma consciência apropriada por parte da classe trabalhadora. “A doutrina peronista tomava a consciência, os hábitos, os estilos de vida e os valores da classe trabalhadora tais como os encontrava e afirmava sua eficiência e validade”<sup>566</sup>. A atração política do peronismo, frisa James, era essencialmente plebeia – ignorava a necessidade de uma elite política particularmente iluminada e refletia e inculcava um profundo anti-intelectualismo.

A glorificação de estilos de vida e hábitos populares envolveu um estilo e um idioma em compasso com as sensibilidades populares: a figura do “descamisado”, da “pobre mãe sofrida”, da “negrada”<sup>567</sup>.

O discurso peronista afirmava a imutabilidade da desigualdade social, com resignação, mas acenava para os trabalhadores com possibilidades concretas de minorá-

<sup>563</sup> Juan Domingo Perón, “Discurso”, 26/11/1944 apud: Hugo del Campo, op. cit., 2005, p. 232. Tradução livre.

<sup>564</sup> Daniel James, op. cit., 2010, p. 36. Tradução livre.

<sup>565</sup> Ibidem.

<sup>566</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>567</sup> Ibidem.

la e de, assim, permitir uma vida “digna” para o trabalhador, sem “exploração”<sup>568</sup>. Obviamente, ao termo exploração não é atribuído o significado marxista – que estabelece que qualquer relação em que a riqueza material é apropriada por um segmento diferente daquele encarregado de produzi-la –, mas o do senso comum, que fala em baixos salários, longas jornadas de trabalho, do maltrato dispensado pelo patrão ao trabalhador, da falta de reconhecimento daquele para com este... Justamente, essa acepção do termo exploração torna muito mais factível sua eliminação.

Devemos ter em consideração para entender a profundidade do impacto do peronismo sobre os trabalhadores argentinos que a experiência destes durante a década infame foi de extrema frustração e humilhação, tanto do ponto de vista individual, quanto do ponto de vista coletivo. Perón fez com que os trabalhadores sentissem que sua dignidade era finalmente reconhecida.

Os trabalhadores sentiram as mudanças até mesmo no domínio do espaço público. O movimento de 17 de outubro de 1945 lançou milhares de trabalhadores às ruas em manifestação de apoio a Perón, que culminou na Praça de Maio. Até então, esse local era reservado à “gente decente” da sociedade portenha; os trabalhadores que se atreviam a ir ali sem terno e gravata eram frequentemente enxotados ou mesmo presos. James afirma com muita propriedade que o discurso oficial era constantemente retrabalhado pelos trabalhadores em sua recepção, tanto no nível discursivo destes, quanto no nível das lutas. Lemas formais relativos à “dignidade do trabalho”, “humanização do capital”, “responsabilidade social do empregador” foram concretamente interpretados pelo trabalhador em função da capacidade que ele possuía de controlar em maior ou menor grau sua vida na oficina ou na planta, ou ao menos limitar os privilégios da patronal nessa esfera. As oscilações operadas pelo chão concreto da luta de classes determinam amplamente as reformulações dos valores do peronismo oficial pelos próprios trabalhadores identificados com Perón e sua retórica. Durante a época da chamada Resistência Peronista (1955-1958), por exemplo, isso é bem evidente. O fenômeno das comissões internas nas décadas de 1950, 1960 e início da de 1970 também ilustra o caso. A conclusão de James de que, se bem a classe trabalhadora argentina foi constituída em parte pelo peronismo, este por seu turno também foi criação da classe trabalhadora argentina, parece-nos extremamente pertinente<sup>569</sup>.

---

<sup>568</sup> Ibidem.

<sup>569</sup> Ibidem.

A afirmação do valor da classe trabalhadora, de como ela se constitui como classe fundamental da sociedade, no discurso dos trabalhadores argentinos pode apresentar uma estranha mescla de anarco-sindicalismo, teoria econômica marxista e devoção pessoal a Perón:

A Revolução realizada pela oligarquia que sempre dominava nossa sociedade (...) está subestimando o poder e o valor dos trabalhadores (...), porém, já pensaram para que serve seu dinheiro? O dinheiro só tem valor para comprar bens para uso ou consumo. Quem faz, com sua energia, todos, absolutamente todos os bens? OPERÁRIOS!!! Nem marinheiros, nem soldados, nem funcionários, nem comerciantes fazem bens (...) eles apenas consomem enquanto que aqueles que produzem, os operários, nunca ganha, o suficiente para poder disfrutar as mercadorias que fazem (...) Perón entendia essa verdade inegável (...), sabia e sabe que vocês são a base de tudo: as casas, os arranha-céus, as máquinas, os caminhos, os portos, tudo, tudo está feito por vocês. O capital está morto, não tem valor sem trabalho que o transforme em um produto. De que serve o dinheiro nos bancos se este não é usado para criar mercadorias que representam riqueza? Nenhum uso! Para que ter milhões em notas se não há comida para comprar? O capital sem vocês é um cadáver que está apodrecendo<sup>570</sup>.

Estamos de acordo com James quando este afirma que esta mescla representa uma recapitulação condensada da experiência de um significativo setor da classe trabalhadora antes de 1955, assim como a afirmação dessa experiência e das lições que legou para a situação posterior a 1955. Isso também foi feito de um modo que, potencial e implicitamente, desafiava muitos dos pressupostos da ideologia peronista formal. Deposto Perón, o próprio discurso oficial peronista passara a ter uma postura mais radical, o que certamente ajudava a legitimar as ideias dos militantes de base sobre a autonomia da classe trabalhadora<sup>571</sup>.

Em documentos de outros movimentos piqueteiros, o ponto de vista classista aparece menos delineado do que naqueles dos MTD que integram a FPDS. Na citação a seguir, veremos um discurso que conchama a uma luta anticapitalista, identificando os que precisam viver da venda da sua força de trabalho com os pobres – sabemos que a exploração não atinge apenas os trabalhadores (empregados ou não) pobres. Não obstante, os integrantes dos MTD são, em sua imensa maioria, trabalhadores que engrossam as fileiras da superpopulação relativa em sua fração estagnada e vivem nos bairros periféricos pobres das grandes cidades argentinas e o texto pode estar se referindo apenas àqueles que padecem das agruras do desemprego. Por outro lado, a

<sup>570</sup> Panfleto, provavelmente datado de fins de 1956, de uma organização chamada “Agrupação Operária”, de Lomas de Zamora (GBA), apud: Daniel James, op. cit., 2010, p. 134. Tradução livre.

<sup>571</sup> Cf. Daniel James, op. cit., 2010.



classe inimiga é mais amplamente definida: patrões, donos de fábricas, os que exercem o poder (e, claro, são ricos – o antônimo de “pobres”).

Nossa classe, a dos pobres, se relaciona com o mundo através do trabalho. É triste, mas é assim. A outra classe no poder, a dos ricos, dos patrões, dos donos das fábricas, obriga os pobres a trabalhar em troca de sobreviver. Os pobres nos reconhecemos entre nós através do trabalho. Este ou esta que passa pelas ruas é igual a nós, na medida em que trabalha ou busca que lhe deem de trabalhar. (...) O sistema obriga aos desempregados e aos filhos dos desempregados a viver a vida fora do mundo, longe – inclusive – das distâncias mais afastadas. Para todos estes e estas que não temos trabalho e tampouco vamos conseguir dentro deste imundo capitalismo, nos resta somente a luta. A partir dela poderemos voltar ao mundo, a recorrer suas distâncias, a rompê-las de uma vez por todas através de uma revolução<sup>572</sup>.

Em outro boletim do mesmo movimento, datado de dois anos mais tarde, podemos ler:

Essa consciência abriu esta nova etapa de busca de unidade para a luta, unidade que significa respeito pela diferença, respeito pela identidade de cada organização social, política ou sindical que levante a bandeira da classe trabalhadora e esteja disposta a sustenta-las até a derrota do poder burguês e a instauração da democracia construída pelos setores populares<sup>573</sup>.

Podemos perceber nesse excerto um ponto de vista de classe bem nítido, que apela para a necessidade de unidade de todas as organizações sociais, políticas e sindicais que defendam os interesses da classe trabalhadora em seu conjunto contra os interesses burgueses. Aqui também encontramos o termo “populares”, porém, mais uma vez, não nos parece que ele faça parte do vocabulário da democracia burguesa, dado que o conteúdo completo do texto – inclusive do excerto citado – expressa um sentimento de identidade de interesses de diversos setores da classe trabalhadora, estejam eles

<sup>572</sup> MTD La Matanza (La Juanita), “La rebeldía nos defiende de los poderosos” In: *Boletín de Información de los Trabajadores Desocupados de La Matanza*, n. 23, 30 e 31/12/1999, p. 4. Tradução livre. No original: “Nuestra clase, la de los pobres, se relaciona con el mundo a través del trabajo. Es triste pero es así. La otra clase en el poder, la de los ricos, los patrones, la de los dueños de las fábricas, obliga a los pobres a trabajar a cambio de sobrevivir. Los pobres nos reconocemos entre sí a través del trabajo. Ese o esa que pasa por las calles es igual a nosotros en tanto trabaja o busca que le den de trabajar. (...) El sistema obliga a los desocupados y a los hijos de los desocupados a vivir la vida afuera del mundo, lejos – incluso- de las distancias más alejadas. Para todos esos y esas que no tenemos trabajo y tampoco vamos a conseguir dentro de este inmundo capitalismo, nos queda solamente la lucha. A partir de ella podremos volver al mundo, a recorrer sus distancias, a romperlas de una vez y para siempre a través de una revolución”.

<sup>573</sup> MTD La Matanza (La Juanita), “Por la Unidad en al Lucha” In: *Boletín de Información de los Trabajadores Desocupados de La Matanza*, n. 31, julho de 2001, p. 3. Tradução livre. No original: “Esa conciencia abrió esta nueva etapa de búsqueda de unidad a la lucha, unidad que significa respeto por la diferencia, respeto por la identidad de cada organización social, política o sindical que levante la bandera de la clase trabajadora y esté dispuesta a sostenerlas hasta la derrota del poder burgués y la instauración de la democracia construida por los sectores populares”.

organizados em sindicatos, partidos ou outros tipos de movimentos, como é o caso das organizações piqueteiras; e esses interesses devem ser sobrepostos aos interesses de outro grupo social, os “burgueses”, através da luta unificada.

Sete anos mais tarde, em entrevista de 2008 feita ao referente máximo deste MTD desde o nascimento da organização, Héctor Toty Flores, então deputado pela Coalizão Cívica, deparamo-nos com a seguinte declaração, a respeito de sua aliança “surpreendente” com o grupo político capitaneado por Elisa Carrió:

O mais importante é que Lilita [Elisa Carrió] leva a reivindicação dos setores empobrecidos, ainda que não acredite que seus problemas pela luta de classes. Ela confia que as pessoas podem se por de acordo, esse é o elemento que os tira da ideologia. E é verdade que está provado que isso fracassou, assim como também todas as velhas categorias do marxismo. Qual é a saída? Não sei. Estou em uma etapa de promiscuidade ideológica, durmo com Bakunín e me levanto com Keynes<sup>574</sup>.

Podemos notar aqui que o principal referente do MTD La Matanza – La Juanita já fala em “setores empobrecidos” sem relacioná-los ao conjunto do proletariado. Ao longo de toda essa entrevista, Toty Flores não relaciona os problemas dos habitantes do bairro periférico onde está assentado o MTD ao conjunto das questões enfrentadas pelos grupos subalternos como um todo, destoando da tônica dos panfletos, jornais e livros produzidos pelo movimento entre 1996 e 2005, pelo menos. Podemos ver a diferença desse discurso de um outro do MTD La Matanza – La Juanita, assinado individualmente pelo próprio Toty, queixando-se da falta de apoio de sindicatos e de diversas organizações de esquerda:

Colocavam um teto no desenvolvimento de nossos movimentos, ao acreditar que não tinham em si mesmos (...) uma base social que os sustentasse, tirando deles o caráter de classe, e negando que a maioria dos novos desempregados provinha da classe operária ou eram jovens que se incorporavam ao mercado de trabalho. E o único que possuíam para oferecer era sua força ou capacidade de trabalho<sup>575</sup>.

<sup>574</sup> “Me acuesto con Bakunin y me levanto con Keynes”, entrevista com o deputado Héctor Toty Flores no *Jornal Crítica*, 04/12/2008 In: Coalición Cívica, <http://coalicioncivicaari.org.ar/>, acessado em 18/10/2010. Tradução livre. No original: “Lo más importante es que Lilita [Elisa Carrió] lleva la reivindicación de los sectores empobrecidos, aunque no crea que se resuelvan sus problemas por la lucha de clases. Ella confía en que la gente se puede poner de acuerdo, ése es el elemento que los saca por fuera de la ideología. Y es verdad que está probado que esto fracasó, pero también todas las viejas categorías del marxismo. ¿Cuál es la salida? No sé. Estoy en una etapa de promiscuidad ideológica, me acuesto con Bakunin y me levanto con Keynes”.

<sup>575</sup> Héctor Toty Flores, “De la culpa a la autogestión: aclaraciones preliminares” In: Héctor Toty Flores (org.), op. cit., 2005, p. 28. Tradução livre. No original: “Ponían techo en el desarrollo de nuestros movimientos, al creer que no tenían en sí mismos (...) un anclaje social que los sustentara, quitándoles el carácter de clase, y negando que la mayoría de los nuevos desocupados provenían de la clase obrera o

Nesse texto, Toty Flores se queixa da falta de reconhecimento por parte de instituições tradicionais de representação dos interesses da classe trabalhadora de que os desempregados também pertenciam a essa classe.

Contudo, não podemos afirmar com segurança que o MTD não se expresse mais através de um discurso de classe, pois também não encontramos uma negação do pertencimento de seus membros ao conjunto da classe trabalhadora ou uma dissociação de seus interesses do conjunto de interesses do proletariado como um todo, ainda que seja clara a virada da posição política da organização: de um discurso de enfrentamento de classes, anticapitalista, passa-se a um discurso de conciliação de interesses entre os distintos grupos sociais, assumindo uma posição reformista.

Como já mencionamos, o MTD La Matanza – La Juanita, que surgiu como um movimento que pregava a autonomia de partidos políticos, de sindicatos e, claro, de empresários, foi a única organização piqueteira que se recusou a receber subsídios do Estado. Alegava que fazê-lo seria ir contra os princípios da autonomia.

Não podemos aqui dar conta de analisar os vários motivos que podem ser atribuídos a essas “viradas” de consciência, especialmente caso a caso, mas nos interessa como um exemplo dos caminhos a que pode conduzir a dinâmica das lutas de classes. A frase de Toty Flores citada um pouco mais acima, a de que está numa fase de “promiscuidade ideológica”, é exemplar nesse sentido.

Por fim, em relação ao tema da definição da identidade de classe, vale a pena apontar para uma questão já levantada no capítulo anterior – a da crítica ao patriarcado que se desenvolveu no seio dos movimentos piqueteiros.

O multiculturalismo difundiu a noção de que uma “política de identidade” seria mais democrática que noções como classe, celebrando as diferenças de gênero, etnia, sexualidade, e inclusive classe, não permitindo que se estabeleçam relações de dominação e opressão entre as diversas identidades. A democracia ideal uniria seres humanos diferentes, todos livres, iguais, com a aceitação das diferenças. É certo que uma comunidade de fato democrática deve celebrar diferenças de estilo de vida, de gênero, raça, mas, como bem pontuou Ellen Wood, é possível celebrar “democraticamente” a diferença de classes?<sup>576</sup> Os argumentos multiculturalistas foram

---

eran jóvenes que se incorporaban al mercado laboral, y lo único que poseían para ofrecer era su fuerza o capacidad de trabajo”.

<sup>576</sup> Cf. Ellen Wood, *op. cit.*, 2003.

muito funcionais para as classes dominantes ao incitar grupos de interesse a articularem problemáticas que se desviem de questões de trabalho ou de classe. A nosso ver, as organizações piqueteiras caminharam no sentido oposto, articulando gênero e classe. No terceiro capítulo já é possível vislumbrar esse processo. Aqui, citamos mais um trecho de documento, agora de um MTD – o Bairros de Pé – com um nítido perfil nacionalista de esquerda, profundamente vinculado à tradição peronista:

Por que a mulher hoje tem um papel tão protagonista?

“Porque a base dos problemas atuais tem a ver com a sobrevivência concreta e o futuro dos filhos, tem a ver com o doméstico”, dissemos no 1º ponto para o debate. “A impossibilidade de que cada família resolva individualmente as questões como a comida, a habitação etc., (no caso dos setores mais preteridos), e a impossibilidade de conter seus filhos no país e lhes brindar um futuro assegurado de desenvolvimento no trabalho ou profissional (no caso dos setores de classe média), faz com que as questões que antes eram parte do doméstico ou do privado, hoje se transformem em uma das principais preocupações sociais. (...) Não podemos nos confundir e por a problemática de gênero por cima ou desvinculada da problemática da sociedade de classes; tampouco relegá-la a uma hipotética etapa posterior: é a estrutura social de exploradores/as e explorados/as, de opressores/as e oprimidos/as, a que reproduz as condições de possibilidade da desigualdade entre os gêneros<sup>577</sup>”.

#### 4.2 Crítica ao capitalismo ou crítica ao neoliberalismo

Vivendo suas relações de produção, “segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do ‘conjunto de suas relações sociais’, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural”<sup>578</sup>, o proletariado construiu uma consciência de oposição de interesses de um *nós* – que ultrapassou os limites meramente econômico-corporativos – e de um *eles*. A consciência de classe constitui-se em torno de problemáticas claramente ligadas à posição ocupada nas relações de produção.

<sup>577</sup> Movimiento Barrios de Pie, [www.barriosdepie.org.ar](http://www.barriosdepie.org.ar), acessado em 12/03/2006. Tradução livre. No original: “¿Por qué la mujer tiene hoy un rol tan protagónico? “Porque la base de los problemas actuales tienen que ver con la supervivencia concreta y el futuro de los hijos, tiene que ver con lo doméstico.”, decimos en el 1º apunte para el debate. “La imposibilidad de que cada familia resuelva individualmente las cuestiones como la comida, la vivienda, etc., (en el caso de los sectores más postergados), y la imposibilidad de contener a sus hijos en el país y brindarles un asegurado futuro de desarrollo laboral o profesional (en el caso de los sectores de clase media), hace que las cuestiones que antes eran parte de lo doméstico o privado, hoy se transformen en una de las principales preocupaciones sociales. (...) No podemos confundirnos y poner la problemática de género por encima o desvinculada de la problemática de la sociedad de clases; pero tampoco relegarla hasta una hipotética etapa posterior: es la estructura social de explotadores/as y explotados/as, de opresores/as y oprimidos/as, la que reproduce las condiciones de posibilidad de la desigualdad entre los géneros”.

<sup>578</sup> E. P. Thompson. op. cit., 2002, p. 277.

Na seção anterior, tentamos mostrar como os trabalhadores das ERT e dos MTD se posicionam ao definir quais setores têm interesses semelhantes e quais nutrem interesses divergentes no contexto da relação entre capital e trabalho ou, mais especificamente, à relação de subsunção do trabalho ao capital. Nas próximas duas seções, nosso intuito é identificar o que caracteriza esses interesses, revelando aspectos cruciais da memória e das expectativas desses trabalhadores combinados à experiência da relação com a patronal. Duas questões são fundamentais, a nosso ver, para compor esse quadro: 1) os trabalhadores criticam o capitalismo ou o neoliberalismo? 2) o que significa “exploração” para eles?

Ellen Wood sustenta que, embora integrantes de muitos movimentos contemporâneos identificados como anticapitalistas sejam frequentemente criticados por saberem somente *contra* o que lutam, mas não *pelo* que lutam, o contrário se revela mais perto da realidade:

a maioria sabe perfeitamente a favor do que luta – por exemplo, por justiça social, paz, democracia, e um meio ambiente sustentável – mas tem menos claro contra o quê, especificamente, precisa lutar para alcançar esses objetivos. Mais precisamente, as pessoas nem sempre têm clareza sobre o significado de “capitalismo” em “anticapitalismo” e como isso afeta suas esperanças na construção de um mundo melhor.<sup>579</sup>

Wood assinala que ampla gama desses movimentos se rebela contra um tipo particular de capitalismo – mais comumente designado como capitalismo globalizado, selvagem, capitalismo de mercado (desregulamentado) ou neoliberalismo. “Seu principal alvo é a ‘globalização’ na sua forma atual e, especialmente, as empresas transnacionais, assim como as organizações internacionais do tipo FMI, Banco Mundial, OMC e G8, que ajudam a organizar o mundo para o capital global”<sup>580</sup>.

Muitas vezes, entre os que são denominados ou se autodenominam anticapitalistas, a ideia de “capital” define um bem qualquer que um indivíduo possui como riqueza, em geral, uma quantia de dinheiro a ser investida com vistas a obter uma taxa de retorno. A ciência econômica burguesa usa indiscriminadamente a palavra “a qualquer bem, de qualquer tipo, que possa ser usado como fonte de renda, ainda que apenas potencialmente. Assim, uma casa poderia ser parte do capital de uma pessoa, ou mesmo um conhecimento especializado que lhe permitisse obter maior renda (capital

<sup>579</sup> Ellen Wood, “O que é (anti)capitalismo?” In: *Crítica Marxista*, n. 17, novembro de 2003, p. 37.

<sup>580</sup> Ellen Wood, op. cit., novembro de 2003, p. 18.

humano)”<sup>581</sup>. O conceito marxista de capital, o qual tomamos como referência, é muito mais criterioso:

(...) o capital não é uma coisa material, mas uma determinada relação social de produção, correspondente a uma determinada formação histórica da sociedade, que toma corpo em uma coisa material e lhe infunde um caráter social específico. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. (...) É o conjunto dos meios de produção monopolizados por uma determinada parte da sociedade, os produtos e condições de exercício da força de trabalho substantivados frente à força de trabalho vivo e que se personificam, devido a esse antagonismo, no capital. Não são apenas os produtos dos trabalhadores convertidos em potências independentes – os produtos como dominadores e compradores daqueles que os produzem – mas também as forças sociais e a futura (...) forma deste trabalho, que os confrontam como propriedades de seu produto<sup>582</sup>.

Nossa análise de fontes nos mostrou que o conceito de capitalismo ou de anticapitalismo formulado por grande parte dos trabalhadores das ERT e dos MTD encaixa-se na constatação de Wood.

Assim que adentramos a sala de imprensa do Hotel BAUEN para realizar nossa primeira entrevista, de caráter temático, notamos que em uma de suas paredes havia cinco retratos pendendo: um de Fidel Castro, um de Che Guevara, um de Evo Morales, um de Hugo Chávez e um de Eva Perón. Perguntamos por que aqueles retratos estavam pendurados ali. Nas palavras de Diego Ruarte:

E os rostos que são visto aqui no escritório da imprensa são homens, são pessoas comuns e correntes, são seres humanos que em um momento de sua vida, decidiram tomar as rédeas e levar adiante seus critérios, ainda que muitas vezes houve critérios que, talvez, soaram forte para todos os países do mundo ou foram tomados como maus exemplos, mas como todo, eu acho que como todo feito revolucionário... a revolução tem um processo de transformação e a revolução também tem suas baixas. Hoje em dia, um feito revolucionário favorável pode chegar até a incluir a morte ou a vida de pessoas. Mas eu acho que a magnitude, o desenvolvimento de tudo tem uma meta boa e uma meta sustentável, que é isso que nos deram, entende?, essas pessoas, de dizer: não, não é tudo o capitalismo, não é tudo o primeiro mundo, não é tudo o consumismo. Há raízes... e temos o caso de Eva Duarte Perón (...), e bem, ela foi uma pessoa que nasceu humilde, uma pessoa que até chegou a ser prostituta na rua, (...) teve vivências sociais importantes como para que nós tenhamos uma [absorção] de seus objetivos quando teve poder, não?, da assistência que deu à sociedade... Che Guevara, um argentino que se pôs em armas para lutar por outros... Fidel, que é um cara que, bem, teve um país cercado pelos capitalistas, (...) lutou contra um imperialismo que

<sup>581</sup> Simon Muhon, verbete “capital” In: Tom Bottomore (org.), Dicionário do pensamento marxista, 2001, p. 44.

<sup>582</sup> Karl Marx, op. cit., 2001, p. 754.

tinha [feito] a cabeça de todos, não? (...) Ele pode ir (...) contra os Estados Unidos e a União Europeia, isso é muito importante. Evo Morales, um sindicalista que esteve muito próximo de ser morto, muito próximo... teve processos em que teve que estar internado na selva por meses, conhecendo gente, âmbitos sociais, aborígenes, ver sua terra e ver que crescia eh... apoiar aspectos ecológicos... Então, bem, essas pessoas, em sua vida, tiveram feitos que hoje ou ontem nos colocaram em uma linha que nós temos que respeitar, que é a linha de ser funcional para o conjunto e não para um apenas. Nada mais que isso<sup>583</sup>.

Na fala de Diego nota-se um repúdio ao imperialismo exercido pelos EUA e pelos países europeus. Sua explicação sobre o porquê daquelas fotos pendentes na parede são emblemáticas de uma mescla inusitada de referenciais políticos, que combina anticapitalismo, anti-imperialismo (não necessariamente relacionado a uma crítica radical do capitalismo), assistência social. Che Guevara e Fidel Castro são símbolos de um dos regimes socialistas mais emblemáticos que surgiram, de uma das últimas revoluções armadas. Evo Morales e Hugo Chávez, por seu turno, são os principais representantes do chamado “socialismo do século XXI”. Eva Perón é a insígnia do indivíduo pobre que ascendeu socialmente, mas não se esqueceu de suas origens, realizando trabalhos de assistência social entre aqueles que sofrem as penúrias da pobreza pelas quais ela já passou. Eva, o Che, Fidel, Morales e Chávez são, para Diego, exemplos de pessoas que agem pelo bem comum, e não em benefício de uns poucos.

---

<sup>583</sup> Entrevista temática de Diego Ruarte, trabalhador da cooperativa Hotel BAUEN, concedida a nós em 26/08/2010. Tradução livre. No original: “Y las caras que se ven acá en la oficina de prensa son hombres, son personas comunes y corrientes, son seres humanos que en un momento de su vida, decidieron tomar las riendas y llevar adelante sus criterios, aunque muchas veces hubo criterios que, quizá, sonaron fuerte para todos los países del mundo o fueron tomados como malos ejemplos, pero como todo, yo creo que como todo hecho de revolución... la revolución tiene un proceso de cambio y la revolución también tiene sus bajas. Hoy por hoy, un hecho revolucionario favorable puede llegar hasta a incluir la muerte o la vida de personas. Pero yo creo que la magnitud, el desarrollo de todo tiene una meta buena y una meta sustentable, que eso es lo que nos dieron, ¿entendés?, estas personas, de decir: no, no es todo el capitalismo, no es todo el primer mundo, no es todo el consumismo. Hay raíces... y tenemos el caso de Eva Duarte Perón (...), y bueno, ella fue una persona que nació en la humildad, una persona que hasta llegó a ser prostituta en la calle, (...) tuvo vivencias importantes sociales como para que nosotros tengamos una [absorción] de sus objetivos cuando tuvo poder, ¿no?, de la asistencia que le dio a la sociedad... El Che Guevara, un argentino que se puso armas al hombro para luchar por otros... Fidel, que es un tipo que, bueno, tuvo un país cercado por los capitalistas, (...) luchó contra un imperialismo que había [hecho] la cabeza de todos, ¿no?, (...) él pudo ir (...) contra Estados Unidos y la Unión Europea, eso es muy importante. Evo Morales, un sindicalista que pasó muy cerca de estar muerto, muy cerca...tuvo procesos de que tuvo que estar internado en la selva por meses, conociendo gente, ámbitos sociales, aborígenes, ver su tierra y ver que crecía eh... apoyar aspectos ecológicos... Entonces, bueno, estas personas, en su vida, tuvieron hechos que hoy o ayer nos pusieron en una línea que nosotros creemos que es una línea que nosotros tenemos que respetar, que es la línea de ser funcional para el conjunto y no para uno solo. Nada más que eso.”

Em outro trecho da entrevista com Diego, notamos o tom crítico às grandes empresas estrangeiras, ao repatriamento dos lucros, muito presente no discurso antineoliberalismo. Ele defende que as cooperativas “recuperam o trabalho nacional”, fortalecendo a economia do país. Não constitui explicitamente uma defesa da “indústria nacional”, até porque ele está dando crédito a um tipo específico de unidade produtiva, a cooperativa, onde se realiza “um trabalho solidário”; mas, ao fim e ao cabo, a economia do país é capitalista e as cooperativas se enquadram dentro das regras básicas de competição do mercado – ou perecem.

O país, como comentei com você anteriormente, o país tinha sofrido com uma colonização aqui dentro, era como que as empresas estatais já eram privadas, tínhamos diferentes países aqui dentro levando o dinheiro para seu país (...), diferentes corporações. E o que fazem as corporações internacionais é também trabalhar assim, não?, onde lhes dão mais lucro a levam para outro lado e investem em outros lugares, nunca fica dinheiro. O pouco dinheiro que os capitalistas deixam é o dinheiro que pagam a você mensalmente, porque pagam alguns provedores. Depois, o restante são investimentos que levam para outros países e esses investimentos depois não voltam, fica onde está. Então, esse tipo de coisa, [nos ensinaram] que com esse processo novo que fizemos recuperamos o trabalho nacional. Aqui, o que é gerado na cooperativa, se gasta no país e se consome no país, ainda que os companheiros tomem Coca-Cola ou tomem produtos dos capitalistas, sempre o dinheiro vai estar consumido aqui, dentro do país, não vai para outro lado. (...) [Porque] na época do neoliberalismo, que foram dez anos com Menem aqui, tudo isso se perdeu, se perdeu, não se podia recuperar... já não existia. Já estava quase a ponto de desaparecer<sup>584</sup>.

A ambiguidade em definir o que é capitalismo ou anticapitalismo apontada por Ellen Wood, na Argentina, relaciona-se amplamente com a tradição política peronista.

James aponta que Perón estabelecia a plena participação da classe trabalhadora na vida pública e a “justiça social” como premissa do conceito de desenvolvimento

---

<sup>584</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “el país, como te comenté anteriormente, el país había sufrido con una colonización acá dentro, era como que las empresas estatales ya eran privadas, teníamos a diferentes países acá dentro llevándose la plata a su país (...), diferentes corporaciones. Y lo que hacen las corporaciones internacionales es también trabajar así, ¿no?, dónde les dan más ganancia la llevan para otro lado e invierten en otros lugares, nunca queda dinero. El poco dinero que dejan los capitalistas es el dinero que te pagan aun mensualmente, porque pagan algunos proveedores. Después, lo demás son inversiones que se van llevando a otros países y esas inversiones después no vuelven, queda dónde está. Entonces, ese tipo de cosa, [a nosotros nos enseñaron], que con ese proceso nuevo que hicimos nosotros hemos recuperado el trabajo nacional. Acá, lo que se genera en la cooperativa se gasta en el país y se consume en el país, más allá que los compañeros tomen Coca-Cola o tomen productos de los capitalistas, siempre el dinero va a estar consumido acá, dentro del país. Y las inversiones se hacen dentro del país, no se va para otro lado. (...) [Porque] en la época del neoliberalismo, que fueron diez años con Menem acá, se perdió todo eso, se perdió, no se podía recuperar... no existía ya. Ya casi estaba a punto de desaparecer.”



industrial. Na retórica peronista, “justiça social” e “soberania nacional” eram temas indissoluvelmente ligados<sup>585</sup>.

O nacionalismo econômico e o anti-imperialismo tinham por corolário a afirmação de conceitos tradicionais como os de interesses comuns entre o capitalista e o trabalhador de proteger a indústria nacional<sup>586</sup>.

Poder ganhar um bom salário sem estar submetidos a pressões “desumanas” no chão da fábrica era uma expressão concreta do que significava “justiça social” para os trabalhadores argentinos<sup>587</sup>. A ideia também abrangia os conceitos de “capital humanizado”, com consciência ou responsabilidade social, que se oporia ao “capital especulativo”, “explorador”.

Um dirigente sindical têxtil, quando perguntado sobre o conceito socialista de abolição das classes sociais, respondeu que para os peronistas, a questão não era se opor ao capital, mas que assegurar para que o capital contribuísse para o bem público:

No que diz respeito às classes sociais, elas existem para nós, sem sombra de dúvidas, e acreditamos que sua existência não é criação artificial de ninguém, mas, pelo contrário, obedece a uma ordem natural impossível de eliminar. Nesse aspecto, o que propugnamos não é que as classes enquanto tais desapareçam, mas que todos persigam um só interesse, que a nosso ver deve ser o bem-estar social<sup>588</sup>.

O Estado tem um papel fundamental nessa fórmula – o de ser o fiel da balança e moderar os interesses “excessivos” de classe, de assegurar a harmonia social, e de proteger a soberania social.

Em entrevista publicada em 2004, o então presidente do MNER, Eduardo Murúa, assim respondeu à pergunta “*Definem-se como anticapitalistas?*”: “Eu, pelo menos, sim. E o Movimento também, porque quer a abolição do sistema que oprime, que gera exclusão, morte, que não pode incorporar nem sequer a classe trabalhadora”<sup>589</sup>. Em um número de jornal que se dedicava à convocação para o I Encontro latino-americano de Empresas Recuperadas, que seria realizado nos dias 27, 28 e 29 de outubro de 2005, na Venezuela, a coordenação do MNER assina um editorial, intitulado

<sup>585</sup> Cf. Daniel James, op. cit., 2010.

<sup>586</sup> Ibidem.

<sup>587</sup> Ibidem.

<sup>588</sup> Juan Carlos Loholaberry, “Mayoría”, 09/12/1957 apud: Daniel James, op. cit., 2010, p. 131. Tradução livre.

<sup>589</sup> Eduardo Murúa, entrevistado por Lavaca, op. cit., 2004, p. 99. Tradução livre. No original: “Yo, por lo menos, sí. Y el Movimiento también, porque quiere la abolición del sistema que oprime, que genera exclusión, muerte, que no puede incorporar ni siquiera a la clase trabajadora”.

“Para onde vamos”, que se inicia afirmando que “depois de anos de luta contra o modelo neoliberal”, vivia-se um momento mais favorável para a consolidação das empresas recuperadas por seus trabalhadores. Exortando o governo de Hugo Chávez, que estaria avançando em “passos largos rumo à transformação social com o protagonismo popular, constata que o governo de Néstor Kirchner também estaria no caminho da revolução bolivariana, mas traçando um caminho mais lento, “distanciando-se dia a dia da etapa neoliberal que nos açoitou na última década”<sup>590</sup>. Nessa parte do texto, há um posicionamento nitidamente antineoliberal, mas não anticapitalista.

Ao falar da necessidade de expansão do número de empresas recuperadas, diante das muitas fábricas fechadas e “intactas”, declaram que apesar de ser uma tarefa árdua o processo de recuperação, “escutar novamente o barulho da produção” os enche de orgulho, e que nessas empresas a produção “está sob o controle de seus legítimos donos: os trabalhadores”.

No mesmo documento, poucos parágrafos depois, podemos ler: “O setor social que representamos é ponta de lança para a transformação social de nossa Argentina, porque os meios de produção estão sob nosso controle e *não colocamos o homem a serviço do capital, mas colocamos o capital ao serviço do homem*”<sup>591</sup>. Não é possível imaginar um mundo sem o capital. Mas o mundo pelo qual os trabalhadores devem lutar para fazer prevalecer seus interesses é aquele em que “o capital está serviço do homem”... É como se o capital não definisse o que é capitalismo. O conceito de capital nunca chega a ser definido, diferentemente do que ocorre com “capitalismo” / “anticapitalismo”. A relação social que constitui o capital é reificada e estranhada.

Em revista publicada pelo MNER datada de 2006, que tinha como tema central justamente a divulgação da proposta da organização no Primeiro Encontro Latino-americano de Empresas Recuperadas, no topo da página que abre o editorial, intitulado “Da democracia formal à democracia real”, pode-se ler: “Por uma sociedade sem excluídos. Por uma sociedade mais justa. Por uma Pátria para todos.” Tais lemas poderiam ter saído de um discurso de Domingo Perón. Mas os parágrafos iniciais do editorial estão mais longe do teor do discurso do peronismo oficial:

<sup>590</sup> MNER, “Hacia donde vamos” (editorial) In: Recuperar, n. 1, outubro de 2005, p. 2. Tradução livre. No original: “luego de años de pelea contra el modelo neoliberal” / “pasos agigantados en la transformación social con el protagonismo popular” / “alejándose día a día de la etapa neoliberal que nos azotó en las últimas décadas”.

<sup>591</sup> MNER, op. cit., outubro de 2005, p. 3. Tradução livre. No original: “El sector social que representamos es punta de lanza para la transformación social de nuestra Argentina, porque los medios de producción están bajo nuestro control y no ponemos al hombre al servicio del capital, sino ponemos al capital al servicio del hombre”. Grifos nossos.

Conscientes de saber que não há saída dentro do sistema capitalista, um sistema que destrói povos e nações, que constrói apenas guerras e muros, mantendo instituições totalmente caducas.

Cansados dos fracassos da classe política por não querer assumir que o que está esgotado não é o modelo, na verdade, o que está esgotado é o sistema capitalista<sup>592</sup>.

No excerto acima, pode-se notar que o sistema capitalista é o alvo de críticas; não há qualquer adjetivo ligado a “capitalista” ou “capitalismo”, como “selvagem”, especificando que seria um “tipo” de capitalismo que seria um sistema “destrutivo” – entende-se que o que está sendo criticado aqui é o sistema, em qualquer das suas manifestações.

Porém, a saída do sistema capitalista passa por um Estado capaz de aplicar “políticas de controle” – “Somente a Sociedade do Consenso e o Estado pode criar um sistema socialmente justo e solidário”<sup>593</sup>. Outra influência peronista nítida: a ideia de que o Estado é instituição que deve defender o “povo”; e não a de que ele é parte essencial da manutenção da ordem do capital. Mas em vez de usarem a expressão “capitalismo socialmente mais justo”, também mitificada pelo peronismo, falam em “sistema socialmente justo”: o que faz todo o sentido, visto que o sistema capitalista, declararam, “está esgotado”. E dado que o capitalismo não é o sistema em que desejam viver, a desigualdade social não é permitida – o peronismo reconhece e aceita a desigualdade econômica do capitalismo, mas vê a necessidade de minorá-la –, daí que o sistema seja “socialmente justo”, sem “mais”, nem “menos”.

Outra instituição de representação das empresas recuperadas por seus trabalhadores, o MNFRT, defende que as empresas recuperadas são um fenômeno “saudável” para o país, que recupera fontes de trabalho que seriam destruídas, e se baseiam num sistema solidário e que o caminho pavimentado por elas contribui para “a formação de uma consciência social, a elevação da cultura, a dignificação do trabalho e a humanização do capital”<sup>594</sup>. Luis Caro, presidente do movimento, declara que nas

<sup>592</sup> Eduardo Murúa, “De la democracia formal a la democracia real” In: *Ocupar. Resistir. Producir*, Buenos Aires: Chilavert, abril de 2006, p. 2. Tradução livre. No original: “Conscientes de saber que no hay salida dentro del sistema capitalista, un sistema que destruye Pueblos y Naciones, que construye solo guerras y muros, manteniendo instituciones totalmente caducas. / Cansados de los fracasos de la clase política por no querer asumir que lo agotado no es el modelo, en realidad, lo que se agotó es el sistema capitalista”.

<sup>593</sup> Eduardo Murúa, op. cit., abril de 2006, p. 3. Tradução livre. No original: “Solo la Sociedad del Consenso y el Estado puede crear un sistema socialmente justo y solidario”.

<sup>594</sup> Luis Caro, presidente do MNFRT, *Dos documentos fundamentales para comprender el proceso de recuperación de fábricas por parte de los trabajadores*, s/d, p. 12. Tradução livre. No original: la formación de una conciencia social, la elevación de la cultura, la dignificación del trabajo y la humanización del capital”.

“novas cooperativas operárias”, “o capital deixa de ser Deus e se privilegia o TRABALHO”, que “não estão condicionadas pelo capital”<sup>595</sup>. Caro tem uma história militância longa e abertamente ligada ao peronismo. Mais uma vez, um exemplo de reificação do capital que, claramente, torna-se estranhamento.

Também perguntado se o MNFRT pode ser considerado uma organização anticapitalista, Caro responde: “Sim, porque temos uma base solidária. Para nós, o mais importante é a assembleia, onde tudo se decide. Tudo: compras, vendas, análise de custos, capitalização.(...) Não queremos é que se forme uma nova patronal. E a única maneira de evitá-lo é através da assembleia”<sup>596</sup>. Nas palavras de Caro, “o sistema anterior era de capital. O capitalismo rechaça o sistema cooperativo (...). Nós dizemos que podemos manter um sistema solidário, de tipo comunitário, e, ao mesmo tempo, competir dentro do mercado capitalista”<sup>597</sup>. Indagado se o MNFRT possuía algum lema, a resposta de Caro foi: “Como disse antes, somos anticapitalistas e poderíamos agregar antioligárquicos e anti-imperialistas. Nosso lema poderia ser ‘queremos trabalhar’”<sup>598</sup>. No discurso do líder do MNFRT, a produção das empresas recuperadas é anticapitalista, mas elas participam do mercado capitalista, o que evidencia uma reificação estranhada das relações entre produção e circulação – fenômeno, aliás, muito comum entre os trabalhadores das ERT, como pudemos constatar na análise sobre disciplina e tempo de trabalho no capítulo anterior, dado que declararam se sentir mais livres devido à ausência da patronal, mas naturalizaram a pressão exercida pelo mercado. Outra relação reificada que recai em estranhamento é a que se estabelece entre trabalho e capital. Caro defende que nas empresas recuperadas o trabalho está subordinado ao capital – mas se há capital, só pode haver a relação contrária: o trabalho encontra-se subsumido ao capital, independente da existência de uma patronal; se não está o patrão e sua gerência, o capital se personifica nos trabalhadores associados.

A Zanón / Fasinpat é a empresa recuperada que, desde o início do movimento de ocupação / recuperação, possui o discurso anticapitalista mais próximo do marxismo,

<sup>595</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “el capital deja de ser Dios y se privilegia el TRABAJO”; “no está condicionadas por el capital”.

<sup>596</sup> Luis Caro, entrevistado por Lavaca, op. cit., 2004, p. 102. Tradução livre. No original: “Sí. Porque tenemos una base solidaria. Para nosotros lo más importante es la asamblea, donde todo se decide. Todo: compras, ventas, análisis de costos, capitalización (...) no queremos es que se genere una nueva patronal. Y la única manera de evitarlo es a través de la asamblea”.

<sup>597</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “El sistema anterior era de capital. El capitalismo rechaza el sistema cooperativo (...). Nosotros decimos que podemos mantener un sistema solidario y, a la vez, competir dentro del mercado capitalista”.

<sup>598</sup> Ibidem, p. 104. Tradução livre. No original: “Como dije antes, somos anticapitalistas y podríamos agregar antioligárquicos y antimperialistas. Nuestro lema podría ser ‘queremos trabajar’”.

distanciando-se dos ideais peronistas mais proeminentes no seio do movimento de trabalhadores argentino, aqueles de um capitalismo nacionalista, socialmente mais justo, com distribuição de renda, sem “exploração” (entendida em termos de maltrato da patronal para com os trabalhadores, baixos salários, jornada de trabalho acima de 40 horas...). Não se encontra em seus documentos ou nos do SOECN, órgão há mais de uma década hegemônico pelos trabalhadores da Zanón / Fasinpat qualificações como “capitalismo selvagem”, nem mesmo o termo neoliberalismo. Os problemas que a classe trabalhadora tem que enfrentar são resultados do capitalismo. Em boletim informativo dos trabalhadores da Zanón / Fasinpat, aparece uma convocatória assinada pelos movimentos que conformam a Coordenação do Alto Valle<sup>599</sup> que apela à unidade e mobilização de todos os trabalhadores do mundo contra a guerra do Iraque. Nesse documento, os trabalhadores se manifestam acerca de um tema supostamente não diretamente ligado ao mundo do trabalho ou à América Latina, e o fazem relacionando a guerra à crise do capitalismo. Assinalam que os interesses dos trabalhadores, dos “povos pobres do mundo”, dos “explorados” não podem coincidir com as da guerra imperialista, impulsionada pelos grupos dominantes de todo o mundo. A luta contra o imperialismo não é vista como um problema “nacional”, mas do conjunto do proletariado.

Esta guerra de rapina mostra o verdadeiro rosto do capitalismo em crise. Crise que os capitalistas pretendem colocar sobre as costas dos trabalhadores e povos do mundo, com fome, desemprego, miséria, com brutais planos de ajuste como vivemos na Argentina. (...) Se eles triunfam, os trabalhadores e povos pobres do mundo sofreremos ainda mais penúrias. À unidade dos imperialistas e setores dominantes do mundo devemos opor a unidade internacional de todos os trabalhadores e explorados<sup>600</sup>.

---

<sup>599</sup> A Coordenação do Alto Valle, criada em 2002, reúne as seguintes organizações: SOECN, comissão interna da Cerâmica Zanón / Fasinpat, MTD-Neuquén, Agrupação Celeste Granate do ramo Saúde da ATE, Sindicato de Televisão, Agrupação Ámbar da ATEN Capital, HIJOS Alto Valle, MST Teresa Vive, PTS, POR, MST, MAS.

<sup>600</sup> “Convocatoria de la Coordinadora del Alto Valle” In: *Boletín Informativo Obreros de Zanón*, fevereiro de 2003, p. 4. Tradução livre. No original: “Esta guerra de rapiña muestra el verdadero rostro del capitalismo en crisis. Crisis que los capitalistas pretenden cargar sobre las espaldas de los trabajadores y pueblos del mundo, con hambre, desocupación, miseria, con brutales planes de ajustes como vivimos en Argentina. (...) Si ellos triunfan, los trabajadores y pueblos pobres del mundo sufriremos aún más penurias. A la unidad de los imperialistas y sectores dominantes del mundo debemos oponer la unidad y movilización internacional de todos los trabajadores y explotados”.

O debate travado em torno da estatização sob controle dos trabalhadores, que vimos no segundo capítulo, também nos parece um exemplo de uma crítica mais consistente ao capitalismo.

O fato de encontrar no discurso da documentação escrita, coletiva, da Zanón / Fasinpat esse posicionamento anticapitalista menos ambíguo não significa que ele esteja presente no discurso individual dos mais de 400 trabalhadores da fábrica.

Paco Morillas fez questão de nos esclarecer durante sua entrevista que o fato de ele estar orgulhoso da gestão dos trabalhadores na Zanón / Fasinpat e de achar que essa experiência deve servir de exemplo para muitos trabalhadores, não quer dizer que ele apoie sem restrições as ocupações de empresas privadas por trabalhadores.

Não estou alimentando a ocupação de fábricas, que fique claro. Isso quero que fique claro: não estou alimentando. O que estou dizendo é que quando uma fábrica fecha, o patrão foi embora, o dono foi embora, os trabalhadores têm que continuar – buscar a forma, como nós fizemos, de continuar trabalhando, porque... a ver, quantas famílias ficam na rua porque um patrão decide fechar a porta da fábrica? Por que este patrão – ele dizia que isso não era rentável, que perdia aí –, por que nós continuamos? Nove anos. Então, o patrão nunca perdeu, entende? Era mentira o que dizia. (...) Somos nós, trabalhadores – aqui não há gerentes, não há cérebros, não, nada –, os trabalhadores levamos isso adiante. (...) Então, não alimento a ocupação de fábricas pelo feito de ocupação de fábricas; mas a fábrica que fechou, os trabalhadores têm que continuar. Tem que fazer o governo entender que não se pode perder um posto de trabalho, uma fonte de trabalho. Foi o que nós fizemos. Nós não roubamos nada de ninguém (...). Abandonaram a fábrica. (...) Eu sou inimigo de tirar de você... Você é dona desse gravador, e eu não vou... é seu, não sei se me entende (...). Se você abandona o gravador, você abandona ele, e depois de seis meses, tomamos o gravador. A ver... é um exemplo bobo, mas é o que aconteceu, me entende? Porque nós vivíamos desse seu gravador, isso é o que nos dava de comer. (...) Esperamos por seis meses que voltasse pelo gravador, e não voltou nunca mais<sup>601</sup>.

<sup>601</sup> Entrevista de história de vida de Paco Morillas, trabalhador da Zanón / Fasinpat, concedida a nós em 09 e 10/02/2011. Tradução livre. No original: “No estoy alentando la toma de fábricas, que se quede claro. Eso quiero que quede claro: no estoy alentando. Lo que estoy diciendo es que cuando una fábrica cierra, el patrón se fue, el dueño se fue, los trabajadores tienen que seguir – buscar la forma, como lo hicimos nosotros, de seguir trabajando, porque... a ver ¿Cuántas familias quedan en la calle porque un patrón decide cerrar la puerta de la fábrica? ¿Por qué este patrón – él decía que eso no era rentable, que perdía ahí – por qué nosotros seguimos? Nueve años. Entonces el patrón nunca perdió, ¿se entiende? Era mentira lo que decía. (...) Somos nosotros, trabajadores – acá no hay gerentes, no hay cerebros, no, nada –, los trabajadores llevamos adelante esto. (...) Entonces, no aliento a la toma de fábricas por el hecho de toma de fábricas; pero la fábrica que cerró, los trabajadores tienen que continuar. Tiene que hacer entender al gobierno que no se puede perder un puesto de trabajo, una fuente de trabajo. Fue lo que hicimos nosotros. Nosotros no robamos nada a nadie (...). La abandonaron la fábrica. (...) Yo soy enemigo de quitarle... Vos sos dueña de este grabador, y yo no le voy... es tuyo, no sé si me entendés (...) Si vos abandonás el grabador, vos lo abandonaste, y a los seis meses, lo tomamos el grabador. A ver... es un ejemplo tonto, viste, pero es lo que pasó, ¿me entendés? Porque nosotros vivíamos de ese grabador tuyo, ese es que no daba de comer a nosotros. (...) Esperamos por seis meses que volviera por el grabador, y no volviste nunca más”.

A ação e ocupação empreendida pelos trabalhadores da Zanón é válida apenas, desde o ponto de vista de Paco, quando uma empresa fecha as portas e deixa seus trabalhadores à míngua, seja por má administração do proprietário ou porque este simplesmente a abandonou por qualquer motivo.

Rosalía Peñarrieta, que ingressou na Cooperativa Chilavert após a ocupação e a recuperação, quando perguntada por nós se achava que seria legítimo por parte dos trabalhadores ocuparem a empresa e levarem a cabo a produção sob sua gestão direta, responde que “(...) o patrão, sim, com seu dinheiro, tem direito, se quer [administrar] uma fábrica, sim, está bem que esteja o patrão, que dê trabalho, mas, bem, está mal que abandone os empregados, assim de um dia para o outro, e... é injusto com o trabalhador”<sup>602</sup>.

Paco é um trabalhador experiente, de 56 anos. Trabalhou sob ordens patronais desde os 16 anos até os 46 anos, quando os trabalhadores da Zanón / Fasinpat começaram a controlar a produção – inclusive, participou do conflito que levou à recuperação da empresa e ao controle dos trabalhadores sobre esta. Rosalía, por sua vez, tem 21 anos e sua primeira experiência de trabalho foi na Chilavert. Ainda assim, na adolescência, ela acompanhou a luta dos trabalhadores da gráfica, porque é filha de um dos sócios fundadores.

Pesquisa realizada pelo Instituto Gino Germani no final do ano de 2004 junto a trabalhadores de empresas recuperadas revela que 90% deles respondeu negativamente quando perguntados se era legítimo que trabalhadores ocupassem as empresas que não fecharam<sup>603</sup>. Há uma significativa naturalização da existência da propriedade privada. No caso dos MTD, o discurso sobre o que é capitalismo ou anticapitalismo também é ambíguo ou impreciso em diversos casos.

Em grande parte das organizações piqueteiras, especialmente as que se identificam com o peronismo e a ideia da construção de um capitalismo nacional socialmente mais justo (e, inclusive, são as mais massivas), também se faz a crítica a determinados aspectos do capitalismo, mas que estão ligados ao que eles identificam como características conjunturais, próprias do neoliberalismo, essa espécie de “capitalismo selvagem”: o individualismo, o suposto parasitismo de uma parte da

---

<sup>602</sup> Entrevista de história de vida de Rosalía Peñarrieta, trabalhadora da Cooperativa Chilavert, concedida a nós em 05/08/2010. Tradução livre. No original: “(...) el patrón, sí, con su plata, tiene derecho, si quiere [administrar] una fábrica, sí, está bien que esté el patrón, que dé trabajo, pero, bueno, está mal que abandone los empleados, así de un día para otro, y... es injusto para el trabajador.”

<sup>603</sup> Cf. Henrique Novaes, op. cit., 2007.

sociedade, que “viveria dos juros” sobre os setores que “produzem”, a distribuição *muito* desigual de renda, o Estado que se livrou da incumbência de dar amparo aos trabalhadores e distribuir a renda de forma mais justa, a privatização das riquezas nacionais e o esfacelamento da saúde e da educação públicas. Em um periódico do Bairros de Pé, uma liderança importante do movimento, Jorge “Huevo” Ceballos, declara em uma entrevista, cujo tema era o cargo que recém assumira, em 2004, de Diretor Nacional de Assistência Comunitária do Ministério de Desenvolvimento Social, no governo de Néstor Kirchner:

(...) a nossa é uma organização que nasceu na luta contra a fome e o desemprego, buscando resolver a problemática social mais urgente, mas desde o início sempre tivemos em claro que a dignidade e felicidade do povo só se pode alcançar modificando totalmente a distribuição da riqueza. (...) Então, estamos diante de um problema político, e para que ocorram mudanças políticas é necessário ter um governo popular que leve a cabo a recuperação do Estado como ferramenta de transformação e justiça social, é um tema importantíssimo se realmente queremos lutar e discutir que Argentina queremos<sup>604</sup>.

O excerto de um documento da FTV, citado abaixo, destaca outro tema caro ao peronismo: a defesa da nação argentina perante o imperialismo. Os problemas da fome e do desemprego são tributários da subordinação da Argentina ao imperialismo dos EUA; outro grande inimigo da nação Argentina, que permite essa dominação, são os “herdeiros da velha oligarquia” – como já vimos mais acima, o setor das classes dominantes argentinas que Perón escolheu para personificar o inimigo do povo argentino. O imperialismo, para a FTV, não é um traço necessário do desenvolvimento capitalista.

Somos um país dominado e um povo explorado até a fome e à marginalização. Nosso inimigo principal como nação dependente é o imperialismo norte-americano e como povo – dentro das fronteiras – nos enfrentamos mais uma vez os herdeiros da velha oligarquia, transformada e estrangeirizada para continuar cumprindo sua função. Sem abalarmos ambos os jugos, não será possível construir uma sociedade mais justa e, portanto, tampouco poderemos viver em paz.

Por isso, a contradição principal que enfrentamos é, como há 25 anos, imperialismo vs. Nação, ainda que em um cenário distinto, tanto

---

<sup>604</sup> Jorge “Huevo” Ceballos, entrevista “Sólo con participación y organización erradicaremos la pobreza” In: Revista Barrios de Pie, n. 7, agosto de 2004. Tradução livre. No original: “la nuestra es una organización que nació en la lucha contra el hambre y la desocupación, buscando resolver la problemática social más urgente, pero desde el inicio siempre tuvimos en claro que la dignidad y felicidad del pueblo sólo se podía alcanzar modificando totalmente la distribución de la riqueza. (...) Entonces estamos ante un problema político y para que se produzcan cambios políticos hace alta (sic) tener un gobierno popular que lleve adelante la recuperación del Estado como herramienta de cambio y justicia social, es un tema importantísimo si realmente queremos pelear y discutir qué Argentina queremos”.



mundial, como continental. Isto reinsere o lema liberação ou dependência como a alternativa incontornável para o destino de nosso povo. Disto se desprende que o objetivo estratégico de nossa luta não pode ser outro que a libertação nacional e social de nossa pátria.

Esta visão se inscreve em uma concepção nacional e popular, que se nutre em nossas raízes e recolhe as experiências de massas mais frutíferas que registra a história de nosso país<sup>605</sup>.

Nos movimentos piqueteiros “autônomos”, por sua vez, pode-se observar um discurso mais crítico ao capitalismo, inclusive no que diz respeito a outras instâncias da vida social que não dizem respeito diretamente a questões do mundo do trabalho (como emprego, renda etc).

O MTD Solano falava em construir valores diferentes daqueles que estruturam as relações em uma sociedade capitalista, “recuperar o humano”. Não aparece a ideia de “justiça social” pela distribuição de renda, tão forte entre várias organizações de trabalhadores (desempregados ou não). O discurso do MTD Solano mostra uma clara crítica ao estranhamento gerado pelo modo de produção capitalista (mas não possuem filiação ao marxismo, estando mais próximos do situacionismo):

Muitas vezes o que o capitalismo conseguiu foi socializar a imagem ou uma projeção do que é a felicidade. A ponto tal que muitos, apesar de estar na pior das misérias, jamais abandonam a fantasia de que um dia vão poder se “salvar”. É a ideia da loteria, de uma salvação que é individual, e que está muito ligada a uma cultura: a felicidade passaria por resolver o tema da habitação, de ter o melhor carro ou os últimos tênis. O capitalismo desenvolveu todo esse imaginário ao longo dos séculos. Nos bairros populares está essa esperança (...) de que um dia se vai poder ter acesso a isso que se vende como felicidade. (...) No Menem votaram os setores populares: andava de Ferrari, andava com a nata e, em lugar de gerar ódio, gerava admiração, porque era o cara que “triunfou” na vida.

Aqui no bairro se vê claramente os destroços que isso deixa nas pessoas, na comunidade, nos valores. Porque acho que o capitalismo gerou valores, por exemplo, o de “progredir”, o de ter certo status,

---

<sup>605</sup> FTV, *Diez cuestiones para debatir*, 10/12/2002 In: <http://www.ftv.org.ar/>, acessado em 28/10/2009. Tradução livre. No original: “Somos un país dominado y un pueblo explotado hasta el hambre y la marginación. Nuestro enemigo principal como nación dependiente es el imperialismo norteamericano y como pueblo –fronteras adentro- nos enfrentamos una vez más a los herederos de la vieja oligarquía, reconvertida y extranjerizada para seguir cumpliendo su función. Sin sacudirnos ambos yugos no será posible construir una sociedad más justa y por lo tanto tampoco podremos vivir en paz.

Por eso la contradicción principal a la que nos enfrentamos es, como hace 25 años, imperialismo vs. nación, aunque en un escenario distinto tanto mundial como continental. Esto reinstala la consigna liberación o dependencia como la alternativa insoslayable para el destino de nuestro pueblo. De aquí se desprende que el objetivo estratégico de nuestra lucha no puede ser otro que la liberación nacional y social de nuestra patria.

Esta visión se inscribe en una concepción nacional y popular, que abreva en nuestras raíces y recoge las experiencias de masas más fructíferas que registra la historia de nuestro país”.

“ser alguém”, como dizemos muitas vezes. *E ser alguém significa ter coisas*<sup>606</sup>.

Mas a ambiguidade persiste em muitos discursos.

O MTD Aníbal Verón, coordenação de movimentos piqueteiros autônomos que contribuiu para a formação da FPDS em março de 2004, onde segue integrada desde então, declarava lutar para mudar o “sistema capitalista” e o discurso por vezes também soa ambíguo. Parece haver uma dissociação entre capital e capitalistas. Uma mudança revolucionária é vista em termos de redistribuição dos lucros dos latifúndios e das grandes empresas; portanto, na sociedade ideal, haverá lucro e emprego para todos (para que produzam esse lucro):

O sistema em que vivemos está baseado no individualismo e o lucro de uns poucos; temos que construir uma sociedade baseada na solidariedade e na igualdade. Queremos que toda a sociedade mude, porque enquanto o sistema econômico e social esteja organizado por capitalistas, estes vão buscar se manter no poder por todos os meios: o engodo, as leis ou a repressão. Estes poderosos não querem que se organize uma sociedade igualitária, porque seus privilégios acabam. Por isso falta uma transformação revolucionária que reparta os lucros dos grandes campos e das grandes empresas para que ninguém passe fome ou falte trabalho<sup>607</sup>.

Porém, como analisar as noções diversas, ambivalentes e /ou imprecisas sobre capitalismo ou anticapitalismo que estruturam a formação da consciência de classe sem falar em *exploração*? Para os trabalhadores das ERT e dos MTD, pode existir capitalismo sem exploração? Todo patrão é explorador? O que significa para eles exploração?

---

<sup>606</sup> MTS Solano, op. cit., 2002, pp. 38-39. Grifos nossos. Tradução livre. No original: “Muchas veces lo que ha logrado el capitalismo es socializar una imagen o una proyección de lo que es la felicidad. A punto tal que muchos, a pesar de estar en el peor de las miserias, jamás abandonan la fantasía de que un día puedan “salvarse”. Es la idea de la lotería, de una salvación que es individual, y que está muy ligada a una cultura: la felicidad pasaría por resolver el tema de la vivienda, de tener flor de auto o las últimas zapatillas. El capitalismo ha desarrollado todo ese imaginario a lo largo de los siglos. En los barrios populares está esa esperanza (...) de que un día se va a poder acceder a eso que se vende como felicidad. (...) A Menem lo votaron los sectores populares: andaba en Ferrari, se codeaba con toda la crema y, en lugar de generar odio, generaba admiración porque era el tipo que “triunfó” en la vida.

Acá en el barrio se ven claramente los destrozos que deja esto en las personas, en la comunidad, en los valores. Porque creo que el capitalismo ha generado valores, por ejemplo, el de “progresar”, el de tener cierto status, “ser alguien”, como decimos muchas veces. *Y ser alguien significa tener cosas.*”

<sup>607</sup> MTD Aníbal Verón, *Nuestro objetivo, el Cambio Social*, 24/11/2004, In: nexos.unq.edu.ar, acessado em 14/04/2006. Tradução livre. No original: “El sistema en el que vivimos está basado en el individualismo y la ganancia de unos pocos; tenemos que construir una sociedad basada en la solidaridad y la igualdad. Queremos que toda la sociedad cambie, porque mientras el sistema económico y social esté organizado por los capitalistas, éstos van a buscar mantenerse en el poder por todos los medios: el engaño, las leyes o la represión. Estos poderosos no quieren que se organice una sociedad igualitaria, porque se les acaban sus privilegios. Por eso hace falta un cambio revolucionario que reparta las ganancias de los grandes campos y las grandes empresas para que nadie pase hambre o le falte trabajo”.

### 4.3 Trabalho e exploração

E. P. Thompson aponta que os anos de formação da classe trabalhadora inglesa, que ele estabelece entre 1790 e 1830, e, portanto, do nascimento da consciência de classe e das correspondentes formas de organização política e industrial, coincidem com a intensificação da exploração econômica e da opressão política. “As relações entre o empregador e o trabalhador estavam se tornando mais ásperas e menos pessoais; e enquanto é verdadeiro que isso aumentou a liberdade potencial do trabalhador, (...) essa “liberdade” fez com que ele sentisse sua falta de liberdade mais ainda. Mas em cada momento que ele buscou resistir à exploração, ele foi confrontado com as forças do empregador ou do Estado, e frequentemente de ambos”<sup>608</sup>. Esse quadro, frisa Thompson, contribuiu para que o processo de exploração se tornasse mais transparente para os trabalhadores e para a coesão cultural e social dos explorados – não importando a que ofício se dedicassem<sup>609</sup>. Podemos constatar que, até os nossos dias, o compartilhamento da experiência e do sentimento de exploração é um forte componente da consciência de classe. Porém, a exploração não é apreendida por todos os trabalhadores da mesma forma, embora ela sempre esteja referida à relação que estabelecem com a patronal.

Em nossa primeira visita à Cooperativa Chilavert, notamos por sobre uma das mesas do escritório da fábrica uma estatueta do Mr. Burns, personagem do desenho animado estadunidense *Os Simpsons*<sup>610</sup>. Um dos trabalhadores que nos guiaram na visita justifica a presença da pequena figura: “É para que nunca nos esqueçamos do que é ter patrão”. A relação entre trabalhadores e a patronal chegou a um ponto de tensão máxima na maioria das empresas recuperadas. Em alguns casos, a identificação do patrão como um inimigo já vinha desde o início da vida do trabalhador na empresa; em

<sup>608</sup> E. P. Thompson, op. cit., 1966, p. 199. Tradução livre.

<sup>609</sup> Ibidem.

<sup>610</sup> O sítio oficial do desenho assim descreve a personagem: “Charles Montgomery Burns adquiriu seu status de Homem Mais Desprezível de Springfield à moda antiga: merecendo. Como o senhor do mal da Usina de Energia Nuclear de Springfield, Burns busca, incansavelmente, cada vez mais poder e riqueza através da exploração de seus desafortunados trabalhadores e da destruição do meio-ambiente local. Alguns de seus maiores feitos incluem: oferecer uma política de cerveja grátis para seus empregados em troca de um plano odontológico; (...) tomar o controle dos 78 canais de TV; escrever um livro de reflexões pessoais, “Existirá um arco-íris?”; fazer se passar por um hippie, Wavy Gravy, a fim de afundar um navio do Greenpeace; e bloquear o sol”. Um dizer que expresse seu amor pelo dinheiro? “Um dólar pela felicidade eterna? Eu seria mais feliz com o dólar”. Tradução livre. <http://www.thesimpsons.com/#/characters>, acessado em 03/12/2012. Convém adicionar que Mr. Burns tinha total controle de cada passo e palavra de seus funcionários por meio de um sistema de câmeras mais desenvolvido do que o dos presídios norte-americanos. Um dispositivo em seu escritório de trabalho abria um alçapão a fim de despachar funcionários que se atreviam ir até lá fazer alguma reivindicação.

outros, os trabalhadores chegaram a ficar decepcionados com a atitude do patrão que levou ao conflito que resultou na recuperação, sentindo-se traídos.

Ernesto González, trabalhador da Chilavert, relata que na época de Gaglianonne:

O ambiente era muito hostil (...) porque sempre estava... o tipo de relação que os chefes estabeleciam, inclusive o patrão – e a forma de trabalho também – era que vocês estava sempre... tomava o caminho errado (...). Nós comentávamos muito entre os companheiros, não?, isto... inclusive, me lembro de quando ao meio-dia se ia comer, nos reuníamos para [planejar] a maneira em que íamos assassinar... (rs) (...) Debatíamos qual era a melhor maneira, mas bem... era um comentário muito comum<sup>611</sup>.

Alejandro, natural de Neuquén, conta que todos na cidade consideravam um privilégio trabalhar nas Cerâmicas Zanón. Porém, quando começou a trabalhar na empresa, em 1992, percebeu que não era bem assim:

Comecei a conhecer como era interior da fábrica, e a verdade é que com dois anos, já começava a tirar algumas conclusões, digamos. Não era assim tanto privilégio trabalhar aqui. Era bastante duro, bastante difícil, bastante complicado, porque uma fábrica, digamos onde havia muitíssimo encarregados, e havia muita pressão, sim?, para que tivéssemos ritmos muito acelerados de produção. Então, começamos a conhecer a realidade da fábrica, a realidade da vida cotidiana... (...) Fui conhecendo a fábrica, conhecendo outros companheiros. Fomos conhecendo a realidade da fábrica, que na verdade nós não gostávamos da situação que tínhamos que viver como trabalhador, pelos ritmos de produção, pela intimidação, pela perseguição... E foi assim que começamos a nos organizar<sup>612</sup>.

Alejandro começou na empresa como contratado, e durante dois anos, esperando pela efetivação, suportou longas jornadas de trabalho (12 a 16 horas), porque a empresa obrigava os contratados a fazer hora extra. Alejandro relata que na sua experiência de

<sup>611</sup> Entrevista de história de vida de Ernesto González, trabalhador da Cooperativa Chilavert, concedida a nós em 23/07/2010. Tradução livre. No original: el ambiente era muy hostil (...) porque siempre estaba... el tipo de relación que establecían los jefes, incluso el patrón – y la forma de trabajo también – era de que siempre estabas vos... tomabas ese camino [mal] (...) Nosotros comentábamos mucho entre los compañeros, ¿no?, esto... Incluso, me acuerdo cuando al mediodía se iba a comer nos juntábamos a [planear] la manera en que lo íbamos asesinar, rs. (...) Debatíamos cual era la manera más acorde, pero bueno... era un comentario muy común”.

<sup>612</sup> Entrevista de história de vida de Alejandro López, trabalhador da Zanón / Fasinpat, concedida a nós em 14/02/2011. Tradução livre. No original: “Empecé a conocer como era el interior de la fábrica, y la verdad que con dos años, ya empezaba a sacar algunas conclusiones, digamos. No era de que tanto así trabajar acá era un privilegio. Era bastante duro, bastante difícil, bastante complicado, porque una fábrica, digamos, donde había muchísimos encargados, y había (...) mucha presión, ¿sí?, para que tuviéramos ritmos muy acelerados de producción. Entonces, empezamos a conocer la realidad de la fábrica, la realidad de la vida cotidiana... (...) Me fui conociendo la fábrica, conociendo otros compañeros. Fuimos conociendo la realidad de la fábrica, que la verdad no nos gustaba la situación que teníamos que vivir como trabajador, por los ritmos de producción, por el hostigamiento, por la persecución... Y fue así que nos empezamos a organizar”

trabalho prévia à da Zanón, já sentira uma atração por exercer o papel de delegado. E na Zanón teve a oportunidade para fazê-lo.

Paco Morillas também começou na empresa como contratado, um ano antes.

A relação que nós tínhamos com a patronal era uma relação em que a patronal sempre mentia para você. Sempre dizia que isso era uma família, que somos todos parte de uma família. Esse era o lema que eles tinham. Agora, por um lado te diziam isso, e por outro lado não podía falar com seu companheiro. Olha que contraditório, não? (...) Que eles, por um lado, pregavam que isso era uma família, e diziam o mesmo para todos, e por outro lado não te deixava ir a outro setor de trabalho<sup>613</sup>.

As horas extras “forçadas” também significaram para Morillas um abuso da patronal:

E eu aqui trabalhava 16 horas por dia, ou seja, havia horas extras de [montão]. Durante anos me obrigaram. Os dois primeiros anos era contratado, a cada seis meses me faziam assinar um contrato. (...) Então, se você queria ficar, tinha que se cuidar e... Imagine, tinha que andar todo o dia até [a caldeira], [ordens] por todo lado. Te diziam, se você fica, tem que trabalhar. Não podia dizer: “não, hoje não quero fazer hora extra, quero ir descansar”, você não podia fazer isso. Havia muitas horas extras, então... os dois primeiros anos te obrigavam. (...) Se você dizia que não, quando terminavam os seis meses de contrato, estava fora<sup>614</sup>.

Esses contratos foram instituídos na época do governo Menem. Porém, quando perguntamos se houve uma época de ouro para o trabalhador argentino, Morillas responde:

Se houve uma época de ouro para os trabalhadores no país? A verdade é que... A ver. Tivemos uma época boa, considero, não?, uma época boa (...), que foi o governo de Menem, governo do ano 93... estava o presidente Menem, e foi uma época boa para os trabalhadores, porque tínhamos a paridade peso-dólar e, então, de alguma maneira foi boa. Mas isso, isso que foi bom, fez muito mal ao país. E... a ver, pelo que eu acho, não sou uma pessoa que conhece muito de política, do

<sup>613</sup> Entrevista de história de vida de Paco Morillas, trabalhador da Zanón / Fasinpat, concedida a nós em 09 e 10/02/2011. Tradução livre. No original: “La relación que teníamos nosotros con la patronal era una relación de que la patronal siempre te mentía. Siempre te decía que esto era una familia, que somos todos parte de una familia. Ese era el lema que tenían ellos. Ahora, por un lado te decía esto, y por otro lado no podía hablar con tu compañero. Mira vos que contradictorio, ¿no? (...) Que ellos, por un lado, pregonaban que esto era una familia, y a todos decían lo mismo, y por otro lado no te dejaba ir a otro sector de trabajo”.

<sup>614</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “Y yo acá trabajaba 16 horas por día, o sea, había horas extras a [montón]. Durante dos años me obligaron. Los dos primeros años era contratado, a cada seis meses me hacían firmar un contrato. (...)Entonces, si querías quedarte, tenías que cuidarte y... Imaginate, tenías que andar todo el día [a la caldera], [mandos] por todo el lado. Te decían, si usted se queda, tiene que laburar. No podías decir: “no, yo hoy no quiero hacer hora extra, quiero irme a descansar”, no lo podías hacer. Había muchas horas extras, entonces... los dos primeros años te obligaban. (...) Si vos decías que no, cuando terminaban los seis meses de contracto, estaba afuera”.

[neoliberalismo]; te disse anteriormente, eu aprendi isto através deste conflito; eu jamais fui filiado, nem nada. Então, eu acho que essa foi uma época boa, mas a [...] de que o país fosse mal. Então, de bom não tinha nada, entende? Foi bom para os trabalhadores, não para o país; e se o país vai mal, depois os trabalhadores vão mal. Então, eu teria preferido que não tivesse sido assim. É a única de que me lembro<sup>615</sup>.

À primeira vista, soa estranho que a mesma época em que teve que se submeter a uma jornada de trabalho extenuante para manter o posto de trabalho, visto que a alternativa era conformar o exército industrial de reserva, é para Morillas o melhor período que já viveu como trabalhador, em virtude do maior poder de compra. Porém, na experiência de muitos trabalhadores, o crescimento do poder de compra acaba contrabalançando – ou mesmo superando – a deterioração das condições de trabalho. Essa avaliação de que o era Menem foi a melhor época da vida do trabalhador não é incomum. E todos que assim a consideram usam o argumento do poder de compra, tributário da conversibilidade. Plácido Peñarrieta, da Chilavert, diz que nos anos 90 havia muito trabalho, muitas horas extras, e avalia tal situação como positiva, dado que a renda aumentava: “Tirávamos mais . Além do mais, rendia, se podia comprar coisas. Não era como em 87, 88...”<sup>616</sup>. Além do mais, esses trabalhadores comparam a era Menem aos anos 80, de alta inflação e, portanto, corrosão do poder de compra, em plena época de crise da dívida externa. Ernesto agrega à comparação de Plácido entre as décadas de 1990 e 1980, em tom de brincadeira: “Não podíamos ir de férias ao Brasil”<sup>617</sup>. Rosalía, 21 anos, era criança na década de 1980, mas à nossa pergunta sobre se teria havido uma era dourada para a classe trabalhadora argentina, replica:

Sim, houve... A época de Menem. Teve emprego, não sei, a paridade... a época de Menem, que sim, foi uma época em que tudo estava bem... pelo que me contam – que tudo estava bem, que havia trabalho, que sobrava comida... mas foi uma mentira. Sobrou tanto naquele

<sup>615</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “¿Si hubo una época de oro para los trabajadores en el país? Y la verdad que... A ver. Hemos tenido una época buena, considero, ¿no?, una época buena (...), que fue el gobierno de Menem, gobierno del año 93... estaba el presidente Menem, y fue una época buena para los trabajadores porque teníamos la convertibilidad del uno a uno y, entonces, de alguna manera fue buena. Pero eso, eso que fue bueno, le hizo mucho daño al país. Y... a ver, por lo que yo creo, que no soy una persona que conoce demasiado de política, del [neoliberalismo], te dije anteriormente, yo aprendí esto a través de este conflicto; yo jamás fui afiliado, ni nada. Entonces yo creo que esa fue una época buena pero a [...] de que le vaya mal el país. Entonces de bueno no tenía nada, ¿se entiende? Fue bueno para los trabajadores, no para el país; y si le va mal al país, después le va mal a los trabajadores. Entonces yo hubiera preferido que no hubiese sido así. Es la única que yo recuerdo.”

<sup>616</sup> Entrevista temática de Plácido Peñarrieta e Ernesto González, trabalhadores da Chilavert, concedida a nós em 19/07/2010. Tradução livre. No original: “Sacábamos más plata. A parte, nos rendía, se podía comprarte cosas. No era como en el 87, 88...”

<sup>617</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “No podíamos ir de vacaciones a Brasil”.

momento que tudo isso falta agora. Foi um momento, nada mais. Um engano para as pessoas. E agora está aparecendo<sup>618</sup>.

Ao mesmo tempo, todos enfatizam que essa época foi um engodo, uma armadilha, uma ilusão ou, como afirma Morillas, afundou o país – aliás, no último trecho citado do testemunho de Morillas, classe e nação se entremeiam, algo patente no discurso peronista.

A exploração por parte do patrão é sentida pelo trabalhador de distintas formas: na falta de reconhecimento da importância e da dedicação de seu trabalho, nas longas jornadas, no ritmo intenso de trabalho, no descumprimento das leis trabalhistas, na rígida disciplina, na pressão exercida pela vigilância, no destrato, no salário que não corresponde ao esforço dispendido.

Gómez Buenabentura, 59 anos, emigrou do campo, na província de Corrientes, para Buenos Aires bastante jovem. Aos 17 anos começou a trabalhar na Acrow Metálica, empresa que iria dar origem à recuperada Crometal. Conta que sonhava em trabalhar em uma fábrica. Para ele, a rotina urbana era muito mais agradável do que a do campo: “sabia que tinha um salário, um fim de semana livre. Você trabalha de segunda a sexta e tinha livre os fins de semana. Além do mais, no tempo que eu era jovem, podia sair, parece que sobrava tempo”<sup>619</sup>. Ao contrário, no campo: “continuamente está trabalhando preocupado. (...) Então, eu meio que acreditava que a fábrica... além de tudo, a pessoa tinha seu décimo-terceiro; no campo não se via isso, o dinheiro se via uma vez por ano, aqui chegava a cada 15 dias”<sup>620</sup>. Mas não é uma história idílica no interior da fábrica a que Gómez tem para relatar. Em seu testemunho, ele se queixa reiteradamente da exploração que sofreu. Primeiramente, porque, depois de ter aprendido o ofício de soldador, passou alguns anos trabalhando na fábrica exercendo esse ofício, mas sem receber o salário correspondente: “estão me explorando, estou fazendo um trabalho com um ofício, um trabalho oficial, e estão me pagando como um

<sup>618</sup> Entrevista de história de vida de Rosalía Peñarrieta, trabalhadora da Chilavert, concedida a nós em 05/08/2010. Tradução livre. No original: “Sí, hubo uno... La época de Menem. Hubo empleo, no sé, el uno a uno... la época de Menem, que sí, fue una época que todo estaba bien... por lo que me cuentan. Que todo estaba bien, que había trabajo, que había todo, que sobraba la comida... pero fue una mentira. Sobró tanto en aquél momento que todo eso falta ahora. Fue un momento, no más. Un engaño para la gente. Y ahora está lo está pareciendo”.

<sup>619</sup> Entrevista de história de vida de Gómez Buenabentura, trabalhador da Crometal, concedida a nós em 28/09/2010. Tradução livre. No original: “sabía que tenía un sueldo, un fin de semana libre. Vos trabajás de lunes a viernes e tenía libre los fines de semana. Es más, en el tiempo que yo era pibe, podía salir, parece que te sobraba tiempo...”

<sup>620</sup> *Ibidem*. Tradução livre. No original: “continuamente está trabajando y preocupado. (...)Entonces, por ahí yo creía que la fábrica... más [aún, uno] tenía su aguinaldo; en el campo eso no lo veía, el dinero lo veía una vez al año, acá llegaba a cada 15 días (...)”.

peão. Se isso não é exploração, o que é?”<sup>621</sup>. Gómez conta ainda que na Acrow, a parte dos galpões foi construída pelos trabalhadores da metalúrgica, que realizavam dois trabalhos, mas recebiam apenas um salário: “iam fazendo toda a estrutura, engenharia daqui, e as pessoas trabalhando 14 horas, 16 horas, os fins de semana...”<sup>622</sup>. Também relata que a empresa desrespeitava as normas de segurança, para economizar, ao mesmo tempo que exigia tudo do trabalhador. Apenas conquistaram direitos básicos na empresa, como alguns itens de segurança, depois de muitas reclamações, nos anos 70, antes da ditadura – segundo Gómez, em parte também porque os empresários perceberam que os muitos acidentes que ocorriam em virtude da ausência dos itens de segurança prejudicavam eles mesmos.

E tudo isso é como uma exploração, porque fazia os custos mínimos possíveis e tratava de fazer você produzir tudo o que podia, te exigindo. E exigindo! Havia muitas exigências. (...) Tudo o que era lei não se cumpria, como em muitas empresas. Era lei, mas... [não se ia reclamar, para ficar no seu posto de trabalho] (...). Tratavam o trabalhador aterrorizando ele, manipulavam ele dessa forma”<sup>623</sup>.

Quando perguntamos a Gómez se houve uma etapa de ouro para os trabalhadores argentinos, ele pondera:

O que eu não vivi, sei que a melhor época foi de 47 pra frente, o tempo do General Perón. Isso meus pais me contaram. Mas, o que eu vivi, a década de 60. Para mim, o trabalhador... Houve muito trabalho nas empresas... mas, sim, as empresas estavam sempre explorando muito, (...) não reconheciam o direito do trabalhador, a parte da segurança, e não permitia comissões internas... Na parte sindical, então, o operário estava como alheio, desconhecendo seus direitos, não? Bem, além disso, em algumas empresas não se permitia o sindicato atuar, viu? (...) Além disso, o operário estava sempre com o temor de ser despedido; mesmo sabendo seus direitos, não se atrevia, para preservar sua fonte de trabalho, e cada vez mais o trabalhador ia sendo explorado. (...) Por muitos anos continuava essa exploração<sup>624</sup>.

<sup>621</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: ““están me explotando, estoy haciendo un trabajo con un oficio, un trabajo oficial, y me están pagando como un peón. Si eso no es explotación, ¿cuál es?”

<sup>622</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “iban haciendo toda la estructura, ingeniería de acá, y trabajando la gente 14 horas, 16 horas, los fines de semana...”

<sup>623</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: ““Y todo eso es como una explotación, porque hacía los costos mínimos posibles y te trataba de hacer producir todo lo que vos podías, exigiéndote. ¡Y exigiéndote! Había muchas exigencias. (...) Todo lo que era ley no se cumplía, como en muchas empresas. Era ley, pero... [uno no iba a reclamar, para quedar en su fuente de trabajo] (...). Lo trataban atemorizando totalmente al trabajador, lo manejaban de esta forma”.

<sup>624</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “Lo que no viví, sé que la mejor época fue de 47 en adelante, el tiempo del General Perón. Eso me contaron mis padres. Pero, yo lo que la viví, la década de 60. Para mí el trabajador... Hubo mucho trabajo en las empresas... pero sí, estaban siempre las empresas que explotaban mucho, (...) no reconocían el derecho del trabajador, la parte de seguridad, y no permitían comisiones internas... En la parte sindical, entonces el obrero estaba como ajeno, desconociendo sus derechos, ¿no? Hasta que, sí, después, se fue reconociendo... Bueno, a parte en algunas empresas no se permitía al gremio actuar, ¿viste? (...) A parte el obrero estaba totalmente con el temor de que sea



Para Gómez, mesmo naquela que avaliou como a melhor época para o trabalhador argentino, considerando o que ele viveu – pois em termos de memória transmitida, foi a era de Perón –, os padrões continuavam explorando o trabalhador.

Gómez julga que “o melhor seria que o operário pudesse se por de acordo com patrão, de que quando o operário peça um aumento, se não é possível, de o patrão dizer que economicamente não dá, e mostrar os papéis, ‘olhe, não estamos produzindo, estamos te mostrando os custos’, o operário tem que entender”<sup>625</sup>. Com a autogestão, ele diz que passou a perceber que o patrão, na maioria das vezes, mentia ao dizer que não podia dar aumento de salário, pois hoje sabe o preço das mercadorias.

O testemunho de Gómez é exemplar no que diz respeito a como a problemática da exploração é percebida pelos trabalhadores das ERT. Reconhecida como traço comum, constante, nas relações entre empregador e trabalhador, não é tomada, entretanto, como algo estrutural e ineliminável em uma sociedade de classes. E esses trabalhadores entendem que vivem em uma sociedade dividida em classes, eles atuam como classe. Mas a exploração aparece, para os trabalhadores das ERT, como uma escolha dos padrões, como resultado da ganância. Se as leis são cumpridas, se o salário é “digno”, se a patronal te trata bem, respeita seu horário de almoço, reconhece sua dedicação e o seu *valor*, não há exploração. Se o patrão é “honesto” ao dizer que não pode dar aumento salarial e comprova isso mostrando as planilhas de custo, não há exploração, haveria “uma troca livre e igual”, como afirmavam os economistas políticos. O próprio peronismo oficial trabalhou muito essa concepção de exploração. Essa noção de exploração está intimamente relacionada com as ambiguidades na definição do que é capitalismo ou anticapitalismo. Essa noção de exploração ajuda a explicar porque cerca de 90% dos trabalhadores das ERT não acham legítimo que os produtores diretos ocupem as empresas de todo o país e passem a autogestioná-las se elas não são fechadas ou se os padrões não descumprem com “suas obrigações”. A exploração assim entendida é típica do mundo da pseudoconcreticidade.

Marx assinala como a exploração – processo que se instaura sempre que a produção de excedente é apropriada e controlada por um setor da população diferente

---

despedido; aun sabiendo sus derechos, no se atrevía, por cuidar su fuente de trabajo, y cada vez iba siendo más explotado el trabajador. (...) Por muchos años seguía esa explotación.

<sup>625</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “Lo mejor sería que el obrero pudiera ponerse de acuerdo con el patrón, de que cuando el obrero pida un aumento, si no es posible, de decir el patrón que económicamente no está y mostrar los papeles, ‘mira, no estamos produciendo, te estamos dando los costos’, el obrero tiene que entender”.

daquele encarregado de produzi-lo, i.e., o trabalho excedente de um se torna condição de existência de outro”<sup>626</sup> – o modo de produção capitalista tem características únicas em relação às que existem nos outros modos de produção. A forma de extração de sobre-trabalho nas sociedades capitalistas toma a forma de mais-valor e é garantida, normalmente, sem a necessidade de processos não-econômicos. Nos outros modos de produção, a exploração é mais evidente para o produtor direto: as classes dominantes exigiam tantos dias de trabalho ou tal porcentagem em espécie daquilo que foi produzido pelas classes dominadas. O salário, especialmente quanto mais ele permite ao trabalhador adquirir mercadorias, joga uma nuvem de fumaça sobre o trabalho excedente (sempre não pago) que exerce e constitui a condição de existência de seu patrão – de todos os proprietários dos meios de produção. Esse conceito de exploração, como algo inerente à sociedade dividida em classes, dificilmente é encontrado dos discursos – individuais ou coletivos – dos trabalhadores das ERT.

Não queremos dizer que os trabalhadores estejam errados ao entender a exploração de forma mais imediata, relacionando-a a situações de abuso, maus-tratos, más condições de trabalho, descumprimento das leis, ou cumprimento de leis consideradas injustas... De fato, são situações que devem causar, com toda razão, indignação. Também determinam a extração de mais-valor. Consideramos, porém, que esse tipo de compreensão do conceito de exploração é estranhada e influi, decisivamente, no desenvolvimento da dinâmica da luta de classes.

As relações de exploração encontram-se tão estranhadas que muitos trabalhadores sentem que as empresas recuperadas são o resultado de uma espécie de traição do patrão para com eles. Arminda Palacios, 74 anos, trabalhou durante duas décadas no hotel Bauen, como costureira no setor de roupas de cama, mesa e banho, sob comando patronal. Ao saber que iam fechar o hotel, perguntou ao antigo proprietário se ele a empregaria em outro hotel de sua propriedade, o Bauen Suítes, ao que o dono replicara que sim. “Chegado o momento, quando fechou o hotel, disse para ele, ‘E eu, Marcelo?’, e ele, ‘Não, já tenho todos os postos ocupados’”<sup>627</sup>. Arminda se sentiu “usada”: “Como? Depois de ter servido, não ao hotel, mas à família dele, aos netos, aos

---

<sup>626</sup> Karl Marx, op. cit., vol. II, 2003, p. 580.

<sup>627</sup> Entrevista de história de vida com Arminda Palacios, trabalhadora do hotel BAUEN, concedida a nós em 08/09/2010. Tradução livre. No original: “Llegado el momento, cuando cerró el hotel, le digo ‘¿Y yo, Marcelo?’, y él, ‘No, ya tengo el cupo todo cubierto’”.

filhos, às noras, a todos...”<sup>628</sup>. Ela relata que uma das filhas do ex-patrão abriu um brechó e trazia pilhas de roupas usadas para que ela as reformasse, tudo pelo salário que recebia pelo hotel.

Me usaram! E essa é a minha indignação. (...) Porque foram 20 anos (...). “Arminda, vamos levar você com a gente”, para que ela não fique sem trabalho; não – me jogou na rua como jogou a qualquer outro. Fiquei sem trabalho. Então, quando soube que iam ocupar o hotel, disse “Por que não?”, (...) se nunca reconheceram o que eu fiz. Então, essa foi minha indignação e foi um dos motivos para que eu...<sup>629</sup>

Rosalía, que nunca trabalhou sob comando de uma patronal, declara que preferiria trabalhar com patrão. Ela argumenta que a única coisa negativa em trabalhar com patrão seria se o patrão “abandonasse” os trabalhadores, como ocorreu na Gaglianone, agora Chilavert:

Eu tenho meu namorado, que trabalha em uma empresa de cobranças, que é com patrão. Para ele está indo bem, te dou o exemplo dele. Está indo bem. Todo mês tem seu dinheiro no banco, recebe sempre (...), está formal, tem contribuição, tudo legal. Isso é bom. Os horários são sempre os mesmos, não variam. Já em uma cooperativa, pode ser que, dependendo do trabalho que chegue... entra o dinheiro para um trabalho, para outro trabalho não tem dinheiro, e é o negativo e o positivo, digamos, das coisas, não? Porque... o positivo de uma empresa com patrão seria, é isso, não?, de estar formal, de ter contribuição e tudo. E o negativo, não vejo. O negativo seria somente chegar a acontecer, como aconteceu aqui, que o patrão te abandona, te deixa, isso é o negativo que tem, porque não vejo outra coisa negativa além disso<sup>630</sup>.

Nos testemunhos de Rosalía e de Arminda podemos ver a ideia de “abandono por parte do patrão em relação ao trabalhador”, que expressa uma visão paternalista da

<sup>628</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “¿Cómo?, después de haber servido, no al hotel, a la familia de él, a los nietos, a los hijos, a las nueras, a todos”.

<sup>629</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “¡Me usaron! Y esa es mi indignación. (...) Porque durante 20 años (...). ‘Arminda, te vamos a llevar con nosotras’, para que ella no quede sin trabajo; no – me tiró a la calle como me tiró a cualquier otro. Me quedé sin trabajo. Entonces, cuando yo supe que iban a tomar el hotel, dije ‘¿Por qué no?’, (...) si a mí nunca me reconocieron todo lo que yo hice. Entonces, esa fue mi indignación y fue uno de los motivos que yo...”

<sup>630</sup> Entrevista de história de vida com Rosalía Peñarrieta, trabalhadora da Chilavert, concedida a nós em 05/08/2010. Tradução livre. No original: “Yo tengo mi novio, que trabaja en una empresa de cobranzas, que es con patrón. A él lo está yendo bien, te tomo el ejemplo de él. Está yendo bien. Todo mes tiene su plata en el banco, cobra siempre (...), está en blanco, tiene aportes, todo legal. Eso es bueno. Los horarios son siempre los mismos, no varían. [Ya] en una cooperativa, puede ser que, dependiendo del trabajo que llegue... entra la plata por un trabajo, para otro trabajo no hay plata, y es lo negativo y el positivo, digamos, de las cosas, ¿no? Porque... Lo positivo sería de una empresa con patrón, es eso, ¿no?, de estar en blanco, de tener aportes y todo. Y lo negativo no le veo. Lo negativo solamente sería llegar a pasar, como pasó acá, que te abandona el patrón, te deja, eso es lo negativo que tiene, porque no le veo otra cosa negativa a esto”.

relação entre empregador e trabalhador e uma naturalização das relações que definem a estrutura de classes capitalista.

Deve ser destacado que, para Rosalía, mesmo se as condições de trabalho em uma empresa controlada pelos trabalhadores fossem as mesmas que ela considera positivas na empresa controlada pela patronal – jornada de trabalho fixa de oito horas, contribuição para previdência etc. – o emprego nesta última seria mais vantajoso do que na primeira. Ela vê o emprego na empresa com patronal como “mais formal”.

É preciso destacar, contudo, que a maioria dos trabalhadores que participaram do conflito de ocupação e recuperação opina que não gostaria de voltar a trabalhar sob ordens da patronal, como vimos no capítulo anterior. Inclusive, observamos nos testemunhos de muitos dos sócios fundadores a seguinte queixa frequente: grande parte dos trabalhadores que ingressaram nas cooperativas após o conflito de recuperação, sobretudo os mais jovens, “com pouca experiência no trato com o patrão”, não dão o valor à experiência de trabalhar “sem patrão”.

Em respeito à concepção do termo exploração, mais uma vez, encontramos no discurso dos trabalhadores da Zanón / Fasinpat o tom mais destoante. Conclamando os setores populares a protestarem contra a guerra do Iraque e o imperialismo, Raúl Godoy declara: “Não vai haver paz enquanto siga esse sistema que está baseado na exploração, não vai haver paz enquanto siga esta rapina destes governos que vivem da miséria e do sangue de todos os nossos povos”<sup>631</sup>. Alejandro López, em testemunho concedido a nós, quando fala em exploração, também menciona as longas jornadas, o baixo salário, o ritmo intenso de trabalho, mas, ao mesmo tempo, constata que todo trabalhador, uns em melhores condições, outros em piores, são explorados pela “necessidade” de lucro que o patrão tem que ter:

E nós, aqui, não podíamos aspirar a ter um salário digno. Nós, aqui, os ritmos de produção faziam com que os companheiros se acidentassem todos os dias, os ritmos de produção faziam com que os companheiros morressem aqui dentro da fábrica. Então, (...) pode haver em menor ou em maior medida, isso depende da situação, mas sim, exploram todos os trabalhadores em função do lucro que os patrões têm que ter, uma exploração total<sup>632</sup>.

<sup>631</sup> Raúl Godoy, “Todos a las calles” In: Nuestra Lucha, n. 7, 01/04/2003, p. 12. Tradução livre. No original: “No va a haber paz mientras siga este sistema que está basado en la explotación, no va a haber paz mientras siga esta rapiña de estos gobiernos que viven de la miseria y de la sangre de todos nuestros pueblos”.

<sup>632</sup> Entrevista de história de vida de Alejandro López, trabalhador da Zanón / Fasinpat, concedida a nós em 14/02/2011. Tradução livre. No original: “Y nosotros acá no podíamos aspirar a tener un salario digno. Nosotros acá, los ritmos de producción hacían con que los compañeros se acidentaran todos los días, los ritmos de producción hacían que los compañeros se murieran acá dentro de la fábrica. Entonces,

Alejandro revela o desejo de que a experiência de autogestão da Zanón seja realidade em todas as unidades produtivas do mundo:

Isso é só uma fábrica com controle operário. Nós queremos o mundo com controle operário. (...) Por aí, nem todos os companheiros querem isso, mas eu sim, porque me parece que é muito mais rico, muito mais interessante. Muda o nível intelectual da gente (...). E eu acredito que nós, trabalhadores, merecemos, nós merecemos virar essa situação. Que não nos explorem, mas que nós... que possamos ser nós mesmos os que decidimos o que fazemos (...). E justamente luto, trabalho e vivo para que outros trabalhadores conheçam a [...] que tem o controle operário. Por isso nos encarregamos de difundir muito o controle operário<sup>633</sup>.

Nos MTD, a referência à problemática da exploração aparece mais nitidamente atravessando um debate muito interessante que se travou em torno da concepção de “trabalho digno”.

A maioria das organizações considera que trabalho digno é o emprego formal, com todos os direitos garantidos (inclusive os perdidos, que devem ser reconquistados), em um ambiente em que o patrão reconheça o valor do trabalhador e o respeito. Contudo, as organizações autônomas, de forma geral, (que constituem, em número de integrantes, a minoria dos piqueteiros), elaboraram outra concepção: trabalho digno é aquele em que não há exploração – e o conceito de exploração que eles utilizam é bem próximo daquele formulado pelo marxismo. Trabalho digno é um trabalho sem patrão, sem divisão hierárquica, sem exploração. Ao trabalho formal, com patrão e com direitos, alguns designam como “trabalho genuíno”. Esse questionamento teórico da naturalização do trabalho emerge da experiência nos projetos produtivos, onde esses movimentos buscam se guiar por princípios autogestionários.

Marx sustenta que o trabalho tem um duplo caráter – concreto e abstrato. O trabalho concreto, ou trabalho útil, cria valor-de-uso de uma mercadoria. A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. Essa propriedade da mercadoria não depende da

---

(...) puede haber en menor o en mayor medida, eso depende de la situación, pero sí, a todos los trabajadores les explotan en función de la ganancia que tiene que tener los patrones, una explotación total”.

<sup>633</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “Eso es solo una fábrica con control obrero. Nosotros queremos el mundo con control obrero. (...) Por ahí, ni todos los compañeros quieren eso, pero yo, sí (...), porque me parece que es muy rico, muy interesante. Cambia el nivel intelectual de nosotros, cambia el nivel cultural, [...] fortalece a los valores... Y yo creo que los trabajadores nos merecemos, nos merecemos dar vuelta a la situación. No que nos exploten permanentemente, sino que nosotros... que podamos ser nosotros los que decidimos que hacemos (...) Y justamente lucho, trabajo y vivo para que otros trabajadores conozcan la [...] que tiene el control obrero. Por eso nosotros nos encargamos de difundir mucho el control obrero”.

quantidade de trabalho dispendido para obter suas qualidades úteis. O valor-de-uso só se realiza com a utilização ou o consumo. É o elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza<sup>634</sup>.

Mas a mercadoria possui outro fator: o valor-de-troca. O valor-de-troca de uma mercadoria não é estabelecido em relação ao seu valor de uso. “Pondo de lado seu valor-de-uso, abstraímos também, das formas e elementos materiais que fazem ele um valor-de-uso. Ele não é mais mesa, casa, fio ou qualquer outra coisa útil. Sumiram todas as suas qualidades materiais. Também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro ou que qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato”<sup>635</sup>.

O trabalho humano abstrato é a “massa pura e simples do trabalho humano em geral”<sup>636</sup>, do emprego de força de trabalho humana, sem qualquer consideração pela forma como foi dispendida. “Como configuração dessa substância social que lhes é comum, são valores, valores-mercadoria”<sup>637</sup>. O trabalho abstrato é o trabalho explorado e estranhado, historicamente específico da sociedade produtora de mercadorias.

Em uma situação extremamente precária, posto que necessitam viver da venda de sua força de trabalho em uma sociedade capitalista, eles postulam que esse trabalho do qual necessitam para sobreviver não é o trabalho que lhes traria total dignidade. Sobre uma padaria criada pelo movimento, o MTD La Verdad, da FPDS, diz: “acreditamos que é uma experiência enriquecedora e, de alguma maneira, comprovamos que é possível o trabalho sem a figura patronal”<sup>638</sup>.

Também o MTD Darío Santillán, da FPDS, declara que os projetos produtivos da organização se estruturam em oposição à forma de produção no sistema capitalista, e que vão crescendo com o objetivo de gerar “trabalho digno e não explorado”. Um integrante do movimento testemunha: “trabajar aquí é uma contenção em todos os

---

<sup>634</sup> Ricardo Antunes, “A crise da sociedade do trabalho: fim da centralidade ou desconstrução do trabalho?” In: *O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*, 2005, p. 33.

<sup>635</sup> Karl Marx, op. cit., vol. 1, 2002, p. 60.

<sup>636</sup> Ibidem.

<sup>637</sup> Ibidem.

<sup>638</sup> MTD La Verdad, “Es posible el trabajo sin patrón” In: *FPDS: Para construir desde abajo el cambio social*, junho de 2006, p. 9. Tradução livre. No original: “creemos que es una experiencia enriquecedora y de alguna manera comprobamos que es posible el trabajo sin la figura patronal”.

sentidos, não se pode comparar com um trabalho formal. Desde a aprendizagem até as relações humanas que são geradas projetam um futuro distinto”<sup>639</sup>.

Ariel fala sobre sua visão do trabalho no MTD Almirante Brown, também vinculado à FPDS:

Como víamos o trabalho capitalista, que era trabalho de ir a um patrão... porque nesse momento, nós... está bem, estamos ganhando 150 [pesos] e se você estava numa fábrica, ganhava mais, mas trabalhava mais horas, te exploravam, mas te colocavam na informalidade. (...) A diferença de um trabalho informal, explorado, para a diferença do que fazíamos aqui no MTD – o trabalho com respeito ao companheiro e que cada um dos grupos de trabalho não tínhamos hierarquia, não havia hierarquias. Éramos todos iguais. Eu, na padaria, ensinava algum companheiro a amassar e depois o companheiro amassava, se tinha que fazer pizza, se tinha que entregar um pedido, se podia entregar a qualquer companheiro, qualquer companheiro punha a mão no caixa e com a confiança de que ninguém ia nos roubar um peso, e qualquer companheiro podia estar em qualquer área também. Começamos a crescer, a nos organizar como movimento. Tínhamos a horta, o roupeiro, a oficina de costura, alguns companheiros que faziam trabalho geral aqui no galpão, que era de manutenção...<sup>640</sup>

Uma cartilha de formação política da FPDS se intitula: “O Trabalho e sua forma... no Capitalismo” e, segundo consta na página de apresentação do material, seu conteúdo visa avançar no aprofundamento da definição de anticapitalismo<sup>641</sup>. A cartilha procura mostrar a historicidade do capitalismo, como se produz a riqueza material, o que é o salário, o que é mais-valor, a divisão da sociedade em classes. Há uma crítica da exploração que denota realmente uma posição anticapitalista, reconhecendo que a exploração é um traço específico e ineliminável de qualquer sociedade dividida em classes. Não se fala em exploração como sinônimo de salários baixos ou maltrato pela parte do patrão.

<sup>639</sup> MTD Darío Santillán (Capital Federal), “Trabajo digno y economía solidaria” In: *FPDS: Para construir desde abajo el cambio social*, junho de 2006, p. 10. Tradução livre. No original: “Trabajar aquí es una contención en todo sentido, no se lo puede comparar con un trabajo formal. Desde el aprendizaje hasta las relaciones humanas que se generan proyectan un futuro distinto”.

<sup>640</sup> Entrevista de história de vida a Ariel Ybarra, “El Turo”, do MTD Almirante Brown, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “Como veíamos el trabajo capitalista, que era trabajo de ir a un patrón... porque en ese momento, nosotros... está bien, estábamos ganando 150 [pesos] y si vos estabas en una fábrica, ganabas más, pero trabajabas más horas, te explotaban, y aún te ponían en negro. (...) La diferencia de un trabajo en negro, explotado, a la diferencia de lo que hacíamos acá en el MTD – el trabajo de respeto al compañero y que en cada uno de los grupos de trabajo no teníamos jerarquía, no había jerarquías. Éramos todos iguales. Yo, en la panadería, le enseñaba a algún compañero a amasar y después el compañero amasaba, si había que hacer pizza, si había que entregar un pedido, lo podía entregar a cualquier compañero, cualquier compañero ponía la mano en la caja y con la con la confianza que nadie nos iba a robar un peso y cualquier compañero podía estar en cualquier área también”.

<sup>641</sup> Cf. FPDS, *El Trabajo y su Forma... en el Capitalismo* (material de formação), agosto de 2007, p. 3.

Nossa sociedade atual (capitalista) tem um traço em comum com as sociedades anteriores (escravista, feudal): é uma sociedade de classes. Isto significa que há um setor social minoritário que domina a grande maioria da população. Essa dominação se expressa sobre a forma de exploração: uns poucos vivem na abundância graças ao trabalho que realizam @s trabalhador@s, maioria da sociedade. Os dominados devem trabalhar mais que o necessário, devem realizar um trabalho excedente para os dominadores.

Nas sociedades prévias ao capitalismo, essa dominação / exploração era forçada pela violência física mais direta. No capitalismo, o mecanismo é mais sutil, ainda que não menos eficiente...<sup>642</sup>

Oswaldo comenta a respeito do trabalho realizado no âmbito do MTR:

Tratamos de também lutar para que o trabalho não seja o mesmo que no capitalismo. Nosso trabalho em assembleia... há reuniões semanais, os cargos são revogáveis a qualquer momento, ninguém está aparafusado em nenhum lado, as decisões mudam de uma semana para a outra se se vê que errou, se discute qual vai ser o salário de cada um... Coisa que nesse sistema não ocorre, não?<sup>643</sup>

O MTD Solano foi um dos movimentos que mais elaboraram a questão:

Eu acho que uma coisa é pedir trabalho, inclusive trabalho genuíno, e outra coisa é pedir trabalho e dignidade. Não digo que seja indigno, por exemplo, pedir trabalho na Repsol, ou que te deem melhorias salariais. Mas o que é indigno é a exploração. E me parece que há que gerar outras relações. Nós não temos a ideia acabada de quais são as formas de produção que queremos gerar, mas o que, sim, temos bem claro, é que não queremos gerar relações de exploração (...).

Um debate que temos é se a vendemos mercadoria no mercado ou se é para suprir as necessidades dos companheiros. Esses debates estão dentro do movimento, não é um debate acabado. E é aí onde vai se conformando a identidade, permanentemente. O que sim, temos claro, é que queremos abolir a exploração.; mas a exploração não se anula a partir de uma ideia, mas de um processo, e pouco a pouco<sup>644</sup>.

---

<sup>642</sup> FDPS, *El Trabajo y su Forma... en el Capitalismo* (material de formação), agosto de 2007, p. 6. Grifos originais. Tradução livre. No original: “Nuestra sociedad actual (capitalista) tiene un rasgo común con las sociedades anteriores (esclavista, feudal): es una sociedad de clases. Esto significa que hay un sector social minoritario que domina a la gran mayoría de la población. Esa dominación se expresa bajo la forma de explotación: unos pocos viven en la abundancia gracias al trabajo que realizan l@s trabajador@s, mayoría de la sociedad. Los dominados deben trabajar más que lo necesario, deben realizar un trabajo excedente para los dominadores.

En las sociedades previas al capitalismo, esa dominación / explotación era forzada por la violencia física más directa. En el capitalismo, el mecanismo es más sutil, aunque no menos efectivo...”

<sup>643</sup> Entrevista temática a Oswaldo, do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008. Tradução livre.

<sup>644</sup> MTD Solano, *La hipótesis 891: Más allá de los piquetes*, op. cit., 2002, p. 69. Tradução livre. No original: “Yo creo que una cosa es pedir trabajo, incluso trabajo genuino, y otra cosa es pedir trabajo y dignidad. No digo que sea indigno, por ejemplo, pedirle trabajo a Repsol, o que te den mejoras salariales. Pero lo que es indigno es la explotación. Y me parece que hay que generar otras relaciones. Nosotros no tenemos la idea acabada de cuáles son las formas de producción que queremos generar, pero lo que sí tenemos bien claro es que no queremos generar relaciones de explotación (...).

Un debate grande que tenemos es si la mercadería la vendemos al mercado o si está para solventar las necesidades de los compañeros. Esos debates están dentro del movimiento, no es un debate



claro, é que queremos abolir a exploração.; mas a exploração não se anula a partir de uma ideia, mas de um processo, e pouco a pouco<sup>645</sup>.

Para o MTD Solano, ser trabalhador é parte da identidade do ser humano, mas não toda ela. E um ser humano pode ser considerado trabalhador porque aporta ao coletivo, à comunidade, “e não porque gera rentabilidade. Se alguém pensa que um trabalhador é aquele que gera benefício, então o desempregado é um pária na vida. Mas aqui nos movemos com outros valores, que não são os que te dá essa sociedade”<sup>646</sup>.

Algo bastante incomum entre todos os movimentos piqueteiros é a crítica da “inclusão social”, termo usado em organizações tanto reformistas quanto nas que se dizem anticapitalistas. O MTD Solano faz essa crítica.

Nós não queremos inclusão. Pelo menos eu não quero voltar a ser explorado, não quero ter Fortabat ou Macri como patrão, isso com certeza. Eu não luto para que voltem a me explorar. Pessoalmente acho, e muitos companheiros também, que não estamos para ser incluídos; isto é outra coisa<sup>647</sup>.

Em nosso ponto de vista, uma das realizações mais interessantes dos movimentos piqueteiros foi proporcionar uma nova concepção para o termo “trabalho digno”, muito destoante da tradição peronista.

Outro fenômeno importante que se manifesta no seio das organizações piqueteiras no que tange a esse debate sobre o trabalho / desnaturalização do trabalho assalariado é tensão que se estabelece entre o trabalho solidário no MTD e o “trabalho genuíno”, assalariado formal, nas empresas heterogestionadas.

acabado. Y es ahí donde se va conformando la identidad, permanentemente. Lo que sí tenemos bien claro es que queremos abolir la explotación; pero la explotación no se anula a partir de una idea, sino de un proceso, y de a poco”

<sup>645</sup> MTD Solano, La hipótesis 891: Más allá de los piquetes, op. cit., 2002, p. 69. Tradução livre. No original: “Yo creo que una cosa es pedir trabajo, incluso trabajo genuino, y otra cosa es pedir trabajo y dignidad. No digo que sea indigno, por ejemplo, pedirle trabajo a Repsol, o que te den mejoras salariales. Pero lo que es indigno es la explotación. Y me parece que hay que generar otras relaciones. Nosotros no tenemos la idea acabada de cuáles son las formas de producción que queremos gestar, pero lo que sí tenemos bien claro es que no queremos generar relaciones de explotación (...).

Un debate grande que tenemos es si la mercadería la vendemos al mercado o si está para solventar las necesidades de los compañeros. Esos debates están dentro del movimiento, no es un debate acabado. Y es ahí donde se va conformando la identidad, permanentemente. Lo que sí tenemos bien claro es que queremos abolir la explotación; pero la explotación no se anula a partir de una idea, sino de un proceso, y de a poco”

<sup>646</sup> Ibidem. Tradução livre. No original: “y no porque genera rentabilidad. Si uno piensa que un trabajador es aquel que genera beneficio entonces el desocupado es un paria en la vida. Pero acá nos movemos con otros valores que no son los que te da esta sociedad”.

<sup>647</sup> Ibidem, p. 59. Tradução livre. No original: “Nosotros no queremos inclusión. Por lo menos yo no quiero volver a ser explotado, no quiero volver a tener a la Fortabat o a Macri de patrón, eso seguro. Yo no peleo para que me vuelvan a explotar. Personalmente creo, y muchos compañeros también, que no estamos para ser incluidos; esto es otra cosa”. Fortabat é uma famosa família de empresários na Argentina.

Mas bem, também brigávamos por isso. Outras organizações lutara, pelo trabalho na Ferrovia, por exemplo, e o resultado foi, bem, que entregou o companheiro ao patrão para que o explore não sei quantas horas e... e pronto. É muito difícil hoje, na Argentina, ter um trabalho e poder militar, é muito difícil. As necessidades são muitas e muitas vezes até os companheiros mesmos têm que escolher, ainda que não gostem, que fazer? (...) Enquanto a organização não está em condições de aplacar as necessidades, não resta outra coisa a não ser sair, ver como se sobrevive. Claro, ainda mais se tem família, não?<sup>648</sup>

Pablo Pazemis, depois que ingressou no MTR, passou a organizar sua vida em função da militância, inclusive no que diz respeito ao emprego:

Agora, no movimento, (...) trato de que o trabalho não me tire o que faço aqui. (...) Sim, pedi em todos os trabalhos que às quintas não, eu não trabalho na quinta, porque quinta é o dia em que vêm as médicas. E Maurizio faz o controle de peso e pressão das pessoas enquanto eu faço a ficha cubana, ou seja, nós temos o mesmo sistema de saúde cubano, de história clínica, então eu tenho que anotar os dados das pessoas e fazer perguntas a elas... ou seja, é um trabalho em conjunto. (...) Por trabalho, não, eu não deixo isso por trabalho, entende? Então, eu trato de que não seja quinta. (...) Pode chegar à situação muito complicada onde eu não tenha do que viver, porque o plano não dá para nada, e onde a situação esteja tão complicada que não me reste outra coisa que pegar um dia que seja necessário e que privilegie o trabalho em relação à militância. Mas não deixar a militância por causa do trabalho (...). Sim, tomo o trabalho como subsistência, não... não para, na verdade, ter um montão de coisas, acima da militância<sup>649</sup>.

---

<sup>648</sup> Entrevista temática de Osvaldo, integrante do MTR, concedida a nós em fevereiro de 2008. Tradução livre. No original: “Pero bueno, también bregábamos por eso. Otras organizaciones han peleado por el trabajo en el Ferrocarril, por ejemplo, y el resultado fue, bueno, que le ha entregado el compañero al patrón para que lo explote no sé cuantas horas y... y listo. Es muy difícil hoy, en Argentina, tener un trabajo y poder militar, es muy difícil. Las necesidades son muchas y muchas veces hasta los mismos compañeros tienen que elegir, aunque no les guste, ¿qué hacer? (...) Mientras la organización no está en condiciones de aplacar las necesidades, no queda otro que salir (...), a ver como uno sobrevive. Por supuesto, más si tiene familia, ¿no?”

<sup>649</sup> Entrevista de história de vida de Pablo Pazemis, integrante do MTR, concedida a nós em março de 2008. Tradução livre. No original: “Ahora, en el movimiento, (...) trato de que el trabajo no me quite lo que yo hago acá. (...) Sí, le he pedido a todos los trabajos que los jueves no, yo no trabajo el jueves, porque lo jueves es el día en que vienen las médicas. Y Maurizio le toma el control de peso y presión de la gente mientras que yo le hago la ficha cubana, o sea, nosotros tenemos el mismo sistema de salud cubano, de historia clínica, entonces yo le tengo que anotar los datos a la gente y hacerles las preguntas... o sea, es un trabajo en conjunto... (...) Por trabajo, no, yo no dejo eso por un trabajo, ¿entendés? Entonces yo trato de que no sea el jueves. (...) Puede llegar la situación muy complicada donde yo no tenga para vivir porque el plan no alcanza para nada, y donde la situación esté tan complicada que no me quede otra que agarrar a un día que sea necesario y que privilegie el trabajo por sobre la militancia. Pero, no es que dejar la militancia por el trabajo (...). Sí, tomo el trabajo como subsistencia, no... no para en realidad tener un montón de cosas, por sobre la militancia.”

\*\*\*

Os elementos que destacamos nesse capítulo como constituintes da consciência de classe dos trabalhadores das empresas recuperadas e dos movimentos piqueteiros revelam que a formação da consciência não é um processo linear – sofre a atração, como sustenta Hobsbawm, tanto do reformismo quanto do revolucionismo<sup>650</sup>, emergindo da cultura, da memória individual e da memória coletiva e, claro, da própria arena da luta de classes.

Como bem assinala Mauro Iasi, o processo de negação de uma parte da ideologia pela experiência particular das contradições do modo de produção, em que pese toda sua importância, “não vai destruir as relações anteriormente interiorizadas e seus valores correspondentes de uma só vez”<sup>651</sup>. Embora “consciente” de parte da contradição do sistema (baixos salários, longa jornada de trabalho, maltrato e pressão da gerência etc.), o trabalhador ainda trabalha, diverte-se, age e pensa “sob a influência dos valores anteriormente assumidos, que, apesar de serem parte da mesma contradição”<sup>652</sup>, continuam sendo vistos como naturais e eternos.

Iasi aponta que ao se assumir como classe, o proletariado, contudo, afirma a existência do próprio capital. Demanda deste uma maior parte da riqueza que ele mesmo produz. Agora, ela manifesta o inconformismo e não a subordinação, reivindica a solução de um problema ou injustiça, mas quem reivindica ainda reivindica de alguém. Com (algumas das) suas reivindicações atendidas, “estão novamente aptos a revalidar as relações de exploração, o trabalho estranhado, ou seja, o próprio capitalismo”<sup>653</sup>.

Supondo que o trabalhador tenha desenvolvido uma consciência revolucionária, que enxerga essas conquistas apenas como algo transitório, é preciso levar em conta também que a vida exige uma postura para a qual não foram internalizadas estruturas prévias para a sua efetivação. Estamos de acordo com a apreciação de Iasi de que, “Ao contrário, toda a bagagem psíquica, cultural e moral está estruturada para agir contra a postura exigida pela nova consciência, que tenta se impor. O indivíduo que se torna consciente é, antes de tudo, *um novo indivíduo em conflito*”<sup>654</sup>.

---

<sup>650</sup> Cf. Eric Hobsbawm, op. cit., 1970.

<sup>651</sup> Mauro Iasi, *Ensaio sobre consciência e emancipação*, 2007, p. 30.

<sup>652</sup> Mauro Iasi, op. cit., 2007, p. 30.

<sup>653</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>654</sup> Ibidem, p. 36. Grifos nossos.

## CONCLUSÃO

Conforme vimos, as alterações nos processos de trabalho e no papel do Estado que começam a se fazer sentir a partir da década de 1970 desferiram golpes duros sobre as formas de organização da classe trabalhadora em escala mundial, sendo que muitas delas já vinham sendo questionadas entre os próprios trabalhadores. Também pode ser observado um novo impacto profundo na subjetividade do proletariado na contemporaneidade, que incide sobre todos os setores expropriados de suas condições de trabalho, aprofundando ainda suas diversas e permanentemente (re)criadas clivagens. Diante das transformações levadas a cabo por determinadas frações das classes dominantes para restaurar seu poder de classe diante da crise de hegemonia que se instaurava em fins da década de 1960, vários espaços de construção de consenso começam a difundir ideias como o fim da centralidade do trabalho enquanto organizador da vida social humana, o quanto havia se tornado sem sentido entender e / ou articular as ações políticas dos sujeitos em termos de classe, decretando, portanto, a conseqüente perda do protagonismo da classe trabalhadora no curso dos acontecimentos históricos. Tais afirmações atravessariam os discursos tanto dos mais conservadores quanto os dos mais progressistas, adquirindo diferentes matizes de acordo com cada um dos grupos e suas subdivisões.

Mas eis que em várias partes do mundo assistimos, principalmente a partir de meados da década de 1990, várias agitações de contestação a essa nova onda de expropriações (primárias e secundárias) e de mercadorização da vida que impõe o capitalismo, expressando-se de formas diversas, no centro e na periferia – agitações organizadas desde uma identidade coletiva estruturada a partir do trabalho, ou, mais precisamente, da relação de subsunção do trabalho ao capital, i. e., da relação que torna o processo de trabalho instrumento de valorização do capital. Os movimentos de trabalhadores desempregados e as empresas recuperadas por seus trabalhadores são parte desse movimento histórico.

Grande parte da bibliografia dedicada à análise de MTD e ERT vem destacando o papel de suas lutas na resistência ao neoliberalismo. Não poderíamos discordar dessa afirmação, e esperamos que nossa tese também tenha contribuído para evidenciar essa característica. No entanto, para concluir nosso trabalho, gostaríamos de enfatizar outro aspecto das lutas de ambos os movimentos – se, um primeiro momento, organizaram-se

para resolver questões básicas de sobrevivência, desde uma postura defensiva, o desenvolvimento de suas experiências gerou elementos que tensionam fundamentos do sociometabolismo do capital.

As práticas dos trabalhadores das empresas recuperadas e das organizações piqueteiras forneceram subsídios para uma crítica não apenas das formas de distribuição da riqueza – traço que predominou (e predomina) nos movimentos de trabalhadores em todo o mundo –, mas também das relações de trabalho e de produção e, mesmo, da própria sociabilidade marcada pela produção da desigualdade. A elaboração de uma crítica das formas de produção da riqueza relaciona-se – ao contrário da condenação unilateral das formas de sua distribuição – com a crítica mais profunda da subjetividade estranhada, da desumanização gerada pela mercadorização crescente de todos os âmbitos da vida humana, da contradição entre o desenvolvimento das capacidades humanas e o desenvolvimento do indivíduo.

Em alguns movimentos de trabalhadores desempregados e empresas recuperadas, a dinâmica das lutas abriu maiores possibilidades para o desenvolvimento dessa crítica – são as organizações piqueteiras autônomas e as empresas que desenvolveram atividades culturais e educativas no interior de suas dependências.

Os aspectos que os trabalhadores valorizam como as transformações mais expressivas em suas vidas, decorridas de sua participação ativa nesses movimentos, a ponto de estabelecer um “antes e depois”, estão muito mais ligados às críticas das questões da forma que adquire a produção da riqueza social no capitalismo do que às da forma da distribuição. A percepção de que as modificações valorizadas são decorrentes de princípios que contestam os fundamentos do modo de produção capitalista pode não ser tão nítida para todos esses trabalhadores, mas a tensão na composição do homem-coletivo está instalada de forma intensa e consciente. Já não basta para esses trabalhadores jogar o despertador barulhento na parede como forma de protesto contra sua condição de classe.

Lefebvre assinala um movimento dialético permanente: estranhamento – desestranhamento – re-estranhamento.

Portanto, uma atividade que é desalienante e desalienada em relação aos acontecimentos passados pode levar a uma alienação ainda maior. Por exemplo, tornar-se parte de uma coletividade pode “desalienar” alguém da solidão, mas isso não exclui novas alienações que podem derivar da própria coletividade. Atividades de lazer “desalienam” dos efeitos do trabalho fragmentado; contudo, quando possuem caráter de entretenimento e distração, elas contêm suas próprias alienações. Uma

técnica particular pode “desalienar” a atividade humana da natureza ou de outra técnica menos efetiva, mas pode trazer uma alienação tecnológica que pode ser mais profunda (...). A “reprivatização” da vida cotidiana desalienar do Estado e da história. Ela aliena provocando uma “privação” mais profunda, aquela da vida privada estabelecida dentro do contexto cotidiano<sup>655</sup>.

A ponderação de Lefebvre mostra como o estranhamento é um processo longe de ser estático. Sua afirmação também contribui para a crítica dos que consideram todos os âmbitos da vida social humana no capitalismo que estão completamente dominados pelo estranhamento<sup>656</sup>.

O indivíduo pode estar vivendo uma fase em que esse movimento encontra-se bloqueado, e ele está “estacionado” no estranhamento— e esse estado é o mais comum, o mais provável, porque, como já apontamos, o cotidiano é pleno de reificações (muitas necessárias) que acabam por torná-lo a esfera da vida mais permeável ao estranhamento. O indivíduo costuma se sentir acostumado nesse estado. Quando o movimento estranhamento – desestranhamento – re-estranhamento se instala, pode assumir as formas mais perturbadoras, desde a insatisfação, a ansiedade, até a crise<sup>657</sup>. Temos um indivíduo que se historiciza, que vive em conflito e que pode abrir brechas em sua relação com a própria existência.

Para nós, esse movimento penetrou na vida dos trabalhadores das ERT e dos MTD quando o mundo da vida cotidiana desses trabalhadores se chocou com o seu oposto. Sua subjetividade foi atravessada por uma crise, que os colocou diante de contradições que antes eram naturalizadas. Eles deixaram de se entregar ao Grande Costume. O movimento estranhamento – desestranhamento – re-estranhamento colocou problemas para os trabalhadores das ERT e dos MTD e, conseqüentemente, permitiu entrever uma plêiade de possibilidades e a necessidade de encontrar uma solução. “A solução pode ser ideal, medíocre ou falsa (i. e., ilusória). Uma boa solução resolve o

<sup>655</sup> Henri Lefebvre, op. cit., vol. II, 2008, pp. 207-208. Tradução livre.

<sup>656</sup> Contudo, é importante fazer a ressalva de que para Lefebvre, assim como é impossível o estranhamento absoluto, também é inconcebível o desestranhamento absoluto. Portanto, para ele não há possibilidade de superação do estranhamento, como o que discordamos. Mandel foi preciso em sua crítica: “A possibilidade de desalienação é também questionada em dois recentes trabalhos de Henri Lefebvre nos quais o autor não vê nada além de um contínuo ir e vir entre alienação, desalienação e realiação. Ele afirma, corretamente, que é necessário “particularizar”, “historicizar” e “relativizar completamente” o conceito de alienação. Se, no entanto, ao relativizar esse conceito, nós eliminamos a possibilidade de negá-lo completamente, tendemos a torná-lo absoluto (...). Portanto, a tentativa de Lefebvre de “historicizar” a alienação deve ser considerada um fracasso, uma vez que produziu o resultado dialético oposto, transformando a alienação em um conceito que é imanente à sociedade humana, mesmo que se apresente sob diferentes formas em cada tipo de sociedade”, Ernest Mandel, “Progressive disalienation through the building of socialist society, or the inevitable alienation in industrial society?” In: Ernest Mandel & George Novak, op. cit., 2001. Tradução livre.

<sup>657</sup> Cf. Henri Lefebvre, op. cit., vol. II, 2008.

problema inicial modificando as condições contra as quais está reagindo e transformando”<sup>658</sup>. Bem, a primeira solução que encontraram foi a de se organizarem politicamente enquanto classe – o que alterou, de fato, as condições iniciais que suscitaram a luta.

Afirmamos no último capítulo que os elementos que compõem a consciência de classe dos trabalhadores de ERT e MTD são marcados, em sua maioria, pela imprecisão ao definir contra o que estão lutando: contra o capital, qualquer que seja sua manifestação – capitalismo regulado ou capitalismo desregulado – ou apenas contra o capitalismo “selvagem”. Consideramos que o movimento segue presente nas vidas dos piqueteiros e dos trabalhadores das empresas recuperadas. Várias soluções seguem se apresentando, e muitas vezes se mesclam de forma ambígua. É o caminho da luta e da consciência de classe. “Quando o movimento para, as equações do problema ficam congeladas; mesmo que não sejam insolúveis, assim se tornam, em razão de uma solução falsa, que é geralmente resultado de um mau entendimento das equações e do desconhecimento sobre o que é possível”<sup>659</sup>. Para os trabalhadores, esse movimento ameaça estacionar se pararem de questionar os fundamentos do capital e passarem a considerar como solução final para a sua crise a instauração de um capitalismo regulado – a definição já é ilusória: o capital, movido pela acumulação, é incontrolável. Parado o movimento, eles voltam a se entregar ao Grande Costume, mesmo se reatualizado. Permanecendo em curso o movimento, podem continuar a dar adeus ao patrão e a quaisquer outras personificações do capital, que constroem o desenvolvimento de uma subjetividade autêntica do indivíduo.

---

<sup>658</sup> Ibidem, p. 209. Tradução livre.

<sup>659</sup> Ibidem, pp. 209-210. Tradução livre.

## BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor. *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- AIZICZON, Fernando. *Zanón: una experiencia de lucha obrera*. Buenos Aires: Herramienta, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ARENDETT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- AZPIAZU, Daniel, SCHORR, Martín & BASUALDO, Victoria. *La indústria y el sindicalismo de base en la Argentina*. Buenos Aires: Atuel, 2010.
- BASUALDO, Eduardo. *Sistema político y modelo de acumulación en la Argentina: notas sobre el transformismo argentino durante la valorización financiera (1976-2001)*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.
- BECCARIA, Luis & LÓPEZ, Néstor (org.). *Sin trabajo: las características del desempleo y sus efectos en la sociedad argentina*. Buenos Aires: Unicef / Losada, 1997.
- BEYNON, Huw. *Trabalhando para Ford: Trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BOMBAL, Inés González (org.). *Nuevos Movimientos Sociales y ONGs en la Argentina de la Crisis*. Buenos Aires: CEDES, 2003.
- BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDET, Yvon & GUILLERM, Alain. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BOURDIEU, Pierre & MICELI, Sergio (orgs.). *Liber I*. São Paulo: Edusp, 1997.
- \_\_\_\_\_. Comprender In: BOURDIEU, P. (org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. Introdução a uma sociologia reflexiva In: BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BURNETT, John, VINCENT, David & MAYALL David (orgs.), *The Autobiography of the Working Class: An Annotated, Critical Bibliography*, Brighton: The Harvester Press, 1984, 3v.
- CAMPO, Hugo del. *Sindicalismo y peronismo: los comienzos de un vínculo perdurable*. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores Argentina, 2005.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAVALLERI, Stella; DONAIRE, Ricardo & ROSATI, Germán. “Evolución de la distribución de la población según la división del trabajo social. Argentina, 1960-2001” In: *PIMSA Documentos y Comunicaciones 2005*. Buenos Aires: PIMSA, 2006.
- CHAUVEL, Louis. “Clases y generaciones: La insuficiencia de las hipótesis de la teoría del fin de las clases sociales” In: *Marx 2000: Las nuevas relaciones de clase*. Buenos Aires: K&ai Ediciones, 2000.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.



- COLLADO, Patricia. “Metamorfosis del trabajo o metamorfosis del capital” In: *Herramienta*, n. 30. Buenos Aires: Herramienta, 2005
- CORIAT, Benjamin. *El taller y el cronómetro: ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en massa*. México, D. F.: Siglo XXI Editores, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo / Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELAMATA, Gabriela. *Los barrios desbordados: las organizaciones de desocupados del Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba, 2004.
- DINERSTEIN, Ana C. “Recobrando la materialidad: el desempleo como espacio de subjetivación invisible y los piqueteros”, In: *Herramienta*, n. 22. ([www.herramienta.com.ar](http://www.herramienta.com.ar)), 2003.
- DINERSTEIN, Ana. “‘Movimientos Esperanza’: Cavilaciones sobre trabajo, autonomía, Bloch y lo realmente posible” In: *Herramienta*, n. 44. Buenos Aires: Herramienta, 2010.
- ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FAJN, Gabriel (org.). *Fábricas y empresas recuperadas: Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetivade*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación, 2003.
- FAJN, Gabriel & REBÓN, Julián. “El taller ¿sin cronómetro? Apuntes acerca de las empresas recuperadas” In: *Herramienta*, n. 28, Buenos Aires: março de 2005 ([www.herramienta.com.ar](http://www.herramienta.com.ar), acessado em 24/04/2010).
- FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FERRARA, Francisco. *Más allá del corte de rutas: la lucha por una nueva subjetividad*. Buenos Aires: La rosa blindada, 2003.
- FLORES, Toty Héctor (org.). *De la culpa a la autogestión: un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*. Buenos Aires: Continente, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Cuando con nosotros somos nosotros: la experiencia asociativa del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*. Buenos Aires: Continente, 2007.
- FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV / Editora UFRJ, 2010.
- FRYDMAN, Alex & SALVIA, Sebastián. “Modo de acumulación y relaciones de fuerza entre capital y trabajo en la Argentina de los 90” In: *Herramienta* n. 26, 2003. Acessado em: [www.herramienta.com.ar](http://www.herramienta.com.ar), 12/09/2005.
- GALAFASSI, Guido. “Argentina: Neoliberalismo, utilitarismo y crisis del Estado-nación capitalista” In: *Herramienta*, n. 26, 2003. Acessado em: [www.herramienta.com.ar](http://www.herramienta.com.ar), 12/09/2005.
- GENTILI, Pablo & SADER, Emir (org.). *Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

- GHIOTTO, Luciana & PASCUAL, Rodrigo. “Trabajo decente *versus* trabajo digno: acerca de una nueva concepción del trabajo” In: *Herramienta*, n. 44, ano XIV, junho 2010. Buenos Aires: Herramienta, 2010.
- GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2000.
- GONZÁLEZ, Mariana & LINDEBOIM, Javier. “El Neoliberalismo a rojo vivo: mercado de trabajo en Argentina” In: *Cuadernos del CEPED*, n. 8. Buenos Aires: FCE-UBA, 2004. Acessado em: <http://www.econ.uba.ar/www/institutos/economia/Ceped/publicaciones.htm>, 17/04/2006.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere Vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere Vol. 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere Vol. 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere Vol. 5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Escritos Políticos Vol. I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GUTIÉRREZ, Leandro & ROMERO, Luis Alberto. *Sectores populares, cultura y política: Buenos Aires en la entreguerra*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- HALLBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990
- HARVEY, A *Brief History of Neoliberalism*, New York: Oxford University Press, 2005.
- HELLER, Agnes. *La revolución de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia della vita quotidiana*. Roma: Riuniti, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. (Introdução, tradução e comentários de Mary Camargo Neves Lafer). São Paulo: Iluminuras, 2006.
- HIRANO, Sedi. *Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber*. Campinas: Unicamp, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Revolucionários*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Rebeldes primitivos: Estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder – o novo significado da revolução hoje*. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.
- \_\_\_\_\_. (org). *Clase=Lucha: antagonismo social y marxismo crítico*. Buenos Aires: Herramienta, 2004.
- IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- INFRANCA, Antonino & VEDDA, Miguel. *La alienación: historia y actualidad*. Buenos Aires: Herramienta, 2012.
- ISMÁN, Raúl. *Los piquetes de La Matanza: de la aparición del movimiento social a la construcción de la unidad popular*. Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2004.
- JAMES, Daniel. *Resistencia e integração: El peronismo y la clase trabajadora argentina (1946-1976)*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

- KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KOROL, Claudia (org.). *Cortando las rutas del petróleo*. Buenos Aires: Asociación Madres de Plaza de Mayo, 2006.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Obreros sin patrón: sistematización de la experiencia de los obreros y obreras de Zanón*. Buenos Aires: Asociación Madres de Plaza de Mayo, 2005.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- KRACAUER, Siegfried. *Los empleados: un aspecto de la Alemania más reciente*. Barcelona: Gedisa, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O ornamento da massa: Ensaio*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- LAVACA Cooperativa de trabajo. *Sin Patrón: fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores. Una historia, una guía*. Buenos Aires: Lavaca, 2004.
- LEFÉBVRE, Henri. *Critique of everyday life, Vol I, II & III*. Nova Iorque: Verso, 2008.
- LINDEBOIM, Javier (org.). *Trabajo, ingresos y políticas en Argentina: Contribuciones para pensar el siglo XXI*. Buenos Aires: Eudeba, 2008.
- LINEBAUGH, Peter & REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: Marinheiros, escravos, plebeus e a história do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- LOBATO, Mirta & SURIANO, Juan. *La protesta social en la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- LOJKINE, Jean. *La clase obrera, hoy*. Cidade Autônoma do México: Siglo XXI, 1988.
- LOPES, José Sergio Leite, *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo-Brasília: Marco Zero/Ed. Da UnB, 1988
- LOPES, José Sergio Leite & Rosilene Alvim, "Famílias operárias, famílias de operárias" In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 14, ano 5, out.1990.
- LUKÁCS, György. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx (Capítulo)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social*, vol II, "A Alienação" (Capítulo), 2003. Tradução de Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda sobre *L'ontologia dell'essere sociale II*, "L'Estraneazione", Roma: Riuniti: 1976-1981. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/6973974/Gyorgy-Lukacs-Alienacao-Para-uma-Ontologia-do-Ser-social>.
- \_\_\_\_\_. *Ontología del ser social: el trabajo* (Capítulo). Buenos Aires: Herramienta, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: Questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma, revisionismo e oportunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MANDEL, Ernest (org.). *Control obrero, consejos obreros, autogestión*. México D. F.: Era, 1974.
- MARX, Karl. "Para a crítica da economia" política In: *Marx – Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- \_\_\_\_\_. *El Capital: Crítica de la Economía Política: libro III (El proceso de producción capitalista, en su conjunto)*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria do senhor Proudhon*. São Paulo: Centauro: 2001.

- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política: livro I (O processo de produção do capital), vol. I e II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002/2003.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. São Paulo: Centauro, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MASSETI, Astor. *Piqueteros: Protesta social e identidad colectiva*. Buenos Aires: De las Ciencias, 2004.
- MAZZADI, Florencia & ULMANN, Fabián. “1981: el quiebre de la alianza del autodenominado Proceso de Reorganización Nacional. Una aproximación a la lucha interburguesa en la Argentina” In: *PIMSA Documentos y Comunicaciones 2005*. Buenos Aires: PIMSA, 2006.
- MAZZEO, Miguel. *Piqueteros: notas para una tipología*, Buenos Aires: FISyP / Manuel Suárez, 2004.
- MERKLEN, Denis. *Pobres ciudadanos: las clases populares en la era democrática (Argentina, 1983-2003)*. Buenos Aires: Gorla, 2005.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial / Editora da Unicamp, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Estrutura Social e Formas de Consciência: A Dialética da Estrutura e da História*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MIGLIAVACCA, Adriana. *La protesta docente en la década de 1990: Experiencias de organización sindical en la provincia de Buenos Aires*. Buenos Aires: Jorge Baudino, 2011.
- MINTZ, Sidney. *Worker in the cane: a Puerto Rican life history*, Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1974.
- \_\_\_\_\_. “Encontrando Taso, me descobrindo” In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 27, no. 1, 1984.
- MIRZA, Christian Adel. *Movimientos sociales y sistemas políticos en América latina: la construcción de nuevas democracias*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- MTD Almirante Brown, “Los movimientos de Trabajadores Desocupados y la construcción del poder popular” In: *Herramienta*, n. 21, 2003, [www.herramienta.com.ar](http://www.herramienta.com.ar), acessado em 21/04/2006.
- MTD Aníbal Verón. *Darío y Max – Dignidad Piquetera: el gobierno de Duhalde y la planificación criminal de la masacre del 26 de junio en Avellaneda*. Buenos Aires: 26 de junio, 2003.
- MTD Solano & Colectivo Situaciones. *Hipótesis 891: más allá de los piquetes*. Buenos Aires: De mano en mano, 2002.
- MURMIS, Miguel & PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudios sobre as Origens do Peronismo*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- NASH, June & ROJAS, Juan, *He agotado mi vida en la mina: una historia de vida*, Buenos Aires: Nueva Visión, 1976.
- NEVES, Lúcia M. Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- NOVAES, Henrique. *O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

- O'DONNELL, Guillermo. "Estado y alianzas en la Argentina. 1956-1976", s/d, In: [ecaths1.s3.amazonaws.com/historiargentinacont/1329268256](http://ecaths1.s3.amazonaws.com/historiargentinacont/1329268256), acessado em 24/04/2009.
- PALOMINO, Héctor. "La Argentina hoy – los movimientos sociales" In: *Herramienta*, n. 27, 2004. ([www.herramienta.com.ar](http://www.herramienta.com.ar))
- \_\_\_\_\_. "Los sindicatos y los movimientos sociales emergentes del colapso neoliberal en Argentina" In: DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- PANIAGO, Maria Cristina Soares. "Os meios que se perderam dos fins: cooperativas fabris e autogestão dos trabalhadores" In: *Outubro*, n. 17. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas / Alameda, 2008.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- PIALOUX, Michel & BEAUD, Stéphane. *Retour sur la condition ouvrière: Enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*. Paris: Fayard, 1999.
- \_\_\_\_\_. "Entrevista: O 'mundo operário sem classe operária': diferenças dos tempos sociais e condição operária" In: *Tempo social. Dossiê sociologia da condição operária*, São Paulo, 2006, vol. 18, n. 1.
- \_\_\_\_\_. "Etnografia operária e sociologia. A composição de uma equipe" In: ENCREVÉ, Pierre & LANGRAVE, Rose-Marie (orgs.), *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- POLLACK, Michael. "Memória, esquecimento e silêncio". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, CPDOC, 1989.
- \_\_\_\_\_. "Memória e Identidade Social" In: *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. "A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais" In: *Revista Tempo*, vol. 1, n. 2. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- \_\_\_\_\_. "O massacre de Civitella Val di Chiana (Tosacana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum" In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. "Clases dominantes y crisis política en la Argentina actual" In: *Pasado y Presente*, n. 1, 1977. (Edição Digital CeDInCI)
- POSTONE, Moishe. "Necessity, Labor and Time: A Reinterpretation of the Marxian Critique of Capitalism" In: *Social Research*, 45:4, inverno1978 ([http://platypus1917.org/wp-content/uploads/readings/postone\\_necessitylabortimemarx1978.pdf](http://platypus1917.org/wp-content/uploads/readings/postone_necessitylabortimemarx1978.pdf))
- \_\_\_\_\_. *Time, labor, and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- RANCIÈRE, Jacques. *La noche de los proletarios: Archivos del sueño obrero*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.
- RANIERI, Jesus. *A Câmara Escura: Alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- RAPOPORT, Mario. *Historia económica, política y social de la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000.
- REBÓN, Julián. *La empresa de la autonomía*. Buenos Aires: Colectivo Ediciones / Ediciones Picaso, 2007.

- RUGGERI, Andrés (org.). *Las empresas recuperadas: Autogestión obrera en Argentina y América Latina*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras UBA, 2009.
- \_\_\_\_\_. Informe del tercer relevamiento de empresas recuperadas por sus trabajadores. Las empresas Recuperadas en Argentina, 2010. Programa Facultad Abierta / Facultad de Filosofía y Letras UBA / Secretaría de Investigación/ Secretaría de Extensión Universitaria, 2010. Acessado em: [http://www.recuperadasdoc.com.ar/Informes%20relevamientos/informe\\_ultima\\_correccion.pdf](http://www.recuperadasdoc.com.ar/Informes%20relevamientos/informe_ultima_correccion.pdf), em 31/01/2011.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SARTELLI, Eduardo (org.). *Contra la cultura del trabajo: una crítica marxista del sentido de la vida en la sociedad capitalista*. Buenos Aires: Ediciones Ryr, 2007.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- SEOANE, José (org.), *Movimientos Sociales y Conflicto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SVAMPA, Maristella & PEREYRA, Sebastián. *Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos, 2003.
- SVAMPA, Maristella. “Las fronteras del gobierno Kirchner: entre la consolidación de lo viejo y las aspiraciones de lo nuevo” In: *Cuadernos del CENDES*, n. 65, maio-ago 2007.
- SWEEZY, Paul & BETTELHEIM, Charles. *A transição para o socialismo*. Lisboa: Edições 70, 1978.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1982.
- THOMPSON, Edward P. *The making of the English working class*. New York: Vintage Books, 1966 (first edition).
- \_\_\_\_\_. *Customs in common: studies in traditional popular culture*. New York: The New Press, 1992.
- \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- VAN DER LINDEN, Marcel. “Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial” In: *História vol. 24, n. 2*. São Paulo: UNESP, 2005.
- \_\_\_\_\_. “História do Trabalho: O velho, o novo e o global” In: *Revista Mundos do Trabalho, vol. 1, n. 1*, janeiro-junho de 2009.
- VILLANUEVA, Ernesto & MASSETTI, Astor (org.). *Movimientos sociales y acción colectiva en la Argentina de hoy*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2007.
- VILLELLA, Sonia. *De la olla al piquete: mujeres organizadas del Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD)*. Buenos Aires: Manuel Suárez Editor, 2007.
- VOMMARO, Pablo (org.). *Argentina contemporánea: Trabajo, subjetividades y movimientos sociales*. Buenos Aires: Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2004.
- WERNER, Ruth & AGUIRRE, Facundo. *Insurgencia obrera en la Argentina 1969-1976: clasismo, coordinadoras interfabriles y estrategias de la izquierda*. Buenos Aires: IPS, 2007.

- WEBER, Florence, *Le travail à-côté: étude d'ethnographie ouvrière*, Paris: Institut national de la recherche agronomique; Ed. de l'École des hautes études en sciences sociales, 1989.
- \_\_\_\_\_. «Nouvelles lectures du monde ouvrier: de la classe aux personnes» In: *Genèses*, no. 6, Paris, dez. 1990.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo – a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. “O que é (anti)capitalismo?” In: *Crítica Marxista*, n. 17. Rio de Janeiro: Revan, novembro de 2003.
- WYCZYKIER, Gabriela. *De la dependencia a la autogestión laboral: Sobre la reconstrucción de experiencias colectivas de trabajo en la Argentina contemporánea*. Buenos Aires: Prometeo Libros; Los Polverines: Universidad Nacional General Sarmiento, 2009.
- ZAPATA, Francisco. *Autonomía y subordinación en el sindicalismo latinoamericano*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ZIBECHI, Raúl. *Genealogía de la revuelta: Argentina – la sociedad en movimiento*. La Plata: Letra Libre, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Territorios en resistencia: Cartografía política de las periferias urbanas latino-americanas*. Buenos Aires: La Vaca Editora, 2008.

## FONTES

### Testemunhos orais (realizadas pela autora)

- Entrevistas temáticas MTD:

Oswaldo, (MTR), fevereiro de 2008

- Entrevistas temáticas ERT:

Sérgio (Brukman / 18 de diciembre), 12/08/2010

CASTILLO, Marcelo (IMPA), 13/08/2010

CORPOS, Felisa Rosa (Brukman / 18 de diciembre), 12/08/2010

GODOY, Raúl (Zanón / Fasinpat), 14/02/2011

MONZÓN, Norberto (Ghelco), 02/09/2010

PEÑARRIETA, Plácido (Cooperativa Chilavert), 19/07/2010

RODRÍGUEZ, Jorge (Cooperativa Crometal), 22/09/2010

RUARTE, Diego (Hotel BAUEN), 26/08/2010

VILLAGRÁN, Fabián; BLANCO, Andrés Tomás; MENDEZ, Hugo; MORILLAS, Juan “Paco” (Zanón / Fasinpat), 08/02/2011

- Entrevistas de histórias de vida MTD

Clotilde (MTD Almirante Brown), março de 2008

GARCÍA, Viviana (MTD Lugano), março de 2008

JUÁREZ, Myrian (MTD Almirante Brown), março de 2008

LOURENZO, Carina (MTR), março de 2008

PAZEMIS, Pablo (MTR), março de 2008

PÉREZ, Diosnel (MTD Lugano), março de 2008

TREJO, Adrián (MTD Almirante Brown), março de 2008  
 YBARRA, Ariel “El Turo” (MTD Almirante Brown), março de 2008

- Entrevistas de histórias de vida ERT

BUENABENTURA, Gómez (Cooperativa Crometal), 28/09/2010

CISTERNAS, Elisa del Carmen (Zanón / Fasinpat), 11/02/2011

FARIÑA, Nerina (Cooperativa Crometal), setembro de 2009

FIGUEROA, Walter (Cooperativa Chilavert), 04/10/2010

GHIGLINO, Julio (Cooperativa Crometal), 12/10/2010

GONZÁLEZ, Ernesto (Cooperativa Chilavert), 23/07/2010

GONZÁLEZ, Fermín (Cooperativa Chilavert), 26/07/2010

HESSLING, Carlos (IMPA), 13/08/2010

LÓPEZ, Alejandro (Zanón / Fasinpat), 14/02/2011

MACHADO, Lorena (Zanón / Fasinpat), 17/02/2011

MIGUE, Juan Carlos (Cooperativa Crometal), 22/08/2010

MORALES, Darío (Zanón / Fasinpat), 17/02/2011

MORALES, Zulma (Zanón / Fasinpat), 15/02/2011

MORILLAS, Juan “Paco” (Zanón/ Fasinpat), 09 e 10/02/2011

OSUNA, Abel (Hotel BAUEN), 31/08/2010

PALACIOS, Arminda (Hotel BAUEN), 08/09/2010

PEÑARRIETA, Rosalía (Cooperativa Chilavert), 05/08/2010

ROMERO, Francisco (IMPA), 14/09/2010

SOSA, Natalia (IMPA), 14/09/2010

SUÁREZ, Jorge (Hotel BAUEN), 16/09/2010

TABORDA, Julia (IMPA), 07/08/2010

#### Documentação escrita:

- Panfletos, jornais e revistas de ERT e de suas associações

*Boletín Informativo Obreros de Zanón*, fevereiro de 2003.

*Carta a los trabajadores ocupados y desocupados*, (Brukman), circa início de 2003

*Chilavert Recupera: pensamiento, investigación y producción cultural en América – Actividades y propuestas*, 2004.

*Cooperativa Chilavert: Recuperata y (sic) gestita dai suoi lavoratori*, s/d.

*En el Bauen, el día del enemigo*, 23/07/2007

*IMPACTO*, (publicação da IMPA) s/n, Cidade Autônoma de Buenos Aires: dezembro de 2000

*IMPACTO*, s/n, Cidade Autônoma de Buenos Aires: fevereiro de 2001

*IMPACTO*, n. 3, Cidade Autônoma de Buenos Aires: abril de 2001

*IMPACTO*, n. 5, Cidade Autônoma de Buenos Aires: outubro de 2001

*Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas por los Trabajadores: Dos documentos fundamentales para comprender el proceso de recuperación de fábricas por parte de los trabajadores* (por Luis CARO), s/d.

*Nudos* – publicação (revista) das Empresas Recuperadas da Zona Sul da Grande Buenos Aires

*Nudos*, ano 1, n. 1. Florencio Varela: junho de 2006.

*Nudos*, ano 1, n. 2. Florencio Varela: julho de 2006.

*Nudos*, ano 1, n. 3. Florencio Varela: agosto de 2006.



*Nudos*, ano 1, n. 4. Florencio Varela: setembro de 2006.  
*Nudos*, ano 1, n. 5. Florencio Varela: novembro de 2006.  
*Nudos*, ano 1, n. 6. Florencio Varela: dezembro de 2006.  
*Nudos*, ano 2, n. 7. Florencio Varela: fevereiro de 2007.  
*Nudos*, ano 2, n. 8. Florencio Varela: março de 2007.  
*Nudos*, ano 2, n. 10. Florencio Varela: maio de 2007.  
*Nudos*, ano 2, n. 13. Florencio Varela: agosto de 2007.  
*Nudos*, ano 2, n. 15. Florencio Varela: novembro de 2007.  
*Nuestra Lucha* (publicação do SOECN), n. 5, Neuquén: 08/11/2002  
*Nuestra Lucha*, n. 6, Neuquén: 12/12/2002  
*Nuestra Lucha*, s/n, Neuquén: 10/03/2003  
*Nuestra Lucha*, n. 7, Neuquén: 01/04/2003  
*Nuestra Lucha*, n. 17, Neuquén: 30/08/2004  
*Nuestra Lucha*, n. 21, Neuquén: 15/06/2005  
*Nuestra Lucha*, n. 22, Neuquén: 22/07/2005  
*Nueva amenaza: orden de desalojo al Hotel BAUEN*, agosto de 2007  
*Ocupar. Resistir. Producir.* (publicação do MNER), ano 1, n. 1. Buenos Aires: Chilavert, abril de 2006.  
*Propuesta de las trabajadoras de Brukman para el Encuentro Nacional de Trabajadores Ocupados y Desocupados*, 21/06/2003  
*Recuperar* (publicação do MNER), ano 1, n. 1. Buenos Aires: outubro de 2005.

- Documentação governamental:

*Guía 2007 de Empresas Recuperadas por los trabajadores.* Buenos Aires: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, 2007.  
*Empresas Recuperadas: Ciudad de Buenos Aires.* Buenos Aires: Secretaría de Desarrollo Económico Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, s/d.

- Panfletos, jornais, revistas e cartilhas de formação de MTD

*Carta Abierta al Movimiento Obrero*, julho de 2000;  
*Declaración de Principios del FUTRADE de La Matanza*, agosto de 2001;  
*Declaración del plenario nacional de organizaciones de trabajadores ocupados y desocupados*, 16/12/2000;  
*Llamamiento del I Congreso de trabajadores y desocupados del Norte de Salta*, 09/12/2000.  
*Plataforma de reivindicaciones aprobada por el Congreso piquetero de la Capital Federal*, 21/04/2001;  
*Programa aprobado en el I Encuentro de trabajadores desocupados de Neuquén*, 24/05/1996;  
*Resolución de la II Asamblea Nacional Piquetera*, 04/09/2001.

Todos In: OVIEDO, Luis. *Una historia del movimiento piquetero.* Buenos Aires: Rumbos, 2004.

*6 horas: declaración leída por las organizaciones piqueteras*, 04/11/2004;  
*Ante el reciente anuncio de un plan de lucha piquetero (FPDS)*, 29/03/2005;  
*Comunicado del MUP-20*, 29/11/2002;  
*Conclusiones del 1º Congreso de la COORDINADORA por un Espacio participativo y Solidario*, 09/07/2000;

*Convocatoria del Frente Darío Santillán por el Día de la Mujer*, 08/03/2005;  
*Documento de la unidad piquetera*, 03/09/2005;  
*Documento del movimiento piquetero para el Plan Nacional de Lucha del 2 de agosto*,  
 02/08/2005;  
*El fondo nos desangra, Kirchner nos reprime (MTR-CUBa)*, 21/10/2005;  
*¡El gobierno nos quiere matar de hambre! (Documento conjunto)*, 11/10/2005;  
*¿Hacia dónde va el plan de lucha piquetero? (MTD Aníbal Verón)*, 18/10/2004;  
*Junto a Kirchner, por una Patria para todos (Barrios de Pie)*, 12/10/2004;  
*La historia de los máximos traidores del campo popular (MUP)*, 23/11/2002;  
*¿Qué es el MUP? (MUP)*, 12/09/2005;  
*MTD Aníbal Verón: Nuestro objetivo, el cambio social*, 24/11/2004;  
*Repudio al FMI: Nuestra participación (MTR-CUBa)*, 25/10/2005;  
*Se conformó el Frente Popular Darío Santillán (MUP)*, 07/10/2004.

In: *Nexos: Programa de articulación entre Universidad y Movimientos sociales*,  
<http://nexus.unq.edu.ar/>.

*Boletín de Información de los Trabajadores Desocupados de La Matanza*, n. 6, outubro  
 de 1996

*Boletín de Información de los Trabajadores Desocupados de La Matanza*, n. 14,  
 setembro de 1997

*Boletín de Información de los Trabajadores Desocupados de La Matanza*, n. 17, maio  
 de 1998

*Boletín de Información de los Trabajadores Desocupados de La Matanza*, n. 19,  
 dezembro de 1998

*Boletín de Información de los Trabajadores Desocupados de La Matanza*, n. 23, 30 e  
 31/12/1999

*Boletín de Información de los Trabajadores Desocupados de La Matanza*, n. 26, abril  
 de 2001

*Boletín de Información de los Trabajadores Desocupados de La Matanza*, n. 31, julho  
 de 2001

*Boletín de Información de los Trabajadores Desocupados de La Matanza*, n. 34, agosto  
 de 2001

*Boletín de Información de los Trabajadores Desocupados de La Matanza*, n. 36,  
 setembro de 2001

*Boletín de Información de los Trabajadores Desocupados de La Matanza*, n. 42,  
 fevereiro de 2002

*Boletín de Información de los Trabajadores Desocupados de La Matanza*, n. 43, agosto  
 de 2002

*Boletín de Información de los Trabajadores Desocupados de La Matanza*, n. 44,  
 outubro de 2002

*Boletín de Información de los Trabajadores Desocupados de La Matanza*, n. 47, março  
 de 2003

*Boletín de los Movimientos de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón*, s/d.

*Campaña general San Martín: Para cruzar la cordillera de la desigualdad* (panfleto  
 Barrios de Pie)

*Detrás del Pikete* (MTD de Allen, Brown, Cipoletti, Guernica, Echeverría, José C. Paz,  
 Lanús, Lugano, Quilmes e Solano, na coordenação MTD Aníbal Verón), n. 1, dezembro  
 de 2002

*Diez cuestiones para debatir* (FTV), 10/12/2002 In: <http://www.ftv.org.ar/>

*El Trabajo y su forma... en el capitalismo* (material de formação da FPDS), 2007

*El Pikete* (MTD Solano), n. 7, año 2, agosto de 2002  
*El Pikete*, n. 8, año 2, s/d  
*Frente Popular*, n. 6, setembro de 2005  
*Frente Popular*, n. 8, junho de 2006  
*Frente Popular* (FPDS), n. 13, setembro de 2007  
*Movimiento de Trabajadores Desocupados de la Matanza*, n. 23, 24/03/2000  
*Prensa de Frente: Noticias de los movimientos populares en el cambio social – Boletín especial – Movimiento de Trabajadores Sin Tierra (Brasil)*, n. 4, outubro de 2007  
*Prensa de Frente: Noticias de los movimientos populares en el cambio social – Boletín especial Género* (FPDS), n. 5, novembro de 2007  
*Revista Barrios de Pie*, n. 4, novembro de 2003  
*Revista Barrios de Pie*, n. 7, agosto de 2004  
*Revista Barrios de Pie*, n. 8, outubro de 2004  
*Revista Barrios de Pie*, n. 9, dezembro de 2004  
*Revista del Movimiento Barrios de Pie*, n. 15, outubro de 2006  
*Revista del Movimiento Barrios de Pie*, n. 6, agosto de 2007

- Datos estadísticos:

Anuário Estatístico da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) 2004:  
[www.eclac.org](http://www.eclac.org);  
 INDEC: [www.indec.mecon.ar](http://www.indec.mecon.ar);  
 Ministerio del Trabajo, Empleo y Seguridad de la República Argentina:  
[www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/index.asp](http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/index.asp).

- Jornais:

*El Clarín*: [www.clarin.com](http://www.clarin.com)  
*La Nación*: [www.lanacion.com.ar](http://www.lanacion.com.ar)  
*Página 12*: [www.pagina12.com.ar](http://www.pagina12.com.ar).